

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores (“Prospecto”) do

FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS

CNPJ nº 11.260.173/0001-65

Classificação da 1ª Série de Quotas Seniores

Fitch Ratings: “AAA(bra)”

SR Rating: “brAAA”

Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2009/032, em 24 de dezembro de 2009



Código ISIN das Quotas Seniores da 1ª Série: BRFCMMCTF003

Rentabilidade Alvo das Quotas Seniores da 1ª Série: variação da Taxa DI + 1,40% ao ano

Valor da Emissão: até R\$ 127.500.000,00 (cento e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais)

O FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços (“Fundo”), constituído sob a forma de condomínio fechado em 23 de outubro de 2009, com prazo de vigência regular até 31 de dezembro de 2040, ou, em caso de ocorrência de um evento de amortização antecipada, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência do respectivo evento, o que ocorrer antes, é administrado pela Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08 (“Administradora”).

O Fundo é regido pelas disposições de seu regulamento, pela Instrução nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores, da Comissão de Valores Mobiliários (“Instrução CVM nº 356” e “CVM”, respectivamente), pela Resolução nº 2907, de 29 de novembro de 2001, do Conselho Monetário Nacional e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. O regulamento do Fundo foi registrado no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo sob o nº 3365793, em 26 de outubro de 2009, com suas primeira, segunda e terceira alterações registradas no mesmo oficial sob os nºs 3367343, 3368707 e 3369084, em 16 de novembro de 2009, 7 de dezembro de 2009 e 11 de dezembro de 2009, respectivamente (“Regulamento”).

O Fundo poderá emitir 01 classe de quotas seniores, as quais poderão ser divididas em séries (“Quotas Seniores” e “Séries”, respectivamente), mantidas concomitantemente em Circulação, distribuídas em uma ou mais Distribuições. O Fundo poderá manter em Circulação Séries de Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), valor este a ser atualizado anualmente pela variação acumulada do IGP-M – Índice de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir do início das atividades do Fundo. O montante, a quantidade, as datas de amortização, o percentual das amortizações programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Sênior serão definidas no Suplemento da Série “k”. O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) série da classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), em número indeterminado e em série única.

O Fundo está ofertando, na 1ª Distribuição, até 127.500 (cento e vinte e sete mil e quinhentas) Quotas Seniores da 1ª Série, no valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) na 1ª Data de Emissão, perfazendo o montante de até R\$ 127.500.000,00 (cento e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais). Observado o mínimo de 100.000 (cem mil) Quotas Seniores da 1ª Série, o saldo não colocado das quotas será, então, automaticamente cancelado e a Oferta será encerrada.

Protocolo CVM datado de 23 de setembro de 2009. Registro CVM nº CVM/SRE/RFD/2009/032, em 24 de dezembro de 2009.

As Quotas Seniores deverão ser registradas, para distribuição no mercado primário, no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e, para negociação no mercado secundário, no Módulo de Fundos – SF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”). Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação secundária em mercado de balcão organizado.

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores, da CVM (“Instrução CVM nº 409”); (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Banco Central do Brasil e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).

“Os investidores devem ler a Seção ‘Fatores de Risco’ deste Prospecto, nas páginas “75 a 86”.

Vide outros avisos importantes na página I deste Prospecto.

“A Comissão de Valores Mobiliários – CVM não garante a veracidade das informações prestadas e, tampouco, faz julgamento sobre a qualidade das quotas a serem distribuídas”.

Estruturador e Distribuidor Líder



Administradora



Gestor e Co-estruturador



Assessor Legal



Representante dos Quotistas



Empresa de Auditoria



Agências Classificadoras de Risco



Custodiante e Agente Escriturador



A data deste Prospecto definitivo é 28 de dezembro de 2009.

Avisos – ANBID

“A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de rentabilidade futura”.

“As informações contidas nesse prospecto estão em consonância com o regulamento do fundo de investimento, porém não o substituem. É recomendada a leitura cuidadosa tanto deste prospecto quanto do regulamento, com especial atenção para as cláusulas relativas ao objetivo e à política de investimento do fundo de investimento, bem como às disposições do prospecto que tratam dos fatores de risco a que o fundo está exposto”.

“O investimento do fundo de investimento de que trata este prospecto apresenta riscos para o investidor. Ainda que o gestor da carteira mantenha sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o fundo de investimento e para o investidor”.

“O fundo de investimento de que trata este prospecto não conta com garantia do administrador do fundo, do gestor da carteira, de qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, do Fundo Garantidor de Créditos – FGC”.

“Este Fundo busca manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias, o que pode levar a uma maior oscilação no valor da cota se comparada a de fundos similares com prazo inferior.”

“O tratamento tributário aplicável ao investidor deste Fundo depende do período de aplicação do investidor deste fundo depende do período de aplicação do investidor bem como da manutenção de uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do Imposto de Renda incidente sobre a rentabilidade auferida pelo investidor.”

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO	7
CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO	19
1. Características Básicas da Distribuição da 1ª Série de Quotas Seniores.....	19
2. Demonstrativo do Custo da Distribuição	22
2.1. Custo da Distribuição	22
2.2. Custo Unitário de Distribuição	22
3. Plano de distribuição.....	22
4. Demais Informações Sobre a Oferta	24
5. Cronograma da Oferta	25
6. Modificação da Oferta	25
CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO.....	27
7. Constituição e Base Legal.....	27
8. Público Alvo e Inadequação de Investimento	27
9. Objetivo	27
10. Tipo de Fundo.....	27
11. Prazo de Duração	28
12. Cedentes dos Direitos Creditórios	28
13. Identificação dos Prestadores de Serviços	28
13.1. Administradora.....	28
13.2. Estruturador e Distribuidor Líder	28
13.3. Gestor e Co-Estruturador.....	29
13.4. Agências de Classificação de Risco	29
13.5. Empresa Auditoria.....	30
13.6. Assessoria Legal.....	30
13.7. Representante dos Quotistas	30
14. Taxa de Administração	30
15. Substituição e Renúncia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Representante dos Quotistas, da Empresa de Auditoria e das Agências de Classificação de Risco	32
16. Encargos do Fundo	34
17. Política de Investimento, Composição e Diversificação da Carteira	34
17.1. Operações com Instrumentos Derivativos	35
18. As Quotas	35
18.1. Quotas Seniores	36
18.2. Quotas Subordinadas	38
18.3. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas	38
18.4. Amortização e Resgate de Quotas	40
18.5. Resgate Antecipado	42
18.6. Procedimento de Resgate Antecipado	43
19. Custódia dos Ativos de Titularidade do Fundo.....	43
20. Metodologia de Verificação do Lastro dos Direitos Creditórios	43
21. Tributação.....	44
21.1. Tributação Aplicável aos Quotistas	44
21.1.1. IOF	44
21.1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio.....	44
21.1.3. Imposto de Renda	44
21.1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil	45
21.1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior	46
21.1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal	46
21.1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal	46
21.2. Tributação Aplicável ao Fundo	47
21.2.1. IOF	47
21.2.2. Imposto de Renda	47

22.	Publicidade e Remessa de Documentos.....	47
23.	Procedimentos de Cobrança.....	48
24.	Informações Complementares	49
CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO		51
25.	Desenho Esquemático do Programa de Securitização	51
26.	Desenho Esquemático da Originação e Procedimentos de <i>Marketing</i> e Propaganda do Fundo	52
27.	Plano de originação.....	53
28.	Condições Precedentes	53
29.	Crítérios de Elegibilidade	55
30.	Desenho Esquemático da Cessão, Procedimentos de Oferta de Direitos Creditórios e Formalização da Cessão.....	56
31.	Preço de Aquisição e Taxa de Desconto Mínima	58
32.	Forma de Pagamento e Recebimento de Valores.....	59
33.	Resolução da Cessão.....	60
34.	Eventos de Avaliação	60
35.	Eventos de Amortização Antecipada	62
36.	Assembléia Geral.....	64
37.	Ordem de Aplicação de Recursos.....	67
38.	Relação Mínima, Alocação de Investimento Mínima e Reserva de Caixa	68
39.	Reenquadramento de Índices e Parâmetros Financeiros	69
40.	Informações sobre os Direitos Creditórios.....	69
40.1.	Faturas Geradas no Período	70
40.2.	Perdas	74
40.3.	Nível de Concentração dos Direitos Creditórios	74
40.4.	Valor Médio das Faturas	75
FATORES DE RISCO.....		76
41.	Riscos Associados ao Investimento no Fundo, aos Cedentes (Originadores) e ao Sacado.....	77
42.	Riscos Associados aos Direitos Creditórios e ao Sacado.....	81
VISÃO GERAL DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL.....		89
43.	Introdução	89
44.	Lei do Petróleo.....	89
45.	Lei do Gás.....	90
46.	Ministério de Minas e Energia.....	90
47.	Conselho Nacional de Política Energética	91
48.	Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis	91
49.	Regulamentação de Preços	92
50.	Legislação Ambiental	93
51.	Requisitos para Atuação na Distribuição de Combustíveis Líquidos e Fornecimento de Combustíveis aos Postos de Serviços	94
SACADO		97
52.	Visão Geral	97
52.1.	Breve Histórico.....	98
52.2.	Organograma Societário.....	99
52.3.	Contingências Judiciais e Administrativas	99
52.4.	Administração	101
52.4.1.	Conselho de Administração.....	101
52.4.2.	Diretoria	102
52.4.3.	Conselho Fiscal	102
52.5.	Informações Financeiras.....	102

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA.....	107
53. Administradora	107
54. Distribuidor Líder	107
55. Custodiante e Agente Escriurador	108
56. Gestor.....	110
57. Representante dos Quotistas	110
POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES	
RELACIONADAS	113
SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS	115
58. Sumário dos Principais Contratos Envolvendo o Fundo.....	115
58.1. Contrato de Cessão	115
58.2. Contrato de Distribuição.....	115
58.3. Contrato de Gestão	116
58.4. Contrato de Custódia	117
58.5. Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Representante dos Quotistas.....	117
ATENDIMENTO AOS INVESTIDORES.....	119
DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES.....	121

ANEXOS

ANEXO 1: Regulamento.	123
ANEXO 2: Suplemento da 1ª Série de Quotas Seniores.....	249
ANEXO 3: Relatórios das Agências de Classificação de Risco.	253
ANEXO 4: Relatório de Revisão Especial, Elaborado pela Empresa de Auditoria.	281
ANEXO 5: Petrobrás Distribuidora S.A.: Demonstrações Financeiras em dezembro de 2008, 2007 e 2006.	317

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

GLOSSÁRIO

Para fins do presente Prospecto, os termos definidos terão o significado a eles abaixo atribuídos, salvo referência específica diversa neste Prospecto.

Administradora ou Concórdia	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities
Afiliada	qualquer sociedade controladora, controlada, coligada ou sociedade sob o controle comum, direta ou indireta, de qualquer Pessoa participante do Programa de Securitização
Agência de Classificação de Risco	Fitch Ratings Brasil Ltda. e SR Rating Prestação de Serviços Ltda., em conjunto ou isoladamente
Agente	qualquer acionista, administrador, empregado, prestador de serviços, preposto ou mandatário de qualquer Pessoa que tenha sido expressamente autorizado a atuar em nome da referida Pessoa
Agente Escriturador	Banco Bradesco S.A.
Alocação de Investimento Mínima	fração cujo numerador é equivalente ao valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo e, o denominador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, apurada diariamente pelo Custodiante nos termos do Regulamento
Amortização Não Programada	amortização compulsória e antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, promovida proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor calculado nos termos do Regulamento, para o reenquadramento da Relação Mínima e/ou da Alocação de Investimento Mínima, conforme disposto no Regulamento
Amortização Programada	amortização programada, parcial ou total, das Quotas Seniores da Série “k”, efetuadas nas Datas de Amortização, previstas no Suplemento da Série “k”
Amortização Programada de Quotas Subordinadas	amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, em moeda corrente nacional, promovida anualmente pelo Fundo em cada data de aniversário da primeira Data de Emissão da Série de Quotas Seniores mais antiga em Circulação na ocasião, caso assim

solicitado pelo respectivo Quotista nos termos do Regulamento, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, a Alocação de Investimento Mínima atenda ao disposto no Regulamento e Relação Mínima deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,135

ANP	Agência Nacional do Petróleo
Assembleia Geral	assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos do Regulamento
Bacen	Banco Central do Brasil
BMF&BOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros
Boletim de Subscrição	boletim de subscrição específico, a ser firmado pelo Sacado para reenquadramento da Relação Mínima, nos termos do Regulamento
Cedente	conjunto ou isoladamente, as pessoas jurídicas de direito privado, devidamente identificadas por seu respectivo número de inscrição no CNPJ/MF, previamente aprovadas pelo Gestor, titulares de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, perfilados na última Relação de Cedentes enviada pela Administradora ao Custodiante, e que tenham celebrado Contrato de Cessão
CETIP	CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Circulação	número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos do Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência no Regulamento
CMN	Conselho Monetário Nacional
CNP	Conselho Nacional de Petróleo
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda

Condição Resolutiva da Cessão	evento cuja ocorrência resultará na resolução da cessão do respectivo Direito Creditório, obrigando o Cedente a restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer dos eventos, o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios afetados pela Condição Resolutiva da Cessão, atualizado <i>pro rata temporis</i> desde a respectiva Data de Aquisição até a data de pagamento dos respectivos valores, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação de seu Preço de Aquisição
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988
Conta Agente de Recebimento	conta corrente vinculada de titularidade do respectivo Cedente, mantida no Custodiante, na qual são creditados os recursos decorrentes do pagamento, pelo Sacado, dos Direitos Creditórios de titularidade de cada Cedente
Conta Corrente do Cedente	conta corrente de titularidade de cada Cedente, previamente cadastrada no Custodiante, identificada em cada Contrato de Cessão
Contrato de Cessão	cada “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Sacado
Contrato de Distribuição	“Contrato de Distribuição, Em Regime de Melhores Esforços, de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da 1ª Série do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços”, celebrado entre o Distribuidor Líder e a Administradora, tendo por objeto a presente Oferta de Quotas Seniores da 1ª Série
Contrato de Gestão	“Contrato de Gestão de Carteira”, celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor
Controle	tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa

Crêterios de Elegibilidade	cr�terios que devem ser atendidos, cumulativamente, na Data de Aquisição, pelos Direitos Creditórios, cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Sacado, a fim de que sejam elegíveis para sua aquisição, pelo Fundo
Custodiante ou Bradesco	Banco Bradesco S.A.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários – CVM
Data de Amortização	data em que o Fundo efetua a Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Seniores da Série “k”, observado o disposto no respectivo Suplemento
Data de Aquisição	data em que a cessão ao Fundo de Direitos Creditórios por cada Cedente será considerada perfeita e acabada somente após o pagamento do(s) Preço(s) de Aquisição
Data de Emissão	data em que as Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas são subscritas, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia �til
Data de Vencimento	data de vencimento original de cada Direito Creditório, conforme informada pelo Sacado nos termos do Regulamento
Data de Verificação	5� Dia útil de cada mês calendário
DCV	fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV for 0,19, então $DCV = 19,00\%$)
DCV 30	fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia útil do mês calendário

	<p>imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 dias e inferior a 120 dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV30 for 0,10, então $DCV30 = 10,00\%$)</p>
DCV120	<p>fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último dia útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 dias e inferior a 180 dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV120 for 0,03, então $DCV120 = 3,00\%$)</p>
DCV180	<p>fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV180 for 0,02, então $DCV180 = 2,00\%$)</p>
Dia Útil	<p>segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro no país</p>
Direito Creditório	<p>direito creditório de titularidade de Cedente cadastrado nos sistemas do Custodiante, devido pelo Sacado, expresso em moeda corrente nacional, advindo de operação de compra e venda mercantil e/ou de prestação de serviços, à vista, representada por “Nota Fiscal Fatura” cuja duplicata poderá ser sacada por meio eletrônico</p>

Direito Creditório Elegível	Direito Creditório que atenda, na Data de Aquisição, aos Critérios de Elegibilidade
Diretor Designado	diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas
Disponibilidades	valores, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, não comprometidos com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos do Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor estimado pela Administradora, dos recursos necessários à manutenção das demais reservas financeiras definidas no Regulamento
Distribuição	cada distribuição pública de Quotas Seniores, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400, conforme o caso
Distribuidor Líder ou Banif	Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.
DNC	Departamento Nacional de Combustíveis
Documento da Securitização	o Regulamento, os Contratos de Cessão, o Contrato de Gestão, o Contrato de Custódia, o Contrato de Distribuição e seus respectivos anexos, em conjunto ou isoladamente
Documentos Comprobatórios	seguintes documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos de cada Contrato de Cessão, os quais permanecerão sob a guarda e custódia do respectivo Cedente, relacionados por duplicata: (i) cópia reprográfica autenticada da 2ª via da Nota Fiscal Fatura; e (ii) via original do comprovante de entrega dos produtos ou da prestação de serviços, conforme o caso
Empresa de Auditoria	KPMG Auditores Independentes
Evento de Amortização Antecipada	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá ensejar a amortização antecipada de Quotas do Fundo

Evento de Avaliação	evento definido no Regulamento, cuja ocorrência poderá dar causa à adoção dos procedimentos de reavaliação sobre a continuidade do Programa da Securitização
Fundo	FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços
Gestor	Security Administradora de Recursos Ltda.
GLP	gás liquefeito de petróleo
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação
Índice de Perda Acumulada	índice calculado em cada Data de Verificação pela Administradora, equivalente ao somatório do DCV, DCV30, DCV120 e DCV180
Instituições Autorizadas	(i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú S.A.; (iii) Banco Itaú BBA S.A.; (iv) Banco Santander S.A.; (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (vi) Banco do Brasil S.A.; (vii) Caixa Econômica Federal; (viii) Administradora; e (ix) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos itens “i” a “viii” acima
Instrução CVM nº 356	Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores
Instrução CVM nº 409	Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores
Investidores Qualificados	(i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto no artigo 109 da Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para

se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409

Lei 2.004

Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953

Lei do Gás

Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009

Lei do Petróleo

Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, conforme alterada

Liquigás

Liquigás Distribuidora S.A.

Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos

interfaces e demais mecanismos de troca eletrônica de arquivos e informações, administrados pelo Custodiante, e por este colocados à disposição dos Cedentes, da Administradora, do Sacado e de seus respectivos Agentes, no curso do Programa de Securitização

MME

Ministério de Minas e Energia

Notificação de Resgate

comunicação encaminhada pelo Sacado solicitando que o Fundo, por intermédio da Administradora, publique aviso no Periódico e envie aos titulares da respectiva Série de Quotas objeto do Resgate Antecipado, o Aviso de Resgate Antecipado

Nota Fiscal Fatura

documento fiscal emitido por cada Cedente, nos termos da legislação aplicável, que comprova a existência de um ato comercial (compra e venda de mercadorias ou prestação de serviços) entre o respectivo Cedente e o Sacado, lastro de Direito Creditórios oferecido à cessão ao Fundo, nos termos do Regulamento

Oferta

presente distribuição pública de Quotas Seniores da 1ª Série

Outros Ativos

ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios

Patrimônio Líquido ou PL

patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Regulamento

Periódico

jornal “Monitor Mercantil” do Rio de Janeiro

Pessoa

pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo

	qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio
Petrobras	Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras
Potencial de Cessão	valor das Disponibilidades que poderá ser utilizado para aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios, definido pelo Gestor nos termos do Regulamento e informado diariamente pela Administradora ao Custodiante
Prazo de Vigência	prazo de vigência regular do Fundo, o qual será até 31 de dezembro de 2040 ou, em caso de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o prazo de vigência encerrar-se-á em 180 dias da data de ocorrência do respectivo Evento de Amortização Antecipada, o que ocorrer antes
Preço de Aquisição ou PADC	valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo a cada Cedente, em moeda corrente nacional, conforme definido em cada “termo de cessão”, apurado por meio de algoritmo constante do Regulamento
Procedimentos de Cobrança	procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelo Sacado na respectiva data de vencimento, a serem adotados pelo Fundo, conforme disposto no Regulamento
Programa de Securitização	mecanismos e procedimentos definidos no Regulamento por meio dos quais os Cedentes cedem Direitos Creditórios ao Fundo
Prospecto	presente Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 1ª Série de Quotas Seniores
Quota	Quotas Seniores, emitidas em qualquer Distribuição, e Quotas Subordinadas, em conjunto ou isoladamente
Quota Sênior	quota sênior do Fundo de qualquer Série
Quota Subordinada	quota subordinada do Fundo
Quotista	titular de Quota, em conjunto ou isoladamente
Regulamento	regulamento do Fundo

Relação de Cedentes	relação de Cedentes, identificados por seu respectivo CNPJ/MF, previamente informada pelo Gestor, nos termos do Regulamento, e colocada à disposição do Custodiante pela Administradora
Relação Mínima	fração cujo numerador é equivalente ao valor do Patrimônio Líquido e o denominador o somatório do valor contábil atualizado das Quotas Seniores, apurada diariamente pelo Custodiante, conforme expressão contida no Regulamento (Exemplo: Se Relação Mínima for 0,1, então Relação Mínima = 10,0%)
Representante dos Quotistas ou DCA Serviços Fiduciários	Dias Costa A Serviços Financeiros e Fiduciários Ltda.
Reserva de Caixa ou RC	reserva de caixa a ser constituída e mantida pela Administradora, cujo valor deverá ser apurado todo Dia Útil pela Administradora de acordo com expressão constante do Regulamento
Resgate Antecipado	resgate antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas Seniores de Série “k” em Circulação na ocasião, promovido pelo Fundo, nos termos do Regulamento e independente de realização de Assembleia Geral
Sacado ou BR	Petrobras Distribuidora S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Canabarro, nº 500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.274.233/0001-02
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
Série	qualquer série de Quotas Seniores emitida em qualquer Distribuição nos termos do Regulamento
Suplemento	documento preparado na forma de anexo ao Regulamento, contendo as características de cada Série de Quota Sênior
Taxa de Desconto	taxa de desconto definida pelo Gestor, informada pela Administradora ao Custodiante, por dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, a qual não poderá ser inferior a Taxa de Desconto Mínima

Taxa de Desconto Mínima	taxa de desconto mínima a ser definida pelo Gestor, informada pela Administradora ao Custodiante, por dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, calculada conforme expressão contida no Regulamento
União	União Federal
Taxa DI	taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, referente ao Dia Útil anterior à data “T”, calculada e divulgada pela CETIP
Taxa DI Futura	cotação da taxa DI futura de ajuste no Dia Útil imediatamente anterior à Data de Aquisição “T”, referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, a que pertence o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis objeto de cessão na respectiva Data de Aquisição “T”, negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição para o prazo médio ponderado. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 11,25%, então DIFT = 11,25
TED	Transferência Eletrônica Disponível
Termo de Cessão Público	instrumento preparado na forma de anexo de cada Contrato de Cessão, lavrado por instrumento público
Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco	instrumento firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos do Regulamento
Valor Nominal Líquido	valor de face dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, já deduzido de eventuais tributos, encargos ou taxas, a ser utilizado no cálculo do valor do Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO

1. CARACTERÍSTICAS BÁSICAS DA DISTRIBUIÇÃO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

No curso da presente Distribuição, o Fundo está ofertando até 127.500 Quotas Seniores da 1ª Série, no valor total de até R\$127.500.000,00 na 1ª Data de Emissão. Observado o mínimo de 100.000 Quotas Seniores da 1ª Série, o saldo não colocado das quotas será, então, automaticamente cancelado e a Oferta será encerrada.

As Quotas Seniores da 1ª Série somente poderão ser integralizadas em moeda corrente nacional. Cada Quota Sênior da 1ª Série tem preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão da respectiva Série.

As Quotas Seniores da 1ª Série e o Fundo apresentam as seguintes características, constantes no Suplemento das Quotas Seniores da 1ª Série:

Emissor:	FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços
Forma de Constituição do Fundo:	Condomínio Fechado
Sacado:	Petrobrás Distribuidora S.A.
Cedentes:	Pessoas jurídicas de direito privado, devidamente identificadas por seu respectivo número de inscrição no CNPJ/MF, titulares de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, perfilados na última Relação de Cedentes enviada pela Administradora ao Custodiante, e que tenham celebrado Contrato de Cessão e estejam cadastradas nos sistemas do Custodiante
Classe e Série de Quotas:	1 classe de Quotas Seniores da 1ª Série
Preço Unitário (P_1):	R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão
Quantidade:	Até 127.500 Quotas Seniores da 1ª Série
Volume Total:	Até R\$127.500.000,00
Montante Mínimo de Aplicação:	R\$25.000,00

Data de Emissão de Quotas Seniores: Data em que ocorre a subscrição de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil

Prazo: 5 anos a partir da Data de Emissão

Rentabilidade Alvo: Variação da Taxa DI, acrescido de *Spread* (S_I) de 1,40% ao ano

Amortização Programada: Amortizações programadas, parciais ou totais, nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da 1ª Série de cada Quota Sênior da 1ª Série

Ta	T	$PP_{I;ta}$
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado
1	25/01/2011	0,00%
2	25/01/2012	0,00%
3	25/01/2013	0,00%
4	25/01/2014	0,00%
5	25/01/2015*	100,00%

* última Data de Amortização

Amortização Não Programada: Para o reenquadramento da Relação Mínima, caso o Sacado não proceda ao reenquadramento nos termos do Regulamento, e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização compulsória e antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor calculado nos termos do Regulamento, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento

Subordinação: A Relação Mínima de Garantia obtida pela divisão do Patrimônio Líquido pelo somatório do valor das Quotas Sênior em Circulação, não poderá ser inferior a 1,1. Adicionalmente, a amortização de quotas subordinadas só poderá ser realizada quando a Relação Mínima for equivalente a, no mínimo, 1,135

Público Alvo: (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto no artigo 109 da Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na

Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409

Negociação:	Distribuição primária no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e negociação no mercado secundário no Módulo de Fundos – SF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP
Administradora:	Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities
Gestor e Co-estruturador:	Security Administradora de Recursos Ltda.
Custodiante:	Banco Bradesco S.A.
Estruturador e Distribuidor Líder:	Banif Banco Investimento (Brasil) S.A.
Representante dos Quotistas:	Dias Costa A Serviços Financeiros e Fiduciários Ltda.
Empresa de Auditoria:	KPMG Auditores Independentes
Classificação de Risco Preliminar para as Quotas Seniores da 1ª Série:	Fitch Ratings: “AAA(bra)” SR Rating: “brAAA”

2. DEMONSTRATIVO DO CUSTO DA DISTRIBUIÇÃO

2.1. Custo da Distribuição

Custo	% em Relação ao Valor da Distribuição (R\$127.500.000,00)	Montante (R\$) (***)
Comissão de Estruturação e Implantação dos Procedimentos de Originação de Cedentes (*)	0,225% (**)	333.750,00
Comissão de Estruturação da Oferta (*)	0,275% (**)	412.500,00
Comissão de Coordenação da Oferta (*)	0,50%	637.500,00
Comissão de Colocação da Oferta (*)	0,70%	892.500,00
Taxa de Registro na Anbid	0,0059%	7.500,00
Taxa de Registro na CVM	0,0649%	82.770,00
Despesas de <i>Marketing</i> (incluindo publicação de anúncios)	0,0357%	45.580,00
Empresa de Auditoria (*)	0,0504%	64.287,50
Assessoria Legal	0,1804%	230.000,00
Agências de Classificação de Risco	0,0667%	85.000,00
Total	2,189%	2.791.387,50

(*) Valores a serem pagos diretamente pela Administradora.

(**) Percentual relativo ao volume total de Quotas Seniores da 1ª Série e Quotas Subordinadas subscritas.

(***) Valores estimados.

Tabela 1: Custos de Distribuição.

2.2. Custo Unitário de Distribuição

Valor Unitário Quota Sênior (R\$)	% do custo unitário de distribuição em relação ao valor unitário da Quota Sênior da 1ª Série	Custo Unitário de Distribuição (R\$)
1.000,00	2,189%	21,89

Tabela 2: Custo Unitário de Distribuição.

3. PLANO DE DISTRIBUIÇÃO

Serão colocadas até 127.500 Quotas Seniores da 1ª Série, sob o regime de melhores esforços de colocação, perfazendo um valor total de até R\$127.500.000,00, na 1ª Data de Emissão. Observado o mínimo de 100.000 Quotas Seniores, o saldo não colocado das Quotas objeto de melhores esforços de colocação será, então, automaticamente cancelado e a Oferta será encerrada.

As Quotas Seniores da 1ª Série serão colocadas pelo Distribuidor Líder no prazo máximo de 180 dias, contado a partir da publicação do anúncio de início de distribuição das Quotas Sênior da 1ª Série. Os Investidores Qualificados poderão subscrever as Quotas do 1º Dia Útil contado da data de publicação do anúncio de início da Oferta, devendo integralizá-las após chamadas da Administradora, conforme disposto em cada boletim de subscrição a ser firmado por cada Quotista.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, o Distribuidor deverá realizar a distribuição pública das Quotas conforme plano de distribuição fixado nos seguintes termos:

- a) após a publicação do aviso ao mercado, comunicando acerca do protocolo, na CVM, dos pedidos de registro do Fundo e da Oferta, serão realizados “*Road Shows*”, conforme determinado pelo Distribuidor de comum acordo com a Administradora, durante os quais serão distribuídas versões do Prospecto;
- b) após a realização dos “*Road Shows*” e conforme determinado pelo Distribuidor de comum acordo com a Administradora, o Distribuidor dará continuidade ao processo de *marketing* da operação, com a consequente indicação da data para o recebimento de carta proposta; e
- c) o Distribuidor consolidará as propostas dos Investidores Qualificados para subscrição das Quotas e procederá à alocação das Quotas entre os investidores, observadas as diretrizes definidas abaixo.

O Plano de Distribuição será conduzido pelo Distribuidor, observadas as seguintes diretrizes:

- a) será adotado procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas; e
- b) caberá o Distribuidor definir a quantidade de Quotas a ser alocada a cada investidor, tendo em vista suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor.

Caso a Oferta não seja finalizada, por qualquer motivo, os recursos eventualmente depositados por investidores com relação às Quotas Seniores deverão ser devolvidos aos respectivos depositantes, na forma e nas condições estabelecidas neste Prospecto. O aqui disposto se aplica, também, se for o caso, aos investidores que condicionarem sua adesão à colocação da totalidade das Quotas objeto da Oferta, caso essa condição não seja satisfeita quando do encerramento da Oferta.

No ato de subscrição das Quotas Seniores, o Distribuidor deverá disponibilizar ao subscritor exemplar do Regulamento e do Prospecto.

Remuneração dos Distribuidores: o Distribuidor Líder fará jus à seguinte remuneração:

- (i) Comissão de Estruturação: calculada à razão de 0,275%, incidente sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série e Quotas Subordinadas na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Subordinadas e de Quotas Seniores da 1ª Série, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série.

- (ii) Comissão de Coordenação: calculada à razão de 0,50% incidente sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série.
- (iii) Comissão de Colocação: valor equivalente a 0,70%, incidente sobre o preço de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série efetivamente subscritas no curso da respectiva Distribuição, conforme previsto no Suplemento da 1ª Série.

Os valores mencionados nos subitens “i” e “ii” acima serão devidos e pagos, pela Administradora, no 5º dia útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição de Quotas Subordinadas. Os valores mencionados no subitem “iii” acima serão devidos e pagos, pela Administradora, no 5º dia útil imediatamente subsequente a cada data de subscrição de Quotas Seniores da 1ª Série.

Não será realizada coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) para definição da remuneração das Quotas Seniores da 1ª Série.

Garantia de Liquidez: o Distribuidor Líder não celebrou nem celebrará contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Quotas, nem será constituído fundo de sustentação.

4. DEMAIS INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

As Quotas Seniores da 1ª Série serão subscritas pelo seu valor nominal e serão distribuídas pelo Distribuidor Líder, conforme plano de distribuição adotado em conformidade com o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, desde que cumpridas todas as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, durante o prazo de 180 dias a contar da data de publicação do anúncio de início de distribuição pública de Quotas Seniores da 1ª Série. O valor mínimo individual de aplicação por Quotista será de R\$25.000,00.

Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o termo de adesão ao Regulamento e indicar um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriturador, nos termos do Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriturador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais. A integralização das Quotas Seniores será realizada conforme chamadas da Administradora, conforme disposto no respectivo boletim de subscrição firmado por cada Quotista.

Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

A Oferta será registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400.

5. CRONOGRAMA DA OFERTA

Evento	Data Estimada*
Protocolo do Pedido de Registro na CVM	23/09/2009
Envio, pela CVM, de exigências	27/10/2009
Protocolo do cumprimento das exigências formuladas pela CVM	18/11/2009
Publicação do Aviso ao Mercado	19/11/2009
Disponibilização do Prospecto preliminar	19/11/2009
Disponibilização do Prospecto definitivo	27/11/2009
Reuniões com potenciais investidores	A partir de 30/11/2009
Concessão do registro de funcionamento do Fundo na CVM	08/12/2009
Atendimento de exigências da CVM (vícios sanáveis)	16/12/2009
Disponibilização de nova versão do prospecto definitivo	16/12/2009
Subscrição e Integralização das Quotas Subordinadas	18/12/2009
Início das Atividades do Fundo	18/12/2009
Concessão do registro da Oferta na CVM	31/12/2009
Recebimento de Ordens	18/01/2010
Publicação do Anúncio de Início da Oferta	21/01/2010
Subscrição de Quotas Seniores da 1ª Série	26/01/2010
1ª Integralização das Quotas Seniores da 1ª Série	26/01/2010
2ª Integralização das Quotas Seniores da 1ª Série	01/05/2010
3ª Integralização das Quotas Seniores da 1ª Série	01/07/2010
Publicação do Anúncio de Encerramento da Distribuição	24/07/2010

(*) As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e adiamentos, sem aviso prévio, a critério da Administradora e do Distribuidor Líder.

Tabela 4: Cronograma da Oferta.

6. MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM nº 400, a CVM, a seu juízo, poderá acatar pleito formulado pela Administradora de modificação ou revogação da Oferta, na hipótese de alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do respectivo pedido de registro perante a CVM, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos inerentes à própria Oferta. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Quotistas. A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente, aos aceitantes, os valores, bens ou direitos dados em contrapartida às Quotas ofertadas, caso aplicável.

A modificação será divulgada imediatamente através dos mesmos meios utilizados para a divulgação do aviso ao mercado e do anúncio de início de distribuição das Quotas Sênior da 1ª Série. A Administradora e o Distribuidor Líder certificar-se-ão, assim como tomarão as devidas cautelas no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições.

A Administradora comunicará diretamente os investidores que já tiverem aderido à Oferta a respeito da modificação efetuada, para que, no prazo de 5 Dias Úteis do recebimento da comunicação, confirmem, por correspondência à Administradora ou em sua sede, o interesse em manter a aceitação da Oferta, presumida a intenção de manutenção da mesma na hipótese de silêncio.

Na hipótese do investidor manifestar a intenção de revogar sua aceitação à Oferta, restituir-se-ão os valores aos investidores eventualmente adiantados.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DA ESTRUTURA DO FUNDO

7. CONSTITUIÇÃO E BASE LEGAL

O Fundo é um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios padronizado e tem como base legal a Resolução nº 3.907, de 29 de novembro de 2001, do CMN, e a Instrução CVM nº 356.

8. PÚBLICO ALVO E INADEQUAÇÃO DE INVESTIMENTO

Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto na Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409.

O investimento neste Fundo não é adequado a Investidores Qualificados que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Quotas no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Para mais informações, vide Seção “Fatores de Risco” deste Prospecto.

9. OBJETIVO

O objetivo do Fundo é atuar no sentido de proporcionar aos Quotistas a valorização de suas Quotas preponderantemente por meio da aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e, conforme o caso, de Outros Ativos. Observados os termos e condições do Contrato de Cessão e do Regulamento, o Fundo adquirirá das Cedentes, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.

10. TIPO DE FUNDO

O Fundo é um fundo de investimento em direitos creditórios, constituído, nos termos da Instrução CVM nº 356, sob a forma de condomínio fechado.

11. PRAZO DE DURAÇÃO

O prazo de duração do Fundo será até 31 de dezembro de 2040 ou, em caso de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o prazo de vigência encerrar-se-á em 180 dias da data de ocorrência do respectivo evento de Amortização Antecipada, o que ocorrer antes. O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas no Regulamento.

12. CEDENTES DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Pessoas jurídicas de direito privado, devidamente identificadas por seu respectivo número de inscrição no CNPJ/MF, titulares de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, perfilados na última Relação de Cedentes enviada pela Administradora ao Custodiante, e que tenham celebrado Contrato de Cessão e estejam cadastradas nos sistemas do Custodiante.

13. IDENTIFICAÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

13.1. Administradora

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

São Paulo – SP

CEP 01009-905

Contato: Sr. Antônio Joel Rosa

Telefone: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

e-mail: joelrosa@concordia.com.br

Site: www.concordia.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.

13.2. Estruturador e Distribuidor Líder

Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Rua Minas de Prata, nº 30 – 15º andar

São Paulo – SP

CEP 04552-080

Contato: Sr. Atila Noaldo Serejo Alves Silva

Telefone: (11) 3074-8000

Fax: (11) 3074-8096

e-mail: anoaldo@banifib.com.br

Site: www.banifib.com.br

Para maiores informações vide Seção “Informações das Instituições relacionadas à Oferta” deste Prospecto.

13.3. Gestor e Co-Estruturador

Security Administradora de Recursos Ltda.

Rua Rodrigo Silva nº 8, sala 301

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20011-040

Contato: Sr. Paulo Henrique Louredo Neves

Telefone: (21) 2210-5335

Fax: (21) 2210-5335

e-mail: paulo@securityasset.com.br

Site: www.securityasset.com.br

13.4. Agências de Classificação de Risco

Fitch Ratings Brasil Ltda.

Rua Bela Cintra nº 904, 4º andar

São Paulo – SP

CEP 01415-000.

Contato: Sr. Ely mizrahi

Telefone: (11) 45042600

Fax: (11) 45042601

e-mail: ely.mizrahi@fitchratings.com

Site: www.fitchratings.com.br

SR Rating Prestação de Serviços Ltda.

Rua Geraldo Flausino Gomes nº42, cj 112

São Paulo – SP

CEP 04575-060

Contato: Sr. Robson Makoto Sato

Telefone: (11) 5505-1080

Fax: (11) 5505-6181

e-mail: robson@srrating.com.br

Site: www.srrating.com.br

13.5. Empresa Auditoria

KPMG Auditores Independentes

Rua Renato Paes de Barros, nº 33

São Paulo - SP

CEP 04530-904

Contato: Sr. Pedro Vitor Zago

Tel: (55) (11) 2183-3000

Fax: (55) (11) 2183-3001

www.kpmg.com.br

13.6. Assessoria Legal

Motta, Fernandes Rocha Advogados

Alameda Santos, 2335, 10º e 11º andares

São Paulo – SP

CEP 01409-002

Contato: Sr. Michael Altit

E-mail: maltit@mfra.com.br

Tel.: (55) (11) 3082-9398

Fax: (55) (11) 3082-3272

www.mfra.com.br

13.7. Representante dos Quotistas

Dias Costa A Serviços Financeiros e Fiduciários Ltda.

Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 01, grupo 317, Barra da Tijuca

Rio de Janeiro – RJ

CEP 22775-003

Contato: Sr. Juarez Dias Costa

E-mail: dca@dcasf.com.br

Tel.: (55) (21) 2112-4912

Fax: (55) (21) 2112-4912

14. TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

Observado valor mínimo mensal de R\$112.000,00, será devida à Administradora, a título de Taxa de Administração, uma remuneração mensal correspondente a 1/12 do percentual de 1,50% ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurada diariamente e paga, pelo Fundo, observado critério *pro rata temporis*, por dias úteis, nos termos abaixo descritos, acrescida dos valores a seguir mencionados. O valor em Reais acima mencionado será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 meses, contado a partir da 1ª Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M.

A primeira remuneração devida à Administradora será paga no 5º Dia Útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e as demais parcelas da Taxa de Administração, nas datas de pagamento dos valores abaixo definidos ou no 5º Dia Útil de cada mês calendário, conforme o caso.

Ao valor da parcela da Taxa de Administração devida à Administradora, nos termos acima descritos, será acrescido, uma única vez, do valor correspondente ao somatório: (i) da aplicação do percentual de 0,50% sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Subordinadas e de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série; e (ii) da aplicação do percentual de 0,50% sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série. O valor aqui mencionado será devido e pago no 5º Dia Útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição de Quotas Subordinadas.

Ao valor da taxa de administração será também acrescido, a cada Distribuição de Quotas Seniores, uma única vez, o valor correspondente à aplicação do percentual de 0,70% incidente sobre o preço de subscrição das Quotas Seniores da Série “k” efetivamente subscritas, no curso da respectiva Distribuição, conforme previsto no Suplemento da respectiva Série. Os valores aqui mencionados serão devidos e pagos no 5º Dia Útil imediatamente subsequente a cada data de subscrição de Quotas Seniores da respectiva Série.

Desde que constantes de orçamento previamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas, ao valor da taxa de administração acima referida será também acrescido montante equivalente a, no máximo, R\$150.000,00 no primeiro ano de funcionamento do Fundo, a ser utilizado com as despesas de propaganda e *marketing* do Fundo acima mencionadas.

A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembléias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.

A Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração.

A Administradora não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.

15. SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA, DO GESTOR, DO CUSTODIANTE, DO REPRESENTANTE DOS QUOTISTAS, DA EMPRESA DE AUDITORIA E DAS AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Os Quotistas poderão substituir a Administradora e/ou o Gestor. Para tanto, a maioria dos Quotistas titulares da classe de Quotas que desejem substituir a Administradora e/ou o Gestor deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação. Após o recebimento da comunicação acima referida, a Administradora deverá imediatamente convocar a realização de Assembleia Geral para que seja deliberada pelos Quotistas a respectiva substituição.

Caso a substituição da Administradora e/ou do Gestor seja aprovada pela maioria dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, conforme disposto no Regulamento, a Administradora deverá imediatamente convocar nova Assembleia Geral, no curso da qual a maioria das Quotas cuja classe que não esteja solicitando a substituição da Administradora e/ou do Gestor deverá indicar o nome, a qualificação, a experiência e a remuneração, em ordem de preferência, de no mínimo 3 instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora e/ou do Gestor, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável e do Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas não solicitantes não poderá ser superior ao valor da parcela mensal da Taxa de Administração a que a respectiva instituição a ser substituída faz *jus* nos termos do Regulamento.

Observado o disposto no Regulamento, a maioria dos Quotistas deverão escolher uma das 3 instituições indicadas no curso da Assembleia Geral acima referida.

Caso os Quotistas, nos termos acima descritos, rejeitem as indicações propostas, os Quotistas que não estejam solicitando a substituição da Administradora e/ou do Gestor deverão elaborar nova lista de indicação a ser submetida à aprovação dos Quotistas que estejam solicitando a substituição. Este procedimento poderá ser repetido até 3 vezes consecutivas, sendo que, não havendo definição acerca da nova instituição administradora e/ou gestora após a terceira votação, ocorrerá um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Regulamento.

Na hipótese de os Quotistas não definirem, em Assembleia Geral, a instituição que deverá exercer a função de instituição administradora e/ou gestora do Fundo, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas que não estejam solicitando a substituição da Administradora e/ou do Gestor.

A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no jornal “Monitor Mercantil” e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo, desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 dias e, no máximo, 30 dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização

Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos do Regulamento, até a conclusão dos procedimentos referidos no Regulamento.

A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 dias contado da data de realização da Assembleia Geral acima referida ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas no curso da respectiva Assembleia Geral. O prazo de 90 dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições do Regulamento, devendo a nova instituição administradora ser remunerada nos termos do Regulamento durante todo esse período.

A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, sem qualquer custo adicional para o Fundo, no prazo de até 10 Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo acima estabelecido, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes, independente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos do Regulamento.

Em caso de renúncia do Gestor, deverão ser igualmente observados os procedimentos acima descritos, relativos à renúncia da Administradora.

Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos acima definidos para a substituição da Administradora.

O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos do Regulamento. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.

No caso de renúncia ou substituição, a Administradora, o Gestor ou o Custodiante, conforme o caso, fará *jus* ao recebimento de sua respectiva remuneração, calculada *pro rata temporis* até a data em que permanecer no exercício de suas funções.

Os Quotistas titulares de 5% das Quotas em Circulação poderão solicitar, a qualquer tempo, nos termos do Regulamento convocação de Assembleia Geral para deliberar a substituição da Empresa de Auditoria, do Representante dos Quotistas e/ou de qualquer Agência de Classificação de Risco. A substituição da Empresa de Auditoria, do Representante dos Quotistas e/ou de qualquer Agência de Classificação de Risco deverá ser aprovada pelos votos favoráveis dos titulares da maioria das Quotas Seniores em Circulação, observada necessidade de aprovação pelo voto afirmativo dos titulares da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação no caso de substituição do Representante dos Quotistas.

16. ENCARGOS DO FUNDO

Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:

- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
- b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas no Regulamento ou na regulamentação pertinente;
- c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;
- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação de agência de classificação de risco; e
- k) despesas com o Representante dos Quotistas.

Quaisquer despesas não previstas no Regulamento como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

17. POLÍTICA DE INVESTIMENTO, COMPOSIÇÃO E DIVERSIFICAÇÃO DA CARTEIRA

As aplicações do Fundo estarão sujeitas aos requisitos de composição e diversificação estabelecidos pelas normas regulamentares em vigor, sempre observados os termos e as condições do Regulamento.

O Fundo poderá manter ou aplicar seu Patrimônio Líquido nos seguintes ativos:

Composição da Carteira	Percentual em Relação ao Patrimônio Líquido do Fundo*	
	Mínimo	Máximo
a) Direitos Creditórios	50%	100%
b) moeda corrente nacional	0%	50%
c) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen	0%	50%
d) operações compromissadas, lastreadas em títulos públicos federais, tendo contraparte qualquer das Instituições Autorizadas	0%	50%
e) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI ou SELIC, administrados por Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas “c” e “d” acima	0%	50%

(*) Decorridos 90 dias do início das atividades do Fundo.

Tabela 5: Política de Investimento e Composição e Diversificação da Carteira do Fundo.

É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável. Ademais, é vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.

Com relação aos Outros Ativos, é vedada a realização de qualquer operação financeira, pelo Fundo, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou operações compromissadas, em que o Gestor, qualquer dos Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.

A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não respondem pela solvência do Sacado, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.

O Gestor envidará seus melhores esforços para adquirir Outros Ativos cujos vencimentos propiciem à carteira classificação de investimento de “longo prazo”, para fins de tributação dos Quotistas.

Em 8 de dezembro de 2009, o Colegiado da CVM deliberou, em caráter excepcional, pela dispensa do cumprimento, pelo Fundo, do prazo de enquadramento do Fundo ao artigo 40 da Instrução CVM nº 356, devendo o Fundo alocar, no mínimo, 50% e, no máximo, 100% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis em até 180 dias contados do início de suas atividades.

17.1. Operações com Instrumentos Derivativos

O Gestor, por conta e ordem do Fundo, não poderá realizar operações com instrumentos derivativos.

18. AS QUOTAS

O Fundo poderá (i) emitir 1 classe de Quotas Seniores, as quais poderão ser divididas em Séries distintas, mantidas concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais

Distribuições, independentemente de aprovação prévia dos titulares das Quotas Seniores em Circulação; e (ii) manter em Circulação Séries de Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$1.000.000.000,00, valor este a ser atualizado anualmente pela variação acumulada pelo IGP-M, a partir do início das atividades do Fundo. O montante, a quantidade, as Datas de Amortização, o percentual das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Seniores serão definidos no Suplemento da Série “k”.

O Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 classe de Quotas Subordinadas, em número indeterminado e em série única, observado o disposto no Regulamento.

A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.

O valor mínimo de aplicação no Fundo não poderá ser inferior a R\$25.000,00.

18.1. Quotas Seniores

Cada Quota Sênior da Série “k” possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:

- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto no Regulamento;
- b) tem o preço unitário (P_k) de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão de cada Série, conforme estabelecido no respectivo Suplemento;
- c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “k”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas no Regulamento, resgate, calculado na abertura de todo Dia Útil pela Administradora, sendo que o mesmo será equivalente ao menor valor entre:

i)

$$VQS_{k;T} = (VQS_{k;T-1} - VAP_{k;T-1} - SANP_{k;T-1}) \times [(1 + DI_{T-1}) \times (1 + S_k)]^{\frac{1}{252}}$$

onde:

$K = 1, 2...n$ Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;

$VQSk;T$ valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado para a data “T”;

$VQS_{k;T-1}$ valor unitário de cada Quota Sênior da Série “k” calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T” (de acordo com a equação acima). Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão da respectiva Série “k”, $VQS_{k;T-1}$ será igual a “ P_k ”;

$VAP_{k;T-1}$	valor unitário da Amortização Programada efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “k”, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;
$SANP_{k;T-1}$	valor unitário do somatório das Amortizações Não Programadas efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “k”, até o Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;
DI_{T-1}	Taxa DI, referente ao Dia Útil anterior à data “T”, calculada e divulgada pela CETIP. Exemplo: Se a Taxa DI for 11,25%, então $DI_{T-1} = 11,25$; e
S_k	Fator <i>Spread</i> , expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 casas decimais, definido no respectivo Suplemento da Série “k”.

ou

ii)

$$VQS_{k;T} = \frac{PL_T \times VQSDI_{k;T}}{\sum_{k=1}^n NQS_{k;T} \times VQSDI_{k;T}},$$

onde:

$k = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
$VQS_{k;T}$	valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado na data “T”;
PL_T	Patrimônio Líquido do Fundo apurado na data “T” nos termos do Regulamento;
$NQS_{k;T}$	número de Quotas Seniores da Série “k” em Circulação na data “T”;
$VQSDI_{k;T}$	valor unitário de cada Quota Sênior da Série “k”, calculado para a data “T”, na forma da alínea (i) acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série “k”.

- d) nos termos do Regulamento, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, nos termos do Regulamento, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização/resgate antecipada(o) na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, realização de um Resgate Antecipado ou de uma Amortização Não Programada, conforme o caso, sendo que, em qualquer desses casos, não haverá qualquer tipo de

preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação;

- f) os créditos dos titulares das Quotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, são *pari passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação; e
- g) observado o disposto no Regulamento, tem o direito de votar determinadas as matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 voto.

18.2. Quotas Subordinadas

Cada Quota Subordinada possui como característica e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:

- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos do Regulamento;
- b) tem o preço unitário de R\$1.000,00 na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
- c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma do Regulamento, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração; e
- d) observado o disposto no Regulamento, enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, terá o direito de votar com referência a determinadas matérias objeto de deliberação nas Assembléias Gerais.

18.3. Emissão, Subscrição, Integralização e Negociação de Quotas

As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado na forma definida no Regulamento, na data em que os respectivos recursos, em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen, sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo.

A aplicação em Quotas Subordinadas poderá ser efetuada somente pelo Sacado, em moeda corrente nacional.

As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo (i) amortizáveis antecipadamente fora do curso ordinário do Programa de Securitização, exceto na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou

Amortização Não Programada; ou (ii) resgatáveis, exceto na hipótese de ocorrência de um Resgate Antecipado, sendo admitida, ainda, a realização das Amortizações Programadas, nos termos estabelecidos no Regulamento.

Nos termos do boletim de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série, 24% (vinte e quatro por cento) das Quotas Seniores subscritas deverão ser integralizadas à vista, na respectiva data de subscrição, e os 76% restantes, em até 12 meses contados da Data de Subscrição, conforme chamadas de capital da Administradora.

As chamadas de capital deverão ocorrer mediante o envio, pela Administradora aos Quotistas, de correspondência com aviso de recebimento ou fax, a qual deverá conter informações sobre (i) o valor e o número total de quotas a serem integralizadas, (ii) a data limite para integralização das cotas, e (iii) informações sobre a conta corrente em que os recursos referentes à integralização deverão ser depositados.

O prazo para a integralização das quotas estabelecido em cada notificação de integralização não poderá ser inferior a 5 dias úteis contados do envio da referida notificação de integralização. O pagamento poderá ser realizado por meio de mecanismo de transferência de recursos autorizado na data pelo Bacen, a ser previamente informado pela Administradora.

A Administradora entregará aos Quotistas os recibos de integralização de Quotas devidamente autenticados, tão logo tenha verificado o pagamento dos valores constantes de cada notificação de integralização.

Os valores devidos por conta de atrasos dos Quotistas estarão sujeitos a: juros moratórios de 1% ao mês sobre o valor devido em atraso *pro rata temporis*, multa não compensatória de 2% e honorários advocatícios que venham a ser arbitrados em sentença judicial.

Além das penalidades indicadas acima, enquanto pendentes pagamentos devidos por qualquer Quotista inadimplente (i) as amortizações a que fizer *jus* serão utilizadas para compensação dos valores devidos ao Fundo até o limite de seus débitos, independentemente de qualquer notificação, e (ii) todos os direitos políticos e patrimoniais de todas as Quotas do SUBSCRITOR serão suspensos.

Caso o Quotista descumpra a obrigação de efetuar o pagamento devido e, notificado para sanar tal inadimplemento, deixe de fazê-lo no prazo acima referido, a Administradora, independentemente de qualquer outro aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da faculdade de resilir o respectivo boletim de subscrição, poderá requerer, com fundamento no artigo 273 combinado com os artigos 461, 461-A, 466-A e 466-C do Código de Processo Civil, a tutela específica da obrigação inadimplida ou, a seu juízo, promover execução da obrigação de fazer, com fundamento nos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

Por fim, aplicar-se-ão ao Quotista eventualmente em mora ou remisso os artigos 106 e 107 da Lei nº 6.404/76, parcialmente alterada pela Lei nº 9.457/97.

18.4. Amortização e Resgate de Quotas

A partir do 60º Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, deverá, observada a ordem de aplicação dos recursos definida no Regulamento, dar início aos seguintes procedimentos:

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios das Cedentes, caso o Fundo não atenda à RC e aos demais índices e parâmetros definidos no Regulamento; e
- b) gerir a alocação em Outros Ativos de modo a dispor, na respectiva Data de Amortização, do montante de recursos mais próximo possível do valor da próxima Amortização Programada.

Em cada Data de Amortização Programada, conforme definido no Suplemento da Série “k”, o Fundo deverá promover a amortização de Quotas Seniores de acordo com a seguinte expressão:

$$VA_{k;ta} = VQS_{k;ta} - (P_k - SAM_{k;ta} - AM_{k;ta} - SANP_{k,T-1}),$$

onde:

$k = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação;
$ta = 1, 2...n$	ordinais das Datas de Amortização da Série “k”, conforme definido no respectivo Suplemento;
$VA_{k;ta}$	valor unitário da Amortização Programada das Quotas Seniores da Série “k” na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”, conforme estabelecido no respectivo Suplemento;
$VQS_{k;ta}$	valor unitário da Quota Sênior da Série “k” na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;
P_k	valor unitário de emissão “ P_k ” em reais na 1ª Data de Emissão da Série “k”, conforme estabelecido no respectivo Suplemento;
$SAM_{k;ta}$	somatório de “ $AM_{k;ta}$ ” efetivamente pagos aos titulares de cada Quota Sênior da Série “k” até o Dia Útil imediatamente anterior a Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;
$AM_{k;ta}$	$AM_{k;ta}$ apurado na Data de Amortização “T” e calculado por meio da seguinte expressão:

$$AM_{k;ta} = P_k \times PP_{k;ta}$$

$PP_{k;ta}$	percentual de “ P_k ” a ser amortizado na Data de Amortização correspondente ao índice “ ta ”, conforme definido no Suplemento da Série “ k ”;
$SANP_{k;T-1}$	valor unitário das Amortizações Não Programadas efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “ k ”, até o Dia Útil imediatamente anterior à data “ T ”.

Na hipótese da alínea “a” acima, o Fundo somente poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes após o contar com recursos em montante suficiente para o pagamento integral da(s) próxima(s) Amortização(ões) Programada(s), a serem realizadas nos próximos 90 dias imediatamente subsequentes, e/ou o reenquadramento da RC e dos índices e parâmetros definidos no Regulamento.

Em cada data de aniversário da primeira Data de Emissão da Série de Quotas Seniores mais antiga em Circulação na ocasião, caso assim solicitado pelo respectivo Quotista nos termos abaixo descritos, o Fundo deverá promover anualmente a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos acima definidos, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, a Alocação de Investimento Mínima atenda ao disposto no Regulamento e a Relação Mínima deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,135, todos calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

Os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderão outrossim solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Amortização de Quotas Subordinadas, que o Fundo realize a referida amortização. Neste caso, cada Quotista, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da Amortização Programada, sempre até o limite acima previsto.

Na hipótese acima mencionada, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.

A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos de amortização de Quotas Subordinadas, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores.

Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor da Quota de abertura em vigor no dia do respectivo pagamento.

Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora e/ou do Custodiante em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser um Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.

A amortização e o resgate de Quotas podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios Adquiridos, nas hipóteses de dação em pagamento previstas no Regulamento.

Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos no Regulamento.

18.5. Resgate Antecipado

O Fundo, por intermédio da Administradora, mediante comunicação encaminhada pelo Sacado, observado o disposto no Regulamento e independente de realização de Assembleia Geral, poderá proceder ao Resgate Antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas Seniores de Série “k” em Circulação na ocasião.

O Resgate Antecipado será realizado no prazo de 60 dias, contado da data de publicação de aviso aos Quotistas realizado no jornal “Monitor Mercantil”, pelo valor das respectivas Quotas, apurado na forma do Regulamento.

O Aviso de Resgate Antecipado indicará qual(is) Série(s) será(ão) resgatada(s) e conterà o valor do Resgate Antecipado e o valor do prêmio a que fizerem *jus* os titulares da respectiva Série de Quotas Seniores, do valor do Resgate Antecipado de cada Quota da respectiva Série, calculado *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a 1ª Data de Emissão da respectiva Série, exclusive, e termo final a Data de Resgate, inclusive, que será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PRM_k = VQS_{k:T} \times \left[\left(1 + S_k \right)^{\frac{du}{252}} - 1 \right]$$

onde:

$K = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
PRM_k	Valor unitário do prêmio da Quota Sênior da Série “k” calculado na data de Resgate Antecipado;
$VQS_{k:T}$	Valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado para a data “T”;
S_k	Fator <i>Spread</i> , expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 casas decimais, definido no respectivo Suplemento da Série “k”;
Du	número de Dias Úteis entre a data de Resgate Antecipado, exclusive, e a última Data de Amortização da Quota Sênior da Série “k” calculado para a data “T” de vencimento da respectiva Série, inclusive.

18.6. Procedimento de Resgate Antecipado

Após o segundo aniversário da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o Sacado poderá encaminhar à Administradora: (i) comunicação preparada substancialmente na forma do Regulamento solicitando que o Fundo, por intermédio da Administradora, publique aviso no Periódico e envie aos titulares da respectiva Série de Quotas objeto do Resgate Antecipado, o Aviso de Resgate Antecipado, e (ii) boletim de subscrição preparado pela Administradora, devidamente assinado pelos representantes legais do Sacado, acompanhado das respectivas autorizações societárias e dos poderes de representação dos signatários do boletim de subscrição, por meio do qual o Sacado obrigará-se-á, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar, no prazo de até 45 Dias Úteis, contado da publicação da Notificação de Resgate, em moeda corrente nacional, Quotas Subordinadas em número suficiente à realização, pelo Fundo, do Resgate Antecipado, incluindo o pagamento do respectivo Prêmio de Resgate, na Data de Resgate.

Os titulares das Quotas somente farão *jus* ao Prêmio de Resgate caso o Resgate Antecipado seja causado em razão do disposto acima.

Somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas poderão ser resgatadas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, nos termos do Regulamento.

19. CUSTÓDIA DOS ATIVOS DE TITULARIDADE DO FUNDO

Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundo de investimento e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.

20. METODOLOGIA DE VERIFICAÇÃO DO LASTRO DOS DIREITOS CREDITÓRIOS

Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a metodologia para verificação do lastro dos Direitos Creditórios consistirá na confirmação, pelo Sacado, quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, da existência da totalidade dos Direitos Creditórios ofertados, bem como seu respectivo valor.

Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará a metodologia mencionada no parágrafo acima, a qual consiste na confirmação, pelo Sacado, em cada oferta de Direitos Creditórios ao Fundo, sobre sua existência e respectivo valor.

21. TRIBUTAÇÃO

O disposto nesta Seção tem por objetivo informar genericamente o tratamento tributário aplicável aos Quotistas e ao Fundo, sem a análise das situações tributárias específicas que podem alcançar os Quotistas em determinadas situações. Por esta razão, recomendamos aos Quotistas consultarem seus assessores tributários com respeito ao tratamento aplicável especificamente ao investimento realizado no Fundo.

21.1. Tributação Aplicável aos Quotistas

21.1.1. IOF

O IOF/Títulos é cobrado à alíquota de 1% ao dia sobre o valor do resgate, liquidação, cessão ou repactuação das Quotas do Fundo, limitado a um percentual do rendimento da operação, em função do prazo, conforme a tabela regressiva anexa ao Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, sendo este limite igual a 0% do rendimento para as operações com prazo igual ou superior a 30 dias. Outras operações não abrangidas anteriormente, realizadas com Quotas do Fundo, estão sujeitas, atualmente, à alíquota de 0% do IOF/Títulos. Em qualquer caso, a alíquota do IOF/Títulos pode ser majorada a qualquer tempo, por ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

21.1.2. IOF sobre Operações de Câmbio – IOF/Câmbio

As conversões de moeda estrangeira para a moeda brasileira, bem como de moeda brasileira para moeda estrangeira, porventura geradas no investimento em Quotas do Fundo, estão sujeitas ao IOF/Câmbio. A alíquota máxima do IOF/Câmbio definida pelo art. 15 do Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, é de 25%. Atualmente, a alíquota do IOF/Câmbio aplicável à maioria das operações de câmbio é de 0,38%. Contudo, a alíquota do IOF/Câmbio encontra-se atualmente reduzida a zero para as operações de câmbio relativas a transferências do e para o exterior realizadas por investidor estrangeiro para aplicação nos mercados financeiro e de capitais na forma regulamentada pelo CMN.

21.1.3. Imposto de Renda

O Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo tomará por base:

- a) a residência dos Quotistas do Fundo:
 - (i) no Brasil; e
 - (ii) no exterior; e
- b) três eventos financeiros que caracterizam o auferimento de rendimento e a sua conseqüente tributação:
 - (i) a cessão ou alienação de Quotas;
 - (ii) o resgate de Quotas do Fundo; e
 - (iii) a amortização de Quotas do Fundo.

21.1.3.1. Quotistas do Fundo Residentes no Brasil

a) Cessão ou Alienação de Quotas:

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas devem ser tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15%. Esta tributação é definitiva para as pessoas físicas domiciliadas no Brasil e para as pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples. Para as demais pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, esta tributação antecipa o IRPJ incidente sobre o lucro tributável – os ganhos auferidos nestas operações por essas pessoas jurídicas devem ser incluídos na apuração do seu lucro tributável pelo IRPJ e pela CSLL. No caso das pessoas jurídicas sujeitas ao regime não-cumulativo das contribuições, há sujeição à incidência do PIS e da COFINS, porém atualmente há previsão de alíquota zero de PIS e COFINS para receitas financeiras.

Adicionalmente ao Imposto de Renda de 15%, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005% sobre o valor de alienação (a título de antecipação do imposto de renda de 15% comentado no parágrafo acima).

b) Resgate das Quotas:

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado pelo Imposto de Renda na fonte conforme a seguir descrito.

Em geral, essa incidência acontece com base em alíquotas regressivas em razão do prazo médio da carteira do Fundo e também do prazo do investimento feito pelo quotista.

A carteira do Fundo será de longo prazo se os títulos e valores mobiliários (conforme especificado na legislação) que a compõem tiverem prazo médio de vencimento superior a 365 dias. Nesta hipótese, as alíquotas regressivas do IRRF aplicáveis sobre os rendimentos serão as seguintes:

Fundo de investimento - longo prazo	
Prazo de investimento do quotista	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
De 181 a 360 dias	20%
De 361 a 720 dias	17,5%
Acima de 720 dias	15%

Se a carteira do Fundo for de curto prazo, ou seja, se o prazo médio de vencimento dos títulos e valores mobiliários (conforme especificado pela legislação) que a compõem for igual ou inferior a 365 dias, as alíquotas regressivas do IRRF sobre os Rendimentos serão:

Fundo de investimento - curto prazo	
Prazo de investimento do cotista	Alíquota
Até 180 dias	22,5%
Acima de 180 dias	20%

Para as pessoas físicas domiciliadas no Brasil, assim como para as pessoas jurídicas isentas ou optantes pelo Simples, esta tributação é definitiva. Para as demais pessoas jurídicas domiciliadas no Brasil, a tributação será antecipação, conforme descrito acima.

Em um fundo fechado, como o Fundo, não há incidência de come-quotas semestral conforme entendimento da Receita Federal.

c) Amortização de Quotas:

No caso de amortização de Quotas, o Imposto de Renda deverá incidir na fonte sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à mesma alíquota aplicável à hipótese de resgate das Quotas.

21.1.3.2. Quotistas do Fundo Residentes no Exterior

Aos Quotistas do Fundo residentes e domiciliados no exterior, por ingressarem recursos no Brasil por intermédio dos mecanismos previstos na Resolução 2.689/2000, é aplicável tratamento tributário específico determinado em função de residirem ou não em país ou jurisdição que não tribute a renda ou capital, ou que a tribute a alíquota máxima inferior a 20%.

21.1.3.3. Investidores Qualificados Não Residentes em Paraíso Fiscal

a) Cessão ou Alienação de Quotas

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota máxima de 15%, a depender da forma como for conduzida a operação. Caso se trate de negociação em bolsa, o ganho é isento.

b) Resgate das Quotas

Na situação de resgate de Quotas, o rendimento será constituído pela diferença positiva entre o valor de resgate e o custo de aquisição das Quotas, sendo tributado à alíquota de 15%.

c) Amortização de Quotas

No caso de amortização de Quotas, o imposto deverá incidir sobre o valor que exceder o respectivo custo de aquisição, em relação à parcela amortizada, à alíquota de 15% na modalidade fonte.

21.1.3.4. Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal

Os Investidores Qualificados Residentes em Paraíso Fiscal, não se beneficiam do tratamento descrito acima, sujeitando-se ao mesmo tratamento tributário quanto ao Imposto de Renda aplicável aos Quotistas do Fundo residentes no Brasil, no que tange à tributação da amortização e resgate.

Os ganhos auferidos na cessão ou alienação das Quotas (i) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 15% em caso de negociação conduzida em bolsa de valores ou mercado de balcão organizado; ou (ii) serão tributados pelo Imposto de Renda à alíquota de 25%, em caso de negociação conduzida em outro ambiente, tal como em mercado de balcão não organizado. Adicionalmente, sobre as operações realizadas em ambiente de bolsa, mercado de balcão organizado ou mercado de balcão não organizado com intermediação, haverá retenção do Imposto de Renda, à alíquota de 0,005%, a título de antecipação, incidente sobre o valor da alienação.

21.2. Tributação Aplicável ao Fundo

21.2.1. IOF

As aplicações realizadas pelo Fundo estão sujeitas atualmente à incidência do IOF/Títulos à alíquota de 0%, sendo possível sua majoração a qualquer tempo, mediante ato do Poder Executivo, até o percentual de 1,50% ao dia.

21.2.2. Imposto de Renda

Os rendimentos e ganhos apurados nas operações da Carteira do Fundo são isentos do Imposto de Renda.

22. PUBLICIDADE E REMESSA DE DOCUMENTOS

Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto no Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil” do Rio de Janeiro, cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº356, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do Regulamento. As publicações aqui referidas deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora. Excepcionalmente, os anúncios de início e de encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública poderão ser serão publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.

Observado o disposto no Regulamento, a Administradora, mediante consulta, deverá colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o valor de cada Quota no dia; e (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor dos índices referidos no Regulamento e da RC. As informações referidas nos itens “i” e “ii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição das Agências de Classificação de Risco, em base diária.

Sem prejuízo dos demais itens aqui descritos, a Administradora deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível no *site* de *internet* desta autarquia:

- a) informe mensal, conforme modelo disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, observando o prazo de 15 dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último dia útil daquele mês, as seguintes informações: (i) saldo das aplicações; (ii) valor do Patrimônio Líquido; (iii) rentabilidade apurada no período; (iv) valor das Quotas e quantidades em Circulação; (v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado; (vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e (vii) número de Quotistas;
- b) os demonstrativos trimestrais previstos no Regulamento, no prazo de até 45 dias após o encerramento de cada trimestre; e
- c) as informações previstas no Regulamento, também conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos lá definidos.

No prazo de 15 dias contado do término dos períodos encerrados em em 30 de novembro, 28 de fevereiro, 31 de maio e 31 de agosto de cada ano, a Administradora deverá divulgar, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil a que se referirem, bem como, em de 15 dias contados de sua respectiva disponibilização, os relatórios preparados pelas Agências de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

A Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas os demonstrativos acima referidos, no prazo de até 45 dias contado do término do trimestre respectivo.

23. PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

Com relação a todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos, sem prejuízo do provisionamento destes Direitos Creditórios, nos termos do Regulamento, deverão ser tomadas as seguintes providências:

- 1. Caso não haja o recebimento total, pelo Fundo, dos valores devidos pelo Sacado, em até 30 dias após o vencimento do respectivo Direito Creditório de sua titularidade, a Administradora encaminhará comunicação ao Cedente e ao Sacado sobre tal inadimplemento. Tal comunicação poderá ser encaminhada por meio de carta, via fac-símile ou por *e-mail*, desde que seu recebimento seja devidamente comprovado.
- 2. Se, em até 15 dias contados do recebimento da comunicação mencionada no item 1 acima, não houver adimplemento do Direito Creditório em atraso ou, se for o caso, pagamento pela resolução

da cessão do respectivo Direito Creditório, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, devidamente atualizado *pro rata temporis*, a Administradora deverá avaliar o custo *versus* o benefício de ingresso com as medidas judiciais e administrativas necessárias para recebimento, pelo Fundo, do respectivo montante.

3. Caso a Administradora decida por ingressar com as medidas judiciais e administrativas, a mesma contratará, às expensas do Fundo e por conta e ordem deste, empresa especializada na recuperação de Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
4. Concomitantemente aos procedimentos acima descritos, caberá ao Custodiante provisionar automática e integralmente os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo vencidos e não pagos por mais de 45 dias (inclusive).
5. Todas as despesas, taxas, custos e emolumentos incorridos pela Administradora com a implementação das rotinas aqui previstas serão arcadas pelo Fundo, não sendo a Administradora responsável pelo não ingresso de tais medidas pela ausência de recursos suficientes no Fundo.

24. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Para solicitar maiores informações sobre o Fundo, bem como consultar este Prospecto e o Regulamento e obter esclarecimentos sobre a Oferta, potenciais investidores e Quotistas poderão entrar em contato com a Administradora e o Distribuidor Líder, nos endereços informados na Seção “13. Identificação dos Prestadores de Serviços” deste Prospecto, e à CVM ou à CETIP por meio dos seguintes endereços, telefones de atendimento e *sites*:

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, 111 – 5º andar – Rio de Janeiro – RJ

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, 340 – 2º e 3º andares – São Paulo – SP

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar – CEP 20031-170 – Rio de Janeiro – RJ

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar – CEP 01009-000 – São Paulo – SP

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

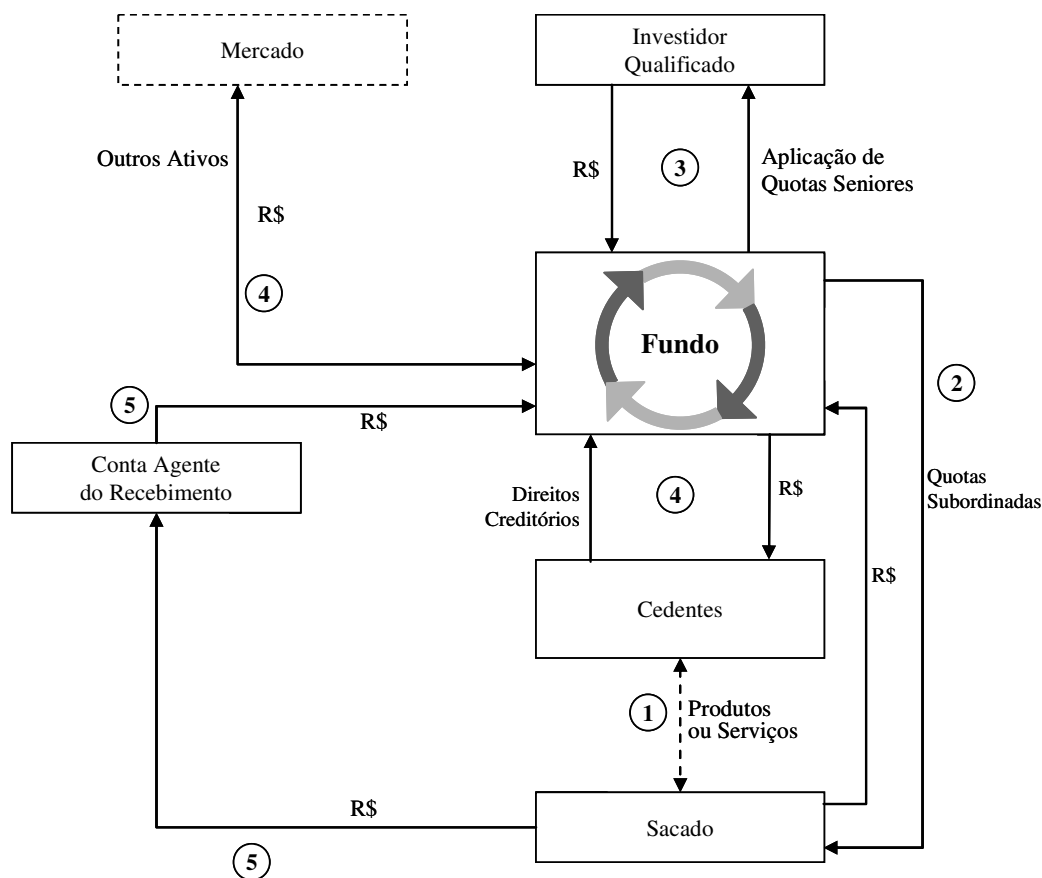
www.cetip.com.br

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CARACTERÍSTICAS DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

O resumo da estrutura do Programa de Securitização apresentado nesta Seção possui apenas a finalidade de oferecer uma visão global dele, de modo que certos termos e condições, principalmente do Regulamento e do Contrato de Cessão, foram simplificados. Nenhuma decisão de investir nas Quotas deverá ser tomada baseada somente nas informações desta Seção. O resumo aqui apresentado deve ser cuidadosamente analisado tomando-se em consideração todas as informações contidas neste Prospecto.

25. DESENHO ESQUEMÁTICO DO PROGRAMA DE SECURITIZAÇÃO

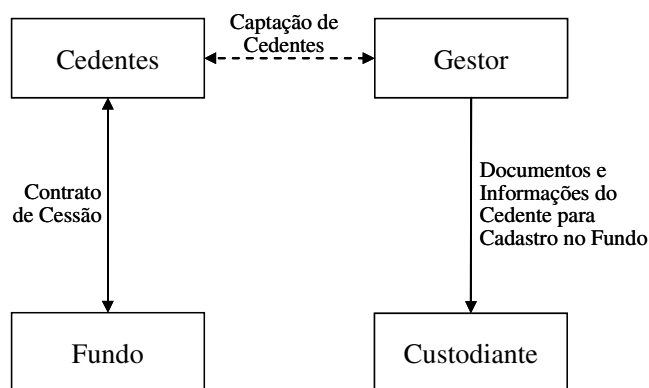


Fluxo 1: Fluxo da Operação.

1. Os Cedentes detêm Direitos Creditórios em face do Sacado decorrentes de operações de compra e venda mercantil ou prestação de serviços.
2. O Sacado subscreve e integraliza Quotas Subordinadas em moeda corrente nacional.

3. O Fundo capta os recursos necessários para a aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, a serem pagos aos Cedentes em moeda corrente nacional, mediante a integralização de Quotas Seniores por Investidores Qualificados, conforme chamadas de capital da Administradora.
4. O Fundo adquire Direitos Creditórios e Outros Ativos utilizando-se das verbas recebidas em “2” e “3” acima e, no curso do Programa de Securitização, dos recursos provenientes do recebimento de valores decorrentes do pagamento de ativos de sua titularidade.
5. Os recursos decorrentes do pagamento da totalidade (100%) dos Direitos Creditórios de titularidade de cada Cedente e aqueles cedidos ao Fundo deverão ser pagos pelo Sacado e/ou seus Agentes única e exclusivamente em conta corrente vinculada de titularidade do respectivo Cedente, mantida no Custodiante. O Custodiante deverá proceder à conciliação das verbas depositadas em cada Conta Agente de Recebimento e, no mesmo Dia Útil ao da realização de tal conciliação, os recursos vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo deverão ser transferidos pelo Custodiante única e exclusivamente para a Conta Corrente do Fundo.

26. DESENHO ESQUEMÁTICO DA ORIGNAÇÃO E PROCEDIMENTOS DE *MARKETING* E PROPAGANDA DO FUNDO



1. O Gestor entrará em contato com potenciais Cedentes para celebração de cada Contrato de Cessão e respectivo cadastro pelo Custodiante, conforme descrito na Seção “28. Condições Precedentes” a seguir. Para tanto, o Gestor poderá, por conta e ordem do Fundo, às expensas da Administradora, desde que previamente aprovado única e exclusivamente pelos titulares das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral dos titulares desta classe de Quotas, convocada exclusivamente para este fim, nos termos do Regulamento, realizar procedimentos de *marketing* e propaganda com a finalidade única e exclusiva de informar os Cedentes da existência do Fundo e dos termos e condições praticados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios.
2. As atividades de propaganda e *marketing* mencionadas no item “1” acima incluem, sem limitação, sempre observado o que vier a ser deliberado e aprovado pelos titulares de Quotas Subordinadas, nos termos da Assembléia Geral acima referida, a publicação de anúncios em jornais de grande

circulação, realização de eventos e seminários, envio de mala direta, bem como a contratação de profissionais especializados.

Nos termos do Contrato de Gestão, deverão constar em todos os materiais a serem utilizados pelo Gestor nos procedimentos de *marketing* e propaganda, acima referidos, os seguintes dizeres: “*Este documento/anúncio é de caráter exclusivamente informativo, não se tratando de oferta de venda de quotas.*”

27. PLANO DE ORIGINAÇÃO

A originação de Direitos Creditórios é da responsabilidade do Gestor. O plano de originação tem como objetivo acessar os Fornecedores e propor o respectivo cadastro no Fundo. No momento inicial, as ações previstas para implementar o plano são as que constam na tabela abaixo:

Ações	Descrição
Material de Divulgação do Fundo	Preparação de material de suporte, orientação e cadastro.
Mala Direta	Encaminhamento de mala direta para todos os Fornecedores ativos.
<i>E-mail Marketing</i>	Encaminhamento de <i>e-mail marketing</i> para todos os Fornecedores ativos.
Realização de Eventos	Realização de 2 eventos nas cidade do Rio de Janeiro e São Paulo para os 300 maiores Fornecedores.
<i>One-on-One</i>	Visita aos 30 maiores Fornecedores.
Divulgação do Fundo nas faturas	Divulgação do Fundo aos Fornecedores, através de publicidade nas faturas.

Após o cadastro de um universo de Cedentes suficiente para viabilizar o Fundo, o Gestor irá manter o relacionamento, dar suporte e manter os cadastros atualizados dos Fornecedores, através de uma equipe comercial responsável por contatos diários com os Cedentes cadastrados e com os potenciais novos Cedentes.

No caso de o volume de Direitos Creditórios ser insuficiente para manter o Fundo, o Gestor irá desenvolver novo plano de originação de acordo com as necessidades do momento.

28. CONDIÇÕES PRECEDENTES

Para que os Cedentes possam ofertar Direitos Creditórios ao Fundo, terão que ser obedecidas as seguintes condições precedentes:

- a) celebração do Contrato de Cessão entre cada Cedente, a Administradora e, na qualidade de intervenientes o Custodiante e o Sacado, bem como reconhecimento das firmas dos representantes do respectivo Cedente, signatários de tal contrato;
- b) outorga, por cada Cedente, na data de celebração do Contrato de Cessão, da Procuração Irrevogável em favor da Administradora;
- c) entrega ao Gestor, por cada Cedente, de cópia de seu estatuto (ou contrato) social atualizado, juntamente com cópia dos documentos que comprovam os poderes de representação do Cedente para firmar o respectivo Contrato de Cessão e demais instrumentos relacionados ao Programa de Securitização, conforme o caso;
- d) celebração, entre cada Cedente e o Custodiante, do respectivo Contrato de Conta Vinculada, bem como reconhecimento das firmas dos representantes do respectivo Cedente, signatários de tal contrato;
- e) registro, por cada Cedente, do respectivo Contrato de Cessão, em cartório localizado em sua sede, conforme disposto no Regulamento;
- f) encaminhamento, por cada Cedente à Administradora, de via original do respectivo Contrato de Cessão registrado conforme disposto na alínea “e” acima;
- g) recebimento, pela Administradora, da via original registrada do Contrato de Cessão, conforme disposto na alínea “f” acima, e encaminhamento, pela Administradora ao Custodiante, de cópias de cada Contrato de Cessão e do Contrato de Conta Vinculada, devidamente assinados, e dos documentos recebidos nos termos da alínea “c” acima; e
- h) cadastramento, pelo Custodiante, de cada Cedente como habilitado a ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, após recebimento dos documentos mencionados na alínea “g” acima.

Após recebimento, pela Administradora, da via original registrada de cada Contrato de Cessão, conforme disposto na alínea “f” acima, caberá à Administradora providenciar o registro do Contrato de Cessão, às expensas do Fundo, em cartório localizado em sua sede, conforme disposto no Regulamento, observado que será facultado ao Fundo adquirir Direitos Creditórios do respectivo Cedente enquanto o Contrato de Cessão encontra-se em fase de registro na sede da Administradora.

O Custodiante não será responsável pela verificação das condições precedentes acima mencionadas, observada a necessidade de o mesmo realizar o cadastramento do Cedente apenas após recebimento dos documentos acima mencionados.

29. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios oferecidos à cessão aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos no Regulamento e no(s) respectivo(s) Contrato(s) de Cessão cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.

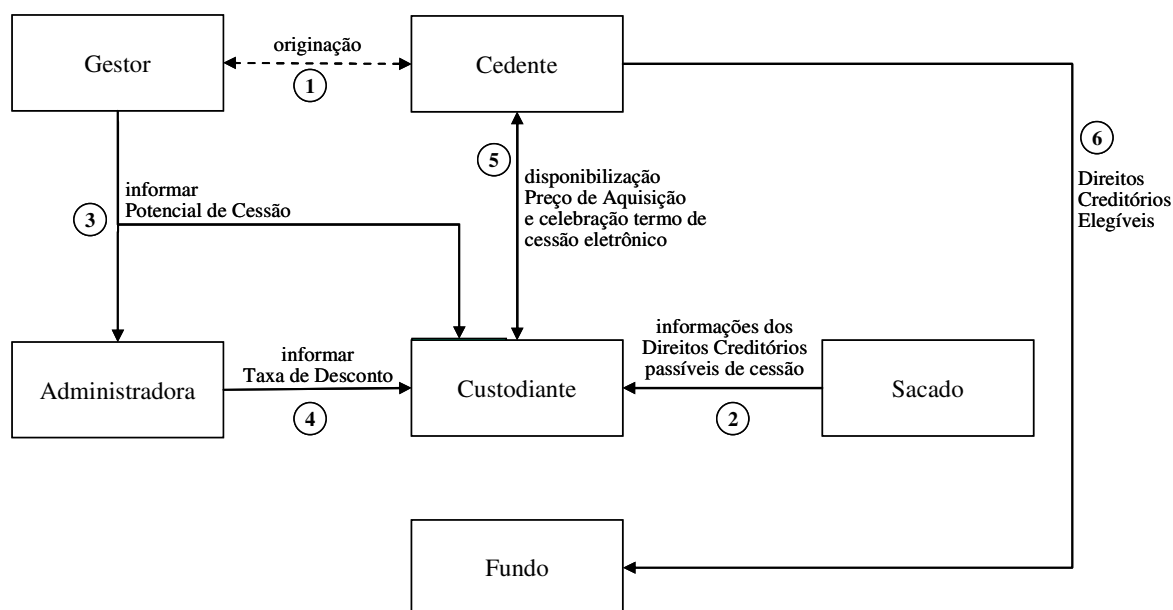
Serão considerados Direitos Creditórios Elegíveis os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Sacado, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos no Regulamento e no(s) respectivo(s) Contrato(s) de Cessão, e que atendam, cumulativamente, em cada Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade:

- a) a Data de Vencimento do respectivo Direito Creditório não é inferior a 5 dias corridos ou superior a 60 dias corridos, contados da respectiva Data de Oferta;
- b) Data de Vencimento do Direito Creditório não é posterior à data de encerramento da última Data de Amortização, considerando-se a Série de Quotas Seniores em Circulação que, na respectiva Data de Oferta, tenha Data de Amortização mais longa;
- c) o valor nominal líquido do respectivo Direito Creditório é igual ou superior a R\$5.200,00; e
- d) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cedidos pelo respectivo Cedente, não é igual ou superior a 10% do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Oferta.

Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra os Cedentes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder e/ou suas respectivas Afiliadas.

Para fins do Programa de Securitização, considera-se *pro forma*: (a) o valor exigível referente ao Direito Creditório, a ser cedido ao Fundo, considerando-se como se o mesmo já integrasse o Patrimônio Líquido do Fundo; e/ou (b) o valor das Quotas do Fundo a serem emitidas, considerando-se como se as mesmas já tenham sido subscritas e integralizadas.

30. DESENHO ESQUEMÁTICO DA CESSÃO, PROCEDIMENTOS DE OFERTA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E FORMALIZAÇÃO DA CESSÃO



O Sacado deverá enviar eletronicamente ao Custodiante, entre 22 horas de cada Dia Útil e 8 horas do Dia Útil imediatamente subsequente, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, no mínimo, as seguintes informações que ainda não tenham sido inseridas nos sistemas do Custodiante, relativas a cada Direito Creditório devido pelo Sacado a cada Cedente e que não seja de titularidade do Fundo:

- nome e CNPJ/MF de cada Cedente;
- Valor Nominal Líquido do respectivo Direito Creditório devido ao respectivo Cedente;
- Data de Vencimento; e
- número do respectivo documento fiscal.

No curso ordinário do Programa de Securitização, a Administradora colocará à disposição do Custodiante, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, das 16:00 horas de cada Dia Útil até às 8:00 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização:

- o valor do Potencial de Cessão calculado pelo Gestor, válido para o Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização; e
- a Taxa de Desconto para a aquisição dos Direitos Creditórios detidos por cada Cedente válida para o Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização.

Após o recebimento das informações acima referidas, o Custodiante, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, colocará à disposição de cada Cedente, a partir das 9:30 horas do mesmo Dia Útil as informações referidas nas alíneas “a” a “d” acima, o Preço de Aquisição de cada Direito Creditório de titularidade do respectivo Cedente e a respectiva Taxa de Desconto utilizada em sua determinação.

Cada Cedente, que tenha interesse em ceder Direitos Creditórios de sua titularidade ao Fundo deverá acessar os Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, por meio de senhas pessoais e códigos específicos, entre 9:30 e 13:00 horas de cada Dia Útil, quando o Cedente deverá definir qual(is) Direito(s) Creditório(s) o respectivo Cedente pretende oferecer à cessão. A conclusão dos procedimentos definidos nos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivo, com a impositação do comando “aceito” na página específica, conforme identificada em cada Contrato de Cessão, caracterizará, em caráter irrevogável e irretratável, uma oferta de cessão endereçada ao Fundo, tendo por objeto a totalidade dos Direitos Creditórios selecionados pelo respectivo Cedente, pelo Preço de Aquisição ali identificado.

Após a conclusão dos procedimentos acima definidos, o Custodiante efetuará: (a) os procedimentos de verificação dos Critérios de Elegibilidade; (b) a verificação do Potencial de Cessão, observado o abaixo disposto; e (c) comunicará sua aceitação à oferta de cessão do Cedente, colocando à sua disposição o competente “termo de cessão eletrônico”, preparado de acordo com o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, até às 15:00 horas da Data de Oferta, identificando quais Direitos Creditórios foram adquiridos. O não envio dos documentos acima referidos caracterizará a recusa da oferta de cessão por parte do Fundo.

Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis oferecidos à cessão pelos Cedentes em cada Dia Útil, o Custodiante selecionará inicialmente os Direitos Creditórios de menor Valor Nominal Líquido e de prazo de vencimento mais curto, sendo que o somatório dos Preços de Aquisição não poderá ser superior ao Potencial de Cessão informado pela Administradora ao Custodiante, nos termos acima descritos. Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião, o Custodiante deverá excluir Direitos Creditórios Elegíveis ofertados pelos Cedentes, partindo sempre do último Direito Creditório escolhido (ou seja, daquele com maior Valor Nominal Líquido e prazo mais longo), até que a somatório do(s) Preço(s) de Aquisição atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão.

Após a conclusão dos procedimentos acima definidos, o pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios aos respectivos Cedentes deverá ser realizado pela Administradora, por intermédio do Custodiante, entre 15:00 e 17:00 horas da Data de Oferta, por meio de qualquer mecanismo transferência de recursos autorizado pelo Bacen (exceto cheque) para a respectiva conta corrente de titularidade dos respectivos Cedentes, identificadas em cada Contrato de Cessão e previamente cadastradas no Custodiante.

A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios por cada Cedente será considerada perfeita e acabada somente após o pagamento do(s) Preço(s) de Aquisição, sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento antes do pagamento.

Conforme disposto no Regulamento, é vedada à aquisição pelo Fundo de frações do valor nominal de um Direito Creditório Elegível.

É vedado a qualquer Cedente recomprar qualquer Direito Creditório vencido e não pago de titularidade do Fundo, sem prejuízo da devolução do Preço de Aquisição, devidamente atualizado *pro rata temporis*, em caso de resolução da cessão de qualquer Direito Creditório, nos termos do respectivo Contrato de Cessão.

31. PREÇO DE AQUISIÇÃO E TAXA DE DESCONTO MÍNIMA

Observada as regras instituídas no Regulamento e nos Contratos de Cessão, o Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo a cada Cedente será calculado pelo Custodiante mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PA_{i,f;T} = \frac{VN_{i,f}}{(1 + TD_{f;T})^{d_y/252}},$$

onde:

$PA_{i,f;T}$	preço de aquisição do Direito Creditório Elegível “i”, do Cedente “f”, no instante “T”;
$VN_{i,f}$	valor nominal do Direito Creditório Elegível “i”, do Cedente “f”;
d_y	número de Dias Úteis entre a Data de Aquisição do Direito Creditório Elegível “i”, exclusive, e a Data de Vencimento do respectivo Direito Creditório, inclusive; e
$TD_{f;T}$	Taxa de Desconto do Cedente “f”, no instante “T”, definida pelo Gestor nos termos do Regulamento, expressa em forma decimal ao ano, informada pela Administradora ao Custodiante por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos.

As negociações para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo serão realizadas a taxas de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, observando-se desde já que a Taxa de Desconto utilizada na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis nunca será inferior à Taxa de Desconto Mínima, apurada nos termos do Regulamento.

A Taxa de Desconto Mínima será equivalente ao resultado da seguinte expressão:

$$TD_{f;T} = \left[\left(1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\sum_{k=1}^n (S_k \times M_{k;T})}{M_{Total;T}} \right) \times (1 + C_T) \right] - 1$$

onde:

$TD_{F;T}$	Taxa de Desconto Mínima para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis na Data de Aquisição “ T ” e do Cedente “ f ”;
DIF_T	cotação da Taxa DI Futura, a que pertence o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis objeto de cessão na respectiva Data de Aquisição “ T ”, negociados na BM&FBOVESPA. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição para o prazo médio ponderado. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 11,25%, então $DIF_T = 11,25$;
S_k	Fator <i>Spread</i> , expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 casas decimais, definido no respectivo Suplemento da Série “ k ”;
$K = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na Data de Aquisição “ T ”;
$M_{k;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores da Série “ k ” em Circulação na Data de Aquisição “ T ”;
$M_{Total;T}$	valor da totalidade das Quotas Seniores em Circulação na Data de Aquisição “ T ”;
C_T	fator que define o <i>spread</i> necessário acima das Quotas Seniores para pagamento das despesas do Fundo, equivalente a 2%;
d_y	número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição, exclusive, e a Data de Vencimento do Direito Creditório Elegível “ y ” a ser adquirido pelo Fundo, inclusive.

O Preço de Aquisição será pago pelo Fundo ao respectivo Cedente, em moeda corrente nacional, nos termos do Regulamento.

Na data deste Prospecto, a expectativa é que a Taxa de Desconto a ser utilizada pelo Fundo seja equivalente a 12,354% ao ano, assumindo-se as seguintes premissas:

Taxa DI Futura, 30 dias	8,63%
S_j , Fator <i>Spread</i> das Quotas Seniores	1,40%
C_T , Fator <i>Spread</i> , acima das Quotas Seniores	2,00%

32. FORMA DE PAGAMENTO E RECEBIMENTO DE VALORES

Todos os pagamentos em moeda corrente nacional a serem efetuados pelos Cedentes ao Fundo e por este aos Cedentes, em razão das obrigações previstas no Contrato de Cessão e no Regulamento, deverão ser efetuados única e exclusivamente da seguinte forma:

- a) quando devidos ao Fundo, mediante a transferência para a Conta Corrente do Fundo, valendo o comprovante de crédito/depósito como prova de pagamento e recibo de quitação; e
- b) quando devidos aos Cedentes, mediante crédito na respectiva Conta Corrente da Cedente, valendo o comprovante de crédito/depósito ou de liquidação de ordem de pagamento como prova de pagamento e recibo de quitação.

33. RESOLUÇÃO DA CESSÃO

Sem prejuízo do disposto no Regulamento acima e observado o disposto no artigo 40 da Instrução CVM nº 356, conforme previsto em cada Contrato de Cessão, o respectivo Cedente deverá restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer dos eventos abaixo identificados, o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente, afetados pela Condição Resolutiva da Cessão, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de pagamento dos respectivos valores, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação de seu Preço de Aquisição:

- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório cedido pelo respectivo Cedente ao Fundo seja recusado pelo Sacado por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
- b) caso o Sacado se recuse, por qualquer motivo, a receber os produtos relativos aos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente ao Fundo ou o Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante e/ou a seu Agente os respectivos Documentos Comprobatórios, nos termos do respectivo Contrato de Cessão;
- c) caso qualquer Direito Creditório cedido pelo respectivo Cedente ao Fundo seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo, inclusive em razão da ocorrência de qualquer dos eventos identificados no Regulamento; ou
- d) caso seja verificado, a qualquer tempo, por qualquer sociedade/terceiro, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro nos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente ao Fundo, cujo fato gerador tenha ocorrido anteriormente à respectiva Data de Aquisição.

34. EVENTOS DE AVALIAÇÃO

São considerados Eventos de Avaliação quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) caso a Administradora tenha ciência de pedido de recuperação falência ou judicial ou extrajudicial do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas;

- b) protesto contra o Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas, cujo valor agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$50.000.000,00 ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados pelo Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas, no prazo máximo de 10 Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Sacado, de comunicação formal enviada pela Administradora informando-a do respectivo evento, (ii) o protesto for cancelado antes de tal prazo; ou (iii) forem prestadas garantias suficientes em juízo;
- c) caso o somatório dos valores transferidos ao Fundo pelos Cedentes em razão da ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão seja igual ou superior a 15% do valor contábil da média de 30 dias da carteira de Direitos Creditórios do Fundo em 2 Datas de Verificação consecutivas ou 3 Datas de Verificação alternadas em um período de 180 dias;
- d) caso a Administradora tenha ciência de alteração ou modificação do objeto social do Sacado que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pelo Sacado;
- e) aprovação de operações de fusão, cisão ou incorporação que envolvam o Sacado;
- f) ocorrência de “mudança de Controle” do Sacado;
- g) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- h) inobservância pelo Custodiante, pelo Gestor e/ou por qualquer dos Cedentes de seus respectivos deveres e obrigações, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado no prazo de 3 Dias Úteis contado do recebimento, pelo Custodiante, pelo Gestor e/ou pelo respectivo Cedente, conforme o caso, de comunicação enviada pela Administradora, informando-o de sua ocorrência;
- i) rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série em mais de 4 sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação de qualquer das Agências de Classificação de Risco;
- j) caso qualquer das Agências de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou superior a 60 dias, em razão de evento imputável à Administradora, ao Custodiante, ao Gestor ou ao Sacado;
- k) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos no Regulamento;
- l) resilição de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, com exceção do Fundo, sem que outra(s) Pessoa(s) assum(a)m integralmente as atribuições ali estabelecidas;

- m) caso o Fundo deixe de atender, nos termos do Regulamento, à Relação de Mínima e à Alocação de Investimento Mínima e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento no prazo de 5 Dias Úteis contado da data em que a Administradora enviar ao Sacado o Boletim de Subscrição;
- n) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no Regulamento em 2 Datas de Verificação consecutivas e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no Regulamento;
- o) caso o Sacado deixe de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas e consolidadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM e/ou deixe de entrega-las à Administradora nos termos previstos no primeiro boletim de subscrição firmado por ele; e
- p) descumprimento, pelo Sacado, de qualquer de suas obrigações dispostas no primeiro boletim de subscrição por ele firmado quando da subscrição de Quota(s) Subordinada(s).

Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento do Programa de Securitização. Caso os titulares das Quotas Seniores, observado o disposto no Regulamento, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos na Seção “34. Eventos de Amortização Antecipada” a seguir, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Quotas, reunidos na Assembleia Geral aqui referida, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos referidos na Seção “34. Eventos de Amortização Antecipada” a seguir.

Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, conforme deliberado pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos do Regulamento, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas no Regulamento, incluindo a amortização de Quotas.

35. EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas, quaisquer das seguintes ocorrências:

- a) requerimento de autofalência, decretação da falência, dissolução ou liquidação do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas;

- b) requerimento de falência do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas, não elidido no prazo legal;
- c) caso os Quotistas não consigam, por 2 Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, nos termos do Regulamento, ou caso não haja aprovação do índice ou parâmetro apresentado pelos titulares das Quotas Subordinadas;
- d) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos definidos no Regulamento não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
- e) caso, após o prazo previsto no Regulamento, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, um novo custodiante para o Fundo, nos termos do Regulamento;
- f) caso a Administradora, de forma a salvaguardar os direitos, garantias e prerrogativas dos Quotistas, decida por interromper definitivamente os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios, conforme definido no Regulamento;
- g) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
- h) caso haja renúncia ou destituição da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Regulamento.

Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) comunicar o fato aos Quotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo abaixo definidos. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos abaixo referidos. A Assembleia Geral acima referida não precisará ser convocada pela Administradora na hipótese de ocorrência do evento referido na alínea “h” acima. Neste caso, os Quotistas, presentes na Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, deverão também deliberar quais medidas serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Seniores, poderá, antes da realização da Assembleia Geral acima referida, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, observados os termos da alínea “a” acima, o critério estabelecido no Regulamento e a ordem de aplicação de recursos acima definida.

Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

36. ASSEMBLÉIA GERAL

Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação abaixo definidos, compete privativamente à Assembleia Geral:

- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
- b) alterar qualquer dispositivo do Regulamento;
- c) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
- d) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, observados os termos e condições do Regulamento;
- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- f) deliberar sobre a substituição de qualquer das Agências de Classificação de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
- g) deliberar sobre a substituição do Representante dos Quotistas, observados os termos e condições do Regulamento;
- h) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada conforme o disposto no Regulamento;
- i) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados quando da dação em pagamento dos Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo;
- j) deliberar sobre a necessidade de aporte adicional de recursos para o Fundo, nos termos do item Regulamento; e
- k) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 Dias Úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que lhes será encaminhada pela Administradora, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

A primeira e a segunda convocações da Assembleia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e e-mail enviado ao representante indicado pelos Quotistas na forma do Regulamento, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembleia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.

A Assembleia Geral poderá ser convocada, a qualquer tempo, pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em Circulação.

A Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 dias e máximo de 12 dias, contado de sua convocação, nos termos acima descritos.

Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 dias e máximo de 8 dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.

A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um condômino (Quotista).

Independentemente das formalidades aqui previstas, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.

Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.

A presidência da Assembleia Geral caberá, na seguinte ordem, (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembleia Geral, escolhido pela maioria das Quotas Seniores.

A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% das Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Gestor, do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.

Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente e o Representante dos Quotistas deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar as informações que lhe forem solicitadas.

As matérias submetidas à deliberação em Assembleia Geral terão os seguintes *quora*:

- a) quaisquer alterações ao Regulamento, incluindo seus respectivos anexos, sem prejuízo do disposto na alínea “d” abaixo, deverão ser aprovadas pelo voto favorável de 75% das Quotas Seniores em Circulação;
- b) as matérias descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i”, “j” e “k” acima, sem prejuízo do disposto na alínea “d” abaixo, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Quotas Seniores em Circulação;
- c) as matérias descritas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” acima deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas, e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos presentes à Assembleia Geral;
- d) as matérias descritas no Regulamento, bem como aquelas que impliquem em alterações ao Regulamento e/ou de qualquer Contrato de Cessão que afetem negativamente os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares de Quotas Subordinadas e/ou na liquidação antecipada do Fundo, deverão ser também aprovadas pelo voto afirmativo da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim; e
- e) as matérias para as quais não tenha sido estabelecido quorum específico serão aprovadas pela maioria das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, do Gestor, dos Cedentes, do Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.

Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

Os titulares das Quotas Seniores, os titulares das Quotas Subordinadas, independente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.

As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos no Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Seniores quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela

haja se abster de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.

O Representante dos Quotistas, contratado pela Administradora às expensas do Fundo, conforme inciso XI do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, será o profissional responsável por exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial do Fundo, zelando pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356 e o Regulamento.

A totalidade dos titulares das Quotas Subordinadas deverá aprovar, previamente à realização das atividades de propaganda e *marketing* do Fundo, o plano de negócios, compreendendo os procedimentos a serem implementados pelo Gestor, incluindo, sem limitação, os valores necessários à sua realização, os valores e cronograma de desembolso, observado o limite de R\$150.000,00 no primeiro ano de funcionamento do Fundo, os quais deverão ser devidamente provisionados pelo Fundo, desde que tal evento não prejudique o enquadramento de todos os índices e reservas financeiras definidos no Regulamento. A Administradora e o Gestor deverão semestralmente prestar contas e apresentar todos os dados e informações referentes às atividades de propaganda e *marketing* realizadas, cabendo aos titulares das Quotas Subordinadas aprovar a prestação de contas apresentada.

37. ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

A partir da 1ª data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Gestor obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos do Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da RC;
- c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, incluindo a constituição de reservas de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao Prazo de Vigência do Fundo;
- d) na amortização das Quotas Seniores em Circulação, inclusive daquelas emitidas ao amparo do Regulamento, observado que não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação, incluindo os titulares da Série emitida no Regulamento;

- e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão; e
- f) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições do Regulamento.

38. RELAÇÃO MÍNIMA, ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA E RESERVA DE CAIXA

Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Relação Mínima deverá ser equivalente a, no máximo, 1,1 e a Alocação de Investimento Mínima deverá atender ao disposto no Regulamento, todos calculados na periodicidade e na forma definidas no Regulamento.

No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Regulamento e a política de investimento do Fundo, a Administradora constituirá e manterá uma reserva de caixa, cujo valor deverá ser apurado todo Dia Útil pela Administradora de acordo com a seguinte expressão:

$$RC_T = \max \left(\sum_{k=1}^n PVA_k + D; 0,01 \times PL_T \right),$$

onde:

RC_T	Reserva de Caixa apurada na data “T”;
$k = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
PVA_k	valor projetado pela Administradora da(s) próxima(s) Amortização(ões) Programada(s) de cada Série “k” em Circulação a ser(em) incorrida(s) no período de 90 dias contados da data “T”;
D	despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 dias contados da data “T”; e
PL_T	Patrimônio Líquido do Fundo na data “T”.

Nos termos do Regulamento, os valores segregados na RC somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento despesas e encargos de responsabilidade do Fundo e na amortização de Quotas Seniores, nas condições previstas no Regulamento.

39. REENQUADRAMENTO DE ÍNDICES E PARÂMETROS FINANCEIROS

A Administradora deverá enviar ao Sacado, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Relação Mínima, boletim de subscrição específico, devidamente preenchido, observado o disposto abaixo. O Sacado terá o prazo irrevogável e irretratável de até 2 Dias Úteis, contado do recebimento do Boletim de Subscrição, para enviar à Administradora, por meio eletrônico, o Boletim de Subscrição devidamente assinado por seus representantes legais. O Sacado não se encontra obrigado a proceder ao reenquadramento da Relação Mínima, nos termos aqui previstos.

Caso o Sacado envie o Boletim de Subscrição à Administradora, na forma acima prevista, a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelo Sacado deverá realizar-se no prazo de até 10 dias contado do recebimento do Boletim de Subscrição, desde que considerada, *pro-forma*, a respectiva integralização, o Fundo atenda a Relação Mínima. Caso o Sacado não envie o Boletim de Subscrição na forma acima prevista, a Administradora deverá proceder à Amortização Não Programada das Quotas Seniores, observados os procedimentos abaixo definidos.

Para o reenquadramento da Relação Mínima, caso o Sacado não proceda ao reenquadramento nos termos acima descritos, e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização compulsória e antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor calculado nos termos Regulamento, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no Regulamento. Aos valores pagos aos Quotistas a título de Amortização Não Programada.

Quando da realização de Amortização Não Programada de Quotas Seniores ao amparo desta Seção, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Regulamento. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Quotas, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e natureza do evento e o valor total das amortizações, incluindo o valor das Quotas detidas pelo respectivo investidor que será amortizado.

40. INFORMAÇÕES SOBRE OS DIREITOS CREDITÓRIOS

O comportamento histórico dos direitos creditórios devidos pelo Sacado no período de 1 de maio de 2006 a 30 de abril de 2009 serviu de base para a análise das características dos mesmos. Esta análise teve como objetivo identificar: (i) o desempenho histórico do pagamento dos direitos creditórios; e (ii) estimar a taxa de inadimplência, representada por faturas vencidas e não liquidadas. As informações detalhadas dos Direitos Creditórios encontram-se no Relatório de Revisão Especial, elaborado pela Empresa de Auditoria, constante do anexo 4 deste Prospecto.

Com relação aos Direitos Creditórios que vierem a ser adquiridos pelo Fundo, não há possibilidade de os mesmos virem a ser acrescidos, removidos ou substituídos. Tais Direitos Creditórios podem ser recomprados pelos Cedentes, observado que, se os Cedentes não exercerem tal faculdade e os Direitos Creditórios estiverem vencidos e não pagos, o Patrimônio Líquido do Fundo e a Relação Mínima poderão vir a ser afetados e o Fundo deverá iniciar os procedimentos, descritos neste Prospecto e no Regulamento, necessários para seu reenquadramento.

Os termos de cessão de Direitos Creditórios ao Fundo serão objeto de registro para garantir eficácia contra terceiros e, consequentemente, para não virem a ser alcançados por obrigações dos Cedentes ou de terceiros. Todavia, todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelos Cedentes ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “*penhora on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

As características históricas dos direitos creditórios devidos pelo Sacado são:

Características Históricas dos Direitos Creditórios	
Período sob análise	01/05/2006 a 30/04/2009
Total do valor no período	R\$ 21.119.883 mil
Média mensal de originação (valor)	R\$ 586.663 mil
Quantidade de faturas no período	709.621
Média mensal de faturas (quantidade)	19.712
Ticket médio das faturas	R\$ 29.762
Prazo médio das faturas	18 dias

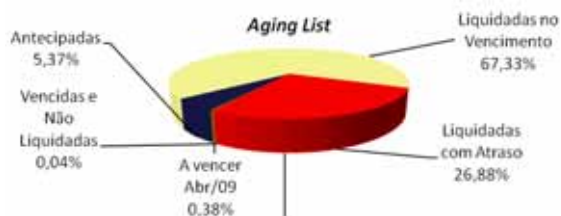
Fonte: Relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

40.1. Faturas Geradas no Período

No período de 1 de maio de 2006 a 30 de abril de 2009 foram geradas faturas totalizando R\$21.119.882.696,92, das quais 5,37% foram liquidadas antecipadamente, 67,33% foram liquidadas no vencimento, 26,88% foram liquidadas em atraso e 0,04% não foram liquidadas, conforme mostram a tabela e o gráfico a seguir.

<i>Aging list</i>	Consolidado		
Faixas	R\$(000)	%	% Acum.
Total sob análise	21.119.883	100,00%	
(-) Estorno	-	0,00%	
(-) Faturas a vencer em 30 de abril de 2009	79.491	0,38%	0,38%
Faturas antecipadas (dias)	1.133.318	5,37%	
Acima de 120	1.675	0,01%	0,38%
91 - 120	1.153	0,01%	0,39%
61 - 90	796	0,00%	0,39%
31 - 60	32.270	0,15%	0,55%
16 - 30	116.299	0,55%	1,10%
11 - 15	201.184	0,95%	2,05%
6 - 10	425.546	2,01%	4,06%
1 - 5	354.397	1,68%	5,74%
Faturas liquidadas no vencimento	14.220.972	67,33%	
Faturas liquidadas com atraso (dias)	5.677.302	26,88%	
1 - 5	5.284.849	25,02%	98,10%
6 - 10	216.580	1,03%	99,13%
11 - 15	64.839	0,31%	99,43%
16 -30	64.749	0,31%	99,74%
31 - 60	29.976	0,14%	99,88%
61 - 90	7.415	0,04%	99,92%
91 - 120	2.635	0,01%	99,93%
121 - 150	979	0,00%	99,93%
151 - 180	1.042	0,00%	99,94%
Acima de 180	4.238	0,02%	99,96%
Faturas vencidas e não liquidadas (dias)	8.801	0,04%	
1 - 5	7.086	0,03%	99,99%
6 - 10	1.617	0,01%	100,00%
11 - 15	51	0,00%	100,00%
16 -30	47	0,00%	100,00%
Acima de 30	-	0,00%	100,00%

Fonte: Relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.



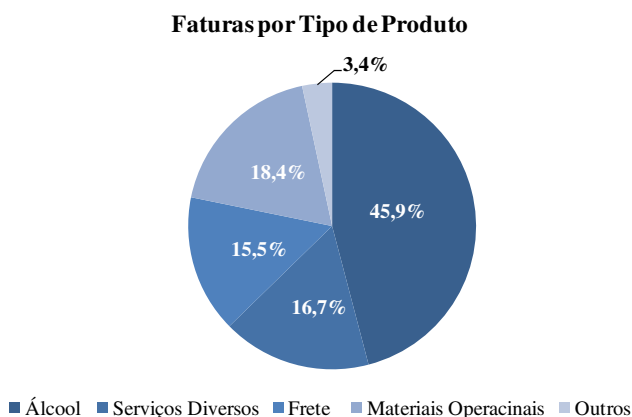
Fonte: Relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

A concentração de pagamentos antecipados no período de 1 a 5 dias antes do vencimento deve-se ao manual de procedimento corporativo utilizado pelo Sacado. Conforme o manual de procedimento corporativo que descreve sobre a criação de fatura para pagamento pelo Sacado, deve haver um prazo de, pelo menos, 5 Dias Úteis entre o lançamento da fatura e a data de vencimento da mesma, para que não ocorra atraso no pagamento. Caso o prazo seja insuficiente, o gerente do órgão (filial) responsável pela autorização do pagamento deve solicitar a alteração de vencimento para o GOF – Gerência de Operações Financeiras – que faz a alteração no sistema para que o pagamento seja efetuado na real data de vencimento, o que caracteriza uma antecipação na base de dados disponibilizada.

As faturas liquidadas em atraso representam 27,94% do total de faturas geradas no período, dos quais os atrasos devidos a faturas com vencimento em dias não úteis representam 20,40% e os atrasos devidos a bloqueios ou prorrogações respondem por 7,54% das faturas.

Segundo representantes do Sacado, as faturas liquidadas com mais de 5 dias de atraso referem-se ao: (i) bloqueio do fornecedor/cliente, quando este possui um saldo em aberto junto ao Sacado; ou (ii) bloqueio do fornecedor/cliente pelo atraso da aprovação do pagamento nas filiais devido a distância entre a filial e o gerente da regional. Atualmente, o Sacado conta com gerentes com alçadas de aprovação nas próprias filiais de forma a agilizar o processo de aprovação do pagamento devido.

No período de 1 de maio de 2006 a 30 de abril de 2009, a maior parte das faturas devidas pelo Sacado foi originada pela compra de álcool (45,9%), conforme mostra o seguinte gráfico:



Fonte: Relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

As faturas geradas entre 1 de maio de 2006 a 30 de abril de 2009 foram separadas em faturas regulares e faturas com indícios de vícios redibitórios. São consideradas faturas regulares aquelas pagas via banco que não apresentaram indícios de vícios, exceto pelo atraso no pagamento e prorrogação da programação de pagamento. Faturas com indício de vícios redibitórios podem ser resultado de: (i) estornos; (ii) encontro de contas; (iii) liquidações fora do prazo de vencimento; e (iv) parcelamentos A/B. O montante destas faturas encontra-se abaixo indicado:

Tipo de Produto	Faturas Regulares		Faturas com Vícios Redibitórios	
	Valor (R\$ mil)	%	Valor (R\$ mil)	%
Álcool	8.960.358	42,4%	739.529	3,5%
Serviços Diversos	3.210.923	15,2%	322.919	1,5%
Frete	3.176.071	15,0%	107.040	0,5%
Materiais Operacionais	3.766.697	17,8%	126.555	0,6%
Outros	619.922	2,9%	89.869	0,4%
Total	19.733.971	93,4%	1.385.912	6,6%

Fonte: Relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

O total das faturas regulares geradas entre 1 de maio de 2006 a 30 de abril de 2009 era de R\$19.733.971.061,36, correspondendo a 93,4% do total. O percentual de 6,6% das faturas apresentou indícios de vícios redibitórios, sendo os principais:

- a) Estorno com devolução total da mercadoria;
- b) Estorno com devolução parcial da mercadoria. Nesses casos são emitidas notas de crédito em favor do Sacado para compensação futura;
- c) Estorno por erro de lançamento da fatura;
- d) Encontro de contas: segundo representantes do Sacado tal situação pode ocorrer quando o fornecedor também é cliente do Sacado e este possui um crédito e um débito junto ao Sacado;
- e) Liquidações fora do prazo de vencimento devido a: (i) bloqueio do fornecedor/cliente, quando este possui um saldo em aberto junto ao Sacado; ou (ii) bloqueio do fornecedor pelo atraso da aprovação do pagamento nas filiais devido à distância entre a filial e o gerente da regional. Atualmente, o Sacado conta com gerentes com alçadas de aprovação nas próprias “pontas” de forma a agilizar o processo de aprovação;
- f) Parcelamentos A/B: segundo representantes do Sacado referem-se a contratos firmados com previsão de pagamentos parcelados, podendo também ser antecipados dependendo das condições do contrato;
- g) Prorrogação da programação de pagamento devido ao bloqueio do fornecedor/cliente quando este possui um débito renegociado e um crédito junto ao Sacado.

É importante ressaltar que, nos termos de cada Contrato de Cessão, sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente, no prazo de até 48 horas contado da data em que tomar conhecimento do evento, deverá notificar o Custodiante, com cópia para a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão. Ademais, o Sacado deverá informar o Custodiante e a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas, imediatamente após tomar conhecimento do respectivo evento.

Ademais, conforme disposto no Contrato de Cessão, é vedado ao Sacado alterar o domicílio bancário do Cedente e/ou efetuar qualquer pagamento vinculado aos direitos creditórios de titularidade do Cedente, do Fundo e/ou de outros terceiros de forma diversa daquela prevista no Contrato de Cessão acima, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da Administradora.

Por fim, nos termos do boletim de subscrição de Quotas Subordinadas, a ser firmado pelo Sacado quando de seu ingresso no Fundo, o Sacado e/ou suas afiliadas, inclusive subsidiárias, se for o caso, não poderá, a qualquer título, em nenhuma hipótese, compensar quaisquer valores devidos pelo Sacado ao Fundo, em razão da cessão ao Fundo de Direitos Creditórios em que o Sacado figure como devedor, nos termos de cada Contrato de Cessão, com os valores devidos ao Sacado pelo Fundo decorrentes da titularidade pelo Sacado e/ou qualquer de suas afiliadas, controladas e/ou controladoras, de Quotas Seniores e/ou Quotas Subordinadas.

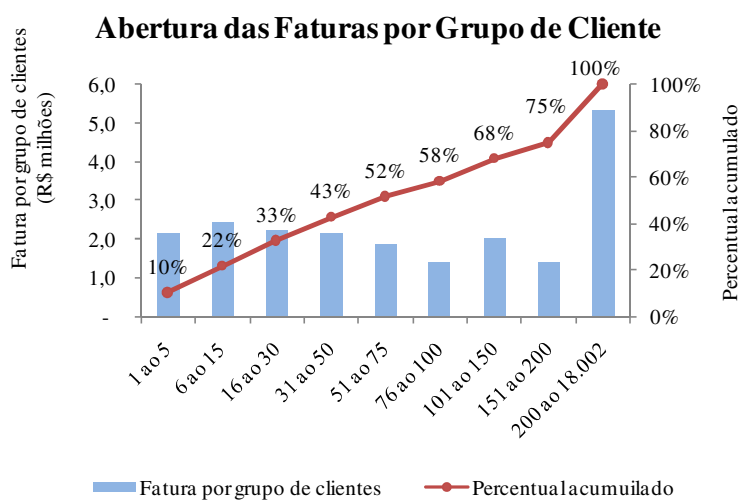
40.2. Perdas

As faturas vencidas e não liquidadas correspondem a 0,04% dos recebíveis gerados no período de 1 de maio de 2006 a 30 de abril de 2009.

40.3. Nível de Concentração dos Direitos Creditórios

Para analisar o nível de concentração dos Direitos Creditórios, os clientes e prestadores de serviços do Sacado foram classificados em grupos de acordo com o volume das suas faturas no período.

Os 5 maiores clientes do Sacado são responsáveis por 10,0% do volume de faturas geradas, conforme mostra tabela a seguir:

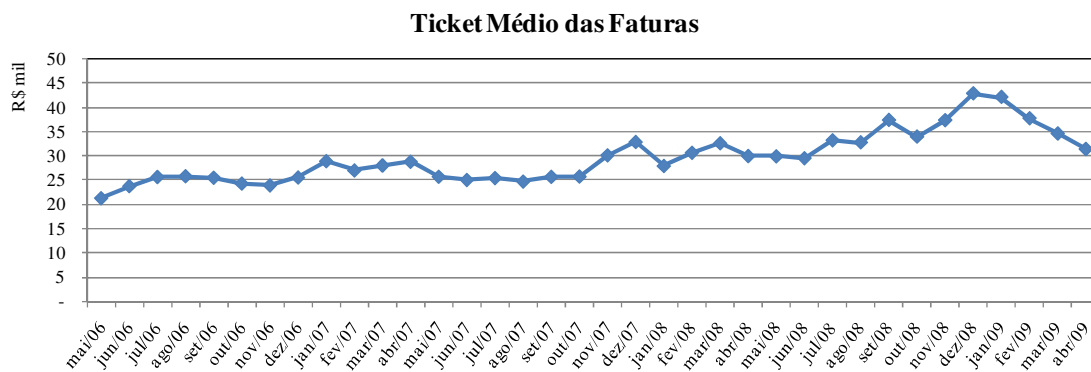


Fonte: Relatório elaborado pela KPMG Auditores Independentes.

Para reforçar a elevada diversificação acima demonstrada, há Critério de Elegibilidade vedando a aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios, cedidos por 1 mesmo Cedente, não ser igual ou superior a 10% do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Oferta.

40.4. Valor Médio das Faturas

O valor médio das faturas era, em 30 de abril de 2009, de R\$29.677.352,77, permanecendo estável no período sob análise, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FATORES DE RISCO

Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de o Sacado honrar suas obrigações e/ou a eventualidade de os Cedentes, em conjunto ou isoladamente, decidirem por não ceder, por qualquer motivo, Direitos Creditórios ao Fundo. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, em hipótese alguma, serem responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos do Regulamento.

41. RISCOS ASSOCIADOS AO INVESTIMENTO NO FUNDO, AOS CEDENTES (ORIGINADORES) E AO SACADO

Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, aos Cedentes (Originadores) e ao Sacado, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldades em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejado, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
- b) **Amortização Condicionada e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou extrajudicial, dos Direitos Creditórios, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios, conforme identificado nesta Seção, e aos Outros Ativos, conforme identificado na alínea “g” abaixo, integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados,

incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização e, conforme o caso, ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos diretamente pelo Sacado, que os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam liquidados por suas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Cedentes e/ou suas Afiliadas encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização e, conforme o caso, o resgate integral das Quotas. O valor de amortização e, conforme o caso, o resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Cedentes e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

O Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação, no prazo de 180 dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Regulamento. Nessa hipótese, os Quotistas poderão encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelo Sacado.

- d) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos no Regulamento. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou, conforme o caso, resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos Cedentes, do Sacado e/ou de qualquer de suas respectivas Afiliadas, de assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou, conforme o caso, resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos do Regulamento, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- e) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quota Sênior. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Seniores não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.

- f) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora, o Gestor, o Custodiante e o Distribuidor Líder não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação a cada Cedente, considerando-se que o Fundo poderá concentrar até 10% de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios cedidos por um único Cedente, a cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo respectivo Cedente pode ser invalidada ou tornada ineficaz, caso configurada:
- i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, conforme disposto na legislação em vigor, o respectivo Cedente esteja insolvente ou, se em razão da cessão, passar a esse estado;
 - ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o respectivo Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam, na Data de Aquisição, demanda judicial fundada em direito real;
 - iii) fraude à execução fiscal, se o respectivo Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; ou
 - iv) caso o respectivo Direito Creditório já se encontre vinculado a outros negócios jurídicos, inclusive por meio da constituição de garantias reais.
- g) **Riscos Associados aos Outros Ativos (Inclusive de Liquidez).** O Fundo poderá alocar até 50% de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito ou de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate antecipado de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. Além disso, os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores/contrapartes dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros

Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor, incluindo o manual de marcação a mercado do Custodiante. Os referidos critérios de avaliação de ativos poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor do Patrimônio Líquido.

- h) **Descasamentos de Taxas e Impossibilidade de Contratação de Operações com Instrumentos Derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais serão adquiridos com deságio sobre seu respectivo valor nominal, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será definido na forma estabelecida no Regulamento, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. Tal risco é ampliado em razão de o Fundo não poder contratar operações com instrumentos derivativos em razão de disposição contida no Regulamento. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.
- i) **Não Utilização de Instrumentos Derivativos.** A não contratação, pelo Fundo, de operações com instrumentos derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.
- j) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Regulamento, emitir novas Séries de Quotas Seniores, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas Seniores que já estejam em Circulação na ocasião.
- k) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes, do Sacado, do Agente Escrirador, entre outros.

- l) **Outros Riscos.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos nesta Seção, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda, mudanças legislativas, incluindo alterações nos critérios de tributação dos rendimentos auferidos pelos Quotistas, ou mudanças políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, o Gestor, os Cedentes e o Sacado, qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sofram qualquer dano ou prejuízo resultante de tais eventos.
- m) **Possibilidade de Liquidação Antecipada do Fundo.** Observado o disposto no Regulamento, o Fundo poderá amortizar e/ou resgatar as Quotas em datas anteriores às Datas de Amortização, caso ocorra qualquer Evento de Amortização Antecipada, se assim deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento ou, ainda, na hipótese de os titulares da maioria das Quotas Subordinadas decidirem pela realização de um Resgate Antecipado e/ou na hipótese de ocorrência de Amortização Não Programada. Por este motivo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder, pelos Cedentes e/ou por qualquer de suas respectivas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato, ressalvado o pagamento do Prêmio de Resgate.
- n) **Cadastramento Cedentes.** Caberá ao Gestor obter os documentos necessários ao cadastramento dos Cedentes interessados em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. O Gestor apenas analisará se os Cedentes contam, naquela data, com recebíveis, a serem cedidos ao Fundo, que atendam à definição de Direitos Creditórios constante do Anexo I, não eliminando a possibilidade de os Cedentes virem a falir, serem objeto de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei de Falências, ou de que a cessão dos Direitos Creditórios seja afetada por qualquer dos eventos identificados na alínea “f” acima.

42. RISCOS ASSOCIADOS AOS DIREITOS CREDITÓRIOS E AO SACADO

Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios e ao Sacado, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de Crédito – Concentração em um Único Devedor.** Os Direitos Creditórios são devidos por um único devedor, qual seja o Sacado. A realização dos Direitos Creditórios depende da solvência do Sacado, da adimplência de suas respectivas obrigações de pagamento e da efetiva transferência dos valores devidos ao Fundo, conforme estipulado no respectivo Contrato de Cessão, inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. Ademais, o Sacado encontra-se sujeito à falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei

de Falências e/ou constrição judicial (inclusive “*penhora on line*”) de suas contas correntes, incluindo, eventualmente, a Conta Agente de Recebimento, sendo que a liberação desses valores, na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos, poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- b) **Possibilidade de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial do Sacado.** O Sacado encontra-se sujeito à falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei de Falências. Considerando-se que o Sacado é e será o único devedor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, os quais não contam com qualquer tipo de garantia, real ou fidejussória, concorrendo, portanto, o Fundo com os demais titulares de créditos quirografários contra o Sacado na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Lei de Falências.
- c) **Impacto direto das condições políticas e econômicas brasileiras, exercido nos negócios do Sacado.** As medidas econômicas implementadas pelo governo brasileiro podem influenciar significativamente as companhias brasileiras, incluindo o Sacado e sua acionista única, a Petrobras, e as condições de mercado e preços de valores mobiliários brasileiros. Os resultados financeiros e operacionais do Sacado podem ser adversamente afetados pelos seguintes fatores e a resposta do governo brasileiro a esses fatores, dentre outros: desvalorizações e outras variações cambiais; inflação; políticas de controle cambial; instabilidade social; instabilidade de preços; escassez de energia; taxas de juros; liquidez de financiamento e no mercado de capitais local; políticas fiscais; e outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que possam afetar o Brasil.
- d) **Possibilidade de a situação financeira e os resultados operacionais do Sacado serem afetados adversamente devido à incerteza econômica no Brasil.** O principal mercado do Sacado é o Brasil, que experimentou altas taxas de inflação por longos períodos de sua história. A inflação, juntamente com medidas governamentais recentes destinadas a combatê-la, e a especulação sobre possíveis medidas futuras, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. O Brasil poderá no futuro estar novamente sujeito a altos níveis de inflação. Os baixos índices inflacionários verificados desde 1994 poderão não ser sustentáveis, afetando adversamente a situação financeira e os resultados operacionais do Sacado.
- e) **Efeitos do Nível de Atividade Econômica.** Em virtude dos produtos comercializados pelo Sacado, seus resultados estão diretamente relacionados ao crescimento econômico e os níveis de investimento e consumo no Brasil. Por essa razão, uma retração na economia brasileira pode afetar negativamente os negócios a situação financeira e os resultados operacionais do Sacado. O Sacado pode ser afetado ainda pelos efeitos negativos da desaceleração da economia mundial, que poderá causar uma redução das exportações brasileiras e dos níveis de investimento do setor produtivo brasileiro.
- f) **Preço da Gasolina e Óleo Diesel.** Os preços da gasolina e do óleo diesel, que são os principais componentes do custo das vendas do Sacado, estão em grande parte relacionados ao preço do

petróleo. Por conseguinte, os preços da gasolina e do óleo diesel estão sujeitos às variações do preço internacional do petróleo. Um aumento significativo no preço de petróleo e de seus derivados, poderá, caso o Sacado não consiga ou decida por não repassar estes aumentos a seus produtos, majorar os custos do Sacado e, consequentemente, afetar adversamente sua situação financeira e os resultados de suas operações.

- g) **Controle de Preços.** No passado, em períodos de inflação elevada, o Governo Federal controlou os preços do petróleo e de seus derivados, mantendo-os abaixo dos preços vigentes nos mercados internacionais. Essa política de controle de preços envolveu subsídios cruzados entre diferentes produtos derivados de petróleo e o álcool combustível. Caso o Governo Federal venha a adotar políticas de controle de preços no futuro, os resultados do Sacado podem vir a ser afetados caso esta não repasse integralmente os custos aos seus clientes.
- h) **Dependência da Petrobras.** Até 1997, a Petrobras detinha, constitucionalmente, o monopólio sobre a produção e importação de derivados de petróleo no Brasil. Embora este monopólio tenha sido extinto pelo Congresso Nacional, a Petrobras permanece, na prática, como a principal fornecedora de petróleo do Brasil. Os procedimentos gerais para a compra de combustíveis da Petrobras são comuns a todas as distribuidoras de combustíveis, inclusive o Sacado.
- i) **Ausência de garantia de ininterrupções significativas de fornecimento de combustíveis no futuro.** Qualquer interrupção no suprimento de gasolina e óleo diesel pela Petrobras afetará imediatamente a capacidade do Sacado em distribuir esses combustíveis aos seus consumidores. Se a Petrobras deixar de fornecer gasolina e óleo diesel em volume suficiente para atender à demanda do Sacado, este deverá suprir suas necessidades no mercado externo, o que acarretará em maior onerosidade em relação ao custo decorrente aos adquiridos da Petrobras.
- j) **Concorrência por Meios Questionáveis.** Nos últimos anos, a competição por meios legalmente questionáveis foi um dos maiores problemas enfrentados pelas distribuidoras de combustíveis no Brasil, incluindo o Sacado. Em virtude de práticas questionáveis e, em alguns casos, irregulares, por parte de distribuidores concorrentes, houve uma grande oferta de produtos com preços inferiores aos praticados pelas grandes distribuidoras, o que gerou um aumento considerável nos volumes de venda dos distribuidores que adotavam essas práticas. As irregularidades envolviam, entre outras, a sonegação de impostos e a adulteração da gasolina por meio da adição de solventes ou de volumes de álcool anidro superior ao permitido pela legislação. Caso essas práticas voltem a ocorrer em escala significativa, o Sacado poderá sofrer uma redução em seu volume de vendas e, consequentemente, em seus resultados.
- k) **Efeitos da Concorrência.** O mercado brasileiro de combustíveis apresenta elevada competitividade. Além do Sacado, “Ipiranga”, “Shell”, “Esso”, “Texaco” e “Repsol”, que são filiadas ao Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - Sindicom, outras empresas atuam no mercado brasileiro de distribuição de combustíveis. A intensa concorrência no mercado de distribuição de combustíveis poderá reduzir o volume de vendas e as margens, além de aumentar as despesas do Sacado com publicidade e, consequentemente, afetar adversamente as margens operacionais e situação financeira.

- l) **Riscos Regulatórios.** O Sacado está sujeito ao cumprimento de diversas normas ambientais e de proteção à saúde, as quais se tornaram mais rígidas no passado recente. Isto pode resultar em aumento das responsabilidades e despesas do Sacado. As atividades do Sacado estão sujeitas a uma ampla variedade de leis federais, estaduais e municipais, regulamentos e exigências de licenciamento relativos à proteção da saúde humana e do meio ambiente, tanto no Brasil quanto em outras jurisdições nas quais o Sacado opera. No Brasil, o Sacado está sujeito a sanções criminais e administrativas, incluindo advertências, multas e ordens de paralisação das atividades em razão do descumprimento das normas ambientais que, dentre outros, limitam ou proíbem emissões ou derramamentos de substâncias tóxicas produzidas em função de suas operações.

A regulamentação aplicável à descarga de resíduos e emissões pode exigir que o Sacado limpe ou re-aparelhe suas instalações a um custo bastante elevado, podendo ainda resultar em responsabilidades significativas. O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis realiza inspeções de rotina e pode restringir as operações ou impor outras sanções em decorrência dessas inspeções. Além disso, o Sacado está sujeito a leis ambientais que exigem o dispêndio de quantias substanciais para remediar os danos que um projeto possa causar ao meio ambiente. Esses custos adicionais podem ter impactos negativos na lucratividade de projetos que o Sacado vier a implementar ou podem torná-los economicamente inviáveis. É provável que as despesas do Sacado cumprir a legislação ambiental aumentem conforme essa legislação se torne mais rigorosa, bem como é provável que suas despesas aumentem substancialmente para efetuar melhorias em suas práticas de proteção da saúde humana, da segurança e do meio ambiente. Como o orçamento do Sacado está sujeito à aprovação pelo governo federal, um aumento de despesas para dar cumprimento à legislação ambiental pode resultar em uma redução de outros investimentos estratégicos. Esta redução pode resultar em efeitos materiais adversos nos resultados operacionais e na situação financeira do Sacado.

- m) **Riscos de Segurança e Operacionais do Sacado.** As atividades de armazenamento e transporte de combustíveis, que são materiais inflamáveis, explosivos e tóxicos, implicam em uma série de riscos de segurança e outros riscos operacionais. Estes riscos podem resultar em lesão corporal ou morte, danificação ou destruição de instalações ou equipamentos, e danos ambientais. Um acidente suficientemente grande nas bases de operação do Sacado poderá forçá-lo a suspender ou reduzir temporariamente as suas atividades, resultando em custos de saneamento significativos e na perda de receitas. A cobertura de seguros do Sacado pode não ser disponibilizada tempestivamente ou ser insuficiente para cobrir todas as perdas. A quebra de equipamentos, desastres naturais e atrasos na obtenção de peças de reposição ou de equipamentos substitutos também poderá afetar o processo de distribuição do Sacado e, conseqüentemente, o resultado de suas operações e sua situação financeira, bem como o fluxo de aquisição de bens e serviços dos Cedentes.
- n) **Desnecessidade de o Sacado seguir às obrigações de divulgação e publicações de informações relevantes aplicáveis às companhias abertas.** Ao contrário de sua controladora e acionista única, a Petrobras, o Sacado é uma sociedade anônima fechada e, como tal, não está sujeita às regras de divulgação de fatos relevantes e informações financeiras e operacionais periódicas como as companhias abertas, nem sujeita à fiscalização da CVM. Por conseguinte, os titulares das Quotas,

inclusive a Administradora e o Gestor, poderão ter maiores dificuldades na obtenção de informações relativas ao Sacado, inclusive para a verificação da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado.

- o) **O Sacado é subsidiária integral da Petrobras.** O Sacado é subsidiária integral da Petrobras, sendo as deliberações sociais, inclusive por meio de assembleias gerais, tomadas exclusivamente pela Petrobras. A Petrobras está sujeita a diversos riscos, inclusive quanto ao relacionamento entre a Petrobras e o Governo Brasileiro. Informações completas sobre os fatores de risco da Petrobras estão disponíveis em http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/index.asp&lang=pt&area=ri.
- p) **Pendências Judiciais e Administrativas.** O Sacado é parte em diversos processos judiciais e administrativos que tratam de questões de natureza tributária, trabalhista, cível e ambiental, algumas de valor relevante. Não há provisionamento para todas as ações e provisões contabilizadas pelo Sacado, as quais podem não ser suficientes para satisfazer o valor total que poderia ser chamada a honrar. Resultados desfavoráveis no âmbito desses processos podem afetar negativamente os resultados e a situação financeira do Sacado.
- q) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão de Direitos Creditórios dos Cedentes.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Em nenhuma hipótese, o Distribuidor Líder, os Cedentes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência do Sacado e dos Cedentes.
- r) **Possibilidade de os Cedentes não oferecerem Direitos Creditórios à cessão para o Fundo.** Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de compra e venda mercantil e/ou prestação de serviços já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelos Cedentes ao Fundo depende: (i) de o Sacado e de os Cedentes realizarem operações comerciais que possam resultar em Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo; (ii) de os Cedentes terem interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo; (iii) caso os Cedentes não tenham interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo; e (iv) de a legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável às atividades dos Cedentes e do Sacado e à constituição dos Direitos Creditórios, não ser alterada no sentido de impor restrições à realização de operações comerciais de compra e venda de produtos e/ou prestação de serviços para pagamento a prazo ou, ainda, vedar a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Ainda que os Cedentes e o Sacado disponham de toda a infraestrutura e tecnologia que suportem a continuidade das operações lastro dos Direitos Creditórios, não há como assegurar que o Sacado continue a adquirir bens e serviços dos Cedentes nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios. Ademais, não obstante a previsão no Regulamento dos procedimentos de *marketing* e propaganda do Fundo, a serem adotados pelo Gestor com a finalidade única e exclusiva de informar os Cedentes da existência do Fundo, não há garantia de que serão ofertados ao Fundo, pelos Cedentes, Direitos Creditórios Elegíveis durante o Prazo de Vigência. Qualquer dos eventos acima identificados poderá resultar no desenquadramento da Alocação Mínima de Investimento. Neste

caso, a Administradora, independente de manifestação ou autorização dos titulares dos Quotistas, deverá promover à amortização antecipada e proporcional das Quotas Seniores em Circulação de forma que o Fundo passe a atender a Alocação de Investimento Mínima. O desenquadramento não sanado da Alocação de Investimento Mínima poderá alternativamente ensejar a ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada.

- s) **Aporte Adicional pelos Quotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas Seniores aportem os valores adicionais, necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os respectivos Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos no Fundo, na forma prevista no Regulamento, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do respectivo aporte e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Os Cedentes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, o Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Regulamento. Consequentemente, conforme descrito nesta Seção, em especial nas alíneas “b” e “c” acima, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.
- t) **Confirmação do Lastro dos Direitos Creditórios pelo Sacado.** . Observada a metodologia de verificação do lastro dos Direitos Creditórios mencionada no Regulamento, quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, o Sacado confirmará a existência do Direito Creditório, bem como seu respectivo valor. Por este motivo, a Administradora e o Custodiante se fiarão nas informações encaminhadas pelo Sacado e não estão obrigados a verificar se os respectivos Direitos Creditórios: (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem a realização efetiva da operação comercial de compra e venda de produtos ou de prestação de serviços, lastro dos Direitos Creditórios; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado; ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de

Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, em perdas para Quotistas.

- u) **Risco de Liquidez e Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios e de sua conseqüente falta de liquidez, os titulares de Quotas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- v) **Crítérios de Elegibilidade.** Os Crítérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante tais Crítérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira do Sacado, dentre outros fatores. A observância pelo Custodiante dos Crítérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência do Sacado.
- w) **Possibilidade de eventual questionamento da validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro. Por este motivo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Custodiante ou dos Cedentes podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, podendo tal evento prejudicar negativamente os Quotistas.
- x) **Condições Resolutivas da Cessão.** O Custodiante, a Administradora, o Gestor e o Distribuidor não serão responsáveis por verificar a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, conforme disposto no Regulamento. Caberá ao Sacado e aos Cedentes informarem a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, quando tiverem conhecimento, nos termos do boletim de subscrição das Quotas Subordinadas e de cada Contrato de Cessão, respectivamente. Caso o Fundo não seja informado da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou caso o Cedente não restitua o Preço de Aquisição, devidamente atualizado *pro rata temporis* ao Fundo, os Quotistas poderão sofrer prejuízos.
- y) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelos Cedentes ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- z) **Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pela Administradora para Cobrança dos Direitos Creditórios.** A Política de Cobrança adotada pela Administradora tem a finalidade de disciplinar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelo Sacado, tendo sido elaborada com base em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Não obstante a adoção de tal Política de Cobrança, a solvência dos Direitos Creditórios depende integralmente da situação econômico-financeira do Sacado. Dessa forma, a observância da Política de Cobrança não constitui garantia de adimplência do Sacado.
- aa) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Agente de Recebimento.** Observados os termos e as condições do Regulamento e de cada Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, serão creditados na Conta Agente de Recebimento, devendo ser transferidos, pelo Custodiante, para a Conta Corrente do Fundo em até 1 Dia Útil. Ademais, eventuais valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, eventualmente pagos diretamente aos Cedentes, em conta diversa da Conta Agente de Recebimento, deverão ser transferidos pelo respectivo Cedente para a Conta Corrente do Fundo, nos termos de cada Contrato de Cessão, no prazo máximo de até 5 Dias Úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse de qualquer Cedente ou do Custodiante ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia dos Cedentes, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos Distribuidores, de qualquer de suas Afiliadas e/ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos nesta Seção poderá afetar negativamente o valor do Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos prazos e nas condições originalmente previstos no Regulamento.

VISÃO GERAL DO SETOR DE PETRÓLEO E GÁS NO BRASIL

43. INTRODUÇÃO

Nos termos da legislação brasileira, a União é a proprietária de todas as reservas de petróleo bruto e gás natural no Brasil.

O setor era disciplinado pela Lei 2.004, já revogada. O artigo 1º da Lei 2.004 estabelecia o monopólio da União sobre a pesquisa, lavra, refino e transporte de petróleo bruto e derivados de petróleo no Brasil, e em sua plataforma continental, observado apenas o direito de empresas que à época atuavam no refino e distribuição de derivados de petróleo de dar continuidade a essas atividades. De acordo com o artigo 2º da Lei 2.004, a Petrobras, juntamente com suas subsidiárias, era o agente exclusivo de execução do monopólio da União. Em 1988, quando da promulgação da Constituição Federal, o Congresso Nacional incorporou o artigo 1º da Lei nº 2.004 à constituição, incluindo no âmbito do monopólio estatal a importação e exportação de petróleo bruto e de produtos derivados de petróleo.

A partir de 1995, o governo brasileiro deu início a uma ampla reforma do ordenamento jurídico relativo ao setor de petróleo e gás do País. Em 9 de novembro de 1995, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 9, permitindo que empresas estatais ou privadas pudessem participar das atividades de exploração, produção, refino, transporte e comercialização do setor brasileiro de petróleo e gás, encerrando, portanto, o efetivo monopólio da Petrobras. Todavia, o dispositivo constitucional que autorizou a abertura de referidas atividades para as empresas estatais e para a iniciativa privada, considerado de eficácia contida, permitiu que a lei estabelecesse condições para a sua operacionalização. Para tanto, foi promulgada a Lei do Petróleo, a qual revogou expressamente a Lei 2.004.

44. LEI DO PETRÓLEO

A Lei do Petróleo instituiu uma nova estrutura regulatória, extinguindo o monopólio da Petrobras.

A Lei do Petróleo dispõe sobre a política energética nacional e as atividades relacionadas ao monopólio do petróleo e institui o CNPE e a ANP, herdeira do acervo técnico-patrimonial, além das obrigações, direitos e receitas do extinto DNC.

A Lei do Petróleo definiu como objetivos da política energética nacional, dentre os quais: (i) preservar o interesse nacional; (ii) promover o desenvolvimento, ampliar o mercado de trabalho e valorizar os recursos energéticos; (iii) proteger os interesses do consumidor quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos; (iv) proteger o meio ambiente e promover a conservação de energia; (v) garantir o fornecimento de derivados de petróleo em todo o território nacional; (vi) incrementar, em bases econômicas, a utilização do gás natural; (vii) promover a livre concorrência; (viii) atrair investimentos na produção de energia; (ix) ampliar a competitividade do País no mercado internacional; (x) incrementar, em bases econômicas, sociais e ambientais, a participação dos biocombustíveis na matriz

energética nacional; (xi) identificar as soluções mais adequadas para o suprimento de energia elétrica nas diversas regiões do País; e (xii) utilizar fontes alternativas de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Lei do Petróleo estabelece como competência da ANP regular e autorizar as atividades relacionadas com o abastecimento nacional de combustíveis, fiscalizando-as diretamente ou mediante convênios com outros órgãos da União, Estados, Distrito Federal ou municípios. Por força de lei, o abastecimento nacional de combustíveis ainda é considerado de utilidade pública.

Os objetivos e planejamento estratégicos do Sacado, por ser subsidiária integral da Petrobras, estão sujeitos à supervisão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, bem como suas atividades estão também sujeitas à regulamentação, entre outros, do Ministério da Fazenda e do Ministério de Minas e Energia.

45. LEI DO GÁS

As atividades afetas ao setor de gás natural, anteriormente à promulgação da Lei do Gás seguiam as mesmas regras contidas na Lei do Petróleo, além da regulamentação específica editada pela ANP.

Tendo como objetivo ordenar o setor, explicitando como serão os procedimentos concernentes às atividades correlacionadas ao gás natural, a Lei do Gás dispõe sobre as atividades relativas ao transporte, por meio de condutos e da importação e exportação do gás natural, dispostas nos incisos I e III do artigo 177 da Constituição Federal, além do tratamento, processamento, estocagem, liquefação, regaseificação e comercialização de tal insumo.

A Lei do Gás disciplina, dentre outros aspectos: (i) a preservação dos contratos assinados e das autorizações concedidas; (ii) a introdução do regime de concessão para novos gasodutos; (iii) a regulamentação do acesso à infraestrutura de transporte; (iv) a regulamentação das atividades de estocagem e armazenamento; e (v) tratamento legal aos aspectos da contingência no suprimento.

Conforme disposto no artigo 45 da Lei do Gás, os gasodutos de escoamento da produção, as instalações de tratamento ou processamento de gás natural, assim como os terminais de liquefação e regaseificação, não estão obrigados a permitir o acesso de terceiros.

46. MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

O MME, com sua atual competência, foi estabelecido em 1992, por meio da Lei nº 8.422, que estabelece como áreas de competência as seguintes: (i) geologia, recursos minerais e energéticos; (ii) regime hidrológico e fonte de energia hidráulica; (iii) mineração e metalurgia; e (iv) indústria do petróleo e de energia elétrica, inclusive nuclear.

A Petrobras, acionista única do Sacado, está vinculada ao MME. Entre as autarquias vinculadas ao Ministério estão as agências reguladoras nacionais de Energia Elétrica (ANEEL) e do Petróleo (ANP) e o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM).

47. CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA

O CNPE é vinculado à Presidência da República e presidido pelo MME, com a atribuição de propor ao Presidente da República políticas nacionais e medidas para o setor. A atual estrutura e o funcionamento do CNPE tem por objetivo permitir ao CNPE formular as políticas e diretrizes de energia, destinadas principalmente a: (i) promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos do País; (ii) assegurar, em função das características regionais, o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso do País; (iii) rever periodicamente as matrizes energéticas aplicadas às diversas regiões do País, considerando as fontes convencionais e alternativas e as tecnologias disponíveis; (iv) estabelecer diretrizes para programas específicos, como os de uso do gás natural, do carvão, da energia termonuclear, dos biocombustíveis, da energia solar, da energia eólica e da energia proveniente de outras fontes alternativas; e (v) estabelecer diretrizes para a importação e exportação, de maneira a atender às necessidades de consumo interno de petróleo e seus derivados, gás natural e condensado.

48. AGÊNCIA NACIONAL DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

A ANP é uma autarquia federal sob regime especial, vinculada ao MME, tendo como funções regular, contratar e fiscalizar as atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural, seus derivados e biocombustíveis, em atendimento ao estabelecido na legislação, nas diretrizes emanadas do CNPE e aos interesses nacionais.

O objetivo principal da ANP é promover a regulação, a contratação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como gerar um ambiente competitivo para as atividades de petróleo e gás no Brasil, que propicie aos consumidores os mais baixos preços e os melhores serviços. Dentre suas principais responsabilidades está a implementação da política nacional de petróleo, gás natural e biocombustíveis, contida na política energética nacional, com ênfase na garantia do suprimento de derivados de petróleo, gás natural e seus derivados, e de biocombustíveis, em todo o território nacional, e na proteção dos interesses dos consumidores quanto a preço, qualidade e oferta dos produtos.

A ANP tem como principais funções, dentre outras: (i) promover estudos visando à delimitação de blocos, para efeito de concessão das atividades de exploração, desenvolvimento e produção; (ii) regular a execução de serviços de geologia e geofísica aplicados à prospecção petrolífera, visando ao levantamento de dados técnicos, destinados à comercialização em bases não exclusivas; (iii) elaborar editais e promover as licitações para a concessão de exploração, desenvolvimento e produção, celebrando os contratos delas decorrentes e fiscalizando a sua execução; (iv) autorizar a prática das atividades de refinação, liquefação, regaseificação, carregamento, processamento, tratamento,

transporte, estocagem e acondicionamento; (v) estabelecer critérios para o cálculo de tarifas de transporte dutoviário e arbitrar seus valores; (vi) fiscalizar diretamente e de forma concorrente nos termos da Lei 8.078, ou mediante convênios com órgãos dos Estados e do Distrito Federal as atividades integrantes da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis, bem como aplicar as sanções administrativas e pecuniárias previstas em lei, regulamento ou contrato; (vii) instruir processo com vistas à declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação e instituição de servidão administrativa, das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, construção de refinarias, de dutos e de terminais; (viii) fazer cumprir as boas práticas de conservação e uso racional do petróleo, gás natural, seus derivados e biocombustíveis e de preservação do meio ambiente; (ix) estimular a pesquisa e a adoção de novas tecnologias na exploração, produção, transporte, refino e processamento; (x) organizar e manter o acervo das informações e dados técnicos relativos às atividades reguladas da indústria do petróleo, do gás natural e dos biocombustíveis; e (xi) consolidar anualmente as informações sobre as reservas nacionais de petróleo e gás natural, transmitidas pelas empresas, responsabilizando-se por sua divulgação.

49. REGULAMENTAÇÃO DE PREÇOS

Até a promulgação da Lei do Petróleo em 1997, o Governo Federal regulou, em todos os aspectos, os preços de petróleo bruto, de produtos derivados de petróleo, álcool combustível e outras fontes de energia no Brasil, incluindo o gás natural e energia. O antigo CNP tinha competência para estabelecer os preços máximo e mínimo de venda de produtos refinados no Brasil. Ao elaborar os referidos preços, o CNP deveria buscar, tanto quanto possível, sua uniformidade no território nacional. Para manter esta uniformidade, foram criados mecanismos de uniformização dos custos dos fretes, os quais geraram a Conta Petróleo e Álcool.

Desde 02 de janeiro de 2002, na forma prevista na Lei nº 9.990, conforme consta abaixo, o Governo Federal eliminou o controle de preços do petróleo bruto e dos produtos derivados de petróleo, à exceção do gás natural vendido a usinas termoeletricas enquadradas. A eliminação do controle levou ao acirramento da concorrência e a novos ajustes de preços, já que outras empresas puderam participar do mercado brasileiro e de atividades de importação e exportação de petróleo bruto, produtos derivados de petróleo e gás natural, do e para o Brasil.

Desde a implementação da Lei do Petróleo, em 1997, até 31 de dezembro de 2001, o setor de petróleo e gás brasileiro sofreu uma significativa desregulamentação e o Governo Federal alterou suas políticas de regulamentação de preços. Segundo as novas políticas, o Governo Federal: (i) instituiu uma nova metodologia para determinação do preço dos produtos derivados de petróleo desenhada para rastrear os preços internacionais prevaletentes e a taxa de câmbio real/dólar norte-americano; (ii) eliminou a regulamentação do custo pelo qual era possível registrar importações de petróleo bruto e derivados de petróleo em seus custos de vendas; (iii) gradualmente eliminou, na comercialização por atacado, o controle dos preços pelos quais era possível vender produtos derivados de petróleo, com exceção de óleo diesel, gasolina e GLP; (iv) eliminou os subsídios para equalização dos custos de transporte, chamados de Frete para Uniformização de Preços (FUP), no caso de subsídios ao transporte de produtos derivados de petróleo, e Frete para Uniformização de Preços do Álcool (FUPA), no caso de

subsídios ao transporte de álcool combustível com vigência após 28 de julho de 1998; e (v) manteve a exigência de que a Petrobras agisse como administradora do Governo Federal para o programa de álcool combustível.

Até a promulgação da Lei do Petróleo, o Governo Federal regulava todos os aspectos do preço do petróleo bruto e produtos derivados de petróleo no Brasil, desde o custo de petróleo bruto importado para uso nas refinarias da Petrobras até o preço de produtos derivados de petróleo refinados cobrados ao consumidor.

Atualmente, os preços de venda de petróleo bruto e produtos derivados de petróleo são desregulamentados.

50. LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

A legislação ambiental brasileira estipula restrições e proibições relativas a derramamentos e descargas ou emissões de produtos perigosos relacionados às operações do Sacado. A legislação ambiental brasileira também rege a operação, manutenção, abandono e recuperação de poços, refinarias, terminais, postos de gasolina e demais instalações. A observância e cumprimento da legislação aplicável poderão exigir despesas significativas, podendo uma violação a essa legislação acarretar multas e penalidades, algumas delas relevantes. Além disso, as operações e empreendimentos que produzem impacto ambiental significativo, em especial a perfuração de novos poços e a ampliação de refinarias, exigem que a Petrobras solicite avaliações de impacto ambiental, em conformidade com procedimentos de licenciamento federais e estaduais. Em conformidade com a legislação ambiental brasileira, a Petrobras propôs a celebração, ou celebrou, termos de compromisso ambiental com os órgãos de proteção ambiental e/ou com os Ministérios Públicos Federal ou Estaduais, em que a Petrobras concorda em implementar uma série de medidas para regularizar o licenciamento ambiental dessas instalações.

De acordo com a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, pessoas físicas ou jurídicas cuja conduta ou atividades causarem dano ao meio-ambiente ficarão sujeitas a sanções criminais e administrativas, bem como serão responsáveis pelo custo de reparação dos prejuízos efetivos resultantes de tal dano. As pessoas físicas ou jurídicas que cometerem crime contra o meio-ambiente ficarão sujeitas a sanções que variam de multas a detenção no caso de pessoas físicas; no caso de pessoas jurídicas, tais sanções variam de suspensão ou interrupção de atividades a proibição de celebração de quaisquer contratos com órgãos públicos pelo prazo de até 10 anos. Os órgãos governamentais de proteção ao meio-ambiente poderão também impor sanções administrativas a quem não observar a legislação ambiental, inclusive, entre outras, multas, suspensão parcial ou total de atividades, obrigações de custeio da reparação dos prejuízos e de projetos ambientais, cancelamento ou restrição de incentivos ou benefícios fiscais, fechamento de estabelecimentos ou empreendimentos e, ainda, cancelamento ou suspensão da participação em linhas de crédito junto a estabelecimentos de crédito oficiais.

O Sacado não realiza as atividades de revenda varejista de combustíveis. A BR pactua com seus revendedores que indenizações decorrentes de danos ambientais são de exclusiva responsabilidade do

operador do posto de serviços. Entretanto, a lei ambiental brasileira prevê a responsabilidade solidária de todos os responsáveis, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental. Por isso, a BR pode ser chamada a pagar indenizações por danos ambientais. Caso isso aconteça, a BR poderá posteriormente cobrar o operador do posto de serviço pelo reembolso da indenização.

A BR possui licença ambiental de operação válida expedida pela Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro para atividades de fabricação, armazenamento e envasamento de óleos lubrificantes, óleos isolantes, óleos para pulverização agrícola e parafinas, além de ter sido certificada com o ISO 14001:2004 pelo órgão certificador *Det Norske Veritas*.

51. REQUISITOS PARA ATUAÇÃO NA DISTRIBUIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS AOS POSTOS DE SERVIÇOS

Somente pessoa jurídica constituída sob as leis brasileiras que, em caráter permanente, possua (i) registro de distribuidor e (ii) autorização para o exercício da atividade de distribuição pode realizar atividade de distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, mistura óleo diesel/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP.

O exercício da atividade de distribuição de combustíveis, bem como a regulamentação relativa ao seu acesso é regulado pela Portaria ANP nº 29, de 09 de fevereiro de 1999, e pela Portaria ANP nº 202, de 30 de dezembro de 1999. E entre os requisitos a serem cumpridos em conformidade com estas portarias encontram-se: (i) necessidade de possuir capital social integralizado de no mínimo R\$1 milhão; (ii) base, própria ou arrendada, com instalações de armazenamento e distribuição de combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível, biodiesel, mistura óleo/biodiesel especificada ou autorizada pela ANP e outros combustíveis automotivos, com capacidade mínima de armazenamento de 750m³; e (iii) comprovação de capacidade financeira correspondente ao montante de recursos necessários à cobertura das operações de compra e venda de produtos, inclusive os tributos envolvidos, sendo que a esta comprovação poderá ser feita mediante a apresentação de patrimônio próprio, seguro ou carta fiança bancária.

O registro de distribuidor e a autorização, de caráter precário, para o exercício da atividade de distribuição podem ser cancelados nas seguintes hipóteses: (i) extinção da sociedade, judicial ou extrajudicial; (ii) por decretação de falência da empresa; (iii) por requerimento da sociedade interessada; ou (iv) a qualquer tempo, quando comprovado em processo administrativo que as atividades estão sendo executadas em desacordo com a legislação vigente ou quando houver fundadas razões de interesse público, devidamente comprovadas pela autoridade competente.

Companhias distribuidoras de combustíveis não podem realizar a atividade de revenda varejista de combustíveis ao consumidor final (exceto se por meio de “postos-escolas”), nos termos do artigo 12 da Portaria nº 116 da ANP, de 5 de julho de 2000, conforme alterada. As companhias distribuidoras devem vender combustíveis aos postos de serviços, que realizam a revenda varejista. As distribuidoras podem também realizar a venda de combustíveis diretamente a alguns grandes consumidores.

A atividade de revenda de combustíveis pode ser exercida pelo posto de serviços basicamente de duas formas: sem a exibição de marca comercial de qualquer distribuidora (“postos bandeira branca”) ou com a exibição de marca comercial de alguma distribuidora. Caso tenha a marca de alguma distribuidora, o posto de serviços apenas poderá adquirir combustíveis dessa distribuidora. Em abril 2009, de acordo com a ANP, havia aproximadamente 37.010 postos de serviços no Brasil, dos quais aproximadamente 6.031 com a marca BR (representando aproximadamente 16% do número total de postos de serviços). Em decorrência da aquisição da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. pela Petrobras, pela Ultra par Participações S.A. e pela Braskem S.A. ocorrida em março de 2007, a BR passou a deter, a partir de 09 de abril de 2009 adicionais 784 postos com marca Ipiranga, existentes nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

Há 3 tipos principais de contratos usados para o fornecimento de combustíveis ao posto de serviços: (i) contrato locação pela distribuidora de imóvel de sua propriedade (já com sua marca e equipamentos) para o operador do posto de serviço; (ii) contrato cessão de marcas e fornecimento de produtos para o operador do posto de serviço (quando o imóvel é de propriedade do operador); ou (iii) contrato de comissão mercantil, no qual a distribuidora é comitente e o operador do posto de serviço comissionário (quando o imóvel é de propriedade do operador), em conjunto com uma licença de uso da marca. No caso deste último contrato, que é o utilizado pela BR, o operador do posto de serviços recebe como comissão uma porcentagem calculada conforme o volume comercializado de produtos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

SACADO

As informações referentes ao Sacado, e demais empresas integrantes de seu grupo econômico, assim como seu respectivo mercado de atuação contidas neste Prospecto foram por ele preparadas e são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

52. VISÃO GERAL

Atualmente, o Sacado é a distribuidora de combustíveis com maior presença e capilaridade no Brasil. Além de líder de mercado na distribuição de combustíveis e óleos lubrificantes e do objetivo de consolidar cada vez mais sua presença nos demais segmentos em que já tem presença, a BR continua expandindo seus segmentos de negócios, atualmente na área de energia.

A BR é considerada a maior companhia do setor de distribuição e comercialização de combustíveis e derivados de petróleo da América Latina, tomando-se por base suas receitas consolidadas no ano de 2008, também sendo a segunda maior empresa brasileira, apresentando um valor de R\$67,909 bilhões referente à venda de produtos e serviços, receita operacional líquida de R\$55,926 bilhões e lucro líquido de R\$1,289 bilhão.

A BR desenvolve ampla gama de atividades, destacadas nos seguintes segmentos:

- Rede de Postos – este segmento compreende a revenda de combustíveis, lubrificantes e produtos, além da prestação de serviços agregados, nos postos de serviço e nas lojas de conveniência.
- Grandes Consumidores – abrange a venda direta de combustíveis e lubrificantes para indústrias, termoeletricas, governos, empresas de transporte, Transportadores Revendedores Retalhistas – TRR e outros grandes consumidores desses produtos.
- Aviação – segmento no qual há a prestação de serviços de abastecimento de aeronaves e atividades correlatas para companhias aéreas nacionais, regionais e estrangeiras, comandos militares, aviação geral, incluindo a executiva, além dos revendedores de produtos de aviação.
- Produtos Químicos – compreende as atividades de venda de produtos químicos para diversas finalidades, dentre as quais tintas e vernizes, química para agro-negócio, química e serviços para as atividades de exploração e produção de petróleo.
- Asfalto – segmento que engloba a venda de produtos (como o asfalto e emulsões asfálticas) e serviços relacionados à pavimentação.
- Negócios de Energia – compreende a concessão para distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, a comercialização de combustíveis sólidos, como coque e carvão, além da

atuação em novas frentes de negócios nas áreas de eficiência energética, geração de energia no horário de ponta, climatização, cogeração e geração dedicada de energia – esta última para clientes com necessidades de energia no ponto final de consumo, interligado ao sistema de transmissão brasileiro ou não.

52.1. Breve Histórico

A BR é uma sociedade anônima constituída em 12 de novembro de 1971, a partir da reestruturação da área de distribuição da Petrobras. A BR é uma subsidiária integral da Petrobras, a qual, por sua vez, é controlada pela União. Atualmente é uma companhia fechada com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Canabarro, nº 500.

A Petrobras foi criada em 3 de outubro de 1953, pela Lei 2.004. Em 21 de dezembro de 1962, foi expressamente autorizada pelo então CNP a fornecer derivados de petróleo a granel, diretamente para consumo de órgãos governamentais, autarquias e sociedades de economia mista. Também nesse ano a Petrobras começou a fornecer à Marinha de Guerra Brasileira, ainda através do ECOPE, o óleo combustível especial para Marinha (*Navy Special* - EPM) produzido pela Refinaria Duque de Caxias, à época recém-inaugurada, marcando assim o seu ingresso na atividade de distribuição de petróleo.

Em 17 de maio de 1963, o Conselho de Administração da Petrobras deliberou o ingresso efetivo e competitivo na distribuição direta de derivados de petróleo, tendo por ponto de apoio suas unidades e mediante convênio com outras entidades ou companhias especializadas.

Em 6 de dezembro de 1963, o CNP concedeu irrestrita autorização para que a Petrobras pudesse exercer a atividade de distribuição de derivados de petróleo, em grosso, em todo território nacional. Assim teve início a distribuição através dos postos de revenda, com a inauguração do primeiro posto da estatal em Brasília.

Em janeiro de 1971, o Conselho de Administração da Petrobras deliberou a criação da subsidiária BR, iniciando suas operações com 21,1% do mercado de distribuição e uma carteira composta por cerca de 2.800 clientes.

Em novembro de 1993, a BR registrou-se perante a CVM como companhia aberta. Em 05 de fevereiro de 2003, tal registro foi cancelado mediante a conclusão, com sucesso, da oferta pública de aquisição de ações da BR mediante permuta por ações de emissão da Petrobras.

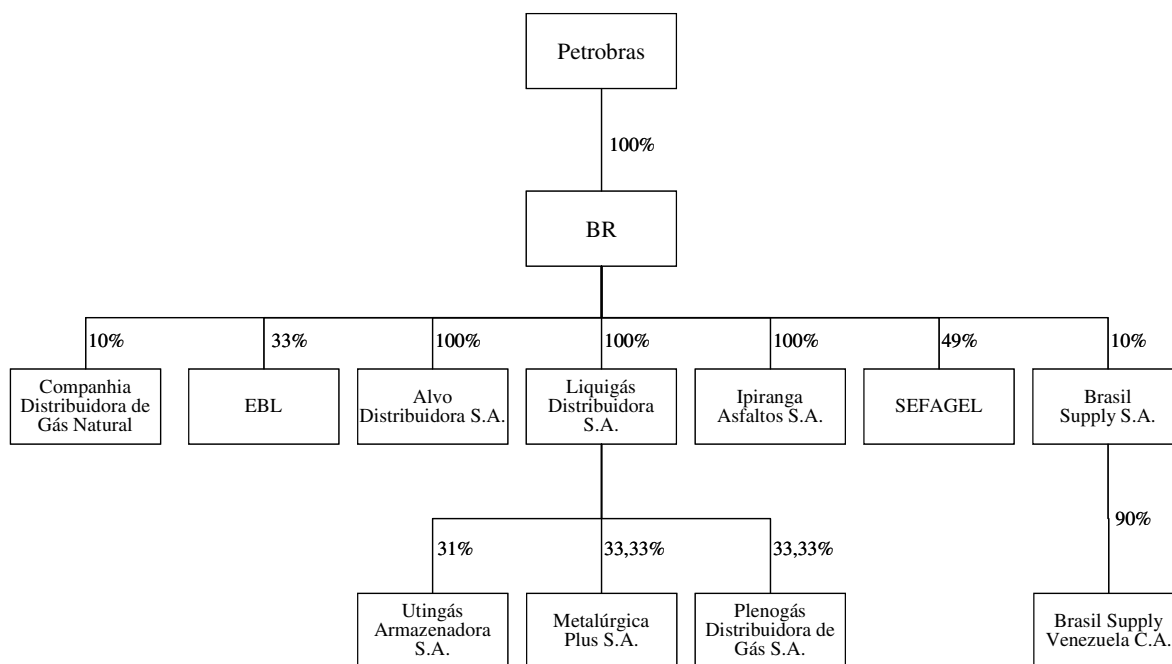
Em agosto de 2004, a BR adquiriu a Agip do Brasil, a qual é uma distribuidora de GLP, combustível e lubrificantes em operação no Brasil através das marcas Liquigás, Novogás e Tropicás para distribuição de GLP e das marcas Agip, Companhia São Paulo de Petróleo e Ipê para distribuição de combustível. Essa aquisição permitiu à BR aumentar sua distribuição de GLP e consolidar sua posição de distribuidora de combustíveis para automóveis em certas regiões do Brasil.

Em 1º de janeiro de 2005, a Petrobras alterou o nome da Agip do Brasil para Liquigás Distribuidora S.A. A Liquigás é responsável pelo segmento de GLP, o qual ainda inclui comercialização desse gás. A distribuição de combustíveis e lubrificantes da marca Agip é operada pela BR.

Em decorrência da aquisição da Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A., da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga e da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga S.A. pela Petrobras, pela Ultra par Participações S.A. e pela Braskem S.A. ocorrida em março de 2007, a BR passou a deter, a partir de 09 de abril de 2009, o controle acionário da Ipiranga Asfaltos S.A. e da Alvo Distribuidora S.A., assumindo também a operação de tais empresas e suas subsidiárias, sendo que a aquisição das referidas participações societárias pela BR somente foi concluída em abril de 2009.

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da BR (Breitner Energética S.A., Brasympe Energia S.A., Brasil PCH S.A., Companhia Energética Manauara, Brentech Energia S.A., Termelétrica Potiguar (TEP) S.A., Companhia Energética Potiguar, Energética Camaçari Muricy I, Arembepe, Energética Britarumã e Energética Suape II) foram alienadas para a Petrobras por meio de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$184 milhões. Esta transferência permitiu a consolidação do parque de geração de energia da Petrobras e a gestão unificada desses negócios.

52.2. Organograma Societário



52.3. Contingências Judiciais e Administrativas

O Sacado e suas controladas são parte em ações de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental, das quais as classificadas com perda provável e perda provável de curto prazo totalizavam R\$159.134.819,13 em 2008 e R\$199.650.929,57 em 2007.

O cálculo dos valores a serem provisionados é feito com base nos valores efetivamente envolvidos e nos pareceres dos advogados externos e internos responsáveis pela condução dos processos, classificados em três grupos atualizados até junho de 2009: (a) perda provável, no valor de R\$126.067.564,98 (sendo R\$18.644.776,91 no curto prazo); (b) perda possível, no valor de R\$679.083.277,85; e (c) perda remota R\$ 188.515.239,60. A provisão existente em 31 de dezembro de 2008 tem por base as perdas julgadas prováveis e são apresentadas da seguinte forma:

	Consolidado		Controladora		
	(R\$mil)	2008	2007	2008	2007
Causas trabalhistas (i)		59.039	59.727	54.728	50.517
Causas fiscais (i)		45.031	87.906	10.228	54.512
Causas cíveis (i)		61.130	57.004	59.713	54.236
Causas ambientais		80	72	2	2
Outras		222	-	-	-
Total		165.502	204.709	124.671	159.267
Provisão para contingências – circulante		19.597	51.167	19.597	46.695
Provisão para contingências – não circulante		145.905	153.542	105.074	112.572

(i) Líquido de depósitos judiciais de acordo com a Deliberação CVM nº 489/05.

Segue abaixo descrição dos principais processos com expectativa de perda possível em que o Sacado figura como parte:

Ações Judiciais Cíveis

Dentre as principais ações com expectativa de perda possível (que não estão provisionadas) 3 são de natureza cível.

Na primeira, a BR é ré em ação proposta por MVM Comércio e Representações Ltda. Alega o autor ter rescindido o contrato de locação por não ter a BR construído o posto novo prometido ao operador, sendo que o mesmo requer, adicionalmente, indenização por perdas e danos. O valor envolvido neste litígio é de R\$18.500.000,00. Foi concedido prazo de vista para o autor, para que apresente contra-razões ao agravo de instrumento interposto pela BR em 22 de junho de 2009.

Na segunda, o Sacado é réu em uma ação de rescisão contratual envolvendo contratos de comodato, mútuo, locação e sublocação movida por Forte Comércio Importação, Exportação e Administração. A sentença julgou improcedentes os pedidos do autor. O demandante interpôs recurso de apelação. O acórdão que julgou esta apelação reformou a sentença que era favorável à BR e a condenou ao pagamento de indenização por danos morais. Em vista disso, a BR opôs embargos de declaração contra referido acórdão, com efeitos declaratórios, infringentes e pré-questionadores. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2008, era de, aproximadamente, R\$88.272.000,00.

A terceira ação de natureza cível foi interposta por Francisco Messias Camelli perante a justiça do Estado do Amazonas, tendo por objeto o recebimento de sobrestadia de embarcações (CONAVE) na BASUL. As partes foram intimadas pelo magistrado a se manifestarem a respeito do laudo pericial, e foi designada audiência de instrução. Em junho de 2009, os autos encontravam-se com carga ao perito. O valor máximo de exposição da causa, atualizado até 31 de dezembro de 2008, era de aproximadamente R\$93.929.000,00.

Ações Judiciais Tributárias

O Sacado figura como réu em 3 execuções fiscais de maior relevância, classificadas como de perda possível (que não estão provisionadas).

A primeira execução fiscal, movida pelo Estado do Rio de Janeiro, é requerido pagamento de créditos relativos a ICMS. O processo encontrava-se suspenso em virtude da oposição de embargos à execução. O montante total envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2008, era de, aproximadamente, R\$71.540.000. Com relação a esse débito, tramita perante o Superior Tribunal de Justiça ação anulatória.

Ademais, o Sacado é parte em execução fiscal relativa à cobrança de débitos de ICMS, movida pela Fazenda do Estado de São Paulo. Tal execução aguardava julgamento dos embargos à execução, e seu valor máximo foi estimado, em 31 de dezembro de 2008, em R\$63.475.000,00. Os embargos de declaração foram julgados em favor da BR, sendo que a sentença de improcedência em desfavor da BR restringiu-se ao valor de R\$10.000,00. A ação continua quanto ao valor remanescente controverso, na qual ainda não foi proferida sentença.

Por fim, há execução fiscal movida pela Fazenda Pública do Estado de Pernambuco, a qual tramita perante o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Ipojuca). O objeto desta ação se refere a suposto recolhimento de ICMS a menor. Foram interpostos embargos à execução que aguardam julgamento. O montante envolvido, atualizado até 31 de dezembro de 2008, era de, aproximadamente, R\$54.854.000,00. O processo estava em fase de perícia e, em junho de 2009, aguardava-se o pronunciamento do perito do juízo a respeito da estimativa de seus honorários.

52.4. Administração

A BR é administrada pelo Conselho de Administração e pela Diretoria, contando com Conselho Fiscal com funcionamento permanente.

51.4.1. Conselho de Administração

O Conselho de Administração da BR é composto por, no mínimo, 5 e, no máximo, 9 membros, com mandato de 1 ano, permitida a reeleição.

Atualmente, o Conselho de Administração da BR conta com os seguintes membros, com mandato até abril de 2010: Dilma Vana Rousseff, Guido Mantega, José Sergio Gabrielli de Azevedo, Francisco

Roberto de Albuquerque, Fabio Colletti Barbosa, Jorge Gerdau Johannpeter, Luciano Galvão Coutinho, Sergio Franklin Quintella e Silas Rondeau Cavalcante Silva.

51.4.2. Diretoria

A Diretoria da BR é composta por até 5 diretores, sendo 1 presidente, com mandato de 3 anos, permitida a reeleição.

Atualmente, a Diretoria da BR é composta pelos seguintes membros, com mandato até junho de 2011: José Eduardo de Barros Dutra, como Presidente, Edimilson Antonio Dato Sant'anna, como Diretor de Operações e Logística, Andurte de Barros Duarte Filho, como Diretor de Mercado Consumidor, Nestor Cuñat Cerveró, como Diretor Financeiro, e Edimario Oliveira Machado, como Diretor de Rede de Postos e Serviços.

51.4.3. Conselho Fiscal

A BR conta com Conselho Fiscal de funcionamento permanente, composto de até 5 membros, com mandato de 1 ano, permitida reeleição.

Atualmente, o Conselho Fiscal da BR conta com os seguintes membros, com mandato até abril de 2010: Mariângela Monteiro Tizatto, João José de Nora Souto, Márcio Branco de Oliveira, Pedro Romano Junior Conselheiro e Paulo José dos Reis Souza.

52.5. Informações Financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas da BR, e as informações financeiras delas derivadas incluídas neste Prospecto, foram elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil vigentes à época da elaboração das demonstrações financeiras, conforme determinado pela Lei das Sociedades por Ações, e atendem às normas e regulamentos emitidos pela CVM (conforme aplicável) e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras completas da BR (e notas explicativas) encontram-se anexas ao presente Prospecto.

Alguns números constantes do Prospecto podem não representar totais exatos em virtude de arredondamentos efetuados. Sendo assim, os resultados totais constantes de algumas tabelas presentes neste Prospecto podem não corresponder ao resultado exato da soma dos números que os precedem.

Salvo se especificado de outra forma, as informações financeiras consolidadas da BR referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 contidas no presente Prospecto derivam das demonstrações financeiras consolidadas da BR, e suas respectivas notas explicativas, auditadas pela KPMG Auditores Independentes.

Por ser companhia fechada, não há obrigatoriedade de o Sacado elaborar informações financeiras trimestrais de acordo com o modelo exigido para informações trimestrais divulgadas publicamente por companhias abertas.

Demonstrações de Resultado

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
(em R\$ milhões)			
Receita bruta de produtos e serviços	67.909	55.196	49.830
Tributos sobre vendas	(11.983)	(9.836)	(9.039)
Receita operacional líquida	55.926	45.360	40.791
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(51.282)	(41.072)	(37.022)
Lucro bruto	4.644	4.288	3.769
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	(2.390)	(2.144)	(2.131)
Gerais e Administrativas	(495)	(487)	(483)
Tributárias	(23)	(229)	(172)
Despesas financeiras	(103)	(163)	(153)
Receitas financeiras	429	506	368
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(19)	(13)	(10)
Resultado de equivalência patrimonial	2	2	2
Amortização de ágio em investimentos	(18)	(18)	(16)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	48	(292)	(118)
	(2.569)	(2.838)	(2.713)
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	2.075	1.450	1.056
Imposto de renda e contribuição social correntes	(688)	(594)	(379)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(19)	52	(29)
Lucro antes da participação estatutária	1.368	908	648
Participação estatutária de empregados	(79)	(69)	(78)
Lucro líquido do exercício	1.289	839	570

Balanço Patrimonial

	Em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
<i>(em R\$ milhões)</i>			
ATIVO			
Circulante			
Disponibilidades	1.445	439	539
Contas a receber, líquidas	3.564	3.345	2.890
Estoques	1.517	1.463	1.329
Despesas antecipadas	19	21	17
Imposto de renda e contribuição social diferidos	133	181	-
Outros ativos circulantes	630	589	672
	7.308	6.038	5.447
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	618	2.018	1.767
Depósitos judiciais	217	206	279
Despesas antecipadas	85	74	80
Imposto de renda e contribuição social diferidos	291	265	238
Outros ativos realizáveis a longo prazo	203	14	21
	1.414	2.577	2.385
Permanente			
Investimentos	30	215	231
Imobilizado	3.047	3.329	2.877
Intangível	256	108	107
Diferido	3	160	171
	3.336	3.812	3.386
Total do Ativo	12.058	14.427	11.218

	Em 31 de dezembro de		
	2008	2007	2006
<i>(em R\$ milhões)</i>			
PASSIVO			
Circulante			
Fornecedores			
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras	1.345	1.490	996
Outros	645	661	570
Operações com a Controladora	93	97	110
Impostos e contribuições sociais	307	310	192
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	490	319	282
Empréstimos e financiamentos	-	167	770
Adiantamentos de clientes	149	213	204
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão	37	28	15
Outros passivos circulantes	355	406	279
	3.421	3.691	3.418
Exigível a longo prazo			
Operações com a Controladora	31	37	41
Empréstimos e Financiamentos	-	470	193
Provisão para contingências	146	154	114
Obrigações com plano de saúde	686	628	572
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão	300	279	209
Outro Passíveis exigíveis a longo prazo	96	78	104
	1.259	1.646	1.233
Participação dos acionistas não controladores	-	3	
Patrimônio Líquido			
Capital social	4.482	4.482	4.482
Reserva de Capital	54	54	54
Reservas de lucro	2.842	2.551	2.031
	7.378	7.087	6.567
Total do Passivo + Patrimônio Líquido	12.058	12.427	11.218

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

INFORMAÇÕES DAS INSTITUIÇÕES RELACIONADAS À OFERTA

53. ADMINISTRADORA

Com 23 anos de atuação nos mercados de renda fixa, variável e de futuros, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities tem atuação marcante em seu segmento, ocupando posição de destaque no *ranking* em patrimônio líquido das corretoras não ligadas a bancos.

Com escritórios em São Paulo, Rio de Janeiro, Curitiba, a Concórdia tem em seus quadros mais de 164 profissionais, responsáveis por gerir o patrimônio de pessoas e instituições que buscam rentabilidade e solidez para suas aplicações.

Com destacada atuação na BM&FBOVESPA, realiza a intermediação para seus clientes de negócios em ações, futuros financeiros, *commodities* e títulos públicos e privados, com experiência em operações de *hedge* e *swaps*.

A gestão de recursos é um dos principais focos da Administradora, que oferece diversas possibilidades de fundos de investimentos abertos ou exclusivos.

Com relação a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, a Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários Câmbio e Commodities administra atualmente 13 fundos, com um patrimônio líquido total de, aproximadamente, R\$2,4 bilhões.

54. DISTRIBUIDOR LÍDER

O Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A. é um banco de investimento internacional que atende clientes institucionais, corporativos, governos e pessoas físicas. O banco integra o Grupo Banif, um conglomerado financeiro com sede em Portugal, com ações negociadas na Euronext. O Grupo Banif possui diversas empresas atuando no setor financeiro, de seguros e imobiliário, e é apoiado por uma vasta rede de distribuição, tendo presença em diversos países como Portugal, Brasil, Estados Unidos da América, Canadá, Venezuela, África do Sul, Inglaterra, México, Ilhas Cayman, Argentina, Bahamas e Espanha. Com 518 agências/pontos de venda, mais de 1.000.000 de clientes e cerca de 4.144 funcionários, o Grupo Banif possui total de ativos superiores a R\$38.000.000.000,00, aproximadamente R\$12.000.000.000,00 de ativos de terceiros sob gestão, e patrimônio líquido acima de R\$2.600.000.000,00. O Grupo Banif é líder do mercado financeiro na Região Autônoma da Madeira e na Região Autônoma dos Açores, com uma forte presença em Portugal Continental, tanto na área de banco comercial como na área de banco de investimento.

O Grupo Banif está presente no Brasil desde 1996, quando instalou, autorizado pelo Bacen, seu escritório de representação. Em 1999, sua presença foi consolidada com a aquisição do Banco Primus, constituído em 1986. Suas principais áreas de atuação são: gestão de recursos de terceiros por meio da Banif Nitor; corretagem de valores por meio da Banif Corretora, no Brasil, da Banif Securities Inc.,

em Nova Iorque e do Banif Banco de Investimento S.A., em Lisboa; emissão e negociação de títulos de renda fixa e variável nos mercados de capitais local e internacional; derivativos e gestão de risco; securitização de ativos; *project finance*; *corporate finance*; estruturação de operações no mercado imobiliário; *private equity*; *private bank* e *home broker*, por meio da BanifInvest.

Em 2006, entre as operações coordenadas pelo Banif destacam-se a 4ª emissão de debêntures da COPEL - Companhia Paranaense de Energia, no valor total de R\$600.000.000,00, a distribuição de Certificados de Recebíveis Imobiliários lastreados em recebíveis cedidos pela Petrobras Distribuidora S.A., no valor de R\$73.600.000,00, a emissão de Notas Promissórias e Cédulas de Crédito Bancário de Furnas Centrais Elétricas S.A., no valor total de R\$350.000.000,00 e R\$112.600.000,00, respectivamente, e a distribuição de debêntures do BNDESPAR, no valor total de R\$500.000.000,00. O Distribuidor Líder também atuou na distribuição de cotas do FIP Banif Primus Real Estate, no valor de R\$50.000.000,00, e nos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Beta Securitizadora S.A. de R\$7.130.000,00 e R\$2.424.000,00.

Em 2007, o Banif participou da distribuição da 3ª emissão pública de debêntures de BNDESPAR, no valor total de R\$1.350.000.000,00 e da oferta pública de ações do Banco do Brasil S.A., no valor de R\$3.000.000.000,00, além de ter coordenado a oferta pública para aquisição de ações representativas de controle da João Fortes Engenharia S.A., totalizando R\$56.275.966,80. O Banif também atuou como administrador e distribuidor do Fundo de Investimento em Participações – FIP Amazônia Energia, acionista da Madeira Energia S.A. - MESA, sociedade de propósito específico, constituída para a construção e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio, no Rio Madeira.

Já em 2008, o Banif participou como Coordenador das seguintes emissões de debêntures: (i) Primeira Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples da Unidas S.A., no valor total de R\$250.000.000,00, (ii) Distribuição Pública de Debêntures Simples da 1ª Emissão da Trisul S.A., no valor total de R\$200.000.000,00; e (iii) Distribuição Pública da 2ª Emissão de Debêntures da Klabin Segall S.A., no valor total de R\$230.000.000,00. Além disso, promoveu a 3ª e a 4ª emissões de cotas do Fundo de Investimento em Participações Banif Primus Real Estate, no valor de, respectivamente, R\$10.000.000,00 e R\$9.505.269,50 e estruturou o Fundo de Investimento em Participações Banif Real Estate III, no valor de R\$100.000.000,00.

No presente ano, 2009, o Banif atuou como coordenador líder da 1ª série da 2ª emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Beta Securitizadora S.A., lastreados em créditos cedidos pela Odebrecht Realizações Imobiliárias S.A., no valor de R\$44.400.000,00.

55. CUSTODIANTE E AGENTE ESCRITURADOR

O Banco Bradesco S.A., por meio do seu departamento de ações e custódia, está estruturado para a prestação de serviços qualificados para o mercado de capitais em geral como custódia, controladoria, escrituração de ativos, serviços de banco mandatário, fundos de investimento em direitos creditórios, depositário (*escrow account - trustee*), agente de compensação, *Brazilian Depositary Receipts* – BDRs e *Depositary Receipts* – DRs, há mais de 30 anos.

O Departamento de Ações e Custódia presta serviços somente para recursos de terceiros, tendo estrutura e sistemas totalmente segregados das demais áreas da instituição, mantendo assim total sigilo das posições e operações dos clientes para os quais presta serviços. Essa segregação garantida pelo *compliance* corporativo, cujos serviços, especificamente para a custódia e controladoria de fundos e carteiras, são complementados por *compliance* específico, que garante a alocação dos investimentos de acordo com as regras e legislação aplicável.

Os serviços de Custódia e Controladoria têm a qualidade dos seus processos atestada pela norma NBR ISO 9001:2000, cuja manutenção se dá mediante auditorias documentais e de campo, realizadas periodicamente por organismos certificadores credenciados.

O Bradesco também aderiu ao “Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas dos Serviços Qualificados ao Mercado de Capitais”, ratificando, assim, que todos os seus procedimentos e processos estão adequados às normas e exigências do referido código. Especificamente para a área de custódia, o Bradesco mantém sistemas que garantem a continuidade das atividades em eventual necessidade, a qualquer momento, sem prejuízo ao atendimento de seus clientes.

Fundos de Investimento em Direitos Creditórios

O Bradesco oferece ao mercado os serviços de custódia, controladoria e administração para os fundos de investimento em direitos creditórios.

O serviço abrange a recepção e a análise dos documentos que evidenciam o lastro dos direitos creditórios, bem como a validação desses direitos em relação aos critérios de elegibilidade estabelecidos pelo regulamento de cada fundo e a realização da liquidação física e financeira evidenciada pelo respectivo contrato de cessão.

Além disso, é efetuada a custódia, a administração, a cobrança e/ou a guarda da documentação relativa aos direitos creditórios e demais ativos integrantes da carteira dos fundos de investimento em direitos creditórios.

Toda essa atividade realizada está a disposição dos órgãos reguladores, agências de *rating* e auditoria independente, de acordo com a legislação o vigente.

Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento

O sistema Bradesco de Escrituração de Quotas de Fundos de Investimento foi desenvolvido para atender às necessidades dos administradores, nas atividades relativas à administração desses fundos e na escrituração de suas quotas, possibilitando o acesso às suas posições, aos dados cadastrais dos quotistas e permitindo a emissão de relatórios.

O Sistema Escritural Bradesco elimina a complexidade do sistema convencional, o que facilita o trabalho das corretoras de valores nas negociações e possibilita a conquista de novos quotistas em qualquer parte do país, uma vez que o sistema é de abrangência nacional.

Este serviço compreende o registro da titularidade das quotas, o controle das movimentações, o processamento dos pagamentos de rendimentos e outros eventos deliberados pelos fundos. Além disso, o Bradesco oferece aos seus quotistas atendimento personalizado por meio da rede de agências.

56. GESTOR

Fundada em novembro de 1998, a Security Administradora de Recursos Ltda. iniciou as suas atividades de gestão de recursos em 2003. Desde então, focada exclusivamente na gestão de recursos, aumentou o volume de recursos e de clientes.

O objetivo da Security é oferecer soluções de investimento aos seus clientes, buscando alternativas inteligentes e criativas de negócios.

O Gestor busca prestar serviços a todos os tipos de clientes, de pessoas físicas a jurídicas, através do entendimento do que eles demandam e, assim, buscando o melhor veículo para atendê-los.

57. REPRESENTANTE DOS QUOTISTAS

A DCA Serviços Fiduciários foi constituída em junho de 2007, objetivando continuar 16 anos de prestação de serviços fiduciários pelo seu sócio controlador de forma independente.

A prestação de serviços consiste na representação e proteção dos direitos e interesses de investidores em operações de Ações, Cédulas de Crédito Bancário – CCBs, Cédulas de Crédito Imobiliário – CCIs, Certificados de Recebíveis Imobiliários – CRI, Commercial Papers, títulos do agronegócio (Certificados de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCAs e Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs), Debêntures, e em operações de Empréstimo Sindicalizado e de Fundos de Investimento (FIDC, FIP, FMIEE e FI Imobiliário, dentre outros). A prestação de serviços inclui o auxílio ao grupo estruturador no desenvolvimento de sua operação.

A sociedade conta com a colaboração de 5 profissionais na área técnica e de produção, sendo 1 deles administrador de empresas com mais de 10 anos de experiência em renda fixa no mercado de capitais e em tecnologia da informação, 1 economista com mais de 15 anos de experiência em renda fixa e em renda variável no mercado de capitais e consultor de valores mobiliários registrado na CVM há mais de 5 anos, 2 advogados júnior com ênfase em direito empresarial e 1 estagiário. Os outros 3 profissionais dedicam-se à área administrativa da DCA Serviços Fiduciários (secretárias bilíngues).

O Representante dos Quotistas já celebrou os seguintes contratos: (A) 1 contrato com grupo superior a 4 investidores institucionais que investiu ao longo dos últimos 8 anos entre R\$20 e 50 milhões em companhia registrada na CVM, tendo como objetivo assessorar este grupo de investidores na proteção de seus interesses em negociação com a devedora até o mês de novembro de 2007, (B) 1 contrato de prestação de serviços com empresa não registrada na CVM como companhia aberta, (C) 1 convênio com banco que possui dependências em mais de um Estado da Federação, tendo como objetivo a defesa de investidores em emissão de CCBs por ele originadas, do qual fazem parte 2 emissões no

valor entre R\$60 e 120 milhões, com prazo entre 36 e 300 meses, já cedida a investidores, e 1 emissão em andamento no valor total entre R\$60 e 120 milhões, com prazo entre 48 e 72 meses, (D) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de CCBs por empresa de Tecnologia de Informação no valor entre R\$10 e 20 milhões, com prazo entre 96 e 150 meses, (E) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de debêntures por companhia aberta em valor superior a R\$200 milhões, por meio de seu sócio controlador, (F) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de CCBs por empresa hospitalar no valor entre R\$2 e 4 milhões, com prazo superior a 30 meses; (G) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de CCBs por empresa industrial no valor entre R\$10 e 20 milhões, com prazo superior a 50 meses; (H) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de CCBs por empresa industrial no valor entre R\$10 e 20 milhões, com prazo superior a 60 meses; (I) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de CCBs por empresa industrial no valor entre R\$20 e 40 milhões, com prazo superior a 72 meses; (J) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários no valor entre R\$10 e 20 milhões, com prazo superior a 72 meses; (K) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de Cédulas de Crédito Imobiliário – CCIs no valor entre R\$60 e 140 milhões, com prazo superior a 72 meses; (L) 1 contrato para proteção de investidores em emissão de CCIs no valor entre R\$40 e 80 milhões, com prazo superior a 72 meses; (M) 1 contrato em emissão de CCBs no valor entre R\$10 e 20 milhões, com prazo superior a 48 meses, (N) 1 contrato em emissão de CCBs em valor inferior a R\$5 milhões, com prazo superior a 30 meses, (O) 1 contrato em emissão de CCBs em valor inferior a R\$5 milhões, com prazo superior a 36 meses, (P) 1 contrato em emissão de debêntures em valor superior a R\$200 milhões, com prazo superior a 12 meses, (Q) 1 contrato em emissão de CRIs em valor superior a R\$20 milhões, com prazo superior a 24 meses, (R) 1 contrato em emissão de debêntures em valor superior a R\$500 milhões, com prazo superior a 24 meses, (S) 1 contrato em emissão de debêntures em valor superior a R\$1.000 milhões, com prazo superior a 60 meses, e (T) 1 contrato em emissão de debêntures em valor superior a R\$ 60 milhões, com prazo superior a 60 meses.

A empresa, por meio da instituição financeira do seu grupo (GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM), que iniciou atividades em maio de 2009, também celebrou contrato para o registro e distribuição de emissão de CRIs no mercado, em volume superior a R\$ 50 milhões.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

POTENCIAIS CONFLITOS DE INTERESSE E TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

Além do relacionamento referente à presente emissão, cada Cedente, a Administradora, o Gestor, o Sacado, a Empresa de Auditoria, as Agências de Classificação de Risco, o Custodiante, o Distribuidor Líder, suas Pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais com outras Pessoas, inclusive entre si, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

O Distribuidor Líder e as instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, no Brasil e no exterior, mantém relacionamentos comerciais com a Administradora, a Gestora, o Sacado, a Empresa de Auditoria, as Agências de Classificação de Risco e o Custodiante, relacionados a operações no mercado de balcão organizado, operações de renda variável, futuros e administração de clube de investimento geridos pelo Gestor, atribuição de rating a empresas do conglomerado financeiro, auditoria interna e auditoria de fundos de Investimento e custódia de fundos de investimento administrados por partes relacionadas, respectivamente. O Distribuidor Líder declara que todas as relações previamente citadas não geram qualquer situação de conflito de interesses no exercício de suas funções relativas à Oferta.

O Custodiante presta serviços de custódia para fundos Security Plus, Estratégias Dissociadas FIM e FI Security Referenciado DI LP Crédito Privado, geridos pelo Gestor.

O Sacado e o Custodiante, suas Pessoas controladoras, sociedades por esses direta ou indiretamente controladas, a esses coligadas ou outras sociedades sob controle comum mantêm relações comerciais, no curso normal de suas atividades. Essas relações comerciais incluem a estruturação e realização de operações de crédito, operações financeiras, derivativos, investimentos, serviços bancários, seguros, entre outros.

A Administradora, Gestor, Custodiante e Distribuidor Líder declaram prestar serviços a fundos de investimentos auditados pela KPMG, sendo esta empresa também responsável pela auditoria interna do Distribuidor Líder e pela auditoria das demonstrações contábeis e da ouvidoria da Administradora.

A Administradora, o Gestor, o Sacado, a Empresa de Auditoria, as Agências de Classificação de Risco, o Custodiante e o Distribuidor Líder declaram que não há atualmente em vigor qualquer contrato ou operação que gere situação de conflito de interesses entre as partes.

Quanto a operações no âmbito do mercado de capitais com o Sacado, em agosto de 2009, o Coordenador Líder atuou como coordenador da Distribuição Pública da 25ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da RB Capital Securitizadora, lastreados em créditos imobiliários de responsabilidade do Sacado, no montante de R\$110.000.000,00.

Por fim, a Administradora possui atualmente em vigor os relacionamentos abaixo mencionados com o Custodiante, a Empresa de Auditoria e a Fitch Ratings:

1) Custodiante

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
Concórdia Polaris FIDC	Custódia, Controladoria e Escrituração de Cotas	2 anos	0,14%aa calculada diariamente sobre o PL do Fundo, com mínimo mensal de R\$ 10 mil.

2) Empresa de Auditoria

Fundos/Administrador	Serviço	Prazo	Valor
Fundos de Investimentos regulados pela IN CVM nº 409	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 56.928,00
Concórdia Polaris FIDC	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 12.000,00
Antera FIDC NP de Operações Comerciais, Ind. e/ou Prestação de Serviços	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 24.000,00
Tribanco Martins FIDC	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 17.280,00
Multicrédito I FIDC	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 17.010,00
Cobra FIDC Comerciais	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 17.280,00
FIDC Sabemi Financeiro	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 17.820,00
FIDC Bicbanco Saude Garantida	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 16.000,00
FIDC Previmil Financeiro	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 16.500,00
FIDC Bicbanco Crédito Consignado	Auditoria das demonstrações financeiras	1 ano	R\$ 16.000,00
Concórdia SA CVMCC	Auditoria das demonstrações financeiras e de Ouvidoria	1 ano	R\$ 72.750,00

3) Fitch Ratings – Agência Classificadora de Risco

Fundo	Serviço	Prazo	Valor
Tribanco Martins FIDC	Classificação de risco das cotas seniores	1 ano	R\$ 25.500,00
Concórdia FIDC	Classificação de risco das cotas seniores	1 ano	R\$ 35.359,00

SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS

58. SUMÁRIO DOS PRINCIPAIS CONTRATOS ENVOLVENDO O FUNDO

58.1. Contrato de Cessão

“Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Sacado, por meio do qual cada Cedente promete ceder, em regime de melhores esforços, de maneira irrevogável e irretratável, em caráter definitivo e sem direito de regresso dos Direitos Creditórios por elas detidos, juntamente com todos os direitos, privilégios, preferências, prerrogativas e ações a esses relacionados. O prazo de vigência deste Contrato será o Prazo de Vigência do Fundo.

58.2. Contrato de Distribuição

“Contrato de Distribuição, em Regime de Melhores Esforços, de Subscrição e Colocação de Quotas, de Emissão do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços”, celebrado entre a Administradora, por conta em ordem Fundo, e o Distribuidor Líder em 16 de novembro de 2009, através do qual caberá ao Distribuidor Líder efetuar a distribuição pública, em regime de melhores esforços de colocação, de até 127.500 das Quotas Seniores da 1ª Série no âmbito da presente Oferta, assim como estabelecer outras obrigações correlatas.

Nos termos do Contrato de Distribuição, caberá ao Distribuidor Líder, entre outras obrigações: (i) assessorar a Administradora e o Fundo na elaboração de todo o material necessário à estruturação e constituição do Fundo, bem como na Oferta e, inclusive o Prospecto, o material mercadológico e o Anúncio de Início e o Anúncio de Encerramento; (ii) acompanhar, juntamente com a Administradora, a obtenção do registro do Fundo e da Oferta perante a CVM, nos termos indicados no Contrato de Distribuição; (iii) comunicar imediatamente à CVM eventual rescisão, resolução, denúncia, revogação ou rescisão ou alteração do Contrato de Distribuição; (iv) remeter mensalmente à CVM, no prazo máximo de 15 dias após o encerramento do mês a partir da publicação do Anúncio de Início, relatório indicativo do movimento consolidado de distribuição das Quotas; (v) guardar, por 5 anos, e colocar à disposição da CVM, se assim solicitado, toda a documentação relativa ao processo de registro da Oferta e de elaboração deste Prospecto; (vi) promover a publicação, às expensas do Fundo, em jornais de grande circulação, do Aviso ao Mercado, do Anúncio de Início e do Anúncio de Encerramento; e (vii) sem prejuízo das responsabilidades da Administradora, desenvolver esforços para assegurar que (a) as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas, suficientes e tempestivas, possibilitando a estruturação e constituição do Fundo e permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta e de um investimento nas Quotas; e (b) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo de Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar este Prospecto, são suficientes e permite aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

Observado o disposto no Contrato de Distribuição, o Distribuidor Líder fará *jus* à seguinte remuneração, devida pela Administradora, às suas expensas:

- Comissão de Estruturação: calculada à razão de 0,275%, incidente sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série e Quotas Subordinadas na 1ª data de emissão de Quotas; e (b) o número total de Quotas Subordinadas e de Quotas Seniores da 1ª Série.
- Comissão de Coordenação: calculada à razão de 0,50% incidente sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série.
- Comissão de Colocação: valor equivalente a 0,70%, incidente sobre o preço de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série efetivamente subscritas no curso da respectiva Distribuição, conforme previsto no Suplemento da 1ª Série.

Os valores mencionados nos subitens “i” e “ii” acima serão devidos e pagos, pela Administradora, no 5º dia útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição de Quotas Subordinadas. Os valores mencionados no subitem “iii” acima serão devidos e pagos, pela Administradora, no 5º dia útil imediatamente subsequente a cada data de subscrição de Quotas Seniores da 1ª Série.

O prazo de duração do Contrato de Distribuição começou a partir da data de sua assinatura e findará, na data do cumprimento, pelas partes, de todas as obrigações, principais e acessórias dele decorrentes.

58.3. Contrato de Gestão

“Contrato de Prestação de Serviços de Gestão da Carteira do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços”, firmado em 16 de novembro de 2009 entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor, através do qual o Gestor prestará ao Fundo serviços de gestão de sua carteira.

Conforme disposto no Contrato de Gestão, o Gestor será responsável, entre outras funções, (i) gerir a carteira do Fundo; (ii) estruturar a implantação dos procedimentos de originação de Cedentes (*marketing* e propaganda com a finalidade única e exclusiva de informar os Cedentes da existência do Fundo); e (iii) realizar os procedimentos de *marketing* e propaganda acima mencionados.

Nos termos do Contrato de Gestão, observado valor mínimo mensal de R\$100.000,00, o Gestor fará *jus* à remuneração mensal, devida pela Administradora, às suas expensas, deduzida da taxa de administração devida pelo Fundo à Administradora, correspondente a 1/12 do percentual de 1,20% ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurada diariamente e paga, pelo Fundo, observado critério *pro rata temporis*, por dias úteis.

O valor em Reais acima mencionado será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12 meses, contado a partir da 1ª Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M.

Ao valor da parcela da remuneração devida ao Gestor, nos termos acima mencionados, será acrescido, uma única vez, às expensas da Administradora, pela estruturação da implantação dos procedimentos de originação de Cedentes, valor correspondente à aplicação do percentual de 0,225% sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores da 1ª Série e Quotas Subordinadas na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Subordinadas e de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série.

A primeira remuneração devida ao Gestor será paga no 5º dia útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e as demais parcelas da taxa de administração, no 5º dia útil de cada mês calendário, conforme o caso.

O Contrato de Gestão entrará em vigor a partir do início das atividades do Fundo e terá seu prazo de vigência durante o Prazo de Vigência do Fundo.

58.4. Contrato de Custódia

“Contrato de Prestação de Serviços de Custódia Qualificada e Controladoria de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios”, firmado em 01 de agosto de 2005 e aditado em 16 de novembro de 2009, tendo como partes a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Custodiante, através do qual o Custodiante prestará ao Fundo serviços de custódia e controladoria do Fundo, bem como escrituração de suas Quotas. O prazo de vigência deste contrato é indeterminado.

Nos termos do Contrato de Custódia, o Custodiante fará *jus* à seguinte remuneração, a ser paga pelo Fundo, às suas expensas: 0,30% ao ano, sobre o Patrimônio Líquido diário do Fundo, pago mensalmente na proporção de 1/12, ou o valor mínimo de R\$20.000,00 por mês. Pelos serviços de controladoria a Administradora pagará, às suas expensas, R\$50,00 por mês.

58.5. Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Representante dos Quotistas

Conforme disposto no “Instrumento Particular de Contrato de Prestação de Serviços de Representante dos Quotistas do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços”, celebrado em 16 de novembro de 2009 entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Representante dos Quotistas, o Representante dos Quotistas será responsável pela prestação de serviços profissionais de representante de Quotistas, nos termos do artigo 31 da Instrução CVM nº 356 e do Regulamento.

Este Contrato tem prazo de vigência até o resgate integral das Quotas do Fundo.

O Fundo remunerará, às suas expensas, o Representante dos Quotistas, pela prestação dos serviços acima descritos, os seguintes valores: (i) valor semestral de R\$6.000,00, devido o 1º pagamento na 1ª

Data de Emissão de Quotas, e os demais, a cada 180 dias, enquanto tiverem Quotas em Circulação; e (ii) caso sejam realizadas assembleias gerais de quotistas em que seja solicitado o comparecimento do Representante dos Quotistas ou em caso de sua participação em reestruturação prévia das condições do Fundo, será devida ao contratado uma remuneração adicional correspondente a R\$190,00 por hora-homem de trabalho adicional em sua sede ou fora dela, à razão de 20 minutos, dedicada pelos profissionais designados pelo Representante dos Quotistas para (i) a assessoria aos Quotistas, (ii) comparecimento em reuniões com os prestadores de serviços do Fundo, (iii) o comparecimento em reuniões com os Quotistas, (iv) a implementação das consequentes decisões dos Quotistas e prestadores de serviços do Fundo e (v) eventual execução de procedimentos administrativos, remuneração adicional a qual deverá ser paga pelo Fundo no prazo de 5 dias úteis após a entrega de relatório demonstrativo de tempo dedicado. Os valores aqui mencionados acima serão atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA/IBGE a partir de outubro de 2009.

As remunerações acima mencionadas não incluem as eventuais despesas com publicações, taxas, emolumentos, autenticações de documentos, despachantes para obtenção de certidões, registros, cópias xerográficas, impressão de documentos, ligações interurbanas, transporte, alimentação, viagens e hospedagens, entre outras, que se fizerem necessárias para a prestação dos nossos serviços, a serem cobertas pelo Fundo.

Igualmente, os valores acima citados também não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros, os quais deverão ser arcados às expensas do Fundo, desde que prévia e expressamente autorizado pelos Quotistas titulares da maioria das Quotas do Fundo em Circulação.

ATENDIMENTO AOS INVESTIDORES

Solicitações, sugestões, reclamações e informações adicionais podem ser obtidas conforme dados a seguir, durante o período de distribuição:

Distribuidor Líder

Banif Banco de Investimento (Brasil), S.A.

Rua Minas de Prata, nº 30 – 15º andar

São Paulo – SP

CEP 04552-080

Contato: Sr. Atila Noaldo Serejo Alves Silva

Telefone: (11) 3074-8000

Fax: (11) 3074-8096

e-mail: anoaldo@banifib.com.br

Site: www.banifib.com.br

Administradora

Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities

Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar

São Paulo – SP

CEP 01009-905

Contato: Sr. Antônio Joel Rosa

Telefone: (11) 3292-1400

Fax: (11) 3241-3831

e-mail: joelrosa@concordia.com.br

Site: www.concordia.com.br

CVM

Comissão de Valores Mobiliários (CVM)

Rua Sete de Setembro, nº 111 – 5º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20050-901

Telefone: (21) 3233-8686

ou

Rua Cincinato Braga, nº 340 – 2º e 3º andares

São Paulo – SP

CEP 01333-010

Telefone: (11) 2146-2000

Fax: (11) 2146-2097

www.cvm.gov.br

CETIP

CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar

Rio de Janeiro – RJ

CEP 20031-170

Telefones: (21) 2276-7474 / 2223-6464

Fax: (55 21) 2276-7435 / 2223-6435

ou

Rua Líbero Badaró, nº 425, 24º andar

São Paulo – SP

CEP 01009-000

Telefones: (11) 3111-1400 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1563

www.cetip.com.br

DILIGÊNCIA NA OBTENÇÃO DAS INFORMAÇÕES

O Distribuidor Líder tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, respondendo pela falta de diligência ou omissão, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Administradora são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da oferta; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da presente Distribuição, inclusive aquelas eventuais ou periódicas que venham a integrar o Prospecto, são suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

A Administradora declara que veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição

A Administradora e Distribuidor Líder declaram que o Prospecto: (i) contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Quotas Seniores da 1ª Série ofertadas, do Fundo, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes; e (ii) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes.

O registro não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade das Quotas a serem distribuídas e é concedido segundo critérios formais de legalidade.

Maiores informações sobre o Fundo ou sobre a Oferta poderão ser obtidas com a Administradora, com o Distribuidor Líder ou com a CVM.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 1
REGULAMENTO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

26 OUT 2003 365793

RECEBIDO

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONSTITUIÇÃO DO FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS

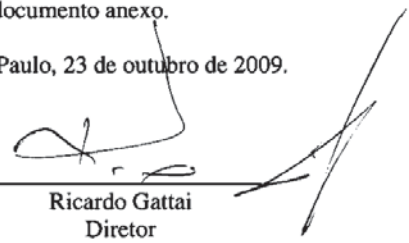
Pelo presente instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO e COMMODITIES**, instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 425 – 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08 (“Administradora”) constitui o **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS** (“FUNDO”), nos termos das disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, em especial a Instrução da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) nº 356, de 17 de dezembro de 2001, conforme alterada (“Instrução CVM nº 356”), e a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 2.907, de 28 de novembro de 2001, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

1. Sob a denominação de **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 425 – 23º andar, fica constituído um fundo de investimento em direitos creditórios, na forma de condomínio fechado, nos termos da Instrução CVM nº 356.
2. A administração do FUNDO será efetuada pela Administradora, acima qualificada.
3. As atividades de custódia dos ativos, controladoria e de escrituração das quotas do FUNDO serão exercidas pelo **BANCO BRADESCO S.A.**, instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12.
4. O gestor da carteira do FUNDO será a **SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo Silva nº 8, sala 301, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.841/0001-07.
5. O Sr. Antonio Joel Rosa, brasileiro, casado, economista, com endereço profissional cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, 425 – 23º andar, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.203.496 SSP/SP e inscrito no CNPJ/MF sob o nº 530.431.978-87 (“Diretor”), devidamente credenciado pela CVM, será o responsável para responder:
 - a) pela gestão, supervisão e acompanhamento do FUNDO, bem como pela prestação de informações relativas a ele;e
 - b) por negligência, imprudência ou imperícia na administração do FUNDO, nos termos da legislação em vigor, inclusive perante terceiros, sujeitando-se, ainda, à aplicação das penalidades previstas no artigo 11 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

26 OUT 2009 09:33:57 93
RECEBIMOS

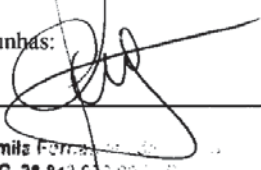
6. A Administradora, neste ato, devidamente representada nos termos de seus atos constitutivos, declara estar ciente de que deverá cumprir, nos termos do regulamento do FUNDO e da legislação em vigor, todos os deveres e obrigações relativos à administração do FUNDO, às atividades de custódia e controladoria dos direitos creditórios e dos outros ativos de titularidade do FUNDO, bem como à escrituração das quotas de emissão do FUNDO.
7. As publicações de interesse do FUNDO serão veiculadas no periódico "Monitor Mercantil", do Rio de Janeiro. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição de quotas do FUNDO e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública poderão ser publicados no jornal "Valor Econômico", de edição nacional.
8. A Administradora aprova, neste ato, o inteiro teor do regulamento FUNDO, integralmente transcrito no documento anexo.

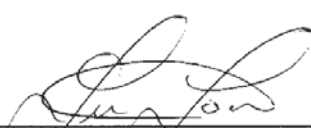
São Paulo, 23 de outubro de 2009.


Ricardo Gattai
Diretor

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO e COMMODITIES

Testemunhas:

1. 
Nome: Camila Ferreira
CPF: 28.843.032-09
RG: 28.843.032-09
CPF: 330.652.27-56


2. 
Nome: Luís Locaspi
CPF: 042.860.198-70
RG: 11.620.828-4 SSP-SP

1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.898/0001-25
Rua XV de Novembro, 144 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	6.406,30	Apresentado, protocolado e registrado em microfilme sob nº 336793
ESTADO	1.820,75	
IPESP	1.348,68	
R. CIVIL	337,17	
T.J.	337,17	
TOTAL	10.250,08	

Selo e taxas
Recolhidas p/ verba
11743868

São Paulo, 26 de outubro de 2009.
Bel. Paulo Roberto de Carvalho Rêgo Oficial
Danilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nobre Filho
Antônio José de Silva Almeida
Oficiais Substitutos



16 NOV 003367343

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS**

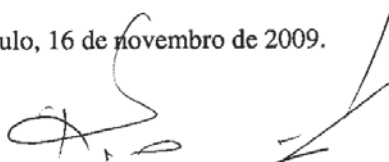
Por este instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de instituição administradora ("**Administradora**") do **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, constituído em 23 de outubro de 2009, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.260.173/0001-65 ("**Fundo**"),

CONSIDERANDO que até a presente data não ocorreu a subscrição e integralização de quotas de emissão do Fundo, nem foi iniciado qualquer esforço de colocação das mesmas, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo, registrado sob o nº 3365793 em 26 de outubro de 2009, no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo ("**Regulamento**");

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento, o qual vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente instrumento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 16 de novembro de 2009.

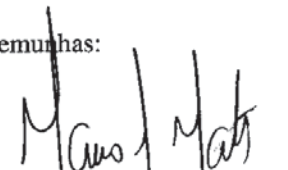


CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES

Ricardo Gattai
Diretor

Testemunhas:

1.


 Nome: **Mauro Sergio Mattes**
 RG: **176.009.188-03**
 CPF: **22.668.008-7**
 RG: **22.668.008-7**

2.


 Nome: **Luis Locaspi**
 RG: **042.860.198-70**
 CPF: **11.620.828-4 SSP-SP**


1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.895/0001-25
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3164-8770 - São Paulo

EMOLS 383,58
ESTADO 110,25
IPESP 80,25
R. CIVIL 20,06
T.J. 20,06
TOTAL 614,22

Apresentado HOJE, protocolado e registrado em

microfilme sob nº 3367343

anotado sob nº 3365793

São Paulo, 16 de novembro de 2009.

Bel. Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial

Danilo de Moraes Oliveira Joséias Ferreira Nobre Filho

Antonio José da Silva Almeida

Oficiais Substitutos

Selos e taxas
Recolhidas p/ verba
11778199



-7 DEZ 2009 003368707

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE SEGUNDA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS**

Por este instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, constituído em 23 de outubro de 2009, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.260.173/0001-65 ("Fundo"),

CONSIDERANDO que até a presente data não ocorreu a subscrição e integralização de quotas de emissão do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo, registrado sob o nº 3365793 em 26 de outubro de 2009, no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, sua primeira alteração registrada no mesmo oficial sob o nº 3367343, em 16 de novembro de 2009 ("Regulamento");

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento, o qual vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente instrumento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 04 de dezembro de 2009.

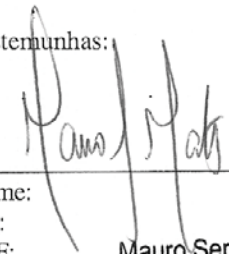

Ricardo Gattai
Diretor

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Testemunhas:


1.

Nome:
RG:
CPF:


Mauro Sergio Mattes
CPF: 176.009.188-03
RG: 22.568.008-7

2.

Nome:
RG:
CPF:


Luís Locaspi
CPF: 042.860.198-70
RG: 11.620.828-4 SSP-SP



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.895/0001-25
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS 380,53
ESTADO 109,38
IPESP 79,61
R. CIVIL 19,90
T.J. 19,90
TOTAL 609,32

Apresentado HOJE, protocolado e registrado em
microfilme sob nº 3368707
apostado sob nº 3365793

São Paulo, 07 de dezembro de 2009.

Bel. Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial
Danilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nobre Filho
Antonio José da Silva Almeida
Oficiais Substitutos

Selos e taxas
Recolhidas p/ verba
11811866



11 DEZ 2009 003369084

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE TERCEIRA ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DO
FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS**

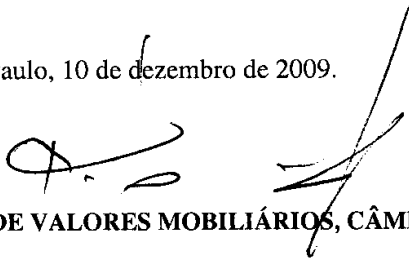
Por este instrumento particular, **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08, neste ato devidamente representada por seus representantes legais, na qualidade de instituição administradora ("Administradora") do **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, constituído em 23 de outubro de 2009, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 11.260.173/0001-65 ("Fundo"),

CONSIDERANDO que até a presente data não ocorreu a subscrição e integralização de quotas de emissão do Fundo, cabendo assim única e exclusivamente à Administradora a deliberação acerca de eventuais alterações no regulamento do Fundo, registrado sob o nº 3365793 em 26 de outubro de 2009, no 1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, suas primeira e segunda alterações registradas no mesmo oficial sob o nº 3367343 e 3368707, em 16 de novembro de 2009 e em 07 de dezembro de 2009, respectivamente ("Regulamento");

Resolve a Administradora deliberar pela alteração do Regulamento, a fim de atender ao disposto no OFÍCIO/CVM/SIN/GIE/Nº 3175/2009, de 8 de dezembro de 2009, o qual vigorará na forma do Regulamento consolidado anexo ao presente instrumento.

Sendo assim, assina o presente Instrumento em 03 (três) vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 10 de dezembro de 2009.



CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES

Ricardo Azeiteiro
Diretor

Testemunhas:

1.

Nome:
RG:
CPF:

Mauro Sergio Mattes
CPF: 176.009.188-03
RG: 22.568.008-7

2.

Nome:
RG:
CPF:

Luís Locaspi
CPF: 042.880.198-70
RG: 11.620.828-4 SSP-SP

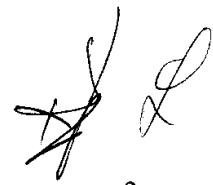
11 DEZ 2003 369084

REGULAMENTO DO FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS
MERCANTIS E SERVIÇOS
ÍNDICE

CAPÍTULO UM – DO FUNDO	3
CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO	3
CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO	4
CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO ..	4
CAPÍTULO CINCO –DAS CONDIÇÕES PRECEDENTES E DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE	7
CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS E RECEBIMENTO DE VALORES E DOS PROCEDIMENTOS DE PROPAGANDA E MARKETING DO FUNDO	10
CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR	15
CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR	24
CAPÍTULO NOVE – DOS FATORES DE RISCO	27
CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS	44
CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS	49
CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO DAS QUOTAS SENIORES DA SÉRIE “k”	52
CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS QUOTISTAS	58
CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS	59
CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO ..	59
CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE	60
CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLEIA GERAL	64
CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA	69
CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA E DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA	74
CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO	75
CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	77

11 DEZ 2000 3369084

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO PATRIMÔNIO INQUISADO.....	78
CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS	78
CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DOS ENCARGOS DO FUNDO.....	80
CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS.....	82
CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	83
CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SENIORES	83
CAPÍTULO VINTE E OITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.....	85
ANEXO I - DEFINIÇÕES.....	86
ANEXO II – NOTIFICAÇÃO DE RESGATE.....	100
ANEXO III – CONTRATO DE CESSÃO	101
ANEXO IV – PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA	109
ANEXO V – SUPLEMENTO	110
ANEXO VI – FAIXA DE VENCIMENTO	114
ANEXO VII – TERMO DE CESSÃO PÚBLICO	115
ANEXO VIII - TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO	117



110E7 003369084

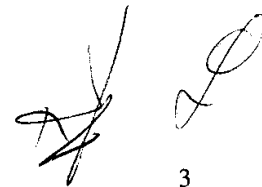
Regulamento do **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, administrado pela **CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**

CAPÍTULO UM – DO FUNDO

- 1.1. O **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, doravante designado, abreviadamente, o “Fundo”, é constituído sob a forma de condomínio fechado.
- 1.2. Os termos e as expressões adotados neste Regulamento, grafados em letra maiúscula, terão os significados a eles atribuídos no “Anexo I” deste Regulamento, aplicáveis tanto às formas no singular quanto no plural.
- 1.3. Podem participar do Fundo, na qualidade de Quotistas, (i) investidores qualificados, assim definidos conforme disposto no artigo 109 da Instrução CVM nº 409; (ii) fundos de investimento e fundos de investimento em quotas de fundos de investimento que sejam habilitados a adquirir quotas de fundos de investimento em direitos creditórios padronizados, também conforme disposto na Instrução CVM nº 409; e (iii) investidores não residentes nos termos dos normativos do Bacen e da CVM, que atendam às condições necessárias para se enquadrarem como investidores qualificados, nos termos da Instrução CVM nº 409 (“Investidores Qualificados”).

CAPÍTULO DOIS – DO PRAZO DE DURAÇÃO DO FUNDO

- 2.1. O prazo de vigência regular do Fundo será até 31 de dezembro de 2040 ou, em caso de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, o prazo de vigência encerrar-se-á em 180 (cento e oitenta) dias da data de ocorrência do respectivo Evento de Amortização Antecipada, o que ocorrer antes (“Prazo de Vigência”). O Fundo poderá ser liquidado antecipadamente nas hipóteses expressamente previstas neste Regulamento.



3

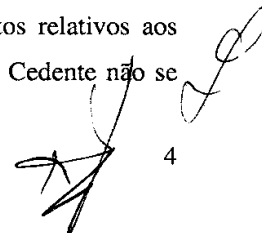
11 DEZ 2000 3369084

CAPÍTULO TRÊS – DO REGISTRO REGISTRADO

- 3.1. O presente Regulamento, seus eventuais aditamentos e os Suplementos serão levados a registro em cartório de Registro de Títulos e Documentos localizado na sede da Administradora.

CAPÍTULO QUATRO – DO OBJETIVO DO FUNDO E DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

- 4.1. Observado o disposto neste Regulamento e em cada Contrato de Cessão, o objetivo do Fundo é atuar no sentido de propiciar aos Quotistas a valorização de suas Quotas, preponderantemente por meio da aquisição, à vista e em dinheiro, de Direitos Creditórios Elegíveis, e, conforme o caso, observado o disposto neste Regulamento e as instruções do Gestor, de Outros Ativos. Observados os termos e as condições dos Contratos de Cessão e deste Regulamento, o Fundo adquirirá de cada Cedente, em caráter definitivo, sem direito de regresso ou qualquer tipo de coobrigação, Direitos Creditórios Elegíveis e todos e quaisquer direitos, garantias e prerrogativas assegurados em razão de sua titularidade.
- 4.2. Sem prejuízo do disposto no item (4.1) acima e observado o disposto no art. 40 da Instrução CVM nº 356, conforme previsto em cada Contrato de Cessão, o respectivo Cedente deverá restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer dos eventos abaixo identificados (“Condições Resolutivas da Cessão”), o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente, afetados pela Condição Resolutiva da Cessão, atualizado *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Aquisição até a data de pagamento dos respectivos valores, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação de seu Preço de Aquisição:
- a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório cedido pelo respectivo Cedente ao Fundo seja recusado pelo Sacado por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
 - b) caso o Sacado se recuse, por qualquer motivo, a receber os produtos relativos aos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente ao Fundo ou o Cedente não se

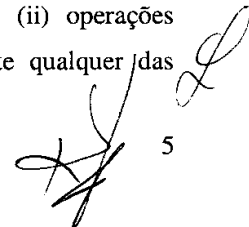


11 DEZ 2009 003369084

REGISTRADO

encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante e/ou a seu Agente os respectivos Documentos Comprobatórios, nos termos do respectivo Contrato de Cessão;

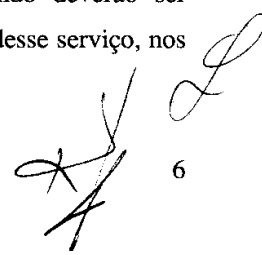
- c) caso qualquer Direito Creditório cedido pelo respectivo Cedente ao Fundo seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo, inclusive em razão da ocorrência de qualquer dos eventos identificados na alínea “f” do item (9.2) do Capítulo Nove; ou
 - d) caso seja verificado, a qualquer tempo, por qualquer sociedade/terceiro, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro nos Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente ao Fundo, cujo fato gerador tenha ocorrido anteriormente à respectiva Data de Aquisição.
- 4.3. Ressalvadas as hipóteses de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, os Cedentes não respondem pelo pagamento dos Direitos Creditórios e/ou pela solvência do Sacado. Os Cedentes são somente responsáveis pela correta constituição, existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Regulamento e do respectivo Contrato de Cessão.
- 4.4. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não respondem pela solvência do Sacado, pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos ou por sua existência, liquidez e correta formalização.
- 4.5. Em até 180 (cento e oitenta) dias contados da data de início de suas atividades, conforme deliberação do Colegiado da CVM, em reunião realizada em 8 de dezembro de 2009, o Fundo deverá alocar, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) e, no máximo, 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios Elegíveis (“Alocação de Investimento Mínima”). O Fundo poderá manter a totalidade (100%) do saldo remanescente de seu Patrimônio Líquido, não investido em Direitos Creditórios, em moeda corrente nacional, ou aplicar em: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen, (ii) operações compromissadas, tendo como lastro títulos públicos federais e contraparte qualquer das



11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

- Instituições Autorizadas, e/ou (iii) quotas de fundos de investimentos referenciados à Taxa DI ou SELIC, administrados por qualquer das Instituições Autorizadas, de longo prazo, com liquidez diária, cujas políticas de investimento admitam a alocação de recursos exclusivamente nos ativos identificados nas alíneas "i" e "ii" acima. É expressamente vedada a aquisição, pelo Fundo, de ativos de renda variável. Sem prejuízo do disposto no item (4.10) abaixo, o Fundo poderá manter até 100% (cem por cento) de seu Patrimônio Líquido alocado em Outros Ativos em uma única modalidade de investimento.
- 4.6. É expressamente vedada a realização de cessões de fração do valor nominal de Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo.
- 4.7. O Gestor, por conta e ordem do Fundo, não poderá realizar operações com instrumentos derivativos.
- 4.8. É vedado ao Fundo realizar operações de *day trade*, assim consideradas aquelas iniciadas e encerradas no mesmo dia, independente de o Fundo possuir estoque ou posição anterior do mesmo ativo.
- 4.9. Com relação aos Outros Ativos, é vedada a realização de qualquer operação financeira, pelo Fundo, incluindo a compra e venda de qualquer ativo financeiro ou operações compromissadas, em que o Gestor, qualquer dos Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas figurem, direta ou indiretamente, como contrapartes.
- 4.10. Os Outros Ativos e os Direitos Creditórios devem ser registrados, custodiados e/ou mantidos em conta de depósito diretamente em nome do Fundo, em contas específicas abertas no SELIC, no sistema de liquidação financeira administrado pela CETIP ou em instituições ou entidades autorizadas à prestação desse serviço pelo Bacen ou pela CVM, excetuando-se as quotas de fundos de investimento e de fundos de investimento em quotas de fundos de investimento.
- 4.11. As vias originais e/ou, conforme o caso, cópias reprográficas dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios adquiridos pelo Fundo deverão ser custodiados por instituição custodiante devidamente autorizada à prestação desse serviço, nos


6

REGISTRADO

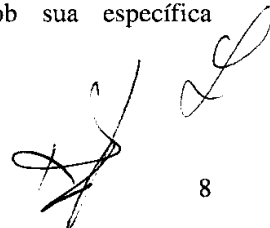
- a) celebração do Contrato de Cessão entre cada Cedente, a Administradora e, na qualidade de intervenientes, o Custodiante e o Sacado, bem como reconhecimento das firmas dos representantes do respectivo Cedente, signatários de tal contrato;
- b) outorga, por cada Cedente, na data de celebração do Contrato de Cessão, da Procuração Irrevogável em favor da Administradora;
- c) entrega ao Gestor, por cada Cedente, de cópia de seu estatuto (ou contrato) social atualizado, juntamente com cópia dos documentos que comprovam os poderes de representação do Cedente para firmar o respectivo Contrato de Cessão e demais instrumentos relacionados ao Programa de Securitização, conforme o caso;
- d) celebração, entre cada Cedente e o Custodiante, do respectivo Contrato de Conta Vinculada, bem como reconhecimento das firmas dos representantes do respectivo Cedente, signatários de tal contrato;

es do respectivo

110573003368087

REGISTRADO

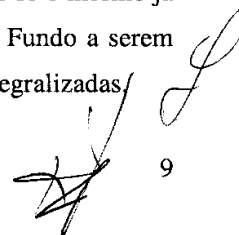
- e) registro, por cada Cedente, do respectivo Contrato de Cessão, em cartório localizado em sua sede, conforme disposto no item (6.17) do Capítulo Seis;
 - f) encaminhamento, por cada Cedente à Administradora, de via original do respectivo Contrato de Cessão registrado conforme disposto na alínea “c” acima;
 - g) recebimento, pela Administradora, da via original registrada do Contrato de Cessão, conforme disposto na alínea “f” acima, e o encaminhamento, pela Administradora ao Custodiante, de cópias de cada Contrato de Cessão e do Contrato de Conta Vinculada, devidamente assinados, e dos documentos recebidos nos termos da alínea “c” acima; e
 - h) cadastramento, pelo Custodiante, de cada Cedente como habilitado a ceder Direitos Creditórios Elegíveis ao Fundo, após recebimento dos documentos mencionados na alínea “g” acima.
- 5.2. Após recebimento, pela Administradora, da via original registrada de cada Contrato de Cessão, conforme disposto na alínea “f” do item (5.1) acima, caberá à Administradora providenciar o registro do Contrato de Cessão, às expensas do Fundo, em cartório localizado em sua sede, conforme disposto no item (6.17) do Capítulo Seis, observado que será facultado ao Fundo adquirir Direitos Creditórios do respectivo Cedente enquanto o Contrato de Cessão encontra-se em fase de registro na sede da Administradora.
- 5.3. O Custodiante não será responsável pela verificação das condições precedentes mencionadas no item (5.1) acima, observada a necessidade de o mesmo realizar o cadastramento do Cedente apenas após recebimento dos documentos mencionados na alínea “g” do item (5.1) acima.
- 5.4. Na aquisição dos Direitos Creditórios pelo Fundo caberá ao Custodiante a verificação do atendimento pelos Direitos Creditórios oferecidos à cessão aos Critérios de Elegibilidade. Quando da aquisição de Direitos Creditórios pelo Fundo, a Administradora e o Custodiante deverão observar as rotinas e os procedimentos definidos neste Regulamento e no(s) respectivo(s) Contrato(s) de Cessão cujo atendimento esteja sob sua específica responsabilidade.



11057-00-3069084

REGISTRADO

- 5.5. Serão considerados direitos creditórios elegíveis ("Direitos Creditórios Elegíveis") os Direitos Creditórios cujas informações foram transmitidas ao Custodiante pelo Sacado, por meio eletrônico, de acordo com os procedimentos definidos neste Regulamento e no(s) respectivo(s) Contrato(s) de Cessão, e que atendam, cumulativamente, em cada Data de Aquisição, aos seguintes Critérios de Elegibilidade ("Critérios de Elegibilidade"):
- a) a Data de Vencimento do respectivo Direito Creditório não é inferior a 5 (cinco) dias corridos ou superior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da respectiva Data de Oferta;
 - b) a Data de Vencimento do Direito Creditório não é posterior à data de encerramento da última Data de Amortização, considerando-se a Série de Quotas Seniores em Circulação que, na respectiva Data de Oferta, tenha Data de Amortização mais longa;
 - c) o valor nominal líquido do respectivo Direito Creditório é igual ou superior a R\$5.200,00 (cinco mil e duzentos reais); e
 - d) considerada, *pro forma*, a cessão pretendida, o percentual correspondente ao somatório do valor contábil dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, cedidos pelo respectivo Cedente, não é igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor do Patrimônio Líquido do Fundo, no Dia Útil imediatamente anterior à respectiva Data de Oferta.
- 5.6. Ressalvada a hipótese de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, a perda, por qualquer motivo, após a cessão ao Fundo, da condição de Direito Creditório Elegível, não dará ao Fundo qualquer pretensão, recurso ou direito de regresso contra os Cedentes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores e/ou suas respectivas Afiliadas.
- 5.7. Para fins do Programa de Securitização, considera-se *pro forma*: (a) o valor exigível referente ao Direito Creditório, a ser cedido ao Fundo, considerando-se como se o mesmo já integrasse o Patrimônio Líquido do Fundo; e/ou (b) o valor das Quotas do Fundo a serem emitidas, considerando-se como se as mesmas já tenham sido subscritas e integralizadas.



11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

**CAPÍTULO SEIS – DOS PROCEDIMENTOS DE CESSÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS
E RECEBIMENTO DE VALORES E DOS PROCEDIMENTOS DE PROPAGANDA E
MARKETING DO FUNDO**

Seção I – Introdução

- 6.1. A Administradora, por conta e ordem do Fundo, somente poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis, em regime de melhores esforços, observados os procedimentos de cessão definidos neste Regulamento, descritos nos itens (6.5) e seguintes abaixo, desde que atendidos os Critérios de Elegibilidade e computada, *pro forma*, a aquisição dos respectivos Direitos Creditórios, o Fundo atenda, cumulativamente, ao disposto no item (11.11) do Capítulo Onze. A aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, pelo Fundo, só poderá ser realizada em moeda corrente nacional.

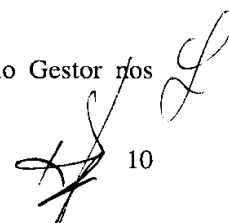
Seção II – Preço de Aquisição

- 6.2. Observada as regras instituídas neste Regulamento e nos Contratos de Cessão, o Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo a cada Cedente será calculado pelo Custodiante mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$PA_{i,f,T} = \frac{VN_{i,f}}{(1 + TD_{f,T})^{d_y/252}},$$

onde:

$PA_{i,f,T}$	preço de aquisição do Direito Creditório Elegível “i”, do Cedente “f”, no instante “T”;
$VN_{i,f}$	valor nominal do Direito Creditório Elegível “i”, do Cedente “f”;
d_y	número de Dias Úteis entre a Data de Aquisição do Direito Creditório Elegível “i”, exclusive, e a Data de Vencimento do respectivo Direito Creditório, inclusive;
	e
$TD_{f,T}$	Taxa de Desconto do Cedente “f”, no instante “T”, definida pelo Gestor nos

 10

11027 003389084

termos deste Regulamento, expressa em forma decimal ao ano, informada pela Administradora ao Custodiante por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos.

- 6.3. As negociações para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis pelo Fundo serão realizadas a taxas de mercado, em atendimento ao disposto no inciso II, § 3º do art. 8º da Instrução CVM nº 356, observando-se desde já que a Taxa de Desconto utilizada na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis nunca será inferior à Taxa de Desconto Mínima, apurada nos termos deste Regulamento.
- 6.4. O Preço de Aquisição será pago pelo Fundo ao respectivo Cedente, em moeda corrente nacional, nos termos do item (6.11) abaixo.

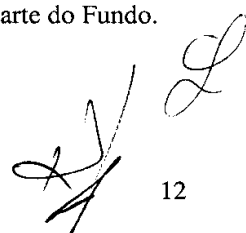
Seção III – Procedimentos de Oferta e Aceitação

- 6.5. O Sacado deverá enviar eletronicamente ao Custodiante, entre 22 horas de cada Dia Útil e 8 horas do Dia Útil imediatamente subsequente, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, no mínimo, as seguintes informações que ainda não tenham sido inseridas nos sistemas do Custodiante, relativas a cada Direito Creditório devido pelo Sacado a cada Cedente e que não seja de titularidade do Fundo:
- a) nome e CNPJ/MF de cada Cedente;
 - b) Valor Nominal Líquido do respectivo Direito Creditório devido ao respectivo Cedente;
 - c) Data de Vencimento; e
 - d) número do respectivo documento fiscal.
- 6.6. No curso ordinário do Programa de Securitização, a Administradora colocará à disposição do Custodiante, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, das 16:00 horas de cada Dia Útil ("Data de Disponibilização") até às 8:00 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização:

11 DEZ 2018 003369084

REGISTRADO

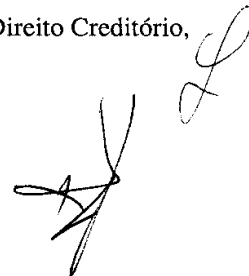
- a) o valor do Potencial de Cessão, calculado pelo Gestor, válido para o Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização; e
- b) a Taxa de Desconto para a aquisição dos Direitos Creditórios detidos por cada Cedente válida para o Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização.
- 6.7. Após o recebimento das informações referidas no item (6.5) acima, o Custodiante, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, colocará à disposição de cada Cedente, a partir das 9:30 horas do mesmo Dia Útil as informações referidas nas alíneas “a” a “d” do item (6.5), o Preço de Aquisição de cada Direito Creditório de titularidade do respectivo Cedente e a respectiva Taxa de Desconto utilizada em sua determinação.
- 6.8. Cada Cedente, que tenha interesse em ceder Direitos Creditórios de sua titularidade ao Fundo deverá acessar os Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, por meio de senhas pessoais e códigos específicos, entre 9:30 e 13:00 horas de cada Dia Útil (“Data de Oferta”), quando o Cedente deverá definir qual(is) Direito(s) Creditório(s) o respectivo Cedente pretende oferecer à cessão. A conclusão dos procedimentos definidos nos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivo, com a impositação do comando “aceito” na página específica, conforme identificada em cada Contrato de Cessão, caracterizará, em caráter irrevogável e irretratável, uma oferta de cessão endereçada ao Fundo, tendo por objeto a totalidade dos Direitos Creditórios selecionados pelo respectivo Cedente, pelo Preço de Aquisição ali identificado.
- 6.9. Após a conclusão dos procedimentos definidos no item (6.8) acima, o Custodiante efetuará: (a) os procedimentos de verificação dos Critérios de Elegibilidade; (b) a verificação do Potencial de Cessão, observado o item (6.10) abaixo; e (c) comunicará sua aceitação à oferta de cessão do Cedente, colocando à sua disposição o competente “termo de cessão eletrônico”, preparado de acordo com o modelo constante do respectivo Contrato de Cessão, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, até às 15:00 horas da Data de Oferta, identificando quais Direitos Creditórios foram adquiridos. O não envio dos documentos acima referidos caracterizará a recusa da oferta de cessão por parte do Fundo.



11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

- 6.10. Quando da escolha dos Direitos Creditórios Elegíveis oferecidos a cessão pelos Cedentes em cada Dia Útil, o Custodiante selecionará inicialmente os Direitos Creditórios de menor Valor Nominal Líquido e de prazo de vencimento mais curto, sendo que o somatório dos Preços de Aquisição não poderá ser superior ao Potencial de Cessão informado pela Administradora ao Custodiante, nos termos do item (6.6) acima. Caso o somatório do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis seja superior ao Potencial de Cessão aplicável na ocasião, o Custodiante deverá excluir Direitos Creditórios Elegíveis ofertados pelos Cedentes, partindo sempre do último Direito Creditório escolhido (ou seja, daquele com maior Valor Nominal Líquido e prazo mais longo), até que a somatório do(s) Preço(s) de Aquisição atinja valor igual ou imediatamente inferior ao respectivo Potencial de Cessão.
- 6.11. Após a conclusão dos procedimentos definidos no item (6.9) acima, o pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios aos respectivos Cedentes deverá ser realizado pela Administradora, por intermédio do Custodiante, entre 15:00 e 17:00 horas da Data de Oferta, por meio de qualquer mecanismo transferência de recursos autorizado pelo Bacen (exceto cheque) para a respectiva conta corrente de titularidade dos respectivos Cedentes, identificadas em cada Contrato de Cessão e previamente cadastradas no Custodiante.
- 6.12. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios por cada Cedente será considerada perfeita e acabada somente após o pagamento do(s) Preço(s) de Aquisição ("Data de Aquisição"), sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento antes do pagamento.
- 6.13. Conforme disposto no item (4.6) do Capítulo Quatro, é vedada à aquisição pelo Fundo de frações do valor nominal de um Direito Creditório Elegível.
- 6.14. É vedado a qualquer Cedente recomprar qualquer Direito Creditório vencido e não pago de titularidade do Fundo, sem prejuízo da devolução do Preço de Aquisição, devidamente atualizado *pro rata temporis*, em caso de resolução da cessão de qualquer Direito Creditório, nos termos do respectivo Contrato de Cessão.



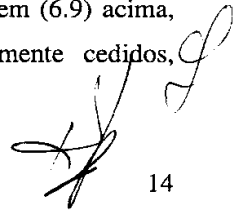
1107 003369084

Seção IV – Recebimento de Títulos

- 6.15. Os recursos decorrentes do pagamento da totalidade (100%) dos Direitos Creditórios de titularidade de cada Cedente e aqueles cedidos ao Fundo deverão ser pagos pelo Sacado e/ou seus Agentes única e exclusivamente em conta corrente vinculada de titularidade do respectivo Cedente, mantida no Custodiante (“Conta Agente de Recebimento”).
- 6.16. O Custodiante deverá proceder à conciliação das verbas depositadas em cada Conta Agente de Recebimento. No mesmo Dia Útil ao da realização de tal conciliação, os recursos vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade (i) de cada Cedente deverão ser transferidos pelo Custodiante para conta corrente de titularidade do respectivo Cedente previamente cadastrada no Custodiante; e (ii) do Fundo deverão ser transferidos pelo Custodiante única e exclusivamente para a Conta Corrente do Fundo.

Seção V – Registros e Formalizações

- 6.17. A Administradora e cada Cedente deverão providenciar o registro de cada Contrato de Cessão em Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados em suas respectivas sedes, no prazo de 15 (quinze) Dias Úteis contado de sua assinatura.
- 6.17.1. O Fundo poderá iniciar a aquisição de Direitos Creditórios do respectivo Cedente a partir da data de celebração do Contrato de Cessão e do cadastro do Cedente no sistema do Custodiante.
- 6.17.2. A Administradora terá 2 (dois) Dias Úteis para informar ao Gestor a celebração de cada Contrato de Cessão ou indicar a existência de pendências que impeçam a realização do ato.
- 6.18. A Administradora deverá providenciar, quinzenalmente, às expensas do Fundo, diretamente ou por meio de seus Agentes, a lavratura, por instrumento público perante a sucursal do 18º Tabelião de Notas da Barra da Tijuca, da cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, de Termo de Cessão Público, acompanhado da relação de Direitos Creditórios colocada à disposição de cada Cedente pelo Custodiante, nos termos do item (6.9) acima, contendo as respectivas informações dos Direitos Creditórios efetivamente cedidos,



11 DEZ 0003369084

referentes a todos os Direitos Creditórios cedidos pelo respectivo Cedente ao Fundo no respectivo período.

- 6.19. A Administradora poderá firmar os Termos de Cessão Públicos, por conta e ordem de cada Cedente, utilizando-se dos poderes outorgados na procuração irrevogável, preparada de acordo com “anexo” específico de cada Contrato de Cessão.

Seção VI – Procedimentos de Marketing e Propaganda do Fundo

- 6.20. O Gestor poderá, por conta e ordem do Fundo, às expensas da Administradora, desde que previamente aprovado única e exclusivamente pelos titulares das Quotas Subordinadas, reunidos em Assembléia Geral dos titulares desta classe de Quotas, convocada exclusivamente para este fim, nos termos do Capítulo Dezessete, realizar procedimentos de *marketing* e propaganda com a finalidade única e exclusiva de informar os Cedentes da existência do Fundo e dos termos e condições praticados pelo Fundo na aquisição de Direitos Creditórios.
- 6.21. As atividades de propaganda e *marketing* mencionadas no item (6.20) acima incluem, sem limitação, sempre observado o que vier a ser deliberado e aprovado pelos titulares de Quotas Subordinadas, nos termos da Assembléia Geral acima referida, a publicação de anúncios em jornais de grande circulação, realização de eventos e seminários, envio de mala direta, bem como a contratação de profissionais especializados.

CAPÍTULO SETE – DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR

- 7.1. O Fundo é administrado pela **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES**, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08, credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 1.055, de 16 de agosto de 1989 (“Administradora”).
- 7.2. A carteira do Fundo será gerida pela **SECURITY ADMINISTRADORA DE RECURSOS LTDA.**, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Rodrigo

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

Silva nº 8, sala 301, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.295.841/0001-07, credenciada como administradora de carteira de valores mobiliários pela CVM, por meio do Ato Declaratório nº 4.659, de 16 de janeiro de 1998 ("Gestor").

- 7.3. Para a plena realização dos objetivos do Fundo, a Administradora e o Gestor, no limite de suas respectivas atribuições definidas neste Regulamento, assumem a obrigação de aplicar em sua administração e gestão, respectivamente, os princípios técnicos recomendáveis e o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na condução de seus próprios negócios, sempre no único e exclusivo benefício dos Quotistas, observados os direitos, as garantias e prerrogativas especiais dos titulares das Quotas Seniores definidos neste Regulamento, atentos à conjuntura em geral, respeitadas as determinações das autoridades monetárias e fiscalizadoras competentes, além das obrigações que lhe são impostas por força de lei e deste Regulamento.
- 7.4. Observados os termos e as condições deste Regulamento, da Instrução CVM nº 356 e dos demais normativos aplicáveis, a Administradora, sob sua responsabilidade, diretamente ou por meio de seus Agentes, independente de qualquer procedimento adicional, pode:
- a) iniciar quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, necessários: (i) à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, (ii) à execução de quaisquer garantias eventualmente prestadas, e (iii) à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Sete;
 - b) celebrar ou realizar qualquer acordo, transação, ato de alienação, de transferência, de desconstituição, de substituição ou de liberação de quaisquer garantias, no todo ou em parte, relacionados aos Direitos Creditórios e Outros Ativos;
 - c) constituir procuradores, inclusive para os fins de proceder à cobrança amigável dos ativos integrantes da carteira do Fundo. Exceção feita às procurações com poderes da cláusula *ad judicia* e àquelas outorgadas ao Custodiante, nos termos deste Regulamento, as quais poderão ser outorgadas por prazo indeterminado, mas com finalidade específica, em todas as demais procurações outorgadas pela

11 DEZ 2000 3369084

Administradora, em nome do Fundo, constará ~~respectivo~~ prazo de validade, que não poderá ser superior a 12 (doze) meses contado da data da outorga;

- d) providenciar o registro deste Regulamento, de seus eventuais aditamentos e dos Suplementos, nos termos do Capítulo Três; e
- e) praticar todos os atos de administração do Fundo, de modo a manter a sua boa ordem legal, operacional e administrativa, observados os termos e as condições deste Regulamento e as limitações legais e regulamentares em vigor.

7.5. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações da Administradora:

- a) manter em sua sede e colocar à disposição dos Quotistas gratuitamente:
 - i) cópias dos pareceres preparados pela Empresa de Auditoria e dos demais documentos e relatórios enviados à CVM;
 - ii) exemplar deste Regulamento; e
 - iii) exemplar do Prospecto;
- b) manter atualizados e em perfeita ordem enquanto existirem Quotas em Circulação ou pelo prazo de 5 (cinco) anos, o que ocorrer por último:
 - i) os recibos comprobatórios do pagamento de qualquer despesa ou encargo do Fundo, inclusive os relativos ao recolhimento de impostos, contribuições, taxas e emolumentos; e
 - ii) os demonstrativos trimestrais preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.12) deste Capítulo;
- c) informar aos Quotistas alteração do Periódico, bem como qualquer modificação na Taxa de Administração;

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

- d) colocar à disposição, em sua sede e nas instituições que distribuam Quotas, cópias das demonstrações financeiras do Fundo, auditadas ou não, dos relatórios referentes ao Fundo que venham a ser entregues à CVM e das atualizações elaboradas pelas Agências de Classificação de Risco;
- e) providenciar, trimestralmente, às expensas do Fundo, a atualização da classificação de risco das Quotas Seniores pelas Agências de Classificação de Risco;
- f) preparar os demonstrativos financeiros mensais e anuais do Fundo e zelar para que os mesmos, conforme o caso, sejam auditados pela Empresa de Auditoria e enviados às autoridades competentes dentro dos prazos legais;
- g) submeter os demonstrativos referidos no item (7.12) deste Capítulo ao exame da Empresa de Auditoria quando da auditoria anual;
- h) fornecer as informações solicitadas pela Empresa de Auditoria quando da realização da auditoria anual de encerramento do exercício do Fundo;
- i) realizar os serviços de escrituração, abertura e manutenção das contas de depósito abertas em nome dos Quotistas ou contratar terceiros devidamente habilitados e autorizados para realizar tais serviços;
- j) manter registros analíticos e completos de todas as movimentações ocorridas nas contas de depósito abertas em nome dos Quotistas, bem como manter em perfeita ordem os documentos necessários à comprovação da capacidade dos Quotistas em aplicar recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios, exceto sobre os documentos referentes a Quotistas que adquirirem Quotas no mercado secundário, quando a guarda e verificação destes documentos será de responsabilidade exclusiva das instituições intermediárias que executarem a(s) ordem(ns) do(s) investidor(es);
- k) providenciar, mensalmente, às expensas do Fundo, o envio aos Quotistas, pelo correio ou por meio eletrônico (*e-mail*), de extrato das contas de depósito abertas em

11 DEZ 2000 3369084

seu nome contendo, no mínimo, as seguintes informações: (i) o número de Quotas detidas pelo respectivo Quotista, (ii) o valor atualizado de suas Quotas, e (iii) a remuneração acumulada desde a respectiva Data de Emissão;

- l) fornecer aos Quotistas, anualmente, documento contendo informações sobre os rendimentos do Fundo auferidos no ano civil e, com base nos dados relativos ao último dia do mês de dezembro, sobre o número de Quotas de sua propriedade e seu respectivo valor;
- m) efetuar o recolhimento dos impostos incidentes sobre a rentabilidade auferida pelos Quotistas, nos termos da legislação aplicável;
- n) proceder, às expensas do Fundo, à contratação dos serviços das Agências de Classificação de Risco, do Custodiante e da Empresa de Auditoria e à celebração dos Documentos da Securitização e dos demais documentos necessários à operacionalização do Programa de Securitização;
- o) proceder, às suas expensas, à contratação dos serviços do Distribuidor Líder, do Distribuidor, do Gestor e do Agente Escriturador, conforme aplicável;
- p) calcular, na periodicidade definida neste Regulamento, o valor da RC;
- q) monitorar o cumprimento pelo Fundo dos índices e parâmetros referidos no item (11.11) do Capítulo Onze;
- r) processar a subscrição, integralização e amortização de Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas, observados os procedimentos definidos neste Regulamento, de forma que considerado, *pro forma*, o respectivo evento, o Fundo atenda ao disposto no item (11.11) do Capítulo Onze;
- s) informar imediatamente às Agências de Classificação de Risco a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos:
 - i) substituição do Gestor, da Empresa de Auditoria ou do Custodiante;

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

- ii) ocorrência de qualquer Evento de Avaliação ou Evento de Amortização Antecipada;
- iii) a ocorrência de Resgate Antecipado ou Amortização Não Programada; e
- iv) celebração de aditamentos aos Documentos da Securitização;
- t) entregar e/ou manter à disposição das Agências de Classificação de Risco cópia dos relatórios preparados pela própria Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante ou pelos demais prestadores de serviços contratados pelo Fundo, nos termos dos Documentos da Securitização;
- u) informar ao Custodiante, até às 8:00 horas de cada Dia Útil, quando de sua fixação ou modificação, conforme o caso, as Taxas de Desconto que serão praticadas pelo Fundo, previamente informadas pelo Gestor nos termos da alínea “e” do item (7.8) abaixo;
- v) calcular e informar ao Gestor, até 10:30 horas de cada Data de Oferta, o valor das Disponibilidades, a fim de que o mesmo possa informar o Potencial de Cessão, conforme disposto na alínea “e” do item (7.8) abaixo;
- w) com base nas informações disponibilizadas pelo Custodiante, se abster de inserir Taxa de Desconto para Cedentes que tenham cedido Direitos Creditórios integrantes da carteira Fundo vencidos e não pagos por 30 (trinta) ou mais dias imediatamente anteriores à fixação ou modificação, conforme o caso, da Taxa de Desconto; e
- x) informar mensalmente à Agência de Classificação de Risco, em até 2 (dois) Dias Úteis Imediatamente posteriores a cada Data de Verificação, o valor do DCV, DCV30, DCV120, DCV180 e Índice de Perda Acumulada, calculados na respectiva Data de Verificação.

11 DEZ 2000 3369084

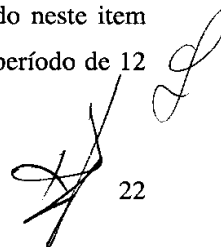
REGISTRADO

- 7.6. Sem prejuízo das demais disposições legais aplicáveis, é vedado à Administradora e ao Gestor realizarem qualquer modalidade de negociação ou operação com o Fundo, ressalvado o previsto neste Regulamento.
- 7.7. É vedado à Administradora, em nome do Fundo:
- a) celebrar quaisquer outros contratos ou compromissos que gerem ou possam gerar obrigações e deveres para o Fundo, incluindo a contratação de quaisquer prestadores de serviços não expressamente autorizados neste Regulamento;
 - b) distratar, rescindir ou modificar por sua iniciativa quaisquer dos Documentos da Securitização, salvo se expressamente autorizada nos respectivos instrumentos contratuais; e
 - c) proceder à abertura de contas correntes bancárias, de investimento e de custódia, além daquelas previstas neste Regulamento, e à movimentação destas contas de forma diversa ou para fins outros que não os especificamente previstos neste Regulamento.
- 7.8. Sem prejuízo de seus outros deveres legais, incluem-se entre as obrigações do Gestor, por conta e ordem da Administradora:
- a) transferir ao Fundo qualquer vantagem ou benefício obtido como resultado de sua condição de gestor do Fundo, que não seja expressamente prevista neste Regulamento;
 - b) considerando o valor das Disponibilidades, calculado nos termos da alínea “v” do item (7.5) acima e do Anexo I, definir e informar diariamente à Administradora, por meio eletrônico, o Potencial de Cessão, até às 11:30 horas;
 - c) informar à Administradora, diariamente, no Dia Útil imediatamente subsequente ao de sua fixação ou modificação, conforme o caso, as Taxas de Desconto que serão praticadas pelo Fundo, conforme definidas pelo Gestor de tempos em tempos, nos termos deste Regulamento;

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

- d) orientar cada Cedente em todas as etapas dos procedimentos de oferta e cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo e coordenar a celebração dos respectivos Contratos de Cessão, Procurações Irrevogáveis e demais instrumentos jurídicos firmados por cada Cedente no âmbito do Programa de Securitização, incluindo verificar a existência, validade e eficácia das autorizações societárias e poderes de representação dos representantes legais dos Cedentes signatários dos respectivos documentos;
 - e) enviar ao Custodiante, por intermédio da Administradora, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, até o 15º Dia Útil imediatamente anterior à 1ª Data de Emissão da 1ª Distribuição e, até o resgate integral das Quotas Seniores, em cada Data de Verificação, a Relação de Cedentes, dos quais o Fundo poderá adquirir Direitos Creditórios Elegíveis até a próxima Data de Verificação (inclusive), contendo o nome de cada Cedente cadastrado pelo Gestor, devidamente identificados por seu número de inscrição no CNPJ/MF, nos termos da alínea “P” abaixo;
 - f) definir ou redefinir, conforme o caso, a Taxa de Desconto a ser aplicada, a partir do Dia Útil imediatamente posterior à data de tal definição ou redefinição, na determinação do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo por cada Cedente, informada de tempos em tempos à Administradora pelo Gestor, a qual não poderá ser inferior a Taxa de Desconto Mínima apurada para o respectivo dia; e
 - g) definir a alocação dos recursos de titularidade do Fundo em Outros Ativos, sempre observada a política de investimento definida no Capítulo Quatro.
- 7.9. Observado valor mínimo mensal de R\$112.000,00 (cento e doze mil reais), será devida à Administradora, a título de taxa de administração (“Taxa de Administração”), uma remuneração mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do percentual de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, incidente sobre o valor do Patrimônio Líquido do Fundo, apurada diariamente e paga, pelo Fundo, observado critério *pro rata temporis*, por Dias Úteis, nos termos do item (7.9.1) abaixo, acrescida dos valores mencionados nos itens (7.9.2) a (7.9.4) abaixo. O valor em Reais mencionado neste item (7.9) será atualizado pela Administradora e informado ao Custodiante a cada período de 12



22

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

(doze) meses, contado a partir da 1ª Data de Emissão, ou, na menor periodicidade admitida em lei, pela variação do IGP-M.

- 7.9.1. A primeira remuneração devida à Administradora, nos termos do item (7.9) acima, será paga no 5º Dia Útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição e integralização de Quotas Subordinadas e as demais parcelas da Taxa de Administração, nas datas de pagamento dos valores definidos nos itens (7.9.2) e (7.9.3) abaixo ou no 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário, conforme o caso.
- 7.9.2. Ao valor da parcela da Taxa de Administração devida à Administradora, nos termos do item (7.9) acima, será acrescido, uma única vez, do valor correspondente ao somatório: (i) da aplicação do percentual de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores e Quotas Subordinadas na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Subordinadas e de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série; e (ii) da aplicação do percentual de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o valor resultante da multiplicação entre: (a) o preço de subscrição das Quotas Seniores na 1ª Data de Emissão; e (b) o número total de Quotas Seniores, objeto da respectiva Distribuição, conforme definido no Suplemento da 1ª Série. O valor mencionado neste item (7.9.2) será devido e pago no 5º Dia Útil imediatamente subsequente à 1ª data de subscrição de Quotas Subordinadas.
- 7.9.3. Ao valor da taxa de administração referida no item (7.9) acima será também acrescido, a cada Distribuição de Quotas Seniores, uma única vez, o valor correspondente à aplicação do percentual de 0,70% (setenta centésimos por cento) incidente sobre o preço de subscrição das Quotas Seniores da Série "k" efetivamente subscritas, no curso da respectiva Distribuição, conforme previsto no Suplemento da respectiva Série. Os valores mencionados neste item (7.9.3) serão devidos e pagos no 5º Dia Útil imediatamente subsequente a cada data de subscrição de Quotas Seniores da respectiva Série.
- 7.9.4. Desde que constantes de orçamento previamente aprovado pelos titulares das Quotas Subordinadas, ao valor da taxa de administração referida no item (7.9) acima será também acrescido montante equivalente a, no máximo, R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

11 DEZ 2003 369084

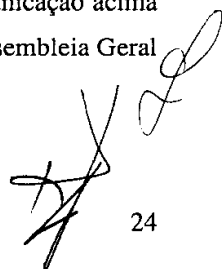
REGISTRADO

no primeiro ano de funcionamento do Fundo, a ser utilizado com as despesas de propaganda e *marketing* do Fundo mencionadas nos itens (6.20) e (6.21) do Capítulo Seis.

- 7.10. A Taxa de Administração não inclui as despesas com publicações de editais de convocação de Assembleias Gerais. Não estão incluídas, igualmente, despesas com a contratação de especialistas, tais como auditoria, fiscalização ou assessoria legal ao Fundo, entre outros.
- 7.11. Nos termos do artigo 56, § 2º da Instrução CVM nº 356, a Administradora pode estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o montante total da Taxa de Administração fixada neste Capítulo.
- 7.12. O Diretor Designado deverá elaborar demonstrativo trimestral a ser colocado à disposição da CVM e dos Quotistas evidenciando que: (i) as operações praticadas pelo Fundo estão em consonância com a política de investimento prevista no Capítulo Quatro e com os limites de composição e de diversificação a eles aplicáveis; (ii) as modalidades de negociação realizadas foram efetivadas a taxas de mercado; e (iii) os procedimentos de verificação de lastro por amostragem no trimestre anterior adotados pelo Custodiante, incluindo a metodologia para seleção da amostra verificada no respectivo período.
- 7.13. Qualquer benefício ou vantagem que a Administradora, o Gestor e/ou o Sacado venha(m) a auferir, que não esteja previsto expressamente neste Regulamento e nos respectivos Documentos da Securitização, deverá ser imediatamente repassado ao Fundo.

CAPÍTULO OITO – DA SUBSTITUIÇÃO E RENÚNCIA DA ADMINISTRADORA E DO GESTOR

- 8.1. Os Quotistas poderão substituir a Administradora e/ou o Gestor. Para tanto, a maioria dos Quotistas titulares da classe de Quotas que desejem substituir a Administradora e/ou o Gestor deverão encaminhar à Administradora correspondência registrada e protocolada contendo as razões e os motivos da solicitação. Após o recebimento da comunicação acima referida, a Administradora deverá imediatamente convocar a realização de Assembleia Geral para que seja deliberada pelos Quotistas a respectiva substituição.



110EZ 003369084

REGISTRADO

- 8.1.1. Caso a substituição da Administradora e/ou do Gestor seja aprovada pela maioria dos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, conforme disposto na alínea “c” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, a Administradora deverá imediatamente convocar nova Assembleia Geral, no curso da qual a maioria das Quotas cuja classe que não esteja solicitando a substituição da Administradora e/ou do Gestor deverá indicar o nome, a qualificação, a experiência e a remuneração, em ordem de preferência, de no mínimo 3 (três) instituições notoriamente capazes de assumir, com o mesmo grau de confiabilidade e qualidade, todos os deveres e as obrigações da Administradora e/ou do Gestor, conforme o caso, nos termos da legislação aplicável e deste Regulamento. A remuneração de cada uma das instituições substitutas apresentadas pelos Quotistas não solicitantes não poderá ser superior ao valor da parcela mensal da Taxa de Administração a que a respectiva instituição a ser substituída faz *jus* nos termos deste Regulamento.
- 8.2. Observado o disposto na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, a maioria dos Quotistas deverão escolher uma das 3 (três) instituições indicadas no curso da Assembleia Geral referida no item (8.1.1) acima.
 - 8.2.1 Caso os Quotistas, nos termos do item (8.2) acima, rejeitem as indicações propostas de acordo com o item (8.1.1) acima, os Quotistas que não estejam solicitando a substituição da Administradora e/ou do Gestor deverão elaborar nova lista de indicação a ser submetida à aprovação dos Quotistas que estejam solicitando a substituição. Este procedimento poderá ser repetido até 3 (três) vezes consecutivas, sendo que, não havendo definição acerca da nova instituição administradora e/ou gestora após a terceira votação, ocorrerá um Evento de Amortização Antecipada, nos termos do Capítulo Dezoito.
 - 8.2.2 Na hipótese de os Quotistas não definirem, em Assembleia Geral, a instituição que deverá exercer a função de instituição administradora e/ou gestora do Fundo, nos termos do item (8.2) acima, sem que haja rejeição expressa das indicações propostas, será considerada como escolhida a primeira instituição indicada de acordo com a ordem de preferência estabelecida pelos Quotistas que não estejam solicitando a substituição da Administradora e/ou do Gestor, nos termos do item (8.1) acima.
- 8.3. A Administradora poderá, mediante aviso divulgado no Periódico e por meio de carta com aviso de recebimento endereçada a cada Quotista, renunciar à administração do Fundo,

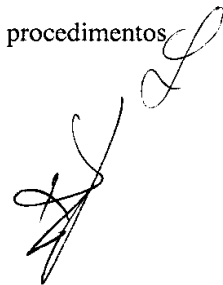
25

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

desde que convoque, no mesmo ato, Assembleia Geral a se realizar no prazo de, no mínimo, 20 (vinte) dias e, no máximo, 30 (trinta) dias, contado da data em que os Quotistas sejam comunicados da decisão da Administradora, nos termos deste item. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora não poderá renunciar às suas funções, nos termos deste Regulamento, até a conclusão dos procedimentos referidos no Capítulo Vinte.

- 8.4. A Administradora permanecerá no exercício de suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias contado da data de realização da Assembleia Geral referida no item (8.3) acima ou por prazo inferior, caso assim seja deliberado pelos Quotistas no curso da Assembleia Geral convocada nos termos do item (8.3) acima, observado o *quorum* estabelecido na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete. O prazo de 90 (noventa) dias acima referido poderá ser automaticamente prorrogado uma única vez por igual período, até que a instituição substituta assuma efetivamente todos os deveres e obrigações da Administradora e comprometa-se a desempenhá-los de acordo com os termos e as condições deste Regulamento, devendo a nova instituição administradora ser remunerada nos termos do presente Regulamento durante todo esse período.
- 8.5. A Administradora deverá colocar à disposição da instituição que vier a substituí-la, sem qualquer custo adicional para o Fundo, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contado da realização da respectiva Assembleia Geral ou, conforme o caso, antes do término do prazo estabelecido no item (8.4) acima, todos os registros, relatórios, extratos, bancos de dados e demais informações sobre o Fundo e sobre sua administração que tenham sido obtidos, gerados, preparados ou desenvolvidos pela Administradora ou seus Agentes, independente do meio em que as mesmas estejam armazenadas ou disponíveis, de forma que a instituição substituta cumpra, sem solução de continuidade, os deveres e as obrigações da Administradora, nos termos deste Regulamento.
- 8.6. Em caso de renúncia do Gestor, deverão ser igualmente observados os procedimentos descritos nos itens (8.3) a (8.5) acima, conforme o caso.



11 DEZ 003369084
CAPÍTULO NOVE - DOS FATORES DE RISCO
REGISTRADO

- 9.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, por sua própria natureza, estão sujeitos, conforme o caso, a flutuações de mercado e/ou riscos de crédito e/ou operacionais das contrapartes, incluindo a eventual incapacidade de o Sacado honrar suas obrigações e/ou a eventualidade de os Cedentes, em conjunto ou isoladamente, decidirem por não ceder, por qualquer motivo, Direitos Creditórios ao Fundo. Mesmo que a Administradora e o Gestor mantenham sistema de gerenciamento de riscos, não há garantia de completa eliminação da possibilidade de perdas para o Fundo e para os Quotistas, não podendo a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, em hipótese alguma, ser responsabilizados, entre outros eventos, por qualquer depreciação ou perda de valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo, pela inexistência de um mercado secundário para os Direitos Creditórios e Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo ou por eventuais prejuízos incorridos pelos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas, nos termos deste Regulamento.
- 9.2. Quanto aos riscos associados ao investimento no Fundo, aos Cedentes (originadores) e ao Sacado, destacam-se, de forma não taxativa, os seguintes:
- a) **Liquidez das Quotas.** Em razão da não existência (i) de um mercado secundário ativo para as Quotas do Fundo e (ii) de o Fundo ser constituído sob a forma de condomínio fechado, admitindo o resgate das Quotas somente ao fim do seu prazo de duração, os Quotistas podem ter dificuldade em, ou não conseguirem, alienar suas Quotas a qualquer terceiro. Portanto, não há qualquer garantia ou certeza de que um Quotista conseguirá liquidar suas posições ou negociar suas Quotas pelo preço e no momento desejado, e, portanto, uma eventual alienação das Quotas poderá causar prejuízos ao Quotista.
 - b) **Amortização Condicionada e Possibilidade de Perda do Capital Investido.** As principais fontes de recursos do Fundo para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate de suas Quotas decorrem da liquidação dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo pelas respectivas contrapartes. Depois de esgotados todos os meios cabíveis para a cobrança, judicial ou

11 DEZ 2000 3369084

extrajudicial, dos Direitos Creditórios, o Fundo não disporá de quaisquer outros valores para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

- c) **Amortização de Quotas na Medida da Liquidação dos Ativos Integrantes da Carteira do Fundo.** O Fundo está exposto a determinados riscos inerentes aos Direitos Creditórios, conforme identificado nas alíneas do item (9.3) deste Capítulo, e aos Outros Ativos, conforme identificado na alínea “g” deste item, integrantes de sua carteira e, conforme o caso, aos mercados em que os mesmos são negociados, incluindo a existência de vedações e/ou eventual impossibilidade de a Administradora alienar os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo. Em decorrência do risco acima identificado e considerando-se que o Fundo somente procederá à amortização e, conforme o caso, ao resgate das Quotas, em moeda corrente nacional, na medida em que os Direitos Creditórios sejam pagos diretamente pelo Sacado, que os Outros Ativos integrantes de sua carteira sejam liquidados por suas respectivas contrapartes e que as verbas recebidas sejam transferidas para o Fundo, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes e/ou suas Afiliadas encontram-se impossibilitados de determinar o intervalo de tempo necessário para a amortização e, conforme o caso, o resgate integral das Quotas. O valor de amortização e, conforme o caso, o resgate das Quotas Seniores continuará a ser atualizado até a data de seu efetivo pagamento, sempre até o limite do Patrimônio Líquido, não sendo devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, inclusive a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, de qualquer natureza, caso o referido evento prolongue-se por prazo indeterminado ou não possa, por qualquer motivo, ser realizado.

Este Regulamento estabelece que o Fundo poderá ser liquidado, caso existam Quotas em Circulação, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada. Neste caso, o resgate das Quotas poderá ser realizado mediante a dação em pagamento de Direitos Creditórios, observados os procedimentos definidos no Capítulo Vinte. Nessa hipótese, os Quotistas poderão

11DEZ 2003369084

REGISTRADO

encontrar dificuldades para alienar os Direitos Creditórios recebidos em dação e/ou cobrar os valores devidos pelo Sacado.

- d) **Inexistência de Rendimento Predeterminado.** O preço de integralização das Quotas Seniores será atualizado diariamente de acordo com os critérios definidos na alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez. Tal atualização tem como finalidade definir qual a parcela do Patrimônio Líquido, devidamente ajustado, deve ser prioritariamente alocada aos titulares das Quotas Seniores na hipótese de amortização ou, conforme o caso, resgate de suas respectivas Quotas e não representa nem deverá ser considerada, sob nenhuma hipótese ou circunstância, como uma promessa ou obrigação, legal ou contratual, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos Distribuidores, dos Cedentes, do Sacado e/ou de qualquer de suas respectivas Afiliadas, de assegurar tal remuneração aos Quotistas. Independentemente do valor do Patrimônio Líquido, os titulares das Quotas Seniores não farão *jus*, em nenhuma circunstância, quando da amortização ou, conforme o caso, resgate de suas aplicações, a uma remuneração superior ao valor de suas Quotas, devidamente atualizadas nos termos da alínea "c" do item (10.3) do Capítulo Dez, o qual representa o limite máximo de remuneração possível para esta classe de Quotas.
- e) **Não Afetação do Patrimônio Líquido do Fundo.** Os ativos integrantes da carteira do Fundo não se encontram vinculados ao pagamento de qualquer Série de Quota Sênior. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, amortização e/ou de resgate de Quotas Seniores não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares de Quotas Seniores.
- f) **Invalidade ou Ineficácia da Cessão dos Direitos Creditórios.** A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores não são responsáveis pela verificação, prévia ou posterior, das causas de invalidade ou ineficácia da cessão dos Direitos Creditórios. Com relação a cada Cedente, considerando-se que o Fundo poderá concentrar até 10% (dez por cento) de seu Patrimônio Líquido em Direitos Creditórios cedidos por um único Cedente, a cessão dos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pelo respectivo Cedente pode ser invalidada ou tornada ineficaz, caso configurada:

11 DEZ 003369084

- i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, conforme disposto na legislação em vigor, o respectivo Cedente esteja insolvente ou, se em razão da cessão, passar a esse estado;
 - ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o respectivo Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo pendam, na Data de Aquisição, demanda judicial fundada em direito real;
 - iii) fraude à execução fiscal, se o respectivo Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; ou
 - iv) caso o respectivo Direito Creditório já se encontre vinculado a outros negócios jurídicos, inclusive por meio da constituição de garantias reais.
- g) **Riscos Associados aos Outros Ativos (Inclusive de Liquidez).** O Fundo poderá alocar até 50% (cinquenta por cento) de seu Patrimônio Líquido em Outros Ativos, os quais se encontram sujeitos a oscilações de preços e a outros riscos, incluindo, sem limitação, riscos de crédito ou de liquidez, de oscilação de mercados e de precificação de ativos, que podem afetar negativamente o desempenho do Fundo e o investimento realizado pelos Quotistas. O Fundo, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, em hipótese alguma, excetuadas as ocorrências resultantes de comprovado dolo ou má-fé, serão responsabilizados por qualquer depreciação no valor dos Outros Ativos ou por eventuais prejuízos em caso de liquidação do Fundo ou resgate antecipado de Quotas. Entre tais riscos, destacam-se: (i) os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente a notícias econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo, ainda, responder a notícias específicas a respeito dos respectivos emissores. Além disso, os Outros Ativos estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função de alterações nas expectativas dos participantes do

110EZ 003369084

mercado, podendo, inclusive, ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de preços dos Outros Ativos sem que haja repercussões significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional; (ii) os Outros Ativos estão, também, sujeitos à capacidade dos seus emissores/contrapartes em honrar os compromissos de pagamento de juros e principal. Ademais, alterações nas condições financeiras dos emissores/contrapartes dos Outros Ativos e/ou na percepção que os investidores têm sobre tais condições, bem como alterações nas condições econômicas e políticas que possam comprometer a sua capacidade de pagamento, podem trazer impactos significativos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. Tais eventos, mesmo que não fundamentados, poderão também trazer impactos adversos nos preços e na liquidez dos Outros Ativos. O Fundo poderá, ainda, incorrer em risco de crédito na liquidação das operações realizadas por meio de corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários que venham a intermediar as operações de compra e venda de Outros Ativos em nome do Fundo. Na hipótese de incapacidade financeira ou falta de disposição de pagamento de qualquer dos emissores dos Outros Ativos ou das contrapartes nas operações integrantes da carteira do Fundo, o Fundo poderá sofrer perdas, podendo, inclusive, incorrer em custos para recuperar seus créditos. A precificação dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverá ser realizada de acordo com os critérios e procedimentos para registro e avaliação de títulos, valores mobiliários e demais operações estabelecidos na regulamentação em vigor incluindo o Manual de Marcação a Mercado. Os referidos critérios de avaliação de ativos, poderão ocasionar variações nos valores dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, resultando em aumento ou redução do valor do Patrimônio Líquido.

- h) **Descasamentos de Taxas e Impossibilidade de Contratação de Operações com Instrumentos Derivativos.** O Fundo aplicará suas disponibilidades financeiras precipuamente em Direitos Creditórios, os quais serão adquiridos com deságio sobre seu respectivo valor nominal, e em Outros Ativos. Considerando-se que o valor das Quotas Seniores será definido na forma estabelecida na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, utilizando-se a variação da Taxa DI, poderá ocorrer o descasamento entre os valores de atualização (i) dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos e (ii) das Quotas Seniores. Tal risco é ampliado em razão de o Fundo não poder contratar operações com instrumentos derivativos em razão de disposição contida no Regulamento. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os

110EZ 003369084

REGISTRADO

Distribuidores, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelos Quotistas, incluindo, sem limitação, a eventual perda do valor de principal de suas aplicações decorrente do risco de descasamento acima identificado.

- i) **Não Utilização de Instrumentos Derivativos.** A não contratação, pelo Fundo, de operações com instrumentos derivativos poderá acarretar variações no valor de seu Patrimônio Líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos Quotistas.
- j) **Emissão de Novas Quotas.** O Fundo poderá, a qualquer tempo, observado o disposto no Capítulo Onze deste Regulamento, emitir novas Séries de Quotas Seniores, sem a necessidade de consulta ou aprovação prévia dos titulares de Quotas Seniores em Circulação. Na hipótese de emissão de novas Quotas, não será assegurado direito de preferência para os atuais Quotistas do Fundo, podendo haver diluição dos direitos políticos dos titulares das Quotas Seniores que já estejam em Circulação na ocasião.
- k) **Riscos Operacionais.** O Fundo e os Quotistas poderão sofrer perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas dos prestadores de serviços do Fundo, tais como da Administradora, do Gestor, do Custodiante, dos Cedentes, do Sacado, do Agente Escriturador, entre outros.
- l) **Outros Riscos.** Variáveis exógenas, tais como a ocorrência, no Brasil ou no exterior, de fatos extraordinários ou situações especiais de mercado ou, ainda, de eventos de natureza política, econômica ou financeira que modifiquem a ordem atual e influenciem de forma relevante o mercado financeiro brasileiro, assim como os demais fatores de risco descritos neste Capítulo, incluindo variações nas taxas de juros, eventos de desvalorização da moeda, mudanças legislativas, incluindo alterações nos critérios de tributação dos rendimentos auferidos pelos Quotistas, ou mudanças políticas, poderão resultar em perda, por parte dos Quotistas, do valor de principal de suas aplicações. Não será devido pelo Fundo ou por qualquer Pessoa, incluindo a Administradora, o Custodiante, o Gestor, os Cedentes e o Sacado,

qualquer multa ou penalidade caso os Quotistas sejam prejudicados em qualquer plano ou prejuízo resultante de tais eventos.

REGISTRADO

- m) **Possibilidade de Liquidação Antecipada do Fundo.** Observado o disposto neste Regulamento, o Fundo poderá amortizar e/ou resgatar as Quotas em datas anteriores às Datas de Amortização, caso ocorra qualquer Evento de Amortização Antecipada, se assim deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral, nos termos do Capítulo Dezessete; ou na hipótese de os titulares da maioria das Quotas Subordinadas decidirem pela realização de um Resgate Antecipado e/ou na hipótese de ocorrência de Amortização Não Programada. Por este motivo, os Quotistas poderão ter seu horizonte original de investimento reduzido e poderão não conseguir reinvestir os recursos recebidos com a mesma remuneração buscada pelo Fundo, não sendo devida pelo Fundo, pela Administradora, pelo Gestor, pelo Custodiante, pelo Distribuidor Líder, pelos Distribuidores, pelos Cedentes e/ou por qualquer de suas respectivas Afiliadas, todavia, qualquer multa ou penalidade, a qualquer título, em decorrência desse fato, ressalvado o pagamento do Prêmio de Resgate na hipótese de Resgate Antecipado.
- n) **Cadastramento dos Cedentes.** Caberá ao Gestor obter os documentos necessários ao cadastramento dos Cedentes interessados em ceder Direitos Creditórios ao Fundo. O Gestor apenas analisará se os Cedentes contam, naquela data, com recebíveis, a serem cedidos ao Fundo, que atendam à definição de Direitos Creditórios constante do “Anexo I”, não eliminando a possibilidade de os Cedentes virem a falir, serem objeto de recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei de Falências, ou de que a cessão dos Direitos Creditórios seja afetada por qualquer dos eventos identificados na alínea “f” acima deste item (9.2).

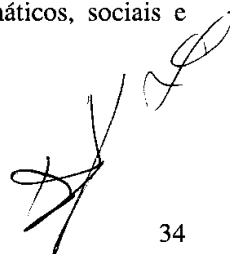
9.3. Quanto aos riscos associados aos Direitos Creditórios e ao Sacado, destacam-se, de forma não taxativa:

- a) **Risco de Crédito – Concentração em um Único Devedor.** Os Direitos Creditórios são devidos por um único devedor, qual seja o Sacado. A realização dos Direitos Creditórios depende da solvência do Sacado, da adimplência de suas respectivas obrigações de pagamento e da efetiva transferência dos valores devidos ao Fundo,

11 DEZ 003369084

conforme estipulado no respectivo Contrato de ~~Sacado~~ ~~Sacado~~ inexistindo, portanto, qualquer garantia ou certeza de que o pagamento será efetuado ou, caso o seja, de que será realizado nos prazos e nos valores avençados. Ademais, o Sacado encontra-se sujeito à falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei de Falências e/ou constrição judicial (inclusive “*penhora on line*”) de suas contas correntes, incluindo, eventualmente, a Conta Agente de Recebimento, sendo que a liberação desses valores, na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos, poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

- b) **Possibilidade de Falência, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial do Sacado.** O Sacado encontra-se sujeito à falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, de 09 de fevereiro de 2005, conforme alterada (“Lei de Falências”). Considerando-se que o Sacado é e será o único devedor dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, os quais não contam com qualquer tipo de garantia, real ou fidejussória, concorrendo, portanto, o Fundo com os demais titulares de créditos quirografários contra o Sacado na hipótese de ocorrência de qualquer dos eventos previstos na Lei de Falências.
- c) **Impacto direto das condições políticas e econômicas brasileiras, exercido nos negócios do Sacado.** As medidas econômicas implementadas pelo governo brasileiro podem influenciar significativamente as companhias brasileiras, incluindo o Sacado e sua acionista única, a Petrobras, e as condições de mercado e preços de valores mobiliários brasileiros. Os resultados financeiros e operacionais do Sacado podem ser adversamente afetados pelos seguintes fatores e a resposta do governo brasileiro a esses fatores, dentre outros: desvalorizações e outras variações cambiais; inflação; políticas de controle cambial; instabilidade social; instabilidade de preços; escassez de energia; taxas de juros; liquidez de financiamento e no mercado de capitais local; políticas fiscais; e outros fatores políticos, diplomáticos, sociais e econômicos no Brasil ou que possam afetar o Brasil.



11 DEZ 2003 369084

- d) **Possibilidade de a situação financeira e os resultados operacionais do Sacado serem afetados adversamente devido à incerteza econômica no Brasil.** O principal mercado do Sacado é o Brasil, que experimentou altas taxas de inflação por longos períodos de sua história. A inflação, juntamente com medidas governamentais recentes destinadas a combatê-la, e a especulação sobre possíveis medidas futuras, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira. O Brasil poderá no futuro estar novamente sujeito a altos níveis de inflação. Os baixos índices inflacionários verificados desde 1994 poderão não ser sustentáveis, afetando adversamente a situação financeira e os resultados operacionais do Sacado.
- e) **Efeitos do Nível de Atividade Econômica.** Em virtude dos produtos comercializados pelo Sacado, seus resultados estão diretamente relacionados ao crescimento econômico e os níveis de investimento e consumo no Brasil. Por essa razão, uma retração na economia brasileira pode afetar negativamente os negócios a situação financeira e os resultados operacionais do Sacado. O Sacado pode ser afetado ainda pelos efeitos negativos da desaceleração da economia mundial, que poderá causar uma redução das exportações brasileiras e dos níveis de investimento do setor produtivo brasileiro.
- f) **Preço da Gasolina e Óleo Diesel.** Os preços da gasolina e do óleo diesel, que são os principais componentes do custo das vendas do Sacado, estão em grande parte relacionados ao preço do petróleo. Por conseguinte, os preços da gasolina e do óleo diesel estão sujeitos às variações do preço internacional do petróleo. Um aumento significativo no preço de petróleo e de seus derivados, poderá, caso o Sacado não consiga ou decida por não repassar estes aumentos a seus produtos, majorar os custos do Sacado e, conseqüentemente, afetar adversamente sua situação financeira e os resultados de suas operações.
- g) **Controle de Preços.** No passado, em períodos de inflação elevada, o Governo Federal controlou os preços do petróleo e de seus derivados, mantendo-os abaixo dos preços vigentes nos mercados internacionais. Essa política de controle de preços envolveu subsídios cruzados entre diferentes produtos derivados de petróleo e o álcool combustível. Caso o Governo Federal venha a adotar políticas de controle de

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

preços no futuro, os resultados do Sacado podem vir a ser afetados, caso esta não repasse integralmente os custos aos seus clientes.

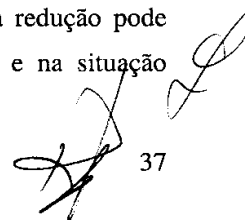
- h) **Dependência da Petrobras.** Até 1997, a Petrobras detinha, constitucionalmente, o monopólio sobre a produção e importação de derivados de petróleo no Brasil. Embora este monopólio tenha sido extinto pelo Congresso Nacional, a Petrobras permanece, na prática, como a principal fornecedora de petróleo do Brasil. Os procedimentos gerais para a compra de combustíveis da Petrobras são comuns a todas as distribuidoras de combustíveis, inclusive o Sacado.
- i) **Ausência de garantia de ininterrupções significativas de fornecimento de combustíveis no futuro.** Qualquer interrupção no suprimento de gasolina e óleo diesel pela Petrobras afetará imediatamente a capacidade do Sacado em distribuir esses combustíveis aos seus consumidores. Se a Petrobras deixar de fornecer gasolina e óleo diesel em volume suficiente para atender à demanda do Sacado, este deverá suprir suas necessidades no mercado externo, o que acarretará em maior onerosidade em relação ao custo decorrente aos adquiridos da Petrobras.
- j) **Concorrência por Meios Questionáveis.** Nos últimos anos, a competição por meios legalmente questionáveis foi um dos maiores problemas enfrentados pelas distribuidoras de combustíveis no Brasil, incluindo o Sacado. Em virtude de práticas questionáveis e, em alguns casos, irregulares, por parte de distribuidores concorrentes, houve uma grande oferta de produtos com preços inferiores aos praticados pelas grandes distribuidoras, o que gerou um aumento considerável nos volumes de venda dos distribuidores que adotavam essas práticas. As irregularidades envolviam, entre outras, a sonegação de impostos e a adulteração da gasolina por meio da adição de solventes ou de volumes de álcool anidro superior ao permitido pela legislação. Caso essas práticas voltem a ocorrer em escala significativa, o Sacado poderá sofrer uma redução em seu volume de vendas e, conseqüentemente, em seus resultados.
- k) **Efeitos da Concorrência.** O mercado brasileiro de combustíveis apresenta elevada competitividade. Além do Sacado, "Ipiranga", "Shell", "Esso", "Texaco" e "Repsol", que são filiadas ao Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e de Lubrificantes - Sindicom, outras empresas atuam no mercado

11 DEZ 2003 369084

brasileiro de distribuição de combustíveis. A intensa concorrência no mercado de distribuição de combustíveis poderá reduzir o volume de vendas e as margens, além de aumentar as despesas do Sacado com publicidade e, conseqüentemente, afetar adversamente suas margens operacionais e situação financeira.

- 1) **Riscos Regulatórios.** O Sacado está sujeito ao cumprimento de diversas normas ambientais e de proteção à saúde, as quais se tornaram mais rígidas no passado recente. Isto pode resultar em aumento das responsabilidades e despesas do Sacado. As atividades do Sacado estão sujeitas a uma ampla variedade de leis federais, estaduais e municipais, regulamentos e exigências de licenciamento relativos à proteção da saúde humana e do meio ambiente, tanto no Brasil quanto em outras jurisdições nas quais o Sacado opera. No Brasil, o Sacado está sujeito a sanções criminais e administrativas, incluindo advertências, multas e ordens de paralisação das atividades em razão do descumprimento das normas ambientais que, dentre outros, limitam ou proíbem emissões ou derramamentos de substâncias tóxicas produzidas em função de suas operações.

A regulamentação aplicável à descarga de resíduos e emissões pode exigir que o Sacado limpe ou re-aparelhe suas instalações a um custo bastante elevado, podendo ainda resultar em responsabilidades significativas. O IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis realiza inspeções de rotina e pode restringir as operações ou impor outras sanções em decorrência dessas inspeções. Além disso, o Sacado está sujeito a leis ambientais que exigem o dispêndio de quantias substanciais para remediar os danos que um projeto possa causar ao meio ambiente. Esses custos adicionais podem ter impactos negativos na lucratividade de projetos que o Sacado vier a implementar ou podem torná-los economicamente inviáveis. É provável que as despesas do Sacado cumprir a legislação ambiental aumentem conforme essa legislação se torne mais rigorosa, bem como é provável que suas despesas aumentem substancialmente para efetuar melhorias em suas práticas de proteção da saúde humana, da segurança e do meio ambiente. Como o orçamento do Sacado está sujeito à aprovação pelo governo federal, um aumento de despesas para dar cumprimento à legislação ambiental pode resultar em uma redução de outros investimentos estratégicos. Esta redução pode resultar em efeitos materiais adversos nos resultados operacionais e na situação financeira do Sacado.



37

11 DEZ 003369084

- m) Riscos de Segurança e Operacionais do Sacado.** As atividades de armazenamento e transporte de combustíveis, que são materiais inflamáveis, explosivos e tóxicos, implicam em uma série de riscos de segurança e outros riscos operacionais. Estes riscos podem resultar em lesão corporal ou morte, danificação ou destruição de instalações ou equipamentos, e danos ambientais. Um acidente suficientemente grande nas bases de operação do Sacado poderá forçá-lo a suspender ou reduzir temporariamente as suas atividades, resultando em custos de saneamento significativos e na perda de receitas. A cobertura de seguros do Sacado pode não ser disponibilizada tempestivamente ou ser insuficiente para cobrir todas as perdas. A quebra de equipamentos, desastres naturais e atrasos na obtenção de peças de reposição ou de equipamentos substitutos também poderá afetar o processo de distribuição do Sacado e, conseqüentemente, o resultado de suas operações e sua situação financeira, bem como o fluxo de aquisição de bens e serviços dos Cedentes.
- n) Desnecessidade de o Sacado seguir às obrigações de divulgação e publicações de informações relevantes aplicáveis às companhias abertas.** Ao contrário de sua controladora e acionista única, a Petrobras, o Sacado é uma sociedade anônima fechada e, como tal, não está sujeita às regras de divulgação de fatos relevantes e informações financeiras e operacionais periódicas como as companhias abertas, nem sujeita à fiscalização da CVM. Por conseguinte, os titulares das Quotas, inclusive a Administradora e o Gestor, poderão ter maiores dificuldades na obtenção de informações relativas ao Sacado, inclusive para a verificação da ocorrência de qualquer Evento de Avaliação e/ou Evento de Vencimento Antecipado.
- o) O Sacado é subsidiária integral da Petrobras.** O Sacado é subsidiária integral da Petrobras, sendo as deliberações sociais, inclusive por meio de assembleias gerais, tomadas exclusivamente pela Petrobras. A Petrobras está sujeita a diversos riscos, inclusive quanto ao relacionamento entre a Petrobras e o Governo Brasileiro. Informações completas sobre os fatores de risco da Petrobras estão disponíveis em http://www2.petrobras.com.br/portal/frame_ri.asp?pagina=/ri/port/index.asp&lang=pt&area=ri.
- p) Pendências Judiciais e Administrativas.** O Sacado é parte em diversos processos judiciais e administrativos que tratam de questões de natureza tributária, trabalhista,

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

cível e ambiental, algumas de valor relevante. Não há provisionamento para todas as ações e provisões contabilizadas pelo Sacado, as quais podem não ser suficientes para satisfazer o valor total que poderia ser chamada a honrar. Resultados desfavoráveis no âmbito desses processos podem afetar negativamente os resultados e a situação financeira do Sacado.

- q) **Ausência de Garantia de Pagamento ou de Coobrigação na Cessão de Direitos Creditórios dos Cedentes.** A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios será realizada sem direito de regresso contra ou coobrigação dos Cedentes ou de qualquer outra Pessoa. Em nenhuma hipótese, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante e/ou qualquer de suas Afiliadas se responsabilizam pelo pagamento dos Direitos Creditórios ou pela solvência do Sacado e dos Cedentes.
- r) **Possibilidade de os Cedentes não oferecerem Direitos Creditórios à cessão para o Fundo.** Apesar de os Direitos Creditórios serem lastreados em operações de compra e venda mercantil e/ou prestação de serviços já realizadas, a continuidade da cessão de Direitos Creditórios Elegíveis pelos Cedentes ao Fundo depende: (i) de o Sacado e de os Cedentes realizarem operações comerciais que possam resultar em Direitos Creditórios passíveis de cessão ao Fundo; (ii) de os Cedentes terem interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo; (iii) caso os Cedentes não tenham interesse em ceder Direitos Creditórios ao Fundo; e (iv) de a legislação brasileira, atualmente vigente, aplicável às atividades dos Cedentes e do Sacado e à constituição dos Direitos Creditórios, não ser alterada no sentido de impor restrições à realização de operações comerciais de compra e venda de produtos e/ou prestação de serviços para pagamento a prazo ou, ainda, vedar a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo. Ainda que os Cedentes e o Sacado disponham de toda a infraestrutura e tecnologia que suportem a continuidade das operações lastro dos Direitos Creditórios, não há como assegurar que o Sacado continue a adquirir bens e serviços dos Cedentes nos patamares atuais, o que pode afetar a continuidade da geração de Direitos Creditórios. Ademais, não obstante a previsão neste Regulamento dos procedimentos de *marketing* e propaganda do Fundo, a serem adotados pelo Gestor com a finalidade única e exclusiva de informar os Cedentes da existência do Fundo, não há garantia de que serão ofertados ao Fundo, pelos Cedentes, Direitos Creditórios Elegíveis

11 DEZ 2000 3369084

durante o Prazo de Vigência. Qualquer dos eventos acima identificados poderá resultar no desenquadramento da Alocação Mínima de Investimento. Neste caso, a Administradora, independente de manifestação ou autorização dos titulares dos Quotistas, deverá promover à amortização antecipada e proporcional das Quotas Seniores em Circulação de forma que o Fundo passe a atender a Alocação de Investimento Mínima. O desenquadramento não sanado da Alocação de Investimento Mínima poderá alternativamente ensejar a ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada.

s) **Aporte Adicional pelos Quotistas e Possibilidade de Perda do Capital Investido.**

Os custos incorridos com os procedimentos necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo e à salvaguarda dos direitos, interesses e prerrogativas dos Quotistas são de responsabilidade do Fundo, devendo ser suportados até o limite total de seu Patrimônio Líquido, sempre observado o que vier a ser deliberado pelos Quotistas reunidos em Assembleia Geral. O Fundo somente poderá adotar e/ou manter os procedimentos judiciais ou extrajudiciais de cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, uma vez ultrapassado o limite de seu Patrimônio Líquido, caso os titulares das Quotas Seniores aportem os valores adicionais, necessários para a sua adoção e/ou manutenção. Dessa forma, havendo necessidade de cobrança judicial ou extrajudicial dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos, os respectivos Quotistas poderão ser solicitados a aportar recursos no Fundo, na forma prevista no Capítulo Vinte e Sete, para assegurar a adoção e manutenção das medidas cabíveis para a salvaguarda de seus interesses. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do aporte a que se refere aquele Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento da verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado. Os Cedentes, a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, o Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas não são responsáveis, em conjunto ou isoladamente, pela adoção ou manutenção dos referidos procedimentos e por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

seus direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas Seniores deixem de aportar os recursos necessários para tanto, nos termos do Capítulo Vinte e Sete. Consequentemente, conforme descrito neste Capítulo, em especial nas alíneas “b” e “c” do item (9.2) acima, o Fundo poderá não dispor de recursos suficientes para efetuar a amortização e, conforme o caso, o resgate, em moeda corrente nacional, de suas Quotas, havendo, portanto, a possibilidade de os Quotistas até mesmo perderem, total ou parcialmente, o respectivo capital investido.

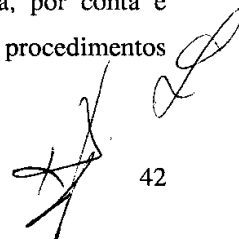
- t) **Confirmação do Lastro dos Direitos Creditórios pelo Sacado.** Observada a metodologia de verificação do lastro dos Direitos Creditórios mencionada no item (16.5) do Capítulo Dezesesseis, quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, o Sacado, nos termos do item (6.5) do Capítulo Cinco, confirmará a existência do Direito Creditório, bem como seu respectivo valor. Por este motivo, a Administradora e o Custodiante se fiarão nas informações encaminhadas pelo Sacado e não estão obrigados a verificar se os respectivos Direitos Creditórios: (i) estão amparados por Documentos Comprobatórios que evidenciem a realização efetiva da operação comercial de compra e venda de produtos ou de prestação de serviços, lastro dos Direitos Creditórios; (ii) apresentam qualquer vício ou defeito que prejudique a sua cobrança em face do Sacado; ou (iii) são objeto de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição do mesmo pelo Fundo. A inexistência de Documentos Comprobatórios que evidenciem o lastro dos Direitos Creditórios e a ocorrência de qualquer dos eventos acima referidos poderá resultar em redução no valor do Patrimônio Líquido e, consequentemente, em perdas para Quotistas.
- u) **Risco de Liquidez e Inexistência de Mercado Secundário para os Direitos Creditórios.** Em razão da não existência de um mercado secundário ativo e organizado para negociação dos Direitos Creditórios e de sua consequente falta de liquidez, os titulares de Quotas Seniores devem possuir condição financeira para levar ao vencimento os Direitos Creditórios na hipótese de liquidação antecipada do Fundo.
- v) **Crítérios de Elegibilidade.** Os Crítérios de Elegibilidade têm a finalidade de selecionar os Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo. Não obstante

11 DEZ 2000 3389084

REGISTRADO

tais Critérios de Elegibilidade, a solvência da carteira depende integralmente da situação econômico-financeira do Sacado, dentre outros fatores. A observância pelo Custodiante dos Critérios de Elegibilidade não constitui garantia de adimplência do Sacado.

- w) **Possibilidade de eventual questionamento da validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo.** A validade da cessão dos Direitos Creditórios ao Fundo poderá vir a ser questionada, administrativa ou judicialmente, por qualquer terceiro. Por este motivo, os recursos de titularidade do Fundo que se encontrem na posse do Custodiante ou dos Cedentes podem ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pelo Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos, podendo tal evento prejudicar negativamente os Quotistas.
- x) **Condições Resolutivas da Cessão.** O Custodiante, a Administradora, o Gestor e o Distribuidor não serão responsáveis por verificar a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, conforme disposto no item (4.2) do Capítulo Quatro. Caberá ao Sacado e aos Cedentes informarem a ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão, quando tiverem conhecimento, nos termos do boletim de subscrição das Quotas Subordinadas e de cada Contrato de Cessão, respectivamente. Caso o Fundo não seja informado da ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão ou caso o Cedente não restitua o Preço de Aquisição, devidamente atualizado *pro rata temporis* ao Fundo, os Quotistas poderão sofrer prejuízos.
- y) **Possibilidade de os Direitos Creditórios Virem a Ser Alcançados por Obrigações dos Cedentes ou de Terceiros Prestadores de Serviços ao Fundo.** Todos e quaisquer valores eventualmente acolhidos pelos Cedentes ou pelos prestadores de serviços ao Fundo, enquanto na sua posse, podem vir a ser bloqueados, como, por exemplo, na hipótese de “penhora *on line*” de suas contas correntes, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

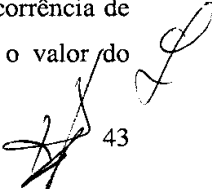


11 DEZ 2003 389084

z) **Riscos Decorrentes dos Critérios Adotados pela Administradora para Cobrança dos Direitos Creditórios.** A Política de Cobrança adotada pela Administradora tem a finalidade de disciplinar a cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelo Sacado, tendo sido elaborada com base em critérios de adimplência e pontualidade nos pagamentos dos Direitos Creditórios. Não obstante a adoção de tal Política de Cobrança, a solvência dos Direitos Creditórios depende integralmente da situação econômico-financeira do Sacado. Dessa forma, a observância da Política de Cobrança não constitui garantia de adimplência do Sacado.

aa) **Trânsito dos Valores Relativos aos Direitos Creditórios de Titularidade do Fundo pela Conta Agente de Recebimento.** Observados os termos e as condições deste Regulamento e de cada Contrato de Cessão, todos e quaisquer valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, serão creditados na Conta Agente de Recebimento, devendo ser transferidos, pelo Custodiante, para a Conta Corrente do Fundo em até 1 (um) Dia Útil. Ademais, eventuais valores decorrentes do pagamento dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, eventualmente pagos diretamente aos Cedentes, em conta diversa da Conta Agente de Recebimento, deverão ser transferidos pelo respectivo Cedente para a Conta Corrente do Fundo, nos termos de cada Contrato de Cessão, no prazo máximo de até 5 (cinco) Dias Úteis, contado do recebimento dos respectivos valores. Os recursos de titularidade do Fundo, que se encontrem na posse de qualquer Cedente ou do Custodiante ou que sejam a este transferidos quando ou após a decretação de sua falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção, liquidação extrajudicial ou regime especial de administração temporária, podem vir a ser bloqueados, sendo que sua liberação e/ou recuperação poderá depender da instauração de procedimentos administrativos ou judiciais pela Administradora, por conta e ordem do Fundo. O tempo de duração e o resultado de quaisquer dos procedimentos acima referidos não podem ser objetivamente definidos.

9.4. As aplicações realizadas no Fundo não contam com a garantia dos Cedentes, da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos Distribuidores, de qualquer de suas Afiliadas e/ou do Fundo Garantidor de Créditos - FGC. A ocorrência de quaisquer dos eventos descritos neste Capítulo poderá afetar negativamente o valor do

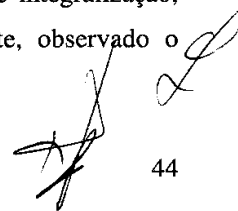

43

11 DEZ 2003 3369084

Patrimônio Líquido e, conseqüentemente, comprometer a capacidade de o Fundo efetuar o pagamento, total ou parcial, das Quotas dentro dos ~~previsos~~ **previsos** condições originalmente previstos neste Regulamento.

CAPÍTULO DEZ – DAS QUOTAS

- 10.1. O Fundo poderá (i) emitir 1 (uma) classe de quotas seniores (“Quotas Seniores”), as quais poderão ser divididas em Séries, mantidas concomitantemente em Circulação, a serem distribuídas em uma ou mais Distribuições, independentemente de aprovação prévia dos titulares das Quotas Seniores em Circulação, e (ii) manter em Circulação Séries de Quotas Seniores no valor total, em cada Data de Emissão, de até R\$1.000.000.000,00 (um bilhão de reais), valor este a ser atualizado anualmente pela variação acumulada do IGP-M – Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir do início das atividades do Fundo. O montante, a quantidade, as Datas de Amortização, o percentual das Amortizações Programadas e as condições de remuneração de cada Série de Quotas Seniores serão definidos no Suplemento da Série “k”.
- 10.2. Observado o disposto na alínea “d” no item (10.7) abaixo, o Fundo poderá emitir, a qualquer tempo, 01 (uma) classe de quotas subordinadas (“Quotas Subordinadas”), em número indeterminado e em série única, independentemente de autorização dos titulares de Quotas Seniores em Circulação.
- 10.3. Cada Quota Sênior da Série “k” possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações comuns:
- a) tem prioridade em relação às Quotas Subordinadas na hipótese de sua amortização ou de seu resgate, observado o disposto neste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário (P_k) de R\$1.000,00 (um mil reais) na 1ª Data de Emissão de cada Série;
 - c) após a 1ª Data de Emissão da respectiva Série “k”, terá seu valor de integralização, amortização ou, nas hipóteses definidas neste Regulamento, resgate, observado o



11 DEZ 2003 3369084

REGISTRADO

disposto no item (11.7) do Capítulo Onze, sendo que o mesmo será equivalente ao menor valor entre:

i)

$$VQS_{k;T} = (VQS_{k;T-1} - VAP_{k;T-1} - SANP_{k;T-1}) \times [(1 + DI_{T-1}) \times (1 + S_k)]^{\frac{1}{252}};$$

onde:

- $K = 1, 2 \dots n$ Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
- $VQS_{k;T}$ valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado para a data “T”;
- $VQS_{k;T-1}$ valor unitário de cada Quota Sênior da Série “k” calculado no Dia Útil imediatamente anterior à data “T” (de acordo com a equação acima). Para o cálculo a ser efetuado no Dia Útil seguinte à 1ª Data de Emissão da respectiva Série “k”, $VQS_{k;T-1}$ será igual a “ P_k ”;
- $VAP_{k;T-1}$ valor unitário da Amortização Programada efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “k”, no Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;
- $SANP_{k;T-1}$ valor unitário do somatório das Amortizações Não Programadas efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “k”, até o Dia Útil imediatamente anterior à data “T”;
- DI_{T-1} taxa média diária do DI – Depósito Interfinanceiro de 1 (um) dia, “*over extra-grupo*”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Taxa DI”), referente ao Dia Útil anterior à data “T”, calculada e divulgada pela CETIP. Exemplo: Se a Taxa DI for 11,25%, então $DI_{T-1} = 11,25$; e
- S_k Fator *Spread*, expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais,

110EZ 003369084

definido no respectivo Suplemento da Série "k".
REGISTRADO

ou

ii)

$$VQS_{k:T} = \frac{PL_T \times VQSDI_{k:T}}{\sum_{k=1}^n NQS_{k:T} \times VQSDI_{k:T}};$$

onde:

$k = 1, 2, \dots, n$ Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data "T";

$VQS_{k:T}$ valor unitário da Quota Sênior da Série "k" calculado na data "T";

PL_T Patrimônio Líquido do Fundo apurado na data "T" nos termos do item (22.1) deste Regulamento;

$NQS_{k:T}$ número de Quotas Seniores da Série "k" em Circulação na data "T";

$VQSDI_{k:T}$ valor unitário de cada Quota Sênior da Série "k", calculado para a data "T", na forma da alínea (i) acima, observado o definido no respectivo Suplemento da Série "k".

- d) nos termos do Capítulo Vinte e Sete, os titulares das Quotas Seniores poderão ser solicitados a contribuir com recursos para o Fundo, na proporção de seus créditos, nos termos do Capítulo Vinte e Sete, para assegurar a defesa de seus direitos, interesses e prerrogativas;
- e) pode ser objeto de amortização/resgate antecipada(o) na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, de realização de um Resgate Antecipado ou de uma Amortização Não Programada, conforme o caso, sendo que, neste caso, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação;

11 DEZ 2000 003269084

- f) os créditos dos titulares das Quotas Seniores contra o Patrimônio Líquido, na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou de resgate de Quotas Seniores, nos termos deste Regulamento, são *pari passu* entre si, não havendo qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação; e
- g) observado o disposto no Capítulo Dezessete, tem o direito de votar as determinadas matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, sendo que cada Quota Sênior legitimará o seu titular a participar com 1 (um) voto.
- 10.4. As Quotas Seniores de cada Série “k” serão objeto de 1 (uma) ou mais amortizações programadas, parciais ou totais (“Amortizações Programadas”), nas Datas de Amortização definidas no Suplemento da Série “k”, sendo que na última Data de Amortização o Fundo deverá promover a amortização integral das Quotas Seniores da Série “k”. O Fundo não poderá emitir Quotas Seniores com Data de Amortização posterior ao Prazo de Vigência. As Datas de Amortização de Quotas Seniores de Séries distintas, fixadas para o mesmo mês calendário, deverão ser necessariamente coincidentes.
- 10.5. Quando da definição do valor das Quotas Seniores, nos termos deste Capítulo, a Taxa DI deverá ser utilizada considerando-se idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando da apuração do valor das Quotas Seniores, será utilizada em sua substituição a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do respectivo evento. Neste caso, a Administradora, por conta e ordem do Fundo, deverá promover os competentes ajustes no valor das Quotas na Data de Amortização imediatamente subsequente à data de divulgação da Taxa DI que seria aplicável.
- 10.6. Na hipótese de extinção ou impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, será aplicada, no lugar da Taxa DI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Na hipótese de inexistência do parâmetro acima referido, a Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que seja deliberado o novo parâmetro a ser utilizado para definição do valor das Quotas Seniores, observado o *quorum* estabelecido na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezessete. A maioria das Quotas Subordinadas em Circulação no

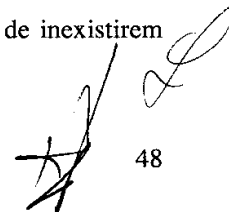
47

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

curso de Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim, terão o direito de aprovar a adoção do parâmetro aprovado na referida Assembleia Geral, por meio de deliberação alcançada em votação em separado, devendo a maioria das Quotas Subordinadas, nesta ocasião, na hipótese de não aprovação, apresentar um índice ou critério alternativo de precificação, o qual deverá ser aprovado pelos titulares de Quotas Seniores em Assembleia Geral, sendo certo que caso a Assembleia Geral não aprove o índice ou parâmetro apresentado pelos titulares das Quotas Subordinadas por duas Assembleias Gerais consecutivas, será decretado um Evento de Amortização Antecipada, conforme abaixo definido e de acordo com o estabelecido na alínea “c” do item (18.4).

- 10.7. Cada Quota Subordinada possui como características e confere a seu titular as seguintes vantagens, direitos e obrigações:
- a) subordina-se às Quotas Seniores para efeito de amortização ou resgate, observados os termos deste Regulamento;
 - b) tem o preço unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) na 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas;
 - c) a partir da 1ª Data de Emissão de Quotas Subordinadas, o valor unitário de cada Quota Subordinada, apurado todo Dia Útil pela Administradora, será equivalente ao valor do Patrimônio Líquido, subtraído do somatório do valor atualizado das Quotas Seniores em Circulação, calculado na forma da alínea “c” do item (10.3) acima, dividido pelo número de Quotas Subordinadas em Circulação na respectiva data de apuração; e
 - d) observado o disposto no Capítulo Dezessete, enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, tem o direito de votar determinadas matérias objeto de deliberação nas Assembleias Gerais, incluindo a emissão de nova Série de Quotas Seniores.
- 10.8. Nas hipóteses previstas alínea “d” do item (10.7) acima, cada Quota Subordinada legitimará o seu titular a participar com 01 (um) voto, sendo expressamente excluído o direito de voto para esta classe de Quotas, com referência a qualquer outra matéria não expressamente prevista na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete. Na hipótese de inexistirem



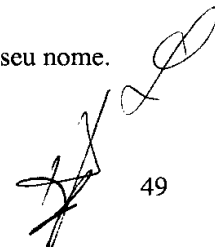
11 DEZ 2003 369084

Quotas Seniores em Circulação, as Quotas Subordinadas poderão votar qualquer matéria objeto de deliberação nas Assembleias Gerais. **REGISTRADO**

- 10.9. Após sua amortização integral, as respectivas Quotas não mais serão consideradas em Circulação para todos os efeitos legais.
- 10.10. Na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas poderão ser resgatadas em Direitos Creditórios pelo Fundo, por meio dos procedimentos de dação em pagamento definidos no Capítulo Vinte.
- 10.11. O somatório do valor atualizado das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas será necessariamente equivalente ao valor do Patrimônio Líquido.

CAPÍTULO ONZE – DA EMISSÃO DE QUOTAS

- 11.1. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas serão emitidas por seu valor calculado, conforme o caso, na forma definida nas alíneas “b” e “c” do item (10.3) e nas alíneas “b” e “c” do item (10.7), do Capítulo Dez, respectivamente, na data em que os respectivos recursos, em moeda corrente nacional, sejam colocados pelos investidores à disposição do Fundo por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizado pelo Bacen.
 - 11.1.1. As Quotas Seniores de qualquer Série somente poderão ser emitidas após subscrição e integralização de Quotas Subordinadas, a fim de que haja observância ao disposto no item (11.11) abaixo.
- 11.2. As Quotas do Fundo serão escriturais, sendo mantidas em contas de depósito em nome de seus respectivos titulares, não sendo: (i) amortizáveis antecipadamente fora do curso ordinário do Programa de Securitização, exceto na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada ou Amortização Não Programada; ou (ii) resgatáveis, exceto na hipótese de ocorrência de um Resgate Antecipado, sendo admitida, ainda, a realização das Amortizações Programadas, nos termos estabelecidos neste Regulamento.
- 11.3. A qualidade de Quotista caracteriza-se pela abertura de conta de depósito em seu nome.



11 DEZ 2003 369084

- 11.4. Quando de seu ingresso no Fundo, cada Quotista deverá assinar boletim de subscrição e o Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de RRECS informando um representante responsável pelo recebimento das comunicações a serem enviadas pela Administradora ou pelo Agente Escriurador, nos termos deste Regulamento, fornecendo os competentes dados cadastrais, incluindo endereço completo e, caso disponível, endereço eletrônico (*e-mail*). Caberá a cada Quotista informar ao Agente Escriurador e à Administradora a alteração de seus dados cadastrais. A integralização das Quotas Seniores será realizada conforme chamadas da Administradora, conforme disposto no respectivo compromisso de investimento firmado pelo Quotista.
- 11.5. O extrato da conta de depósito emitido será o documento hábil para comprovar a propriedade do número de Quotas pertencentes a cada Quotista.
- 11.6. Os titulares das Quotas, observados os termos e condições da legislação aplicável, poderão oferecer suas Quotas em garantia de qualquer negócio jurídico e sobre elas instituir usufruto, devendo a Administradora, em qualquer desses casos, proceder ao registro do respectivo gravame, informando tal procedimento ao Agente Escriurador.
- 11.7. As Quotas deverão ter seu valor calculado pelo Custodiante na abertura de todo Dia Útil, observados os termos e as condições deste Regulamento.
- 11.8. A subscrição e integralização de Quotas Subordinadas poderá ser efetuada tão somente pelo Sacado e/ou suas Afiliadas, sempre em moeda corrente nacional.
- 11.9. A Administradora não cobrará taxa de ingresso, saída ou performance.
- 11.10. Desde que previamente aprovada em Assembleia Geral pelos titulares de Quotas Subordinadas, observado o disposto na alínea “d” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, e independentemente de autorização dos titulares de Quotas Seniores em Circulação, a Administradora poderá emitir, em qualquer Distribuição, nova Série de Quotas Seniores, desde que (i) computada, *pro forma*, a integralização, total ou parcial, da respectiva Série e a cessão dos Direitos Creditórios Elegíveis a serem adquiridos com os recursos, em moeda corrente nacional, captados por meio de sua integralização, o Fundo atenda, concomitantemente, ao disposto no item (11.11) abaixo, referente tanto à Série de Quotas

50

110EZ 003369084

Seniores em processo de subscrição e integralização quanto a todas as demais Séries em Circulação; (ii) o Suplemento referente à nova Série “k” tenha sido registrado nos termos do Capítulo Três; e (iii) a respectiva Distribuição tenha sido registrada na CVM nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400, conforme o caso.

- 11.11. Enquanto existirem Quotas Seniores em Circulação, a Relação Mínima deverá ser equivalente a, no máximo, 1,1 (um inteiro e um décimo) e a Alocação de Investimento Mínima deverá atender ao disposto no item (4.5) do Capítulo Quatro, todos calculados na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento.
- 11.12. No curso ordinário do Programa de Securitização e observada a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco e a política de investimento constante do Capítulo Quatro, a Administradora constituirá e manterá uma reserva de caixa (“Reserva de Caixa” ou “RC”), cujo valor deverá ser apurado todo Dia Útil pela Administradora de acordo com a seguinte expressão:

$$RC_T = \max \left(\sum_{k=1}^n PVA_k + D; 0,01 \times PL_T \right),$$

onde:

RC_T Reserva de Caixa apurada na data “T”;

$k = 1, 2, \dots, n$ Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;

PVA_k valor projetado pela Administradora da(s) próxima(s) Amortização(ões) Programada(s) de cada Série “k” em Circulação a ser(em) incorrida(s) no período de 90 (noventa) dias contados da data “T”;

D despesas e encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no período de 60 (sessenta) dias contados da data “T”; e

PL_T Patrimônio Líquido do Fundo na data “T”.

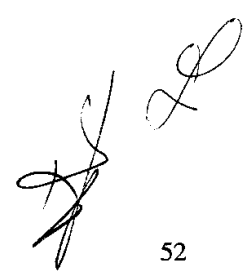
11 DEZ 2000 3369084

- 11.13. Nos termos do item (11.12) acima, os valores arrecadados da RC somente poderão ser utilizados pelo Fundo no pagamento despesas e encargos de responsabilidade do Fundo e na amortização de Quotas Seniores, nas condições previstas neste Regulamento.
- 11.14. Os recursos captados em moeda corrente nacional por meio da emissão de Quotas poderão ser arrecadados com a finalidade específica de permitir a amortização ou resgate de qualquer Série de Quotas Seniores, realizados nos termos do Regulamento.
- 11.15. No curso de cada Distribuição, poderá ser adotado pelo Distribuidor Líder e pelos Distribuidores o procedimento diferenciado de distribuição, observado, o disposto no §3º do artigo 33 da Instrução CVM nº 400, não havendo, neste caso, lotes máximos ou mínimos, nem reservas antecipadas. Nesta hipótese, quando da alocação final dos lotes entre os investidores caberá ao Distribuidor Líder e aos Distribuidores, em conjunto com a Administradora e o Gestor, definirem a quantidade de Quotas a ser alocada a cada investidor e a meta de remuneração de cada Série de Quotas Seniores, tendo em vista suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, de sorte que deverão ser assegurados: (i) que o tratamento aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Distribuidor Líder e dos Distribuidores; e (iii) que os representantes de venda do Distribuidor Líder e dos Distribuidores recebam previamente exemplar do Prospecto para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Distribuidor Líder.

CAPÍTULO DOZE – DA AMORTIZAÇÃO E RESGATE ANTECIPADO COMPULSÓRIO DAS QUOTAS SENIORES DA SÉRIE “k”

Seção I – Da Amortização Ordinária de Quotas Seniores e de Quotas Subordinadas

- 12.1. A partir do 60º (sexagésimo) dia imediatamente anterior a cada Data de Amortização, a Administradora, diretamente ou por meio de seus Agentes, deverá, observada a ordem de aplicação dos recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco, dar início aos seguintes procedimentos:



110EZ 003369084

- a) interromper a aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes, caso o Fundo não atenda à RC e aos demais índices e parâmetros definidos no item (11.11) do Capítulo Onze; e
- b) gerir a alocação em Outros Ativos de modo a dispor, na respectiva Data de Amortização, do montante de recursos mais próximo possível do valor da próxima Amortização Programada.

12.1.1 Em cada Data de Amortização, conforme definido no Suplemento da Série “k”, o Fundo deverá promover a amortização de Quotas Seniores da respectiva Série “k” de acordo com a seguinte expressão:

$$VA_{k;ta} = VQS_{k;ta} - (P_k - SAM_{k;ta} - AM_{k;ta} - SANP_{k,T-1}),$$

onde:

$K = 1, 2...n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação;
$ta = 1, 2...n$	ordinais das Datas de Amortização da Série “k”, conforme definido no respectivo Suplemento;
$VA_{k;ta}$	valor unitário da Amortização Programada das Quotas Seniores da Série “k” na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”, conforme estabelecido no respectivo Suplemento;
$VQS_{k;ta}$	valor unitário da Quota Sênior da Série “k” na Data de Amortização correspondente ao índice “ta”;
P_k	valor unitário de emissão “ P_k ”, em moeda corrente nacional, na 1ª Data de Emissão da Série “k”, conforme estabelecido no respectivo Suplemento;
$SAM_{k;ta}$	somatório de “ $AM_{k;ta}$ ” efetivamente pago aos titulares de cada Quota Sênior da Série “k” até o Dia Útil imediatamente anterior à Data de

11 DEZ 2003 369084

Amortização correspondente ao índice “*ta*”.

$AM_{k;ta}$

$AM_{k;ta}$ apurado na Data de Amortização “*T*” e calculado por meio da seguinte expressão:

$$AM_{k;ta} = P_k \times PP_{k;ta}$$

$PP_{k;ta}$

percentual de “ P_k ” a ser amortizado na Data de Amortização correspondente ao índice “*ta*”, conforme definido no Suplemento da Série “*k*”.

$SANP_{k;T-1}$

valor unitário das Amortizações Não Programadas efetivamente pago aos titulares das Quotas Seniores da Série “*k*”, até o Dia Útil imediatamente anterior à data “*T*”.

12.1.2 Na hipótese da alínea “a” do item (12.1) acima, o Fundo somente poderá reiniciar os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios dos Cedentes após contar com recursos em montante suficiente para o pagamento integral da(s) próxima(s) Amortização(ões) Programada(s), a serem realizadas nos próximos 90 (noventa) dias imediatamente subsequentes, e/ou o reenquadramento da RC e dos índices e parâmetros definidos no item (11.11) do Capítulo Onze.

12.2. Em cada data de aniversário da primeira Data de Emissão da Série de Quotas Seniores mais antiga em Circulação na ocasião (“Data de Amortização de Quotas Subordinadas”), caso assim solicitado pelo respectivo Quotista nos termos do item (12.3) abaixo, o Fundo deverá promover anualmente a amortização, total ou parcial, de parcela do valor de cada Quota Subordinada em Circulação, em moeda corrente nacional, observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no item (12.1) acima, desde que considerada, *pro forma*, a amortização pretendida, a Alocação de Investimento Mínima atenda ao disposto no item (4.5) do Capítulo Quatro e Relação Mínima deverá ser equivalente a, no mínimo, 1,135 (um inteiro e cento e trinta e cinco centésimos), todos calculados na periodicidade e na forma definidas neste Regulamento (“Amortização Programada de Quotas Subordinadas”).

12.3. Os titulares de Quotas Subordinadas em Circulação poderão outrossim solicitar à Administradora, por escrito, até o 2º Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de

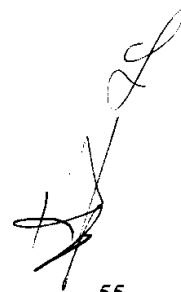
54

11 DEZ 2014 003369084

REGISTRADO

Amortização de Quotas Subordinadas, que o Fundo realize a referida amortização. Neste caso, cada Quotista, quando do envio da comunicação acima referida, deverá indicar à Administradora o valor da Amortização Programada, sempre até o limite previsto no item (12.2) acima.

- 12.4. Na hipótese do item (12.3) acima, o Fundo somente poderá promover nova Amortização Programada de Quotas Subordinadas na próxima Data de Amortização de Quotas Subordinadas.
- 12.5. A Administradora poderá, a seu exclusivo critério e sem necessidade de justificativa prévia a qualquer Pessoa, interromper imediatamente os procedimentos referidos no item (12.2) acima, caso entenda que os mesmos possam comprometer a pontualidade e a solvência no pagamento dos valores devidos aos titulares das Quotas Seniores.
- 12.6. Nas amortizações e nos resgates de Quotas será utilizado o valor da Quota de abertura em vigor no dia do respectivo pagamento.
- 12.7. Os feriados de âmbito estadual ou municipal na praça sede da Administradora e/ou do Custodiante em nada afetarão as amortizações e os resgates de Quotas. Na hipótese de o dia da efetivação da amortização ou resgate de Quotas não ser um Dia Útil, os valores correspondentes serão pagos ao(s) Quotista(s) no primeiro Dia Útil seguinte, não havendo direito, por parte do(s) Quotista(s), a qualquer acréscimo.
- 12.8. A amortização e o resgate de Quotas podem ser efetuados nas contas cadastradas na Administradora (i) por meio de TED ou sistema operacionalizado pela CETIP, desde que os recursos sejam disponibilizados de imediato, ou (ii) em Direitos Creditórios Adquiridos, nas hipóteses previstas neste Regulamento.
- 12.9. Os Quotistas não poderão solicitar qualquer amortização ou resgate de suas Quotas, em termos outros que não os expressamente previstos neste Regulamento.



11 DEZ 003369084

Seção II – Do Resgate Antecipado
REGISTRADO

- 12.10. O Fundo, por intermédio da Administradora, mediante comunicação encaminhada pelo Sacado nos termos do item (12.13) abaixo, observado o disposto neste Capítulo e no Capítulo Vinte e Cinco abaixo e independente de realização de Assembleia Geral, poderá proceder ao resgate antecipado, em moeda corrente nacional, da totalidade das Quotas Seniores de Série “k” em Circulação na ocasião (“Resgate Antecipado”).
- 12.11. O Resgate Antecipado será realizado no prazo de 60 (sessenta) dias (“Data de Resgate”), contado da data de publicação de aviso aos Quotistas realizado no Periódico (“Aviso de Resgate Antecipado”), pelo valor das respectivas Quotas, apurado na forma da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez.
- 12.12. O Aviso de Resgate Antecipado indicará qual(is) Série(s) será(ão) resgatada(s) e conterà o valor do Resgate Antecipado e o valor do prêmio a que fizerem *jus* os titulares da respectiva Série de Quotas Seniores, do valor do Resgate Antecipado de cada Quota da respectiva Série, calculado *pro rata temporis*, tendo como termo inicial a 1ª Data de Emissão da respectiva Série, exclusive, e termo final a Data de Resgate, inclusive (“Prêmio de Resgate”); que será apurado de acordo com a seguinte expressão:

$$PRM_k = VQS_{k,T} \times \left[\left(1 + S_k \right)^{\frac{du}{252}} - 1 \right]$$

onde:

$K = 1, 2 \dots n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na data “T”;
PRM_k	Valor unitário do prêmio da Quota Sênior da Série “k” calculado na data de Resgate Antecipado;
$VQS_{k,T}$	Valor unitário da Quota Sênior da Série “k” calculado para a data “T”;
S_k	Fator <i>Spread</i> , expresso na forma percentual ao ano, base 252 Dias Úteis, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais,

11 DEZ 2000 3369084

definido no respectivo Suplemento da Série "k"; e
REGISTRADO

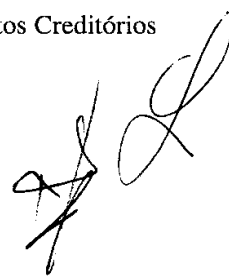
Du número de Dias Úteis entre a data de Resgate Antecipado, exclusive, e a última Data de Amortização da Quota Sênior da Série "k" calculado para a data "T" de vencimento da respectiva Série, inclusive.

Seção III – Do Procedimento de Resgate Antecipado

- 12.13. Após o segundo aniversário da primeira Data de Emissão de Quotas Seniores, o Sacado poderá encaminhar à Administradora: (i) comunicação preparada substancialmente na forma do "Anexo II" ("Notificação de Resgate") solicitando que o Fundo, por intermédio da Administradora, publique aviso no Periódico e envie aos titulares da respectiva Série de Quotas objeto do Resgate Antecipado, o Aviso de Resgate Antecipado, e (ii) boletim de subscrição preparado pela Administradora, devidamente assinado pelos representantes legais do Sacado, acompanhado das respectivas autorizações societárias e dos poderes de representação dos signatários do boletim de subscrição, por meio do qual o Sacado obrigará-se, em caráter irrevogável e irretratável, a subscrever e integralizar, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) Dias Úteis, contado da publicação da Notificação de Resgate, em moeda corrente nacional, Quotas Subordinadas em número suficiente à realização, pelo Fundo, do Resgate Antecipado, incluindo o pagamento do respectivo Prêmio de Resgate, na Data de Resgate.
- 12.13.1 O titulares das Quotas somente farão *jus* ao Prêmio de Resgate caso o Resgate Antecipado seja causado em razão do disposto no item (12.13) acima.

Seção IV – Do Resgate Mediante Dação em Pagamento

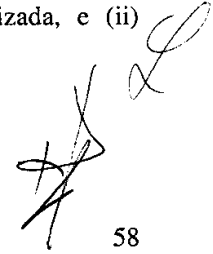
- 12.14. Somente na hipótese de liquidação antecipada do Fundo, as Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas poderão ser resgatadas mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, nos termos do Capítulo Vinte.



11 DEZ 2003 369084

**CAPÍTULO TREZE – DO PAGAMENTO DOS VALORES DEVIDOS PELO FUNDO AOS
QUOTISTAS**

- 13.1. O Fundo, por intermédio da Administradora, efetuará o pagamento da amortização de Quotas, em moeda corrente nacional, por meio de qualquer mecanismo de transferência de recursos autorizados pelo Bacen ou, conforme o caso, por meio dos procedimentos de dação referidos no Capítulo Vinte.
- 13.2. A Administradora efetuará o referido pagamento, observados os registros de titularidade mantidos pela Administradora, no Dia Útil imediatamente anterior à data da realização do pagamento dos valores devidos aos Quotistas quando da amortização ou resgate de suas Quotas.
- 13.3. No curso ordinário do Programa de Securitização, inclusive na hipótese prevista no Capítulo Vinte, as verbas pagas aos titulares das Quotas Seniores, a título de amortização ou resgate de suas Quotas, deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, no pagamento dos rendimentos auferidos e, posteriormente, na amortização de seu valor unitário definido para a 1ª Data de Emissão da respectiva Série.
- 13.4. Na hipótese de realização de amortizações e/ou resgate de Quotas Seniores em datas outras que não as respectivas Datas de Amortização, as verbas pagas aos Quotistas deverão ser inicialmente imputadas, sem solução de continuidade, *pari-passu* e em igualdade de condições, na amortização do valor unitário de cada Série em Circulação na ocasião definido para a 1ª Data de Emissão. Após o pagamento integral dos valores acima referidos, os valores disponíveis para a amortização das Quotas deverão ser proporcionalmente alocados no pagamento dos rendimentos auferidos por cada Série.
- 13.5. O Fundo, por intermédio da Administradora, somente efetuará o pagamento aos Quotistas nos termos do item (13.4) acima, desde que o valor total das verbas disponíveis para a realização de cada amortização de Quotas Seniores seja equivalente ao menor valor entre: (i) o somatório do valor total da parcela das Quotas Seniores a ser amortizada, e (ii) R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).



11 DEZ 2002 369084

REGISTRO

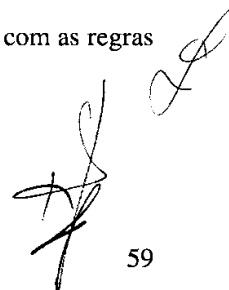
- 13.6. Os procedimentos acima referidos somente serão descontinuados após o pagamento integral dos respectivos valores de amortização das Quotas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas ou quando da exaustão do Patrimônio Líquido do Fundo.

CAPÍTULO QUATORZE – DO REGISTRO E DA NEGOCIAÇÃO DAS QUOTAS

- 14.1. As Quotas Seniores deverão ser registradas para distribuição, no mercado primário, no Módulo de Distribuição de Ativos – MDA e para negociação, no mercado secundário, no Módulo de Fundos – SF, ambos mantidos e operacionalizados pela CETIP. Os Quotistas serão responsáveis pelo pagamento de todos e quaisquer custos, tributos ou emolumentos incorridos na negociação e transferência de suas Quotas.
- 14.2. As Quotas Subordinadas não serão registradas para negociação secundária em mercado de balcão organizado.
- 14.3. Caberá exclusivamente aos intermediários assegurar que os adquirentes de Quotas encontrem-se habilitados, nos termos da legislação aplicável, a investir recursos em quotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios.

CAPÍTULO QUINZE – DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS ATIVOS DO FUNDO

- 15.1. Os Direitos Creditórios e os Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo deverão ser registrados e ter os seus valores ajustados a valor de mercado, quando houver, observadas as regras e os procedimentos definidos pelo Bacen e pela CVM, aplicáveis aos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios e, em especial, o Manual de Marcação a Mercado.
- 15.2. Os Direitos Creditórios serão precificados considerando-se o respectivo Preço de Aquisição, observado o disposto no item (15.4) abaixo.
- 15.3. Os Outros Ativos, que possuam cotação disponível no mercado e que tenham sido adquiridos pelo Fundo, serão contabilizados pelo preço de mercado, de acordo com as regras vigentes e o Manual de Marcação a Mercado.



11 DEZ 003369084

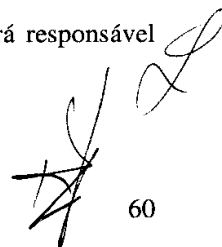
REGISTRADO

- 15.4. Os rendimentos auferidos com os Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, inclusive deságio apurado na sua aquisição, devem ser reconhecidos em razão da fluência de seus prazos de vencimento, computando-se a valorização em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período.
- 15.5. As perdas e provisões com os Direitos Creditórios ou com os Outros Ativos serão reconhecidas no resultado do período. Os Direitos Creditórios vencidos e não pagos por mais de 45 (quarenta e cinco) dias (inclusive), serão automática e integralmente provisionados pelo Custodiante. O valor ajustado em razão do reconhecimento das referidas perdas passará a constituir a nova base de custo, admitindo-se a reversão das perdas, desde que por motivo justificado subsequente ao que levou ao seu reconhecimento, limitada ao custo de aquisição do Direito Creditório, acrescida dos rendimentos auferidos.
- 15.5.1. Considerando que a responsabilidade pelo pagamento da totalidade dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, que não tenham sido objeto de resolução da cessão, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, é de um mesmo devedor, qual seja, o Sacado, com relação aos Direitos Creditórios as provisões mencionadas no item (15.5) acima deverão ser constituídas mensalmente, com relação a cada título cuja liquidação seja duvidosa e não com relação ao seu respectivo Sacado.
- 15.6. É obrigatória a divulgação, em notas explicativas às demonstrações financeiras anuais do Fundo, de informações que abranjam, no mínimo, o montante, a natureza e as faixas de vencimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo e os valores de custo de aquisição e, caso aplicável, de mercado dos ativos, segregados por tipo de ativo, bem como os parâmetros utilizados na determinação desses valores.

CAPÍTULO DEZESSEIS – DO CUSTODIANTE

Seção 1 – Das Obrigações do Custodiante

- 16.1. Sem prejuízo dos demais deveres e obrigações definidos na Instrução CVM nº 356 e neste Regulamento, o Custodiante, diretamente ou por meio de seus Agentes, será responsável pelas seguintes atividades:



60

11 DEZ 2020 003369084

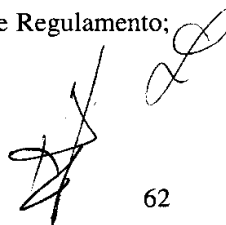
REGISTRADO

- a) verificar se os Direitos Creditórios a serem cedidos pelos Cedentes ao Fundo atendem aos Critérios de Elegibilidade;
- b) operacionalizar todos os procedimentos e rotinas definidos neste Regulamento que sejam de sua exclusiva responsabilidade;
- c) receber e analisar a documentação que evidencie o lastro dos Direitos Creditórios, conforme metodologia mencionada no item (16.5) abaixo;
- d) movimentar a Conta Corrente do Fundo, observadas as instruções passadas pela Administradora e/ou o Gestor, conforme o caso;
- e) receber e fazer a guarda e custódia física ou escritural dos documentos abaixo relacionados, diretamente ou por meio de seus Agentes, mantendo em arquivo físico ou eletrônico a documentação negocial e fiscal relativa a cada operação realizada pelo Fundo, pelo prazo necessário ao atendimento da auditoria:
 - i) extratos da Conta Corrente do Fundo e comprovantes de pagamento de valores creditados na respectiva Conta Corrente do Cedente;
 - ii) cópia simples de cada Termo de Cessão Público formalizando a cessão de Direitos Creditórios ao Fundo;
 - iii) Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo que lhe tenham sido encaminhados pelos Cedentes ou por seus Agentes;
 - iv) documentos comprobatórios referentes aos Outros Ativos;
 - v) registros eletrônicos da Base de Dados do Fundo e dos termos de cessão celebrados por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, relatórios e demais documentos relacionados às rotinas e aos procedimentos definidos neste Regulamento que sejam de sua responsabilidade;

11 DEZ 2003 36908/

REGISTRADO

- f) entregar à Administradora, quando solicitado, os documentos referidos na alínea “e” acima;
 - g) receber do Sacado os valores decorrentes dos pagamentos dos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, transferidos para a Conta Corrente do Fundo;
 - h) receber, diretamente ou por meio de seus Agentes, quaisquer rendimentos ou valores relacionados aos Outros Ativos, sendo que todas as verbas recebidas deverão ser exclusivamente creditadas, após a sua conciliação e trânsito em contas intermediárias de titularidade do Fundo, na Conta Corrente do Fundo, sendo expressamente vedado o crédito destes valores em qualquer outra conta corrente;
 - i) efetuar a liquidação financeira relativa à aquisição de Direitos Creditórios, observadas as instruções passadas pela Administradora e os procedimentos definidos neste Regulamento;
 - j) apurar e colocar à disposição da Administradora, diariamente, o valor da Relação Mínima e da Alocação de Investimento Mínima;
 - k) colocar à disposição da Administradora o fluxo financeiro do Fundo com registro dos respectivos lançamentos, em base diária, de forma que a mesma possa cumprir pontualmente suas obrigações financeiras e contratuais;
 - l) colocar à disposição da Administradora os parâmetros necessários à apuração da meta de remuneração dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, utilizados pela Administradora no cálculo dos índices do Fundo cuja apuração esteja sob sua responsabilidade;
 - m) manter registros dos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo;
 - n) somente acatar ordens passadas por pessoa(s) autorizada(s) da Administradora e do Gestor, desde que as mesmas estejam de acordo com o previsto neste Regulamento;
- e

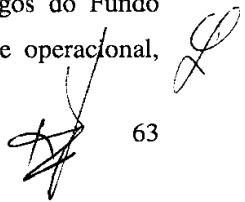


62

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

- o) realizar a controladoria do Fundo.
- 16.1.1. Sem prejuízo do disposto no item (16.1) acima, o Custodiante deverá encaminhar mensalmente à Agência de Classificação de Risco, sem qualquer custo adicional para o Fundo, os seguintes relatórios:
- a) “Relatório de Carteira Diária – Quota Sênior”;
 - b) “Relatório de Carteira Diária – Quota Subordinada”;
 - c) “Mapa de Evolução de Quota Sênior e Quota Subordinada”;
 - d) “Relatório de Concentração de Cedentes”;
 - e) “Relatório de PDD”;
 - f) “Relatório de Cessão de Crédito”; e
 - g) “Relatório de Títulos Vencidos e Não Pagos”, individualizando as respectivas faixas de atraso.
- 16.2. Enquanto no exercício de suas respectivas funções, o Custodiante está autorizado, em caráter exclusivo, por conta e ordem do Fundo, a:
- a) conforme o caso, abrir e movimentar, em nome do Fundo, as contas de depósito específicas abertas diretamente (i) no SELIC, (ii) na CETIP, ou (iii) em instituições ou entidades autorizadas a prestação desses serviços pelo Bacen ou pela CVM em que os Outros Ativos sejam negociados, liquidados ou registrados, sempre com estrita observância aos termos e às condições deste Regulamento;
 - b) dar e receber quitação ou declarar o vencimento antecipado dos Outros Ativos; e
 - c) efetuar, às expensas do Fundo, o pagamento das despesas e encargos do Fundo necessários à manutenção de sua boa ordem administrativa, legal e operacional,



desde que existam recursos disponíveis e sempre observadas as instruções passadas pela Administradora.

REGISTRADO

- 16.3. Na hipótese de substituição do Custodiante pelos Quotistas, deverão ser observados, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos no Capítulo Oito para a substituição da Administradora.
- 16.4. O Custodiante poderá renunciar a qualquer tempo às funções a este atribuídas nos termos deste Regulamento. Neste caso, o Custodiante deverá, a exclusivo critério da Administradora, desempenhar todas as suas funções pelo prazo de até 90 (noventa) dias, contado do envio à Administradora de comunicação, por escrito, informando-a de sua renúncia.
- 16.5. Sem prejuízo da responsabilidade legal do Custodiante, a metodologia para verificação do lastro dos Direitos Creditórios de que trata a alínea "c" do item (16.1) consistirá na confirmação, pelo Sacado, quando da oferta dos Direitos Creditórios pelos Cedentes ao Fundo, nos termos do item (6.5) do Capítulo Cinco, da existência da totalidade dos Direitos Creditórios ofertados, bem como seu respectivo valor.
- 16.6. Para atendimento ao disposto no § 3º, inciso III, do artigo 8º da Instrução CVM nº 356, a Administradora considerará a metodologia mencionada no item (16.5) acima, a qual consiste na confirmação, pelo Sacado, em cada oferta de Direitos Creditórios ao Fundo, sobre sua existência e respectivo valor.

CAPÍTULO DEZESSETE – DA ASSEMBLEIA GERAL

- 17.1. Observados os respectivos quoruns de instalação e de deliberação definidos neste Capítulo, compete privativamente à Assembleia Geral:
- a) tomar, anualmente, no prazo máximo de 4 (quatro) meses após o encerramento do exercício social, as contas relativas ao Fundo e deliberar sobre as demonstrações financeiras apresentadas pela Administradora;
 - b) alterar qualquer dispositivo deste Regulamento;

11 DEZ 2003 3369084

- c) deliberar sobre os procedimentos a serem implementados pela Administradora, por conta e ordem do Fundo, em razão da ocorrência de qualquer Evento de Amortização Antecipada, incluindo a eventual liquidação antecipada do Fundo;
- d) deliberar sobre a substituição da Administradora, do Gestor e/ou do Custodiante, observados os termos e condições deste Regulamento;
- e) deliberar sobre a transformação, incorporação, fusão, cisão ou liquidação antecipada do Fundo;
- f) deliberar sobre a substituição de qualquer das Agências de Classificação de Risco e/ou da Empresa de Auditoria;
- g) deliberar sobre a substituição do Representante dos Quotistas, observados os termos e condições deste Regulamento;
- h) deliberar se um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada conforme o item (18.2) do Capítulo Dezoito;
- i) deliberar sobre os procedimentos a serem adotados quando da dação em pagamento dos Direitos Creditórios e os Outros Ativos de titularidade do Fundo;
- j) deliberar sobre a necessidade de aporte adicional de recursos para o Fundo, nos termos do item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete; e
- k) deliberar sobre a alteração da Taxa de Administração, inclusive na hipótese de restabelecimento de taxa que tenha sido objeto de redução.

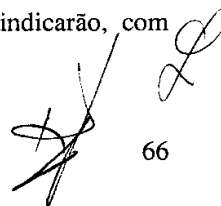
17.2. O Regulamento e os Documentos da Securitização poderão ser alterados independente de Assembleia Geral, sempre que tal alteração decorrer exclusivamente da necessidade de atendimento de exigências das autoridades competentes, de normas legais ou regulamentares, devendo ser providenciada tal alteração, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) Dias Úteis, contado da divulgação do fato aos Quotistas, divulgação esta que

11 DEZ 2000 336908

REGISTRADO

lhes será encaminhada pela Administradora, por meio de correspondência enviada com aviso de recebimento.

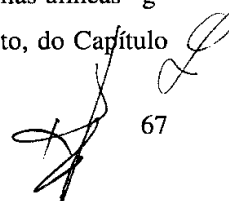
- 17.3. A primeira e a segunda convocações da Assembleia Geral far-se-ão, concomitantemente, por meio de anúncio publicado no Periódico utilizado para a divulgação de informações do Fundo e *e-mail* enviado ao representante indicado pelos Quotistas na forma do item (11.4) do Capítulo Onze, do qual constará o dia, a hora e o local em que será realizada a assembleia e, ainda que de forma sucinta, a ordem do dia. A convocação deverá indicar estarem disponíveis na sede da Administradora as informações e os elementos materiais necessários à análise prévia pelos Quotistas das matérias objeto da Assembleia Geral.
- 17.4. A Assembleia Geral poderá ser convocada, a qualquer tempo, pela Administradora ou por Quotistas titulares de Quotas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação.
- 17.5. A Assembleia Geral deverá realizar-se, em primeira convocação, no prazo mínimo de 10 (dez) dias e máximo de 12 (doze) dias, contado de sua convocação, nos termos do item (17.3) acima.
- 17.6. Não se realizando a Assembleia Geral em primeira convocação, por falta de quorum de instalação, a Assembleia Geral realizar-se-á, em segunda convocação, no prazo mínimo de 5 (cinco) dias e máximo de 8 (oito) dias contado da data estabelecida para a realização da Assembleia Geral em primeira convocação.
- 17.7. A Assembleia instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Quotistas que representem, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das Quotas em Circulação, e, em segunda convocação, com a presença de, pelo menos, um condômino (Quotista).
- 17.8. Independentemente das formalidades previstas neste Capítulo, será considerada regular a Assembleia Geral em que comparecerem todos os Quotistas.
- 17.9. Salvo motivo de força maior, a Assembleia Geral realizar-se-á na sede da Administradora. Quando houver de efetuar-se em outro local, os avisos de convocação indicarão, com



11 DEZ 2000 3369084

clareza, o lugar da reunião, que em nenhum caso poderá realizar-se fora da cidade onde se situa a sede da Administradora.

- 17.10. A presidência da Assembleia Geral caberá, na seguinte ordem, (a) ao Diretor Designado ou a seu Agente ou (b) ao representante dos Quotistas presentes à Assembleia Geral, escolhido pela maioria das Quotas Seniores.
- 17.11. A Administradora ou Quotistas que representem, no mínimo, 5% (cinco por cento) das Quotas em Circulação poderão convocar, para participar de Assembleia Geral, representantes do Gestor, do Custodiante, da Empresa de Auditoria ou quaisquer outros terceiros cuja presença seja considerada relevante para a deliberação de qualquer matéria constante da ordem do dia.
- 17.12. Independentemente de quem tenha convocado a Assembleia Geral, o Diretor Designado ou seu Agente e o Representante dos Quotistas deverão comparecer a todas as Assembleias Gerais e prestar as informações que lhe(s) forem solicitadas.
- 17.13. As matérias submetidas à deliberação em Assembleia Geral terão os seguintes *quora*:
- a) quaisquer alterações ao Regulamento, incluindo seus respectivos anexos, sem prejuízo do disposto na alínea “d” abaixo, deverão ser aprovadas pelo voto favorável de 75% (setenta e cinco por cento) das Quotas Seniores em Circulação;
 - b) as matérias descritas nas alíneas “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k” e “l” do item (17.1) deste Capítulo, sem prejuízo do disposto na alínea “d” abaixo, deverão ser aprovadas pelos votos favoráveis da maioria das Quotas Seniores em Circulação;
 - c) as matérias descritas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item (17.1) deste Capítulo deverão ser aprovadas, em primeira convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos Quotistas e, em segunda convocação, pelos votos favoráveis da maioria dos presentes à Assembleia Geral;
 - d) as matérias descritas nos itens (6.20), (6.21), (8.1.1), (10.6), (11.10), nas alíneas “g” e “l” do item (17.1) e no item (17.19) do Capítulo Seis, Capítulo Oito, do Capítulo



11072003369084

REGISTRO DE

Dez, do Capítulo Onze e do Capítulo Dezesseis, respectivamente, bem como aquelas que impliquem em alterações ao Regulamento e/ou de qualquer Contrato de Cessão que afetem negativamente os direitos, garantias e prerrogativas dos titulares de Quotas Subordinadas e/ou na liquidação antecipada do Fundo, deverão ser também aprovadas pelo voto afirmativo da maioria das Quotas Subordinadas em Circulação, tomado em separado dos demais Quotistas, no curso da Assembleia Geral convocada especialmente para esse fim; e

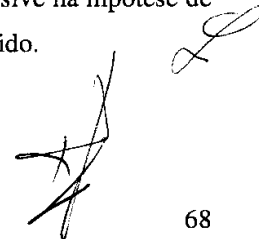
- e) as matérias para as quais não tenha sido estabelecido *quorum* específico serão aprovadas pela maioria das Quotas Seniores presentes à Assembleia Geral.

17.14. Para efeito da constituição de quaisquer dos quoruns de instalação ou deliberação da Assembleia Geral, serão excluídas as Quotas Seniores de titularidade, direta ou indireta, inclusive por meio de fundos de investimento, da Administradora, do Gestor, dos Cedentes, do Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, assim como por funcionários e administradores de quaisquer dessas Pessoas.

17.15. Os titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas poderão ser representados por mandatários legalmente constituídos há menos de 1 (um) ano, sendo que o instrumento de mandato deverá ser depositado na sede da Administradora no prazo de até 3 (três) Dias Úteis antes da data de realização da Assembleia Geral.

17.16. Os titulares das Quotas Seniores, os titulares das Quotas Subordinadas, independente de possuírem direito de voto sobre as matérias previstas na ordem do dia, bem como os representantes das instituições responsáveis pela distribuição das Quotas, poderão comparecer a todas as Assembleias Gerais.

17.17. As deliberações tomadas pelos Quotistas, observados os quoruns de instalação e de deliberação estabelecidos neste Regulamento, serão válidas e eficazes e obrigarão tanto os titulares das Quotas Seniores quanto os titulares das Quotas Subordinadas, quer tenham comparecido à Assembleia Geral, e nela hajam se absterido de votar, inclusive na hipótese de exclusão do direito de voto, ou votado contra, quer não tenham comparecido.



11 DEZ 2003 369084

- 17.18. O Representante dos Quotistas, contratado pela Administradora às expensas do Fundo, conforme inciso XI do artigo 56 da Instrução CVM nº 356, será o profissional responsável por exercer as funções de fiscalização e de controle gerencial do Fundo, zelando pelos interesses dos Quotistas, observado o disposto no artigo 31 da Instrução CVM nº 356 e a alínea “g” do item (17.1) acima.
- 17.19. A totalidade dos titulares das Quotas Subordinadas deverá aprovar, previamente à realização das atividades referidas nos itens (6.20) e seguintes do Capítulo Seis, o plano de negócios, compreendendo os procedimentos de propaganda e *marketing* a serem implementados pelo Gestor, incluindo, sem limitação, os valores necessários à sua realização, os valores e cronograma de desembolso, observado o limite de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) no primeiro ano de funcionamento do Fundo, os quais deverão ser devidamente provisionados pelo Fundo, desde que tal evento não prejudique o enquadramento de todos os índices e reservas financeiras definidos neste Regulamento. A Administradora e o Gestor deverão semestralmente prestar contas e apresentar todos os dados e informações referentes às atividades de propaganda e *marketing* realizadas, cabendo aos titulares das Quotas Subordinadas aprovar a prestação de contas apresentada.

CAPÍTULO DEZOITO – DOS EVENTOS DE AVALIAÇÃO E DOS EVENTOS DE AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA

- 18.1. São considerados eventos de avaliação (“Eventos de Avaliação”) quaisquer das seguintes ocorrências:
- a) caso a Administradora tenha ciência de pedido de recuperação falência ou judicial ou extrajudicial do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
 - b) protesto contra o Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas, cujo valor agregado não pago, em conjunto ou isoladamente, ultrapasse R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se: (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovados pelo Sacado e/ou qualquer de suas Afiliadas, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis, contado do recebimento, pelo Sacado, de comunicação formal enviada pela

11 DEZ 2000 3389084

Administradora informando-a do respectivo evento, (ii) o protesto for cancelado antes de tal prazo; ou (iii) forem prestadas garantias suficientes em juízo;

REGISTRADO

- c) caso o somatório dos valores transferidos ao Fundo pelos Cedentes em razão da ocorrência de Condição Resolutiva da Cessão seja igual ou superior a 15% (quinze por cento) do valor contábil da média de 30 (trinta) dias da carteira de Direitos Creditórios do Fundo em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas ou 3 (três) Datas de Verificação alternadas em um período de 180 (cento e oitenta) dias;
- d) caso a Administradora tenha ciência de alteração ou modificação do objeto social do Sacado que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pelo Sacado;
- e) aprovação de operações de fusão, cisão ou incorporação que envolvam o Sacado;
- f) ocorrência de “mudança de Controle” do Sacado;
- g) caso o Fundo deixe de efetuar o pagamento integral de qualquer das Amortizações Programadas relativa a qualquer Série, nas respectivas Datas de Amortização;
- h) inobservância pelo Custodiante, pelo Gestor e/ou por qualquer dos Cedentes de seus respectivos deveres e obrigações, que não seja um Evento de Amortização Antecipada, desde que o respectivo evento, a critério exclusivo da Administradora, (i) possa afetar adversamente o equilíbrio econômico e financeiro do Fundo e (ii) não seja regularizado no prazo de 3 (três) Dias Úteis contado do recebimento, pelo Custodiante, pelo Gestor e/ou pelo respectivo Cedente, conforme o caso, de comunicação enviada pela Administradora, informando-o de sua ocorrência;
- i) rebaixamento da classificação de risco de qualquer Série em mais de 4 (quatro) sub-níveis, considerando-se a tabela de classificação de qualquer das Agências de Classificação de Risco;
- j) caso qualquer das Agências de Classificação de Risco não divulgue a atualização trimestral da classificação de risco referente às Quotas Seniores por prazo igual ou

superior a 60 (sessenta) dias, em favor do evento impetrado a Administradora, ao Custodiante, ao Gestor e/ou ao Sacado; **REGISTRADO**

- k) amortização de Quotas Subordinadas em desacordo com os procedimentos definidos neste Regulamento;
- l) resilição de qualquer dos Documentos da Securitização por qualquer Pessoa, com exceção do Fundo, sem que outra(s) Pessoa(s) assumam integralmente as atribuições ali estabelecidas;
- m) caso o Fundo deixe de atender, nos termos do item (11.11) do Capítulo Onze, à Relação de Mínima e à Alocação de Investimento Mínima e tal evento não seja sanado ou não tenham sido iniciados os procedimentos de reenquadramento definidos no item (19.1) do Capítulo Dezenove, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contado da data em que a Administradora enviar ao Sacado o Boletim de Subscrição;
- n) caso o valor dos recursos segregados na RC não atenda ao disposto no item (11.12) do Capítulo Onze em 2 (duas) Datas de Verificação consecutivas e o Fundo não se encontre no curso dos procedimentos definidos no item (12.1) do Capítulo Doze;
- o) caso o Sacado deixe de ter suas demonstrações financeiras anuais auditadas e consolidadas por empresa de auditoria independente registrada na CVM e/ou deixe de entregá-las à Administradora nos termos previstos no primeiro boletim de subscrição;
- p) descumprimento, pelo Sacado, de qualquer de suas obrigações dispostas no primeiro boletim de subscrição por ele firmado quando da subscrição de Quota(s) Subordinada(s).
- 18.2. Na ocorrência de quaisquer dos Eventos de Avaliação, os quais são considerados fatos relevantes para efeito de comunicação aos Quotistas, a Administradora suspenderá imediatamente o pagamento da amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios. Concomitantemente, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral para que seja avaliado o grau de comprometimento

71

11 DEZ 2003 3369884

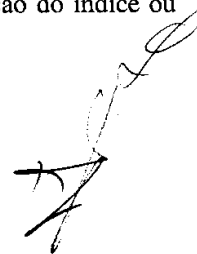
REGISTRADO

do Programa de Securitização. Caso os titulares das Quotas Seniores, observado o disposto na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, decidam que qualquer dos Eventos de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá implementar os procedimentos definidos nos itens (18.5) e (18.6) abaixo, excluindo a convocação de nova Assembleia Geral. Os titulares das Quotas, reunidos na Assembleia Geral referida neste item, convocada para avaliar o grau de comprometimento do Programa de Securitização, deverão deliberar sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos referidos nos itens (18.5) e (18.6) abaixo.

18.3. Caso o Evento de Avaliação não dê causa à declaração de um Evento de Amortização Antecipada, conforme deliberado pelos titulares das Quotas Seniores em Circulação, após a conclusão de eventuais ajustes aos Documentos da Securitização, aprovados nos termos da alínea “b” do item (17.1) do Capítulo Dezessete, o Fundo deverá dar prosseguimento às rotinas ordinárias do Programa de Securitização, definidas neste Regulamento, incluindo a amortização de Quotas.

18.4. São considerados eventos de amortização antecipada de Quotas (“Eventos de Amortização Antecipada”), quaisquer das seguintes ocorrências:

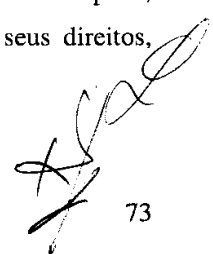
- a) requerimento de autofalência, decretação da falência, dissolução ou liquidação do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas;
- b) requerimento de falência do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas, não elidido no prazo legal;
- c) caso os Quotistas não consigam, por 2 (duas) Assembleias Gerais consecutivas, determinar um novo índice ou parâmetro de apuração do valor das Quotas Seniores, nos termos do item (10.6) do Capítulo Dez, ou caso não haja aprovação do índice ou parâmetro apresentado pelos titulares das Quotas Subordinadas;



11057 0003369084

REGISTRADO

- d) caso os recursos necessários à realização dos procedimentos de amortização do Capítulo Vinte e Sete não sejam tempestivamente colocados à disposição do Fundo, nos termos ali previstos;
 - e) caso, após o prazo previsto no item (16.4) do Capítulo Dezesesseis, não tenha sido aprovado pelos Quotistas, reunidos em Assembleia Geral, um novo custodiante para o Fundo, nos termos deste Regulamento;
 - f) caso a Administradora, de forma a salvaguardar os direitos, garantias e prerrogativas dos Quotistas, decida por interromper definitivamente os procedimentos de cessão dos Direitos Creditórios, conforme definido neste Regulamento;
 - g) caso seja deliberado em Assembleia Geral que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada; ou
 - h) caso haja renúncia ou destituição da Administradora, com a não assunção de suas funções por uma nova instituição, nos termos do Capítulo Oito.
- 18.5. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Amortização Antecipada, independente de qualquer procedimento adicional, a Administradora deverá (i) comunicar o fato aos Quotistas, (ii) suspender imediatamente o pagamento pela amortização de Quotas ainda em aberto, se houver, e os procedimentos de aquisição de Direitos Creditórios, e (iii) dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo definidos no item (18.6) abaixo. A Administradora deverá convocar imediatamente uma Assembleia Geral para que os Quotistas deliberem sobre as medidas que serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas, sendo assegurada a amortização integral das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes, no caso de decisão assemblear favorável à interrupção dos procedimentos referidos no item (18.6) abaixo. A Assembleia Geral acima referida não precisará ser convocada pela Administradora na hipótese de ocorrência do evento referido na alínea “h” do item (18.4) acima. Neste caso, os Quotistas, presentes na Assembleia Geral que deliberar que um Evento de Avaliação constitui um Evento de Amortização Antecipada, deverão também deliberar quais medidas serão adotadas visando preservar seus direitos, suas garantias e prerrogativas.

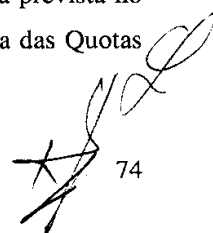


- 18.6. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora, a seu exclusivo critério, de forma a preservar os direitos, garantias e interesses dos titulares das Quotas Seniores, poderá, antes da realização da Assembleia Geral deliberada no item (18.5) acima, dar início aos procedimentos de amortização antecipada de Quotas do Fundo. As Quotas Seniores e as Quotas Subordinadas em Circulação deverão ser compulsoriamente amortizadas, total ou parcialmente, observados os termos da alínea “a” do item (10.7) do Capítulo Dez, o critério estabelecido nos itens (13.4) e (13.5) do Capítulo Treze e a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco.
- 18.7. Na hipótese de ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, a Administradora deverá manter os Outros Ativos de titularidade do Fundo exclusivamente em moeda corrente nacional e/ou aplicar em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Bacen.

CAPÍTULO DEZENOVE – DO REENQUADRAMENTO DA RELAÇÃO MÍNIMA E DA ALOCAÇÃO DE INVESTIMENTO MÍNIMA

Seção I – Da Relação Mínima

- 19.1. A Administradora deverá enviar ao Sacado, por meio eletrônico, no dia em que seja verificado que o Fundo deixou de atender à Relação Mínima, observado o disposto no item (11.11) do Capítulo Onze, boletim de subscrição específico (“Boletim de Subscrição”), devidamente preenchido, observado o disposto no item (19.2) abaixo. O Sacado terá o prazo irrevogável e irretroatável de até 2 (dois) Dias Úteis, contado do recebimento do Boletim de Subscrição, para enviar à Administradora, por meio eletrônico, o Boletim de Subscrição devidamente assinado por seus representantes legais. O Sacado não se encontra obrigado a proceder ao reenquadramento da Relação Mínima, nos termos aqui previstos.
- 19.2. Caso o Sacado envie o Boletim de Subscrição à Administradora, na forma prevista no item (19.2) acima, a subscrição e integralização de novas Quotas Subordinadas pelo Sacado deverá realizar-se no prazo de até 10 (dez) dias contado do recebimento do Boletim de Subscrição, desde que considerada, *pro-forma*, a respectiva integralização, o Fundo atenda a Relação Mínima. Caso o Sacado não envie o Boletim de Subscrição na forma prevista no item (19.1), a Administradora deverá proceder à Amortização Não Programada das Quotas Seniores, observados os procedimentos definidos no item (19.3) abaixo.


74

11 DEZ 009369084

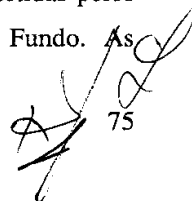
REGISTRADO

Seção II – Da Amortização Não Programada

- 19.3. Para o reenquadramento da Relação Mínima, caso o Sacado não proceda ao reenquadramento nos termos deste Capítulo, e/ou da Alocação de Investimento Mínima, a Administradora procederá à amortização compulsória e antecipada, total ou parcial, de todas as Séries de Quotas Seniores em Circulação, proporcionalmente e em igualdade de condições, por seu valor calculado nos termos da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez, de forma que, computada, *pro forma*, a amortização pretendida, o Fundo atenda, concomitantemente, aos parâmetros de enquadramento definidos no item (11.11) do Capítulo Onze (“Amortização Não Programada”).
- 19.4. Quando da realização de Amortização Não Programada de Quotas Seniores ao amparo desta Seção, deverão ser observados pela Administradora, no que forem aplicáveis, os procedimentos definidos nos itens (18.5) e seguintes do Capítulo Dezoito. A Administradora deverá informar imediatamente aos representantes de cada um dos titulares das Quotas, mediante correspondência com aviso de recebimento, a ocorrência e natureza do evento e o valor total das amortizações, incluindo o valor das Quotas detidas pelo respectivo investidor que será amortizado.

CAPÍTULO VINTE – DOS PROCEDIMENTOS DE DAÇÃO EM PAGAMENTO

- 20.1. Para efeito do disposto no inciso XVI do art. 24 da Instrução CVM nº 356, o Fundo deverá ser, obrigatoriamente, liquidado antecipadamente caso, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da ocorrência de um Evento de Amortização Antecipada, existam Quotas Seniores em Circulação. Neste caso, a Administradora promoverá, a seu exclusivo critério, o resgate das Séries de Quotas Seniores em Circulação, mediante dação em pagamento dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo, sempre até o limite do valor de cada Quota Sênior apurado, *pro forma*, observado o disposto na alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez. Após a conclusão do resgate das Quotas Seniores, por meio dos mecanismos de dação em pagamento aqui previstos, o Fundo promoverá o resgate das Quotas Subordinadas, por meio da dação em pagamento do eventual saldo de ativos remanescente em sua carteira, se houver. É assegurado o resgate das Quotas detidas pelos Quotistas dissidentes na hipótese de decisão assemblear pela não liquidação do Fundo. As


75

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

cessões de crédito realizadas nos termos deste item deverão observar o disposto no item (28.3) do Capítulo Vinte e Oito.

- 20.2. Para que haja o resgate de Quotas, nos termos do item (20.1) acima e a posterior liquidação do Fundo a Administradora deverá promover, às expensas do Fundo, nos termos da alínea “g” do inciso 24.1 do Capítulo Vinte e Quatro, procedimento de avaliação independente, objetivando determinar o valor de liquidação dos ativos integrantes da carteira do Fundo, o qual poderá ser distinto dos critérios utilizados na definição do valor contábil dos referidos ativos. Posteriormente à referida avaliação, a Administradora deverá convocar uma Assembleia Geral com a finalidade de informar o resultado do processo de avaliação e proceder à eleição, pelos titulares de Quotas, de um administrador para o condomínio civil referido no item (20.3) abaixo.
- 20.3. Para fins do disposto no item (20.1) deste Capítulo, os Direitos Creditórios dados em dação pelo Fundo aos titulares de Quotas Seniores e, conforme o caso, das Quotas Subordinadas, serão compulsoriamente mantidos em condomínio, nos termos da Seção I, do Capítulo VI, do Título III, do Livro III da Parte Especial do Código Civil brasileiro, a ser necessariamente constituído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias contado da realização da Assembleia Geral referida no item (20.2) acima. O quinhão de cada Quotista será equivalente ao valor dos créditos a este efetivamente atribuído. Os termos e as condições da convenção de condomínio conterão avença assegurando aos condôminos, originalmente titulares de Quotas Seniores, o direito de preferência no recebimento de quaisquer verbas decorrentes da cobrança dos créditos mantidos em condomínio. Caso os titulares das Quotas não procedam à eleição do administrador do condomínio civil, essa função será atribuída ao condômino que detenha, direta ou indiretamente, o maior quinhão.
- 20.4. O Custodiante ou seus Agentes farão a guarda dos Documentos Comprobatórios relativos aos ativos mantidos em condomínio, pelo prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado de sua constituição. Ao término do prazo acima referido, o administrador do condomínio civil indicará à Administradora a hora e o local para a entrega dos referidos documentos. Expirado este prazo ou caso os titulares das Quotas Seniores, por qualquer motivo, não venham a constituir o condomínio civil referido do item (20.3) acima e/ou a eleger o seu administrador, a Administradora e o Custodiante poderão promover a consignação dos

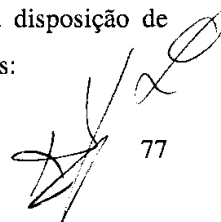
11 DEZ 2000 3369084

Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e dos respectivos Documentos Comprobatórios, na forma do artigo 334 do Código Civil brasileiro.

- 20.5. Os pagamentos de valores aos antigos Quotistas nos termos deste Capítulo deverão observar, no que forem aplicáveis, a ordem de aplicação de recursos definida no Capítulo Vinte e Cinco.

CAPÍTULO VINTE E UM – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

- 21.1. O Fundo terá escrituração contábil própria. As demonstrações financeiras do Fundo estarão sujeitas às normas de escrituração, elaboração, remessa e publicação previstas nos normativos da CVM.
- 21.2. O Fundo será auditado anualmente pela Empresa de Auditoria. Deverá necessariamente constar de cada relatório de auditoria e das respectivas notas explicativas descrição pormenorizada:
- a) apresentando o comportamento e perfil de adimplência da carteira de Direitos Creditórios do Fundo;
 - b) referente ao cumprimento pela Administradora, no respectivo exercício social, dos termos e condições deste Regulamento e dos Contratos de Cessão e, pelo Custodiante, das rotinas operacionais e demais procedimentos definidos neste Regulamento que estejam sob sua responsabilidade, neste caso, exclusivamente mediante a análise dos relatórios diários colocados pelo Custodiante à disposição da Administradora; e
 - c) análise dos demonstrativos preparados pelo Diretor Designado nos termos do item (7.12) do Capítulo Sete.
- 21.3. O exercício social do Fundo tem duração de 1 (um) ano e terminará em 31 de agosto de cada ano.
- 21.4. A Administradora deve colocar as demonstrações financeiras do Fundo à disposição de qualquer interessado que as solicitar, observados os seguintes prazos máximos:



11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

- a) de 20 (vinte) dias após o encerramento do período a que se referirem, em se tratando de demonstrações financeiras mensais; e
- b) de 60 (sessenta) dias após o encerramento de cada exercício social, em se tratando de demonstrações financeiras anuais.

CAPÍTULO VINTE E DOIS – DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- 22.1. O Patrimônio Líquido corresponderá à soma algébrica do disponível com o valor dos ativos integrantes da carteira do Fundo mais os valores a receber, apurados na forma do Capítulo Quinze, menos as exigibilidades referentes às despesas e encargos do Fundo e provisões, sendo que na apuração do Patrimônio Líquido não serão consideradas as Quotas Seniores subscritas e não integralizadas.

CAPÍTULO VINTE E TRÊS – DA PUBLICIDADE E DA REMESSA DE DOCUMENTOS

- 23.1. Salvo quando outro meio de comunicação com os Quotistas seja expressamente previsto neste Regulamento, quaisquer atos, fatos, decisões ou assuntos, de qualquer forma, relacionados aos interesses dos Quotistas, deverão ser ampla e imediatamente divulgados, às expensas do Fundo, por meio (a) de anúncio publicado, na forma de aviso, no jornal “Monitor Mercantil” do Rio de Janeiro (“Periódico”), cientificado aos Quotistas nos termos da Instrução CVM nº 356, e (b) de *e-mail* enviado ao representante do Quotista indicado na forma do item (11.4) do Capítulo Onze. As publicações referidas neste Capítulo deverão ser mantidas à disposição dos condôminos na sede da Administradora. Excepcionalmente, ao invés do Periódico, os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública poderão ser publicados no jornal “Valor Econômico”, edição nacional.
- 23.2. Observado o disposto neste Regulamento, a Administradora, mediante consulta, deverá colocar à disposição dos Quotistas, em base diária, (i) o valor de cada Quota no dia; e (ii) a rentabilidade do Fundo e o comportamento da carteira de Direitos Creditórios, dos Outros Ativos integrantes da carteira do Fundo, abrangendo, inclusive, dados sobre o desempenho

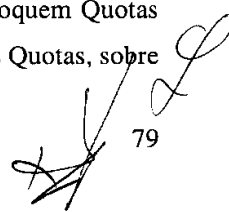
11 DEZ 2000 3369084

esperado e realizado, com base nos dados relativos ao último Dia Útil do mês imediatamente anterior, incluindo o valor dos índices referidos no item (11.11) do Capítulo Onze e da RC. As informações referidas nos itens “i” e “ii” acima deverão, também, ser colocadas à disposição das Agências de Classificação de Risco, em base diária.

23.2.1. Sem prejuízo dos demais itens deste Capítulo, a Administradora deverá enviar à CVM, através do Sistema de Envio de Documentos disponível no *site de internet* desta autarquia:

- a) informe mensal, conforme modelo disponível na página da CVM na rede mundial de computadores, observando o prazo de 15 (quinze) dias após o encerramento de cada mês do calendário civil, com base no último Dia Útil daquele mês, as seguintes informações:
 - i) saldo das aplicações;
 - ii) valor do Patrimônio Líquido;
 - iii) rentabilidade apurada no período;
 - iv) valor das Quotas e quantidades em Circulação;
 - v) comportamento da carteira de Direitos Creditórios, abrangendo, inclusive, dados e comentários sobre o desempenho esperado e o realizado;
 - vi) posições mantidas em mercados de derivativos; e
 - vii) número de Quotistas;
- b) os demonstrativos trimestrais previstos no item (7.12) do Capítulo Sete deste Regulamento, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após o encerramento de cada trimestre; e
- c) as informações previstas nas alíneas “a” e “b” do item (21.4) do Capítulo Vinte, também conforme modelos disponíveis na referida página, sendo observados os mesmos prazos lá definidos.

23.3. No prazo de 15 (quinze) dias contado do término dos períodos encerrados em 30 de novembro, 28 de fevereiro, 31 de maio e 31 de agosto de cada ano, a Administradora deverá divulgar, além de manter disponíveis em sua sede e nas instituições que coloquem Quotas do Fundo, informações sobre o valor do Patrimônio Líquido, sobre o valor das Quotas, sobre


79

a rentabilidade acumulada no respectivo trimestre e no ano civil que se referirem, bem como, em de 15 (quinze) dias contados de sua respectiva disponibilização, os relatórios preparados pelas Agências de Classificação de Risco. A divulgação das informações acima referidas poderá ser providenciada por meio de entidades de classe de instituições do Sistema Financeiro Nacional, desde que realizada em periódico de ampla veiculação.

- 23.4. A Administradora deverá colocar à disposição dos Quotistas os demonstrativos referidos no item (7.12) do Capítulo Sete, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contado do término do trimestre respectivo.
- 23.5. Todo o material de publicidade das Quotas Seniores deverá apresentar a nota conferida pelas Agências de Classificação de Risco, suas respectivas atualizações e a indicação de como os Quotistas podem obter maiores informações sobre a avaliação efetuada.
- 23.6. As informações prestadas ou qualquer material de divulgação do Fundo não podem estar em desacordo com este Regulamento e com o Prospecto protocolado na CVM.

CAPÍTULO VINTE E QUATRO – DOS ENCARGOS DO FUNDO

- 24.1. Além da Taxa de Administração, constituem encargos do Fundo as seguintes despesas:
- a) taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas, que recaiam ou venham a recair sobre os bens, direitos e obrigações do Fundo, inclusive taxa de registro do Fundo devida à CVM;
 - b) despesas com impressão, expedição e publicação de relatórios, formulários e informações periódicas, previstas neste Regulamento ou na regulamentação pertinente;
 - c) despesas com correspondências de interesse do Fundo, inclusive comunicações aos condôminos;

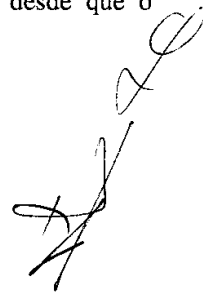
11 DEZ 2003 003369084

REGISTRADO

- d) honorários e despesas do auditor encarregado da revisão das demonstrações financeiras, das contas do Fundo, da análise de sua situação e da atuação da Administradora;
- e) emolumentos e comissões pagas sobre as operações do Fundo;
- f) honorários de advogados, custas e despesas correlatas feitas em defesa dos interesses do Fundo, em juízo ou fora dele, inclusive o valor da condenação, caso o mesmo venha a ser vencido;
- g) quaisquer despesas inerentes à constituição ou à liquidação do Fundo ou à realização de Assembleia Geral;
- h) taxas de custódia de ativos integrantes da carteira do Fundo, incluindo o registro dos competentes instrumentos jurídicos;
- i) contribuição devida às bolsas de valores ou à entidade do mercado de balcão organizado em que o Fundo tenha suas Quotas admitidas à negociação;
- j) despesas com a contratação de agência de classificação de risco; e
- k) despesas com o Representante dos Quotistas.

24.2. Quaisquer despesas não previstas neste Capítulo como encargos do Fundo devem correr por conta da Administradora.

24.3. A Administradora poderá estabelecer que parcelas da Taxa de Administração sejam pagas diretamente pelo Fundo aos prestadores de serviços por esta contratados, desde que o somatório dessas parcelas não exceda o valor da Taxa de Administração.



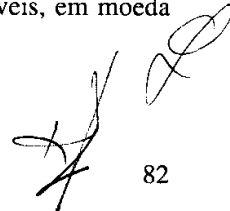
11 DEZ 2003 369084

- 24.4. Sem prejuízo da responsabilidade da Administradora e do Diretor Designado, poderão ser constituídos conselhos consultivos, por iniciativa dos Quotistas ou da própria Administradora, ressaltando-se que tais órgãos serão remunerados pelas Pessoas que vierem a constituí-los.

CAPÍTULO VINTE E CINCO – DA ORDEM DE APLICAÇÃO DE RECURSOS

- 25.1. A partir da 1ª (primeira) data de integralização de Quotas e até a liquidação do Fundo, sempre preservada a manutenção de sua boa ordem legal, administrativa e operacional, o Gestor obriga-se, por meio dos competentes débitos e créditos realizados na Conta Corrente do Fundo, a alocar os recursos decorrentes da integralização das Quotas e do recebimento dos ativos integrantes da carteira do Fundo, na seguinte ordem:

- a) no pagamento dos encargos de responsabilidade do Fundo, devidos nos termos deste Regulamento e da legislação aplicável;
- b) na constituição ou enquadramento da RC;
- c) no provisionamento e na criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos de responsabilidade do Fundo a serem incorridos no mês calendário subsequente ao da realização do respectivo provisionamento, incluindo a constituição de reservas de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo, ainda que exigíveis em data posterior ao Prazo de Vigência do Fundo;
- d) na amortização das Quotas Seniores em Circulação, inclusive daquelas emitidas ao amparo do item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete, observado que, nos termos da alínea “f” do item (10.3) do Capítulo Dez, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação, incluindo os titulares da Série emitida na hipótese prevista no item (27.1) do Capítulo Vinte e Sete;
- e) no pagamento do Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios Elegíveis, em moeda corrente nacional, sempre até o Potencial de Cessão; e



11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

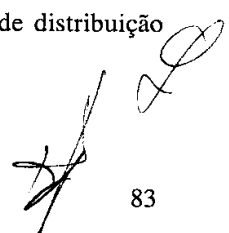
- f) na amortização de Quotas Subordinadas, observados os limites, os termos e as condições deste Regulamento.

CAPÍTULO VINTE E SEIS – DA CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

- 26.1. As Agências de Classificação de Risco serão responsáveis pela elaboração e atribuição de classificação de risco de cada Série de Quotas Seniores. A classificação de risco deverá ser atualizada, trimestralmente, e ficar à disposição dos Quotistas na sede da Administradora e em seu *website*.
- 26.2. Qualquer alteração nas classificações de risco das Quotas Seniores constitui fato relevante para efeito de comunicação aos Quotistas, observado o disposto no Capítulo Vinte e Três.

CAPÍTULO VINTE E SETE – DOS CUSTOS REFERENTES À DEFESA DOS TITULARES DAS QUOTAS SENIORES

- 27.1. Caso o Fundo não possua recursos disponíveis, em moeda corrente nacional, suficientes para a adoção e manutenção, direta ou indireta, dos procedimentos judiciais e extrajudiciais necessários à cobrança dos Direitos Creditórios e dos Outros Ativos de titularidade do Fundo e à defesa dos direitos, interesses e prerrogativas do Fundo, os titulares das Quotas Seniores, reunidos em Assembleia Geral, poderão aprovar o aporte adicional de recursos ao Fundo, observado o disposto na alínea “c” do item (17.13) do Capítulo Dezessete, por meio da integralização de Série específica de Quotas Seniores, Série esta subsequente às demais Séries anteriormente emitidas pelo Fundo, a serem obrigatoriamente subscritas e integralizadas por todos os titulares das Quotas Seniores, para assegurar, se for o caso, a adoção e manutenção dos procedimentos acima referidos. O valor da respectiva Série de Quotas Seniores será atualizado desde a sua Data de Emissão, utilizando-se como critério o maior “Spread” vigente para os titulares das Quotas Seniores em Circulação.
- 27.1.2. Quando da emissão da Série específica, nos termos do item (27.1) acima, a Administradora deverá observar e atender aos termos e condições aplicáveis ao referido negócio, incluindo, sem limitação, os normativos e orientações da CVM referentes ao registro de distribuição pública de valores mobiliários.



11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

- 27.1.3. Nos termos da alínea “e” do item (10.3) do Capítulo Dez, não haverá qualquer tipo de preferência, prioridade ou subordinação entre os titulares das Séries de Quotas Seniores em Circulação, incluindo os titulares da Série emitida na hipótese prevista no item (27.1) acima.
- 27.2. Todos os custos e despesas referidos neste Capítulo serão de inteira responsabilidade do Fundo e dos titulares das Quotas Seniores em Circulação, não estando a Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes, o Sacado e/ou qualquer de suas respectivas Afiliadas, em conjunto ou isoladamente, obrigados pelo adiantamento ou pagamento de valores relacionados aos procedimentos referidos neste Capítulo.
- 27.3. A realização de despesas ou a assunção de obrigações, por conta e ordem do Fundo, nos termos deste Capítulo, deverá ser previamente aprovada na Assembleia Geral prevista no item (27.1) acima, observado o disposto na alínea “b” do item (17.13) do Capítulo Dezesete. Caso a realização das referidas despesas ou a assunção de obrigações seja aprovada na forma deste Capítulo, os titulares das Quotas Seniores deverão definir na referida Assembleia Geral o cronograma de integralização da respectiva Série de Quotas Seniores, as quais deverão ser emitidas e distribuídas nos termos da legislação aplicável na ocasião, incluindo os normativos e orientações da CVM, e integralizadas pelos titulares das Quotas Seniores, na proporção de seus créditos, em moeda corrente nacional, na medida em que os recursos se façam necessários à realização dos procedimentos deliberados na referida Assembleia Geral, sendo vedada qualquer forma de compensação.
- 27.4. Nenhuma medida judicial ou extrajudicial será iniciada ou mantida pela Administradora antes do recebimento integral do adiantamento a que se refere este Capítulo e da assunção pelos titulares das Quotas Seniores do compromisso de prover os recursos necessários ao pagamento de verba de sucumbência a que o Fundo venha a ser eventualmente condenado.
- 27.5. A Administradora, o Gestor, o Custodiante, o Distribuidor Líder, os Distribuidores, os Cedentes, seus administradores, empregados e demais prepostos não são responsáveis por eventuais danos ou prejuízos, de qualquer natureza, sofridos pelo Fundo e pelos titulares das Quotas Seniores e das Quotas Subordinadas em decorrência da não propositura (ou prosseguimento) de medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus

11 DEZ 003369084

REGISTRADO

direitos, garantias e prerrogativas, caso os titulares das Quotas Seniores não apórem os recursos suficientes para tanto na forma deste Capítulo.

- 27.6. Todos os pagamentos devidos pelos titulares das Quotas Seniores ao Fundo, nos termos deste Capítulo, deverão ser realizados em moeda corrente nacional, livres e desembaraçados de quaisquer taxas, impostos, contribuições ou encargos, presentes ou futuros, que incidam ou venham a incidir sobre tais pagamentos, incluindo as despesas decorrentes de tributos ou de contribuições incidentes sobre os pagamentos intermediários, independente de quem seja o contribuinte, de forma que o Fundo receba as verbas devidas pelos seus valores integrais, acrescidos dos montantes necessários para que o mesmo possa honrar integralmente suas obrigações, nas respectivas datas de pagamento, sem qualquer desconto ou dedução, sendo expressamente vedada qualquer forma de compensação.

CAPÍTULO VINTE E OITO – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

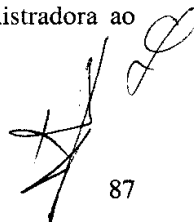
- 28.1. O valor mínimo de aplicação no Fundo não poderá ser inferior a R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).
- 28.2. Todas as disposições contidas neste Regulamento implicando qualquer tipo de obrigação de dar, fazer ou não fazer a ser realizada pelo Fundo, deverá ser considerada, salvo referência expressa em contrário, como de responsabilidade exclusiva da Administradora.
- 28.3. A cessão de Direitos Creditórios pelo Fundo para qualquer Pessoa, inclusive para efeitos de dação em pagamento referida no Capítulo Vinte, somente poderá ser realizada em caráter definitivo e sem direito de regresso ou coobrigação do Fundo.
- 28.4. Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Regulamento, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

São Paulo, 10 de dezembro de 2009.

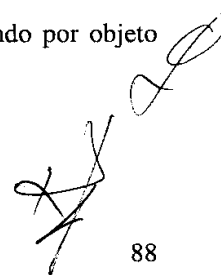
**CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES**
Administradora

Ricardo Bettai
Diretor

8. “Amortização Programada”: significa amortização programada, parcial ou total, das Quotas Seniores da Série “k”, efetuadas nas Datas de Amortização, previstas no Suplemento da Série “k”;
9. “Amortização Programada de Quotas Subordinadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (12.2) do Capítulo Doze;
10. “Anexo”: significa os anexos ao presente Regulamento, cujos termos são parte integrante e complementar deste instrumento, para todos os fins e efeitos de direito;
11. “Assembleia Geral”: significa as assembleias gerais, ordinárias e/ou extraordinárias, de Quotistas do Fundo, realizadas nos termos deste Regulamento;
12. “Aviso de Resgate Antecipado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (12.11) do Capítulo Doze;
13. “Bacen”: significa o Banco Central do Brasil;
14. “Base de Dados do Fundo”: significa uma base de dados, atualizada diariamente pelo Custodiante, contendo certas informações relativas aos Direitos Creditórios integrantes da carteira do Fundo, identificadas nos modelos de relatórios previamente definidos entre a Administradora e o Custodiante;
15. “Boletim de Subscrição”: tem o significado que lhe é atribuído no item (19.1) do Capítulo Dezenove;
16. “Capítulo”: significa cada um dos capítulos deste Regulamento;
17. “Cedente”: significa, em conjunto ou isoladamente, as pessoas jurídicas de direito privado, devidamente identificadas por seu respectivo número de inscrição no CNPJ/MF, previamente aprovadas pelo Gestor, titulares de Direitos Creditórios passíveis de aquisição pelo Fundo, perfilados na última Relação de Cedentes enviada pela Administradora ao Custodiante, e que tenham celebrado Contrato de Cessão;


87

18. “CETIP”: significa CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos;
19. “Circulação”: significa o número de Quotas devidamente subscritas e integralizadas, nos termos deste Regulamento, e não integralmente amortizadas, referente a cada classe de Quotas em cada ocasião ou evento a que se faça referência neste Regulamento;
20. “CNPJ/MF”: significa o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda;
21. “Condições Resolutivas da Cessão”: tem o significado que lhe é atribuído no item (4.2) do Capítulo Quatro;
22. “Conta Agente de Recebimento”: tem o significado que lhe é atribuído no item (6.15) do Capítulo Seis;
23. “Conta Corrente do Cedente”: significa a conta corrente de titularidade de cada Cedente, previamente cadastrada no Custodiante, identificada em cada Contrato de Cessão;
24. “Conta Corrente do Fundo” significa a conta corrente de titularidade do Fundo, mantida no Custodiante;
25. “Contrato de Cessão” significa cada “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e cada Cedente, com a interveniência do Custodiante e do Sacado, preparado substancialmente na forma do “Anexo III”;
26. “Contrato de Distribuição”: significa o “Contrato de Distribuição, Em Regime de Melhores Esforços, de Subscrição e Colocação de Quotas Seniores da 1ª Série do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços”, a ser celebrado entre o Distribuidor Líder e a Administradora, tendo por objeto a 1ª Distribuição de Quotas Seniores da 1ª Série, e cada contrato de distribuição firmado pela Administradora com instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo por objeto uma Distribuição específica;



REGISTRADO

27. “Contrato de Gestão”: significa o “Contrato de Gestão de Carteira”, a ser celebrado entre a Administradora, por conta e ordem do Fundo, e o Gestor;
28. “Controle” tem o significado estabelecido no artigo 116 da Lei 6.404/76 e/ou significa o poder detido pelo acionista ou quotista que detenha 50% (cinquenta por cento) mais uma ação ou quota do capital votante de uma determinada Pessoa;
29. “Crítérios de Elegibilidade”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.2) do Capítulo Cinco;
30. “Custodiante”: significa o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, S/N, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, inscrita no CNPJ/MF sob nº 60.746.948/0001-12, ou seu sucessor no exercício de suas funções nos termos deste Regulamento e do Contrato de Custódia;
31. “CVM”: significa a Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
32. “Data de Amortização”: significa a data em que o Fundo efetua a Amortização Programada e/ou Amortização Integral de Quotas Seniores da Série “k”, observado o disposto no respectivo Suplemento;
33. “Data de Amortização de Quotas Subordinadas” tem o significado que lhe é atribuído no item (12.2) do Capítulo Doze;
34. “Data de Aquisição”: tem o significado que lhe é atribuído no item (6.12) do Capítulo Seis;
35. “Data de Disponibilização”: tem o significado que lhe é atribuído no item (6.6) do Capítulo Seis;
36. “Data de Emissão”: significa a data em que as Quotas Seniores e/ou de Quotas Subordinadas são subscritas, nos termos deste Regulamento, a qual deverá ser, necessariamente, um Dia Útil;
37. “Data de Oferta”: tem o significado que lhe é atribuído no item (6.8) do Capítulo Seis;

11 DEZ 2003 369084

REGISTRADO

38. “Data de Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (12.11) do Capítulo Doze;
39. “Data de Vencimento”: significa a data de vencimento original de cada Direito Creditório, conforme informada pelo Sacado nos termos do item (6.5) do Capítulo Seis;
40. “Data de Verificação”: significa o 5º (quinto) Dia Útil de cada mês calendário;
41. “DCV”: significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo inferior a 30 (trinta) dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV for 0,19, então $DCV = 19,00\%$);
42. “DCV 30”: significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 30 (trinta) dias e inferior a 120 (cento e vinte) dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV30 for 0,10, então $DCV30 = 10,00\%$);
43. “DCV120”: significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias e inferior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV120 for 0,03, então $DCV120 = 3,00\%$);

44. “DCV180”: significa a fração calculada pela Administradora em cada Data de Verificação, cujo numerador é igual ao somatório do valor nominal de cada Direito Creditório integrante da Base de Dados do Fundo, com data de vencimento, na respectiva Data de Verificação, até o último Dia Útil do mês calendário imediatamente anterior à respectiva Data de Verificação, vencido e não pago por prazo igual ou superior a 180 (cento e oitenta) dias, e o denominador o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios integrantes da Base de Dados do Fundo, excluindo o somatório do valor nominal dos Direitos Creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo (Se DCV180 for 0,02, então $DCV180 = 2,00\%$);
45. “Dia Útil”: significa segunda a sexta-feira, inclusive, exceto feriados de âmbito nacional ou dias em que, por qualquer motivo, não houver expediente bancário ou não funcionar o mercado financeiro no país;
46. “Direito Creditório”: significa o direito creditório de titularidade de Cedente cadastrado nos sistemas do Custodiante, devido pelo Sacado, expresso em moeda corrente nacional, advindo de operação de compra e venda mercantil e/ou de prestação de serviços, à vista, representada por “Nota Fiscal Fatura” cuja duplicata poderá ser sacada por meio eletrônico;
47. “Direito Creditório Elegível”: tem o significado que lhe é atribuído no item (5.4) do Capítulo Cinco;
48. “Diretor Designado”: significa o diretor da Administradora designado para, nos termos da legislação aplicável, responder civil e criminalmente, pela gestão, supervisão e acompanhamento do Fundo, bem como pela prestação de informações a esse relativas;
49. “Disponibilidades”: significa os valores, em moeda corrente nacional, de titularidade do Fundo, não comprometidos com o pagamento de exigibilidades do Fundo, nos termos deste Regulamento, e disponível para a aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis, deduzido do valor estimado pela Administradora, dos recursos necessários à manutenção das demais reservas financeiras definidas neste Regulamento;

50. “Distribuição”: significa cada distribuição pública de Quotas Seniores, sendo cada distribuição sujeita aos procedimentos de protocolo definidos na Instrução CVM nº 356 e na Instrução CVM nº 400, conforme o caso;
51. “Distribuidores”: significam as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários contratada pela Administradora para efetuar a distribuição pública de qualquer Série de Quotas Seniores, excluindo o Distribuidor Líder;
52. “Distribuidor Líder”: significa BANIF BANCO DE INVESTIMENTO (BRASIL) S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, 30 – 15º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.753.740/0001-58, contratado pela Administradora nos termos do Contrato de Distribuição;
53. “Documento da Securitização”: significa, em conjunto ou isoladamente, o Regulamento, os Contratos de Cessão, o Contrato de Gestão, o Contrato de Custódia, o Contrato de Distribuição e seus respectivos anexos;
54. “Documentos Comprobatórios”: significa os seguintes documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo nos termos de cada Contrato de Cessão, os quais permanecerão sob a guarda e custódia do respectivo Cedente, relacionados por duplicata:
- i) cópia reprográfica autenticada da 2ª via da Nota Fiscal Fatura; e
 - ii) via original do comprovante de entrega dos produtos ou da prestação de serviços, conforme o caso.
55. “Empresa de Auditoria”: significa a KPMG Auditores Independentes, auditor independente devidamente registrado na CVM, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Renato Paes de Barros, nº 33, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 57.755.217/0001-29, ou seu sucessor no exercício de suas funções;

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundado em Instituições de Crédito e Seguros Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2003 336908/

REGISTRADO

56. “Eventos de Amortização Antecipada”: tem o significado que lhe é atribuído no item (18.4) do Capítulo Dezoito;
57. “Eventos de Avaliação”: tem o significado que lhe é atribuído no item (18.1) do Capítulo Dezoito;
58. “Fundo”: tem o significado que lhe é atribuído no item (1.1) do Capítulo Um;
59. “Gestor”: tem o significado que lhe é atribuído no item (7.2) do Capítulo Sete;
60. “Índice de Perda Acumulada” significa o índice calculado em cada Data de Verificação pela Administradora, equivalente ao somatório do DCV, DCV30, DCV120 e DCV180;
61. “Instituições Autorizadas”: são as seguintes: (i) Banco Bradesco S.A.; (ii) Banco Itaú S.A.; (iii) Banco Itaú BBA S.A.; (iv) Banco Santander S.A.; (v) HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo; (vi) Banco do Brasil S.A.; (vii) Caixa Econômica Federal; (viii) Administradora; e (ix) instituições controladas, direta ou indiretamente, por qualquer das instituições referidas nos itens “i” a “viii” acima;
62. “Instrução CVM nº 356”: significa a Instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001, e suas alterações posteriores;
63. “Instrução CVM nº 400”: significa a Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, e suas alterações posteriores;
64. “Instrução CVM nº 409”: significa a Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, e suas alterações posteriores;
65. “Investidor Qualificado”: significa o disposto no item (1.3) do Capítulo Um;
66. “Lei de Falências”: significa o disposto na alínea “b” do item (9.3) do Capítulo Nove;

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

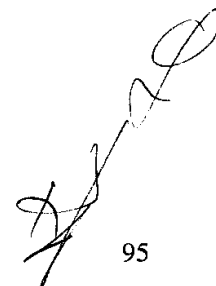
67. “Manual de Marcação a Mercado”: significa o manual do Custodiante, contendo a descrição dos procedimentos para precificação de ativos, conforme as normas em vigor, previamente disponibilizado pelo Custodiante à Administradora;
68. “Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos”: significa as interfaces e demais mecanismos de troca eletrônica de arquivos e informações, administrados pelo Custodiante, e por este colocados à disposição dos Cedentes, da Administradora, do Sacado e de seus respectivos Agentes, no curso do Programa de Securitização;
69. “Notificação de Resgate”: tem o significado que lhe é atribuído no item (12.13) do Capítulo Doze;
70. “Nota Fiscal Fatura”: significa o documento fiscal emitido por cada Cedente, nos termos da legislação aplicável, que comprova a existência de um ato comercial (compra e venda de mercadorias ou prestação de serviços) entre o respectivo Cedente e o Sacado, lastro de Direito Creditórios oferecido à cessão ao Fundo, nos termos do Capítulo Seis;
71. “Outros Ativos”: significa os ativos financeiros, modalidades operacionais e recursos em moeda corrente nacional integrantes da carteira do Fundo, excluindo-se os Direitos Creditórios;
72. “Patrimônio Líquido” ou “PL”: significa o patrimônio líquido do Fundo, apurado na forma do Capítulo Vinte e Dois;
73. “Periódico”: tem o significado que lhe é atribuído no item (23.1) do Capítulo Vinte e Três;
74. “Pessoa”: significa pessoas naturais, pessoas jurídicas ou grupos não personificados, de direito público ou privado, incluindo qualquer entidade da administração pública, federal, estadual ou municipal, direta ou indireta, incluindo qualquer modalidade de condomínio;
75. “Petrobras”: significa a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras;
76. “Potencial de Cessão”: significa o valor das Disponibilidades que poderá ser utilizado para aquisição, pelo Fundo, de Direitos Creditórios, definido pelo Gestor nos termos da alínea

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

110EZ 003369084

REGISTRADO

- “d” do item (7.8) do Capítulo Sete e informado diariamente pela Administradora ao Custodiante;
77. “Prazo de Vigência”: tem o significado que lhe é atribuído no item (2.1) do Capítulo Dois;
78. “Preço de Aquisição” ou “PADC”: significa o valor presente dos Direitos Creditórios Elegíveis, pago pelo Fundo a cada Cedente, em moeda corrente nacional, conforme definido em cada “termo de cessão”, apurado por meio de algoritmo constante do item (6.2) do Capítulo Seis.
79. “Procedimentos de Cobrança”: significa os procedimentos de cobrança dos Direitos Creditórios vencidos e não pagos pelo Sacado na respectiva data de vencimento, a serem adotados pelo Fundo, conforme o “Anexo IV”;
80. “Programa de Securitização”: significa os mecanismos e procedimentos definidos neste Regulamento por meio dos quais os Cedentes cedem Direitos Creditórios ao Fundo;
81. “Prospecto”: significa o prospecto do Fundo, preparado nos termos da Instrução CVM nº 356 e da Instrução CVM nº 400, conforme o caso, atualizado de tempos em tempos;
82. “Quota”: significa, em conjunto ou isoladamente, as Quotas Seniores, emitidas em qualquer Distribuição, e as Quotas Subordinadas;
83. “Quota Sênior”: significa as Quotas Seniores de qualquer Série em Circulação;
84. “Quotas Subordinadas”: tem o significado que lhe é atribuído no item (10.2) do Capítulo Dez;
85. “Quotista”: significa, em conjunto ou isoladamente, o titular de Quota;
86. “Regulamento”: o presente regulamento do Fundo;



Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

11 DEZ 2003 369084

87. “Relação de Cedentes”: significa a relação de Cedentes, identificados por seu respectivo CNPJ/MF, previamente informada pelo Gestor, nos termos da alínea “e” do item (7.8) do Capítulo Sete, e colocada à disposição do Custodiante pela Administradora;

88. “Relação Mínima”: significa a fração cujo numerador é equivalente valor do Patrimônio Líquido e o denominador o somatório do valor contábil atualizado das Quotas Seniores, apurada diariamente pelo Custodiante, conforme expressão abaixo (Exemplo: Se Relação Mínima for 1,1, então Relação Mínima = 1,10%);

$$RM_T = \frac{PL_T}{\sum_{k=1}^n NQS_{k,T} \times VQS_{k,T}} \geq 1,1$$

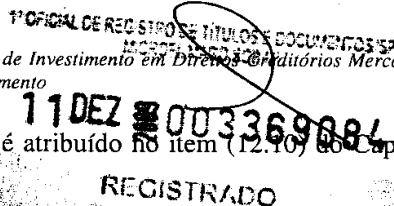
Onde:

RM_T	Relação Mínima na data “T”;
$K = 1, 2 \dots n$	Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação;
$VQS_{k,T}$	valor contábil de cada Quota Sênior da Série “k” calculado na data “T”, deduzido do valor dos Outros Ativos;
$NQS_{k,T}$	número de Quotas Seniores da Série “k” em Circulação na data “T”;
PL_T	Patrimônio Líquido do Fundo apurado na data “T” nos termos do item (22.1) deste Regulamento, deduzido do valor dos Outros Ativos;

89. “Representante dos Quotistas”: significa a DIAS COSTA A SERVIÇOS FINANCEIROS E FIDUCIÁRIOS LTDA., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Ayrton Senna, nº 3.000, bloco 01, grupo 317, Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.871.074/0001-05;

90. “Reserva de Caixa” ou a “RC”: tem o significado que lhe é atribuído no item (11.12) do Capítulo Onze;

96



91. “Resgate Antecipado”: tem o significado que lhe é atribuído no item (12.10) do Capítulo Doze deste Regulamento;
92. “Sacado”: significa a Petrobras Distribuidora S.A., sociedade com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua General Canabarro, nº 500, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 34.274.233/0001-02;
93. “SELIC”: significa o Sistema Especial de Liquidação e de Custódia;
94. “Série”: significa qualquer série de Quotas Seniores emitida em qualquer Distribuição nos termos deste Regulamento;
95. “Suplemento”: significa o documento preparado na forma do “Anexo V” deste Regulamento;
96. “Taxa de Administração”: tem o significado que lhe é atribuído no item (7.9) do Capítulo Sete;
97. “Taxa de Desconto”: significa a taxa de desconto definida pelo Gestor, informada pela Administradora ao Custodiante, por dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, a qual não poderá ser inferior a Taxa de Desconto Mínima;
98. “Taxa de Desconto Mínima”: a taxa apurada de acordo com a expressão abaixo:

$$TD_{f,T} = \left[\left(1 + \frac{DIF_T}{100} \right) \times \left(1 + \frac{\sum_{k=1}^n (S_k \times M_{k,T})}{M_{Total,T}} \right) \times (1 + C_T) \right] - 1$$

onde:

$TD_{f,T}$ Taxa de Desconto Mínima para aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis na Data de Aquisição “T” e do Cedente “f”;

DIF_T cotação da taxa DI futura de ajuste no Dia Útil imediatamente anterior à Data de

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

11 DEZ 2003 369084

Aquisição “T”, referente a contratos com prazo de vencimento mais próximo à Faixa de Vencimento, constante do Anexo VI ao Regulamento (“Taxa DI Futura”), a que pertence o prazo médio ponderado dos Direitos Creditórios Elegíveis objeto de cessão na respectiva Data de Aquisição “T”, negociados na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. Tal cotação deverá se situar dentro do intervalo das Taxas DI Futuras negociadas na respectiva Data de Aquisição para o prazo médio ponderado. Exemplo: se a Taxa DI Futura for 11,25%, então $DIF_T = 11,25$;

S_k Fator *Spread*, expresso na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, definido no respectivo Suplemento da Série “k”;

$K = 1, 2...n$ Série(s) de Quota(s) Sênior(es) em Circulação na Data de Aquisição “T”;

$M_{k,T}$ valor da totalidade das Quotas Seniores da Série “k” em Circulação na Data de Aquisição “T”;

$M_{Total,T}$ valor da totalidade das Quotas Seniores em Circulação na Data de Aquisição “T”;

C_T fator que define o *spread* necessário acima das Quotas Seniores para pagamento das despesas do Fundo, equivalente a 2% (dois por cento);

d_y número de Dias Úteis compreendido entre a Data de Aquisição, exclusive, e a Data de Vencimento do Direito Creditório Elegível “y” a ser adquirido pelo Fundo, inclusive;

99. “Taxa DI”: tem o significado que lhe é atribuído no subitem “i” da alínea “c” do item (10.3) do Capítulo Dez;

100. “Taxa DI Futura”: tem o significado que lhe é atribuído na definição “98” acima;

101. “TED”: significa Transferência Eletrônica Disponível;

11 DEZ 2009 003389084

102. “Termo de Cessão Público”: documento preparado na forma do “Anexo VII”, constante de “anexo” a cada Contrato de Cessão, lavrado por instrumento público;
103. “Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco”: significa o documento preparado sob a forma do “Anexo VIII”, firmado pelos Quotistas, evidenciando sua adesão aos termos deste Regulamento; e
104. “Valor Nominal Líquido” significa o valor de face dos Direitos Creditórios ofertados ao Fundo, já deduzido de eventuais tributos, encargos ou taxas, a ser utilizado no cálculo do valor do Preço de Aquisição a ser pago pelo Fundo.

99

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

1027 003369084

REGISTRADO

ANEXO II – NOTIFICAÇÃO DE RESGATE

[PAPEL TIMBRADO DO SACADO]

[Local e Data]

À

**CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E
COMMODITIES**

[●]

São Paulo, SP

Prezados Senhores,

Nos termos dos itens (12.13) e seguintes do regulamento do FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS, solicitamos que a Administradora, por conta e ordem do Fundo promova o resgate antecipado de [●] Quotas Seniores de [●] Série.



Para a realização do resgate antecipado acima mencionado, favor encaminhar boletim de subscrição de [●] ([●]) Quotas Subordinadas, a serem por nós integralizadas no prazo de até [45 (quarenta e cinco) dias úteis], contados da presente data.

Atenciosamente,

Petrobras Distribuidora S.A.

Nome:

Cargo:



100

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
11 DEZ 2000 3369084

ANEXO III – CONTRATO DE CESSÃO

Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças

1. Pelo presente instrumento particular, o Cedente, abaixo nomeado e qualificado, neste ato e em regular forma de direito, promete, de tempos em tempos, em regime de melhores esforços, ceder Direitos Creditórios livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições de qualquer natureza de sua titularidade ao FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●] (“Fundo”), administrado pela CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08 (“Administradora”). Os direitos creditórios (“Direitos Creditórios”) passíveis de cessão ao Fundo serão aqueles identificados em página específica do site “[●]”, de acesso restrito ao Cedente, por meio de senhas pessoais e códigos específicos, mantido pelo Banco Bradesco S.A., abaixo nomeado e qualificado, na qualidade de instituição custodiante do Fundo (“Custodiante”).

Cedente	
Denominação	[●]
Endereço da sede	[●]
CNPJ/MF	[●]
Representante(s) legais	[●]
Endereço eletrônico	[●] Responsável
Conta Corrente do Cedente	Conta nº [●], agência [●], banco [●]
Local de Depósito dos Documentos Comprobatórios	

Cessionário – Fundo	
Denominação	FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS, com seu regulamento registrado no [●], sob o nº [●], em [●] (“Regulamento”), cujos termos o Cedente declara conhecer e aceitar.
CNPJ/MF	[●]
Administradora	CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES
Endereço da sede	Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, São Paulo – SP
CNPJ/MF	52.904.364.0001/08
Representante(s) legais	[●]
Endereço eletrônico	[●] responsável

Intervenientes Anuentes:

Sacado	
Denominação	[●]
CNPJ/MF	[●]
Endereço da Sede	[●]
Representante(s) legais	[●]



Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

Endereço eletrônico	<input checked="" type="checkbox"/> responsável	REGISTRADO
Custodiante		
Denominação	Banco Bradesco S.A.	
CNPJ/MF	60.746.948/0001-12	
Endereço da Sede	Cidade de Deus, S/N, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco – SP	
Representante(s) legais	<input checked="" type="checkbox"/>	
Endereço eletrônico	<input checked="" type="checkbox"/> responsável	

2. O Sacado deverá enviar eletronicamente ao Custodiante, entre 22 horas e 8 horas do Dia Útil imediatamente subsequente, por meio das interfaces e demais mecanismos de troca eletrônica de arquivos e informações, administrados pelo Custodiante ("Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos"), no mínimo, as seguintes informações, relativas a cada Direito Creditório devido pelo Sacado ao Cedente e que não seja de titularidade do Fundo: (a) nome e CNPJ/MF do Cedente; (b) valor nominal líquido do respectivo Direito Creditório devido ao Cedente; (c) data de vencimento; e (d) número do respectivo documento fiscal.
 - 2.1. No curso ordinário do Programa de Securitização, a Administradora colocará à disposição do Custodiante, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, das 16:00 horas de cada Dia Útil ("Data de Disponibilização") até às 8:00 horas do Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização: (a) o valor do Potencial de Cessão válido para o Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização; e (b) a Taxa de Desconto para a aquisição dos Direitos Creditórios detidos pelo Cedente válida para o Dia Útil imediatamente posterior à Data de Disponibilização.
 - 2.2. Após o recebimento das informações referidas no item (2.1) acima, o Custodiante, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, colocará à disposição do Cedente, a partir das 9:30 horas do mesmo Dia Útil as informações referidas nas alíneas "a" a "d" da Cláusula (2) acima, o Preço de Aquisição de cada Direito Creditório de titularidade do respectivo Cedente e a respectiva Taxa de Desconto utilizada em sua determinação.
 - 2.3. O Cedente, caso tenha interesse em ceder Direitos Creditórios de sua titularidade ao Fundo, (i) deverá acessar os Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, por meio de senhas pessoais e códigos específicos, entre 9:30 e 13:00 horas de cada Dia Útil ("Data de Oferta"); e (ii) definir qual(is) Direito(s) Creditório(s) o respectivo Cedente pretende oferecer à cessão. A conclusão dos procedimentos definidos nos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivo, com a impositação do comando "aceito" na página específica do Custodiante, caracterizará, em caráter irrevogável e irretratável, uma oferta de cessão endereçada ao Fundo, tendo por objeto a totalidade dos Direitos Creditórios selecionados pelo Cedente, pelo Preço de Aquisição ali identificado.
3. Após a conclusão dos procedimentos definidos no item (2.3) acima, o Custodiante efetuará: (a) os procedimentos de verificação dos Critérios de Elegibilidade; (b) a verificação do Potencial de Cessão aplicável a todos os Cedente registrados nos sistemas do Custodiante; e, conforme o caso, (c) comunicará sua aceitação à oferta de cessão do Cedente, colocando à sua disposição o competente "termo de cessão eletrônico", preparado substancialmente de acordo com o modelo constante do Anexo 1 deste Contrato, por meio dos Mecanismos Eletrônicos de Troca de Arquivos, até às 15:00 horas da Data de Oferta, identificando quais Direitos Creditórios foram adquiridos. O não envio dos documentos acima referidos caracterizará a recusa da oferta de cessão por parte do Fundo.
4. O pagamento pela aquisição dos Direitos Creditórios ao Cedente deverá ser realizado pela Administradora, por intermédio do Custodiante, entre 15 e 17:00 horas da Data de Oferta, por meio de qualquer mecanismo transferência de recursos autorizado pelo Banco Central do Brasil (exceto cheque) para conta corrente de titularidade do Cedente, identificada neste Contrato de Cessão e previamente cadastrada no Custodiante.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Marcantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP
MARFUNDOS 335-18

11057 2003369084

REGISTRADO

5. A cessão ao Fundo de Direitos Creditórios pelo Cedente será considerada perfeita e acabada somente após o pagamento do(s) Preço(s) de Aquisição ("Data de Aquisição"), sendo facultado à Administradora, por conta e ordem do Fundo, o direito de arrependimento antes do pagamento.
6. É vedada à aquisição pelo Fundo de frações do valor nominal de um Direito Creditório Elegível.
7. Os documentos comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios ("Documentos Comprobatórios") cedidos ao Fundo, nos termos deste Contrato, os quais permanecerão sob a guarda e custódia do respectivo Cedente, relacionados por duplicata: (i) cópia reprográfica autenticada da 2ª via da Nota Fiscal Fatura; e (ii) via original do comprovante de entrega dos produtos ou da prestação de serviços, conforme o caso.
8. Observado o disposto na Cláusula 11 abaixo, o respectivo Cedente deverá restituir ao Fundo, exclusivamente em moeda corrente nacional, no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer dos eventos abaixo identificados ("Condições Resolutivas da Cessão"), o Preço de Aquisição dos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente, afetados pela Condição Resolutiva da Cessão:
 - a) caso o pagamento de qualquer Direito Creditório cedido pelo Cedente ao Fundo seja recusado pelo Sacado por alegação de vícios, defeitos, inexistência de lastro ou qualquer outro motivo justificado;
 - b) caso o Sacado se recuse, por qualquer motivo, a receber os produtos relativos aos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo ou o Cedente não se encontre na posse e/ou deixe de entregar ao Custodiante e/ou a seu Agente os respectivos Documentos Comprobatórios, nos termos do respectivo Contrato de Cessão;
 - c) caso qualquer Direito Creditório cedido pelo Cedente ao Fundo seja reclamado por terceiros comprovadamente titulares de ônus, gravames ou encargos constituídos previamente à aquisição dos mesmos pelo Fundo, inclusive em razão de configuração de (i) fraude contra credores, se, no momento da cessão, conforme disposto na legislação em vigor, o respectivo Cedente esteja insolvente ou, se em razão da cessão, passar a esse estado; (ii) fraude à execução, caso (a) quando da cessão o Cedente seja sujeito passivo de demanda judicial capaz de reduzi-lo à insolvência; ou (b) sobre os Direitos Creditórios cedidos ao Fundo penda, na Data de Aquisição, demanda judicial fundada em direito real; (iii) fraude à execução fiscal, se o Cedente, quando da celebração da cessão de créditos, sendo sujeito passivo de débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa, não dispuser de bens para total pagamento da dívida fiscal; ou (iv) caso o respectivo Direito Creditório já se encontre vinculado a outros negócios jurídicos, inclusive por meio da constituição de garantias reais; ou
 - d) caso seja verificado, a qualquer tempo, por qualquer sociedade/terceiro, pela Administradora e/ou pelo Custodiante a existência de vícios, defeitos ou inexistência de lastro nos Direitos Creditórios cedidos pelo Cedente ao Fundo, cujo fato gerador tenha ocorrido anteriormente à respectiva Data de Aquisição.
9. Ressalvadas as hipóteses de ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Cedente não responde pelo pagamento dos Direitos Creditórios cedidos e/ou pela solvência do Sacado. O Cedente é somente responsável pela correta constituição, existência, certeza, autenticidade e correta formalização dos respectivos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Contrato de Cessão e do Regulamento.
10. Sem prejuízo da resolução da cessão, o Cedente, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas contado da data em que tomar conhecimento do evento, deverá notificar o Custodiante, com cópia para a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2005 369084

- 10.1. O Sacado deverá informar o Custodiante e a Administradora, por meio eletrônico, da ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas, imediatamente após tomar conhecimento do respectivo evento.
11. O Cedente estará obrigado a restituir ao Fundo, em moeda corrente nacional, por meio de crédito na conta corrente nº [•] na agência [•] do Banco Bradesco S.A. ("Conta Corrente do Fundo"), no 3º Dia Útil imediatamente posterior à ocorrência de qualquer das Condições Resolutivas da Cessão, o Preço de Aquisição do Direito Creditório cuja cessão tiver sido resolvida, atualizado *pro rata temporis*, desde a respectiva Data de Aquisição até a data da restituição dos valores devidos, considerando-se a Taxa de Desconto utilizada na determinação de seu Preço de Aquisição.
12. O Fundo fica autorizado a compensar o valor da restituição devida nos termos da Cláusula (11) acima, com créditos de que o Cedente seja titular contra o Fundo, inclusive em decorrência da cessão futura de outros Direitos Creditórios de titularidade do Cedente.
13. Em nenhuma hipótese, o Cedente poderá, sem prévia autorização do Custodiante, sob pena de nulidade do ato, modificar o local de depósito dos Documentos Comprobatórios, identificado no Preâmbulo deste Contrato.
14. O Cedente, neste ato, aceita sua nomeação como fiel depositário até a amortização integral das quotas emitidas pelo Fundo:
 - a) dos Documentos Comprobatórios referentes aos Direitos Creditórios por este cedidos ao Fundo; e
 - b) de quaisquer valores diretamente acolhidos pelo Cedente, referentes aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo cedidos pelo Cedente, inclusive por meio de seus Agentes, até o seu efetivo depósito, sem qualquer dedução ou desconto, na Conta Corrente do Fundo, o qual deverá ocorrer, impreterivelmente, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas contado do recebimento das respectivas verbas.
15. O Custodiante e/ou a Administradora poderá(ão) solicitar ao Cedente a entrega e/ou apresentação de qualquer Documento Comprobatório a qualquer pessoa previamente indicada, com, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência, contado do recebimento, pelo Cedente, de comunicação escrita neste sentido enviada pelo Custodiante e/ou pela Administradora.
16. Deixando o Cedente de efetuar qualquer das restituições de que trata a alínea "b" da Cláusula (14) e Cláusula (15) acima dentro dos prazos ali estabelecidos, o Fundo poderá proceder à respectiva cobrança pela via executiva, considerando-se o presente instrumento como título executivo extrajudicial.
17. Os recursos decorrentes do pagamento da totalidade (100%) dos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente e aqueles cedidos ao Fundo deverão ser pagos pelo Sacado e/ou seus Agentes única e exclusivamente na conta corrente vinculada de nº [•], no Banco Bradesco S.A., de titularidade do Cedente ("Conta Agente de Recebimento"). O Sacado obriga-se, em caráter irrevogável e irratável, a não aceitar qualquer contra-ordem passada pelo Cedente que implique no pagamento de valores pelo Sacado de forma diversa daquela prevista nesta Cláusula, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da Administradora.
- 17.1. O Custodiante deverá proceder à conciliação das verbas depositadas na Conta Agente de Recebimento. Os recursos vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Cedente deverão ser transferidos pelo Custodiante para conta corrente de titularidade do Cedente previamente informada ao Custodiante. Os recursos vinculados aos Direitos Creditórios de titularidade do Fundo deverão ser transferidos pelo Custodiante única e exclusivamente para a Conta Corrente do Fundo em até 1 (um) Dia Útil.

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 003369084

18. Para efeito do disposto no artigo 291 e no parágrafo único do artigo 1.267 do Código Civil brasileiro, o Cedente, neste ato, cede ao Fundo, em caráter irrevogável e irretratável, o direito à recuperação dos Documentos Comprobatórios que se encontrem nas mãos de terceiros.
19. O Sacado poderá informar ao Custodiante, à Administradora e ao Gestor do Fundo os termos e condições de todo e qualquer Direito Creditório de titularidade do Cedente, presentes e futuros.
20. Toda e qualquer comunicação entre as partes e intervenientes anuentes deste Contrato deverá ser encaminhada para os seus respectivos endereços constantes do Preâmbulo deste instrumento.
21. A celebração deste Contrato não pressupõe uma promessa, obrigação ou compromisso do Fundo, representado pela Administradora, de adquirir, a qualquer tempo, Direitos Creditórios do Cedente.
22. O Cedente, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, constitui a Administradora como sua representante legal, por meio da lavratura da procuração preparada substancialmente na forma do "Anexo 2" ("Procuração Irrevogável").
23. Termos definidos no Regulamento terão o significado que lhes é ali atribuído quando utilizados no presente Contrato, exceto se escritos apenas em letras minúsculas.
24. Este Contrato poderá ser resilido de pleno direito imotivadamente, a qualquer tempo, por qualquer das Partes, sendo certo que todos os pagamentos a serem realizados pelo Sacado ao respectivo Cedente, deverão ser realizados na Conta Agente de Recebimento pelo prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data da resilição deste Contrato.
- 24.1. O Sacado obriga-se a não alterar o domicílio bancário do Cedente e/ou efetuar qualquer pagamento vinculado aos direitos creditórios de titularidade do Cedente, do Fundo e/ou de outros terceiros de forma diversa daquela prevista nas Cláusulas 17 e 24 acima, sem a prévia e expressa autorização, por escrito, da Administradora.
25. Na hipótese de resilição deste Contrato por qualquer das partes, todas as obrigações de dar, fazer ou não fazer assumidas pelas Partes relacionadas aos Direitos Creditórios cedidos ao Fundo, nos termos deste Contrato, permanecerão existentes, válidas e eficazes, em todos os seus termos, até a amortização ou resgate integral das Quotas.
26. Para fins do disposto no § 3º do artigo 40-A da Instrução CVM nº 356, o Sacado deverá encaminhar anualmente à Administradora suas demonstrações financeiras, e respectivo parecer do auditor independente referidos, no prazo máximo de até 3 (três) meses após o encerramento do exercício social, ou no mesmo dia de sua colocação à disposição dos sócios, se esta ocorrer em data anterior.
27. O Sacado obriga-se, igualmente, a informar à Administradora, em até 2 (dois) Dias Úteis contados de sua ocorrência, qualquer pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial do Sacado e/ou de qualquer de suas Afiliadas, ou, ainda, qualquer alteração ou modificação de seu objeto social que possa alterar substancialmente o ramo de negócios atualmente explorado pelo Sacado e/ou ocorrência de qualquer Condição Resolutiva da Cessão.
28. Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir qualquer questão oriunda do presente instrumento, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados assinam o presente em 3 (três) vias de igual teor e efeito perante as duas testemunhas abaixo nomeadas.

[•], [•] de [•] de [•].

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP

MICROFILMADO 140319

11 DEZ 2000 3369084

REGISTRADO

CEDENTE:

[•]

Nome:
Cargo:

[•]

Nome:
Cargo:

FUNDO/ADMINISTRADORA

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES, na qualidade de
administradora do FCM FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS

Nome:
Cargo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES, na qualidade de
administradora do FCM FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS

Nome:
Cargo:

Anuente Intervenientes:

[•]

Nome:
Cargo:

[•]

Nome:
Cargo:

Banco Bradesco S.A.

Nome:
Cargo:

Banco Bradesco S.A.

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:
CPF/MF:

Nome:

RG:
CPF/MF:



11 DEZ 0003369084

Anexo 1
Termo de Cessão Eletrônico

REGISTRADO

Página 1 de 1

Bradesco Net Empresa

ANEXO II - Termo de Cessão
(ANEXO À PROMESSA DE CESSÃO E AQUISIÇÃO DE DIREITOS CREDITÓRIOS)

Cedente:	NOME DO FORNECEDOR/CEDEnte	CNPJ:	99.999.999/9999-99
Contratado:	FMC FIDC MERCANTIS E SERVIÇOS	CNPJ:	99.999.999/9999-99
Sociedade:	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A	CNPJ:	34.274.233/0001-02

Tx da Operação: (% a.m.) **2,1664**

Referência	Moeda: Real/Paralelo	Vencimento	Valor Físico	Procto	Valor e / Bruto
	0000000000	06/07/2009	516,00	042	500,95
Total:			516,00		500,95

DESPESAS DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA (TED ou DOC) - R\$ **0,00**
VALOR LÍQUIDO PARA CRÉDITO - R\$ **500,95**

Banco:	BANCO BRADESCO S.A.	No. Banco:	237	No. Agência:	9999	No. C/C:	9999/9
--------	---------------------	------------	-----	--------------	------	----------	--------

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito, o Cedente e o Contratado, representados pela Instituição Administradora, acima qualificados, devidamente representados, doravante conjuntamente denominados "Partes", resolvem, de forma irrevogável e irretratável, celebrar o presente Termo de Cessão, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir especificadas:

- Todas as condições e termos relativos a presente cessão que não estiverem expressamente estabelecidas neste Termo de Cessão encontram-se descritos no Contrato de Cessão firmado entre as Partes.
- Pelo presente Termo de Cessão, o Cedente cede e transfere ao Contratado, sem qualquer direito de regresso ou sub-rogação do Contratado, os Direitos Creditórios descritos na relação de Direitos Creditórios Cedidos e pelo Preço de Aquisição/Valor Negociado acima especificado, mediante crédito na Conta Corrente Autorizada, conforme o caso, pelo que o Cedente dá ao Contratado a plena, ampla, pura, irrevogável e irretratável quitação, para não mais reclamar, seja a que tempo e título for.
- Os documentos representativos dos Direitos Creditórios cedidos são depositados, conforme estabelecido no Contrato de Cessão.
- As Partes declaram, estarem cientes do disposto na Lei n.º 9.813/98, sobre crimes de "lavagem de dinheiro", e nomeas complementares editadas pelo Conselho Monetário Nacional e pelo Banco Central do Brasil, e de suas responsabilidades em razão destas disposições legais.
- A presente cessão é feita em caráter irrevogável e irretratável, e exclui expressamente a cláusula de arrependimento, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
- O presente Termo de Cessão será regido e interpretado em conformidade com as leis da República Federativa do Brasil.
- As Partes, pelo presente Termo de Cessão, irrevogavelmente concordam em submeter ao Foro da Cidade de Osasco, quaisquer divergências que venham a resultar do presente Termo de Cessão, com a renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- Este Termo de Cessão é parte integrante do Contrato de Cessão.

As Partes assinam o presente Termo de Cessão em 4 (quatro) vias, cada qual com o mesmo teor e para um único propósito e efeito, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas:

São Paulo, 25 de Maio de 2009

NOME DO FORNECEDOR

FMC FIDC MERCANTIS E SERVIÇOS

Testemunhas:

1. _____ 2. _____
Nome: _____ Nome: _____
RG: _____ RG: _____
CPF: _____ CPF: _____

Bradesco é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

11DEZ 003369084

Anexo 2

Procuração Irrevogável

REGISTRADO

PROCURAÇÃO PÚBLICA BASTANTE QUE FAZ: [●].

S A I B A M quantos este público instrumento de procuração bastante virem que, no dia [●] do mês de [●] do ano de dois mil e nove (2009), nesta Cidade de [●], Estado de [●], República Federativa do Brasil, no [●]º Tabelionato de Notas, perante mim, Escrevente Autorizada, compareceu, como OUTORGANTE, [●], [qualificar], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [●] ("OUTORGANTE"), à vista dos documentos de representação e identificação a mim, Escrevente Autorizado, exibidos, em seus originais, do que dou fé. ENTÃO, PELA REFERIDO OUTORGANTE, me foi dito que por este instrumento e nos melhores termos de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do art. 684 do Código Civil brasileiro, CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 52.904.364.0001/08 ("OUTORGADA"), na qualidade de administradora do FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS, condomínio fechado, cujo regulamento foi devidamente registrado no [●]º Registro de Títulos e Documentos de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº [●], em [●], inscrito no CNPJ/MF sob o nº [●] ("Fundo"), com poderes especiais para, observados os termos e condições do "Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças", firmado em [●] de [●] de 2009 e registrado em [●] de [●] de 2009 no [●]º cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de [●], Estado de [●], sob o nº [●] ("Contrato de Cessão"), firmar, por conta e ordem do OUTORGANTE, os termos de cessão consolidados formalizando, perante terceiros, a cessão de direitos creditórios do OUTORGANTE para o Fundo, nos termos do Contrato de Cessão, podendo tal documento ser celebrados por meio de instrumento público ou particular, podendo, *inter alia*, efetuar registros, lavrar escrituras e firmar, por conta e ordem do OUTORGANTE, todo e qualquer tipo de documento, contrato, termo e formulário, perante qualquer pessoa, de direito público ou privado, e realizar todo e qualquer ato ou procedimento necessário à celebração e formalização dos procedimentos acima referidos e de qualquer instrumento jurídico referido no Contrato de Cessão. A outorga de poderes especiais pela OUTORGANTE à OUTORGADA, nos termos desta procuração irrevogável, é condição dos negócios avençados no Contrato de Cessão. A OUTORGADA poderá subestabelecer, no todo ou em parte, os poderes a esta outorgados neste instrumento. A presente procuração é passada pelo prazo de 10 (dez) anos contado da presente data ou até a data de rescisão do Contrato de Cessão, o que ocorrer antes. E DE COMO ASSIM O DISSE DOU FÉ. Pediu-me e lhe lavrei o presente instrumento, o qual feito e lido e por achá-lo em tudo conforme sua vontade, outorgou, aceitou e assina. Custas e Emolumentos: Ao Tabelião: R\$[●]; ao Estado: R\$[●]; ao IPESP: R\$[●]; ao Registro Civil: R\$[●]; ao Tribunal de Justiça: R\$[●]; à Santa Casa: R\$[●]; Total: R\$[●]. NADA MAIS, dou fé. Eu, [●], Escrevente Autorizada, a lavrei. Eu, [●], Substituto do Tabelião, a subscrevi. (a.a.) // (Devidamente Selada). Traslada na mesma data. Eu, [●], Escrevente Autorizada, a digitei. Eu, [●], Substituto do Tabelião, infra-assinado, porto por fé que a presente é cópia original do Livro nº [●] – Páginas [●].

Em testemunho da verdade.

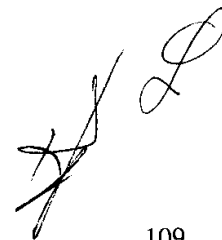
[●]

ANEXO IV – PROCEDIMENTOS DE COBRANÇA

11 DEZ 2003 369084
REGISTRADO

Com relação aos todos os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo, vencidos e não pagos, sem prejuízo do provisionamento destes Direitos Creditórios, nos termos do Capítulo Quinze do Regulamento, deverão ser tomadas as seguintes providências:

1. Caso não haja o recebimento total, pelo Fundo, dos valores devidos pelo Sacado, em até 30 (trinta) dias após o vencimento do respectivo Direito Creditório de sua titularidade, a Administradora encaminhará comunicação ao Cedente e ao Sacado sobre tal inadimplemento. Tal comunicação poderá ser encaminhada por meio de carta, via fac-símile ou por *e-mail*, desde que seu recebimento seja devidamente comprovado.
2. Se, em até 15 (quinze) dias contados do recebimento da comunicação mencionada no item 1 acima, não houver adimplemento do Direito Creditório em atraso ou, se for o caso, pagamento pela resolução da cessão do respectivo Direito Creditório, nos termos do respectivo Contrato de Cessão, devidamente atualizado *pro rata temporis*, a Administradora deverá avaliar o custo *versus* o benefício de ingresso com as medidas judiciais e administrativas necessárias para recebimento, pelo Fundo, do respectivo montante.
3. Caso a Administradora decida por ingressar com as medidas judiciais e administrativas, a mesma contratará, às expensas do Fundo e por conta e ordem deste, empresa especializada na recuperação de Direitos Creditórios vencidos e não pagos.
4. Concomitantemente aos procedimentos acima descritos, caberá ao Custodiante provisionar automática e integralmente os Direitos Creditórios de titularidade do Fundo vencidos e não pagos por mais de 45 (quarenta e cinco) dias (inclusive).
5. Todas as despesas, taxas, custos e emolumentos incorridos pela Administradora com a implementação das rotinas aqui previstas serão arcadas pelo Fundo, não sendo a Administradora responsável pelo não ingresso de tais medidas pela ausência de recursos suficientes no Fundo.



11 DEZ 2003 369084

ANEXO V – SUPLEMENTO REGISTRADO

Suplemento n° [•] das Quotas Seniores da [•]ª Série

Série de Quotas Seniores [•]^a

Montante de Quotas Seniores R\$ [•] ([•])

Quantidade de Quotas [•] ([•])
Seniores da [•]ª Série

Spread_k [•]% ao ano

Amortizações Programadas

Ta	T	$PP_{k,ta}$
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado
1	[•]	[•]%
2	[•]	[•]%
3	[•]	[•]%
4	[•]	[•]%
5	[•]	[•]%
6	[•]	[•]%
7	[•]	[•]%
8	[•]	[•]%
9	[•]	[•]%
10	[•]	[•]%
11	[•]	[•]%
12	[•]	[•]%
13	[•]	[•]%
14	[•]	[•]%

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2003 369084

15	[•]	[•]%
16	[•]	REGISTRADO
17	[•]	[•]%
18	[•]	[•]%
19	[•]	[•]%
20	[•]	[•]%
21	[•]	[•]%
22	[•]	[•]%
23	[•]	[•]%
24	[•]	[•]%
25	[•]	[•]%
26	[•]	[•]%
27	[•]	[•]%
28	[•]	[•]%
29	[•]	[•]%
30	[•]	[•]%
31	[•]	[•]%
32	[•]	[•]%
33	[•]	[•]%
34	[•]	[•]%
35	[•]	[•]%
36	[•]	[•]%
37	[•]	[•]%
38	[•]	[•]%
39	[•]	[•]%
40	[•]	[•]%
41	[•]	[•]%
42	[•]	[•]%
43	[•]	[•]%
44	[•]	[•]%
45	[•]	[•]%
46	[•]	[•]%
47	[•]	[•]%

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2003 3369084

48	[•]	[•]%
49	[•]	REGISTRADO
50	[•]	[•]%
51	[•]	[•]%
52	[•]	[•]%
53	[•]	[•]%
54	[•]	[•]%
55	[•]	[•]%
56	[•]	[•]%
57	[•]	[•]%
58	[•]	[•]%
59	[•]	[•]%
60*	[•]	[•]%

* última Data de Amortização

Montante de Quotas R\$ [•] ([•])
Subordinadas

Quantidade de Quotas [•] ([•])
Subordinadas

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

São Paulo, [•] de [•] de [•].



Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2000 003369084

FUNDO/ADMINISTRADORA:

REGISTRADO

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, na qualidade de administradora do FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E COMMODITIES, na qualidade de administradora do FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS

Nome:

Nome:

Cargo:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

Nome:

RG:

RG:

CPF/MF:

CPF/MF:





1º OFICIAL DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS SP
Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

ANEXO VI – FAIXA DE VENCIMENTOS

REGISTRADO

Faixas de Prazo de Vencimento dos Direitos Creditórios	Referência para Taxa DI Futura
Entre 5 e 21 dias úteis	Contratos com prazo de 30 dias
Entre 21 e 42 dias úteis	Contratos com prazo de 60 dias
Entre 42 e 63 dias úteis	Contratos com prazo de 90 dias



114

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

11 DEZ 2003 369084

**ANEXO VII – TERMO DE CESSÃO PÚBLICA
REGISTRADO**

1. Os direitos creditórios (“Direitos Creditórios”) identificados sinteticamente nos anexos demonstrativos, incluindo todos os direitos, as garantias e prerrogativas decorrentes de sua titularidade, foram cedidos, em caráter irrevogável e irretratável, no período compreendido entre [•] de [•] de [•] (inclusive) e [•] de [•] de [•] (exclusive), pela [•], [qualificar] (“Cedente”), neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, ao **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº [•] (o “Fundo”), neste ato representado por sua instituição administradora, sem qualquer direito de regresso ou cobrança da Cedente, na forma estipulada no “Instrumento Particular de Contrato de Promessa de Cessão e Aquisição de Direitos Creditórios e Outras Avenças”, firmado em [•] de [•] de [•] e registrado (a) em [•] de [•] de [•] no [•]º Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sob o nº [•], (b) em [•] de [•] de [•] no [•]º de Cartório de Registro de Títulos e Documentos da cidade de [•], Estado de [•], sob o nº [•] (“Contrato de Cessão”), do qual este termo e os anexos demonstrativos são partes integrantes. O Cedente, neste ato, declara que os Preços de Aquisição, referentes aos Direitos Creditórios constantes dos anexos demonstrativos, foram devidamente pagos e recebidos pelo Cedente, em moeda corrente nacional, tendo o Cedente passado ao Fundo a mais ampla, rasa e geral quitação. Termo definidos no Regulamento do Fundo e no Contrato de Cessão terão o mesmo significado ali atribuído quando utilizados neste instrumento.

[•], [•] de [•] de [•].

CEDENTE

[•]

Nome:
Cargo:

[•]

Nome:
Cargo:

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento

11 DEZ 2008 3369084

FUNDO/ADMINISTRADORA REGISTRADO

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES, na qualidade de
administradora do FCM FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS

Nome:

Cargo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE
VALORES MOBILIÁRIOS, CÂMBIO E
COMMODITIES, na qualidade de
administradora do FCM FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
CREDITÓRIOS MERCANTIS E
SERVIÇOS

Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG:

CPF/MF:

Nome:

RG:

CPF/MF:

116

Este anexo é parte integrante e inseparável do Regulamento do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços. Qualquer mudança em seu conteúdo implica em alteração do Regulamento.

11 DEZ 2000 3369084

ANEXO VIII - TERMO DE ADESÃO AO REGULAMENTO E CIÊNCIA DE RISCO
REGISTRADO

Termo de Adesão ao Regulamento e Ciência de Risco do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços

À

CONCORDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES

[●]

São Paulo, SP

Eu, [●] [nome completo], [com sede] [residente] na [●] inscrito(a) no [CNPJ/MF] [CPF/MF] sob o nº [●], na qualidade de investidor do **FCM FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS MERCANTIS E SERVIÇOS** ("Fundo"), administrado pela **CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E COMMODITIES** ("Administradora"), tendo como Diretor Designado, o Sr. [●], declaro:

I. Ter recebido, lido e compreendido os termos do Regulamento do Fundo e de seu prospecto, concordando integralmente com todos os seus termos e condições, declarando, ainda, estar ciente e de acordo com a política de investimentos adotada pelo Fundo, estando todos os seus termos de acordo com o perfil de risco pretendido.

II. Estar de acordo e ciente de que:

- a) os investimentos do Fundo não representam depósitos bancários, não possuem garantia da Administradora, do Gestor, do Custodiante, do Distribuidor Líder, dos demais Distribuidores e/ou dos Cedentes e/ou de suas Pessoas controladoras, sociedades por estes direta ou indiretamente controladas, a estes coligadas ou outras sociedades sob controle comum ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC;
- b) não obstante a adoção por parte da Administradora e do Gestor de padrões criteriosos no que se refere à administração técnica da carteira do Fundo e do cumprimento de sua política de investimentos, por sua própria natureza, os investimentos do Fundo estarão sempre sujeitos a riscos provenientes das flutuações

117

de mercado, a riscos de crédito dos devedores dos Direitos Creditórios Mobiliários do Fundo, entre outros, sendo que poderá haver, portanto, perda, parcial ou total, e atraso no reembolso do capital investido;

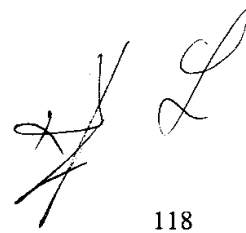
- c) a existência de rentabilidade/performance do Fundo no passado não constitui garantia de rentabilidade/performance futura;
- d) o periódico a ser utilizado na divulgação das informações relativas ao Fundo será de o jornal “Monitor Mercantil”, do Rio de Janeiro (“Periódico”), observado o disposto no Capítulo Vinte e Três. Excepcionalmente, os anúncios de início e encerramento de distribuição de Quotas do Fundo e eventual aviso ao mercado comunicando protocolo, na CVM, de pedido de registro de qualquer distribuição pública poderão ser publicados no Periódico, no jornal “Valor Econômico”, edição nacional; e
- e) as Quotas do Fundo apenas poderão ser subscritas, integralizadas ou adquiridas por investidores qualificados, nos termos das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

III. Ademais, nos termos do item (11.4) do Capítulo Onze informamos que comunicações a mim enviadas pela Administradora deverão ser encaminhadas para o seguinte endereço eletrônico (*e-mail*), aos cuidados do Sr. [●] [qualificar].

(Local e data)

Nome:

Cargo:



118

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 2
SUPLEMENTO DA 1ª SÉRIE DE QUOTAS SENIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

4 Série STRADQ

1^a

R\$127.500.000 (cento e vinte e sete milhões e quinhentos mil reais)

127.500 (cento e vinte e sete mil e quinhentas)

1,4% ao ano

Ta	T	$PP_{1;ta}$
Ordinal da Data de Amortização	Data de Amortização	Percentual do Valor Unitário de Emissão a ser amortizado
1	25/01/2011	0%
2	25/01/2012	0%
3	25/01/2013	0%
4	25/01/2014	0%
5	25/01/2015*	100%

* última Data de Amortização

R\$22.500.000,00 (vinte e dois milhões e quinhentos mil reais)

22.500 (vinte e dois mil e quinhentas)

Os termos utilizados neste Suplemento e que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Regulamento.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "J. J." or similar, located at the bottom right of the page.

FUNDO/ADMINISTRADORA **Okardo Gattai**
Diretor

16 NOV 2009 003367344

REGISTRADO

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE
VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E
COMMODITIES, na qualidade de
administradora do FCM FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
Nome:

Cargo:

CONCÓRDIA S.A. CORRETORA DE
VALORES MOBILIÁRIOS, CâMBIO E
COMMODITIES, na qualidade de
administradora do FCM FUNDO DE
INVESTIMENTO EM DIREITOS
Nome:

Cargo:

Testemunhas:

Nome:

RG: **Mauro Sergio Mattes**
CPF/MF: CPF: 176.009.188-03
RG: 22.568.008-7

Nome:

RG: **Luís Locaspi**
CPF: 042.860.198-70
CPF/MF: RG: 11.620.828-4 SSP-SP

Página de assinaturas do Suplemento nº 1 da 1ª Série de Quotas Seniores de emissão do FCM Fundo de Investimento
em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços



1º Oficial de Registro de Títulos e Documentos
e Civil de Pessoa Jurídica - CNPJ 45.564.895/0001-25
Rua XV de Novembro, 244 - 9º andar - Tel.: 3104-8770 - São Paulo

EMOLS	3.189,54	Apresentado HOJE, protocolado e registrado em
ESTADO	906,51	microfilme sob nº 3367344
IPESP	671,48	anotado sob nº 3365793
R.CIVIL	167,87	
T.J.	167,87	
TOTAL	5.103,27	

Seios e taxas
Recolhidas por verba
11778183



São Paulo, 16 de novembro de 2009.
Bel. Paulo Roberto de Carvalho Rêgo - Oficial
Danilo de Moraes Oliveira / Oséias Ferreira Nobre Filho
Antonio José da Silva Almeida
Oficiais Substitutos

ANEXO 3
RELATÓRIOS DAS AGÊNCIAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Recebíveis
Comerciais/Brasil
Relatório de Rating
Preliminar

FCM Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - Mercantis e Serviços Classe Sênior - Série 2009-1

Resumo da Transação

Analistas

Finanças Estruturadas

Ely Mizrahi
55 11 4504-2600
ely.mizrahi@fitchratings.com

Jayme Bartling
55 11 4504-2600
jayme.bartling@fitchratings.com

Pesquisa Relacionada

Metodologia

- “Global Rating Criteria for Trade Receivables Securitizations”, 28 de janeiro de 2008;

Outra Pesquisa

- “Relatório Analítico: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)”, 13 de agosto de 2009.

Sumário

Resumo da Transação	1
Transação e Estrutura Legal	4
Análise do Colateral	5
Estrutura Financeira	7
Risco de Contrapartes	10
Monitoramento	10
Apêndice: Resumo da Transação	12

Rating Preliminar

Classe/Série	Montante (BRL MM)	Vencimento Final Legal	Rating	Reforço de Crédito**	Perspectiva
Sênior Série 2009-1	127,5	Nov. /2014	AAA(bra)	14,33%	Estável
Subordinada	22,5	Nov. /2014	NA	--	--
Total Emissão	150,0				

O Rating Preliminar não constitui a opinião de crédito da Fitch Ratings, porém é uma indicação que poderá ser confirmada ou não no momento da atribuição do rating final. O Rating Preliminar está baseado em informações prévias fornecidas pelo emissor e outros participantes da estruturação desta oferta até 23 de setembro de 2009. O Rating Preliminar fica condicionado à conferência dos documentos finais que estejam em conformidade com as informações já recebidas. Quaisquer alterações das informações poderão resultar em atribuição de rating final diferente do preliminar. Os ratings de crédito da Fitch não constituem recomendação de compra, venda ou manutenção de um título. O prospecto e outros materiais disponibilizados desta oferta deverão ser lidos anteriormente à sua aquisição.

NA – Não Avaliada.

** Reforço de crédito na forma de cotas subordinadas adicionado à sobrecolateralização (calculada sobre o saldo devedor de carteira de BRL147,5 milhões). Este saldo devedor da carteira reflete a dedução de despesas estimadas de estruturação serem pagas no início da operação.

Fonte: Fitch Ratings

A Fitch Ratings atribuiu o Rating Nacional Preliminar de Longo Prazo ‘AAA(bra)’ à primeira série de cotas seniores do FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Mercantis e Serviços (FIDC FCM). Esta operação consiste na securitização de direitos creditórios de recebíveis comerciais performados provenientes da prestação de serviços e aquisição de bens de produtos por parte da Petrobras Distribuidora S.A. (BR Distribuidora) com seus fornecedores. A primeira série de cotas seniores será objeto de oferta pública de distribuição, enquanto a emissão de cotas subordinadas será integralmente adquirida pela própria BR Distribuidora.

O Rating Preliminar atribuído às cotas seniores reflete a capacidade de pagamento integral do principal investido, acrescido de juros acumulados pela taxa anual de CDI acrescido de até 1,75%, até o vencimento final legal da transação, em novembro de 2014.

Principais Fundamentos do Rating

Pontos Fortes

- **Reforço de Crédito** - A primeira série de cotas seniores conta com reforço de crédito inicial de 14,33%, composto por um mínimo de 13,5% de cotas subordinadas e sobrecolateralização de 0,83%, resultante do desconto dos direitos creditórios. Apesar de a emissão de cotas subordinada perfazer uma proporção inicial de 15% do patrimônio líquido (PL) do fundo, a razão mínima para fins de amortização de cotas subordinadas não poderá ser inferior a 13,5% do PL, sendo este o percentual que a Fitch considerou como reforço de crédito mínimo na análise.
- **Risco de Crédito do Sacado** - Os direitos creditórios elegíveis para esta transação deverão ter como sacado apenas a BR Distribuidora, subsidiária integral da Petrobras, classificada pela Fitch com o Rating Nacional de Longo Prazo ‘AAA (bra)’.
- **Qualidade da Carteira de Crédito** - A carteira de direitos creditórios a ser adquirida pelo fundo será cedida pelos fornecedores da BR Distribuidora, e o pagamento por parte desta não depende da performance do fornecedor. Desta

forma, o produto ou o serviço foi devidamente entregue e verificado pela BR Distribuidora.

- **Pulverização Mínima de Cedentes** - A estrutura do fundo busca, sobretudo, assegurar um limite máximo de concentração por cedente individual de 10,0% do patrimônio líquido (PL) do fundo. Esta pulverização é positiva do ponto de vista de diminuir a exposição a riscos de diluição dos direitos creditórios cedidos por um determinado cedente.
- **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Todos os direitos creditórios dos cedentes deverão ser pagos pela BR Distribuidora em conta corrente específica no Banco Bradesco, vinculada ao CNPJ do cedente. Entretanto, a titularidade da conta é do Banco Bradesco, que realiza diariamente a conciliação e a transferência dos recebimentos de direitos creditórios do fundo e do cedente.
- **Integridade da Estrutura Jurídica** - Devido à estrutura legal desta operação, a Fitch está convicta de que um evento de insolvência dos cedentes não deverá afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditório do fundo, e de que o FIDC será capaz de honrar os compromissos com os investidores seniores.

Pontos Fracos

- **Risco de Diluição dos Direitos Creditórios** - A carteira de direitos creditórios elegível está exposta a riscos relacionados à diluição (devoluções, erros de emissão de nota fiscal, etc.), sendo que tais riscos diferem da qualidade de crédito da BR Distribuidora.
- **Descasamento das Taxas de Juros** - O direito creditório será descontado pela taxa de cessão estabelecida. Este rendimento prefixado deverá fazer frente à taxa benchmark de rendimento pós-fixado das cotas seniores emitidas pelo fundo, o que resultará no descasamento das taxas dentro do prazo dos recebíveis.
- **Originação dos Direitos Creditórios** - O esforço de originação dos direitos creditórios desta operação será realizado pela Security Administradora de Recursos Ltda. (Security), que prestará pela primeira vez este tipo de serviço neste segmento de mercado. Apesar de esta empresa ter experiência na originação de créditos em outros segmentos, isto poderia, no entender da Fitch, afetar a revolvência da carteira de direitos creditórios da transação, apesar da forte demanda por crédito por parte dos fornecedores da BR Distribuidora.

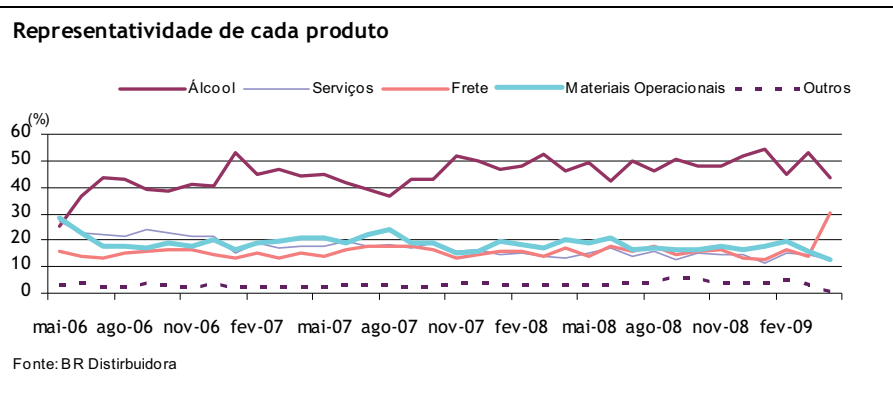
Modelagem, Aplicação de Critério e Dados Históricos

Análise de Dados

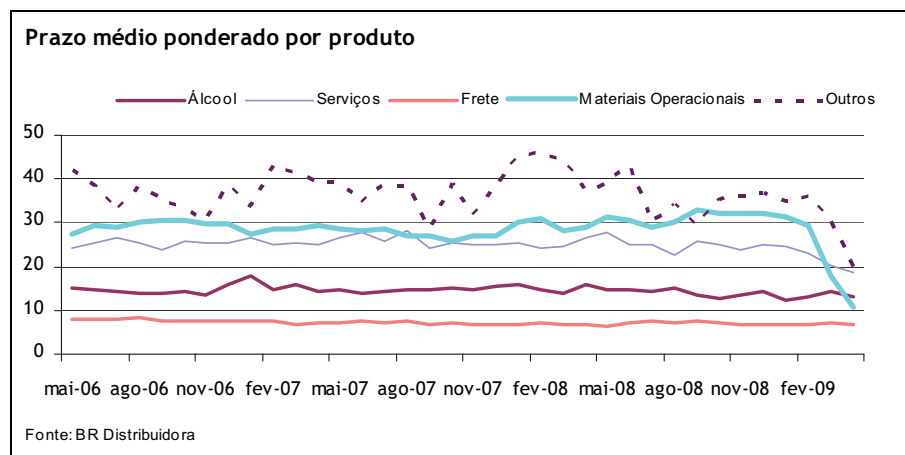
A Fitch recebeu informações históricas sobre as características dos direitos creditórios elegíveis, o desempenho de pagamentos realizados pela BR Distribuidora e eventos de diluição (vícios redibitórios) presentes nesta carteira. As informações abrangem um período de observação de maio de 2006 a abril de 2009, e foram divididas em cinco grupos distintos: créditos relacionados à compra de álcool (etanol); créditos relacionados a frete; créditos relacionados à compra de materiais operacionais; créditos relacionados a serviços prestados; e créditos relacionados a outros produtos.

O total de fornecedores verificado nas contas a pagar da BR Distribuidora é de aproximadamente 18.002, ou seja, este é o universo de cedentes da transação, dos quais cerca de 165 também são clientes da empresa (como empresas de transporte que prestam serviços e compram combustível diretamente da BR Distribuidora).

A representatividade de cada produto em relação à carteira total do longo do período de observação foi igual a:



Os créditos de cada categoria de produto possuem prazo médio de pagamento diferenciado. A evolução deste prazo médio ao longo do período de observação foi igual a:



A Fitch destaca que, dependendo da composição e concentração da carteira em determinados direitos creditórios, o giro de recebíveis poderá ser mais rápido. Consequentemente, o descasamento da taxa de juros será menos severo para a transação, uma vez que novas aquisições de direitos creditórios refletiriam quaisquer alterações na taxa de juros das cotas seniores.

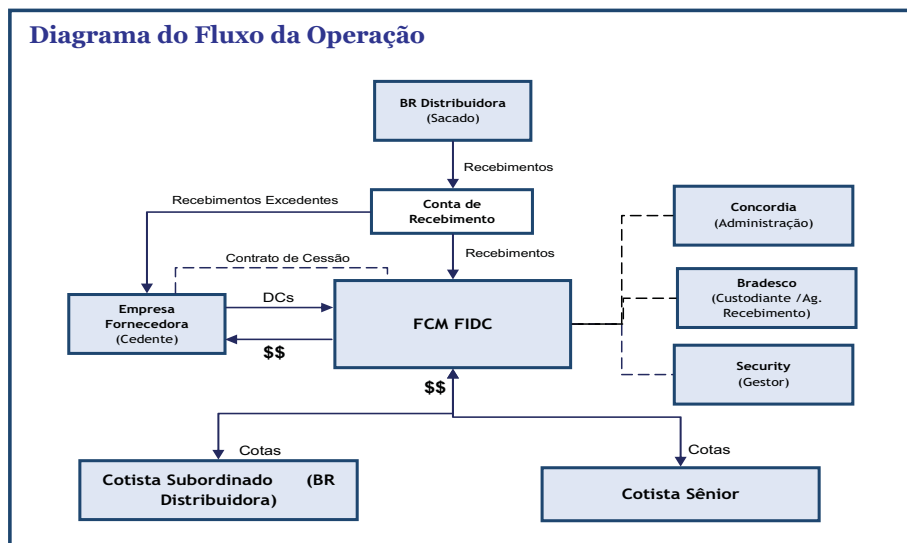
Modelagem

A Fitch desenvolve e utiliza modelos próprios para a modelagem de fluxo de caixa, como parte integrante de seu processo analítico. Este modelo objetiva simular cenários de estresse sobre a operação para avaliar em quanto o reforço de crédito disponível suporta cada série avaliada. A Fitch customiza seu modelo para replicar a estrutura de capital presente na operação, além das características da carteira que lastreia os direitos creditórios.

Aplicação de Critério

Considerando a característica do ativo elegível a ser securitizado através do FIDC, a Fitch utilizou para a análise desta transação a abordagem metodológica para derivar as premissas num cenário base de perda, diluição, descasamento da taxa de juros e múltiplos de estresse. O critério global de avaliação para securitizações de recebíveis comerciais, publicado em 28 de janeiro de 2008, está disponível no site da Fitch, em www.fitchratings.com.br.

Diagrama do Fluxo da Operação



Transação e Estrutura Legal

O FCM FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios de condomínio fechado, com prazo até 31 de dezembro de 2040. O fundo será administrado pela Concordia S.A. CCVM (Concordia) e gerido pela Security. O Banco Bradesco S.A. (Bradesco) exercerá as funções de custodiante e atuará como agente de recebimento dos ativos do fundo. A Concordia será responsável pelos procedimentos de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos.

A estrutura do FIDC prevê a subscrição de duas classes distintas de cotas: sênior e subordinada. Desde que aprovado pelo cotista subordinado, a Concordia poderá promover novas emissões de cotas seniores, observadas certas condições previstas no regulamento.

Nesta operação, as cotas subordinadas serão subscritas e integralizadas pela BR Distribuidora, no montante de BRL22,5 milhões, perfazendo 15% do PL e considerando a emissão de BRL127,5 milhões de cotas seniores. Para fins de amortização de cotas subordinadas, a razão mínima deverá ser igual a 13,5% do PL do fundo, sendo que a amortização não poderá fazer com que o percentual caia abaixo do mínimo estabelecido. Caso a razão mínima esteja abaixo de 10% do PL do fundo, será declarado um evento de avaliação e, para tanto, a Concordia deverá convocar uma assembleia geral de cotistas com a finalidade de deliberar se tal fato constitui um evento de liquidação antecipada.

O montante da emissão da primeira série de cotas seniores será de até BRL127,5 milhões, com prazo total de cinco anos. Serão realizadas amortizações anuais de juros no início de novembro de cada ano, e no quinto ano será pago, em parcela única, o principal investido pelos cotistas, acrescido dos juros remanescentes. As cotas subordinadas poderão ser amortizadas após a amortização das cotas seniores, respeitando o limite de 13,5% do PL do fundo.

Ao contrário de outras operações estruturadas que utilizam o critério de provisionamento de direitos creditórios vencidos e não pagos, conforme a Resolução 2.682 do Banco Central, os direitos creditórios pertencentes ao fundo que estejam vencidos e não pagos por mais de 45 dias serão integralmente provisionados pelo custodiante.

Estrutura Legal

Em razão da estrutura legal desta operação, a Fitch está convicta de que um evento de insolvência ou recuperação judicial das cedentes não deverá afetar a integridade das cotas emitidas ou das garantias nelas constituídas, e de que o fundo será capaz de honrar os compromissos com os investidores. A Fitch recebeu parecer legal da assessoria jurídica da transação, atestando quanto à constituição de cessão definitiva, de forma perfeita e acabada, da carteira de crédito objeto da securitização.

Esclarecimento

Em sua análise de crédito, a Fitch confia na opinião legal e/ou fiscal emitida pela assessoria jurídica da transação. A Fitch reforça que não presta aconselhamento legal e/ou fiscal e nem atesta que opiniões legais e/ou fiscais ou quaisquer outros documentos relacionados à transação ou à sua estrutura sejam suficientes para qualquer propósito. A nota ao final deste relatório esclarece que este documento não constitui consultoria legal, fiscal ou sobre a estruturação da operação por parte da Fitch e nem deve ser utilizado como tal. Caso os leitores deste relatório necessitem de aconselhamento legal, fiscal e/ou sobre a estruturação, eles devem procurar profissionais capacitados nas jurisdições relevantes.

Análise do Colateral

O fundo irá adquirir de diversos cedentes direitos creditórios devidos pela BR Distribuidora, oriundos de créditos performados da prestação de serviços e fornecimento de bens. O fundo somente poderá adquirir direitos creditórios existentes e performados e que atendam aos critérios de elegibilidade.

Crítérios de Elegibilidade

Os direitos creditórios a serem adquiridos pelo fundo serão submetidos previamente a certos critérios de elegibilidade, cuja verificação será de responsabilidade do Bradesco. Estes critérios incluem os seguintes requisitos:

- A partir da data de aquisição, o direito creditório deverá possuir vencimento entre cinco e sessenta dias corridos;
- O valor nominal de cada direito creditório deverá ser igual ou superior a BRL5.200,00;
- A concentração máxima permitida por cedente é de 10% do PL do fundo.

Além dos critérios de elegibilidade, os direitos creditórios deverão atender a certas condições para cessão, a serem verificadas pela Concordia, dentre as quais:

- O cedente passa a ser inelegível caso qualquer direito creditório cedido estiver em atraso, contado da data de vencimento, por mais de trinta dias.

Riscos de Perda e Atraso

Segundo as informações recebidas pela Fitch, a incidência de atrasos de um a cinco dias é comum nas contas a pagar da BR Distribuidora. Esta situação se deve ao fato de que, quando é emitida uma nota de débito, o sistema de contas a pagar da BR Distribuidora não verifica se a data de vencimento cai num fim de semana ou feriado - o que gera um atraso normal no processamento dos pagamentos realizados. Atrasos acima de seis dias são muito baixos e, em determinados meses, inexistentes.

Riscos de Diluição

Todos os eventos que reduzem a expectativa de recebimento de fluxo de caixa e não estão relacionados a problemas de crédito são considerados eventos de diluição. A Fitch identificou a existência de uma exposição a riscos de diluição com relação aos créditos devidos pela BR Distribuidora. Os principais deles são:

- **Estorno com devolução total:** Neste caso, mesmo após o processo de

verificação e aprovação por parte da BR Distribuidora, é identificado algum tipo de problema com relação ao produto ou serviço. Em seguida, é feita a devolução total e o crédito devido é estornado;

- **Estorno com devolução parcial:** Mesmo após o processo de verificação e aprovação pela BR Distribuidora, é encontrado um defeito ou problema em parte do produto ou do serviço prestado. Neste caso, o procedimento geralmente adotado pela BR Distribuidora é o pagamento total do produto ou do serviço, e o fornecedor emite uma nota de crédito em favor da BR Distribuidora;
- **Estorno por erro de lançamento da nota de pagamento no sistema;**
- **Encontro de contas (compensação):** Este tipo de ação por parte da BR Distribuidora pode ser causada pelas seguintes situações:
 - O fornecedor da BR Distribuidora é também cliente, de forma que ele possui um crédito e um débito com a BR Distribuidora, que é respectivamente compensado;
 - A BR Distribuidora tem uma nota de crédito emitida pelo fornecedor, fruto de uma devolução parcial executada; logo, esta nota de crédito é utilizada como forma de pagamento de um novo débito devido ao fornecedor;
 - A BR Distribuidora concede um adiantamento ao fornecedor antes de o produto ou o serviço ser entregue, e este passa a contar com um crédito da BR Distribuidora. Tão logo o produto ou o serviço seja finalizado, é emitida uma nota de pagamento, e o valor do adiantamento é abatido desta nota.

Geralmente, este adiantamento é concedido a produtores de álcool. O objetivo é aproveitar um bom momento do preço do produto, para que a BR Distribuidora feche o preço do álcool adiantando até 20% do valor da compra.

No cálculo da reserva dinâmica e da modelagem do fluxo de caixa realizada pela Fitch, foi realizado um ajuste nos percentuais de diluição apresentados pela carteira, tendo em vista que o encontro de contas é um evento ao qual os cotistas seniores não estarão expostos ao longo do programa de securitização. Isto se deve ao fato de que, quando o fornecedor realiza uma cessão de créditos, a titularidade do direito creditório deixa de ser do fornecedor e passa a ser do FIDC. Assim, a BR Distribuidora não poderá mais realizar a compensação do crédito cedido ao fundo com um débito do fornecedor.

Riscos de Performance do Cedente

Tendo em vista que para esta operação apenas créditos performados são passíveis de cessão por parte do cedente, a exposição ao risco de performance do cedente para a concretização do pagamento dos direitos creditórios por parte da BR Distribuidora é nula.

Concentração por Sacado

A operação está integralmente exposta a um único sacado, a BR Distribuidora, subsidiária integral da Petrobras. As dívidas seniores sem garantia da Petrobras são avaliadas pela Fitch com o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA(bra)'. Além disso, sua capacidade de pagamento dos valores devidos às empresas fornecedoras condiz com este perfil creditício.

Entretanto, o risco de diluição presente nos créditos devidos pela BR Distribuidora

é divergente do risco de crédito, e é o elemento preponderante na análise. Este risco reduz a expectativa do fluxo de caixa a ser gerado pelos direitos creditórios que lastreiam esta operação estruturada.

Estrutura Financeira e Modelagem de Fluxo de Caixa

Reforço de Crédito

Subordinação

Os investidores seniores contarão com reforço de crédito inicial de 15,0%, mediante a emissão de cotas subordinadas. Entretanto, diversas despesas de estruturação serão pagas com os recursos aportados, o que resultará na redução inicial desta subordinação para uma estimada em 13,5%. Desta forma, Fitch calcula que o saldo de recursos disponíveis para a aquisição de direitos creditórios deverá ser em torno de BRL147,5 milhões. O reforço de crédito inicial foi então calculado a partir do nível de sobrecolateralização de 13,5%, proporcionado pela diferença entre o saldo devedor total da carteira, de BRL147,5 milhões, e o valor nominal das cotas seniores, de BRL127,5 milhões. Para fins de amortização de cotas subordinadas, este percentual não poderá ser inferior a 13,5%.

Sobrecolateralização

No decorrer da operação, o fundo realizará cessões de crédito considerando, pelo menos, a taxa mínima de desconto estabelecida no regulamento da transação. Esta taxa mínima é composta pelo custo das cotas seniores, adicionada a um *spread* fixo anual de 2,0%. A Fitch estima que será gerada sobrecolateralização de aproximadamente 0,83%, conforme a tabela abaixo:

Sobrecolateralização

Componente	Cálculo	Resultado
Direitos Creditórios	$((1+8,75\%) \times (1+1,75\%) \times (1+2\%)) - 1$ x 80% do PL	10,29%
Outros Ativos	$(8,75\%) \times 20\%$ do PL	1,75%
(Cotas seniores)	$((1+8,75\%) \times (1+1,75\%)) - 1$ x 86,5% do PL	(9,21%)
(Custos e Despesas da Operação)		(2,00%)
Sobrecolateralização		0,83%

Elaboração: Fitch Ratings

A Fitch assumiu para o cálculo:

- Taxa DI de 8,75% ao ano;
- 80% do fundo estarão investidos em direitos creditórios e 20%, em outros ativos;
- Custos e Despesas (taxa de administração, gestão e custódia) a 2,0% ao ano; e
- Representatividade das cotas seniores frente ao PL de 86,5%.

Reserva de Caixa

Com o intuito de atender à amortização das cotas seniores e às despesas e aos encargos do fundo, será constituída uma reserva de caixa com o fluxo de caixa oriundo dos direitos creditórios. A reserva é igual à soma das despesas e dos encargos dos próximos dois meses e à soma da próxima amortização de cotas seniores, vincenda nos noventa dias subsequentes. Se for maior, a reserva corresponderá a 1,0% do PL do fundo.

A Concordia deverá estabelecer e apurar a reserva de caixa diariamente. Caso esta não atenda ao mínimo exigido noventa dias antes da amortização das cotas seniores, a Concordia interromperá a aquisição de novos créditos e irá gerir a alocação em outros ativos, de modo a dispor, na data da amortização, do montante de recursos mais próximo possível do valor da próxima amortização programada.

Tendo em vista que, pelo critério de elegibilidade, o direito creditório não poderá ter vencimento superior a sessenta dias e a reserva de caixa para amortização

futura deverá ser atendida com noventa dias de antecedência, caso a reserva não seja atendida, a carteira de direitos creditórios vencerá nos sessenta dias seguintes, e o fundo contará, ainda, com trinta dias de antecedência à amortização para prover caixa suficiente através da cobrança de créditos inadimplidos, para fazer frente à amortização das cotas seniores.

Ordem de Prioridade de Pagamentos

Todos e quaisquer valores recebidos mensalmente pelo fundo referentes aos direitos creditórios cedidos deverão ser alocados na seguinte ordem:

- Pagamento dos encargos de responsabilidade do fundo;
- Constituição ou enquadramento da reserva de caixa;
- Provisionamento e criação de reserva monetária no montante estimado dos encargos do mês subsequente, incluindo a constituição de reservas de pagamento relacionadas à liquidação e extinção do Fundo;
- Amortização das cotas seniores em circulação;
- Aquisição de novos direitos creditórios;
- Amortização das cotas subordinadas.

Principais Gatilhos

Dentre os gatilhos de desempenho da operação (eventos de avaliação e liquidação antecipada), a Fitch destaca os seguintes:

- **Relação mínima de subordinação** - Este gatilho será acionado caso a relação mínima de subordinação ultrapasse o valor de 110% e não seja restabelecida dentro de cinco dias úteis da verificação do desenquadramento. A relação mínima é verificada diariamente pela Concordia e calculada como a razão entre o PL do fundo e o valor das cotas seniores em circulação. Ou seja, isto significa uma subordinação mínima de 10,0% em cotas subordinadas.
- **Alocação mínima de investimento** - Caso a alocação mínima de investimento esteja desenquadrada por mais de cinco dias úteis, o fundo deverá ter alocado no mínimo 50% do PL em direitos creditórios elegíveis. O saldo remanescente deverá ser aplicado em títulos de emissão do Tesouro Nacional ou do Banco Central do Brasil (Bacen); em operações compromissadas, tendo como lastro títulos públicos federais e contraparte qualquer das instituições autorizadas; e/ou cotas de fundos de investimentos referenciados à taxa DI ou à SELIC.
- **Inadimplência dos Sacados** - Protesto contra o sacado e/ou qualquer de suas afiliadas, cujo valor agregado ultrapasse BRL50,0 milhões, salvo se forem prestadas garantias suficientes em juízo.

Indicadores de Performance

A operação contempla os indicadores de performance abaixo, porém estes não estão atrelados a qualquer evento de avaliação ou liquidação do fundo. A Concordia é responsável pelo cálculo mensal dos seguintes indicadores:

- **Atrasos entre um e trinta dias:** O numerador será a soma dos direitos creditórios em atraso entre um e trinta dias, e o denominador, a soma do valor nominal de todos os direitos creditórios, desconsiderados os direitos creditórios provisionados integrantes da carteira do FIDC;
- **Atrasos entre trinta e 120 dias:** O numerador será a soma dos direitos creditórios em atraso entre trinta e 120 dias, e o denominador, a soma do valor nominal de todos os direitos creditórios, desconsiderados os direitos creditórios provisionados integrantes da carteira do Fundo;
- **Atrasos entre 120 e 180 dias:** O numerador será a soma dos direitos creditórios em atraso entre 120 e 180 dias, e o denominador, a soma do valor nominal de todos os direitos creditórios, desconsiderados os direitos creditórios provisionados integrantes da carteira do FIDC;

- **Atrasos acima de 180 dias:** O numerador será a soma dos direitos creditórios em atraso acima de 180 dias, e o denominador, a soma do valor nominal de todos os direitos creditórios, desconsiderados os direitos creditórios provisionados integrantes da carteira do FIDC.
- **Índice de Perda Acumulada:** Índice equivalente ao somatório dos indicadores de atraso listados acima.

Reserva Dinâmica

Através do cálculo da reserva dinâmica, a Fitch mensura se o reforço de crédito desta operação estruturada de recebíveis comerciais condiz com a categoria de Rating Preliminar atribuído à emissão de cotas seniores.

A reserva dinâmica é uma fórmula que indica a formação e os constantes ajustes do reforço de crédito para a transação, quer sobre a forma de sobrecolateralização ou subordinação. A reserva dinâmica é composta por três componentes: reserva para perdas; reserva para diluições; e reserva de custos da transação e descasamento de taxa de taxa de juros. Mais detalhes sobre o cálculo realizado para a reserva dinâmica estão ilustrados na publicação “Global Rating Criteria for Trade Receivables Securitisations”, de 28 de janeiro de 2008, disponível no site da Fitch.

Esta transação conta com uma subordinação mínima para fins de amortização de cotas subordinadas de 13,5% do PL e sobrecolateralização de aproximadamente 0,83%, resultando em reforço de crédito de 14,33%. Apesar de a transação não contar com o mecanismo da reserva dinâmica para mensurar mensalmente o reforço de crédito, conforme os resultados abaixo, a Fitch calculou através dos dados históricos fornecidos a reserva dinâmica, aplicando o estresse compatível com a categoria de rating ‘AAA(bra)’. A soma dos três componentes da reserva dinâmica, que resultam em 14,16%, confirma que o reforço de crédito presente na transação suporta os estresses da categoria de rating ‘AAA(bra)’:

- Reserva para Perdas - 0,16%;
- Reserva para Diluição - 10,82%;
- Reserva para Custos da Transação e Descasamento de Taxa de Juros - 3,18%.

Modelagem de Fluxo de Caixa

A Fitch utiliza o modelo de fluxo de caixa para verificar se o reforço de crédito disponível será suficiente para suportar estresses condizentes com a categoria de rating atribuída às classes de cotas avaliadas.

Através do modelo de fluxo de caixa, a Fitch constituiu um cenário base, simulado para a emissão desta primeira série de cotas seniores e utilizou as seguintes premissas:

- No primeiro momento da operação são subscritas integralmente cotas subordinadas de BRL22,5 milhões e, durante os 180 dias, são gradativamente subscritas cotas seniores de BRL127,5 milhões;
- No momento inicial são debitados do fundo os custos iniciais de estruturação de BRL2,5 milhões, o que torna o percentual de cotas subordinadas igual a 13,5% do PL do fundo;
- A carteira de direitos creditórios é composta por créditos performados, respeitando o limite máximo de 10% do PL de concentração por cedente;
- O prazo médio de vencimento dos direitos creditórios é de trinta dias;
- A utilização da taxa mínima de cessão é proveniente da soma de CDI de 8,75% ao ano, da taxa benchmark da primeira série de cotas seniores e de um *spread* fixo de 2,0% ao ano.

A partir destas premissas, a estrutura de capital da operação foi submetida a

cenários de estresse para avaliar em quanto o reforço de crédito suporta a capacidade de pagamento integral da classe de cotas seniores. Com base na análise de fluxo de caixa da operação, o reforço de crédito presente na estrutura do fundo suporta os estresses condizentes com a categoria de rating 'AAA(bra)' atribuída às cotas seniores.

Riscos de Contrapartes

Commingling (Desvio ou Contaminação do fluxo de recebimento)

Além dos serviços de custódia, o Banco Bradesco foi contratado como agente de recebimento dos direitos creditórios. Mediante termo de autorização de cessão celebrado entre o cedente, o fundo e a BR Distribuidora, o sacado efetuará todos os pagamentos referentes ao cedente em conta de recebimento domiciliada no Banco Bradesco. O Banco Bradesco fará diariamente a conciliação dos pagamentos referentes aos direitos creditórios cedidos ao fundo e dos pagamentos referentes a outros direitos creditórios de titularidade do cedente. Assim, o banco transferirá diariamente, para a conta corrente de titularidade do FIDC, os recebimentos dos direitos creditório do fundo e de quaisquer outros pagamentos para uma conta corrente de titularidade do cedente, que este tenha indicado previamente.

A Fitch entende que a estrutura de recebimentos da transação mitiga adequadamente os riscos de *commingling* e o possível desvio dos pagamentos pertencentes ao fundo.

Partes da Transação

Função	Nome	Ratings	Perspectiva
Emissor	FCM FIDC Mercantis e Serviços	NA	NA
Cedente/Originador	Diversos	NA	NA
Administrador	Concordia CCVM	NA	NA
Custodiante	Banco Bradesco S.A.	'F1+(bra)' / 'AAA (bra)'	Estável
Gestor	Security Asset Management	NA	NA

NA – Não Avaliada

Fonte: Fitch Ratings

Monitoramento

A Fitch acompanhará o desempenho desta operação, de forma contínua, até o seu vencimento final. Este acompanhamento visa a assegurar que o Rating Preliminar atribuído continue refletindo, apropriadamente, o perfil de risco das cotas avaliadas.

A Fitch receberá, todo mês, diversos relatórios sobre o desempenho da carteira de direitos creditórios que lastreia a emissão e sobre a estrutura de capital do fundo. Estas informações, fornecidas pelas partes da transação, serão analisadas mensalmente pelos analistas.

No decorrer do processo de monitoramento, caso a transação apresente performance aquém das expectativas iniciais no momento da atribuição do Rating Preliminar, a Fitch conduzirá uma revisão completa, e quaisquer elementos e fatores serão apresentados e deliberados em comitê de rating. Se o desempenho da transação permanecer dentro das expectativas, a transação passará por revisão completa, em base anual.

Os detalhes sobre o desempenho desta transação estarão disponíveis na área de monitoramento de Finanças Estruturadas da Fitch, em www.fitchratings.com.br.

Apêndice A: Originação, Cessão e Cobrança

Originação

A Security será responsável pela originação dos créditos para a transação. Para tanto, a Fitch destaca as seguintes funções principais:

- Definir e informar diariamente ao Bradesco, com cópia para a Concordia, o volume disponível para a cessão de créditos;
- Enviar ao Bradesco, através da Concordia, a lista de cedentes elegíveis para a cessão de créditos;
- Informar a Concordia diariamente, no dia útil imediatamente subsequente, a taxa de desconto que será aplicada na cessão de direitos creditórios, considerando que esta não poderá ser inferior à definida no regulamento da operação;
- Assistir ao cedente em todas as etapas dos procedimentos de cessão e coordenar a celebração dos documentos de cessão, incluindo a verificação da validade e a eficácia das autorizações societárias e dos poderes de representação dos representantes legais dos cedentes signatários dos documentos.

Procedimentos de Cessão

O processo de cessão de direitos creditórios é realizado eletronicamente, conforme o seguinte procedimento:

- A BR Distribuidora envia um arquivo ao Bradesco informando que créditos são devidos e quais ainda não foram adquiridos pela transação;
- A Concordia informa ao Bradesco o montante disponível para a aquisição e a taxa de desconto para cada cedente;
- O Bradesco calcula o preço da aquisição e o informa a cada cedente;
- O cedente que deseje ceder direitos creditórios ao fundo deverá selecionar esses direitos creditórios no site do Bradesco;
- O Bradesco verificará os critérios de elegibilidade e o montante disponível para a aquisição, e comunicará o aceite ao respectivo cedente.

Servicing (Cobrança)

Todas as despesas, taxas, custos e emolumentos incorridos pela Concordia com a implementação das rotinas de cobrança serão arcados pelo fundo. Com relação aos direitos creditórios da transação vencidos e não pagos, deverão ser tomadas as seguintes providências:

- Caso não haja o recebimento total, pelo FIDC, dos valores devidos pela BR Distribuidora em até trinta dias após o vencimento do respectivo direito creditório, a Concordia encaminhará comunicação ao cedente e à BR Distribuidora sobre o inadimplemento. A comunicação poderá ser encaminhada por meio de carta, via fac-símile ou por e-mail, desde que seu recebimento seja devidamente comprovado;
- Se, em até 15 dias contados do recebimento da comunicação acima mencionada, não houver adimplemento do direito creditório em atraso ou, se for o caso, pagamento pela resolução da cessão deste, a Concordia deverá avaliar o custo versus o benefício de ingresso com as medidas judiciais e administrativas necessárias ao recebimento do respectivo montante;
- Caso a Concordia decida por ingressar com as medidas judiciais e administrativas, ela contratará, às expensas do fundo e por conta e ordem deste, empresa especializada na recuperação de direitos creditórios vencidos e não pagos;
- Concomitantemente aos procedimentos acima descritos, caberá ao Bradesco provisionar automática e integralmente os direitos creditórios de titularidade do fundo vencidos e não pagos por mais de 45 dias.

Apêndice B: Resumo da Transação

FIDC FCM - Mercantis e Serviços

Brasil/Recebíveis Comerciais

Estrutura de Capital

Classe/Série	Ratings Preliminares	Perspectiva	(%)	Montante (BRL MM)	Reforço de Crédito (%)	Taxa (CDI + Spread)	Benchmark	Pgto. Freq.	Vencimento Final	ISIN
1ª Série Sênior	'AAA(bra)'	Estável	85,0	127,5	14,33%	CDI + 1,75%		Anual	Nov/2014	
Cota Subordinada	NA	Estável	15,0	22,5	--	--		Anual	Nov/2014	
Total			100,0	150,0						

NA - Não Avaliado

Informações Relevantes

Detalhes:

Data de Início de Distribuição	--
País / Ativo	Brasil / ABS/Recebíveis Comerciais
País da SPE	Brasil
Analistas	Ely Mizrahi 55 11 4504-2600 Jayme Bartling 55 11 4504-2600
Analista de Monitoramento	Kleber Oliveira 55 11 4504-2600

Partes:

Emissor	FIDC FCM - Mercantis e Serviços
Cedente/Originador	Diversos
Administrador	Concordia S.A. CCVM
Custodiante	Banco Bradesco S.A.
Gestor	Security Administradora de Recursos Ltda.

Frequência de Amortização Anual

Fundamentos do Rating

• **Reforço de Crédito** - A primeira série de cotas seniores conta com reforço de crédito inicial de 14,33%, composto por um mínimo de 13,5% de cotas subordinadas e sobrecolateralização de 0,83%, resultante do desconto dos direitos creditórios. Apesar de a emissão de cotas subordinadas perfazer uma proporção inicial de 15,0% do patrimônio líquido (PL) do fundo, a razão mínima para fins de amortização das cotas subordinadas não poderá ser inferior a 13,5% do PL, sendo este o percentual que a Fitch considerou como reforço de crédito mínimo na análise.

• **Risco de Crédito do Sacado** - Os direitos creditórios elegíveis para esta transação deverão ter como sacado apenas a BR Distribuidora, subsidiária integral da Petrobras, avaliada pela Fitch com o Rating Nacional de Longo Prazo 'AAA (bra)'.

• **Qualidade da Carteira de Crédito** - A carteira de direitos creditórios a ser adquirida pelo fundo será cedida pelos fornecedores da BR Distribuidora, e o pagamento por parte desta não depende da performance do fornecedor. Desta forma, o produto ou o serviço foi devidamente entregue e verificado pela BR Distribuidora.

• **Pulverização Mínima de Cedentes** - A estrutura do fundo busca, sobretudo, assegurar um limite máximo de concentração por cedente individual (calculado por grupo econômico) de 10% do patrimônio líquido (PL) do fundo.

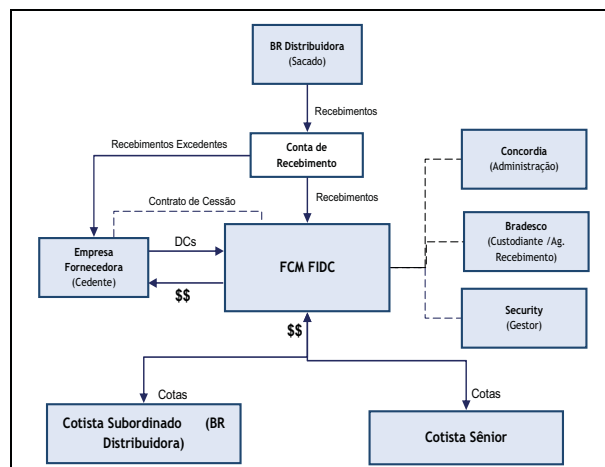
• **Segregação do Fluxo de Pagamentos** - Todos os direitos creditórios dos cedentes deverão ser pagos pela BR Distribuidora em conta corrente específica no Banco Bradesco, vinculada ao CNPJ do cedente. Entretanto, a titularidade da conta é do Bradesco, que realizará diariamente a conciliação e a transferência dos recebimentos de direitos creditórios do fundo e de titularidade do cedente.

• **Integridade da Estrutura Jurídica** - Devido à estrutura legal desta operação, a Fitch está convicta de que um evento de insolvência dos cedentes não deverá afetar a integridade e a titularidade dos direitos creditórios do fundo, e de que o FIDC será capaz de honrar os compromissos com os investidores.

• **Risco de Diluição dos Direitos Creditórios** - A carteira de direitos creditórios elegível está exposta a riscos relacionados à diluição (devoluções, erros de emissão de nota fiscal, etc.), sendo que estes riscos diferem da qualidade de crédito da BR Distribuidora.

• **Descasamento das Taxas de Juros** - O direito creditório será descontado pela taxa de cessão estabelecida, e este rendimento prefixado deverá fazer frente à taxa benchmark de rendimento pós-fixado das cotas seniores emitidas pelo fundo. Isto resultará no descasamento das taxas dentro do prazo dos recebíveis. Apesar da faculdade, e não obrigação, do fundo de contratar instrumentos de derivativos para fazer o hedge desta exposição, este mecanismo não foi considerado na análise de risco de crédito.

• **Originação dos Direitos Creditórios** - O esforço de originação dos direitos creditórios nesta operação será realizado pela Security Administradora de Recursos Ltda (Security), que presta, pela primeira vez, este tipo de serviço. A Fitch não realizará o acompanhamento analítico da empresa. Por ser a primeira operação para a qual a Security prestará este tipo de serviço, isto poderá afetar a revolução da carteira de direitos creditórios da transação, apesar da forte demanda por crédito por parte dos fornecedores da BR Distribuidora.



Copyright © 2009 da Fitch, Inc., Fitch Ratings Ltd., Fitch Ratings Brasil Ltda. e suas subsidiárias. One State Street Plaza, NY, NY 10004.

Telefone: 1-800-753-4824, (212) 908-0500. Fax: (212) 480-4435.

Proibida a reprodução, integral ou parcial, exceto quando autorizada. Todos os direitos reservados. Todas as informações aqui contidas baseiam-se em dados obtidos de emissores, outros coobrigados, underwriters e de outras fontes que a Fitch acredita serem confiáveis. A Fitch não audita ou verifica a veracidade ou precisão de quaisquer destas informações. Em consequência, as informações prestadas neste relatório são fornecidas "no estado", sem que ofereçam qualquer tipo de garantia. Um rating da Fitch constitui opinião sobre o perfil de crédito de um título. O rating não cobre o risco de perdas em função de outros riscos que não seja o de crédito, a menos que tal risco esteja especificamente mencionado. A Fitch não está envolvida na oferta ou venda de qualquer título. Um relatório que contenha um rating atribuído pela Fitch não constitui um prospecto, nem substitui as informações montadas, verificadas e apresentadas aos investidores pelo emissor e seus agentes, em conexão com a venda dos títulos. Os ratings podem ser modificados, suspensos ou retirados, a qualquer tempo, por qualquer razão, a critério exclusivo da Fitch. A agência não oferece aconselhamento sobre investimentos de qualquer tipo. Os ratings não constituem recomendação de compra, venda ou retenção de qualquer título. Os ratings não comentam a correção dos preços de mercado, a adequação de qualquer título a um determinado investidor ou a natureza de isenção de impostos ou taxa sobre pagamentos efetuados com respeito a qualquer título. A Fitch recebe honorários de emissores, seguradores, garantidores, outros coobrigados e underwriters para avaliar os títulos. Estes honorários geralmente variam entre US\$1.000 e US\$750.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável), por emissão. Em certos casos, a Fitch analisará todas ou um determinado número de emissões efetuadas por um emissor em particular ou seguradas ou garantidas por uma determinada seguradora ou garantidor, mediante o pagamento de uma única taxa anual. Tais honorários podem variar de US\$10.000 a US\$1.500.000 (ou o equivalente em moeda local aplicável). A atribuição, publicação ou disseminação de um rating pela Fitch não implicará consentimento da Fitch para utilização de seu nome como especialista, com respeito a qualquer declaração de registro submetida mediante a legislação referente a títulos em vigor nos Estados Unidos da América, a Lei de Serviços Financeiros e Mercado, de 2000, da Grã-Bretanha ou a legislação referente a títulos de qualquer outra jurisdição, em particular. Devido à relativa eficiência da publicação e distribuição por meios eletrônicos, a pesquisa da Fitch poderá ser disponibilizada para os assinantes eletrônicos até três dias antes do acesso para os assinantes dos impressos.

CONFIDENCIAL

Alerta: A redação deste relatório é preliminar e sua validade é de **15 (quinze) dias**, contados de **15 de setembro de 2009**. Esta versão foi disponibilizada exclusivamente para uso e avaliação confidencial do nosso cliente. A Nota atribuída reflete as condições contidas na documentação legal examinada por esta agência classificadora. Eventuais modificações de substância desses documentos poderão acarretar alteração tanto da súmula quanto da Nota.



relatório inicial

FCM FIDC Mercantis e Serviços

setembro|2009

A+^{SR}

global

brAAA

equivalência "br"

A obrigação permanecerá sob contínuo monitoramento. A SR Rating poderá alterar Nota e relatório nesse período, sem aviso prévio. Consulte o site da SR (www.srrating.com.br) para atualizar informações. Lá também, o investidor poderá consultar definição e metodologia da nota global e da sua equivalência "br". O horizonte das obrigações de "longo prazo" é de até cinco anos; nas de "curto prazo", até um ano.

Quotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

1ª série (R\$ 127.500.000,00)

vigência da classificação: até dezembro de 2009

Uma classificação SR Rating constitui opinião independente sobre a segurança da obrigação em análise, não representando, em qualquer hipótese, sugestão ou recomendação de compra ou venda. Todos os tipos de obrigação, mesmo quando classificados na categoria de investimento de baixo risco, envolvem um certo nível de exposição ao *default*. Decisões de compra e venda dependerão sempre do cotejo entre risco e retorno esperados pelo próprio investidor. A presente classificação buscou avaliar exclusivamente o risco de *default* da obrigação, segundo confiáveis fontes de informação disponíveis. A SR Rating não assume qualquer responsabilidade civil ou penal por eventuais erros de avaliação atuais ou mudanças supervenientes, ou ainda, por frustração do retorno financeiro esperado.



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

O Comitê Executivo de Classificação da SR Rating atribui a nota **"brAAA"** (triplo A), na escala brasileira desta Agência Classificadora, decorrente da nota global **"A+^{SR}"** (A mais) também aqui atribuída, denotando padrão máximo de garantias apresentadas pela 1ª Série de Cotas Sênior do **FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Mercantis e Serviços** no cotejo com outros riscos de crédito locais.

As notas ora atribuídas às quotas sênior do FCM FIDC Mercantis e Serviços fundamentam-se, em suma, num processo de securitização de recebíveis para fomento de fornecedores da BR Distribuidora, de forma a expor o Fundo, preponderantemente ao risco de crédito desta última, através de cessão definitiva de direitos creditórios "performados", cuja base de dados inicial será fornecida pela BR Distribuidora, deixando implícito, desde o início do processo, a devida notificação ao sacado, bem como a correta formalização e aceitação. Trata-se de recebíveis oriundos principalmente decorrentes da aquisição de etanol, e acessoriamente decorrentes de fretes contratados, serviços contratados, e outros produtos e mercadorias adquiridas pela BR Distribuidora.

Apesar do risco de crédito ser concentrado em um único devedor, não classificado pela SR Rating, porém de notória reputação creditícia, o Fundo é exposto a riscos de natureza operacional, desde a seleção dos recebíveis e sua adequada cessão até a sua cobrança. Neste sentido, o Fundo conta com a experiência do Bradesco, no papel de custodiante, que disponibilizará sua estrutura, sobretudo eletrônica, para suportar o grande volume de operações que deverá compor a carteira do Fundo. Aqui, ainda que seja destacada a fidúcia dos participantes envolvidos, observa-se forte dependência operacional à BR Distribuidora, em função desta ser responsável pelo envio da base de dados dos recebíveis passíveis de cessão ao Fundo, diariamente se for necessário.

Os tradicionais riscos financeiros intrínsecos às securitizações, de descasamento de taxas e de avolumação de passivos, inicialmente encontram-se mitigados. A taxa mínima de desconto



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

aplicável na aquisição dos recebíveis é, por hora (considerando o spread adicional de 2% ao ano), superior ao *benchmark* atribuído às quotas sênior do Fundo, porém, de forma residual, poderá haver descasamento se a taxa DI flutuar bruscamente em espaço temporal inferior a 60 dias. Quanto à avolumação de passivos é importante destacar, além da consideração do risco de crédito corporativo da BR Distribuidora, que tais recebíveis possuem estatística de inadimplência próxima a zero, apesar da presença de atrasos em volume não desprezível. Os atrasos, dentro da estrutura permitida ao FIDC, são fortemente toleráveis, quer seja pela sua rápida recuperação quer seja por mecanismos como a subordinação e a reserva de caixa.

A relação mínima de garantias deste FIDC é de 1,1 vez, sendo resultante da divisão entre o patrimônio líquido e o somatório do valor das quotas sênior. Com isso, o colchão de absorção de perdas do Fundo, no que se refere à proteção dos quotistas sênior, é de 10%.

O histórico de recebíveis apresentado, auditado pela KPMG, indica uma condição confortável em relação à subordinação presente no Fundo. Ainda que se pretenda afastar os recebíveis cujo histórico de eventos de diluição foram mais significativos, a perda associada é de 6,6%, em média nos 36 meses analisados. Adicionalmente, os níveis de recebíveis não pagos e atrasados por mais de 60 dias é inferior a 1%. Portanto, a composição de proteção ao quotista sênior se mostra, no momento, suficiente.

O Fundo

O FCM Fundo de Investimento em Direitos Creditórios é de condomínio fechado, com prazo de duração até dezembro de 2040. A 1ª série de quotas sênior apresenta prazo de duração de 5 anos após a primeira integralização de quotas, com volume pretendido de R\$ 127,5 milhões, 100% amortizado ao final. Em sua estrutura, encontram-se a Concórdia Corretora, como administradora, o Bradesco, como custodiante, a Security Administradora de Recursos, como gestora, a KPMG, como auditora do Fundo e dos recebíveis, e o escritório Motta, Fernandes Rocha, na assessoria jurídica.



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

O Fundo será formado por duas classes de quotas, de forma a respeitar a relação mínima de garantias de 1,1 vez, ou seja, a representatividade ou cobertura provida pelas quotas subordinadas, cuja responsabilidade de subscrição é da BR Distribuidora, é equivalente a 10% do valor total das quotas sênior em circulação. Ainda, é importante destacar que a amortização de quotas subordinadas apenas poderá ser realizada quando a razão de garantias for superior a 1,135 vez.

Os critérios de seleção e política de investimentos apontam apenas para direitos creditórios onde o devedor é a BR Distribuidora, sendo inicialmente por ela apontados. Ato contínuo, será disponibilizado aos fornecedores para desconto ao Fundo através dos sistemas eletrônicos do Bradesco. Portanto, a concentração de sacado é de 100%, tendo limitação para a concentração de cedentes de 10%. Os cedentes serão responsáveis por qualquer vício na formalização dos recebíveis.

As características mínimas dos recebíveis, determinada pelos critérios de elegibilidade, impedem que o Fundo adquira recebíveis cujo vencimento seja superior ao prazo de duração das quotas sênior, também limitadas ao máximo de 60 dias e mínimo de 5 dias. Além disso, o valor mínimo estabelecido é de R\$ 5.200,00.

Para suportar a liquidez necessária às amortizações programadas das quotas sênior, o Fundo terá a formação de reserva de caixa, em ativos líquidos, com 60 dias de antecedência ao vencimento de tais quotas, podendo o Fundo estar proibido de adquirir novos recebíveis.

Fundamentos da Nota

Para fins de avaliação do risco de crédito da operação ressaltamos, em resumo, os elementos positivos que fundamentam as notas classificatórias que lhe são atribuídas:



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

- ⊙ Concentração integral de sacado do Fundo, na figura da BR Distribuidora, companhia subsidiária da Petrobras e de notória reputação no Brasil.
- ⊙ Níveis de subordinação, de 10%, bastante compatíveis com o histórico de inadimplência, atrasos e inclusive diluições, apresentadas pela carteira de recebíveis da BR Distribuidora.
- ⊙ Presença de reserva de caixa, para assegurar liquidez nos processos de amortização programada das quotas sênior.
- ⊙ Diversificação de cedentes de 10%, ainda que a carteira demonstre maior pulverização, bem como prazo reduzido de vencimento dos direitos creditórios.
- ⊙ Aquisição de recebíveis estruturada de forma a minimizar qualquer desequilíbrio de taxas, através de determinação de taxa mínima de desconto.

Fatores em Observação

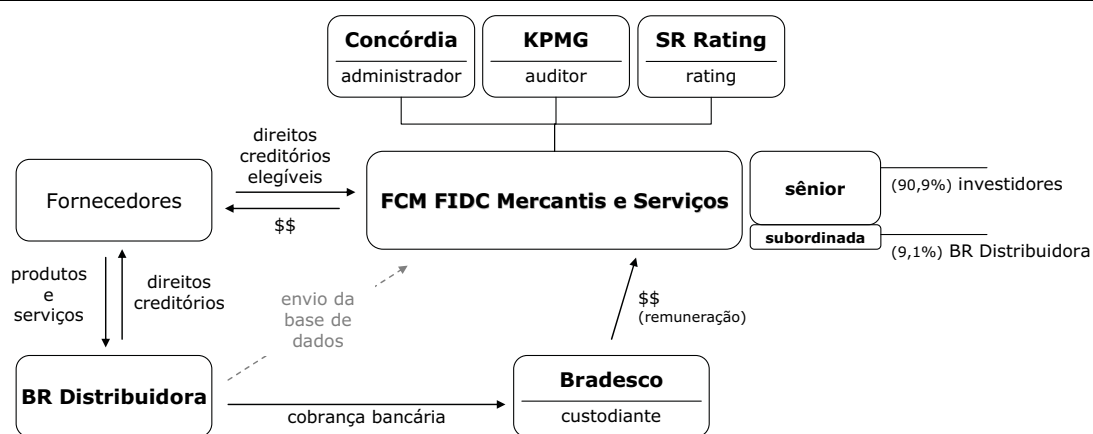
Além desses fatores, permanecerão em observação atenta os seguintes aspectos:

- ⊙ Riscos operacionais do Fundo, sedimentado sobre a eficiência de troca de informações e certificações eletrônicas, ainda que seja conhecida a estrutura do Bradesco nesse sentido.
- ⊙ Ainda que tenha critérios de elegibilidade estabelecidos em Regulamento e de verificação anterior à aquisição pelo custodiante, estes são pouco rígidos, sendo a seleção prévia realizada pela BR Distribuidora.
- ⊙ Risco, não desprezível, de agravamento da crise econômica, que pode, por um lado, impactar diretamente no risco corporativo da BR Distribuidora, e de outro, no risco de performance dos cedentes.
- ⊙ Forte volatilidade recente dos preços de petróleo, ainda que de afetação indireta à BR Distribuidora.

FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

O FIDC e seus participantes

Estrutura Simplificada

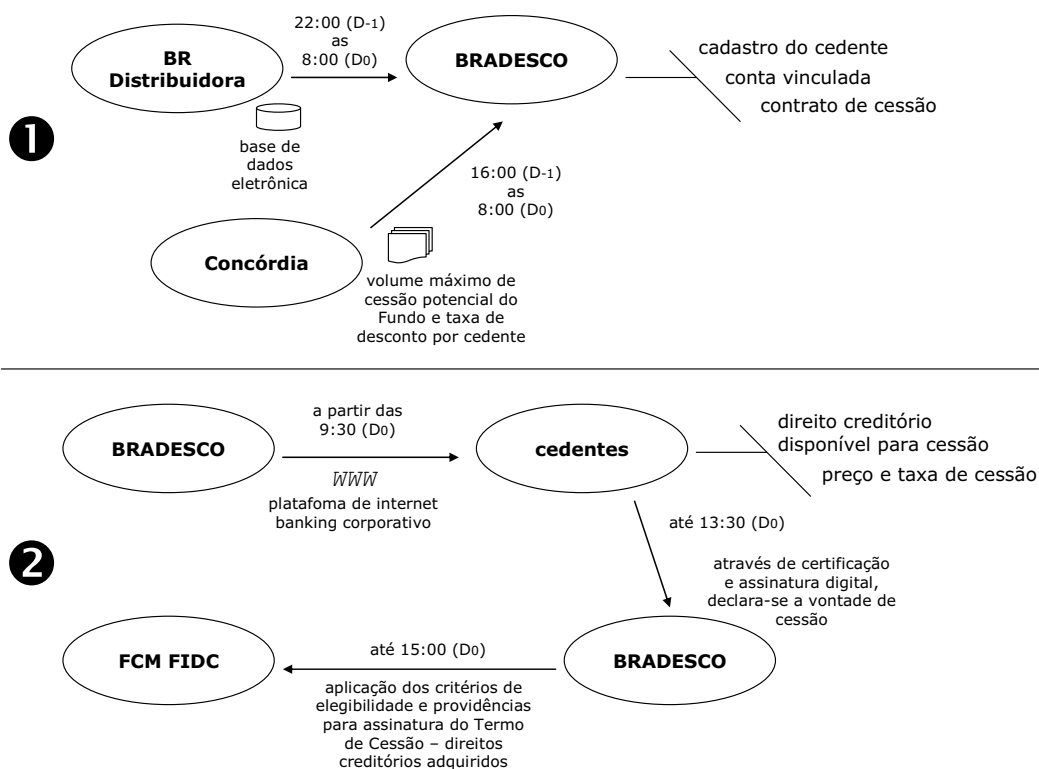


Elaboração: SR Rating

- ⊙ **Administradora:** Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities;
- ⊙ **Banco Custodiante:** Banco Bradesco S.A.;
- ⊙ **Gestora:** Security Administradora de Recursos Ltda.;
- ⊙ **Auditoria do Fundo:** KPMG Auditores Independentes;
- ⊙ **Auditoria dos Recebíveis:** KPMG Auditores Independentes;
- ⊙ **Consultor Jurídico:** Motta, Fernandes Rocha Advogados;
- ⊙ **Classificador de Risco:** SR Rating;

FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

Operacionalização do FIDC



Fonte: Bradesco / Elaboração: SR Rating



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

Direitos Creditórios

Dados Gerais | histórico dos últimos 36 meses

	faturas totais R\$ (000)	eventos de diluição R\$ (000)	% diluição	faturas a vencer R\$ (000)	% faturas a vencer	faturas antecipadas R\$ (000)	% faturas antecipadas	faturas liquidadas no vencto. R\$ (000)	% faturas liquidadas no vencto.
mai/06	382.476	22.223	5,81%	-	0,00%	-	0,00%	235.611	61,60%
jun/06	437.934	31.900	7,28%	-	0,00%	10	0,00%	296.009	67,59%
jul/06	495.339	33.730	6,81%	-	0,00%	-	0,00%	333.406	67,31%
ago/06	488.841	38.471	7,87%	-	0,00%	330	0,07%	303.614	62,11%
set/06	459.544	37.345	8,13%	-	0,00%	14	0,00%	282.282	61,43%
out/06	447.340	35.404	7,91%	-	0,00%	4	0,00%	311.461	69,63%
nov/06	458.724	24.616	5,37%	-	0,00%	3	0,00%	244.497	53,30%
dez/06	526.675	32.254	6,12%	-	0,00%	1.277	0,24%	324.487	61,61%
jan/07	572.590	40.469	7,07%	-	0,00%	5.150	0,90%	329.149	57,48%
fev/07	449.521	29.840	6,64%	-	0,00%	13	0,00%	213.475	47,49%
mar/07	561.102	35.977	6,41%	-	0,00%	-	0,00%	400.206	71,32%
abr/07	542.223	35.923	6,63%	-	0,00%	-	0,00%	393.630	72,60%
mai/07	530.154	30.557	5,76%	-	0,00%	-	0,00%	371.569	70,09%
jun/07	488.742	29.428	6,02%	-	0,00%	-	0,00%	341.498	69,87%
jul/07	506.264	38.503	7,61%	-	0,00%	-	0,00%	391.269	77,29%
ago/07	517.359	35.308	6,82%	-	0,00%	5	0,00%	393.992	76,15%
set/07	506.361	40.375	7,97%	-	0,00%	-	0,00%	372.795	73,62%
out/07	550.165	41.935	7,62%	-	0,00%	-	0,00%	336.029	61,08%
nov/07	655.627	43.215	6,59%	-	0,00%	-	0,00%	433.168	66,07%
dez/07	667.401	45.349	6,79%	-	0,00%	-	0,00%	425.610	63,77%
jan/08	565.709	34.702	6,13%	-	0,00%	-	0,00%	367.106	64,89%
fev/08	579.697	45.215	7,80%	-	0,00%	-	0,00%	406.687	70,16%
mar/08	641.318	49.074	7,65%	-	0,00%	-	0,00%	445.437	69,46%
abr/08	598.421	46.704	7,80%	2	0,00%	72	0,01%	341.930	57,14%
mai/08	635.193	41.759	6,57%	-	0,00%	42	0,01%	470.686	74,10%
jun/08	601.040	37.217	6,19%	-	0,00%	-	0,00%	468.405	77,93%
jul/08	734.163	37.051	5,05%	1	0,00%	-	0,00%	513.250	69,91%
ago/08	725.085	37.880	5,22%	-	0,00%	-	0,00%	524.787	72,38%
set/08	844.848	79.987	9,47%	5	0,00%	-	0,00%	597.801	70,76%
out/08	773.680	42.704	5,52%	1	0,00%	-	0,00%	591.589	76,46%
nov/08	749.317	37.516	5,01%	78	0,01%	-	0,00%	489.494	65,33%
dez/08	860.060	44.040	5,12%	141	0,02%	-	0,00%	516.578	60,06%
jan/09	832.593	50.385	6,05%	96	0,01%	-	0,00%	580.015	69,66%
fev/09	633.333	40.263	6,36%	2.320	0,37%	-	0,00%	466.662	73,68%
mar/09	721.780	36.271	5,03%	10.697	1,48%	-	0,00%	449.566	62,29%
abr/09	379.265	22.322	5,89%	62.630	16,51%	-	0,00%	189.577	49,99%
TOTAL	21.119.884	1.385.912	6,56%	75.971	0,36%	6.920	0,03%	14.153.327	67,01%

Fonte: KPMG



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

Dados Gerais | histórico dos últimos 36 meses

	atraso de 1 a 5 dias	%	atraso de 6 a 30 dias	%	atraso de 31 a 60 dias	%	atraso acima de 60 dias	% (a)	não liquidadas até 30 de abril de 2009 R\$ (000)	% (b)	(a) + (b)
mai/06	113.884	29,78%	9.732	2,54%	580	0,15%	445	0,12%	-	0,00%	0,12%
jun/06	101.927	23,27%	7.792	1,78%	277	0,06%	21	0,00%	-	0,00%	0,00%
jul/06	117.279	23,68%	8.874	1,79%	1.704	0,34%	345	0,07%	-	0,00%	0,07%
ago/06	135.419	27,70%	10.371	2,12%	334	0,07%	303	0,06%	-	0,00%	0,06%
set/06	128.053	27,87%	11.442	2,49%	224	0,05%	184	0,04%	-	0,00%	0,04%
out/06	88.542	19,79%	11.088	2,48%	805	0,18%	37	0,01%	-	0,00%	0,01%
nov/06	178.109	38,83%	10.380	2,26%	935	0,20%	184	0,04%	-	0,00%	0,04%
dez/06	152.553	28,97%	12.162	2,31%	3.704	0,70%	238	0,05%	-	0,00%	0,05%
jan/07	189.650	33,12%	7.695	1,34%	349	0,06%	128	0,02%	-	0,00%	0,02%
fev/07	202.071	44,95%	3.472	0,77%	610	0,14%	39	0,01%	-	0,00%	0,01%
mar/07	116.593	20,78%	7.979	1,42%	334	0,06%	12	0,00%	-	0,00%	0,00%
abr/07	104.561	19,28%	7.149	1,32%	813	0,15%	146	0,03%	-	0,00%	0,03%
mai/07	122.694	23,14%	4.834	0,91%	429	0,08%	71	0,01%	-	0,00%	0,01%
jun/07	112.250	22,97%	5.358	1,10%	134	0,03%	75	0,02%	-	0,00%	0,02%
jul/07	70.533	13,93%	5.535	1,09%	198	0,04%	225	0,04%	-	0,00%	0,04%
ago/07	82.597	15,97%	5.146	0,99%	285	0,06%	25	0,00%	-	0,00%	0,00%
set/07	89.645	17,70%	2.733	0,54%	252	0,05%	561	0,11%	-	0,00%	0,11%
out/07	166.570	30,28%	5.532	1,01%	29	0,01%	70	0,01%	-	0,00%	0,01%
nov/07	173.130	26,41%	5.841	0,89%	230	0,04%	43	0,01%	-	0,00%	0,01%
dez/07	182.749	27,38%	13.392	2,01%	156	0,02%	144	0,02%	-	0,00%	0,02%
jan/08	159.146	28,13%	4.529	0,80%	132	0,02%	94	0,02%	-	0,00%	0,02%
fev/08	120.428	20,77%	7.036	1,21%	219	0,04%	112	0,02%	-	0,00%	0,02%
mar/08	139.151	21,70%	7.347	1,15%	255	0,04%	53	0,01%	-	0,00%	0,01%
abr/08	202.721	33,88%	6.646	1,11%	140	0,02%	205	0,03%	-	0,00%	0,03%
mai/08	114.877	18,09%	7.167	1,13%	468	0,07%	195	0,03%	-	0,00%	0,03%
jun/08	88.806	14,78%	6.556	1,09%	46	0,01%	10	0,00%	-	0,00%	0,00%
jul/08	175.219	23,87%	8.327	1,13%	285	0,04%	30	0,00%	-	0,00%	0,00%
ago/08	156.154	21,54%	5.732	0,79%	327	0,05%	204	0,03%	-	0,00%	0,03%
set/08	157.855	18,68%	8.152	0,96%	289	0,03%	759	0,09%	-	0,00%	0,09%
out/08	131.113	16,95%	7.176	0,93%	79	0,01%	1.018	0,13%	-	0,00%	0,13%
nov/08	212.402	28,35%	9.529	1,27%	211	0,03%	85	0,01%	-	0,00%	0,01%
dez/08	271.943	31,62%	26.125	3,04%	560	0,07%	626	0,07%	45	0,01%	0,08%
jan/09	195.730	23,51%	6.145	0,74%	153	0,02%	22	0,00%	47	0,01%	0,01%
fev/09	118.258	18,67%	5.787	0,91%	9	0,00%	-	0,00%	33	0,01%	0,01%
mar/09	219.906	30,47%	4.091	0,57%	3	0,00%	-	0,00%	1.245	0,17%	0,17%
abr/09	98.065	25,86%	2.120	0,56%	-	0,00%	-	0,00%	4.552	1,20%	1,20%
TOTAL	5.190.583	24,58%	278.972	1,32%	15.558	0,07%	6.709	0,03%	5.922	0,03%	0,06%

Fonte: KPMG



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

informações financeiras: *Petrobras Distribuidora*

Em milhares de reais	2008	2007	2006	2005	2004	2003
Rentabilidade						
Receita Bruta	65.049.357,0	52.502.013,0	47.173.543,0	43.638.408,0	34.302.197,0	29.859.501,0
% Variação	23,9%	11,3%	8,1%	27,2%	14,9%	N/D
Giro do Ativo	4,6	3,9	4,0	4,3	4,1	8,4
Receita Líquida	53.455.425,0	43.048.606,0	38.514.517,0	35.716.080,0	27.978.430,0	24.548.585,0
EBITDA	1.996.270,0	1.313.105,0	864.143,0	1.226.108,0	809.293,0	1.045.639,0
% Receita Líquida	3,7%	3,1%	2,2%	3,4%	2,9%	4,3%
Depreciação, Amortização e Exaustão	264.026,0	249.689,0	191.378,0	158.764,0	121.327,0	89.472,0
CAPEX	577.012,0	432.119,0	490.238,0	459.653,0	350.173,0	325.989,0
EBITDA/CAPEX	3,5	3,0	1,8	2,7	2,3	3,2
Lucro Líquido	1.289.192,0	840.992,0	570.025,0	655.630,0	634.050,0	508.911,0
% Receita Bruta	2,0%	1,6%	1,2%	1,5%	1,8%	1,7%
% Patrimônio Líquido (ROE)	17,5%	11,9%	8,7%	11,3%	18,1%	22,7%
% Ativo (ROA)	11,0%	7,6%	5,9%	7,9%	9,3%	N/D
Dividendos e Bonificações (DB)	839.162,0	292.465,0	281.592,0	280.282,0	234.837,0	328.756,0
Despesas/Receitas Financeiras						
Despesa Financeira Bruta (DFB)	(105.221,0)	(150.977,0)	(102.862,0)	(293.200,0)	(341.927,0)	(441.836,0)
Variação Monetária e Cambial Passiva (VMCP)	(13.347,0)	(17.034,0)	(32.054,0)	(26.978,0)	(31.356,0)	(21.811,0)
Desembolso Financeiro (DFB - VMCP)	(91.874,0)	(133.943,0)	(70.808,0)	(266.222,0)	(310.571,0)	(420.025,0)
Receita Financeira Bruta (RFB)	414.761,0	484.251,0	337.209,0	201.476,0	256.553,0	252.136,0
Capacidade de Pagar Juros - Índice de Cobertura						
Básico [EBITDA/(DFB-VMCP)]	21,7	9,8	12,2	4,6	2,6	2,5
Soft [(EBITDA+RFB-VMCA)/(DFB-VMCP)]	26,2	13,4	17,0	5,4	3,4	3,1
Amplio [(EBITDA+Caixa e aplicações Disp.)/(DFB-VMCP)]	36,9	11,8	14,9	5,3	3,0	2,7
Estressado [(EBITDA-DB)/(DFB-VMCP)]	12,6	7,6	8,2	3,6	1,8	1,7
Superestressado [(EBITDA-DB-CAPEX)/(DFB-VMCP)]	6,3	4,4	1,3	1,8	0,7	0,9
Capacidade de Pagar Dívida - Índice de Exposição						
Básico [Dívida Total/EBITDA]	0,1	0,2	0,9	0,1	2,6	1,6
Soft [Dívida Líquida/EBITDA]	(0,6)	(0,0)	0,7	(0,0)	2,4	1,5
Estressado [Dívida Líquida/(EBITDA-DB)]	(1,1)	(0,0)	1,0	(0,0)	3,4	2,1
Superestressado [Dívida Líquida/(EBITDA-DB-CAPEX)]	(2,2)	(0,1)	6,4	(0,0)	8,8	3,9
Estrutura de Capital / Endividamento						
Dívida de Curto Prazo	93.287,0	187.852,0	726.799,0	119.795,0	2.025.257,0	1.534.075,0
Empréstimos e Financiamentos	-	90.458,0	616.510,0	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Dívida com Partes Relacionadas	93.287,0	97.394,0	110.289,0	119.795,0	2.025.257,0	1.534.075,0
Dívida de Longo Prazo	31.332,0	37.046,0	49.872,0	45.068,0	53.731,0	88.391,0
Empréstimos e Financiamentos	-	-	8.645,0	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-	-
Dívida com Partes Relacionadas	31.332,0	37.046,0	41.227,0	45.068,0	53.731,0	88.391,0
Dívida Total	124.619,0	224.898,0	776.671,0	164.863,0	2.078.988,0	1.622.466,0
% Dívida de Curto Prazo	74,9%	83,5%	93,6%	72,7%	97,4%	94,6%
Dívida Líquida	(1.268.420,0)	(48.428,0)	588.841,0	(8.784,0)	1.966.958,0	1.518.635,0
Patrimônio Líquido	7.378.563,0	7.088.761,0	6.567.027,0	5.782.916,0	3.507.568,0	2.240.590,0
Capitalização Total	7.503.182,0	7.313.659,0	7.343.698,0	5.947.779,0	5.586.556,0	3.863.056,0
% Dívida Total	1,7%	3,1%	10,6%	2,8%	37,2%	42,0%
Liquidez						
Caixa e Aplicações Disponíveis	1.393.039,0	273.326,0	187.830,0	173.647,0	112.030,0	103.831,0
Capital de Giro	3.749.317,0	2.231.120,0	1.838.025,0	2.264.056,0	782.426,0	472.869,0
Liquidez Corrente	2,1	1,6	1,6	2,0	1,2	1,2
Liquidez Seca	1,7	1,2	1,2	1,5	0,9	0,8
Liquidez Geral	1,9	1,8	1,8	2,0	1,2	1,2
Liquidity Cushion	18,3	4,9	1,3	3,6	0,4	0,6
Balanco Patrimonial						
Ativo	11.844.995,0	11.560.497,0	10.583.917,0	8.826.262,0	7.761.214,0	5.866.928,0
Circulante	7.042.778,0	5.683.638,0	4.978.226,0	4.521.777,0	4.354.850,0	3.503.933,0
Realizável a Longo Prazo	1.356.026,0	2.498.336,0	2.296.505,0	1.521.512,0	891.480,0	925.880,0
Permanente	3.446.191,0	3.378.523,0	3.309.186,0	2.782.973,0	2.514.884,0	1.437.115,0
Passivo	11.844.995,0	11.560.497,0	10.583.917,0	8.826.262,0	7.761.214,0	5.866.928,0
Circulante	3.293.461,0	3.452.518,0	3.140.201,0	2.257.721,0	3.572.424,0	3.031.064,0
Exigível a Longo Prazo	1.172.971,0	1.019.218,0	876.689,0	785.625,0	681.222,0	595.274,0
Patrimônio Líquido	7.378.563,0	7.088.761,0	6.567.027,0	5.782.916,0	3.507.568,0	2.240.590,0

Fonte:

Petrobras

Distribuidora

Elaboração:

SR Rating



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

informações financeiras: *Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (consolidado)*

Em milhares de reais	2T / 2009 (últimos 12 m)	2008	2007	2006	2005
Rentabilidade					
Receita Bruta	248.341.859,0	266.494.080,0	218.254.174,0	205.403.037,0	179.065.284,0
% Variação	-6,8%	22,1%	6,3%	14,7%	N/D
Giro do Ativo	0,7	0,8	0,8	0,8	1,5
EBITDA	57.769.075,0	64.556.253,0	47.565.370,0	51.700.282,0	47.594.756,0
% Receita Líquida	29,0%	30,0%	27,9%	32,7%	34,8%
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.171.312,0	11.631.984,0	10.695.825,0	9.823.557,0	8.034.718,0
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	1.067.682,0	(3.146.547,0)	9.359,0	370.536,0	583.346,0
CAPEX	61.717.192,0	52.117.665,0	40.284.299,0	26.177.926,0	26.571.948,0
EBITDA/CAPEX	0,9	1,2	1,2	2,0	1,8
Lucro Líquido	29.582.241,0	32.987.792,0	21.511.789,0	25.918.920,0	23.724.723,0
% Receita Bruta	11,9%	12,4%	9,9%	12,6%	13,2%
% Patrimônio Líquido (ROAE)	20,4%	25,3%	19,1%	27,3%	55,8%
% Ativo (ROAA)	10,7%	12,6%	9,7%	13,2%	N/D
Despesas/Receitas Financeiras					
Despesa Financeira Bruta (DFB)	5.304.869,0	4.193.135,0	3.292.002,0	3.720.347,0	4.564.773,0
Receita Financeira Bruta (RFB)	3.861.429,0	3.494.429,0	2.417.659,0	2.378.793,0	1.351.410,0
Capacidade de Pagar Juros - Índice de Cobertura					
Básico [EBITDA/(DFB)]	10,9	15,4	14,4	13,9	10,4
Soft [(EBITDA+RFB)/(DFB)]	11,6	16,2	15,2	14,5	10,7
Amplio [(EBITDA+Caixa e aplicações Disp.)/(DFB)]	12,8	19,2	18,4	21,4	15,6
Capacidade de Pagar Dívida - Índice de Exposição					
Básico [Dívida Total/EBITDA]	1,2	1,0	0,8	0,9	0,9
Soft [Dívida Líquida/EBITDA]	1,0	0,7	0,5	0,3	0,5
Estrutura de Capital / Endividamento					
Dívida de Curto Prazo	12.622.364,0	13.274.467,0	8.501.230,0	12.522.276,0	10.502.998,0
Empréstimos e Financiamentos	12.622.364,0	13.274.467,0	8.501.230,0	12.522.276,0	10.502.998,0
Debêntures	-	-	-	-	-
Dívida de Longo Prazo	55.256.396,0	50.049.441,0	29.806.589,0	31.542.849,0	34.439.489,0
Empréstimos e Financiamentos	55.256.396,0	50.049.441,0	29.806.589,0	31.542.849,0	34.439.489,0
Debêntures	-	-	-	-	-
Dívida Total	67.878.760,0	63.323.908,0	38.307.819,0	44.065.125,0	44.942.487,0
% Dívida de Curto Prazo	18,6%	21,0%	22,2%	28,4%	23,4%
% Dívida em Moeda Estrangeira	66,0%	64,0%	68,8%	74,0%	79,9%
Custo Médio do Endividamento	8,1%	8,3%	8,0%	8,4%	N/D
Dívida Líquida	57.806.598,0	47.435.312,0	25.236.970,0	16.236.020,0	21.525.447,0
Participações Minoritárias	3.893.928,0	2.653.074,0	6.306.097,0	7.475.399,0	6.178.854,0
Patrimônio Líquido	149.847.967,0	138.365.282,0	113.854.127,0	97.530.648,0	78.785.236,0
Capitalização Total	221.620.655,0	204.342.264,0	158.468.043,0	149.071.172,0	129.906.577,0
% Dívida Total	30,6%	31,0%	24,2%	29,6%	34,6%
Liquidez					
Caixa e Aplicações Disponíveis	10.072.162,0	15.888.596,0	13.070.849,0	27.829.105,0	23.417.040,0
Capital de Giro	1.884.164,0	1.018.117,0	5.818.755,0	19.062.000,0	17.875.040,0
Liquidez Corrente	1,0	1,0	1,1	1,4	1,4
Liquidez Seca	0,7	0,7	0,8	1,1	1,1
Liquidez Geral	0,5	0,6	0,7	0,8	0,8
Liquidity Cushion	3,8	4,6	5,1	4,9	4,7
Balanco Patrimonial					
Ativo	305.265.336,0	292.163.842,0	231.227.800,0	210.538.129,0	183.521.108,0
Circulante	57.621.536,0	63.575.278,0	53.373.766,0	67.219.423,0	60.235.190,0
Realizável a Longo Prazo	24.442.390,0	21.254.843,0	22.022.837,0	16.360.511,0	14.102.228,0
Permanente	223.201.410,0	207.333.721,0	155.831.197,0	126.958.195,0	109.183.690,0
Passivo	305.265.336,0	292.163.842,0	231.227.800,0	210.538.129,0	183.521.108,0
Circulante	55.737.372,0	62.557.161,0	47.555.011,0	48.157.423,0	42.360.150,0
Exigível a Longo Prazo	95.786.069,0	88.588.325,0	63.512.565,0	56.961.281,0	55.713.594,0
Resultados de Exercícios Futuros	-	-	-	413.378,0	483.274,0
Participações Minoritárias	3.893.928,0	2.653.074,0	6.306.097,0	7.475.399,0	6.178.854,0
Patrimônio Líquido	149.847.967,0	138.365.282,0	113.854.127,0	97.530.648,0	78.785.236,0

Fonte:

Petrobras

Elaboração:

SR Rating



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

perfil da SR Rating

Em 1993, a SR Rating iniciou suas operações no Brasil, tornando-se, portanto, a primeira agência de classificação de risco do País. A decisão de introduzir tais serviços no mercado brasileiro coincidiu com o fim de um longo período inflacionário, viabilizando-se assim, o principal ingrediente para a análise de riscos, que é previsibilidade. O principal objetivo da SR Rating é propiciar aos investidores brasileiros informações precisas e imparciais sobre a capacidade de pagamento ou sobre a confiabilidade da gestão de empresas. A SR Rating avalia a qualidade de crédito de títulos de dívida emitidos por sociedades em geral, companhias de serviços públicos, bancos, seguradoras, sociedades de administração de recursos (*asset managers*), bem como os emitidos pelo País (Risco Soberano), por Estados e por Municípios. Essas avaliações são expressas através de notas (*credit ratings*) que constituem probabilidades de *default* observadas ao longo de várias décadas de existência de análise de risco nos Estados Unidos.

A escala de notas utilizada pela SR Rating segue os padrões internacionais, ou seja, reflete a probabilidade de inadimplemento quanto à pontualidade de pagamentos de principal ou juros de uma obrigação ou de um conjunto de obrigações. A ideia de se adotar na SR Rating uma escala internacional acompanha a tendência gradual à globalização do nosso mercado financeiro, exigindo uma avaliação de risco de emissores, em moeda do nosso País, que tenha como parâmetro de aferição de risco toda a possível comparação com um padrão internacional, cujos *benchmarks* sejam emissores localizados em países financeiramente maduros. Esta é a nossa Nota de Longo prazo, em moeda local, que é conhecida como *Global Local Currency* (GLC), por sua comparabilidade internacional.

As escalas "BR", assim como as escalas "AR" utilizadas na Argentina e "MX" no México, têm em comum o fato de terem seu uso restrito apenas aos países a que se referem e não poderem ser comparadas entre si. Estas características decorrem do fato que as escalas locais se aplicarem exclusivamente a comparações entre empresas e papéis do mesmo país, guardando relação apenas com situações de risco relativo e local.



FIDC – FCM FIDC Mercantis e Serviços – setembro|2009

contatos

Sheila Sirota von O. Gaul (Diretora Executiva) - sgaul@attglobal.net

José Valter Martins de Almeida (Diretor Superintendente) - valter@srrating.com.br

comitê executivo de classificação

Paulo Rabello de Castro (*Chairman*) ▪ Sheila Sirota von O. Gaul ▪ José Valter Martins de Almeida ▪ Robson Makoto Sato

conselho técnico consultivo

Rubens Branco da Silva (*Chairman*) ▪ Amaury de Souza ▪ Carlos Alberto Protasio ▪ Claudio Roberto Contador ▪ Diogo de Figueiredo M. Neto ▪ Fernando A. Albino de Oliveira ▪ Fernando Henrique da Fonseca ▪ Hamilton Dias de Souza ▪ Ives Gandra da Silva Martins ▪ Maria Isabel Fernandes ▪ Nelson Eizirik ▪ Ney Roberto Ottoni de Brito ▪ Paulo Oscar França ▪ Walder Tavares de Góes ▪ Walter L. Ness Jr.

diretoria

Paulo Rabello de Castro (Diretor Presidente) ▪ Sheila Sirota von O. Gaul (Diretora Executiva) ▪ José Valter Martins de Almeida (Diretor Superintendente) ▪ Robson Makoto Sato (Diretor Técnico) ▪ Diogo de Figueiredo M. Neto (Diretor Jurídico)

ANEXO 4
RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL, ELABORADO PELA EMPRESA DE AUDITORIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



RISK ADVISORY SERVICES

Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

Relatório relativo à aplicação de procedimentos pré-acordados

31 de julho de 2009

ADVISORY

AUDIT ■ TAX ■ ADVISORY

-
- Este relatório foi elaborado a partir da base de dados e das demais informações fornecidas pela Petrobrás Distribuidora S.A. É importante ressaltar que o comportamento passado não constitui garantia de que este venha, no futuro, a se repetir ou sofrer alterações. Este relatório não constitui garantia por parte da KPMG quanto a solvência, adimplemento, pontualidade ou qualidade da carteira. Nenhuma decisão de adquirir as quotas deverá ser tomada somente com base nas informações contidas no relatório. O conteúdo deste relatório deve ser cuidadosamente analisado, considerando todas as informações contidas no prospecto.



KPMG Risk Advisory Services Ltda.
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel
Fax Nacional
Internacional
Internet

55 (11) 2183-3000
55 (11) 2183-3001
55 (11) 2183-3034
www.kpmg.com.br

Ao
Banif Banco de Investimento (Brasil) S.A.

11 de agosto de 2009

Prezados senhores:

Em conformidade com os termos de nossa proposta para prestação de serviços, datada de 6 de maio de 2009, apresentamos nossas constatações relativas à revisão especial da carteira de recebíveis provenientes de diversos fornecedores ("cedentes") da Petrobrás Distribuidora S.A. ("BR Distribuidora" ou "sacado"). Tais recebíveis são representados por faturas originadas a partir de vendas de bens e serviços à BR Distribuidora.

Nossos trabalhos tiveram como objetivo apresentar nossas constatações sobre as características históricas dos recebíveis a partir de uma base de dados bem como identificar indícios de vícios redibitórios ("eventos de diluição da carteira").

As informações apresentadas neste relatório foram elaboradas a partir da leitura de uma base de dados gerada pela BR Distribuidora e consulta ao sistema da BR Distribuidora, para o período compreendido entre 1º de maio de 2006 e 30 de abril de 2009. Indicamos, ainda neste relatório, a fonte das demais informações apresentadas.

Não empreendemos nenhum trabalho adicional para estabelecer a confiabilidade nos dados disponibilizados além dos procedimentos indicados neste relatório. Nossos trabalhos foram executados no período de 12 de maio de 2009 a 09 de junho de 2009 e basearam-se no sistema de controles internos vigentes durante a execução de nossos trabalhos. Conforme acordado com V.Sas., não foi julgada necessária a atualização da base de dados utilizada entre essa data e a data de nosso relatório.

Enfatizamos que este trabalho não representa uma auditoria, executada conforme as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, e, portanto, não deve ser interpretado como tal. Os procedimentos por nós realizados, foram definidos com representantes da BR Distribuidora e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às suas necessidades.

Agradecemos do grupo estruturador no transcurso de nossos trabalhos e colocamo-nos à sua inteira disposição para prestarmos quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Pedro Vitor Zago
Diretor

Fabio Barbosa
Gerente sênior

KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça.

KPMG Risk Advisory Services Ltda. is a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International, a Swiss cooperative.

Conteúdo

Os contatos na KPMG em relação a este relatório são:

Pedro Vitor Zago
Diretor
Tel.: 55 (11) 2183-3290
Fax: 55 (11) 2183-3001
pzago@kpmg.com.br

Fabio Barbosa
Gerente Sênior
Tel.: 55 (11) 2183-3788
Fax: 55 (11) 2183-3001
fabiobarbosa@kpmg.com.br

Descrição	Página
Objetivos do trabalho e bases para preparação das informações	4
Apresentação da carteira de recebíveis	5
Descrição geral das formas de baixa (documento de compensação)	23
Vícios redibitórios (eventos de diluição) identificados	24
Amostra selecionada	25
Resultados observados (performance da carteira)	28
Verificação das faturas e comprovantes de pagamento	32
Anexos	33



Objetivos do trabalho e base para preparação das informações

Objetivos do trabalho

De acordo com as informações fornecidas por representantes da BR Distribuidora, a execução dos procedimentos pré-acordados, objeto de nossa contratação, atenderá aos seguintes principais objetivos:

- Identificar, por meio de leitura e recálculo de uma base de dados, as características históricas e a *performance* de pagamentos dos recebíveis por parte do sacado
- Identificar indícios de vícios redibitórios ("eventos de diluição da carteira "), por meio de consulta ao sistema utilizado pela BR Distribuidora.

Base para preparação

- As informações contidas neste relatório, relativas às características demográficas dos recebíveis e de sua *performance* de pagamentos, foram executadas por meio da leitura e da compilação de quatro bases de dados fornecida pela área de Tecnologia da BR Distribuidora, sendo duas contendo informações relativas às faturas de bens e serviços emitidas entre 1º de maio de 2006 e 30 de abril de 2009 (36 meses); e duas contendo informações complementares para a identificação dos cedentes (fornecedores) de álcool e materiais operacionais (CNPJ).
- Dessa forma, os seguintes procedimentos pré-acordados formaram o escopo de nossos trabalhos, sendo estabelecidos com representantes do Grupo estruturador, e foram limitados em natureza e extensão aos procedimentos por V.Sas. considerados adequados às necessidades da operação.
- Para mensurar a *performance* de pagamentos por parte do sacado, foram definidos, em comum acordo com representantes do Grupo estruturador, critérios para apuração dos percentuais de inadimplência e vícios redibitórios, que representariam indicativos de desempenho, sendo estes:
 - Aging de pagamentos: apresenta os recebimentos ocorridos, bem como os volumes financeiros vencidos e não liquidados, ambos segregados por faixas de prazos. Esse prazo de recebimento considera a diferença entre a data de vencimento da duplicata e a data de pagamento pelo sacado.

Apresentação da carteira de recebíveis

Tabela 2.1 - Identificação do Faturamento Sujeito à Securitização (FLS)

Descrição	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)		Quantidade de Faturas	
		%		%
Total da Base de dados	21.197.261	100,0%	712.542	100,0%
(-) Exclusões				
Vendas por meio de antecipação de pagamento da BR Distribuidora	68.223	0,3%	2.643	0,4%
Valores em duplicidade ocasionados por estorno de frete	9.155	0,0%	278	0,0%
(=) Total Analisado / FLS	21.119.883	99,6%	709.621	99,6%

Tabela 2.2 - Características gerais da carteira de recebíveis

Período sob análises - maio de 2006 a abril de 2009 (36 meses)

Somatório do valor das faturas - R\$ 21.119.883 mil

Média mensal de origemação - R\$ 586. 663 mil

Quantidade de faturas - 709.621

Média de faturas originadas (mês) - 19.712

Ticket médio das faturas - R\$ 29.762

Prazo médio das faturas - 18 dias

Principais produtos - álcool, serviços diversos, frete, materiais operacionais e outros.



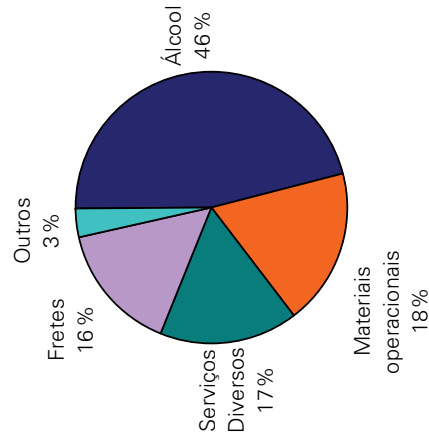
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Descrição geral dos tipos de produtos e representatividade:

- **Álcool:** segregados em (i) Álcool Etílico Hidratado Carburante (utilizado como combustível em motores de combustão interna de ignição por centelha, veículos a álcool e bi-combustível) e; (ii) Álcool Etílico Anidro Carburante (destinado aos distribuidores de combustíveis para mistura com a gasolina).
- **Serviços Diversos:** prestação de serviços diversos, tais como: (i) execução de obras de construção e montagem; (ii) execução de obras e instalação de equipamentos em postos de serviços para clientes e estações para o fornecimento de produtos para clientes consumidores; (iii) execução de obras e instalação de elementos de imagem (padronização); (iv) projetos; (v) manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações.
- **Fretes:** serviços de transporte ferroviário, rodoviário, fluvial.
- **Materiais operacionais:** materiais relacionados diretamente com a produção, armazenamento e adequação (Ex. combustíveis (exceto álcool); bombas; etc.)
- **Outros:** materiais que não estão relacionados diretamente com a produção, tais como: (i) faturas de compra de móveis para escritório; (ii) papelaria; (iii) itens de informática.

Tabela 2.3 e Gráfico 2.1 - % Representatividade em relação a base de dados sob análise:

Tipo Produto	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)		Quantidade de Faturas	
		%		%
Álcool	9.699.887	45,9%	129.955	18,3%
Materiais operacionais	3.893.251	18,4%	71.454	10,1%
Serviços Diversos	3.533.842	16,7%	314.571	44,3%
Fretes	3.283.111	15,5%	108.933	15,4%
Outros	709.792	3,4%	84.708	11,9%
Total	21.119.883	100,0%	709.621	100,0%



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período sob análise

Origem	Consolidado			Alcool			Serviços		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas
mai/06	382.476	1,8%	17.966	96.643	0,5%	1.170	103.439	0,5%	9.992
jun/06	437.934	2,1%	18.429	161.718	0,8%	2.200	98.584	0,5%	9.517
jul/06	495.339	2,3%	19.304	215.411	1,0%	2.471	110.494	0,5%	9.953
ago/06	488.841	2,3%	18.939	209.181	1,0%	2.365	104.984	0,5%	9.684
set/06	459.544	2,2%	18.017	181.259	0,9%	2.429	110.289	0,5%	9.218
out/06	447.340	2,1%	18.418	171.500	0,8%	2.563	102.158	0,5%	9.338
nov/06	458.724	2,2%	19.176	188.575	0,9%	2.812	99.705	0,5%	9.598
dez/06	526.675	2,5%	20.623	213.242	1,0%	3.137	113.673	0,5%	10.005
jan/07	572.590	2,7%	19.803	302.689	1,4%	3.822	85.995	0,4%	8.957
fev/07	449.521	2,1%	16.647	201.877	1,0%	2.684	84.326	0,4%	8.002
mar/07	561.102	2,7%	20.012	282.235	1,2%	3.158	96.539	0,5%	9.160
abr/07	542.223	2,6%	18.831	239.210	1,1%	2.872	94.450	0,4%	8.827
mai/07	530.154	2,5%	20.612	238.994	1,1%	3.733	95.309	0,5%	9.366
jun/07	488.742	2,3%	19.515	204.678	1,0%	3.643	96.160	0,5%	8.953
jul/07	506.264	2,4%	19.903	198.934	0,9%	3.450	89.370	0,4%	8.783
ago/07	517.359	2,4%	20.939	191.111	0,9%	3.654	95.322	0,5%	9.370
set/07	506.361	2,4%	19.726	217.878	1,0%	3.900	87.716	0,4%	8.558
out/07	550.165	2,6%	21.363	236.030	1,1%	4.198	103.620	0,5%	9.544
nov/07	655.627	3,1%	21.758	339.084	1,6%	5.424	103.948	0,5%	8.991
dez/07	667.401	3,2%	20.298	332.176	1,6%	4.129	109.449	0,5%	9.128
jan/08	565.709	2,7%	20.258	263.758	1,2%	4.465	81.653	0,4%	8.183
fev/08	579.697	2,7%	18.908	278.169	1,3%	4.092	88.745	0,4%	7.933
mar/08	641.318	3,0%	19.668	335.839	1,6%	3.516	87.256	0,4%	8.304
abr/08	598.421	2,8%	19.964	275.018	1,3%	3.610	80.721	0,4%	8.253
mai/08	635.193	3,0%	21.229	312.606	1,5%	5.032	95.484	0,5%	8.212
jun/08	601.040	2,8%	20.348	253.009	1,2%	4.000	100.770	0,5%	8.405
jul/08	734.163	3,5%	22.083	365.937	1,7%	4.820	103.554	0,5%	9.037
ago/08	725.085	3,4%	22.106	332.249	1,6%	4.517	114.108	0,5%	8.862
set/08	844.848	4,0%	22.572	424.976	2,0%	3.956	107.403	0,5%	9.121
out/08	773.680	3,7%	22.750	369.353	1,7%	3.876	115.011	0,5%	9.402
nov/08	749.317	3,5%	20.031	360.404	1,7%	3.694	107.297	0,5%	8.469
dez/08	860.060	4,1%	20.034	445.241	2,1%	4.133	123.598	0,6%	8.354
jan/09	832.593	3,9%	19.738	452.690	2,1%	4.409	96.957	0,5%	7.828
fev/09	633.333	3,0%	16.752	282.088	1,3%	3.217	94.064	0,4%	6.849
mar/09	721.780	3,4%	20.837	380.734	1,8%	5.980	104.820	0,5%	7.880
abr/09	379.265	1,8%	12.064	165.389	0,8%	2.824	46.889	0,2%	4.535
Total	21.119.883	100,0%	709.621	9.699.887	45,9%	129.955	3.533.842	16,7%	314.571
									44,3%

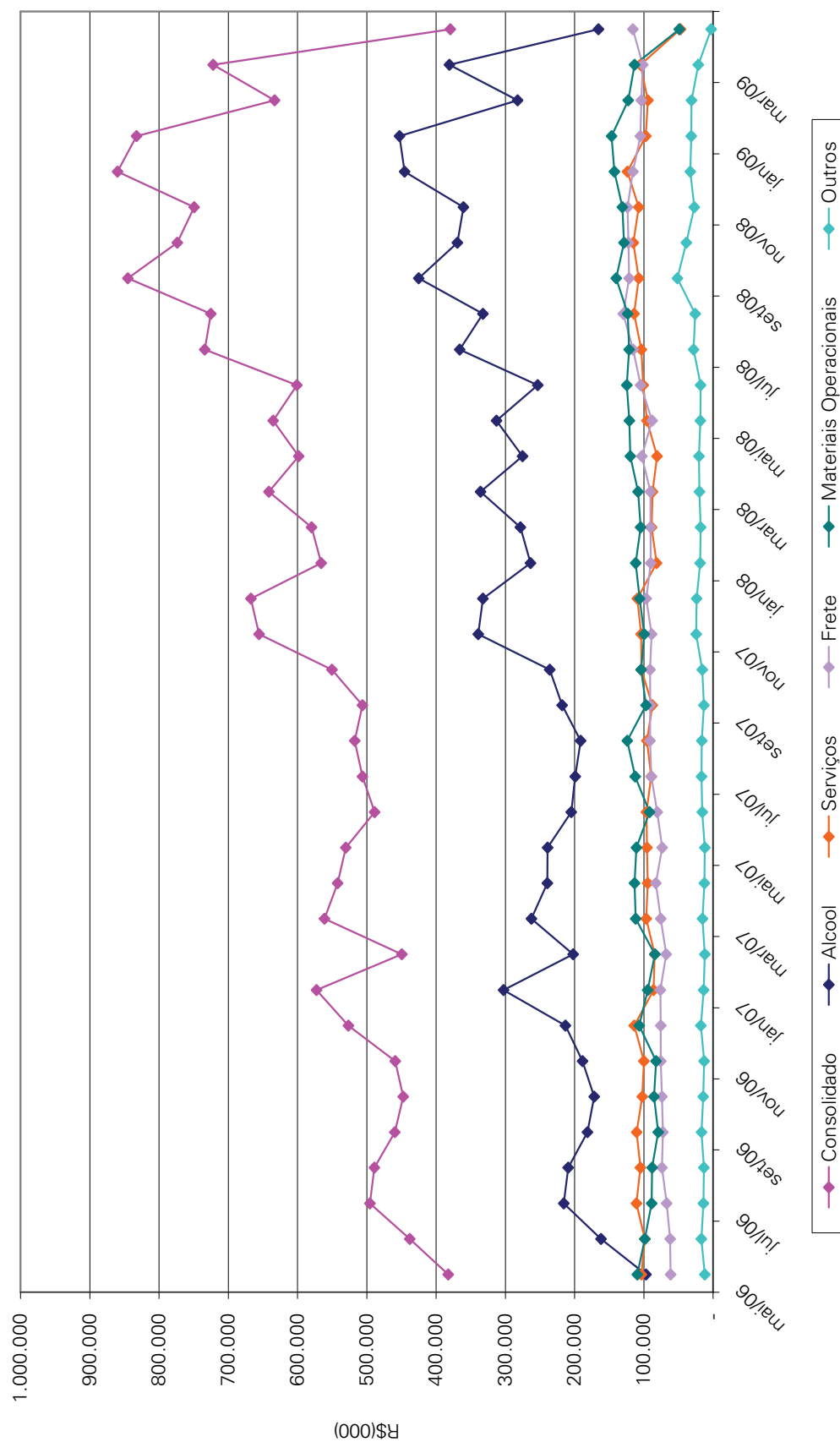
Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.4 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro e quantidade de faturas no período sob análise (cont.)

Origem	Frete			Materiais Operacionais			Outros		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Quantidade de Faturas
mai/06	61.179	0,3%	2.178	109.307	0,5%	1.976	11.908	0,1%	2.650
jun/06	62.066	0,3%	2.295	98.502	0,5%	1.906	17.064	0,1%	2.511
jul/06	66.951	0,3%	2.394	88.765	0,4%	1.829	13.719	0,1%	2.657
ago/06	73.606	0,3%	2.639	87.956	0,4%	1.670	13.113	0,1%	2.581
set/06	72.340	0,3%	2.390	79.111	0,4%	1.556	16.545	0,1%	2.424
out/06	73.898	0,3%	2.545	85.415	0,4%	1.662	14.368	0,1%	2.310
nov/06	75.376	0,4%	2.610	82.245	0,4%	1.780	12.824	0,1%	2.376
dez/06	75.588	0,4%	2.695	106.556	0,5%	2.018	17.616	0,1%	2.768
jan/07	76.022	0,4%	2.837	94.513	0,4%	1.807	13.370	0,1%	2.380
fev/07	67.721	0,3%	2.574	83.920	0,4%	1.575	11.676	0,1%	1.812
mar/07	75.443	0,4%	2.705	111.513	0,5%	2.060	15.372	0,1%	2.929
abr/07	82.669	0,4%	2.938	113.448	0,5%	2.091	12.447	0,1%	2.103
mai/07	73.300	0,3%	2.871	110.820	0,5%	2.160	11.731	0,1%	2.482
jun/07	80.584	0,4%	3.016	91.750	0,4%	1.801	15.571	0,1%	2.102
jul/07	88.991	0,4%	3.297	112.271	0,5%	2.121	16.698	0,1%	2.252
ago/07	90.957	0,4%	3.309	123.871	0,6%	2.401	16.097	0,1%	2.205
set/07	90.795	0,4%	3.285	96.775	0,5%	2.024	13.197	0,1%	1.959
out/07	91.194	0,4%	3.159	103.904	0,5%	2.091	15.418	0,1%	2.371
nov/07	88.775	0,4%	2.868	99.419	0,5%	2.025	24.401	0,1%	2.450
dez/07	96.338	0,5%	2.795	105.878	0,5%	1.909	23.558	0,1%	2.337
jan/08	89.903	0,4%	3.079	111.639	0,5%	2.101	18.756	0,1%	2.430
fev/08	90.415	0,4%	2.924	104.448	0,5%	1.902	17.919	0,1%	2.057
mar/08	90.416	0,4%	3.178	108.253	0,5%	2.167	19.553	0,1%	2.503
abr/08	102.903	0,5%	3.113	119.522	0,6%	2.335	20.257	0,1%	2.653
mai/08	88.019	0,4%	3.124	120.956	0,6%	2.387	18.148	0,1%	2.474
jun/08	104.648	0,5%	3.230	124.527	0,6%	2.256	18.086	0,1%	2.457
jul/08	115.386	0,5%	3.422	121.172	0,6%	2.214	28.114	0,1%	2.590
ago/08	129.646	0,6%	3.724	123.241	0,6%	2.176	25.841	0,1%	2.827
set/08	121.083	0,6%	3.636	139.868	0,7%	2.539	51.518	0,2%	3.320
out/08	122.150	0,6%	3.642	128.742	0,6%	2.448	38.424	0,2%	3.382
nov/08	123.492	0,6%	3.523	130.921	0,6%	2.247	27.203	0,1%	2.098
dez/08	115.767	0,5%	3.513	142.596	0,7%	2.069	32.857	0,2%	1.965
jan/09	104.824	0,5%	3.176	146.672	0,7%	2.146	31.450	0,1%	2.179
fev/09	103.637	0,5%	3.118	122.473	0,6%	1.832	31.071	0,1%	1.736
mar/09	101.448	0,5%	3.485	113.466	0,5%	1.680	21.312	0,1%	1.812
abr/09	115.583	0,5%	3.646	48.816	0,2%	493	2.589	0,0%	566
Total	3.283.111	15,5%	108.933	3.893.251	18,4%	71.454	709.792	3,4%	84.708
									11,9%

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.2 - Distribuição da produção mensal em volume financeiro no período sob análise



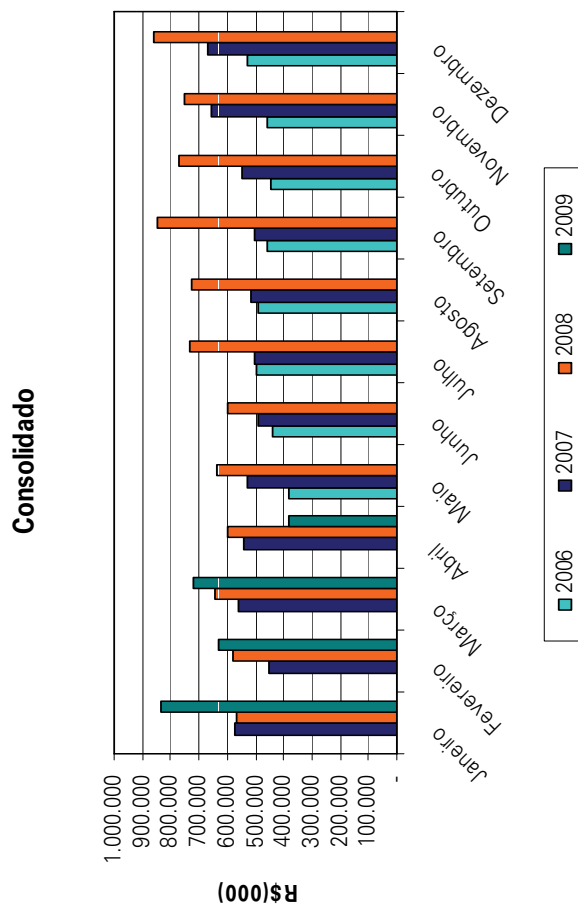
© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.5 - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período sob análise (Consolidado)

Meses	Consolidado		
	2006	2007	2008
Janeiro	-	572.590	565.709
Fevereiro	-	449.521	579.697
Março	-	561.102	641.318
Abril	-	542.223	598.421
Maio	382.476	530.154	635.193
Junho	437.934	488.742	601.040
Julho	495.339	506.264	734.163
Agosto	488.841	517.359	725.085
Setembro	459.544	506.361	844.848
Outubro	447.340	550.165	773.680
Novembro	458.724	655.627	749.317
Dezembro	526.675	667.401	860.060
Total anual	3.696.874	6.547.508	8.308.530
Média anual	308.073	545.626	692.377
Variação anual		77,11%	26,90%
			-69,10%

Gráfico 2.3 - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período sob análise (consolidado)



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.6 - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período sob análise por tipo de produto

Meses	Alcool			Serviços			Frete		
	2006	2007	2008	2009	2006	2007	2008	2009	2009
Janeiro	-	302.689	263.758	452.690	-	85.995	81.653	96.957	104.824
Fevereiro	-	201.877	278.169	282.088	-	84.326	88.745	94.064	103.637
Março	-	262.235	335.839	380.734	-	96.539	87.256	104.820	101.448
Abril	-	239.210	275.018	165.389	-	94.450	80.721	46.889	115.583
Maio	96.643	238.994	312.606	-	103.439	95.309	95.464	-	88.019
Junho	161.718	204.678	253.009	-	98.584	96.160	100.770	-	104.648
Julho	215.411	198.934	365.937	-	110.494	89.370	103.554	-	115.386
Agosto	209.181	191.111	332.249	-	104.984	95.322	114.108	-	129.646
Setembro	181.259	217.878	424.976	-	110.289	87.716	107.403	-	121.083
Outubro	171.500	236.030	369.353	-	102.158	103.620	115.011	-	122.150
Novembro	188.575	339.084	360.404	-	99.705	103.948	107.297	-	123.492
Dezembro	213.242	332.176	445.241	-	113.673	109.449	123.598	-	115.767
Total anual	1.437.529	2.964.896	4.016.560	1.280.901	843.327	1.142.204	1.205.580	342.730	425.491
Média anual	119.794	247.075	334.713	106.742	70.277	95.184	100.465	28.561	35.458
Variação anual		106,25%	35,47%	-68,11%		35,44%	5,55%	-71,57%	-67,11%

Tabela 2.6 - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período sob análise por tipo de produto (cont.)

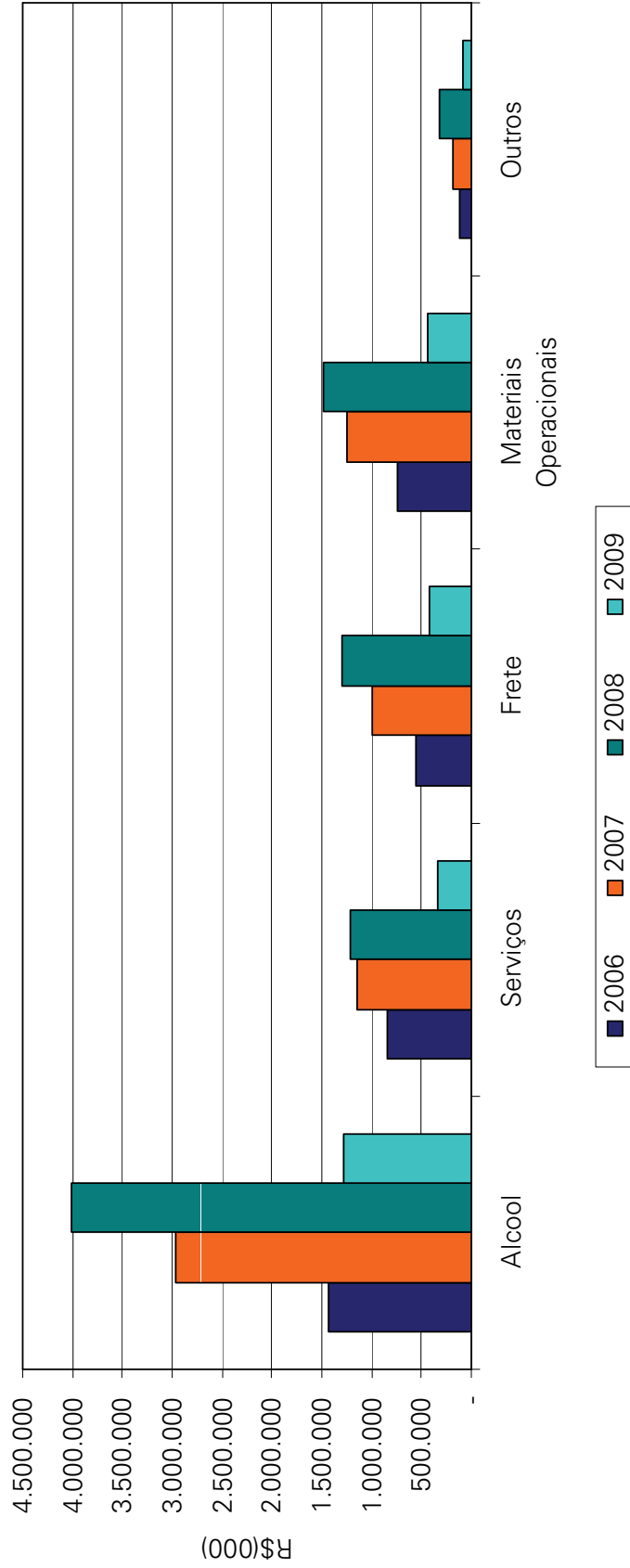
Meses	Materiais operacionais			Outros		
	2006	2007	2008	2009	2006	2007
Janeiro	-	94.513	111.639	146.672	-	13.370
Fevereiro	-	83.920	104.448	122.473	-	11.676
Março	-	111.513	108.253	113.466	-	15.372
Abril	-	113.448	119.522	48.816	-	12.447
Maio	109.307	110.820	120.956	-	11.908	11.731
Junho	98.502	91.750	124.527	-	17.064	15.571
Julho	88.765	112.271	121.172	-	13.719	16.698
Agosto	87.956	123.871	123.241	-	13.113	16.097
Setembro	79.111	96.775	139.868	-	16.545	13.197
Outubro	85.415	103.904	128.742	-	14.368	15.418
Novembro	82.245	99.419	130.921	-	12.824	24.401
Dezembro	106.556	105.878	142.596	-	17.616	23.558
Total anual	737.857	1.248.083	1.475.885	431.426	117.157	189.536
Média anual	61.488	104.007	122.990	35.952	9.763	15.795
Variação anual		69,15%	18,25%	-70,77%		61,78%



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.4 - Distribuição da produção anual em volume financeiro no período sob análise por tipo de produto



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.7 - Evolução mensal do ticket médio das operações

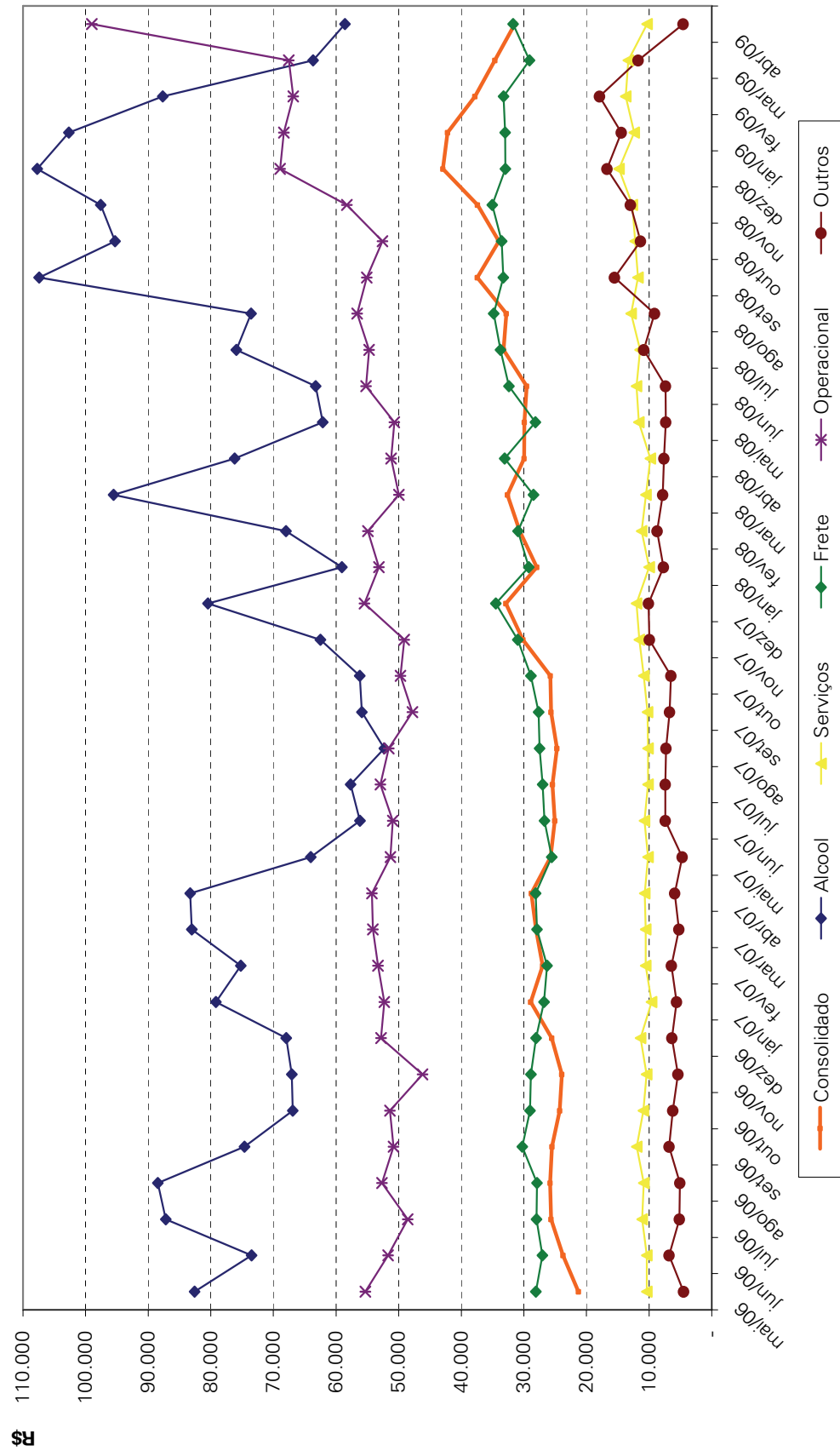
Origem	Ticket Médio das Faturas - R\$				
	Consolidado	Alcool	Serviços	Frete	Materiais Operacionais
mai/06	21.289	82.601	10.352	28.090	55.317
jun/06	23.763	73.508	10.359	27.044	51.680
jul/06	25.660	87.176	11.102	27.966	48.532
ago/06	25.811	88.449	10.841	27.892	52.668
set/06	25.506	74.623	11.965	30.268	50.842
out/06	24.288	66.914	10.940	29.036	51.393
nov/06	23.922	67.061	10.388	28.880	46.205
dez/06	25.538	67.976	11.362	28.048	52.803
jan/07	28.914	79.197	9.601	26.796	52.304
fev/07	27.003	75.215	10.538	26.310	53.282
mar/07	28.038	83.038	10.539	27.890	54.133
abr/07	28.794	83.290	10.700	28.138	54.256
mai/07	25.721	64.022	10.176	25.531	51.306
jun/07	25.044	56.184	10.741	26.719	50.944
jul/07	25.437	57.662	10.175	26.991	52.933
ago/07	24.708	52.302	10.173	27.488	51.592
set/07	25.670	55.866	10.250	27.639	47.814
out/07	25.753	56.224	10.857	28.868	49.691
nov/07	30.133	62.516	11.561	30.954	49.096
dez/07	32.880	80.450	11.990	34.468	55.463
jan/08	27.925	59.072	9.978	29.199	53.136
fev/08	30.659	67.979	11.187	30.922	54.915
mar/08	32.607	95.517	10.508	28.450	49.955
abr/08	29.975	76.182	9.781	33.056	51.187
mai/08	29.921	62.124	11.625	28.175	50.673
jun/08	29.538	63.252	11.989	32.399	55.198
jul/08	33.246	75.921	11.459	33.719	54.730
ago/08	32.800	73.555	12.876	34.814	56.637
set/08	37.429	107.426	11.775	33.301	55.088
out/08	34.008	95.292	12.233	33.539	52.591
nov/08	37.408	97.565	12.669	35.053	58.265
dez/08	42.930	107.728	14.795	32.954	68.920
jan/09	42.182	102.674	12.386	33.005	68.347
fev/09	37.806	87.687	13.734	33.238	66.852
mar/09	34.639	63.668	13.302	29.110	67.539
abr/09	31.438	58.566	10.339	31.701	99.018
Total	29.762	74.640	11.234	30.139	54.486
					8.379



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.5 - Evolução mensal do ticket médio das operações



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.8 - Distribuição do volume financeiro por prazo médio de vendas

Prazo Médio (Em Dias)	Consolidado		Alcool		Serviços		Frete		Materiais Operacionais		Outros	
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%
A vista	34.553	0,2%	1.148	0,0%	2.836	0,1%	30.424	0,9%	130	0,0%	16	0,0%
De 1 a 5 dias	1.534.209	7,3%	440.281	4,5%	55.445	1,6%	897.560	27,3%	127.780	3,3%	13.143	1,9%
De 6 a 10 dias	4.682.237	22,2%	1.771.612	18,3%	435.247	12,3%	2.055.353	62,6%	397.145	10,2%	22.880	3,2%
De 11 a 15 dias	6.084.597	28,8%	3.995.545	41,2%	690.423	19,5%	274.416	8,4%	1.034.807	26,6%	89.406	12,6%
De 16 a 30 dias	6.052.933	28,7%	3.279.989	33,8%	1.606.820	45,5%	25.139	0,8%	913.186	23,5%	227.799	32,1%
De 31 a 45 dias	1.326.683	6,3%	153.175	1,6%	501.259	14,2%	184	0,0%	524.075	13,5%	147.990	20,8%
De 46 a 60 dias	407.080	1,9%	24.439	0,3%	114.620	3,2%	6	0,0%	187.048	4,8%	80.968	11,4%
De 61 a 75 dias	849.867	4,0%	13.689	0,1%	49.991	1,4%	6	0,0%	678.987	17,4%	107.194	15,1%
De 76 a 90 dias	48.701	0,2%	3.715	0,0%	24.222	0,7%	3	0,0%	12.703	0,3%	8.058	1,1%
De 91 a 120 dias	50.624	0,2%	11.009	0,1%	23.756	0,7%	11	0,0%	9.877	0,3%	5.972	0,8%
De 121 a 150 dias	19.442	0,1%	1.501	0,0%	10.723	0,3%	-	0,0%	3.963	0,1%	3.254	0,5%
De 151 a 180 dias	7.789	0,0%	328	0,0%	5.612	0,2%	-	0,0%	789	0,0%	1.060	0,1%
De 181 a 210 dias	7.614	0,0%	478	0,0%	5.555	0,2%	0	0,0%	985	0,0%	596	0,1%
De 211 a 240 dias	4.674	0,0%	1.971	0,0%	1.802	0,1%	-	0,0%	416	0,0%	484	0,1%
De 241 a 270 dias	1.756	0,0%	86	0,0%	1.115	0,0%	1	0,0%	138	0,0%	417	0,1%
De 271 a 300 dias	1.651	0,0%	543	0,0%	877	0,0%	-	0,0%	111	0,0%	120	0,0%
De 301 a 365 dias	2.307	0,0%	261	0,0%	1.831	0,1%	-	0,0%	135	0,0%	81	0,0%
Acima de 365 dias	3.163	0,0%	118	0,0%	1.709	0,0%	8	0,0%	976	0,0%	352	0,0%
Total	21.119.883	100,0%	9.699.887	100,0%	3.533.842	100,0%	3.283.111	100,0%	3.893.251	100,0%	709.792	100,0%
Prazo Médio Ponderado	18 Dias		14 Dias		25 Dias		7 Dias		29 Dias		36 Dias	

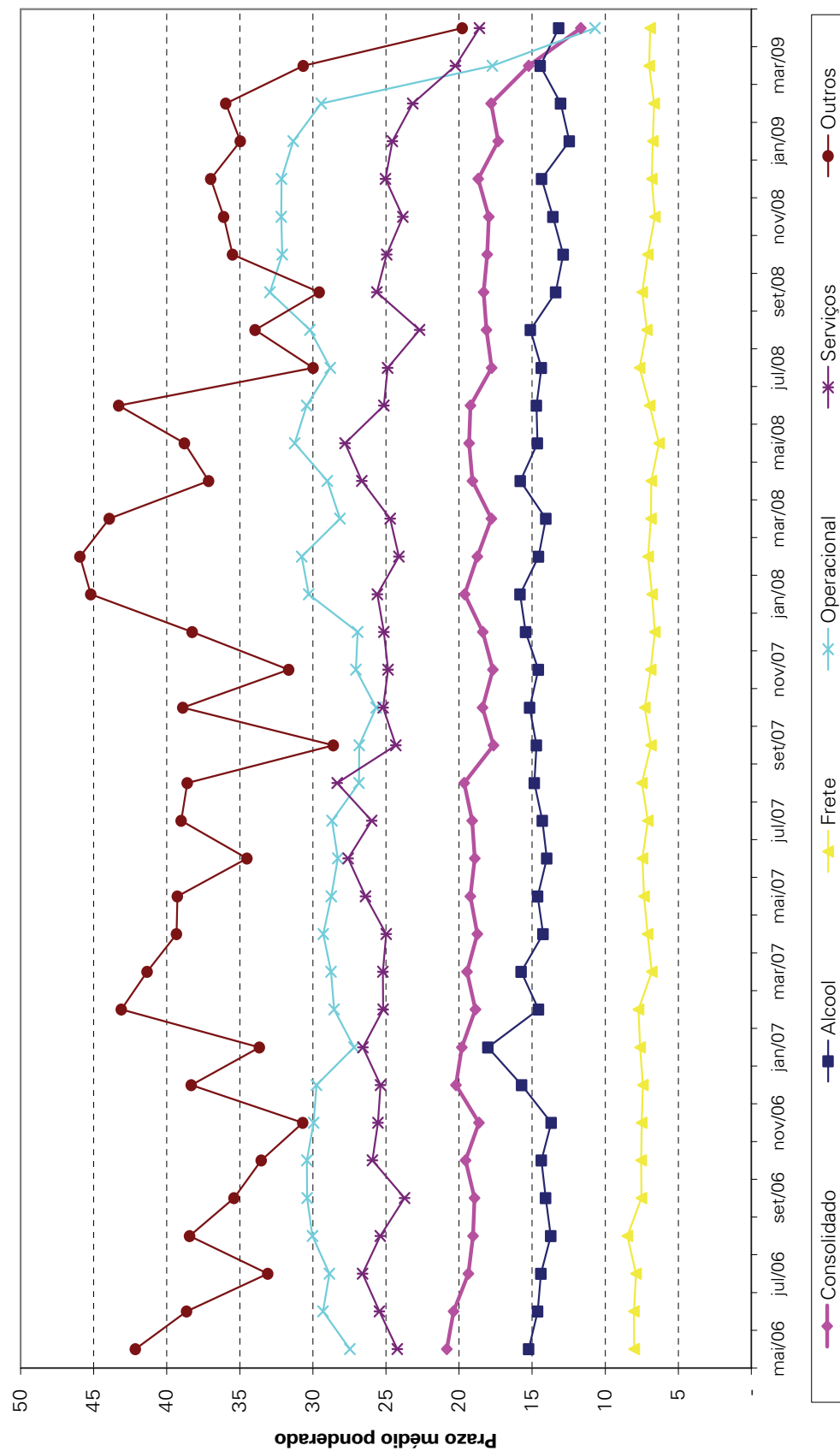
*No anexo I deste relatório apresentamos a evolução do prazo médio mensal consolidado e por tipo de produto



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.6 - Distribuição do volume financeiro por prazo médio ponderado mensal



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor por tipo de produto

Faixas de valor - R\$	Consolidado			Alcool			Serviços		
	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	% Acum	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	% Acum	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	% Acum
Até 1.000	71.433	0,3%	0,3%	329	0,0%	0,0%	46.748	1,3%	1,3%
De 1.001 a 2.000	83.426	0,4%	0,7%	917	0,0%	0,0%	55.479	1,6%	2,9%
De 2.001 a 3.000	90.211	0,4%	1,2%	1.774	0,0%	0,0%	60.441	1,7%	4,6%
De 3.001 a 4.000	87.735	0,4%	1,6%	2.440	0,0%	0,1%	54.525	1,5%	6,1%
De 4.001 a 5.000	90.131	0,4%	2,0%	2.816	0,0%	0,1%	53.983	1,5%	7,7%
De 5001 a 10.000	446.839	2,1%	4,1%	21.879	0,2%	0,3%	233.263	6,6%	14,3%
De 10.001 a 15.000	498.933	2,4%	6,5%	39.061	0,4%	0,7%	182.141	5,2%	19,4%
De 15.001 a 20.000	559.257	2,6%	9,1%	61.877	0,6%	1,4%	163.496	4,6%	24,1%
De 20.001 a 25.000	666.019	3,2%	12,3%	167.061	1,7%	3,1%	127.754	3,6%	27,7%
De 25.001 a 30.000	824.542	3,9%	16,2%	403.346	4,2%	7,2%	136.986	3,9%	31,5%
De 30.001 a 35.000	972.094	4,6%	20,8%	645.082	6,7%	13,9%	100.115	2,8%	34,4%
De 35.001 a 40.000	1.228.544	5,8%	26,6%	922.541	9,5%	23,4%	105.446	3,0%	37,4%
De 40.001 a 45.000	1.048.907	5,0%	31,6%	762.688	7,9%	31,3%	101.867	2,9%	40,2%
De 45.001 a 50.000	722.980	3,4%	35,0%	450.463	4,6%	35,9%	86.128	2,4%	42,7%
De 50.001 a 75.000	1.711.357	8,1%	43,1%	617.898	6,4%	42,3%	347.177	9,8%	52,5%
De 75.001 a 100.000	987.420	4,7%	47,8%	89.849	0,9%	43,2%	255.683	7,2%	59,7%
De 100.001 a 125.000	754.745	3,6%	51,3%	82.356	0,8%	44,0%	166.254	4,7%	64,4%
De 125.001 a 150.000	621.243	2,9%	54,3%	118.874	1,2%	45,3%	105.935	3,0%	67,4%
De 150.000 a 200.000	1.193.651	5,7%	59,9%	224.352	2,3%	47,6%	176.528	5,0%	72,4%
De 200.000 a 300.000	1.565.178	7,4%	67,4%	494.449	5,1%	52,7%	202.724	5,7%	78,2%
De 300.000 a 400.000	1.100.699	5,2%	72,6%	526.007	5,4%	58,1%	118.231	3,3%	81,5%
De 400.000 a 500.000	971.911	4,6%	77,2%	474.519	4,9%	63,0%	111.762	3,2%	84,7%
De 500.000 a 600.000	726.434	3,4%	80,6%	407.286	4,2%	67,2%	80.377	2,3%	87,0%
De 600.000 a 700.000	543.404	2,6%	83,2%	379.550	3,9%	71,1%	39.504	1,1%	88,1%
De 700.000 a 800.000	445.484	2,1%	85,3%	322.124	3,3%	74,4%	70.573	2,0%	90,1%
De 800.000 a 900.000	452.010	2,1%	87,4%	348.665	3,6%	78,0%	61.129	1,7%	91,8%
De 900.000 a 1.000.000	366.380	1,7%	89,2%	291.811	3,0%	81,0%	45.423	1,3%	93,1%
Acima de 1.000.000 *	2.288.916	10,8%	100,0%	1.839.873	19,0%	100,0%	244.171	6,9%	100,0%
Total	21.119.883	100,0%		9.699.887			3.533.842	100,0%	

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.9 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor por tipo de produto (cont.)

Faixas de valor - R\$	Frete		Materiais Operacionais			Outros		
	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	% Acum	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%	% Acum	Somatório do Valor das Faturas R\$(000)	%
Até 1.000	3.924	0,1%	0,1%	2.100	0,1%	0,1%	18.332	2,6%
De 1.001 a 2.000	9.135	0,3%	0,4%	4.226	0,1%	0,2%	13.668	1,9%
De 2.001 a 3.000	13.361	0,4%	0,8%	5.166	0,1%	0,3%	9.468	1,3%
De 3.001 a 4.000	15.474	0,5%	1,3%	7.183	0,2%	0,5%	8.113	1,1%
De 4.001 a 5.000	17.919	0,5%	1,8%	6.939	0,2%	0,7%	8.474	1,2%
De 5.001 a 10.000	107.345	3,3%	5,1%	52.846	1,4%	2,0%	31.505	4,4%
De 10.001 a 15.000	176.343	5,4%	10,5%	76.074	2,0%	4,0%	25.314	3,6%
De 15.001 a 20.000	206.447	6,3%	16,8%	97.075	2,5%	6,5%	30.362	4,3%
De 20.001 a 25.000	198.246	6,0%	22,8%	148.360	3,8%	10,3%	24.598	3,5%
De 25.001 a 30.000	169.287	5,2%	27,9%	99.414	2,6%	12,8%	15.509	2,2%
De 30.001 a 35.000	130.678	4,0%	31,9%	78.343	2,0%	14,8%	17.875	2,5%
De 35.001 a 40.000	101.492	3,1%	35,0%	83.694	2,1%	17,0%	15.371	2,2%
De 40.001 a 45.000	84.388	2,6%	37,6%	84.734	2,2%	19,2%	15.230	2,1%
De 45.001 a 50.000	76.311	2,3%	39,9%	98.614	2,5%	21,7%	11.464	1,6%
De 50.001 a 75.000	314.440	9,6%	49,5%	377.186	9,7%	31,4%	54.657	7,7%
De 75.001 a 100.000	238.903	7,3%	56,8%	342.020	8,8%	40,2%	60.965	8,6%
De 100.001 a 125.000	192.230	5,9%	62,6%	270.566	6,9%	47,1%	43.340	6,1%
De 125.001 a 150.000	157.196	4,8%	67,4%	213.480	5,5%	52,6%	25.758	3,6%
De 150.000 a 200.000	240.024	7,3%	74,7%	508.494	13,1%	65,7%	44.255	6,2%
De 200.000 a 300.000	302.243	9,2%	83,9%	492.929	12,7%	78,3%	72.834	10,3%
De 300.000 a 400.000	150.900	4,6%	88,5%	277.645	7,1%	85,5%	27.916	3,9%
De 400.000 a 500.000	137.885	4,2%	92,7%	228.746	5,9%	91,3%	18.999	2,7%
De 500.000 a 600.000	119.564	3,6%	96,4%	104.429	2,7%	94,0%	14.778	2,1%
De 600.000 a 700.000	58.824	1,8%	98,2%	58.265	1,5%	95,5%	7.261	1,0%
De 700.000 a 800.000	21.419	0,7%	98,8%	26.186	0,7%	96,2%	5.181	0,7%
De 800.000 a 900.000	2.568	0,1%	98,9%	25.224	0,6%	96,8%	14.424	2,0%
De 900.000 a 1.000.000	7.376	0,2%	99,1%	12.159	0,3%	97,1%	9.612	1,4%
Acima de 1.000.000 *	29.190	0,9%	100,0%	111.152	2,9%	100,0%	64.531	9,1%
Total	3.283.111	100,0%		3.893.251	100,0%		709.792	100,0%

* Identificamos que 1.370 faturas possuem valor superior a R\$ 1 milhão, sendo distribuídas por 199 cedentes diferentes. No anexo II deste relatório apresentamos a composição dos cedentes e somatório do valor das faturas. Adicionalmente verificamos que aproximadamente 83,5% dessas faturas foram liquidadas em dia; 15,6% foram liquidadas com atraso inferior a 5 dias¹; 0,8% foram liquidadas com atraso superior a 5 dias e apenas 0,2% estão em aberto em abril de 2009.

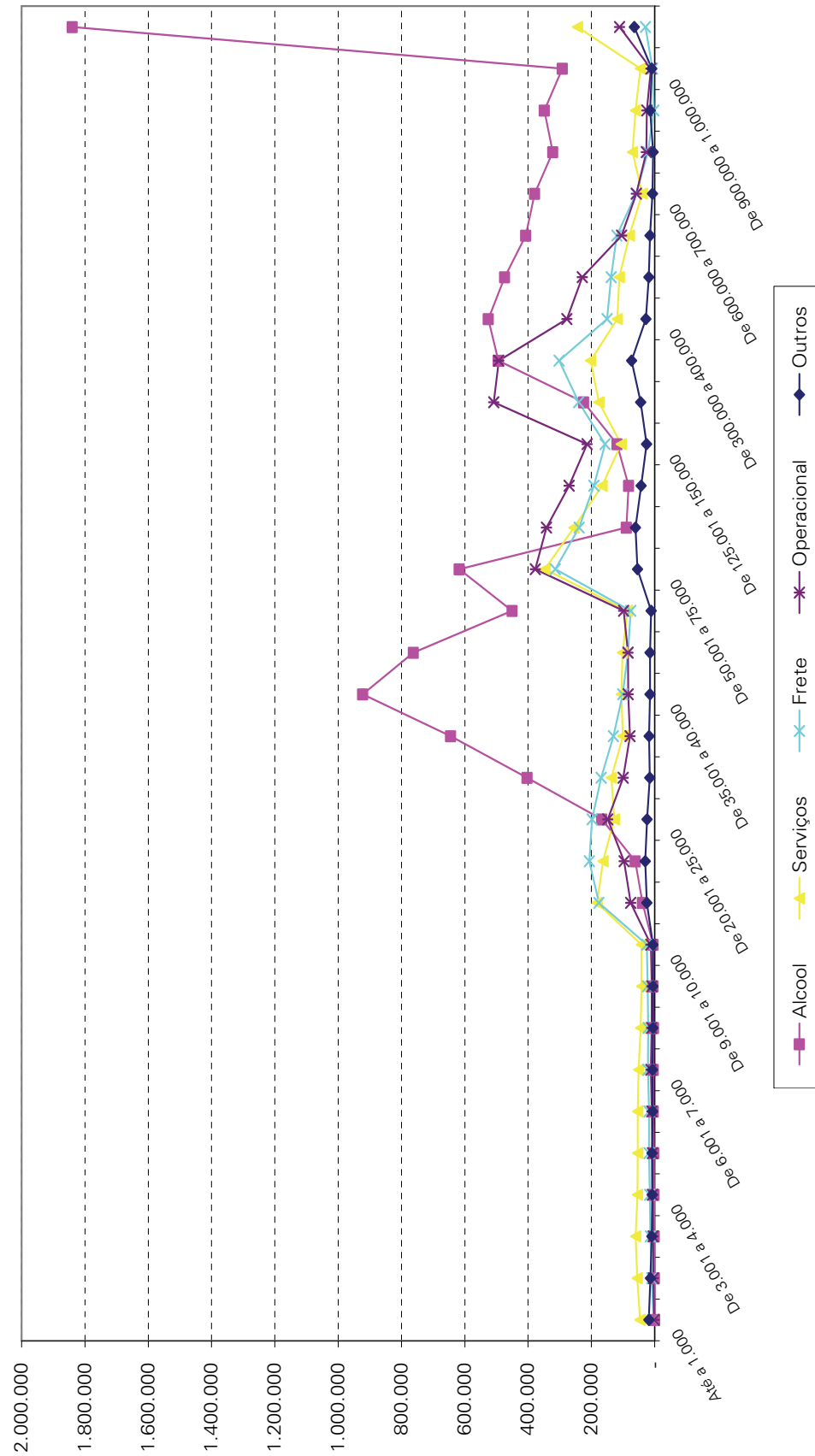
¹ Das faturas liquidadas com atraso de 1 a 5 dias, 41,46% referem-se finais de semana e 10,92% referem-se a feriados.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas a KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.7 - Distribuição do volume financeiro de vendas por faixas de valor por tipo de produto



Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Constatações observadas referentes aos cedentes ("fornecedores")

- Cedentes ("fornecedores") identificados: 18.002
- Carteira pulverizada (baixa concentração por cedente)
- Dos 18.002 cedentes identificados 165 figuram também como clientes da BR Distribuidora, representando 18% do total sob análise.

Tabela 2.10 - Apuração da concentração dos cedentes (Consolidado)

Cadentes	Consolidado		
	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	% Acum
1 ao 5	2.182.739	10,3%	10,3%
6 ao 15	2.453.864	11,6%	22,0%
16 ao 30	2.267.188	10,7%	32,7%
31 ao 50	2.149.153	10,2%	42,9%
Total 50 maiores	9.052.944	42,9%	
51 ao 75	1.863.488	8,8%	51,7%
76 ao 100	1.422.117	6,7%	58,4%
101 ao 150	2.044.074	9,7%	68,1%
151 ao 200	1.422.203	6,7%	74,8%
Total 200 maiores	15.804.826	74,8%	
Demais (17.802) cedentes	5.315.057	25,2%	100,0%
Total (18.002)	21.119.883	100,0%	

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Tabela 2.11 - Identificação dos 30 maiores cedentes (por CNPJ raiz) - Consolidado

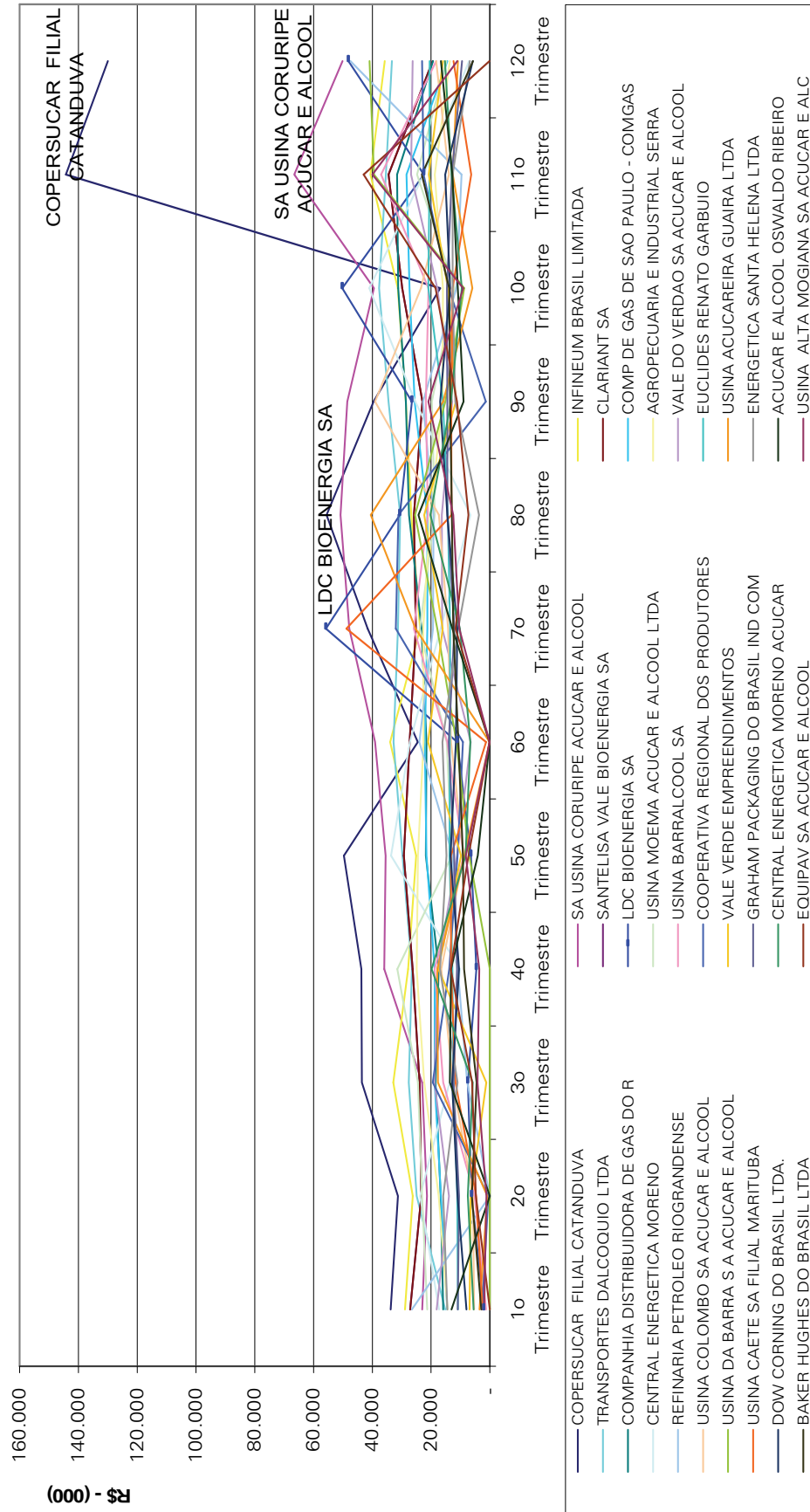
#	Cedentes	Somatório do Valor das Faturas - R\$(000)	%	%Acum.	Quantidade de Faturas	%	%Acum.
1	COPERSUCAR COOP DE PROD DE CANA DE	654.427	3,1%	3,1%	12.146	1,7%	1,7%
2	SA USINA CORURIBE ACUCAR E ALCOOL	481.229	2,3%	5,4%	8.975	1,3%	3,0%
3	INFINEUM BRASIL LIMITADA	361.421	1,7%	7,1%	2.933	0,4%	3,4%
4	TRANSPORTES DALCOQUIO LTDA	359.168	1,7%	8,8%	13.640	1,9%	5,3%
5	SANTELISA VALE BIOENERGIA SA	326.495	1,5%	10,3%	1.756	0,2%	5,6%
6	CLARIANT SA	314.965	1,5%	11,8%	5.957	0,8%	6,4%
7	COMPANHIA DISTRIBUIDORA DE GAS DO R	273.306	1,3%	13,1%	1.863	0,3%	6,7%
8	LDC BIOENERGIA SA	271.483	1,3%	14,4%	5.555	0,8%	7,4%
9	COMP DE GAS DE SAO PAULO - COMGAS	250.617	1,2%	15,6%	2.337	0,3%	7,8%
10	CENTRAL ENERGETICA MORENO	245.067	1,2%	16,8%	5.076	0,7%	8,5%
11	USINA MOEMA ACUCAR E ALCOOL LTDA	241.708	1,1%	17,9%	1.192	0,2%	8,7%
12	AGROPECUARIA E INDUSTRIAL SERRA	233.145	1,1%	19,0%	2.198	0,3%	9,0%
13	REFINARIA PETROLEO RIOGRANDENSE	211.443	1,0%	20,0%	1.703	0,2%	9,2%
14	USINA BARRALCOOL SA	209.318	1,0%	21,0%	3.107	0,4%	9,6%
15	VALE DO VERDAO SA ACUCAR E ALCOOL	202.813	1,0%	22,0%	451	0,1%	9,7%
16	USINA COLOMBO SA ACUCAR E ALCOOL	188.361	0,9%	22,8%	2.607	0,4%	10,1%
17	COOPERATIVA REGIONAL DOS PRODUTORES	180.665	0,9%	23,7%	2.611	0,4%	10,4%
18	EULCIDES RENATO GARBUJO	180.092	0,9%	24,6%	5.859	0,8%	11,3%
19	USINA DA BARRA S A ACUCAR E ALCOOL	165.936	0,8%	25,3%	1.218	0,2%	11,4%
20	VALE VERDE EMPREENDIMENTOS AGRICOL	163.881	0,8%	26,1%	1.432	0,2%	11,6%
21	USINA ACUCAREIRA GUIARA LTDA	159.734	0,8%	26,9%	3.095	0,4%	12,1%
22	USINA CAETE SA FILIAL VOLTA GRANDE	152.993	0,7%	27,6%	2.850	0,4%	12,5%
23	GRAHAM PACKAGING DO BRASIL IND COM	149.137	0,7%	28,3%	3.850	0,5%	13,0%
24	ENERGETICA SANTA HELENA LTDA	147.362	0,7%	29,0%	1.125	0,2%	13,2%
25	DOW CORNING DO BRASIL LTDA	144.100	0,7%	29,7%	508	0,1%	13,3%
26	CENTRAL ENERGETICA MORENO ACUCAR	134.937	0,6%	30,3%	3.299	0,5%	13,7%
27	ACUCAR E ALCOOL OSWALDO RIBEIRO	130.366	0,6%	30,9%	1.520	0,2%	13,9%
28	BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA	123.670	0,6%	31,5%	901	0,1%	14,1%
29	EQUIPAV SA ACUCAR E ALCOOL	123.085	0,6%	32,1%	997	0,1%	14,2%
30	USINA ALTA MOGIANA SA ACUCAR E ALC	122.869	0,6%	32,7%	2.138	0,3%	14,5%
Total 30 Maiores cedentes		6.903.791	32,7%	32,7%	102.899	14,5%	14,5%
Demais 17.972 Cedentes		14.216.092	67,3%	100,0%	606.722	85,5%	100,0%
Total (18.002 cedentes)		21.119.883	100,0%		709.621	100,0%	
Prazo médio ponderado dos 30 maiores cedentes		17 dias					

* Segundo representantes da BR Distribuidora tais cedentes também figuram como clientes da BR.

** No anexo III apresentamos a composição doa 18.002 cedentes presentes na base de dados sob análise.

Apresentação da carteira de recebíveis (cont.)

Gráfico 2.8 - Distribuição trimestral dos 30 maiores cedentes no período



*No anexo IV deste relatório, apresentamos a distribuição mensal dos 30 maiores grupos matriz no período.

**No anexo V apresentamos a distribuição mensal dos 18.002 cedentes presentes na base de dados sob análise.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Descrição geral das formas de baixa (documento de compensação)

- A base de dados disponibilizada apresenta três tipos de documento de compensação, sendo que cada um deles refere-se a:
 - (i) **Documento de compensação (início 15)**: faturas que possuem o documento de compensação com estes dois dígitos no início, foram pagas via banco e não apresentam indícios de vício, exceto pelo atraso no pagamento e prorrogação da programação de pagamento (vide slide anterior).
 - (ii) **Documento de compensação (início 10 ou 25)**: faturas que possuem o documento de compensação com início 10 ou 25, podem significar uma compensação com indícios de vício, sendo os principais: (i) estornos; (ii) "encontro de contas"; (iii) liquidações fora do prazo de vencimento; (iv) parcelamentos A/B.

% Representatividade em relação a base de dados:

Tabela 2.12 - Distribuição do volume financeiro por tipo de produto e por forma de baixa

Tipo de Produtos	Documento de Compensação 15				Documento de Compensação 10/25				Total			
	Somatório		Somatório		Somatório		Somatório		Somatório		Somatório	
	Fatura -	% sobre	Quantidade	% sobre	Fatura -	% sobre	Quantidade	% sobre	Fatura -	% sobre	Quantidade	% sobre
	R\$(000)	total	de Faturas	total	R\$(000)	total	de Faturas	total	R\$(000)	total	de Faturas	total
Alcool	8.960.358	92,4%	124.218	95,6%	739.529	7,6%	5.737	4,4%	9.699.887	45,9%	129.955	18,3%
Serviços Diversos	3.210.923	90,9%	293.879	93,4%	322.919	9,1%	20.692	6,6%	3.533.842	16,7%	314.571	44,3%
Frete	3.176.071	96,7%	106.356	97,6%	107.040	3,3%	2.577	2,4%	3.283.111	15,5%	108.933	15,4%
Materiais Operacionais	3.766.697	96,7%	69.403	97,1%	126.555	3,3%	2.051	2,9%	3.893.251	18,4%	71.454	10,1%
Outros	619.922	87,3%	81.040	95,7%	89.869	12,7%	3.668	4,3%	709.792	3,4%	84.708	11,9%
Total	19.733.971	93,4%	674.896	95,1%	1.385.912	6,6%	34.725	4,9%	21.119.883	100,0%	709.621	100,0%

Vícios redibitórios (eventos de diluição) identificados

- Estorno com devolução total da mercadoria (doc. 10/25).
- Estorno com devolução parcial da mercadoria. (Nesses casos são emitidas notas de crédito em favor da BR Distribuidora para compensação futura) (doc. 10/25).
- Estorno por erro de lançamento da fatura (doc. 10/25).
- “Encontro de contas”: segundo representantes da BR Distribuidora tal situação pode ocorrer quando o fornecedor também é cliente da BR Distribuidora e este possui um crédito e um débito junto a BR Distribuidora (doc. 10/25).
- Liquidações fora do prazo de vencimento devido a (doc. 15):
 - (i) Bloqueio do fornecedor/cliente, quando este possui um saldo em aberto junto a BR Distribuidora (débito).
 - (ii) Bloqueio do fornecedor pelo atraso da aprovação do pagamento nas “pontas” (filiais) devido a distância entre a “ponta” e o gerente da regional. Ainda segundo representantes da BR Distribuidora, atualmente foram nomeados gerentes com alçadas de aprovação nas próprias “pontas” de forma a agilizar o processo de aprovação.
- Parcelamentos A/B: segundo representantes da BR Distribuidora refere-se a contratos firmados com previsão de pagamentos parcelados, podendo também ser antecipados dependendo das condições do contrato; ainda segundo representantes da BR, tais operações não serão elegíveis ao fundo (doc. 10/25).
- Prorrogação da programação de pagamento devido ao bloqueio do fornecedor/cliente quando este possui um débito renegociado e um crédito junto a BR Distribuidora (doc. 15).

Amostra selecionada

Crítérios de seleção:

- 1.000 faturas.
- Proporcionalidade dos tipos de documento de compensação.

A partir do primeiro filtro realizado, aplicamos a proporcionalidade também para os tipos de produto e faixas de valor das faturas.

A seguir amostra selecionada:

	Total sob análise		Amostra selecionada	
	R\$(000)	%	Quantidade	%
Documento 15	19.733.971	93%	931	93%
Documento 10/25	1.385.912	7%	69	7%
Total	21.119.883	100,0%	1.000	100,0%

Objetivos:

(1) Confirmação da integridade das informações presentes na base de dados

Observamos que as informações presentes na base de dados referente ao número do documento contábil, razão social do cedente, número da fatura, data de emissão da fatura, valor da fatura, data de vencimento da fatura*, data de pagamento da fatura, valor pago e aprovação para pagamento da fatura estavam de acordo com os registros do sistema utilizado pela BR (SAP), exceto por:

- 9 casos com valores de pagamento divergentes (pelo fato de que parte da fatura foi liquidada via encontro de contas e parte liquidada via depósito bancário).
- 23 casos com datas de pagamento não identificadas no sistema (pelo fato de que tais faturas foram estornadas por erro de lançamento).

Amostra selecionada (cont.)

- 34 casos com valores de pagamento não identificados no sistema (pelo fato de que 17 faturas foram estornadas por erro de lançamento, 6 faturas foram devolvidas e 11 faturas foram liquidadas via encontro de contas).
 - 101 casos com aprovação do pagamento não identificadas no sistema (pelo fato de que 78 faturas possuem data de emissão anterior a setembro de 2006, na qual ainda não havia sistema de aprovação eletrônica e 23 faturas foram estornadas não necessitando aprovação de pagamento).
- * Segundo representantes da BR Distribuidora a data de vencimento da fatura presente na base de dados refere-se à data de programação do pagamento o que poderia ser divergente da data de vencimento da fatura.

(2) Coleta de informações não disponíveis na base de dados disponibilizada pela BR Distribuidora

Foram coletadas informações referentes aos indícios de vício, tais como:

Descrição	Quantidade de Faturas			
	Documento de compensação 15	% sobre o total	Documento de compensação 10 e 25	% sobre o total
Estorno com devolução total da mercadoria (A)	-	0,0%	11	100%
Estorno com devolução parcial da mercadoria (notas de crédito)	-	0,0%	1	100%
Estorno por erro de lançamento da fatura	-	0,0%	19	100%
"Encontro de contas"	-	0,0%	20	100%
Liquidações fora do prazo de vencimento (B)	25	100%	-	0,0%
Parcelamentos A/B	-	0,0%	18	100%
Prorrogação da programação de pagamento	9	100%	-	0,0%
Total das faturas com indícios de vício	34	33,0%	69	67%
Faturas sem indícios de vícios	897		-	
Total amostra	931	93%	69	7%
			1000	100,0%

Amostra selecionada (cont.)

(2) Coleta de informações não disponíveis na base de dados disponibilizada pela BR Distribuidora (cont.)

Notas:

(A) Segundo representantes da BR Distribuidora as faturas estornadas com devolução total da mercadoria, refere-se à 9 faturas de álcool e duas faturas de óleo. Ainda segundo representantes da BR, tais faturas foram estornadas/devolvidas por estarem fora das especificações, porém o laudo que comprova tal fato fica guardado por apenas 60 dias, não sendo possível visualizá-los na data de nossas análises.

Na tabela abaixo apresentamos a composição das faturas e respectivo prazo médio de devolução:

No. Documento Contábil	Referência	No. Documento Baixa / Compensação		Grupo	Cedentes	Data Emissão	Data Baixa	Valor da Fatura - R\$	Prazo de Baixa/ Devolução (em dias)
1 5100315375	19333-1	104650525	104650525	Alcool	Usina Da Barra SA Acucar E Alcool	28/11/2008	01/12/2008	40.168	3
2 5100251534	26667	103660212	103660212	Mat. Oper	Cooperativa Regional Dos Produtores	20/10/2007	24/10/2007	34.217	4
3 5100206581	36140	103454274	103454274	Alcool	Central Energetica Moreno	14/09/2006	25/09/2006	36.349	11
4 5100215950	49253	103161878	103161878	Alcool	Central Energetica Moreno	13/09/2007	19/09/2007	19.869	6
5 5100177265	27495	102555299	102555299	Alcool	Alcoolvale SA Alcool E Acucar	30/07/2007	01/08/2007	37.086	2
6 5100270209	91273	103995460	103995460	Mat. Oper	Elekeiroz SA	30/09/2008	14/10/2008	7.397.660	14
7 5100201950	90408-1	103341183	103341183	Alcool	Metalurgica Barra Do Pirai AS	06/09/2006	13/09/2006	20.942	7
8 5100141152	942-001	102094600	102094600	Alcool	SA Usina Coruripe Acucar E Alcool	02/06/2008	04/06/2008	208.475	2
9 5100106201	000841-001	101540610	101540610	Alcool	SA Leao Irmaos Acucar E Alcool	15/04/2008	29/04/2008	1.576.778	14
10 5100052005	19046-1	100821177	100821177	Alcool	Cooperativa Regional Dos Produtores	27/02/2009	06/03/2009	2.967.434	7
11 5100041465	27036	100605922	100605922	Alcool	Japungu Agroindustrial SA	21/02/2007	26/02/2007	51.889	5
Total								12.390.869	
Prazo médio ponderado									12

(B) Liquidações fora do prazo de vencimento devido a:

- (i) Bloqueio do fornecedor/cliente, quando este possui um saldo em aberto junto a BR Distribuidora (débito).
- (ii) Bloqueio do fornecedor pelo atraso da aprovação do pagamento nas "pontas" (filiais) devido a distância entre a "ponta" e o gerente da regional. Ainda segundo representantes da BR Distribuidora, atualmente foram nomeados gerentes com alçadas de aprovação nas próprias "pontas" de forma a agilizar o processo de aprovação.

Resultados observados (performance da carteira)

Apresentamos a seguir a performance da carteira, cujo documento de compensação se inicia com 15:

Tabela 2.13 - Aging List (documento compensação 15)

Aging list	Documento Compensação 15		
	Faixas	R\$(000)	% Acum.
Total sob análise		19.733.971	
(-) Estorno		-	
(-) Faturas a vencer em 30 de abril de 2009		75.972	
Faturas vencidas e/ ou liquidadas até 30 de abril de 2009		19.657.999	100,00%
Faturas antecipadas acima de 15 dias		-	0,00%
Faturas antecipadas de 1 a 15 dias (1)		5	0,00%
Faturas antecipadas de 6 a 10 dias (1)		42	0,00%
Faturas antecipadas de 1 a 5 dias (1)		6.871	0,03%
Faturas liquidadas no vencimento		14.153.329	72,00%
Faturas liquidadas com 1 a 5 dias de atraso (2)		5.190.587	26,40%
Faturas liquidadas com 6 a 10 dias de atraso (3)		182.206	0,93%
Faturas liquidadas com 11 a 15 dias de atraso (3)		51.599	0,26%
Faturas liquidadas com 16 a 30 dias de atraso (3)		45.168	0,23%
Faturas liquidadas com 31 a 60 dias de atraso (3)		15.561	0,08%
Faturas liquidadas com 61 a 90 dias de atraso (3)		3.140	0,02%
Faturas liquidadas com 91 a 120 dias de atraso (3)		1.800	0,01%
Faturas liquidadas com 121 a 150 dias de atraso (3)		427	0,00%
Faturas liquidadas com 151 a 180 dias de atraso (3)		556	0,00%
Faturas liquidadas acima de 180 dias de atraso (3)		787	0,00%
Faturas vencidas e não liquidadas de 1 a 5 dias		4.862	0,02%
Faturas vencidas e não liquidadas de 6 a 10 dias		1.001	0,01%
Faturas vencidas e não liquidadas de 11 a 15 dias		51	0,00%
Faturas vencidas e não liquidadas de 16 a 30 dias		10	0,00%
Faturas vencidas e não liquidadas acima de 30 dias		-	0,00%

27,94%

Sendo 20,40% referente a atrasos devido a feriados e finais de semana

Sendo 7,54% referente a atrasos devido a bloqueios (i) e (ii) e prorrogações.

Nos anexos de VI a XII deste relatório, apresentamos o *aging list* por tipo de produto e performance por safra consolidada e por tipo de produto.



© 2009 KPMG Risk Advisory Services Ltda., uma sociedade brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International, uma cooperativa suíça. Todos os direitos reservados. Impresso no Brasil. KDMS 65424.
KPMG e o logotipo da KPMG são marcas registradas da KPMG International, uma cooperativa suíça

Resultados observados (performance da carteira) (cont.)

Notas I:

- (1) Conforme o Manual de Procedimento Corporativo que descreve sobre a criação de fatura para pagamento de produtos, materiais, serviços, impostos, taxas, financiamentos e adiantamentos pela BR, deve haver um prazo de, pelo menos, cinco dias úteis entre o lançamento da fatura e a data de vencimento da mesma, para que não ocorra atraso no pagamento. Caso o prazo seja insuficiente, o gerente do órgão (filial) responsável pela autorização do pagamento deve solicitar a alteração de vencimento para o GOF - Gerência de Operações Financeiras - que faz a alteração no sistema para que o pagamento seja efetuado na real data de vencimento, o que caracteriza uma antecipação na bases de dados disponibilizada.
- (2) As faturas liquidadas com 1 a 5 dias de atraso são representadas por: 9% referente aos vencimentos ocorridos em feriados; 64% aos vencimentos ocorridos em finais de semana (sábado ou domingo) e 27% segundo representantes da BR Distribuidora refere-se : (i) ao bloqueio do fornecedor/cliente, quando este possui um saldo em aberto junto a BR Distribuidora; ou (ii) ao bloqueio do fornecedor pelo atraso da aprovação do pagamento nas "pontas" (filiais) devido a distância entre a "ponta" e o gerente da regional. Ainda segundo representantes da BR Distribuidora, atualmente foram nomeados gerentes com alçadas de aprovação nas próprias "pontas" de forma a agilizar o processo de aprovação. Em nossa amostra de 1.000 itens, para os quais obtivemos todas as informações faltantes mediante consulta ao sistema da BR Distribuidora, constatamos que 18 faturas foram liquidadas com atraso devido ao bloqueio (i) e 7 faturas devido ao bloqueio (ii).
- (3) Segundo representantes da BR Distribuidora as faturas liquidadas com mais de 5 dias de atraso refere-se : (i) ao bloqueio do fornecedor/cliente, quando este possui um saldo em aberto junto a BR Distribuidora; ou (ii) ao bloqueio do fornecedor pelo atraso da aprovação do pagamento nas "pontas" (filiais) devido a distância entre a "ponta" e o gerente da regional. Ainda segundo representantes da BR Distribuidora, atualmente foram nomeados gerentes com alçadas de aprovação nas próprias "pontas" de forma a agilizar o processo de aprovação. Em nossa amostra de 1.000 itens, para os quais obtivemos todas as informações faltantes mediante consulta ao sistema da BR Distribuidora, constatamos que 18 faturas foram liquidadas com atraso devido ao bloqueio (i) e 7 faturas devido ao bloqueio (ii).

Resultados observados (performance da carteira) (cont.)

Apresentamos a seguir a performance da carteira:

Tabela 2.14 - Aging List (base completa)

Aging list	Faixas	Consolidado	
		R\$(000)	%
Total sob análise		21.119.883	100,00%
(-) Estorno		-	0,00%
(-) Faturas a vencer em 30 de abril de 2009		79.491	0,38%
Faturas antecipadas (dias)		1.133.318	5,37%
Acima de 120		1.675	0,01%
91 - 120		1.153	0,01%
61 - 90		796	0,00%
31 - 60		32.270	0,15%
16 - 30		116.299	0,55%
11 - 15		201.184	0,95%
6 - 10		425.546	2,01%
1 - 5		354.397	1,68%
Faturas liquidadas no vencimento		14.220.972	67,33%
Faturas liquidadas com atraso (dias)		5.677.302	26,88%
1 - 5		5.284.849	25,02%
6 - 10		216.580	1,03%
11 - 15		64.839	0,31%
16 - 30		64.749	0,31%
31 - 60		29.976	0,14%
61 - 90		7.415	0,04%
91 - 120		2.635	0,01%
121 - 150		979	0,00%
151 - 180		1.042	0,00%
Acima de 180		4.238	0,02%
Faturas vencidas e não liquidadas (dias)		8.801	0,04%
1 - 5		7.086	0,03%
6 - 10		1.617	0,01%
11 - 15		51	0,00%
16 - 30		47	0,00%
Acima de 30		-	0,00%

No anexo XIII deste relatório, apresentamos o *aging list* consolidado por tipo de produto.



Resultados observados (performance da carteira) (cont.)

Resumo:

Descrição	% Vícios Redibitórios	Obs.
Documento 10/25 (amostra 69 faturas)	6,90%	(pág. 26)
Documento 15 (base completa - Doc 15)	7,54%	(pág. 28)
Total	14,44%	

Portanto:

Indícios de vícios	% Vícios Redibitórios	Observações*
Estorno com devolução total da mercadoria	1,54%	Relevante à operação.
Estorno com devolução parcial da mercadoria (notas de crédito)	0,14%	Relevante à operação.
Estorno por erro de lançamento da fatura	2,66%	-
"Encontro de contas"	2,80%	-
Liquidações fora do prazo de vencimento	3,50%	Relevante à operação.
Parcelamentos A/B	2,52%	-
Prorrogação da programação de pagamento	1,26%	Relevante à operação.
% total das faturas com indícios de vício	14,44%	

* Segundo representantes da BR e Grupo estruturador os itens considerados relevantes são os que realmente impactam a operação constituindo um total de 6,44%.

Verificação das faturas e comprovantes de pagamento

Com o objetivo de se estabelecer um apropriado nível de confiança nos dados disponibilizados pela BR Distribuidora, selecionamos uma amostragem de 100 faturas constantes na base de dados disponibilizada para a realização de testes de verificação das faturas representadas por vendas de bens e serviços e respectivos comprovantes de pagamento. Apresentamos a seguir o resultado da aplicação desse procedimento:

Procedimentos	Sem divergência	Com divergência	Não identificado *	Não aplicável **	Não apresentado	Total	Comentários
Identificação da Fatura	86	-	-	8	6	100	-
Identificação do "Número da NF"	86	-	-	8	6	100	-
Verificação do "Fornecedor"	86	-	-	8	6	100	-
Verificação do "CNPJ do Fornecedor"	86	-	-	8	6	100	-
Verificação da "Data de Emissão"	85	-	1	8	6	100	-
Verificação da "Data de Vencimento"	86	-	-	8	6	100	-
Verificação do "Valor da Parcela"	86	-	-	8	6	100	-
Identificação do comprovante de pagamento	88	-	-	12	-	100	-
Verificação do "CNPJ do Fornecedor"	88	-	-	12	-	100	-
Verificação do "Fornecedor"	88	-	-	12	-	100	-
Verificação da "Data de Pagamento"	88	-	-	12	-	100	-
Verificação do "Valor Pago"	88	-	-	12	-	100	-

* Itens ilegíveis no documento apresentado.

* * Itens não aplicáveis devido a estornos ou encontro de contas.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXO 5

PETROBRÁS DISTRIBUIDORA S.A.: DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM DEZEMBRO DE
2008, 2007 E 2006

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)


PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

 Ministério de
Minas e Energia

 CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório dos resultados das atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 da Petrobras Distribuidora S.A., acompanhado das Demonstrações Contábeis, dos Pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório de Administração de 2008 da Petrobras Distribuidora. Este relatório é prova do empenho da atual administração em tornar transparentes todas as suas práticas, bem como aplicar continuamente indicadores de governança corporativa alinhados àqueles utilizados por todo o Sistema Petrobras.

Nossos objetivos continuam sendo a rentabilidade, a liderança e a valorização da nossa imagem no mercado, sem descuidar da responsabilidade social e ambiental. No final do período, contabilizamos 5.998 Postos de Serviços ativos na nossa Rede de Postos e 9.635 Clientes consumidores diretos, os quais responderam por uma receita bruta de R\$65,05 bilhões, pela venda de 37,79 milhões de metros cúbicos e pela participação no mercado global de distribuição de combustíveis de 34,9%.

Em 2008, a Petrobras Distribuidora apurou um lucro líquido de R\$ 1,29 bilhão, continuando desta forma sua trajetória ascendente de sucesso operacional e financeiro. A receita operacional líquida atingiu a marca de R\$53,45 bilhões, proveniente, principalmente, do aumento nas vendas.

Líder absoluta no mercado de distribuição de combustíveis e única distribuidora presente em todo o país, a Petrobras Distribuidora torna públicos aqui os números e informações que traduzem a excelência de seu desempenho empresarial.

 José Eduardo de Barros Dutra
Presidente da Petrobras Distribuidora

Ambiente do Mercado de Distribuição

O mercado de distribuição de combustíveis apresentou no último ano um aumento de 8,9%, superior aos 8,2% registrados em 2007. O destaque em 2008 foi o crescimento das vendas de álcool hidratado, que teve o seu mercado ampliado em 46,5%, motivado pela expansão da frota e pelo aumento das vendas dos veículos bicompostíveis e pelo preço vantajoso em relação à gasolina. Com isso, no mesmo ano, o mercado de gasolina cresceu apenas 3,5%. No total, o volume de combustíveis Ciclo OTTO (gasolina, GNV e álcool) cresceu, em gasolina equivalente, 10,6%.

O diesel apresentou um aumento de 7,4%, com forte crescimento no segmento de energia devido ao despacho contínuo das termelétricas do sistema isolado no 1º trimestre de 2008. No segmento de aviação, o volume de combustível aumentou 7,6%. Este crescimento foi limitado pela alta do dólar no último trimestre do ano, impactando na demanda por viagens internacionais e no preço do QAV.

Outro aspecto a destacar é que nos mercados atendidos pela BR, especialmente no segmento de Rede de Postos, houve a continuidade das ações visando coibir as práticas irregulares, como sonegação e adulteração, especialmente por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de alguns governos estaduais.

Nesse contexto a BR procurou, ao longo do ano, de acordo com seu Plano Estratégico, ajustar suas políticas comerciais de forma a fazer frente às mudanças do ambiente competitivo, dedicando especial atenção aos efeitos da presente crise financeira que se alastra por todos os mercados. Em detalhe, a Companhia procurou implementar ações visando dar maior transparência ao mercado, ao mesmo tempo em que procurou se posicionar nos diversos segmentos em que atua de forma a preservar e consolidar a sua participação de mercado e sua rentabilidade.

Desempenho Comercial

O volume acumulado comercializado no ano foi de 37,79 milhões de metros cúbicos, 11,4% superior às vendas do ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento das vendas de 52,8% do álcool hidratado, de 13,5% do diesel, de 11,7% do querosene de aviação e de 7,5% da gasolina. Cabe ressaltar que mais uma vez a BR alcançou o maior volume anual de vendas já registrado em sua história.

A BR, líder no mercado de Distribuição, alcançou em 2008 no segmento de Rede de Postos 26,3% de market-share acumulado ao longo do ano, 0,6 p.p. acima do valor de 2007 (25,7%). Do mesmo modo, no segmento Consumidor o market-share medido em 2008 foi de 52,7%, acima em 1,3 p.p. em relação à marca do ano anterior (51,4%).

Para consolidar seu market-share, a BR manteve a estratégia ousada adotada em 2007, estruturada em iniciativas estratégicas, como: revisão dos seus processos e reorganização da estrutura organizacional, melhoria contínua em operações e logística, redefinição e implantação de políticas comerciais, planejamento e execução de campanha regulatória, dentre outras.

Da sua rede de postos ativos, localizados em todas as regiões do território brasileiro, 656 pertencem à Companhia, sendo que 16 são Postos Escola e, portanto, operados diretamente pela BR.

Como forma de construir um diferencial de qualidade e fortalecer a marca junto ao mercado, a Petrobras Distribuidora manteve o foco no programa "De Olho no Combustível" e encerrou 2008 com 5.434 postos certificados. Fundamentado nos requisitos de qualidade da norma ISO 9001:2000, este programa abrange desde a realização de testes nos combustíveis em campo até a limpeza de tanques e filtros. Estudos realizados pela Companhia, comparando programas de qualidade desenvolvidos por outras empresas do mesmo segmento, indicam que o programa de "De Olho no Combustível" é o mais completo do mercado.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2008, com um lucro líquido de R\$1,29 bilhão, a Petrobras Distribuidora registrou o melhor resultado financeiro de sua história, ultrapassando pela primeira vez a barreira de R\$1 bilhão de lucro líquido. Seu crescimento, em comparação a 2007, quando obteve um resultado de R\$841 milhões, foi de 53,3%, em consequência do constante aumento do volume de vendas e do contínuo esforço de manutenção do controle de custos.

A Receita Líquida da BR atingiu R\$53,45 bilhões em 2008, um montante 24,2% superior à de R\$43,05 bilhões obtida no ano de 2007. O principal responsável por este desempenho foi o crescimento de 11,4% do volume de vendas.

No quadro-resumo abaixo pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2008	2007	%
Receita Operacional Bruta	65.049	52.502	23,9%
Receita Operacional Líquida	53.455	43.049	24,2%
Lucro Bruto	4.912	3.667	9,4%
Margem Bruta	7,5%	6,5%	-1,0 pp
Lucro Operacional	2.037	1.404	45,1%
Margem Operacional	3,8%	3,3%	0,5 pp
EBITDA	1.917	1.235	55,2%
Lucro Líquido	1.289	841	53,3%

Investimentos

Os investimentos operacionais em 2008 totalizaram R\$409,6 milhões. Os recursos da BR foram concentrados, principalmente, na ampliação e modernização da sua Rede de Postos de Serviços, no suporte aos Clientes Industriais e Comerciais, em programas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Logística e Operações.

Alinhados ao Planejamento Estratégico, os investimentos buscaram atender a estratégia de garantia da liderança do mercado brasileiro de distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis e de maximização de market-share com rentabilidade.

Responsabilidade Social e Ambiental – SMS

Como princípio básico, todas as ações da BR são norteadas pela sua política em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), visando atingir padrões adequados. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social são incentivados, em todas as atividades da Companhia, promovendo a segurança dos empreendimentos, a preservação ambiental e a melhoria contínua de qualidade de vida.

Para cumprimento de sua política de SMS, foram efetuados investimentos na ordem de R\$ 36,7 milhões para melhoria do sistema de proteção ambiental, segurança e prevenção de acidentes nas instalações operacionais – bases, terminais, depósitos, fábricas, aeroportos, além das instalações dos Clientes consumidores e dos Postos de Serviços.

Agradecimentos

Finalizando, agradecemos a todos os nossos Revendedores, Clientes e Fornecedores pelo apoio e confiança dispensados e aos nossos colaboradores pela dedicação demonstrada.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2008	2007	2008	2007
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.445.076	438.866	1.393.039	273.326
Contas a receber, líquidas	7	3.564.407	3.345.144	3.419.240	3.210.042
Estoque	9	1.517.172	1.462.889	1.486.793	1.426.149
Impostos e contribuições a recuperar	19.1	561.281	473.239	515.159	410.138
Impostos e contribuição social diferidos	19.3	132.974	180.751	119.410	162.749
Despesas antecipadas		19.043	21.273	15.375	16.770
Outros ativos circulantes		67.975	115.278	93.762	184.464
		<u>7.307.928</u>	<u>6.037.438</u>	<u>7.042.778</u>	<u>5.683.638</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber, líquidas	7	618.006	2.018.126	613.033	2.016.701
Títulos e valores mobiliários	10	168.007	2.488	168.007	2.488
Depósitos judiciais	11	216.618	205.730	196.220	185.347
Despesas antecipadas		85.086	73.845	84.962	73.685
Impostos e contribuição social diferidos	19.3	291.316	265.494	258.855	214.560
Outros ativos realizáveis a longo prazo		35.175	11.750	34.949	5.555
		<u>1.414.208</u>	<u>2.577.433</u>	<u>1.356.026</u>	<u>2.498.338</u>
Investimentos	12	30.001	214.925	580.744	859.577
Imobilizado	13	3.047.254	3.328.736	2.629.673	2.378.014
Intangível	14	256.266	108.692	232.809	77.864
Diferido		<u>2.965</u>	<u>159.797</u>	<u>2.965</u>	<u>63.068</u>
		<u>3.336.486</u>	<u>3.812.150</u>	<u>3.446.191</u>	<u>3.378.523</u>
		<u>12.058.622</u>	<u>12.427.021</u>	<u>11.844.995</u>	<u>11.560.497</u>
Passivo					
Circulante					
Financiamentos	15	-	166.730	-	90.458
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	16	15.736	-	13.381	-
Fornecedores		1.989.637	2.151.158	1.914.423	2.060.440
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	8.2	1.344.787	1.489.827	1.330.101	1.479.454
Outros		644.850	661.331	584.322	580.986
Operações de mútuo com a Controladora	8.2	93.287	97.394	93.287	97.394
Impostos e contribuições a recolher	19.2	306.393	296.329	294.117	285.612
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.3	776	13.803	74	13.521
Dividendos propostos	22.4	489.815	319.258	489.815	319.258
Plano de pensão	20	37.475	27.574	37.475	27.574
Plano de saúde	20	28.231	24.126	23.348	19.243
Salários, férias e encargos		114.232	93.250	88.191	64.574
Provisão para contingências	23	19.597	51.167	19.597	46.695
Adiantamento de clientes		149.362	213.004	148.000	211.495
Provisão para participações de empregados e administradores	21	70.800	61.500	70.800	61.500
Outras contas e despesas a pagar		105.636	175.827	100.953	154.754
		<u>3.420.977</u>	<u>3.691.120</u>	<u>3.283.461</u>	<u>3.452.518</u>
Não Circulante					
Financiamentos	15	-	470.048	-	-
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	16	67.927	-	66.743	-
Subsidiárias, controladas e coligadas	8.2	31.332	37.046	31.332	37.046
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.3	26.227	820	26.717	155
Plano de pensão	20	300.181	278.861	300.181	278.861
Plano de saúde	20	685.751	628.314	643.924	590.584
Provisão para contingências	23	145.905	153.542	105.074	112.572
Outras contas e despesas a pagar		1.756	77.252	-	-
		<u>1.259.079</u>	<u>1.645.883</u>	<u>1.172.971</u>	<u>1.019.218</u>
Participação dos acionistas não controladores		<u>3</u>	<u>2.847</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Patrimônio líquido					
Capital social realizado		4.482.082	4.482.082	4.482.082	4.482.082
Reservas de capital		53.993	53.993	53.993	53.993
Reservas de lucros		2.841.431	2.551.096	2.841.431	2.552.686
Ajuste de avaliação patrimonial		1.057	-	1.057	-
	22	<u>7.378.563</u>	<u>7.087.171</u>	<u>7.378.563</u>	<u>7.088.761</u>
		<u>12.058.622</u>	<u>12.427.021</u>	<u>11.844.995</u>	<u>11.560.497</u>

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

(Continua)

(Continuação)



CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações do capital social)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Receita operacional bruta				
Vendas				
Produtos	67.846.502	55.130.679	65.000.252	52.442.627
Serviços	63.053	65.379	49.105	50.386
	67.909.555	55.196.058	65.049.357	52.502.013
Encargos de vendas	(11.983.134)	(9.835.683)	(11.593.932)	(9.453.407)
Receita operacional líquida	55.926.421	45.360.375	53.455.425	43.048.606
Custo dos produtos e serviços vendidos	(51.282.197)	(41.072.025)	(49.443.574)	(39.381.321)
Lucro bruto	4.644.224	4.288.350	4.011.851	3.667.285
Outras receitas (despesas) operacionais				
Vendas	(2.389.615)	(2.144.249)	(1.932.502)	(1.730.536)
Financeiras				
Despesas	(103.220)	(162.896)	(91.874)	(133.943)
Receitas	429.016	506.439	414.761	484.251
Variações cambiais e monetárias, líquidas	(19.559)	(12.631)	(13.347)	(17.034)
	306.237	330.912	309.540	333.274
Gerais e administrativas				
Honorários da diretoria e do conselho de administração	(7.641)	(6.093)	(3.122)	(2.277)
De administração	(487.355)	(461.382)	(376.242)	(373.218)
	(494.996)	(467.475)	(379.364)	(375.495)
Tributárias	(22.904)	(228.689)	(16.738)	(209.388)
Planos de pensão e saúde	(76.612)	(121.689)	(70.173)	(116.266)
Outras despesas operacionais, líquidas	125.076	(171.204)	119.170	(172.184)
	(2.552.814)	(2.822.484)	(1.970.087)	(2.270.595)
Participações em subsidiárias e coligadas				
Resultado de participações em investimentos relevantes	(18.557)	(15.879)	(4.602)	7.125
Lucro operacional antes da contribuição social, do imposto de renda, das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	2.074.853	1.449.987	2.037.182	1.403.815
Contribuição social	(189.857)	(144.913)	(182.095)	(134.888)
Imposto de renda	(517.063)	(397.173)	(495.095)	(368.435)
Lucro antes das participações dos empregados e administradores e da participação dos acionistas não controladores	1.367.933	907.901	1.359.992	902.492
Participações dos empregados e administradores	(78.749)	(68.730)	(70.800)	(61.500)
Lucro antes da participação dos acionistas não controladores	1.289.184	839.171	1.289.192	840.992
Participação dos acionistas não controladores	8	231	-	-
Lucro líquido do exercício	1.289.192	839.402	1.289.192	840.992
Lucro líquido por lote de mil ações do capital social - R\$			30,08	19,63

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Atividade operacional	1.289.192	839.402	1.289.192	840.992
Lucro líquido do exercício				
Ajustes:				
Participação dos acionistas não controladores	(37)	-	-	-
Resultado de participações em investimentos relevantes	(2.768)	(2.570)	(55.430)	(79.076)
Amortização de ativo	19.325	18.449	60.032	71.951
Depreciação e amortização	353.613	349.258	264.026	249.689
Amortização de financiamentos condicionais	79.772	52.778	79.772	52.778
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	85.198	46.245	12.682	18.945
Variações cambiais, monetárias e encargos financeiros sobre financiamentos e operações de mútuo e outras operações	47.160	103.575	28.681	50.965
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	19.396	(52.170)	13.027	(61.171)
Outros ajustes	62.200	144.480	(842)	139.075
Aumento/Redução de ativos e passivos	(307.626)	(530.885)	(287.139)	(521.371)
Redução (aumento) das contas a receber	(58.106)	(133.718)	(60.389)	(133.776)
Redução (aumento) de outros ativos	(116.842)	8.826	(108.311)	39.359
Aumento de fornecedores	(37.771)	12.299	10.992	33.371
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições	12.044	112.579	4.991	110.398
Aumento (redução) de outros passivos	154.182	209.148	147.742	203.723
Aumento (redução) de operações de curto prazo com empresas subsidiárias, controladas e coligadas:				
Redução (aumento) de contas a receber	(96.782)	(29.737)	(60.056)	(29.737)
Redução (aumento) de contas a pagar	(147.855)	514.095	(163.359)	514.095
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	1.143.543	1.586.561	1.027.690	1.485.336
Atividades de investimentos	42.496	(315.063)	(35.297)	(48.844)
Investimentos em gás e energia	(476.696)	(474.856)	(380.511)	(383.275)
Investimentos em títulos e valores mobiliários	(161.204)	-	(161.204)	-
Outros investimentos	-	-	182.564	-
Dividendos recebidos	883	727	49.956	90.830
Recursos líquidos aplicados nas atividades de investimentos	(694.521)	(789.194)	(344.492)	(341.289)
Atividades de financiamentos	1.296.350	(605.189)	1.275.677	(766.086)
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos	(839.162)	(292.465)	(839.162)	(292.465)
Dividendos pagos a acionistas	-	-	-	-
Recursos líquidos (aplicados) gerados nas atividades de financiamentos	457.188	(897.654)	436.515	(1.058.551)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	1.006.210	(100.287)	1.119.713	85.496
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	438.866	539.153	273.328	187.830
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1.445.076	438.866	1.393.039	273.326
Informações adicionais aos fluxos de caixa:				
Valores pagos e recebidos durante o exercício	9.438	59.525	44	48.254
Juros pagos, líquidos do montante capitalizado	689.747	523.784	672.376	500.205
Imposto de renda e contribuição social	41.916	40.067	40.156	38.004
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	741.101	623.976	712.576	588.553
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa	34.743	51.015	7.480	9.892
Aquisição de imobilizado a prazo	-	-	-	-
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controle de bens	3.538	-	-	-
Bens recebidos por doação	3	82	-	-
Capitalização de dividendos a receber de controlada	-	-	42.000	-
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	38.284	51.097	49.480	9.892

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros							
	Capital social subscrito e integralizado	Reservas de capital	Legal	Estatutária	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do patrimônio líquido
Em 1º de janeiro de 2007	4.482.082	53.993	238.004	70.927	1.724.021	-	-	6.567.027
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	840.992	-	840.992
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriações em reservas	-	-	42.050	22.410	457.274	(521.734)	-	-
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(319.258)	-	(319.258)
Em 31 de dezembro de 2007	4.482.082	53.993	278.054	93.337	2.181.295	-	-	7.088.761
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	(2.831)	(2.831)
- Adoção da Lei 11.638/07	-	-	-	-	-	-	2.831	-
- Transferência para reservas	-	-	-	-	(2.831)	-	-	-
Ganhos não realizados em instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	1.057	1.057
Dividendos intermediários	-	-	-	-	(507.801)	-	-	(507.801)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.289.192	-	1.289.192
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-	-
Apropriações em reservas	-	-	64.459	22.410	712.508	(799.377)	-	(489.815)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	(489.815)	-	-
Em 31 de dezembro de 2008	4.482.082	53.993	342.513	115.747	2.383.171	-	1.057	7.378.563

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Receitas	68.004.821	55.262.371	65.137.012	52.572.865
Vendas de produtos e serviços e outras receitas				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(26.502)	(64.654)	(24.971)	(73.854)
Receitas relativas à construção de ativos para uso	254.535	221.913	220.741	204.388
	68.232.854	55.419.630	65.332.782	52.703.399
Insumos adquiridos de terceiros	(68.462)	(53.686)	-	-
Materiais consumidos				
Custo das mercadorias para revenda	(51.238.180)	(41.014.453)	(49.406.087)	(39.338.762)
Energia, serviços de terceiros e outros	(1.895.780)	(1.961.358)	(1.665.256)	(1.760.918)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(3.468.639)	(2.554.101)	(3.190.317)	(2.306.252)
	(56.671.061)	(45.583.589)	(54.261.660)	(43.405.932)
Valor adicionado bruto	11.561.793	9.836.032	11.071.122	9.297.467
Retenções	(353.613)	(349.258)	(264.026)	(249.688)
Depreciação e amortização				
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	11.208.180	9.486.774	10.807.096	9.047.779
Valor adicionado recebido em transferência relevantes	2.768	2.570	55.430	79.076
Receitas financeiras - inclui variações monetária e cambial	530.461	529.001	520.932	496.274
Amortização de ativo	(19.325)	(18.449)	(60.032)	(71.951)
Aluguéis e royalties	138.054	119.426	137.824	118.084
	651.958	632.548	654.154	621.483
Valor adicionado a distribuir	11.860.138	10.119.322	11.461.250	9.669.261

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

(Continua)

(Continuação)

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. (Companhia), que utiliza a abreviatura BR, é uma sociedade anônima constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, o transporte, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da legislação societária, dos Pronunciamentos, das Orientações e das Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e das normas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas de 2008 incluem as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei 11.638/07 de 28 de dezembro de 2007, e pela Medida Provisória 449/08 de 3 de dezembro de 2008, que alteraram a Lei 6.404/76 nos artigos relativos à elaboração das demonstrações contábeis.

A autorização para conclusão da preparação destas demonstrações contábeis ocorreu na Reunião da Diretoria Executiva da Companhia realizada em 5 de março de 2009.

3. Princípios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, abrangendo as demonstrações contábeis da Petrobras Distribuidora S.A. e das seguintes empresas subsidiárias, controladas e controladas em conjunto:

	Participação no capital - %			
	Subscrito e integralizado	2008	Subscrito e integralizado	2007
Subsidiárias e controladas				
Liquigás Distribuidora S.A.	100,00	100,00	100,00	100,00
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	99,00	99,00	99,00	99,00
Controladas em conjunto				
Bretener Energética S.A.	-	-	30,00	30,00
Brasympe Energia S.A.	-	-	20,00	20,00
Brasil PCH S.A.	-	-	42,33	49,00
Companhia Energética Manaus S.A.	-	-	40,00	40,00
Brentech Energia S.A.	-	-	30,00	30,00

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações:

- das participações no capital e reservas mantidas entre elas;
- dos saldos de contas correntes e outras, integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas;
- das parcelas de resultados do exercício, do ativo circulante e não circulante que correspondem a resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas; e
- dos efeitos decorrentes das transações significativas realizadas entre as empresas.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do exercício consolidado com as correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido do exercício da Controladora, em 31 de dezembro de 2008 e 2007, é demonstrada como se segue:

	Patrimônio Líquido	2008	Lucro Líquido do Exercício	2007
	2008	2007	2008	2007
Conforme demonstrações contábeis consolidadas	7.378.563	7.087.171	1.289.192	839.402
Absorção de passivo a descoberto de controlada (*)	-	1.590	-	1.590
Conforme demonstrações contábeis da controladora	7.378.563	7.088.761	1.289.192	840.992

(*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que forem consideradas de natureza não permanente (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentem sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, os passivos a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinadas controladas não influenciarão o resultado e o patrimônio da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

4. Alterações de práticas contábeis

A Lei 11.638/07, de 28 de dezembro de 2007, e a Medida Provisória 449/08, de 3 de dezembro de 2008, alteraram e revogaram dispositivos que tratavam matéria contábil da Lei das Sociedades Anônimas Lei 6.404/76, visando à convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi criado com a incumbência de editar os pronunciamentos técnicos em conformância com as normas contábeis internacionais. Apresentamos a seguir os pronunciamentos técnicos emitidos e referendados pela CVM até 31 de dezembro de 2008:

Pronunciamento Técnico/CPC		Deliberação/CVM	
Número	Título	Número	Data de emissão
CPC	Estrutura conceitual para a elaboração e apresentação das demonstrações contábeis	539/08	14 de março de 2008
CPC-01	Redução ao valor recuperável de ativos	527/07	1 de novembro de 2007
CPC-02	Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de Demonstrações Contábeis	534/08	29 de janeiro de 2008
CPC-03	Demonstração dos fluxos de caixa	547/08	13 de agosto de 2008
CPC-04	Ativo intangível	553/08	12 de novembro de 2008
CPC-05	Divulgação sobre partes relacionadas	560/08	11 de dezembro de 2008
CPC-06	Operações de arrendamento	554/08	12 de novembro de 2008
CPC-07	Subvenção e assistência governamentais	555/08	12 de novembro de 2008
CPC-08	Custos de transação e prêmios na emissão de títulos e valores mobiliários	556/08	12 de novembro de 2008
CPC-09	Demonstração do valor adicionado	557/08	12 de novembro de 2008
CPC-10	Pagamentos baseados em ações	562/08	17 de dezembro de 2008
CPC-11	Contratos de seguro	563/08	17 de dezembro de 2008
CPC-12	Ajuste à valor presente de passivos	564/08	17 de dezembro de 2008
CPC-13	Adoção inicial da Lei 11.638/07 e MP 449/08	565/08	17 de dezembro de 2008
CPC-14	Instrumentos Financeiros: reconhecimento, mensuração e evidência	566/08	17 de dezembro de 2008

A Medida Provisória 449/08 também instituiu o Regime Tributário de Transição ("RTT") estabelecendo o tratamento dos efeitos tributários sobre os métodos e critérios introduzidos pela nova legislação.

A Companhia adotou pela primeira vez estes pronunciamentos, quando aplicável, na elaboração das demonstrações contábeis do exercício de 2008, conforme facultado pela Deliberação CVM 565/08 e Medida Provisória nº 449/08, tendo refletido os ajustes iniciais em 1º de janeiro de 2008, data de transição, na conta de lucros acumulados sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações contábeis de 2007.

A seguir apresentamos um resumo dos pronunciamentos adotados:

4.1. Demonstração dos fluxos de caixa – DFC e demonstração do valor adicionado – DVA

A Companhia já elaborava e divulgava a DFC e a DVA antes da sua obrigatoriedade, como informação complementar. Todavia, algumas mudanças na estrutura de apresentação dessas demonstrações foram realizadas, em função do disposto nos pronunciamentos técnicos contidos no CPC 03 e no CPC 09. A DVA, facultativa para as companhias fechadas, a partir da Lei nº 11.638/07, está sendo apresentada espontaneamente.

4.2. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)

O CPC 01 define procedimentos visando a assegurar que os ativos da Companhia não estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. Caso existam evidências claras de que ativos estejam avaliados por valor não recuperável no futuro, a Companhia deverá imediatamente reconhecer a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. As avaliações são efetuadas considerando-se a menor unidade geradora de caixa, quando aplicável, e o valor recuperável é o valor de uso determinado com base no modelo de fluxos de caixa futuros, descontados por taxas de juros antes dos impostos.

Até 31 de dezembro de 2008, os bens, direitos e concessões, bem como os respectivos custos capitalizados, vinculados às atividades de distribuição e comercialização de derivados de petróleo, produtos químicos, e asfaltos, foram revisados para identificação de possíveis perdas na recuperação. Porém, não efetuamos nenhum ajuste, pois os ativos da Companhia não apresentam valores não recuperáveis no futuro.

4.3. Ativos intangíveis

O CPC 04 define o tratamento contábil a ser dado aos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente por outros pronunciamentos.

A Companhia já apresentava seus ativos intangíveis de acordo com a Deliberação CVM 488/05, de 3 de outubro de 2005.

Com a adoção do CPC 04 as seguintes alterações foram procedidas:

- o giro por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) decorrente de aquisição de participação com controle da Liquigás Distribuidora S.A. está classificado no intangível; e
- o giro na aquisição de controladas classificado no ativo diferido em 31 de dezembro de 2007, representado pelos ágio pagos pela Liquigás Distribuidora S.A. nas aquisições de empresas incorporadas, foi reclassificado para o intangível.

Esses ágios não serão mais amortizados pelo prazo e extensão das projeções que os determinaram, a partir do exercício de 2009, em função do preconizado no CPC 13 – Adoção Inicial da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08, estando sujeitos ao teste por impairment.

4.4. Divulgações sobre partes relacionadas

O CPC 05 estabelece que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para evidenciar a possibilidade de que sua posição financeira e seu resultado possam ter sido afetados pela existência de transações e saldos com partes relacionadas.

4.5. Contratos com transferência de benefícios, riscos e controle de bens

O CPC 06 estabelece procedimentos de contabilização e de divulgação de transações em que existem compromissos contratuais com e sem transferência de benefícios, riscos e controle de bens.

A Companhia passou a registrar em seu ativo mobilizado pelo valor justo ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos do contrato os direitos que tenham por objetos bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia decorrentes de operações que transferiram os benefícios, riscos e controle desses bens, assim como sua obrigação correlata.

Anteriormente, essas operações eram tratadas como despesa com aluguel.

4.6. Ajuste a valor presente (AVP)

O CPC 12 estabeleceu os requisitos básicos a serem observados quando da aplicação do ajuste a valor presente na mensuração de ativos e passivos, decorrentes de operações de longo prazo e operações relevantes de curto prazo. Todavia, não foram identificados efeitos relevantes sobre estes itens e, consequentemente, nenhum ajuste a valor presente foi efetuado.

Ministério de
Minas e Energia



4.7. Instrumentos financeiros

O CPC 14 estabelece princípios para o reconhecimento e mensuração de ativos e passivos financeiros e de alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros e para a divulgação de instrumentos financeiros derivativos.

Com a adoção do CPC 14 as seguintes alterações foram procedidas:

- as operações de hedge em aberto passaram a ser apresentadas no balanço patrimonial pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado financeiro. Anteriormente, essas operações eram registradas no resultado quando da sua liquidação financeira; e
- o ajuste ao valor de mercado dos títulos mobiliários disponíveis para venda passou a ser apresentado no patrimônio líquido até sua liquidação, quando será transferido para o resultado. Anteriormente, esses ajustes impactavam o resultado do exercício.

4.8. Diferido

A Medida Provisória 449/08 extinguiu o ativo diferido, permitindo a manutenção do saldo de 31 de dezembro de 2008, que continuará a ser amortizado, em até 10 anos, sujeito ao teste de impairment.

4.9. Receitas e despesas não operacionais

As receitas e despesas não operacionais foram extintas a partir do exercício de 2008, em função da alteração da Lei 6.404/76 pela Medida Provisória 449/08. Assim, os saldos existentes em 31 de dezembro de 2008 e 2007 provenientes da alienação e baixa de ativos de natureza permanente foram reclassificados para outras receitas e despesas operacionais, com exceção dos saldos decorrentes de ganhos e perdas de capital nos investimentos que foram reclassificados para resultado de participações em investimentos.

4.10. Efeitos da adoção da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08

Os efeitos no resultado e no patrimônio líquido decorrentes da adoção da nova legislação, líquidos dos efeitos fiscais quando aplicável, estão demonstrados a seguir:

	Resultado	Patrimônio líquido
Saldo conforme demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2008:	1.289.192	7.378.563
Pela adoção inicial em 1º de janeiro de 2008, data de transição:		
Instrumentos financeiros derivativos	-	(1.836)
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	-	4.667
	-	2.831
No exercício de 2008:		
Instrumentos financeiros disponíveis para venda	-	(1.057)
Instrumentos financeiros derivativos	4.360	4.360
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	(3.509)	(3.509)
	851	(206)
Saldos anteriores à aplicação da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	1.290.043	7.381.188

Em decorrência das alterações da Lei 6.404/76, alguns saldos de 2007 foram reclassificados para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008. As reclassificações efetuadas não têm impacto no resultado nem no patrimônio líquido de 2007 e podem ser assim resumidas:

	2007	
	Consolidado	Controladora
Demonstração de Resultado	Publicado	Reclassificado
Receitas (despesas) operacionais	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	-	(30.823)
Receitas e despesas não operacionais	(30.823)	(26.284)

5. Sumário das principais práticas contábeis

5.1. Apuração do resultado, ativos e passivos circulantes e não circulantes

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui: os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices de inflação, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, incluindo, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização, bem como a provisão para devedores duvidosos constituída em limite considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

5.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por aplicações de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em numerário, com vencimento em até três meses da data de aquisição.

5.3. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram classificados pela Companhia como "disponíveis para venda" e "mantidos até o vencimento", com base nas estratégias da administração para esses títulos e valores mobiliários.

Os títulos e valores mobiliários que foram classificados como disponíveis para venda têm sua marcação a descoberto estabilizada em ajustes de avaliação patrimonial, líquidos dos efeitos tributários, no patrimônio líquido.

Os títulos que a Companhia tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento foram registrados no resultado do exercício pelo custo amortizado.

Para a avaliação a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda são utilizados preços e índices divulgados pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA).

5.4. Contabilização de instrumentos financeiros derivativos e operações de hedge

Todos os instrumentos financeiros derivativos foram reconhecidos nas Demonstrações Contábeis da Companhia, tanto no ativo quanto no passivo, ao valor justo.

A Companhia se utiliza de instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção patrimonial com o objetivo de reduzir o risco da ocorrência de variações desfavoráveis que possam ocorrer com as moedas estrangeiras. Tais instrumentos são marcados a mercado com os ganhos ou perdas reconhecidos como receita ou despesa financeira.

5.5. Estoques

Os estoques estão demonstrados da seguinte forma:

- As matérias-primas, derivados de petróleo e álcool estão demonstrados ao custo médio de compra, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de realização;
- Os materiais e suprimentos estão demonstrados ao custo médio de compra, que não excede o de reposição.

5.6. Imobilizado

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição e são depreciados pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

5.7. Ativos intangíveis

A Companhia apresenta, em seu ativo intangível, softwares e gastos com direitos e concessões registrados pelo custo de aquisição, ajustados, quando aplicável, ao seu valor de recuperação e amortizados pelo prazo esperado para geração de benefícios desses ativos.

5.8. Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

5.9. Benefícios concedidos a empregados

Os compromissos atuais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuais relacionados ao plano de assistência médica são provisionados, conforme procedimentos previstos na Deliberação CVM nº 37/00, com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que é acumulada para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

5.10. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer a Administração use estimativas e premissas em relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

A Administração revisa as estimativas e premissas periodicamente.

5.11. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado líquido do exercício.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado	Controladora
	2008	2007
Caixa e bancos	171.268	208.401
Aplicações financeiras no País	1.273.800	1.232.901
Fundo em direitos creditórios - FIDC	-	-
Fundo de investimento financeiro:		
Fundo de investimentos financeiros - DI	-	106.445
Títulos privados	-	32.468
Outros	10	1.552
Total das aplicações financeiras	1.273.810	1.339.065
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.445.078	1.393.039

Os saldos das aplicações financeiras estão atualizados pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente à data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém recursos investidos no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados ("FIDC-NP") do Sistema Petrobras. Esse fundo de investimentos é destinado predominantemente à aquisição de direitos creditórios "performados" e/ou "não performados" de operações realizadas pelas empresas do Sistema Petrobras e visa à otimização da gestão financeira da caixa da Controladora e suas Subsidiárias.

7. Contas a receber, liquidas

	Consolidado	Controladora
	2008	2007
Clientes	2.714.682	2.563.264
Tercários	1.055.704	1.002.738
Financiamentos a receber	815.888	828.194
Financiamentos condicionais	238.816	174.554
Partes relacionadas	445.283	1.741.710
Cobranças judiciais	1.019.822	983.539
Total das contas a receber	5.235.491	6.391.251
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.653.078)	(1.026.961)
Contas a receber (liquidas)	3.582.413	5.364.290
Contas a receber (circulante), liquidas	3.582.413	3.419.240
Contas a receber (não circulante), liquidas	618.006	2.018.126

(Continua)

(Continuação)

Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

Os financiamentos ressarcíveis a receber (Controladora), no montante de R\$802.798 (R\$821.451 em 2007), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros – correspondentes, principalmente, à variação do IGP-M ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês – e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

Os financiamentos condicionais (Controladora), no montante de R\$239.816 (R\$174.554 em 2007), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$79.772 (R\$52.778 em 2007).

Mutação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

Saldo em 1º de janeiro

	2008	2007	2008	2007
Saldo em 1º de janeiro	1.027.981	963.328	1.003.775	929.921
Adições	101.194	132.680	98.271	124.563
Baixas	(75.097)	(68.027)	(73.390)	(50.709)
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	1.053.078	1.027.981	1.028.656	1.003.775

8. Partes relacionadas (Controladora)

As operações comerciais com as empresas do Sistema Petrobras são efetuadas a preços e condições normais de mercado. As demais operações, principalmente empréstimos através de operações de mútuo, têm seu valor, rendimentos e/ou encargos estabelecidos com base nas mesmas condições existentes no mercado e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

8.1. Ativo

	Ativo circulante	Ativo não circulante		
	Contas a receber, principalmente por vendas	Contas a receber por operações de mútuo	Outras operações	Total do ativo
Petrobras (*)	177.995	132.302	-	310.297
Breitner	45.651	-	-	45.651
Manausara	16.407	-	-	16.407
Outras	36.777	-	31.123	67.900
31/12/2008	276.830	132.302	31.123	440.255
31/12/2007	243.260	1.522.146	11.871	1.777.279

(*) As operações com a Controladora referem-se às movimentações financeiras pactuadas com a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, destinadas, principalmente, à liquidação de operações de compra e venda de produtos, que são atualizadas monetariamente, principalmente com base na variação do CDI. Em 2008, as operações de compra e venda de produtos passaram a ser liquidadas através da conta do Fundo de Investimento de Direito Creditório (FIDC), tendo sido transferido para o FIDC o montante de R\$2.717.550 de contas a receber. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia tem valores a receber da Controladora no montante de R\$132.302 (R\$1.522.146 em 2007).

8.2. Passivo

	Passivo circulante	Passivo não circulante		
	Fornecedores, principalmente por compras de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Contas a pagar por operações de mútuo
Petrobras	1.330.101	489.815	93.287	31.332
REFAP	82.340	-	-	82.340
Outras	21.271	-	-	21.271
31/12/2008	1.433.712	489.815	93.287	31.332
31/12/2007	1.597.071	319.258	97.394	37.046

8.3. Resultado

	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras, líquidas	Variações monetárias e cambiais, líquidas	
Petrobras	862.597	21.365	(15.509)	
Liquigás	303.973	-	5.594	
Breitner	174.474	-	-	
Manausara	143.864	-	-	
Outras	97.949	5.128	1.689	
31/12/2008	1.582.857	26.493	(8.226)	
31/12/2007	782.840	127.352	(11.975)	

8.4. Transações com entidades governamentais

A Companhia é subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, empresa controlada pelo Governo Federal, e mantém diversas transações com entidades governamentais no curso normal de suas operações. As transações significativas com entidades governamentais resultaram nos seguintes saldos:

	2008	2007		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Banco do Brasil S.A.	31.774	-	172.641	9.546
BNDES	-	-	-	-
Títulos governamentais	168.007	-	2.488	-
Obrigações junto ao Governo Federal	-	106.064	-	166.944
Adiantamento de clientes	199.781	106.064	175.126	176.490
Circulante	31.774	106.064	172.641	176.490
Não circulante	168.007	-	2.488	-

12.3. Mutação dos investimentos

	2008	2007		
	Liquigás	Breitner	Brasympe	Brasil PCH
No início do exercício	418.054	33.776	14.826	61.166
Aquisição e aporte de capital	42.000	14.634	-	-
Equivalência patrimonial	59.919	(4.955)	277	(201)
Dividendos	(31.822)	-	-	-
Baixa por alienação	-	(43.455)	(14.373)	(60.985)
Provisão para perda	-	-	(672)	-
Outros	-	-	(60)	-
No fim do exercício	488.150	-	-	251

	2008	2007		
	Controladas, controladas em conjunto e coligadas	Controladas, controladas em conjunto e coligadas	Controladas, controladas em conjunto e coligadas	Controladas, controladas em conjunto e coligadas
Controladas, controladas em conjunto e coligadas	488.251	565.288		
Outros investimentos	7.653	12.412		
Agio	83.840	281.877		
	580.744	859.577		

12.4. Transferência de participação de empresas de energia

Em 31 de julho de 2008, as participações acionárias em empresas de energia de propriedade da Companhia foram transferidas para a Petrobras através de uma operação de compra e venda de ações que totalizou R\$ 183.509, conforme a seguir:

	% do Capital Total	Valor do Investimento		
Empresas				
Breitner Energética	30%	43.455		
Brasympe Energia	20%	14.373		
Brasil PCH S.A.	42,3289%	70.422 (*)		
Companhia Energética Manausara	40%	8.604		
Brentech Energia	30%	7.770		
Termelétrica Potiguar (TEP)	20%	2.725		
Companhia Energética Potiguar	20%	1.526		
Energética Camagari Muricy I	49%	20.469		
Arembepe	30%	13.565		
Energética Britanura	30%	33		
Energética Suape II	20%	667		
Totais		183.509		

(*) Inclui R\$9.408 referentes ao saldo a amortizar de ágio por rentabilidade futura.

Esta transferência permitiu a consolidação do parque de geração de energia da Petrobras e a gestão unificada desses negócios na Controladora.

A Petrobras e a Petrobras Distribuidora comunicaram previamente a operação à Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Adicionalmente, considerando que as participações pertenciam dentro do sistema, Petrobras e Petrobras Distribuidora fizeram uma petição conjunta ao Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), informando a substituição da Petrobras Distribuidora pela Petrobras no quadro de acionistas das sociedades.

12.5. Informações sobre coligadas

	2008	2007		
	Participação no capital	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Ativo não circulante
Vinculadas à Liquigás				
Utiligás Armazenadora S.A.	31,00%	66.484	9.822	15.620
Pienigás Distribuidora	33,33%	(1.922)	193	3.455
Metálgica Plus S.A.	33,33%	(114)	(181)	1.350

12.6. Agio

Na aquisição em agosto de 2004, da totalidade das ações da Liquigás Distribuidora S.A., até então denominada Agio do Brasil S.A., foi apurado um agio de R\$590.502, dos quais R\$392.898 têm como fundamentação econômica a mais valia de ativos, com a amortização em função da vida útil dos ativos, e R\$197.604 têm

Os saldos estão classificados no Balanço Patrimonial conforme a seguir:

	2008	2007		
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Ativo				
Circulante	31.774	-	172.641	-
Caixa e equivalentes de caixa	31.774	-	172.641	-
Não circulante	168.007	-	2.488	-
Títulos e valores mobiliários	168.007	-	2.488	-
Passivo				
Circulante	-	106.064	-	176.490
Financiamentos	-	106.064	-	9.546
Adiantamento de clientes	-	106.064	-	166.944
	199.781	106.064	175.126	176.490

8.5. Remuneração de dirigentes e empregados da Controladora (em Reais)

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas à Companhia e a seus dirigentes e empregados.

No exercício de 2008, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas ao mês de dezembro, foram de R\$17.820,33 e R\$1.976,69 (R\$ 15.332,57 e R\$ 1.061,99 em 2007), respectivamente. A remuneração média no exercício de 2008 foi de R\$5.604,00 (R\$ 4.373,96 em 2007).

Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2008, ainda tomando-se por base o mês de dezembro, correspondeu a R\$541.691,92 (R\$43.345,22 em 2007).

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para o pessoal chave da Companhia durante o exercício de 2008 foi de R\$5.574.775,34 (R\$3.607.684,55 em 2007).

9. Estoques

	2008	2007	2008	2007
Produtos para venda				
Derivados de petróleo	1.244.283	1.196.598	1.217.649	1.165.694
Alcool	234.875	217.714	234.875	217.714
	1.479.158	1.414.312	1.452.524	1.383.408
Materiais e suprimentos para manutenção	38.014	45.136	34.269	42.741
Adiantamentos a fornecedores	3.439	-	-	-
Total	1.517.172	1.462.889	1.486.793	1.426.149

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques de 2008 e de 2007 é de R\$266.628 (R\$210.402 em 2007).

10. Títulos e valores mobiliários

	2008	2007	2008	2007
Disponíveis para venda (NTN-B)	165.364	2.488	165.364	2.488
Mantidos até o vencimento (Outros)	2.443	2.488	2.443	2.488
Parcela de longo prazo de títulos e valores mobiliários	168.007	2.488	168.007	2.488

As Notas do Tesouro Nacional - Série B foram dadas em garantia à Petros, no dia 23 de outubro de 2008, após assinatura do Termo de Compromisso Financeiro entre Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades Síndicas e a Petros, para equiparação de obrigações com o plano de pensão. O valor nominal das NTN-B é atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Os cupons de juros serão pagos semestralmente à taxa de 6% a.a. sobre o valor nominal atualizado desses títulos e os vencimentos vão de 2024 a 2035.

11. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2008	2007	2008	2007
Cível	22.414	22.528	20.254	20.568
Trabalhista	21.448	18.979	13.100	12.789
Tributária	171.087	159.534	162.867	151.079
Ambiental	199	901	199	901
Outras	1.470	3.788	-	-
Totais (*)	216.618	205.730	196.220	185.347

(*) Líquido de depósito relacionado a processo judicial provisionado, quando aplicável.

12. Investimentos

12.1. Informações sobre as controladas e coligadas

	Capital Subscrito em 31/12/2008	Milhares de Ações Ordinárias/Cotas	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido/(Prejuízo) do Exercício
Controladas				
Liquigás	438.142	8.145	488.150	59.464
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (*)	47	47	254	(846)
Coligadas				
CDN	6.000	6.000	3.281	688
Biocell Supply	10.000	1.000	8.274	525
(*) Cotas				

12.2. Descrição das atividades das controladas

a) Liquigás Distribuidora S.A.

Opera na área de distribuição e comercialização de subprodutos da refinaria de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo – GLP.

b) Fundo de Investimento Imobiliário – Fil

Tem por objetivo adquirir, por meio de uma promessa de compra e venda, 16 imóveis, representados por terrenos, bases e postos de abastecimento, de propriedade da Companhia. O Fundo de Investimento Imobiliário FCM – Fil é administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

	2008	2007		
	Controladas, controladas em conjunto e coligadas	Controladas, controladas em conjunto e coligadas	Controladas, controladas em conjunto e coligadas	Controladas, controladas em conjunto e coligadas
Controladas, controladas em conjunto e coligadas	488.251	565.288		
Outros investimentos	7.653	12.412		
Agio	83.840	281.877		
	580.744	859.577		

fundamentação pela expectativa de rentabilidade futura, com a amortização até 31 de dezembro de 2008 em função da extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes, não excedendo o limite de 10 anos. Esse agio não será mais amortizado a partir do exercício de 2009, em função das novas práticas contábeis introduzidas no Brasil.

Na aquisição, em dezembro de 2005, da participação na Brasil PCH S.A., foi apurado agio de R\$ 12.407, tendo como fundamentação econômica a expectativa de resultado futuro, com amortização no prazo de 10 anos. Em 2008, esta participação foi transferida para a Petrobras.

Movimentação do agio:

	2008	2007		
	Saldo do agio em 31/12/2007	Saldo do agio em 31/12/2007	Saldo do agio em 31/12/2007	Saldo do agio em 31/12/2007
Saldo do agio em 31/12/2007	158.532	281.877		
Amortização do agio	(19.325)	(60.032)		
Baixa por alienação	(10.640)	(8.438)		
Transferência para intangível (Goodwill)	(128.567)	(128.567)		
Saldo do agio em 31/12/2008	-	83.840		

Na controladora, o saldo do agio de mais valia de ativos no montante de R\$83.840 está contabilizado em investimentos e no consolidado está apresentado como ativo imobilizado.

12.7. Outras informações

Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo deste Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Fina a concessão, o contrato prevê indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados objetivando determinar o valor da referida indenização.

A concessão prevê a distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial coletivo e individual, comercial, veicular, climatização, cogeração e térmicas.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, estas sujeitas a reajustes e revisões na forma do contrato.

Os investimentos em 2008 foram da ordem de R\$ 21,4 milhões, representando o maior aporte já realizado desde o início da concessão. Com isso, os investimentos totais realizados durante a concessão ao final de 2008 são da ordem de R\$ 70 milhões, conforme quadro abaixo:

	2008	2007		
	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Depreciação	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Depreciação
Edificações e benfeitorias	25	8.639	25	1.697
Equipamentos e outros bens	5 a 10	36.523	10.509	26.014
Projetos de expansão	-	23.746	-	23.746
Diferido	7	3.071	(108)	2.862
Total		69.979	(12.312)	57.667

A rede de distribuição atende aos municípios de Vitória, Serra, Vila Velha, Cariacica, Viana, Aracruz e Cachoeiro de Itapemirim, sendo este último com gasoduto em construção.

(Continua)

(Continuação)

**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

13. Imobilizado**13.1. Por área de negócio**

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Custo	Depreciação e amortização do	Líquido	Líquido
Gás e energia	66.478	(12.037)	54.441	535.286
Distribuição (*)	5.166.037	(2.173.224)	2.992.813	2.793.450
Total	<u>5.232.515</u>	<u>(2.185.261)</u>	<u>3.047.254</u>	<u>3.328.736</u>

	Controladora		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	66.478	(12.037)	54.441	39.201
Distribuição	4.984.207	(1.518.976)	2.575.232	2.338.813
Total	<u>4.160.885</u>	<u>(1.531.012)</u>	<u>2.629.873</u>	<u>2.378.014</u>

13.2. Por tipo de ativos

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Depreciação e amortização do	Líquido (*)	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	1.508.850	(407.140)	1.099.710
Equipamentos e outros bens	5 a 10	3.082.569	(1.740.895)	1.341.664
Terenos	-	328.778	(37.216)	291.562
Materiais	-	-	-	296.775
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	878
Projetos de expansão	-	314.318	-	672.791
Total	<u>5.232.515</u>	<u>(2.185.261)</u>	<u>3.047.254</u>	<u>3.328.736</u>

	Controladora		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	1.508.850	(407.140)	1.099.710
Equipamentos e outros bens	5 a 10	2.259.293	(1.206.841)	1.052.452
Terenos	-	251.082	-	251.082
Projetos de expansão	-	272.889	-	272.889
Total	<u>4.160.885</u>	<u>(1.531.012)</u>	<u>2.629.873</u>	<u>2.378.014</u>

13.3. Depreciação

A depreciação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 está assim apresentada:

	Consolidado (*)		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Parcela absorvida no custo	8.766	15.628	4.651	9.686
Parcela registrada diretamente no resultado	288.855	259.393	216.399	191.817
	<u>297.621</u>	<u>275.021</u>	<u>221.050</u>	<u>201.503</u>

(*) Inclui a parcela do ativo ainda não amortizado referente à aquisição da controlada Líquid Distribuidora S.A., atribuída à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do ativo imobilizado, no montante de R\$83.840, líquido de amortização.

14. Intangível**14.1. Por área de negócio**

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	436	(175)	265	365
Distribuição	474.453	(218.442)	256.011	108.307
Total	<u>474.889</u>	<u>(218.617)</u>	<u>256.266</u>	<u>108.672</u>

	Controladora		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e energia	436	(175)	265	160
Distribuição	392.396	(159.842)	232.554	77.864
Total	<u>392.832</u>	<u>(160.017)</u>	<u>232.816</u>	<u>77.864</u>

14.2. Por tipo de ativos

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Direitos e Concessões	Adquirido	Desenvolvido internamente	Agio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill)
Saldo em 31 de dezembro de 2006	3.057	98.487	5.703	-
Adição	29	14.153	9.362	-
Transferências	(68)	459	-	-
Amortização	(76)	(22.434)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2007	<u>2.942</u>	<u>90.665</u>	<u>15.065</u>	<u>-</u>
Adição	19	15.320	8.876	-
Baixa	(148)	(308)	-	-
Transferências	(23)	(10.643)	(5.314)	-
Amortização	(67)	(18.126)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2008	<u>2.723</u>	<u>76.908</u>	<u>18.647</u>	<u>-</u>
Tempo de vida útil estimado - anos	10	5	5	indefinido

	Consolidado (*)		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
No País	-	13.928	-	290.194
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	-
Unibanco	-	80.912	-	179.854
Outros	-	71.890	-	179.854
Total	<u>-</u>	<u>166.730</u>	<u>-</u>	<u>470.048</u>

	Controladora (*)		2007	
	2008	2007	2008	2007
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
No País	-	9.546	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	-	-	-	-
Unibanco	-	80.912	-	-
Total	<u>-</u>	<u>90.458</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

(*) Financiamentos contratados em moeda nacional.

15.1. Taxas de juros dos financiamentos no passivo não circulante

	Consolidado		2007	
	2008	2007	2008	2007
No país	-	-	-	-
De 10% até 12% a.a.	-	-	-	-
Acima de 12% a.a.	-	-	-	-
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

16. Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía compromissos financeiros em função de direitos decorrentes de operações com transferência de benefícios, riscos e controle de bens.

Pagamentos mínimos futuros de compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
2009	15.736	15.736	116.363	116.363
2010 - 2013	57.595	57.595	57.595	57.595
2014 em diante	43.032	43.032	43.032	43.032
Pagamentos futuros de compromissos estimados	<u>116.363</u>	<u>116.363</u>	<u>116.363</u>	<u>116.363</u>
Juros	(32.730)	(32.730)	(32.730)	(32.730)
Valor presente dos pagamentos mínimos	83.633	83.633	83.633	83.633
Menos parcela circulante das obrigações	(15.736)	(15.736)	(15.736)	(15.736)
Parcela de longo prazo das obrigações	<u>67.907</u>	<u>67.907</u>	<u>67.907</u>	<u>67.907</u>

17. Receitas e despesas financeiras

Os encargos financeiros e as variações cambiais e monetárias líquidas apropriados ao resultado de 2008 e de 2007 estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Despesa com financiamentos	(8.564)	(50.415)	(44)	(31.462)
Receita com aplicações financeiras	7.566	17.198	972	127
Receita líquida com FIDC	65.071	-	63.294	-
Resultado financeiro sobre ganho (endividamento) líquido	64.073	(33.217)	64.222	(31.355)
Hedge sobre operações comerciais e financeiras	(51.763)	24.243	(51.763)	24.243
Realizado	(6.805)	-	(6.805)	-
Não realizado	2.558	-	2.558	-
Juros por atraso de clientes	147.558	146.631	141.956	140.032
Outras despesas e receitas financeiras, líquidas	114.165	230.129	116.709	241.631
Outras variações cambiais e monetárias, líquidas	36.351	(36.874)	42.463	(41.772)
Resultado financeiro líquido	<u>306.237</u>	<u>330.512</u>	<u>309.540</u>	<u>333.274</u>

18. Outras despesas operacionais, líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Gastos com repactuação Plano Petros (*)	-	(65.380)	-	(65.380)
Acordos coletivos de trabalho	(20.947)	(24.407)	(22.374)	(24.407)
Perdas e contingências com processos judiciais	4.972	1.502	1.972	1.502
Multas contratuais e regulatórias	138.054	119.426	137.824	118.084
Guaquilas e royalties	2.997	(135.720)	(1.252)	(135.762)
Outros	125.076	(171.294)	119.170	(172.184)

(*) Refere-se ao incentivo financeiro pago aos participantes e outros gastos correlatos, visando viabilizar a repactuação do Plano.

19. Impostos e contribuições**19.1. Impostos e contribuições a recuperar**

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativo circulante	377.961	326.447	347.425	291.306
No país	111.182	88.621	110.979	92.551
ICMS	15.287	6.597	15.282	2.911
IMPOSTO DE RENDA	4.271	3.571	4.271	1.703
Contribuição social	62.580	38.033	37.202	21.967
Outros impostos	561.281	473.239	515.159	410.138

19.2. Impostos e contribuições a recolher

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do exercício de 2008, a Companhia adotou o RTT, conforme previsto na Medida Provisória 449/08, ou seja, na determinação do lucro tributável considerou os critérios da Lei 6.404/76 antes das alterações da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08. A confirmação da opção por este regime será formalizada quando da entrega da Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - DIPJ do ano-calendário 2008. Dessa forma, os impostos sobre diferenças temporárias, geradas pela adoção da nova lei societária, foram provisionados como impostos e contribuições diferidos ativos e passivos.

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Passivo circulante	155.649	122.436	152.918	118.731
ICMS	116.302	102.265	116.302	100.400
IMPOSTO DE RENDA	16.883	17.048	15.179	15.634
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	1.454	45.240	-	44.318
Outras taxas	16.105	9.340	9.718	6.529
Outras taxas	306.393	296.329	294.117	285.612

19.3. Impostos e contribuição social diferidos

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Ativo Circulante	118.197	167.376	104.633	149.374
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.777	13.375	16.777	13.375
ICMS diferido	127.074	180.226	119.410	166.668
Não circulante	251.042	216.803	220.219	175.477
ICMS diferido	38.636	39.083	38.636	39.083
Outros	1.638	9.608	-	-
Passivo Circulante	291.316	265.494	258.555	214.560
Imposto de renda e contribuição social diferidos	776	13.803	74	13.521
Não circulante	26.227	820	25.717	155

19.4. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Natureza	486	74.281	486	74.281
Prejuízos fiscais	-	-	-	-
Absorção de financiamentos condicionais	24.501	16.228	24.501	16.228
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	56.032	54.087	56.032	54.087
Provisão para contingências	5.278	5.278	5.278	5.278
Obrigação PETROS - Futuros Inativos	99.034	99.034	99.034	99.034
Amortização de ágio na aquisição de participação em controlada	24.289	24.072	24.289	24.072
Provisão para participação nos lucros	17.490	17.490	17.490	17.490
Hedge	27.241	27.241	27.241	27.241
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	40.607	7.141	40.607	7.141
Imposto de renda e contribuição social diferidos	369.239	324.852	369.239	324.852
No ativo circulante	118.197	104.633	118.197	104.633
No ativo não circulante	251.042	220.219	251.042	220.219

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	2008		
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para liquidação
Lucro diferido nas vendas a entidades governamentais	354		Liquidação financeira da venda
Alienação de ativo imobilizado	858	-	Recabimento de parcelas
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional - Série P	204	204	Alienação
Ganho ou perdas não realizados - instrumentos financeiros disponíveis para venda	545	545	Realização dos instrumentos
Compromissos contratuais com transferência de benefícios, riscos e controles de bens	25.042	25.042	Realização pela alienação do patrimônio ou incorporação e depreciação
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>27.003</u>	<u>25.791</u>	
No passivo circulante	776	74	
No passivo não circulante	26.227	25.717	

(Continuação)

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Ministério de
Minas e Energia



CNPJ 34.274.233/001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

19.5. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2008 e de 2007 está apresentada a seguir:

	2008	2007
a) Consolidado		
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados e administradores	1.996.104	1.381.257
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(678.675)	(469.627)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(40.182)	(79.493)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	1.529	866
• Incentivos fiscais	12.183	7.992
• Outros itens	(1.755)	(1.514)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(706.520)	(542.086)
IR e CSLL correntes	(687.524)	(594.256)
IR e CSLL diferidos	(19.000)	(47.830)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	35,4%	39,2%

	2008	2007
b) Controladora		
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados e administradores	1.986.382	1.342.315
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(668.576)	(456.387)
Ajustes para apuração alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(39.154)	(78.462)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	18.846	901
• Incentivos fiscais	11.664	6.616
• Outros itens	24	24
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(677.190)	(501.323)
IR e CSLL correntes	(664.163)	(563.034)
IR e CSLL diferidos	(13.027)	(38.289)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	34,4%	37,3%

Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

20. Benefícios concedidos a empregados

20.1. Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)

a) Plano Petros
A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. O Plano Petros está fechado aos empregados do Sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2008, o Plano Petros está representado pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petroquímica e a Alberto Pasqualini - Refap S.A. A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios. A relação das contribuições entre patrocinadores e participantes do Plano Petros, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2008, foi de 1,00. Na apuração de eventual déficit ou superávit de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste no plano de custeio, através de contribuições extraordinárias calculadas pelo método do valor agregado, devendo tal custo ser rateado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da Companhia, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo. Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período mensalmente dos empregados ativos. Em 23 de outubro de 2008, a Companhia, entidades Sindicais e a Petros assinaram Termo de Compromisso Financeiro, após a homologação judicial no dia 25 de agosto de 2008, para cobrir obrigações com plano de pensão no montante de R\$187.028 atualizado retroativamente a 31 de dezembro de 2008 pelo IPCA + 6% a.a., que serão pagos em parcelas semestrais de juros de 6% a.a. sobre o saldo devedor, atualizados anualmente e pelo IPCA, pelos próximos 20 anos, conforme previamente estabelecido no processo de regulação. A obrigação assumida pela Companhia, por intermédio do Termo de Compromisso Financeiro, representa uma contrapartida às concessões feitas pelos participantes/beneficiários do Plano Petros na alteração do regulamento do plano, em relação aos benefícios, e no encerramento de litígios existentes.

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo da obrigação da Companhia referente ao Termo de Compromisso Financeiro totalizava R\$190.722, dos quais R\$3.655 venceram em 2009.

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía Notas do Tesouro Nacional - de longo prazo, no montante de R\$ 165.364, adquiridas para contrapor passivos com a Petros, que serão mantidas na carteira da Companhia para garantia do Termo de Compromisso Financeiro.

b) Plano Petros 2

A partir de 1º de julho de 2007, a Companhia e demais empresas do Sistema Petrobras implementaram um novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2, na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, para os empregados sem previdência complementar.

A parcela deste plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, e os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada e foi reconhecida no resultado do exercício em virtude das contribuições para essas entidades. No exercício de 2008, a contribuição da Companhia para a parcela de contribuição definida deste plano foi de R\$8.344.

A Companhia assumiu o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os participantes estiverem sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007. O plano continuará ativo para inscrições após esse prazo, mas não haverá mais o pagamento do serviço passado. Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados, mensalmente, ao longo do tempo durante o mesmo número de meses em que o participante ficou sem plano, devendo, portanto, cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadores.

c) Ativos dos Planos de Pensão

Os ativos dos planos de pensão do Sistema Petrobras são investidos principalmente em títulos do governo, fundos de investimento, instrumentos patrimoniais e outros.

	2008		2007	
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável
Títulos do governo	43%	-	41%	100%
Fundos de investimento	38%	92%	33%	-
Participações em ações	12%	8%	20%	-
Outros	7%	-	6%	-
	100%	100%	100%	100%

A carteira de investimentos dos Planos Petros e Petros 2, em 31 de dezembro de 2008, era constituída por 70% de renda fixa, com rentabilidade esperada de 7,37% a.a.; 24% de renda variável, com rentabilidade esperada de 6% a.a.; 6% de outros investimentos (operações com participantes, imóveis e projetos de infraestrutura), com rentabilidade esperada de 8% a.a., que resultou numa taxa de juros média de 7,02%. Os ativos dos planos de pensão administrados pela Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros incluem os seguintes títulos de partes relacionadas:

	2008	2007
Ações ordinárias da Petrobras	313.656	718.013
Ações preferenciais da Petrobras	512.312	1.056.999
Companhias controladas pelo governo	261.567	228.996
Títulos do governo	13.546.545	12.055.229
Títulos de outras partes relacionadas	240.001	304.214
14.676.123	14.372.451	

O Plano Petros tem 43% dos investimentos em títulos do governo, dos quais 94% são representados por NTN-B, que, por fidejussomção com a Secretaria de Previdência Complementar, serão mantidos até o vencimento.

20.2. Plano de Saúde

a) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Companhia e demais empresas do Sistema Petrobras mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

b) LiquiD Distribuidora S.A.

O compromisso da LiquiD Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados administrado pela própria Companhia é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular o custo do imposto e o custo do plano de saúde é o método do custo do benefício. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade do benefício, que é estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho negociados com os empregados da categoria GLP. Conforme procedimento estabelecido na Deliberação CVM nº 37/00, em 31 de dezembro de 2008 a LiquiD Distribuidora S.A. tem uma provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$46.710 (R\$42.613 em 31 de dezembro de 2007).

20.3. O saldo das obrigações dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:

	Controladora					
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	1.973.581	6.547	666.712	1.706.375	-	659.862
Custo dos juros	-	-	-	-	-	-
Com termo de compromisso financeiro	3.695	-	-	-	-	-
Atuarial	193.781	968	67.286	180.371	436	70.075
Custo do serviço corrente	33.419	3.607	12.919	29.317	1.973	13.763
Benefícios pagos	(68.265)	-	(23.041)	(64.865)	-	(19.332)
(Ganho) perda atuarial sobre a obrigação atuarial	(276.504)	(1.907)	(199.214)	113.060	(1.025)	(57.676)
Alterações de plano	-	-	-	9.323	-	-
Implantação de plano	-	-	-	-	8.111	-
Outros (*)	-	-	-	-	(2.948)	-
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício	1.859.707	9.215	524.662	1.973.581	6.547	666.712
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício	1.545.035	481	-	1.234.289	-	-
Rendimento sobre investimentos	161.075	901	-	134.533	171	-
Contribuições recebidas pelo plano	38.224	2.067	23.041	32.307	3.380	19.332
Benefícios pagos	(68.265)	-	(23.041)	(64.865)	-	(19.332)
(Ganho) perda atuarial sobre os ativos do plano	8.713	(973)	-	208.671	(122)	-
Outros (*)	-	-	-	-	(2.948)	-
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício	1.684.782	2.476	-	1.545.035	481	-

(*) Parcela da contribuição definida do Plano reclassificada para permitir a comparação com as demonstrações contábeis de 2008.

	Controladora					
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis						
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	174.925	6.739	524.662	428.546	6.066	666.712
Ganhos (perdas) atuariais não reconhecidas	166.218	(707)	145.314	(117.040)	993	(53.900)
Ganho do serviço passado não reconhecido	(5.241)	(4.278)	(2.704)	(6.268)	(2.985)	-
Passivo atuarial líquido	335.902	1.754	567.272	305.645	790	609.827
Passivo circulante	37.475	23.346	28.784	790	19.243	19.243
Passivo não circulante	289.427	1.754	543.924	278.981	500.584	500.584
Saldo em 1º de janeiro	305.645	790	609.827	223.158	-	532.589
(+) Custos incorridos no período	56.412	10.844	80.486	98.544	3.099	96.570
(-) Pagamento de contribuições	(28.155)	(9.880)	(23.041)	(16.057)	(2.309)	(19.332)
Saldo em 31 de dezembro	335.902	1.754	567.272	305.645	790	609.827

A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e aposentadorias concedidos e a conceder a dependentes, aposentados e pensionistas, e de saúde para o exercício de 2008, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	Controladora					
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	40.528	3.607	12.919	29.317	1.973	13.763
Custo dos juros	-	-	-	-	-	-
Com termo de compromisso financeiro	3.695	-	-	-	-	-
Atuarial	193.781	968	67.286	180.371	436	70.075
Rendimento estimado dos ativos do plano	(161.075)	(901)	-	(134.633)	(171)	-
Amortização de perdas atuariais não reconhecidas	620	1.988	281	5.084	-	4.290
Contribuições de participantes	(21.137)	(3.665)	-	(11.122)	(981)	-
Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	29.527	1.842	8.422
Outros	-	8.847	-	4.893	617	-
Custo líquido no exercício	56.412	10.844	80.486	103.437	3.716	96.570

A atualização das obrigações foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	Controladora					
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva
Relativa a empregados ativos:						
Absorvida no custeio das atividades operacionais	2.170	267	1.612	2.848	115	1.976
Diretamente no resultado	31.113	10.577	31.830	40.772	3.601	38.145
Relativa aos inativos	23.129	-	47.044	56.412	-	56.449
56.412	10.844	80.486	103.437	3.716	96.570	

20.4 Variação nos custos com assistência médica

As premissas de evolução de custos com assistência médica têm impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nessas premissas teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

	Controladora	
	1% de acréscimo	1% de redução
Passivo atuarial	74.856	(61.699)
Custo do serviço e juros	11.886	(9.694)

20.5 Premissas atuariais

As principais premissas adotadas no cálculo foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício (pensão e saúde)	Benefício definido/Contribuição variável e Assistência médica supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de crédito projetada
Tábuas de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMAN ajustada pela GLOBALPREV e TASA 1927
Tábuas de mortalidade de inválidos	AT 49 *
Rotatividade plano de pensão	0% a.a.
Rotatividade AMS	% médio anual de desligamento - 0,607% a.a. **
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 7,70% a.a. *** + inflação: 5,0% a 4,0% a.a. ****
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 7,02% a.a. + inflação: 5,0% a.a. ****
Crescimento salarial	2,24% a.a. + inflação: 5,0% a 4,0% a.a. ****

(*) Separado por sexo (masculino e feminino).

(**) Varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(***) Com base em estudos realizados internamente que constatarem a elevação considerável da robustez e liquidez dos títulos soberanos brasileiros nos últimos anos, a Companhia implantou uma metodologia para apuração de uma taxa real a partir da curva de juros dos títulos de mais longo prazo do governo, que foi utilizada para desconto do passivo atuarial. Esta alteração foi necessária para manter o alinhamento entre a mensuração do valor presente de ativos e passivos dos planos de pensão e saúde e para adequação às normas internacionais de contabilidade (IFRS) referente à precificação de ativos pelo seu valor de mercado.

(****) Inflação linearmente decrescente, partindo de 5,0% a.a. (2009) a 4,0% a.a. (2014) e constante em 4,0% a.a. de 2014 em diante.

21. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, em 2008 a Companhia provisionou o valor de R\$70.800 (R\$61.500 em 2007) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE. No Consolidado está computada a participação dos empregados da LiquiD Distribuidora S.A. no montante de R\$7.949 (R\$7.230 em 2007).

A participação dos administradores nos lucros ou resultados, será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 02 de abril de 2009, na forma disposta pelo artigo 47 do Estatuto Social da Companhia e pelas normas federais específicas.

22. Patrimônio líquido

22.1. Capital social realizado

O capital social em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.452 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconvertíveis.

22.2. Reservas de capital

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

22.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício não excedendo a 20% do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

(Continua)

(Continuação)



CNPJ 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

Ministério de
Minas e Energia



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (CONSOLIDADAS E DA CONTROLADORA) EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em milhares de reais)

b) Reserva estatutária

Constituída mediante a apropriação do lucro líquido de cada exercício de um montante equivalente a, no mínimo, 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício e destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e desenvolvimento tecnológico. O saldo desta reserva não pode exceder a 5% do capital social integralizado, de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia.

c) Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, álcool, infraestrutura de apoio, aportes de capital e financiamentos a clientes em consonância com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2009, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 02 de abril de 2009.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$172.508.

22.4. Dividendos

Em Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de junho de 2008 foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários no montante de R\$507.801, a conta de Reserva de Retenção de Lucros existente em 31 de dezembro de 2007.

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2008, no montante de R\$ 489.815, será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 02 de abril de 2009. Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2008	2007
Lucro líquido do exercício	1.289.192	840.992
Apropriação		
Reserva legal	(64.459)	(42.050)
Lucro básico para determinação dos dividendos	1.224.733	798.942
Dividendos propostos, equivalentes a 40% do lucro básico -		
RS 11,43 por lote de mil ações (RS 7,45 por lote de mil ações em 2007)	489.815	319.258

23.2. Processos judiciais não provisionados

Os consultores jurídicos avaliaram a posição em todos os processos nos quais a Companhia figura como ré em Apresentamos a seguir a situação atual dos principais processos legais com expectativa de lucro possível:

Descrição	Natureza	Situação Atual	Exposição máxima para a Companhia em 31/12/2008
Autor: Francisco Messias Cameli Ação civil perante a justiça do Estado do Amazonas, por recebimento de sobrestadia de embarcações (CONAVE) na BASUL	Cível	Partes intimadas para se manifestarem acerca do laudo pericial e designada audiência de instrução.	93.929
Autor: Forte Comércio, Importação, Exportação e Administração Ação civil perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo onde se discute a rescisão contratual e cobrança cumulada de multa, pela rescisão dos contratos de comodato, compra e venda mercantil com garantia hipotecária, locação e sublocação.	Cível	Aguardando o julgamento do recurso de apelação do Grupo Forte pelo Tribunal de Justiça de São Paulo - TJSP.	88.272
Autor: Estado do Rio de Janeiro Ação de execução fiscal proposta pelo Estado do Rio de Janeiro em face da Companhia, tendo por argumento a alegação de não pagamento por parte desta, de créditos relativos a ICMS.	Fiscal	O processo foi suspenso em razão da oposição de embargos à execução.	71.540
Autor: Fazenda do Estado de São Paulo Ação de execução fiscal perante a justiça do Estado de São Paulo, referente a débitos de ICMS.	Fiscal	Aguardando julgamento dos embargos à execução.	63.475
Autor: Fazenda Pública do Estado de Pernambuco Ação de execução fiscal perante o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (Ipojuca). Trata-se de execução fiscal proposta em face da Companhia, tendo por alegação o recolhimento de ICMS a menor.	Fiscal	Foram interpostos embargos à execução pela Companhia.	54.854
Autor: Lourival Augusto e Silva Ação civil perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Trata-se de ação onde o autor busca indenização por supostas perdas e danos morais e materiais sofridos quando da retirada e retirada de equipamentos.	Cível	Aguardando julgamento da apelação do autor.	52.764

24. Instrumentos financeiros

A Companhia contratou operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais inerentes às exportações para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. A Companhia se posiciona vendida em taxas futuras de câmbio através de NDfs (Contrato a termo de moeda sem entrega física) no mercado de balcão brasileiro. Para o segmento de aviação, que representam 98,3% das operações contratadas do período, o prazo de expiação é de 3 meses em média e o hedge é contratado concomitantemente à definição do custo do querosene de aviação exportado, fixando e garantindo desta forma a margem da comercialização. No período em questão foram contratadas operações no valor de US\$ 594.051ml. O volume de hedge contratado para as vigências do ano de 2008 do segmento de aviação representou 74,3% do volume de operação efetivamente ocorrido.

As liquidações de todas as operações vendidas entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2008 geraram um resultado negativo para a Companhia de R\$ 51.763 totalmente compensado pela valorização cambial dos ativos em dólar. Cabe destacar que a Companhia não utilizou nenhum outro instrumento derivativo nas operações de hedge cambial além do NDF conforme definido no artigo 2º da Deliberação CVM nº 550/08.

Instrumentos financeiros derivativos de moeda estrangeira					
Descrição	Valor de referência (nacional/USD (MIL))		Valor justo		Valor em Risco (*)
	2008	2007	2008	2007	
Contratos a termo de dólar (NDF)					
Posição Vendida	67.508	117.313	(3.823)	2.782	
	67.508	117.313	-	2.782	2008
			(3.823)	-	2009

(*) Valor em risco representa a perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado. A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira					
Descrição	Valor de referência (nacional/USD (MIL))		Valor justo		Valor em Risco (*)
	2008	2007	2008	2007	
Contratos a termo de dólar (NDF)					
Posição Vendida	67.508	117.313	(3.823)	2.782	
	67.508	117.313	-	2.782	2008
			(3.823)	-	2009

(*) Valor em risco representa a perda máxima esperada em 1 dia com 95% de confiança em condições normais de mercado. A seguinte análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos derivativos de moeda estrangeira. O cenário provável é o valor justo em 31 de dezembro de 2008, os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco de 25% e 50%, respectivamente, em relação a esta mesma data.

Derivativos de Moeda Estrangeira

Contratos a termo de dólar (NDF)

Posição Vendida

67.508

117.313

(3.823)

2.782

-

(3.823)

-

2008

2009

(3.823)

(43.284)

(82.746)

DIRETORIA EXECUTIVA E ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA Presidente	ANDRÉ DE BARROS DUARTE FILHO Diretor de Mercado Consumidor
EDMILSON ANTONIO DATO SANT'ANNA Diretor de Operações e Logística	NESTOR CUÑAT CERVERO Diretor Financeiro
EDMARIO OLIVEIRA MACHADO Diretor da Rede de Postos e Serviços	PAULO CESAR PEREIRA RIBEIRO Controlador - CRC-RJ-0287130-3
MÁRIA CRISTINA TEIXEIRA Gerente de Contabilidade e Controle	

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ào Conselho de Administração e aos Acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial da Petrobras Distribuidora S.A. ("Companhia") e o balanço patrimonial consolidado dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou o Relatório de Administração, as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes, a Proposição à Assembleia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2008 e a Proposição à Assembleia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2009.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 3 de março de 2009, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2009

João José de Nora Souto
Conselheiro

Mariângela Monteiro Tizatto
Conselheira

Marcelo Branco de Oliveira
Presidente

Neyde Lúcia Sáfi de Abreu
Conselheira

Paulo José dos Reis Souza
Conselheiro

O Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da Sociedade Controladora, PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, estão sendo publicados nesta data.

Os dividendos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas.

Seu valor será atualizado monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2008, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

23. Processos judiciais e contingências

23.1. Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2008	2007	2008	2007
Causas trabalhistas (i)	59.039	59.727	54.728	50.517
Causas fiscais (i)	45.031	87.906	10.228	54.512
Causas cíveis (i)	61.130	57.004	99.713	54.236
Causas ambientais	80	72	2	2
Outras	222			
Total	165.502	204.709	124.671	159.267
Provisão para contingências - circulante	19.597	51.167	19.597	46.695
Provisão para contingências - não circulante	145.905	153.542	105.074	112.572

(i) Líquido de depósitos judiciais de acordo com a deliberação CVM nº 489/05.

31 de dezembro de 2008 e 2007 e estimaram as perdas possíveis em R\$1.318.688 (R\$1.227.560 em 2007).

24.1. Gerenciamento de risco

No decorrer normal de seus negócios a Companhia utiliza-se de diversos tipos de instrumentos financeiros.

a) Risco de concentração de crédito

Uma parcela significativa dos ativos da Companhia, incluindo instrumentos financeiros, está localizada no Brasil. Os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos ao risco de concentração de crédito são, principalmente, disponibilidades, títulos governamentais, contas a receber e contratos futuros.

A Companhia adota diversas medidas para reduzir a sua exposição a riscos de crédito a níveis aceitáveis.

b) Valor justo de mercado

O valor justo de mercado dos instrumentos financeiros é determinado com base em preços de mercado publicados, ou, na falta destes, no valor presente de fluxos de caixa esperados. O valor justo de mercado das disponibilidades, de contas a receber de clientes, da dívida de curto prazo e de contas a pagar a fornecedores é equivalente ao seu valor contábil. O valor justo de mercado de outros ativos e passivos de longo prazo não difere significativamente de seu valor contábil.

25. Seguros

A Companhia e suas controladas adotam uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos.

As instalações, equipamentos e produtos da Controladora dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segregada em 31 de dezembro de 2008 totalizava R\$2.335.529 (R\$2.069.530 em 2007). Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e de produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No consolidado a importância segregada totalizava, em 31 de dezembro de 2008, R\$3.303.958 (R\$3.586.342 em 2007).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Ativo	Tipo de cobertura	2008	
		Importância segregada	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Incêndio e riscos	2.665.458	2.335.529
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, poluição ambiental etc.	587.500	-
Outros ativos		51.000	-
Total		3.303.958	2.335.529

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DILMA VIANA ROUSSEFF Presidente	GUÍDO MANTEGA Conselheiro
SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA Conselheiro	FRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE Conselheiro
FÁBIO COLLETTI BARBOSA Conselheiro	LUCIANO GALVÃO COUTINHO Conselheiro
JORGE GERALDO JOHANNPETER Conselheiro	JOSÉ SÉRGIO GABRIEL DE AZEVEDO Conselheiro

3 de março de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC - SP - 14.428/O-6-F-RJ

José M. Matos Nicolau
Controlador - CRC-RJ-42.216/O-7

Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2009.

Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 3 de março de 2009, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 6 de março de 2009

João José de Nora Souto
Conselheiro

Mariângela Monteiro Tizatto
Conselheira

Marcelo Branco de Oliveira
Presidente

Neyde Lúcia Sáfi de Abreu
Conselheira

Paulo José dos Reis Souza
Conselheiro

BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Relatório dos resultados das atividades do exercício social findo em 31 de dezembro de 2007 da Petrobras Distribuidora S.A., acompanhado das Demonstrações Contábeis, dos Pareceres dos auditores independentes e do Conselho Fiscal.

Mensagem da Administração

É com grande satisfação que apresentamos o Relatório da Administração de 2007 da Petrobras Distribuidora. Este relatório é prova do empenho da atual administração em tornar transparentes todas as suas práticas, bem como aplicar continuamente indicadores de governança corporativa alinhados àqueles utilizados por todo o Sistema Petrobras.

Nossos objetivos continuam sendo a rentabilidade, a fidelização e a valorização da nossa imagem no mercado, sem descuidar da responsabilidade social e ambiental. No final do período, contabilizamos 5.973 Postos de Serviços ativos na nossa Rede de Postos e mais de 6.000 Clientes consumidores diretos, os quais responderam por uma receita bruta de R\$ 53 bilhões, pela venda de 33.938 mil metros cúbicos e pela participação no mercado global de distribuição de combustíveis de 34,3%.

Em 2007, a Petrobras Distribuidora apurou um lucro líquido de R\$ 841 milhões, continuando desta forma sua trajetória ascendente de sucesso operacional e financeiro. A receita operacional líquida atingiu a marca de R\$ 43.049 milhões, proveniente, principalmente, do aumento nas vendas.

Líder absoluta no mercado de distribuição de combustíveis e única distribuidora presente em todo o país, a Petrobras Distribuidora torna público aqui os números e informações que traduzem a excelência de seu desempenho empresarial.

Presidente da Petrobras Distribuidora

Ambiente do Mercado de Distribuição

O mercado de distribuição de combustíveis apresentou no último ano um aumento de 8,2%, superior aos 1,9% registrados em 2006. O destaque em 2007 foi o crescimento das vendas de álcool hidratado, que teve o seu mercado ampliado em 50%, motivado pela expansão da frota e pelo aumento das vendas dos veículos biocombustíveis. Com isso, no mesmo ano, o mercado de gasolina cresceu apenas 1,0%.

Outro aspecto a destacar é que nos mercados atendidos pela BR, especialmente no segmento de Rede de Postos, houve a continuidade das ações visando combater as práticas irregulares, como sonegação e adulteração, especialmente por parte da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e de alguns governos estaduais.

Nesse contexto a BR procurou, ao longo do ano, em sintonia com o Plano Estratégico, ajustar sua política comercial de forma a fazer frente às mudanças do ambiente competitivo. Em detalhe, a Companhia procurou implementar ações visando dar maior transparência ao mercado, ao mesmo tempo em que procurou se posicionar nos diversos segmentos em que atua de forma a preservar e consolidar a sua participação de mercado e sua rentabilidade.

Desempenho Comercial

O volume acumulado comercializado no ano foi de 33.938 mil metros cúbicos, 13,3% superior às vendas do ano anterior, devido, principalmente, ao crescimento das vendas de álcool, de 15,0% do diesel e de 14,4% do óleo combustível. Cabe ressaltar que esse é o maior volume anual de vendas já registrado na história da BR.

No tocante à comercialização de biodiesel, a BR empreendeu esforços garantindo a entrega do produto a 5.885 Postos de Serviços e a 4.626 Clientes consumidores, antecipando a disponibilidade do produto em todas as regiões do Brasil e atendendo os requisitos do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, que prevê, a partir de 2008, a adição obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel.

A BR é líder no mercado de Distribuição e alcançou em dezembro de 2007 34,7% de market-share medido no mês, 1,6% acima do valor de dezembro de 2006 (33,1%), com o acumulado no ano de 34,3%. Para consolidar seu market-share, a BR empreendeu uma estratégia ousada e baseada em iniciativas estratégicas, como: revisão dos seus processos e reorganização da estrutura organizacional, melhoria contínua em operações e logística, redifinição e implementação de políticas comerciais, planejamento e execução de campanhas regulatórias, dentre outras.

Da sua rede de 5.973 postos ativos, localizados em todas as regiões do território brasileiro, 672 pertencem à Companhia e 5.301 são de revendedores que operam com a marca Petrobras.

Além disso, como forma de construir um diferencial de qualidade e fortalecer a marca junto ao mercado, a BR possui 5.506 postos certificados por meio do programa "De Olho no Combustível". Em conformidade com a norma ISO 9001:2000 e as regras específicas do INMETRO, esse é o mais completo programa de controle de qualidade de combustíveis implementado por companhias distribuidoras.

Desempenho Econômico-Financeiro

Em 2007, com um lucro líquido de R\$ 841 milhões, a Petrobras Distribuidora registrou o melhor resultado financeiro de sua história. Seu crescimento, em comparação a 2006, quando obteve um resultado de R\$ 570 milhões, foi de 47,5%.

A Receita Líquida da BR atingiu R\$ 43.049 milhões em 2007, um montante 11,8% superior à de R\$ 38.515 milhões obtida no ano de 2006. O principal responsável por este desempenho foi o crescimento de 13,3% do volume de vendas.

No quadro-resumo abaixo pode ser observada a evolução da receita e do lucro no último exercício, em relação ao ano anterior.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)	2007	2006	%
Receita Operacional Bruta	52.502	47.174	11,3%
Receita Operacional Líquida	43.049	38.515	11,8%
Lucro Bruto	3.667	3.126	17,3%
Margem Bruta	8,5%	8,1%	0,4 p.p.
Lucro Operacional	1.430	967	47,8%
Margem Operacional	3,3%	2,5%	0,8 p.p.
EBITDA	1.261	912	38,3%
Lucro Líquido	841	570	47,5%

Investimentos

Os investimentos operacionais em 2007 totalizaram R\$ 402 milhões. Os recursos da BR foram concentrados, principalmente, na ampliação e modernização da sua Rede de Postos de Serviços, no suporte aos Clientes Industriais e Comerciais, em programas de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, Logística e Operações. Alinhados ao Planejamento Estratégico, os investimentos buscaram atender a estratégia de garantia da liderança do mercado brasileiro de distribuição de derivados de petróleo e de biocombustíveis e de maximização de market-share com rentabilidade.

Responsabilidade Social e Ambiental - SMS

Como princípio básico, todas as ações da BR são norteadas pela sua política em Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), visando atingir padrões adequados. O desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social são incentivados, em todas as atividades da Companhia, promovendo a segurança dos empreendimentos, a preservação ambiental e a melhoria contínua de qualidade de vida.

Para cumprimento de sua política de SMS, foram efetuados investimentos no ordem de R\$ 25 milhões para melhoria do sistema de proteção ambiental nas instalações operacionais - bases, terminais, depósitos, laboratórios, aeroportos, além das instalações dos Clientes consumidores e dos Postos de Serviços.

Agradecimentos

Finalizando, agradecemos a todos os nossos Revendedores, Clientes e Fornecedores pelo apoio e confiança dispensados e aos nossos colaboradores pela dedicação demonstrada.

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

Ativo	Consolidado		Controladora		Passivo	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006		2007	2006	2007	2006
Circulante					Circulante				
Disponibilidades (Nota 5)	408.886	539.153	273.326	187.630	Fornecedores	2.151.158	1.566.058	2.060.440	1.502.670
Cortas a receber, líquidas (Nota 7)	3.345.144	2.890.276	3.210.042	2.785.638	Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras (Nota 10 b)	1.489.827	995.934	1.479.454	988.420
Estoques (Nota 8)	1.682.889	1.328.953	1.426.149	1.292.371	Outros	661.331	570.124	580.986	514.250
Impostos e contribuições sociais (Nota 9 a)	653.890	626.364	572.887	556.364	Operações de mútuo com a Controladora (Nota 10 b)	97.394	110.289	97.394	110.289
Despesas antecipadas	21.273	17.147	16.770	11.341	Salários, férias e encargos	93.250	67.159	64.574	38.768
Outros ativos circulantes	115.476	45.258	184.494	144.682	Imposto de renda	32.398	11.795	31.886	11.795
	5.037.438	5.447.151	5.683.638	4.978.226	Contribuição social	12.842	4.067	12.452	4.067
					Outros impostos e contribuições a recolher	251.089	187.891	241.294	159.352
Não circulante					Dividendos propostos (Nota 19 f)	319.258	281.592	319.258	281.592
Realizável a longo prazo					Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	166.730	759.801	90.458	616.510
Cortas a receber, líquidas (Nota 7)	2.018.126	1.766.614	2.016.701	1.764.184	Adiantamentos de clientes	213.004	204.424	211.495	203.399
Depósitos judiciais (Nota 11)	265.730	278.831	185.347	261.807	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9 c.2)	13.803	8.399	13.521	8.399
Impostos e contribuições sociais (Nota 9 a.1)	285.494	237.802	214.580	187.261	Obrigações com plano de saúde (Nota 18 b)	24.126	-	19.243	-
Despesas antecipadas	73.845	80.512	73.885	75.336	Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Nota 18 a)	27.574	14.540	27.574	14.540
Outros ativos realizáveis a longo prazo	14.238	21.415	8.043	7.917	Outros passivos circulantes	288.494	211.727	282.949	188.622
	2.677.433	2.385.174	2.496.336	2.296.505		3.691.120	3.417.742	3.452.518	3.140.201
Permanente					Não circulante				
Investimentos (Nota 12)	214.925	230.782	859.577	928.748	Exigível a longo prazo				
Imobilizado (Nota 13)	3.328.736	2.876.784	2.378.014	2.210.221	Operações de mútuo com a Controladora (Nota 10 b)	37.046	41.227	37.046	41.227
Intangível (Nota 14)	108.682	107.247	77.864	67.338	Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	470.048	192.855	-	8.645
Diferido (Nota 15)	159.787	171.147	83.068	104.879	Provisão para contingências (Nota 17)	153.542	113.805	112.572	85.494
	3.812.150	3.385.960	3.378.523	3.309.185	Obrigações com plano de saúde (Nota 18 b)	628.314	571.743	590.584	532.589
	12.427.021	11.218.285	11.560.497	10.583.917	Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Nota 18 a)	278.861	208.618	278.861	208.618
					Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 9 c.2)	820	12.171	195	116
					Outros passivos não circulantes	77.252	93.097	-	-
						1.645.883	1.233.516	1.019.218	878.689
					Participação dos acionistas não controladores	2.847	-	-	-
					Patrimônio Líquido (Nota 19)				
					Capital social	4.482.082	4.482.082	4.482.082	4.482.082
					Reserva de capital	53.993	53.993	53.993	53.993
					Reservas de lucros	2.551.096	2.030.952	2.552.686	2.030.952
						7.067.171	6.567.027	7.068.781	6.567.027
						12.427.021	11.218.285	11.560.497	10.583.917

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

(continua)

(continuação)

BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Ministério de
Minas e Energia



CNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações, expresso em reais)				
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Receita operacional bruta				
Vendas				
Produtos	55.130.579	49.772.680	52.442.627	47.123.622
Serviços	65.379	57.486	59.386	49.921
	55.195.958	49.830.166	52.502.013	47.173.543
Encargos de vendas	(9.835.883)	(9.038.530)	(9.453.407)	(8.659.026)
Receita operacional líquida	45.360.075	40.791.636	43.048.606	38.514.517
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(41.972.025)	(37.022.102)	(39.381.321)	(35.368.606)
Lucro bruto	4.288.050	3.769.534	3.667.285	3.145.911
Despesas operacionais líquidas				
Vendas	(2.144.249)	(2.130.668)	(1.730.536)	(1.542.169)
Gerais e administrativas				
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(8.093)	(6.749)	(2.277)	(2.942)
Despesas gerais e administrativas	(481.382)	(476.082)	(373.218)	(382.622)
Tributárias	(179.031)	(171.832)	(158.730)	(151.937)
Financeiras (Nota 20)				
Despesas	(162.896)	(152.962)	(133.943)	(102.862)
Receitas	506.439	367.780	484.251	337.209
Variações cambiais e monetárias, líquidas (Nota 20)	(36.874)	(10.514)	(41.277)	(32.054)
Planos de saúde, aposentadoria e pensão	(121.688)	(102.678)	(116.266)	(99.621)
Outras despesas operacionais, líquidas	(185.886)	(69.710)	(171.315)	(24.178)
	(2.791.661)	(2.733.241)	(2.244.311)	(2.101.176)
Participações em outras empresas (Nota 12 c)				
Resultado de equivalência patrimonial	2.570	2.725	79.076	60.182
Amortização de ágio em investimentos	(18.449)	(16.370)	(71.951)	(117.823)
	(15.879)	(13.645)	7.125	(57.441)
Lucro operacional	1.480.810	1.021.637	1.430.099	967.294
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(30.823)	34.736	(26.284)	26.396
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda e das participações dos acionistas não controladores, empregados e administradores	1.449.987	1.056.373	1.403.815	993.690
Contribuição social e imposto de renda correntes (Nota 9 b)	(594.256)	(379.343)	(583.034)	(390.894)
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 9 b)	52.170	(28.744)	81.711	(4.907)
Lucro antes das participações dos acionistas não controladores, empregados e administradores	907.901	648.286	902.492	600.831
Participação dos acionistas não controladores	231	-	-	-
Participação de empregados e administradores (Nota 18 g)	(68.730)	(78.261)	(81.500)	(89.806)
Lucro líquido do exercício	839.402	570.025	840.992	570.025
Quantidade de ações (em milhões)	42.853	42.853	42.853	42.853
Lucro por lote de mil ações do capital social (R\$)	19,63	13,30	19,63	13,30

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)				
	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Origens de recursos				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	839.402	570.025	840.992	570.025
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciações e amortizações	349.258	397.687	248.689	191.378
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	46.245	57.229	15.945	57.209
Variações monetárias, cambiais e rendimentos de longo prazo	41.489	1.210	(127)	1.210
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(35.779)	42.623	(29.282)	41.850
Provisões				
Créditos de liquidação duvidosa	-	(4.556)	-	(4.556)
Perdas em investimentos permanentes	21.061	(768)	22.371	245
Contingências	(2.960)	(33.114)	(3.459)	(7.304)
Obrigações com plano de saúde	101.993	101.937	96.570	98.880
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão	107.153	91.852	107.153	91.852
Resultado de equivalência patrimonial	(2.570)	(2.725)	(79.076)	(60.182)
Amortização de ágio em investimentos	18.449	16.379	71.951	117.823
Dividendos de controlada e controladas em conjunto	727	464	89.202	103.723
	1.484.478	1.238.241	1.384.929	1.201.951
Das acionistas				
Aumento de capital social	-	495.678	-	495.678
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos	268.372	257.853	-	101.941
Aumento de outras contas do passivo não circulante	-	81.918	-	-
Outras origens	53.145	-	-	-
	321.517	339.771	-	101.941
	1.815.995	2.073.690	1.384.929	1.799.570
Aplicações de recursos				
Aumento de outras contas do realizável a longo prazo	229.695	856.474	181.985	853.440
Investimentos	24.447	13.491	40.186	78.105
Aumento de capital social em controlada	-	-	-	-
Imobilizado	758.941	786.393	381.354	456.358
Diferido	33.984	43.951	842	-
Intangível	23.564	24.840	19.229	21.870
Transferência de empréstimos e financiamentos do longo para o curto prazo	25.778	94.506	5.545	94.506
Redução do passivo não circulante	49.242	22.200	58.935	32.757
Dividendos propostos	319.258	281.582	319.258	281.582
Outras aplicações	28.843	15.379	-	32.447
	1.491.740	2.139.823	991.834	2.018.977
Ingresso de capital circulante líquido de controladas incorporadas	(8.346)	1.534	-	(208.624)
Aumento (redução) no capital circulante	316.909	(64.599)	393.095	(426.031)
Variações do capital circulante				
Ativo circulante				
No início do exercício	5.447.151	4.919.752	4.978.225	4.521.777
No fim do exercício	5.037.438	5.447.151	5.863.638	4.978.225
	590.287	527.399	705.412	456.449
Passivo circulante				
No início do exercício	3.417.742	2.825.744	3.140.201	2.257.721
No fim do exercício	3.691.120	3.417.742	3.452.518	3.140.201
	273.378	591.998	312.317	882.480
Aumento (redução) no capital circulante	316.909	(64.599)	393.095	(426.031)

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)						
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros	
Saldos em 1º de janeiro de 2006	3.986.404	53.993	207.503	48.516	1.486.500	-
Aumento de capital	495.678	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	570.025
Apropriação do lucro líquido para reservas	-	-	28.501	22.411	237.521	(288.433)
Dividendos propostos (Nota 19 f)	-	-	-	-	-	(281.592)
	-	-	236.004	70.927	1.724.021	(281.592)
Saldos em 31 de dezembro de 2006	4.482.082	53.993	2.030.952	2.030.952	-	8.567.027
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	840.992
Apropriação do lucro líquido para reservas	-	-	42.050	22.410	457.274	(521.734)
Dividendos propostos (Nota 19 f)	-	-	-	-	-	(319.258)
	-	-	278.054	93.337	2.181.295	(319.258)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	4.482.082	53.993	2.309.006	2.309.006	-	7.088.761

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

(continua)

(continuação)

BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)				
Atividade operacional	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Lucro líquido do exercício	839.402	570.025	840.992	570.025
Ajustes e variações				
Depreciações e amortizações	349.258	397.687	249.969	191.378
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	46.245	57.229	18.945	57.209
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.170)	28.744	(61.711)	4.967
Variações monetárias e cambiais de curto e longo prazo	103.575	(30.756)	50.965	(38.260)
Amortização de financiamentos condicionais	52.778	60.097	52.778	60.097
Provisões				
Créditos de liquidação duvidosa	64.854	6.237	73.854	19.023
Perdas em investimentos permanentes	21.061	(768)	22.371	245
Contingências	62.219	(33.370)	61.724	(7.560)
Obrigações com plano de saúde	101.993	101.937	96.570	98.880
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão	107.153	91.852	107.153	91.852
Resultado de equivalência patrimonial	(2.570)	(2.725)	(79.076)	(60.182)
Amortização de ativo em investimentos	18.449	16.379	71.951	117.623
Variação das contas a receber de curto prazo	(560.622)	(158.678)	(551.108)	(187.066)
Variação de estoques	(133.718)	(155.973)	(133.778)	(157.706)
Variação de outros ativos de curto prazo	(51.472)	(32.908)	(24.160)	81.858
Variação de outros ativos de longo prazo	60.298	(12.588)	63.519	(5.722)
Variação de fornecedores	577.409	294.507	557.358	211.010
Variação de impostos e contribuições sociais	112.579	(48.605)	110.398	(44.130)
Variação de outros passivos de curto e longo prazo	29.206	198.948	77.130	77.392
Amortização de obrigações com plano de saúde e plano de aposentadoria e pensão	(46.172)	(34.399)	(43.208)	(32.787)
Ingresso de disponibilidades de controladora incorporada	(7.504)	5.582	-	-
Outros ajustes	(58.475)	7.452	(87.128)	(10.639)
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	1.637.576	1.326.008	1.495.228	1.037.507
Atividade de financiamento				
Dividendos pagos	(292.465)	(294.308)	(292.465)	(294.308)
Empréstimos e financiamentos, líquidos	(357.532)	852.728	(523.506)	601.941
Operações com a Controladora	(247.657)	(857.233)	(242.580)	(869.294)
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	(897.654)	(298.813)	(1.058.551)	(561.631)
Atividade de investimento				
Aquisições de imobilizado	(758.941)	(786.393)	(381.954)	(466.368)
Aumento do ativo intangível	(23.564)	(24.840)	(19.229)	(21.870)
Participações societárias e outros investimentos	(24.447)	(13.491)	(40.186)	(76.105)
Dividendos recebidos	727	464	90.830	104.651
Aplicações no ativo diferido	(33.984)	(43.951)	(842)	-
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	(840.209)	(868.211)	(351.181)	(461.692)
Variação líquida no exercício	(100.287)	156.982	85.496	14.183
Disponibilidades no início do exercício	539.153	380.171	187.830	173.647
Disponibilidades no final do exercício	438.866	539.153	273.326	187.830

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006 (Em milhares de reais)							
Receitas	Consolidado		Controladora		Receitas	Consolidado	
	2007	2006	2007	2006		2007	2006
Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	55.165.235	49.864.900	52.475.729	47.201.941	Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	55.165.235	49.864.900
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(64.853)	(6.237)	(73.854)	(19.023)	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(64.853)	(6.237)
Outras receitas operacionais	97.136	-	97.136	-	Outras receitas operacionais	97.136	-
Receitas operacionais	55.197.518	49.858.663	52.499.011	47.182.918	Receitas operacionais	55.197.518	49.858.663
Insumos adquiridos de terceiros					Insumos adquiridos de terceiros		
Matérias-primas consumidas	-	(469)	-	-	Matérias-primas consumidas	-	(469)
Outros custos de produtos e serviços vendidos	(48.246.703)	(44.065.788)	(46.256.132)	(42.094.751)	Outros custos de produtos e serviços vendidos	(48.246.703)	(44.065.788)
Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	(1.805.382)	(1.611.817)	(1.569.117)	(1.338.025)	Matérias, energia, serviços de terceiros e outros	(1.805.382)	(1.611.817)
Valor adicionado bruto	5.144.653	4.180.609	4.673.762	3.750.072	Valor adicionado bruto	5.144.653	4.180.609
Retenções					Retenções		
Depreciação e amortização	(349.258)	(397.687)	(249.969)	(191.378)	Depreciação e amortização	(349.258)	(397.687)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.795.395	3.782.922	4.423.793	3.558.694	Valor adicionado líquido produzido pela entidade	4.795.395	3.782.922
Valor adicionado recebido em transferência					Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos relevantes	2.570	2.725	79.076	60.182	Resultado de participações em investimentos relevantes	2.570	2.725
Recursos Financeiros - inclui variação monetária e cambial	504.758	466.537	472.031	333.360	Recursos Financeiros - inclui variação monetária e cambial	504.758	466.537
Aluguéis e royalties	119.428	151.572	118.084	109.533	Aluguéis e royalties	119.428	151.572
Amortização de ativo em participações societárias relevantes	(18.449)	(16.379)	(71.951)	(117.623)	Amortização de ativo em participações societárias relevantes	(18.449)	(16.379)
Valor adicionado a distribuir	5.403.700	4.387.377	5.021.313	3.944.146	Valor adicionado a distribuir	5.403.700	4.387.377
Distribuição do valor adicionado					Distribuição do valor adicionado		
Salários e encargos	506.103	11,0	545.463	12,4	Salários e encargos	506.103	11,0
Comissões sobre vendas	2.894	0,1	3.077	0,1	Comissões sobre vendas	2.894	0,1
Honorários da diretoria	6.093	0,1	6.749	0,2	Honorários da diretoria	6.093	0,1
Participação dos empregados nos lucros	68.730	1,3	78.261	1,7	Participação dos empregados nos lucros	68.730	1,3
Plano de aposentadoria e pensão	43.620	0,8	50.115	1,1	Plano de aposentadoria e pensão	43.620	0,8
Plano de saúde	82.137	1,1	44.053	1,0	Plano de saúde	82.137	1,1
Tributos	779.577	14,4	727.718	16,5	Tributos	779.577	14,4
Impostos, taxas e contribuições	3.505.952	64,9	2.620.426	59,7	Impostos, taxas e contribuições	3.505.952	64,9
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.170)	(1,0)	28.744	0,7	Imposto de renda e contribuição social diferidos	(52.170)	(1,0)
Instituições financeiras e fornecedores	3.453.782	63,9	2.649.170	60,4	Instituições financeiras e fornecedores	3.453.782	63,9
Juros, variações cambiais e monetárias	198.089	3,7	262.253	6,0	Juros, variações cambiais e monetárias	198.089	3,7
Aluguéis	133.081	2,5	178.211	4,1	Aluguéis	133.081	2,5
Acionistas	331.170	6,2	440.464	10,1	Acionistas	331.170	6,2
Participação de acionistas não controladores	(231)	-	-	-	Participação de acionistas não controladores	(231)	-
Dividendos propostos	87.002	1,6	281.592	6,4	Dividendos propostos	87.002	1,6
Lucros retidos	782.400	13,9	288.433	6,6	Lucros retidos	782.400	13,9
Valor adicionado	839.171	15,5	570.025	13,0	Valor adicionado	839.171	15,5

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional

A Petrobras Distribuidora S.A. - BR (Companhia) é uma sociedade anônima constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de serviços, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da legislação societária e normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Com o objetivo de aprimoramento das informações, a Companhia está apresentando as seguintes informações complementares abrangendo a controladora e o consolidado:

a) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Companhia está apresentando como informações suplementares, a demonstração dos fluxos de caixa preparados de acordo com a NPG 20 - Demonstração dos fluxos de caixa, emitida pelo IBRACON - Instituto de Auditores Independentes do Brasil.

b) Demonstrações do valor adicionado

A Administração está divulgando, nos moldes do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/06 e Resolução CFC nº 1.010/05, a demonstração do valor adicionado que tem por objetivo demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia e a distribuição para os elementos dos registros contábeis da Companhia e suas controladas. Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis na demonstração do resultado tradicional, tendo em vista serem consideradas na demonstração do valor adicionado como distribuição do valor adicionado gerado.

3. Sumário das Principais Práticas Contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e não circulantes, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função de sua realização.

b) Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques, imposto de renda diferido, provisão para contingências, valorização de instrumentos derivativos e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas periodicamente.

c) Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras foram convertidos para reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço e as diferenças decorrentes de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do exercício.

d) Ativos circulantes e não circulantes

• Disponibilidades e títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são, principalmente, lastreadas em títulos públicos federais, certificados de depósitos bancários e debêntures, a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado.

• Contas a receber

As parcelas abonsáveis dos financiamentos condicionais são amortizadas proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída por valor estimado julgado pela Administração da Companhia como suficiente para a cobertura das perdas na realização das contas a receber.

(continua)

**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema PetrobrasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)**• Estoques**

Os estoques de produtos para venda estão avaliados aos preços médios de aquisição e/ou produção, ajustados, quando aplicável, ao valor de realização no mercado, quando inferior ao custo. Os estoques de materiais para manutenção e consumo estão registrados ao custo médio de compra, que não exceda o custo de reposição.

• Investimentos

As participações societárias nas controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, acrescido de ágio quando aplicável. Os demais investimentos estão demonstrados ao custo, deduzido de provisão para perdas, quando aplicável.

• Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens.

• Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia.

• Diferido

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração o período de contribuição de tais ativos.

• Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

a) Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos e/ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

f) Imposto de renda e contribuição social

Esses impostos são calculados e registrados com base nas alíquotas efetivas vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. Os impostos diferidos são reconhecidos em função das diferenças intertemporais e prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social, quando aplicável.

g) Benefícios concedidos a empregados

A Companhia reconhece os compromissos atuariais referentes ao Plano de Aposentadoria e Pensão e ao Plano de Saúde conforme os procedimentos previstos no pronunciamento sobre contabilização de benefícios a empregados emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e aprovado pela Deliberação CVM nº 371/00.

Os compromissos atuariais são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente pelo atuário independente Watson Wyatt Brasil Ltda., de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

4. Princípios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2007 e 2006 foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas relacionadas a seguir:

Participação no capital			
Votante (%)		Total (%)	
2007	2006	2007	2006
Controladas (diretamente e em conjunto):			
Liquigás Distribuidora S.A. (1)	100,0000	100,0000	100,0000
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII) (2)	99,0000	99,0000	99,0000
Brethener Energética S.A. (3)	30,0000	30,0000	30,0000
Brasympe Energia S.A. (3)	20,0000	20,0000	20,0000
Brasil PCH S.A. (3)	49,0000	49,0000	42,3289
Companhia Energética Manauara S.A. (3)	40,0000	40,0000	40,0000
Bretech Energia S.A. (3)	30,0000	-	30,0000

(1) Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP)

(2) Administração de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs)

(3) Geração de energia através de usinas termelétricas e hidrelétricas

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (i) das participações no capital, reservas e resultados acumulados das controladas; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas; (iii) das parcelas de resultados do exercício, dos ativos circulantes e não circulantes que correspondem aos resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas e (iv) dos efeitos decorrentes de transações significativas realizadas entre essas empresas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação.

Em 2005, a Companhia e a Benco Energia Ltda., constituíram consórcio para participar do leilão nº002/2005 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), para contratação de energia proveniente de novos empreendimentos.

A Companhia e a Benco sagraram-se vencedoras do Leilão com o empreendimento Usina Termelétrica Goiânia II e, a fim de cumprir com os requisitos do edital do Leilão, constituíram a Bretech Energia S.A., em 10 de fevereiro de 2006. A Bretech foi incluída no processo de consolidação no exercício de 2007.

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidado com os correspondentes patrimônio líquido e lucro líquido da Controladora, em 31 de dezembro de 2007 e 2006, é demonstrada a seguir:

Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
2007	2006	2007	2006
7.087.171	6.567.027	839.602	570.025
Conforme demonstrações contábeis consolidadas		Conforme demonstrações contábeis da controlada (*)	
1.590		1.590	
Conforme demonstrações contábeis da controladora		Conforme demonstrações contábeis da controladora	
7.088.761		841.192	

(*) De acordo com a Instrução CVM nº 247/96, as perdas que foram consideradas de natureza não permanente (temporárias) sobre os investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujas investidas não apresentaram sinais de paralisação ou necessidade de apoio financeiro da investidora, devem ser limitadas até o valor do investimento da empresa controladora. Portanto, o passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo) de determinada controlada não influenciou o resultado e o patrimônio da Companhia nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006, gerando item de conciliação entre as demonstrações contábeis da Controladora e as demonstrações contábeis consolidadas.

5. Disponibilidades

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
Caixa e Bancos	298.401	210.051	273.328
Aplicações Financeiras			
Fundos de investimentos financeiros - DI	106.445	185.636	-
Títulos Privados	32.466	141.772	-
Outros	1.552	1.592	-
Total das aplicações financeiras	140.463	329.100	-
Total das disponibilidades	438.864	539.151	273.328

6. Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão apresentados em outros ativos realizáveis a longo prazo e compõem-se de:

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
Notas do Tesouro Nacional	2.488	2.361	2.488
Outros	-	205	-
Total dos títulos e valores mobiliários	2.488	2.566	2.488

7. Contas a Receber

As contas a receber têm a seguinte composição:

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
Clientes			
Terceiros	2.663.264	2.229.762	2.473.895
Financiamentos a receber	1.002.738	933.177	996.005
Financiamentos resscatáveis	828.184	781.510	821.451
Financiamentos condicionais	174.554	151.667	174.554
Partes relacionadas	1.741.710	1.518.551	1.777.279
Cobranças judiciais	983.528	938.728	983.528
Total das contas a receber	6.394.978	6.603.795	6.227.712
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.027.961)	(963.328)	(1.003.775)
Contas a receber - líquidas	5.367.017	5.640.467	5.223.937
Contas a receber (circulante), líquidas	3.345.144	2.890.276	3.210.042
Contas a receber (não circulante), líquidas	2.021.873	2.750.191	2.013.895

a) Financiamentos a receber - resscatáveis (controladora)

Os financiamentos a receber pela Companhia, no montante de R\$621.451 (R\$776.942 em 2006), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGP-M ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análise econômico-financeira de cada negociação e pactuados em contratos.

b) Financiamentos a receber - condicionais (controladora)

Os financiamentos condicionais, no montante de R\$174.554 (R\$151.667 em 2006), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizada sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se integrais, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$52.778 (R\$60.097 em 2006).

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
Saldo em 1º de janeiro	963.328	957.091	929.921
Parcela incluída da Liquigás e incorporada à Companhia	-	-	42.455
Adições	81.971	19.023	73.854
Baixas	(117.318)	(12.788)	-
Saldo em 31 de dezembro (circulante)	1.027.961	963.328	1.003.775

8. Estoques

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
Produtos para venda			
Derivados de petróleo	1.196.598	1.155.153	1.165.694
Alcool	217.714	130.153	217.714
Materiais e suprimentos para manutenção	1.414.312	1.285.316	1.383.408
Adiantamentos a fornecedores	45.136	42.124	42.741
Total	2.973.760	2.614.746	2.809.557

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2007 e de R\$210.402 (R\$146.037 em 2006).

9. Impostos e Contribuições Sociais**a) Impostos a recuperar - Ativo circulante**

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
ICMS	326.447	376.616	291.308
IR	17.399	18.110	18.478
PASEP	22.613	10.306	21.532
COFINS	76.008	61.132	71.019
IR a recuperar	6.587	2.213	2.811
CSLL a recuperar	3.871	734	1.703
IR Diferido	123.346	96.438	109.834
CSLL Diferida	44.130	34.592	39.540
ICMS Diferido	13.375	10.619	13.375
Outros	20.804	6.524	5.489
Total	653.990	626.364	672.887

a.1) Impostos a recuperar - Ativo não circulante

Consolidado		Controladora	
2007	2006	2007	2006
ICMS	1.018	1.018	-
ICMS Diferido	39.083	41.105	39.083
IR Diferido	158.449	142.770	129.027
CSLL Diferida	58.354	52.101	46.450
Outros	8.980	806	-
Total	265.884	247.602	214.560

(continua)

BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema PetrobrasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

b) Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social apurados, conforme alíquotas nominais, e o valor dos custos tributos registrados nas demonstrações do resultado estão apresentados a seguir:

	Consolidado	
	2007	2006
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados e administradores	1.281.257	928.112
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(469.627)	(332.558)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(78.493)	(51.037)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	666	1.327
• Incentivos fiscais	7.682	(2.262)
• Outros itens	(1.514)	(23.557)
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(542.086)	(408.087)
IR e CSLL Correntes	(594.256)	(379.343)
IR e CSLL Diferidos	52.170	(28.744)
Controladora		
	2007	2006
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados e administradores	1.342.315	925.886
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(456.387)	(314.801)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
• Adições/exclusões permanentes, líquidas	(78.482)	(66.877)
• Resultado de equivalência patrimonial no país	26.866	20.462
• Incentivos fiscais	6.616	(2.262)
• Outros itens	24	7.617
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(501.323)	(355.661)
IR e CSLL Correntes	(563.034)	(350.894)
IR e CSLL Diferidos	61.711	(4.967)

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir:

c.1) Ativos fiscais diferidos

	2007		
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para realização
Prejuízos fiscais	10.182	-	Apuração de lucros futuros tributáveis
Absorção de financiamentos condicionais	67.021	67.021	Término dos contratos de financiamentos
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	35.604	27.721	Recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pelo ajustamento das ações de cobrança e créditos vencidos
Provisão para contingências	70.038	67.862	Julgamento das causas (ações judiciais cuja perda é considerada provável)
Obrigação PETROS - futuros inativos	32.910	32.910	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da petrocinadora a PETROS
Amortização de ágio na aquisição de participação em controlada	79.510	79.510	Realização do investimento
Provisão para participação nos lucros	21.097	20.910	Pagamento efetivo
Outros	67.817	28.917	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	384.179	324.851	
No ativo circulante	167.376	149.374	
No ativo não circulante	216.803	175.477	

c.2) Passivos fiscais diferidos

	2007		
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para liquidação
Lucro diferido nas vendas a entidades governamentais	13.521	13.521	Liquidação financeira da venda
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional - Série P	155	155	Alienação
Lucro diferido nas vendas de Imobilizado de Longo Prazo - em parcelas	947	-	Recebimentos das parcelas
Imposto de renda e contribuição social diferidos	14.623	13.676	
No passivo circulante	13.803	13.521	
No passivo não circulante	820	155	

c.3) Expectativa de realização

	2007			
	Consolidado		Controladora	
	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos	Imposto de renda e CSLL diferidos ativos	Imposto de renda e CSLL diferidos passivos
Período				
2008	167.376	13.803	149.374	13.521
2009	27.319	242	21.833	-
2010	28.201	242	21.833	-
2011	31.778	181	21.833	-
2012	12.270	-	5.078	-
2013	7.605	155	5.078	155
2014	89.440	-	84.586	-
2015 a 2017	20.190	-	15.234	-
Total	384.179	14.623	324.851	13.676

Em atendimento à Deliberação CVM nº 273/98 e à Instrução CVM nº 371/02, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos apurados sobre diferenças temporárias, no valor de R\$304.861, classificados no ativo circulante (R\$149.374) e no ativo não circulante (R\$155.477), bem como os passivos fiscais diferidos no total de R\$13.676, classificados no passivo circulante (R\$13.521) e no passivo não circulante (R\$155).

A Líquida Distribuidora S.A., controlada da Companhia, apresentava, em 31 de dezembro de 2007, prejuízos fiscais do imposto de renda e bases negativas da contribuição social acumulados nos montantes de R\$30.819 e R\$27.519, respectivamente, os quais poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros até o limite de 30% sobre o lucro anual, com base na Lei nº 9.249/95.

10. Transações com Empresas do Sistema Petrobras (Consolidado)

a) Ativo

	2007				
	Ativo circulante		Ativo não circulante		Total Contas a Receber - Partes Relacionadas
	Contas a receber, principalmente por vendas	Contas a receber por operações de mútuo (1)	Outras operações	Total do ativo não circulante	
Petrobras (1)	165.691	1.522.148	-	1.522.148	1.687.839
REFAP	179	-	-	-	179
Outras	46.296	-	7.396	7.396	53.692
Total	212.166	1.522.148	7.396	1.529.544	1.741.710
	2006				
	Ativo circulante	Ativo não circulante			Total Contas a Receber - Partes Relacionadas
	Contas a receber, principalmente por vendas	Contas a receber por operações de mútuo (1)	Outras operações	Total do ativo não circulante	
Petrobras (1)	160.614	1.296.644	-	1.296.644	1.457.258
REFAP	242	-	-	-	242
Outras	20.073	-	40.978	40.978	61.051
Total	180.929	1.296.644	40.978	1.337.622	1.518.551

(1) As operações com a Controladora referem-se às movimentações financeiras pactuadas com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, destinadas, principalmente, à liquidação de operações de compra e venda de produtos, que são atualizadas monetariamente, principalmente com base na variação do CDI. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia tem valores a receber da Controladora no montante de R\$1.522.148 (R\$1.296.644 em 2006).

b) Passivo

	2007			
	Passivo circulante			
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Total do passivo circulante
Petrobras	1.489.827	319.258	97.394	1.906.479
REFAP	89.259	-	-	89.259
Outras	21.181	-	-	21.181
Total	1.600.267	319.258	97.394	2.016.919
	2006			
	Passivo circulante			
	Fornecedores, principalmente por compras de derivados de petróleo	Dividendos propostos	Contas a pagar por operações de mútuo	Total do passivo circulante
Petrobras	895.934	281.592	110.289	1.387.815
REFAP	68.663	-	-	68.663
Outras	18.195	-	-	18.195
Total	1.062.792	281.592	110.289	1.474.673
	2007			
	Passivo não circulante			Total do passivo não circulante
	Contas a pagar por operações de mútuo	Outras operações		
Petrobras	37.046	-	37.046	
Outras	-	1.132	1.132	
Total	37.046	1.132	38.178	
	2006			
	Passivo não circulante			Total do passivo não circulante
	Contas a pagar por operações de mútuo	Outras operações		
Petrobras	41.227	-	41.227	
Outras	-	7.658	7.658	
Total	41.227	7.658	48.885	

c) Resultado

	2007		
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas financeiras e cambiais líquidas	
Petrobras	692.707	108.007	
REFAP	1.045	-	
Outras	49.927	5.101	
Total	743.679	113.108	
	2006		
	Receitas operacionais líquidas, principalmente por vendas	Receitas (despesas) financeiras e cambiais líquidas	
Petrobras	592.657	16.660	
REFAP	1.254	-	
Brasil Oil Service	-	27.684	
Outras	29.668	(35.819)	
Total	623.579	8.725	

As transações com as empresas do Sistema Petrobras foram pactuadas em condições usuais de mercado para transações semelhantes.

11. Depósitos Judiciais

	Consolidado				
	2007		2006		
Cível	22.528	64.466	20.568	59.935	
Trabalhista	18.979	41.160	12.799	35.547	
Tributária	159.534	171.948	151.079	165.424	
Ambiental	901	901	901	901	
Outras	3.788	356	-	-	
Totais (*)	205.729	278.631	185.347	261.807	

(*) Apresentado pelo valor líquido dos depósitos judiciais reclassificados para provisão para contingências em conformidade com o que estabelece a Deliberação CVM 489/05.

(continua)

Continuação

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Ministério de
Minas e Energia



CNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

12. Investimentos

a) Composição dos investimentos permanentes

	Consolidado		Controladora	
	2007	2006	2007	2006
Participações societárias consolidadas				
Controladas				
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	418.054	413.023
Valor do patrimônio líquido	-	-	590.502	590.502
Agio pago na aquisição	-	-	(86.821)	(86.821)
(-) Parcela transferida para o imobilizado	-	-	-	-
(-) Amortização acumulada do agio pago	(30.216)	(32.958)	(231.744)	(180.995)
	147.380	164.636	689.991	755.708
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	-	-	-	81
	147.380	164.636	689.991	755.789
Controladas em conjunto				
Brasil PCH S.A.	-	-	61.186	62.890
Valor do patrimônio líquido	-	-	12.047	12.047
Agio pago na aquisição	-	-	(2.197)	(2.197)
(-) Amortização acumulada do agio pago	9.940	11.143	71.126	74.033
	-	-	33.778	43.280
Breiten Energia S.A.	-	-	-	-
Brasympe Energia S.A.	-	-	14.828	15.512
Valor do patrimônio líquido	-	-	1.292	-
Agio pago na aquisição da Termocabo	-	-	-	-
	-	-	-	-
Breiten Energia S.A.	-	-	-	-
Companhia Energética Mansueta S.A.	-	-	8.008	392
	-	-	-	-
	11.142	11.143	133.879	133.217
	158.522	175.779	823.870	889.006
Participações societárias não consolidadas				
Coligadas da Companhia				
TEP - Termétrica Potiguar S.A.	102	102	102	102
Brasil Supply S.A.	400	400	400	400
CDGN - Companhia Distribuidora de Gás Natural	250	100	250	100
AREMBEPE	8.975	-	8.975	-
Energética Camapari Muricy I	13.568	-	13.568	-
	23.295	502	23.295	502
Coligadas da Liquigás Distribuidora S.A.				
Utinga Armazenadora S.A.	17.990	16.305	-	-
Betings Armazenadora S.A.	1.507	-	-	-
Metaplus	33	72	-	-
	19.530	16.377	-	-
	42.825	16.979	23.295	502
Outros investimentos				
Incentivos fiscais (1)	79.996	82.353	71.152	73.509
Provisão para perdas-FINAM/ FINOR	(70.948)	(48.577)	(62.968)	(40.617)
Outros investimentos	4.520	4.248	4.248	4.248
	13.568	38.024	12.412	37.140
	214.925	230.782	899.577	925.748

(1) Representam, principalmente, recursos aplicados em projetos audiovisuais, que são amortizados no período de comercialização da obra.

b) Informações sobre controladas e controladas em conjunto

	2007			2006		
	Capital subscreto e integralizado	Patrimônio líquido ajustado (passivo a descoberto)	Lucro (prejuízo) do exercício	Capital subscreto e integralizado	Patrimônio líquido ajustado do exercício	Lucro (prejuízo) do exercício
Liquigás Distribuidora S.A.	295.142	418.054	62.033	295.142	413.023	93.832
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)	47	(1.590)	(1.671)	47	82	34
Breiten Energia S.A. (1)	180.000	112.587	(31.677)	180.000	144.264	(42.617)
Brasympe Energia S.A. (1)	26.000	74.142	(3.416)	26.000	77.559	(10.879)
Brasil PCH S.A. (1)	109.032	144.548	1.168	109.032	148.576	762
Companhia Energética Mansueta S.A. (1)	32.000	30.021	(7.960)	32.000	960	(4.020)
Breiten Energia S.A. (2)	15.565	19.565	-	15.565	-	-

(1) Os resultados das controladas em conjunto são proporcionais à participação da Companhia no capital social das investidas.

(2) A empresa passou a ser avaliada por equivalência patrimonial e foi incluída no processo de consolidação no exercício de 2007.

c) Mutação dos investimentos e do agio - Controladora

	2007							2006	
	Brasil							Total	
No início do exercício	755.708	43.280	15.512	74.033	392	81	-	889.006	906.731
Aumento de capital	-	-	-	-	10.800	-	6.141	16.941	-
Agio	-	-	-	-	-	-	-	-	12.047
Amortização do agio	(70.748)	-	-	(1.203)	-	-	-	(71.951)	(117.623)
Parcela do agio transferida para o imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	-	(86.821)
Resultado de equivalência	92.033	(9.504)	(584)	496	(3.184)	(81)	-	79.076	60.182
Aquisição e aporte de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	218.458
Dividendos	(87.602)	-	-	-	-	-	-	(87.602)	(103.723)
Perdas em investimentos	-	-	-	(2.209)	-	-	-	(2.209)	(245)
No fim do exercício	669.991	33.778	14.828	71.126	9.008	-	6.141	823.870	980.006

d) Liquigás Distribuidora S.A.

A Liquigás Distribuidora S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, 100% controlada pela Companhia, e que tem por objeto, observados os preceitos legais, a manipulação, e estocagem, o engarrafamento, o transporte, a distribuição e o comércio da subprodutos da refinação de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP.

d.1) Agio pago na aquisição da Liquigás

	2007			2006		
	Agio por expectativa de resultados futuros	Agio por mais valia	Total	Agio por expectativa de resultados futuros	Agio por mais valia	Total
Agio pago na aquisição	197.604	292.898	590.502	197.604	392.898	590.502
Parcela do agio transferida para o imobilizado	-	(86.821)	(86.821)	-	(86.821)	(86.821)
Amortização do agio	(50.216)	(181.539)	(231.755)	(32.958)	(126.028)	(158.986)
Agio a amortizar	147.380	104.538	251.918	164.636	179.049	343.685

O agio decorrente da diferença entre o valor de mercado das ações do ativo da controlada e o respectivo valor contábil, no montante líquido de R\$124.547, está sendo amortizado na proporção da realização daqueles ativos na Liquigás Distribuidora S.A. O agio por expectativa de lucros futuros, no valor líquido de R\$147.380, vem sendo amortizado no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes, não excedendo o limite de 10 anos.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, e de acordo com o artigo 26 da Instrução CVM nº 247/98, o agio decorrente da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de ativos e passivos deve ser adicionado ao saldo da conta utilizada pela controlada para registro do respectivo ativo. Desta forma, para a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, a parcela do agio a amortizar relativa a mais valia de ativos, líquida de amortização correspondente (R\$124.547), foi reclassificada para o ativo imobilizado.

O agio amortizado no exercício foi reclassificado para os grupos de despesas com vendas, gerais e administrativas e para o resultado não operacional.

d.2) Cláusula Parcial da Liquigás

As Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Companhia e da Liquigás, realizadas em 27 de outubro de 2006, aprovaram a cláusula parcial da Liquigás e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio à Companhia.

Esta operação teve por objetivo concentrar a atividade da distribuição de GLP na Liquigás e a de distribuição dos demais combustíveis na Companhia. Desta forma, os valores demonstrados a seguir foram cindidos do patrimônio da Liquigás e incorporados ao da Companhia:

Ativo		Passivo	
Circulante	147.502	Circulante	353.206
Não circulante	205.767	Multas com a Petrobras	336.435
Realizável a longo prazo	15.074	Outros passivos circulantes	16.771
Imobilizado e Intangível	75.190	Não circulante	54
Diferido	115.503	Patrimônio líquido	8
Total do ativo	353.269	Total do passivo	353.206

e) Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)

O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII, administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, foi constituído em 4 de setembro de 2006 com o objetivo de adquirir, por meio de uma promessa de compra e venda, 16 imóveis de propriedade da Companhia. Esses imóveis são representados por terminais, bases e postos de abastecimento.

Pela alienação dos imóveis do FII em 2006, cujo valor contábil era de R\$51.099, a Companhia recebeu R\$73.655 correspondentes ao produto da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). O ganho de capital de R\$22.556 foi reconhecido no resultado não operacional daquele exercício.

A obrigação do FII, decorrente da aquisição dos imóveis da Companhia, no montante atualizado de R\$68.162, está registrada em outros passivos não circulantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

f) Participações em controladas em conjunto

1.1) Breiten Energia S.A.
A Breiten, por meio dos contratos para suprimento de energia elétrica celebrados com a Mansueta Energia S.A., na modalidade de potência contratada e de energia fornecida, transfere suas atividades de Maracanã - CE para Mansueta - AM, onde opera, a partir de 2006, através das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Breiten Tambau S.A. e Breiten Jaraqui S.A., controladas integralmente pela Breiten.

A Breiten Jaraqui e a Breiten Tambau geram, juntas, 120 MW. O início das operações da Breiten Tambau e da Breiten Jaraqui ocorreu em 12 de janeiro e 5 de abril de 2006, respectivamente.

1.2) Brasympe Energia S.A.
A Brasympe tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Este incentivo, que tem prazo de 10 anos a partir de 2003, não pode ser distribuído aos sócios e deve constituir reserva de capital específica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

As receitas da Brasympe advêm exclusivamente de contrato de fornecimento de energia emergencial firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (CBEE), cujo vencimento ocorreu em 31 de dezembro de 2005. Em maio de 2007, com o objetivo de garantir a continuidade operacional da empresa, a Brasympe adquiriu 60% das ações ordinárias da Termocabo S.A., no valor total de R\$ 29.100.

A Termocabo S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, iniciou suas operações em julho de 2002 e tem sua usina termelétrica, com capacidade instalada de 48,5 MW, localizada no Município do Cabo do Santo Agostinho, Estado de Pernambuco.

1.3) Brasil PCH S.A.

A Brasil PCH é uma holding, sociedade anônima de capital fechado, e iniciou suas operações em abril de 2006, quando passou a ter participação na PCH Participações S.A., que, por sua vez, na mesma data passou a controlar individualmente as usinas PCHs Casteiro Hidroelétricas (PCHs), constituídas sob a forma de Sociedades de Propósito Específico (SPEs), que se encontram em fase pré-operacional.

Estas PCHs foram criadas com o objetivo de implantar e explorar o potencial hidráulico de empreendimentos selecionados em meados de 2004. A contratação de energia gerada será feita pelo Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), criado pelo Ministério de Minas e Energia, que determina que a ELETROBRÁS seja o agente representante das PCHs na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, o responsável pela contratação de toda energia gerada, obrigando a celebração de contratos de compra e venda de energia, pelo prazo de 20 anos a contar das datas do início das operações das PCHs, previstas para ocorrerem ao longo de 2006.

A Brasil PCH já investiu o montante de R\$ 905 milhões na construção das treze (13) PCHs (em 2006 R\$ 309 milhões e 2007 R\$ 626 milhões).

1.4) Companhia Energética Mansueta S.A.

A Companhia Energética Mansueta S.A. foi constituída em 8 de novembro de 2005 como sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a produção de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Companhia Mansueta Energia S.A., tendo entrado em operação em 22 de setembro de 2006.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 24 de abril de 2007, a Administração da Companhia autorizou a subscrição de 10.800.000 ações, totalizando 12.800.000 ações ordinárias nominativas, no valor

BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema PetrobrasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

de R\$1,00 cada uma, integralizadas através da conversão de créditos referentes a contratos de múltos firmados entre a Companhia e a Manausara. A participação da Companhia neste empreendimento é de 40%, e as 60% remanescentes pertencem à Termelétrica Potiguar S.A. (TEP), coligada da Companhia.

1.5) Brentech Energia S.A.

A Brentech Energia S.A. é uma companhia de capital fechado constituída em 10 de fevereiro de 2006, atualmente em fase pré-operacional, e tem por objeto específico a implantação da UTE Goiânia II, termelétrica de 140 MW, para a geração e comercialização de energia elétrica, em todo o território nacional, na forma de produtor independente de energia. A Brentech Energia tem prazo de duração até 1º de janeiro de 2024, findo o qual será liquidada.

Em 20 de março de 2007 a ANEEL concedeu autorização para reestruturação acionária da Brentech, com a saída da Banco Energia Ltda. do quadro societário e a consequente transferência do controle acionário para a Genrent do Brasil Ltda., com 70% de participação no capital social, ficando a Companhia com os 30% restantes.

g) Outras participações societárias**g.1) Leilões de energia**

Em 29 de junho de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou licitação, na modalidade leilão, objetivando a contratação de capacidade de energia para o Sistema Interligação Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por um período de 15 anos, a partir de 2009, com retorno potencial de aproximadamente R\$120 milhões.

Neste leilão de energia nova, a Companhia ganhou contratos de fornecimento de energia de 695 MW, através de seus empreendimentos Camaçari Muricy I, Camaçari Muricy II, Pólo de Apolo I, Pacem II, TEP I e TEP III. A coligada TEP - Termelétrica Potiguar S.A. obteve o direito de exploração, no mesmo leilão, dos empreendimentos Potiguar I e Potiguar III.

Em 2007, foram implementados os empreendimentos Camaçari Muricy I e Pólo de Apolo I, através da construção, em janeiro de 2007, de sociedades de capital fechado, com prazo de duração até 1º de janeiro de 2024, denominadas Energética Camaçari Muricy I S.A. e Arembepe Energia S.A., respectivamente. Atualmente, estas sociedades estão em fase pré-operacional.

*** Energética Camaçari Muricy I S.A.**

A Energética Camaçari Muricy I tem por objeto específico a implantação da UTE Camaçari Muricy I, termelétrica de 148 MW para geração e comercialização de energia elétrica, em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia. A participação da Companhia neste empreendimento é de 50%.

*** Arembepe Energia S.A.**

A Arembepe Energia S.A. tem por objeto específico a implantação da UTE Camaçari Pólo de Apolo I, termelétrica de 148 MW para geração e comercialização de energia elétrica, em todo território nacional, na forma de produtor independente de energia. A participação da Companhia neste empreendimento é de 30%.

Os demais empreendimentos decorrentes do Leilão realizado em 2006, encontram-se em fase de implementação.

Em 18 de outubro de 2007, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou licitação, na modalidade leilão, objetivando a contratação de capacidade de energia para o Sistema Interligação Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por um período de 15 anos, a partir de 2012, com retorno total potencial de aproximadamente R\$ 301 milhões.

Neste leilão de energia nova, a Companhia ganhou contrato de fornecimento de energia de 350 MW, através de seu empreendimento Suape II.

h) Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo do Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Finda a concessão, o contrato prevê indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizados objetivando determinar o valor da referida indenização.

A concessão prevê a distribuição para os usuários dos segmentos industrial, residencial, comercial e veicular. A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás distribuído, estas sujeitas a reajustes e revisões na forma do contrato.

Até o final de 2007, os investimentos totais realizados durante a concessão são da ordem de R\$48,4 milhões. A rede de distribuição é de aproximadamente 118 km, atendendo 8.179 consumidores, abrangendo todos os segmentos.

i) Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais relativos ao Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) encontram-se registrados por seu valor original descontado de provisão integral para perdas.

13. Imobilizado**a) Por área de negócio**

	2007		2006	
	Custo	Depreciação e amortização do ativo acumuladas	Líquido	Líquido
Gás e Energia	593.168	(57.862)	535.306	278.082
Distribuição (1)	4.781.849	(1.898.499)	2.783.350	2.598.722
Total	5.375.017	(2.046.361)	3.328.656	2.876.804

	2007		2006	
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Gás e Energia	47.634	(8.433)	39.201	32.969
Distribuição	3.663.596	(1.344.753)	2.318.843	2.177.252
Total	3.711.230	(1.353.186)	2.378.044	2.210.221

b) Por tipo de ativos

	2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Custo	Depreciação e amortização do ativo acumuladas	Líquido (1)
Edificações e benfeitorias	25	1.289.295	(362.178)	927.117
Equipamentos e outros bens	5 a 10	3.020.775	(1.648.783)	1.371.992
Terrenos		332.195	(35.420)	296.775
Materiais		878	-	878
Adiantamentos a fornecedores		89.183	-	89.183
Projetos de expansão		672.791	-	672.791
Total		5.375.017	(2.046.361)	3.328.656

	2007		2006	
	Tempo de vida útil estimado (em anos)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Edificações e benfeitorias	25	1.062.638	(273.920)	788.718
Equipamentos e outros bens	5 a 10	2.085.125	(1.079.266)	1.005.859
Terrenos		217.652	-	217.652
Projetos de expansão		345.784	-	345.784
Total		3.711.200	(1.353.186)	2.378.014

(1) Inclui a parcela do ativo ainda não amortizado referente à aquisição da controlada Ligação Distribuidora S.A., atribuída à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do ativo imobilizado, no montante de R\$124.547, líquido de amortização.

14. Intangível**a) Por área de negócio**

	2007		2006	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e Energia	597	(212)	385	202
Distribuição	206.626	(98.319)	108.307	107.045
Total	207.223	(98.531)	108.692	107.247

	2007		2006	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Gás e Energia	278	(118)	160	-
Distribuição	128.111	(50.407)	77.704	67.338
Total	128.389	(50.525)	77.864	67.338

b) Por tipo de ativos

	2007		2006	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	203.625	(97.875)	105.750	104.190
Direitos e concessões	3.598	(656)	2.942	3.057
Total	207.223	(98.531)	108.692	107.247

	2007		2006	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software	126.290	(50.189)	76.101	65.506
Direitos e concessões	2.099	(336)	1.763	1.830
Total	128.389	(50.525)	77.864	67.338

15. Diferido

	2007		2006	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na incorporação de controladas:				
SP1 Holding	10,25%	184.378	(173.308)	11.068
Companhia São Paulo de Petróleo	12,73%	30.601	(28.330)	2.271
IPê Distribuidora de Petróleo S.A.	10,00%	8.654	(5.625)	3.029
ELEC S.A.	10,00%	53.664	(36.670)	16.994
LESH S.A.	12,72%	105.241	(76.219)	29.022
Total		382.538	(320.152)	62.386

Gastos pré-operacionais

Total Controladora

Gastos pré-operacionais

Brentech Energética S.A.

Companhia Energética Manausara

Brasil PCH S.A.

Brentech Energia S.A.

Total Consolidado

O ágio na aquisição de controladas representa os ágios pagos pela Ligação Distribuidora S.A. nas aquisições

de empresas incorporadas, os quais foram incorporados ao ativo da Companhia, em decorrência da cisão

parcial da Ligação, realizada em 2006.

16. Empréstimos e Financiamentos

	2007		2006	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	13.928	104.490	290.194	145.413
Banco do Brasil	-	512.020	-	-
Unibanco	80.912	-	-	-
Outros	71.890	153.291	179.854	47.442
Total	166.730	769.801	470.048	192.855

	2007		2006	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
No País				
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	9.546	104.490	-	-
Banco do Brasil	-	512.020	-	8.645
Unibanco	80.912	-	-	-
Total	90.458	616.510	-	8.645

a) Vencimento do principal dos financiamentos não circulantes

	2007		2006	
	Período	Consolidado	Controladora	
2008		36.274	-	
2009		24.183	-	
2010		24.183	-	
2011		30.996	-	
2012 em diante		354.412	-	
Total		470.048	-	

b) Taxas de juros dos financiamentos não circulantes

	2007		2006	
	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora
No País				
Até 6% a.a.	-	184.210	-	-
De 10% até 12% a.a.	290.194	8.645	-	8.645
Acima de 12% a.a.	179.854	-	-	-
Total	470.048	192.855	-	8.645

17. Contingências

a) Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza civil, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões

para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

(Continua)

BR

PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema PetrobrasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

	2007	2006	2007	2006
Causas trabalhistas (1)	59.727	55.117	50.517	52.092
Causas fiscais (1)	87.906	29.872	54.512	1.956
Causas cíveis (1)	57.004	33.191	54.236	31.419
Causas ambientais	72	97	2	27
Total	204.709	118.277	159.267	85.494

Provisão para contingências - circulante (2)
Provisão para contingências - não circulante
(1) Liquido de Depósitos Judiciais de acordo com a Deliberação CVM nº 489/05.
(2) Parcela registrada em outros passivos circulantes.
b) Processos judiciais não provisionados - Controladora
Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e estimaram as perdas possíveis em R\$1.227.560 (R\$1.398.692 em 2006).

18. Benefícios Concedidos a Empregados

a) Plano de Pensão - Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros)

a.1) Plano Petros

A Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, constituída pela Petrobras, instituiu o Plano Petros em julho de 1970, do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma complementação do benefício concedido pela Previdência Social. O Plano Petros está fechado aos empregados do sistema Petrobras, admitidos a partir de setembro de 2002.

Em 31 de dezembro de 2007, o Plano Petros está representado pelas seguintes patrocinadoras no âmbito do Sistema Petrobras: Petrobras, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Química S.A. (Petroquímica) e a Alberto Pasqualini - Relap S.A.

A avaliação do plano de custeio da Petros é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização, para a maioria dos benefícios e, atualmente, essa Fundação recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras que compõem o Plano Petros equivalentes a 12,93% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano e contribuições dos empregados e aposentados. A relação das contribuições entre patrocinadoras e participantes do Plano Petros, considerando apenas aquelas atribuíveis à Petrobras e suas subsidiárias, em 31 de dezembro de 2007 foi de 1,00.

Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, conforme estabelecido pela Emenda Constitucional nº 20 de 1998, o seu equacionamento deverá ocorrer via ajuste nas contribuições nacionais, devendo tal custo ser rateado proporcionalmente entre patrocinadoras e participantes.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados no balanço da Companhia, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada. Esse método considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecido durante o seu período laborativo.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais (hipóteses biométricas e econômicas), entre outras estimativas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do compromisso atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A Diretoria Executiva da Petrobras apresentou aos participantes empregados e assistidos, proposta que visa propiciar uma situação de equilíbrio para o atual Plano Petros. Dentro das diversas condicionantes para sua viabilização e elevação, está a repactuação do Regulamento do Plano Petros, no que se refere à forma de reajustes dos benefícios de aposentadorias e pensões (Desvinculação do INSS e indexação pelo IPCA).

Em contrapartida à aceitação da repactuação, o incentivo financeiro pago pela Companhia aos participantes, aposentados e pensionistas totalizou, até 31 de dezembro de 2007, R\$65.380.

Em 12 de setembro de 2007, a Petrobras e subsidiárias patrocinadoras do Plano Petros, entidades sindicais e a Petrobras assinaram Termo de Transação, que irá cobrir obrigações com planos de pensão no montante de R\$ 766.152, que serão pagos em parcelas pelos próximos 20 anos, conforme previamente estabelecido no processo de repactuação. O processo de Acordo de Obrigações Recíprocas ainda se encontra no ajuizamento de homologação judicial, que após o cumprimento desta etapa, as patrocinadoras assinarão os Termos de Compromisso Financeiro para tal quitação, sendo o montante e demais itens dos Termos atualizados, retroativamente a 31/12/2006, pelo IPCA + 6% a.a.

Em 31 de dezembro de 2007, foram reconhecidos contabilmente pela Companhia R\$29.527 diretamente no resultado como custo do serviço passado, decorrentes da redução do limite de idade de aposentadoria de 55 anos para 53 anos para os participantes que ingressaram no Plano Petros entre 24 de janeiro de 1978 e 28 de novembro de 1979, da alteração no cálculo do benefício de pensão por morte e da alteração na forma de reajuste dos benefícios, retroativo a setembro de 2006, para aposentados e pensionistas que respeitaram:

a.2) Plano Petros 2

Em 22 de junho de 2007, a Secretaria de Previdência Complementar aprovou a implementação do novo plano de previdência complementar, denominado Plano Petros 2. A partir de 1º de julho de 2007, a Companhia implementou o novo plano de previdência privada Petros 2 para os empregados sem previdência complementar.

Esse plano foi concebido na modalidade de Contribuição Variável (CV) ou misto, com a capitalização de recursos através de contas individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo da conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidez e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular, além da garantia de um benefício mínimo, ou pelo regime de recebimento em quotas por prazo indeterminado.

A Petrobras e as demais patrocinadoras assumiram o serviço passado das contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiveram sem plano, a partir de agosto de 2002, ou da admissão posterior, até o dia 29 de agosto de 2007, prazo final de inscrição no plano. O plano continuará aberto para inscrições após essa data, mas não haverá mais o pagamento do serviço passado.

Os desembolsos relacionados ao custo do serviço passado serão realizados ao longo do tempo durante o mesmo número de meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadoras.

Os impactos da implementação desse novo plano foram avaliados por atuários independentes e reconhecidos contabilmente. Durante o exercício de 2007 foram reconhecidas despesas relacionadas a este novo plano de benefícios no montante de R\$3.716.

b) Plano de Saúde

b.1) Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Petrobras e suas subsidiárias, Petrobras Distribuidora S.A. (BR), Petrobras Química S.A. (Petroquímica), e a Alberto Pasqualini - Relap S.A., mantêm um plano de assistência médica (AMS), com benefícios definidos, que cobre todos os empregados das empresas no Brasil (ativos e inativos) e dependentes. O plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmacêutico que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional.

O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para os compromissos com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

b.2) Liquigás Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquigás Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados administrado pela própria Companhia é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será alocado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho resultante das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP. Conforme procedimento estabelecido na Deliberação CVM nº 371/00, em 31 de dezembro de 2007 a Liquigás Distribuidora S.A. tem uma provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$42.613 (R\$39.154 em 31 de dezembro de 2006).

c) O saldo das provisões dos gastos com benefícios pós-emprego, calculados por atuários independentes, apresenta a seguinte movimentação:

		Controladores				
		2007		2006		
		Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Assistência Médica Supletiva
Variação das obrigações de benefícios						
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício						
		1.706.375	-	659.862	1.533.871	659.650
Custo dos juros		180.371	436	70.075	169.222	73.545
Custo do serviço corrente		29.317	1.973	13.783	29.758	14.095
Benefícios pagos		(64.865)	-	(18.332)	(60.624)	(17.462)
(Ganho) / Perda atuarial sobre a obrigação atuarial		113.060	(1.025)	(57.876)	34.148	(81.193)
Alterações de Plano		9.323	-	-	-	-
Implementação de Plano		-	8.111	-	-	-
Outros		-	-	-	-	11.407
Valor presente da obrigação atuarial no fim do exercício						
		1.973.581	9.495	666.712	1.706.375	659.862
Variação dos ativos do plano						
Ativo do plano no início do exercício						
		1.234.289	-	-	1.072.711	-
Rendimento esperado dos ativos do plano		134.633	171	-	-	120.699
Contribuições recebidas pelo fundo		32.307	3.360	-	-	30.063
Benefícios pagos		(64.865)	-	-	-	(60.624)
Ganho atuarial sobre os ativos do plano		206.871	(122)	-	-	71.440
Valor justo dos ativos do plano no fim do exercício						
		1.545.035	3.429	-	1.234.289	-

Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis		Definido	Variável	Supletiva	Definido	Supletiva
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos						
(Ganhos) / Perdas atuariais não reconhecidas	428.546	5.066	666.712	472.086	659.862	
Custo do serviço passado não reconhecido	(117.040)	993	(53.900)	(249.928)	(115.896)	
Passivo atuarial líquido	(5.881)	(8.289)	(2.985)	-	(11.407)	
Passivo circulante	205.615	790	609.827	223.158	532.589	
Passivo não circulante	26.784	790	19.243	14.540	-	
Saldo em 1º de janeiro	278.861	-	590.584	208.618	532.589	
Saldo em 31 de dezembro	223.158	-	532.589	157.418	451.351	
(+) Incorporação dos empregados de subsidiárias						
	-	-	-	-	-	
(+) Custos incorridos no período	98.544	3.099	96.570	80.885	98.880	
- Pagamento de contribuições	(16.057)	(2.308)	(19.332)	(15.145)	(17.642)	
Saldo em 31 de dezembro	205.615	790	609.827	223.158	532.589	

d) A despesa líquida com os planos de benefícios de pensão e aposentadorias concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, e de saúde para o exercício de 2007 e 2006, de acordo com cálculos atuariais realizados por atuários independentes, inclui os seguintes componentes:

	Controladora				
	2007			2008	
	Plano de Pensão Benefício Definido	Plano de Pensão Contribuição Variável	Assistência Médica Supletiva	Plano de Pensão Benefício Definido	Assistência Médica Supletiva
Custo do serviço corrente	29.317	1.973	13.783	29.758	14.095
Custo dos juros	180.371	436	70.075	169.222	73.545
Rendimento estimado dos ativos do plano	(134.633)	(171)	-	(120.699)	-
Amortização de (ganhos) / perdas atuariais não reconhecidas	5.064	-	4.290	14.028	11.240
Contribuições de participantes	(11.122)	(981)	-	(11.424)	-
Custo do serviço passado não reconhecido	29.527	1.842	8.422	-	-
Outros	4.893	617	-	10.967	-
Custo líquido no exercício	103.437	3.716	96.570	91.852	98.880

A atualização das provisões foi registrada no resultado do exercício, conforme discriminado:

	Controladora				
	2007			2006	
	Plano de			Plano de	
	Plano de	Contribuição	Assistência	Plano de	Assistência
	Benefício	Variação	Médica	Benefício	Médica
	Definido	Supletiva	Supletiva	Definido	Supletiva
Relativa a empregados ativos:					
Absorvida no custo das atividades operacionais	2.848	115	1.976	3.087	2.336
Diretamente no resultado	40.772	3.601	38.145	47.028	38.660
Relativa aos inativos	58.817	-	58.449	41.737	57.884
	102.437	3.716	96.570	91.852	98.880

e) As premissas de evolução de custos com assistência médica têm impacto significativo nos saldos dos valores provisionados e respectivos custos reconhecidos. Uma variação de 1% nessas premissas teria o seguinte impacto nos valores apresentados:

(continua)

(Continuação)

BR PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema PetrobrasNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2006
(Em milhares de reais)

	Controladora	
	1% de Acréscimo	1% de Redução
Passivo atuarial	114.983	92.537
Custo do serviço e juros	15.262	12.109

(f) As principais premissas adotadas no cálculo atuarial foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atual
Planos de benefícios (pensão e saúde)	Benefício Definido / Contribuição Variável e Assistência Médica Supletiva
Método de avaliação atuarial	Unidade de Crédito Projetada
Tábuas de mortalidade	AT 2000*
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV
Tábuas de mortalidade de inválidos	AT 49*
Rotatividade Plano de Pensão	0% a.a.
Rotatividade AMS	% médio anual de desligamento - 0,597% a.a.**
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 6,0% a.a. + inflação; 4,0% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 6,32% a.a. + inflação; 4,0% a.a.
Crescimento salarial	2,40% a.a. + inflação; 4,0% a.a.***

(*) Separada por sexo (masculino e feminino).

(**) Varia de acordo com a idade e tempo de serviço.

(***) Até 47 anos. Após esta idade, apenas a inflação.

g) Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros e resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Desse forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social e com o Ofício SEMME nº 31/2008 e Ofício MP/SE/DEST nº 604/2007, em 31 de dezembro de 2007 a Companhia provisionou o valor de R\$61.500 (R\$69.806 em 2006) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 1095, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE. Esses valores estão classificados em outros passivos circulantes. No Consolidado está computada a participação dos empregados da Líquidat Distribuidora S.A. no montante de R\$7.230 (R\$8.455 em 2006).

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 02 de abril de 2008, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

19. Patrimônio Líquido**a) Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2007 e de 2006, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.453.082 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconvertíveis.

b) Reserva de capital - Incentivos Fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

c) Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d) Reserva estatutária

É constituída de acordo com o artigo 48 do Estatuto Social da Companhia, mediante a apropriação do lucro líquido do exercício em valor equivalente a 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício, não podendo exceder a 5% do mesmo. Esta reserva destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

e) Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, álcool e infra-estrutura de apoio, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O pagamento de capital do exercício de 2008, aprovado pelo Conselho de Administração, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 02 de abril de 2008.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$457.274.

f) Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2007, no montante de R\$319.258, será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 02 de abril de 2008.

Segue-se o cálculo dos dividendos propostos:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	840.992	570.025
Apropriação		
Reserva legal	(42.050)	(28.501)
Lucro básico para determinação dos dividendos	798.942	541.524
Dividendos propostos, equivalentes a 40% (52% em 2006) do lucro básico - R\$7,45 por lote de mil ações (R\$6,57 por lote de mil ações em 2006)	319.258	281.592

Os dividendos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Seu valor será atualizado monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2007, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

20. Receitas (Despesas) Financeiras, Líquidas

	Consolidado	Controladora
	2007	2006
Despesas financeiras		
Fornecedores	(17)	(9.067)
Contas a pagar - Partes Relacionadas	(70.816)	(92.751)
Empréstimos e financiamentos	(30.415)	(31.703)
Outras	(41.848)	(19.451)
Total	(143.096)	(152.976)
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras	17.198	27.172
Contas a receber - Partes Relacionadas	196.032	91.728
Contas a receber - Terceiros	145.831	126.125
Financiamentos concedidos	94.131	92.478
Outras	32.447	30.277
Total	585.639	367.780
Variações monetárias e cambiais		
Variações monetárias - Partes Relacionadas	(14.029)	(18.096)
Outras variações monetárias	995	(4.277)
Variações cambiais - Partes Relacionadas	(79)	27.858
Outras variações cambiais	(23.781)	(15.285)
Variações monetárias e cambiais, líquidas	(38.694)	(10.510)
Resultado financeiro, monetário e cambial, líquido	205.659	205.223

21. Instrumentos Financeiros

As contas a receber e a pagar têm prazo compatível com as operações normais realizadas pela Companhia e seus valores equivalem aos de mercado.

Os riscos sobre os recebíveis da Companhia estão refletidos na provisão para créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber não apresentam significativa concentração por cliente, por segmento de mercado ou por região, estando os riscos de recebimento diluídos pela expressiva carteira de clientes da Companhia. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia apresenta dívidas com instituições financeiras, dentre as quais 50,7% estão compostas por compromissos de curto prazo com sua Controladora, relativos a operações financeiras e a operações de compra de produtos.

Em 2007 a Companhia contratou operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$381 milhões, abrangendo as vigências de preços de janeiro de 2007 a fevereiro de 2008. As liquidações das operações que venceram ao longo de 2007 proporcionaram um resultado positivo para a Companhia de R\$24.275.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

22. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos ativos. As instalações, equipamentos e produtos dispõem de cobertura contra incêndio, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$2.095.530. Há cobertura total para as transferências de produtos realizadas entre os estabelecimentos da Companhia, vendas e produtos adquiridos de fontes produtoras, cujo transporte é de responsabilidade da Companhia. No consolidado a importância segurada totalizou, em 31 de dezembro de 2007, R\$3.586.342 (R\$3.656.006 em 2006). As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

	Ativo	Tipo de cobertura	Importância segurada	
			Consolidado	Controladora
Instalações, equipamentos e produtos				
em estoque		Incêndio e riscos	2.749.542	2.069.530
Responsabilidade civil geral		Operações, produtos, poluição ambiental etc.	786.800	-
Outros ativos			50.000	-
Total			3.586.342	2.069.530

23. Remuneração dos Dirigentes e Empregados da Controladora (em reais)

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios e Vantagens da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus dirigentes e empregados. No exercício, a maior e a menor remunerações atribuídas a empregados ocupantes de cargos permanentes, relativas a dezembro de 2007, foram de R\$15.332,57 e R\$1.061,99 respectivamente. A remuneração média naquele mês atingiu R\$4.373,96. Com relação a dirigentes da Companhia, a maior remuneração em 2007, ainda tomando-se por base dezembro de 2007, correspondeu a R\$43.345,22.

24. Eventos Subseqüentes

A Lei nº 11.538, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007, alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Lei das Sociedades por Ações). Estas alterações entram em vigor em 01 de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que, na avaliação de nossa Administração, poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações contábeis e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

• Foi criada a rubrica "ajustes de avaliação patrimonial" no Patrimônio Líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

• As despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuíram, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional serão classificadas no Ativo Diferido.

• Os incentivos fiscais não serão mais classificados como reserva de capital, passando a fazer parte do resultado do exercício. Por determinação dos órgãos da Administração, a Assembleia Geral poderá destinar a parcela do lucro correspondente a estes incentivos para a formação da Reserva de Incentivos Fiscais, criada como parte das reservas de lucros e podendo ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

• Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:

- Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;
- O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios e taxas de depreciação, amortização e exaustão;
- Os direitos classificados no intangível deverão ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;
- Instrumentos financeiros "disponíveis para venda" ou "destinados à negociação" passam a ser avaliados a valor de mercado;
- Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível determinar os efeitos dessas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

**PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.**Ministério de
Minas e EnergiaCNPJ Nº 34.274.233/0001-02
Empresa do Sistema Petrobras**DIRETORIA EXECUTIVA E ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE**JOSÉ EDUARDO DE BARROS DUTRA
PresidenteMARCO ANTÔNIO VAZ CAPUTE
DiretorMARIA CRISTINA TEIXEIRA
Gerente de Contabilidade e ControleEDMILSON ANTONIO DATO SANT'ANNA
DiretorREINALDO JOSÉ BELOTTI VARGAS
DiretorPAULO CESAR PEREIRA RIBEIRO
Contador - CRC-RJ-026713/O-3**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**DILMA VANA ROUSSEFF
PresidenteGUIDO MANTEGA
ConselheiroARTHUR ANTONIO SENDAS
ConselheiroJOSE SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO
ConselheiroFRANCISCO ROBERTO DE ALBUQUERQUE
ConselheiroSILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA
ConselheiroJORGE GERDAU JOHANNPETER
ConselheiroFÁBIO COLLETTI BARBOSA
Conselheiro**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da Petrobras Distribuidora S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos os balanços patrimoniais da Petrobras Distribuidora S.A. e os balanços patrimoniais consolidados dessa Companhia e suas controladas, levantados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, e as respectivas demonstrações de resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos dados, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Petrobras Distribuidora S.A. e a posição patrimonial e financeira consolidada dessa Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, os

resultados de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Nossos exames foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e 2006 representam informações complementares a essas demonstrações, não são requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e estão sendo apresentadas para possibilitar uma análise adicional. Essas informações complementares foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria aplicados às demonstrações contábeis e, em nossa opinião, estão apresentadas, em todos os aspectos relevantes, adequadamente em relação às demonstrações contábeis acima referidas, tomadas em conjunto.

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.425/O-6-F-RJ

11 de fevereiro de 2008

José M. Matos Nicolau
Contador CRC-42.216/O-7**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

O Conselho Fiscal da Petrobras Distribuidora S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou (i) o Relatório da Administração; (ii) as Demonstrações Contábeis, compreendendo: o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração do Fluxo de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis e o Parecer dos Auditores Independentes; (iii) a Proposição à Assembleia Geral Ordinária relativa à Destinação do Resultado do Exercício de 2007; e (iv) a Proposição à Assembleia Geral Ordinária referente ao Orçamento de Capital para o Exercício de 2008.

Com base nos exames efetuados, e considerando, ainda, o Parecer da KPMG Auditores Independentes de 11 de fevereiro de 2008, apresentado sem ressalva, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia.

Rio de Janeiro, 3 de março de 2008.

Almirão Cançado de Amorim
PresidenteCarlos Eduardo de Campos Vieira
ConselheiroMariângela Monteiro Tizatto
ConselheiraMarcio Branco de Oliveira
ConselheiroNayde Lucia Sáfiadi de Abreu
Conselheira

O Relatório Anual de Atividades e as Demonstrações Contábeis da Sociedade Controladora, Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estão sendo publicados nesta data.

Id: 40028. Por

SAYOART INDUSTRIAL S.A.

CNPJ Nº 30.064.638/0001-70

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Senhores Acionistas, cumprindo disposições Legais e Estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2007 e demais Demonstrações Financeiras. Karen Georges Khoury - Presidente; Carla Georges Khoury - Vice - Presidente.

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO EM 31/12/06 E 31/12/07 - Em Reais			
ATIVO	2006	2007	
CIRCULANTE	10.126.379,00	10.169.862,06	
Disponível	63.755,10	23.482,72	
Caixa	63.303,20	21.573,14	
Bancos - Conta Movimento	431,90	1.908,58	
Créditos	7.089.027,17	7.326.862,96	
Duplicatas a Receber	5.426.979,34	5.496.184,18	
Devedores Duvidosos	-	110.520,00	
Impostos a Recuperar	45.581,63	91.281,18	
Outros Débitos	1.616.466,20	1.622.018,60	
Estoque	2.972.615,73	2.825.908,27	
Produtos e Matérias Primas	2.972.615,73	2.825.908,27	
PERMANENTE	10.235.198,81	8.792.525,99	
Imobilizado	10.235.198,81	8.359.739,37	
Imobilizações	14.062.045,02	10.583.200,52	
(-) Amortizações e Depreciações	3.826.846,21	2.223.461,15	
Diferido	-	362.786,82	
Despesas Exercício Futuro	-	362.786,82	
TOTAL DO ATIVO	20.361.577,81	18.962.387,94	

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2007 - EM REAIS			
Especificação	Capital Realizado	Reserva de Capital	Lucros Acumulados
Saldo em 31/12/2006	10.126.379,00	821.695,51	376.787,73
Redução Capital Social face Cisão da Empresa	(1.875.882,00)	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	732.362,98
Constituição Reserva Legal	-	45.554,08	-
Transferência para Dividendos	-	-	(1.109.160,71)
SOMA	8.951.440,00	667.220,59	R\$ 9.618.660,59

NOTAS EXPLICATIVAS: 1 - O Capital Social da empresa foi reduzido de R\$ 1.875.882,00, por força das disposições determinadas no processo de cisão aprovado em AGE realizada em 30/04/07. 2 - O Lucro Líquido da empresa teve crescimento compatível graças ao seu bom desempenho no exercício de 2007, proporcionando aos acionistas distribuição de dividendos de lucros acumulados em anos anteriores. 3 - Os estoques de Produtos estão avaliados pelo custo real de produção e as matérias primas pelo custo médio, excluído o ICMS. 4 - O total das vendas em relação ao ano anterior cresceu 13%. Karen Georges Khoury - Presidente; Carla Georges Khoury - Vice - Presidente; Marcello Ferreira Bastos - Contador CRC-RJ 5.978/O-7 - CPF 002.143.297-04.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/06 E 31/12/07 - EM REAIS

Especificação	2006	2007
Receita Operacional Bruta	37.170.026,58	42.287.372,12
Menos:		
Impostos incidentes e devoluções	7.543.045,33	8.419.771,11
Custo dos Produtos e Mercadorias	26.225.814,40	29.897.196,05
Receita Operacional Líquida	3.401.166,85	4.168.405,96
Despesas/Receitas Operacionais	2.408.223,33	2.705.351,11
Menos: Administradores e Gerais	131.123,01	238.243,32
Impostos e Taxas	233.075,24	199.948,85
Financeiras	-	181.045,51
Mais: Receitas Financeiras	628.744,67	1.215.108,08
LUCRO OPERACIONAL	244.563,64	88.528,86
Menos: Despesas Não Operacionais	384.180,43	1.129.580,00
RESULTADO ANTES DO IR E CSLL	135.801,56	285.732,32
Menos: Provisão Imposto de Renda	66.587,04	111.434,11
Provisão CSLL	-	732.362,98
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	189.791,89	732.362,98

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS DE 2006 E 2007 EM REAIS			
	2006	2007	
ORIGEM DOS RECURSOS			
Depreciações do Exercício	342.523,24	88.012,12	
Lucro Líquido do Exercício	189.791,89	732.362,98	
Alívio Diferido	8.496,29	-	
Caixa e Bancos	853.890,42	40.252,00	
Capital Giro Terceiros	-	611.851,00	
SOMA	1.396.709,84	1.452.427,10	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS			
Em Imobilizado	76.605,49	63.131,00	
Capital Giro Terceiros	1.820,58	-	
Capital Giro L. Prazo	481.099,18	306.421,00	
Dividendos Distribuídos	261.104,88	600,00	
Créditos e Estoques	578.080,71	44.571,00	
Despesas Exercício Futuro	-	392,78	
Constituição Reservas	-	45,55	
SOMA	1.396.709,84	1.452.427,10	

Id: 404854. Valor: R\$



PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ 34.274.233/0001-02



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Petrobras Distribuidora S.A. submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2006, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Em sintonia com as diretrizes estratégicas da Petrobras, a gestão dos negócios da Petrobras Distribuidora está sustentada na busca permanente das melhores práticas de gestão empresarial. A Companhia vem aprimorando sua atuação na área de serviços, focada nas necessidades dos segmentos de mercado que atende.

Tendo como objetivos principais a busca da rentabilidade, a liderança e a melhor imagem no mercado, sem descuidar da sua responsabilidade social e ambiental, a Petrobras Distribuidora chega ao final de 2006 com um faturamento da ordem de R\$47.173 milhões, opera uma rede com 5.870 postos de serviços ativos, atende a cerca de 11.000 clientes grandes consumidores e reúne 3.691 empregados.

Em 2006, a Petrobras Distribuidora apurou um lucro de R\$570 milhões, impactando positivamente o Patrimônio Líquido. A Companhia apresentou um aumento de 1,7% em seu volume de vendas e sua participação no mercado nacional de distribuição de combustíveis atingiu 33,6% (33,8% em 2005).

A partir de maio de 2006 a BR recuperou market-share, alcançando em dezembro de 2006 participação de 34,9%, 1,1 ponto percentual acima do resultado de dezembro de 2005, de 33,8%.

A receita líquida de vendas atingiu R\$38.514 milhões, o que representa um crescimento de 8% sobre o valor de 2005, devido, principalmente, ao aumento das vendas.

Este desempenho está permitindo à Administração da Companhia propor à aprovação da Assembleia Geral Ordinária, em 30 de março de 2007, uma distribuição de dividendos no montante de R\$282 milhões, que corresponde a R\$56 por lote de mil ações.

Indicadores Financeiros (R\$ milhões)		2006	2005
Receita Operacional Bruta		47.173	43.638
Receita Operacional Líquida		38.514	35.716
Lucro Bruto		3.126	3.141
Margem Bruta		8,1%	8,8%
Lucro Operacional		967	1.080
Margem Operacional		2,5%	3,1%
EBITDA (*)		912	1.192
Lucro Líquido		570	655
Indicadores Operacionais			
Volume total de vendas - mil m³		29.961	29.447
Participação no Mercado Global (acumulado)		33,6%	33,8%
Participação no Mercado Global (em dezembro)		34,9%	33,8%
Postos de Serviços em Carteira		6.554	6.933
Postos de Serviços Ativos		5.870	5.685
Postos Próprios Ativos		638	630
Postos com Biodiesel (BR) - Ativos		3.740	-
Postos com Gás Natural Veicular (GNV) - Ativos		355	295
Instalações Operacionais		127	115

(*) O critério para cálculo do EBITDA foi modificado a partir do exercício de 2005, resultando em valor diferente daquele publicado no ano anterior (R\$ 1.576).

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 2007.

A Diretoria

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Ativo				
Circulante				
Disponibilidades (Nota 4)	539.153	380.171	167.830	173.647
Contas a receber, líquidas (Notas 6, 8.a)	2.890.276	2.713.077	2.785.638	2.571.904
Estoque (Nota 7)	1.328.953	1.186.843	1.292.371	1.120.349
Impostos e contribuições sociais (Notas 16.a, c.1, c.3)	626.364	576.315	556.364	497.052
Despesas antecipadas	17.147	13.765	11.341	11.508
Outros ativos circulantes	45.258	49.581	144.682	147.317
	5.447.151	4.919.752	4.978.226	4.521.777
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Contas a receber, líquidas (Notas 6, 8.a)	1.766.614	926.959	1.764.184	925.150
Depósitos judiciais (Notas 9, 19.a)	278.831	269.850	261.807	256.205
Impostos e contribuições sociais (Notas 16.a, c.1, c.3)	237.802	307.581	187.261	219.620
Despesas antecipadas	80.512	76.308	75.336	72.477
Outros ativos realizáveis a longo prazo (Nota 5)	21.415	31.425	7.917	3.203
	2.385.174	1.612.123	2.296.595	1.475.655
Permanente				
Investimentos (Nota 10)	230.782	238.121	926.748	947.258
Imobilizado (Nota 11)	2.876.784	2.455.102	2.210.221	1.779.642
Intangível (Nota 12)	107.247	82.883	67.338	56.073
Diferido (Nota 13)	171.147	157.113	104.878	-
	3.385.960	2.933.219	3.309.186	2.782.973
	11.218.285	9.465.094	10.583.917	8.781.405
Passivo				
Circulante				
Fornecedores (Nota 8.b)	1.566.058	1.271.073	1.502.670	1.291.110
Operações com a Controladora (Nota 8)	110.288	119.795	110.289	119.795
Salários, férias e encargos	67.159	62.530	38.766	36.646
Imposto de renda	11.795	20.740	11.795	20.740
Contribuição social	4.067	9.043	4.067	9.043
Outros impostos e contribuições a recolher	167.891	202.560	159.352	191.222
Dividendos propostos (Notas 8.b, 18.f)	281.592	280.282	281.592	280.282
Empréstimos e financiamentos (Notas 8.b, 14)	769.801	533.595	616.510	-
Adiantamentos de clientes	204.424	154.125	203.399	152.050
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16.c.2)	8.399	7.753	8.399	7.738
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	14.540	13.469	14.540	13.469
Outros passivos circulantes (Nota 19.a)	211.727	150.779	188.822	136.626
	3.417.742	2.825.744	3.140.201	2.257.721
Não circulante				
Exigível a longo prazo				
Operações com a Controladora (Nota 8.b)	48.885	45.068	41.227	45.068
Empréstimos e financiamentos (Notas 8.b, 14)	192.855	28.298	8.645	-
Provisão para contingências (Nota 19)	113.805	135.354	85.494	100.319
Obrigações com plano de saúde (Notas 17.b, c)	57.743	489.060	532.589	451.351
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	208.618	143.949	208.618	143.949
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16.c.2)	12.171	11.363	116	81
Outros passivos não circulantes	123.439	856.434	876.689	740.758
	485.678	1.900.000	485.678	1.900.000
Patrimônio líquido (Nota 18)				
Capital social	4.482.082	3.986.404	4.482.082	3.986.404
Reserva de capital	53.993	53.993	53.993	53.993
Reserva de lucros	2.030.952	1.742.519	2.030.952	1.742.519
	6.567.027	5.782.916	6.567.027	5.782.916
	11.218.285	9.465.094	10.583.917	8.781.405

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de reais, exceto o lucro por lote de mil ações, expresso em reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Receita operacional bruta				
Vendas				
Produtos	49.772.680	46.074.015	47.123.622	43.508.099
Serviços	57.484	136.149	49.921	130.309
	49.830.164	46.210.164	47.173.543	43.638.408
Encargos de vendas	(9.039.530)	(8.281.184)	(8.559.028)	(7.922.328)
Receita operacional líquida	40.790.634	37.928.980	38.514.517	35.716.080
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(37.022.192)	(34.201.839)	(35.388.608)	(32.575.084)
Lucro bruto	3.768.442	3.727.141	3.125.911	3.140.996
Despesas operacionais líquidas				
Vendas	(2.130.668)	(1.978.785)	(1.642.169)	(1.606.780)
Gerais e administrativas				
Honorários da Diretoria e do Conselho de Administração	(6.749)	(6.545)	(2.942)	(2.564)
Despesas gerais e administrativas	(476.082)	(443.802)	(382.622)	(371.136)
Tributárias	(171.632)	(165.039)	(151.937)	(147.077)
Financeiras				
Despesas (Nota 15)	(152.982)	(344.821)	(102.862)	(293.200)
Receitas (Nota 15)	367.780	242.007	337.209	201.476
Variações cambiais e monetárias, líquidas (Nota 15)	(10.514)	48.599	(32.054)	(26.978)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(152.394)	107.205	(123.789)	114.918
	(2.733.241)	(2.541.161)	(2.101.176)	(2.131.341)
Participações em outras empresas	2.725	1.843	60.182	114.069
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(16.379)	(34.035)	(117.623)	(34.035)
Amortização de ativo em investimentos (Nota 10)	(13.654)	(32.192)	(57.441)	80.034
Lucro operacional	1.021.637	1.153.788	967.294	1.089.689
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	34.736	(33.666)	28.398	(2.408)
Lucro antes da contribuição social, do imposto de renda e das participações de empregados e administradores	1.056.373	1.120.122	995.692	1.087.281
Contribuição social e imposto de renda correntes (Nota 16.b)	(379.343)	(361.511)	(350.894)	(333.345)
Contribuição social e imposto de renda diferidos (Nota 16.b)	(28.744)	(27.392)	(4.967)	(29.770)
Lucro antes das participações de empregados e administradores	648.286	731.219	639.831	724.166
Participação de empregados e administradores (Nota 17.d)	(78.261)	(75.589)	(69.806)	(68.536)
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630	570.025	655.630
Lucro por lote de mil ações do capital social (R\$)	13,30	13,30	13,30	13,30

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de reais)

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Origens de recursos				
Das operações sociais				
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630	570.025	655.630
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante				
Depreciações e amortizações	397.687	275.871	191.378	158.764
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	57.229	55.538	57.209	5.443
Variações monetárias, cambiais e rendimentos de longo prazo	1.210	(94.397)	1.210	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 16.c.2)	42.623	68.677	41.850	72.497
Créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(4.558)	(2.038)	(4.558)	(2.038)
Amortização de ativo não circulante	11.000	11.000	245	10.929
Contingências	(33.114)	(83.175)	(7.304)	(44.667)
Obrigações com plano de saúde (Notas 17.b, c)	101.937	99.258	98.880	95.222
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)	91.852	97.161	91.852	97.161
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	(2.725)	(1.843)	(60.182)	(114.069)
Amortização de ativo em investimentos (Nota 10)	16.379	34.035	117.623	34.035
Dividendos de controlada e controladas em conjunto	464	392	103.723	112.445
	1.238.241	1.119.109	1.201.951	1.081.352
Dos acionistas				
Aumento de capital social (Nota 18.a)	495.678	1.900.000	495.678	1.900.000
	495.678	1.900.000	495.678	1.900.000
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos	257.853	-	101.941	-
Aumento de outras contas do passivo não circulante	81.918	-	-	-
Outras origens	339.771	29.148	101.941	-
	2.073.690	3.048.257	1.799.570	2.981.352
Aplicações de recursos				
Aumento de outras contas do realizável a longo prazo	856.474	681.633	853.449	657.698
Investimentos	13.491	3.975	76.106	3.945
Aumento de capital social em controlada (Nota 18.a)	786.393	490.344	468.368	449.375
Imobilizado	43.951	24.840	21.870	10.278
Diferido	94.506	491.106	94.506	-
Transferência de empréstimos e financiamentos de longo prazo para o curto prazo	22.200	40.859	32.787	30.631
Redução do passivo não circulante	281.592	280.282	281.592	280.282
Dividendos propostos (Nota 18.f)	16.376	57.581	32.447	67.513
Outras aplicações	2.138.823	2.056.068	2.016.977	1.495.722
Ingresso de capital circulante líquido de controlada incorporada	1.534	-	(208.624)	-
Aumento (redução) no capital circulante	(64.599)	992.189	(426.031)	1.481.630
Variações do capital circulante				
Ativo circulante				
No início do exercício	4.919.752	4.887.638	4.521.777	4.354.850
No fim do exercício	5.447.151	4.919.752	4.978.226	4.521.777
	527.399	36.114	456.449	166.927
Passivo circulante				
No início do exercício	2.825.744	3.785.819	2.257.721	3.572.424
No fim do exercício	3.417.742	2.825.744	3.140.201	2.257.721
	591.998	(960.075)	882.480	(1.314.703)
Aumento (redução) no capital circulante	(64.599)	992.189	(426.031)	1.481.630

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA							
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005							
(Em milhares de reais)							
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
			Legal	Estatutária	Retenção de lucros		
Saldos em 1º de janeiro de 2005	2.086.404	53.993	174.722	28.584	1.163.865	-	3.507.568
Aumento de capital (Nota 18.a)	1.900.000	-	-	-	-	-	1.900.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	655.630	655.630
Apropriação do lucro líquido para reservas (Notas 18.c,d,e)	-	-	32.781	19.932	322.635	(375.348)	-
Dividendos propostos (Nota 18.f)	-	-	-	-	-	(280.282)	(280.282)
	-	-	207.503	48.516	1.486.500	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2005	3.986.404	53.993	-	1.742.519	-	-	5.782.916
Aumento de capital (Nota 18.a)	495.678	-	-	-	-	495.678	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	570.025	570.025
Apropriação do lucro líquido para reservas (Notas 18.c,d,e)	-	-	28.501	22.411	237.521	(288.433)	-
Dividendos propostos (Nota 18.f)	-	-	-	-	-	(281.592)	(281.592)
	-	-	236.004	70.927	1.724.021	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2006	4.482.082	53.993	-	2.030.952	-	-	6.567.027

(Continuação)

**PETROBRAS**
DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ 34.273/0001-02

**INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de reais)					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005 (Em milhares de reais)				
	Consolidado		Controladora			Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005		2006	2005	2006	2005
Atividade operacional					Receitas				
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630	570.025	655.630	Vendas de produtos e serviços e resultados não-operacionais	49.864.900	46.176.498	47.201.941	43.636.000
Ajustes					Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(6.237)	(128.991)	(19.023)	(118.031)
Depreciação e amortizações	397.687	275.871	191.378	158.764	49.858.663	46.047.507	47.182.918	43.517.969	
Valor residual de bens baixados do ativo permanente	57.229	58.538	57.209	5.443	Insusos adquiridos de terceiros				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28.744	27.392	4.967	29.770	Matérias-primas consumidas	(469)	(7.117)	-	-
Variações monetárias e cambiais de longo prazo	(30.756)	(94.397)	(38.260)	-	Outros custos de produtos e serviços vendidos	(44.065.768)	(40.629.830)	(42.094.751)	(38.676.855)
Amortização de financiamentos condicionais (Nota 6.c)	60.097	53.337	60.097	53.337	Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.811.817)	(1.310.830)	(1.338.095)	(1.053.429)
Créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	6.237	128.991	19.023	118.031	(45.678.054)	(41.947.777)	(43.432.846)	(39.730.284)	
Perdas em investimentos permanentes	(768)	11.000	245	10.929	4.180.609	4.099.730	3.750.072	3.787.685	
Contingências	(33.370)	(90.885)	(7.560)	(44.858)	Valor adicionado bruto				
Obrigações com plano de saúde (Notas 17.b, c)	101.937	99.258	98.880	95.222	Depreciação e amortização	(397.687)	(275.871)	(191.378)	(158.764)
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão (Notas 17.a, c)					Valor adicionado líquido produzido pela entidade	3.782.922	3.823.859	3.558.694	3.628.921
Resultado de equivalência patrimonial (Nota 10)	91.852	97.161	91.852	97.161	Valor adicionado recebido em transferência				
Amortização de ação em investimentos (Nota 10)	(2.725)	(1.843)	(60.182)	(114.069)	Resultado de participações em investimentos relevantes (Nota 10)	2.725	1.843	60.182	114.069
Variação das contas a receber de curto prazo	16.379	34.035	117.623	34.035	Receitas Financeiras e incluída variação monetária e cambial (Nota 15)	466.537	387.280	333.360	208.607
Variação de estoques	(155.973)	(130.663)	(187.066)	(216.551)	Aluguéis e royalties	151.572	197.313	109.533	95.279
Variação de outros ativos de curto prazo	(32.908)	11.543	81.858	(30.880)	Amortização de ação em participações societárias relevantes (Nota 10)	(16.379)	(34.035)	(117.623)	(34.035)
Variação de outros ativos de longo prazo	(12.588)	(228.875)	(5.722)	(204.940)	604.455	552.401	385.452	383.920	
Variação de fornecedores	294.507	349.313	211.010	469.900	Valor adicionado a distribuir	4.387.377	4.376.260	3.944.146	4.012.841
Variação de impostos e contribuições sociais	(48.605)	40.591	(44.130)	62.699	Distribuição do valor adicionado	4.387.377	4.376.260	3.944.146	4.012.841
Variação de outros passivos de curto e longo prazo	198.948	(43.543)	77.392	(25.834)	Pessoal				
Amortização de obrigações com plano de saúde e plano de aposentadoria e pensão (Nota 17)	(34.399)	(32.196)	(32.787)	(30.631)	Salários e encargos	545.463	12.4	493.830	11.3
Ingresso de disponibilidades de controlada incorporada	5.682	-	-	-	Comissões sobre vendas	3.077	0,1	2.346	0,1
Outros ajustes	(7.452)	(54.045)	(10.639)	(15.138)	Honorários da diretoria	6.749	0,2	6.545	0,1
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	1.326.006	1.178.534	1.037.507	1.107.742	Participação dos empregados nos lucros (Nota 17.d)	78.261	1,8	75.589	1,7
Atividade de financiamento					Plano de aposentadoria e pensão (Nota 17)	50.115	1,1	47.735	1,1
Dividendos pagos	(294.308)	(234.837)	(294.308)	(234.837)	Plano de saúde (Nota 17)	(44.053)	1,0	43.515	1,0
Empréstimos e financiamentos, líquidos	852.728	23.974	601.941	-	727.718	16,6	669.580	15,3	658.540
Operações com a Controladora	(857.233)	(397.323)	(869.264)	(434.447)	Tributos				
Recursos líquidos utilizados na atividade de financiamento	(298.813)	(608.186)	(561.631)	(669.284)	Impostos, taxas e contribuições	2.620.426	59,7	2.440.967	55,8
Atividade de investimento					Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.744)	0,7	(27.392)	0,6
Aquisições de imobilizado	(786.393)	(490.344)	(468.368)	(449.375)	2.649.170	60,4	2.468.359	56,4	2.522.947
Aumento do ativo intangível	(24.840)	(10.288)	(21.870)	(10.278)	Instituições financeiras e fornecedores				
Participações societárias e outros investimentos	(13.491)	(3.975)	(76.106)	(3.945)	Juros, variações cambiais e monetárias (Nota 15)	262.253	6,0	441.495	10,1
Dividendos recebidos	464	392	104.651	86.757	Aluguéis	(178.211)	4,0	(141.218)	3,2
Aplicações no ativo diferido	(43.951)	-	-	-	440.464	10,0	582.711	13,3	292.634
Recursos líquidos utilizados na atividade de investimento	(868.211)	(504.215)	(461.693)	(376.841)	Acionistas				
Variação líquida no exercício	158.962	66.133	14.163	61.617	Dividendos propostos (Nota 18.f)	281.592	6,4	280.282	6,4
Disponibilidades no início do exercício	380.171	314.038	173.847	112.030	Lucros retidos	288.433	6,6	375.348	8,6
Disponibilidades no final do exercício	539.153	380.171	187.830	173.647	570.025	13,0	655.630	15,0	570.025

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

As notas explicativas integram as demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)****1. Contexto Operacional**

A Petrobras Distribuidora S.A. - BR (Companhia) é uma sociedade anônima constituída em 12 de novembro de 1971, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS, que tem por objeto, observados os preceitos legais, a distribuição, o transporte, o comércio, o beneficiamento e a industrialização de derivados de petróleo e de outros combustíveis, a exploração de lojas de conveniência em postos de serviços, a produção, a distribuição e a comercialização de todas as formas de energia, de produtos químicos e de asfaltos, a prestação de serviços correlatos e a importação e a exportação relacionadas com os produtos e atividades citados.

2. Sumário das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações contábeis da Controladora e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, descritas a seguir, em consonância com as disposições da Lei das Sociedades por Ações e dos atos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM:

a. Apuração do resultado

O resultado, apurado pelo regime de competência, inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre ativos e passivos circulantes e de longo prazo, bem como, quando aplicável, os efeitos de ajustes de ativos para o valor de mercado ou de realização.

b. Disponibilidades e títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são, principalmente, lastreadas em títulos públicos federais, certificados de depósitos bancários e debêntures, a preços e taxas de mercado, e estão atualizadas pelos rendimentos auferidos, reconhecidos proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo os seus respectivos valores de mercado (Notas 4, 5).

c. Contas a receber

As parcelas absorvíveis dos financiamentos condicionais (Nota 6.c) são amortizadas proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d) é constituída por valor estimado julgado pela Administração da Companhia como suficiente para a cobertura das perdas na realização das contas a receber.

d. Estoques

Os estoques de produtos para venda estão avaliados aos preços médios de aquisição e/ou produção, ajustados, quando aplicável, ao valor de realização no mercado, quando inferior ao custo. Os estoques de materiais para manutenção e consumo estão registrados ao custo médio de compra, que não excede o custo de reposição (Nota 7).

e. Investimentos

As participações societárias nas controladas e controladas em conjunto são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, acrescido de ação, quando aplicável (Nota 10). Os demais investimentos estão demonstrados ao custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

f. Imobilizado

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo de vida útil estimado dos bens (Nota 11).

g. Intangível

Está demonstrado pelo custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia, não excedente a 10 anos (Nota 12).

h. Diferido

Está demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, calculada pelo método linear, a taxas que levam em consideração a vida útil desses ativos (Nota 13).

i. Demais ativos circulantes e não circulantes

São apresentados pelo valor líquido de realização.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as estimativas do risco envolvido.

k. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos e/ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data dos balanços.

l. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para o imposto de renda é calculada e registrada à alíquota-base de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre a parcela do lucro real excedente a R\$240 ao ano (Nota 16).

A contribuição social é calculada e registrada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação pertinente (Nota 16).

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social sobre o lucro líquido são debitadas ao resultado e as antecipações efetuadas estão registradas em conta redutora no passivo circulante. São considerados os efeitos das diferenças temporárias geradoras de ativos e passivos fiscais diferidos, os prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social, quando aplicável, observando as alíquotas vigentes, em conformidade com a Deliberação CVM nº 27/98 e a Instrução CVM nº 371/02 (Nota 16).

m. Benefícios concedidos a empregados

A Companhia reconhece os compromissos atuariais referentes ao Plano de Aposentadoria e Pensão e ao Plano de Saúde conforme os procedimentos previstos no pronunciamento sobre contabilização de benefícios a empregados emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON e aprovado pela Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000 (Nota 17).

Os compromissos atuariais são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente pelo atuário independente Watson Wyatt Brasil Ltda., de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação, resultante do serviço prestado pelo empregado, reconhecidos durante o período laborativo dos empregados.

n. Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída em montante suficiente para fazer face às perdas prováveis nos processos judiciais movidos contra a Companhia (Nota 19).

o. Informações adicionais às demonstrações contábeis

Com o objetivo de propiciar informações adicionais, estão sendo apresentadas: (a) demonstrações dos fluxos de caixa, preparadas de acordo com a Norma e Procedimento de Contabilidade - NPC nº 20, emitida pelo IBRACON; e (b) demonstrações do valor adicionado, de acordo com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade - CFC nº 1.010, de 21 de janeiro de 2005.

p. Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use estimativas e premissas com relação à demonstração de ativos e passivos e à divulgação dos ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como as estimativas de receitas e despesas para o exercício. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

q. Demonstrações contábeis comparativas

Com o objetivo de melhor apresentar e manter comparabilidade com as informações do ano corrente, alguns saldos das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2005 foram reclassificados.

Convergindo com as práticas contábeis internacionais, a Deliberação CVM 488 aprovou o Pronunciamento do IBRACON NPC nº 27, que estabelece novos padrões de apresentação e divulgação das demonstrações contábeis. Conforme o referido pronunciamento, o ativo deve ser classificado em "Circulante" e "Não Circulante" sendo este último desdobrado em realizável a longo prazo e permanente (investimentos, intangível e diferido). O passivo deve ser classificado em "Circulante", "Não Circulante" (exigível a longo prazo) e "Patrimônio Líquido".

A Deliberação CVM nº 496, de 3 de janeiro de 2006, prorrogou a entrada em vigor da Deliberação CVM nº 488, de 3 de outubro de 2005, para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2006. As demonstrações contábeis são apresentadas no padrão definido pela Deliberação CVM nº 488.

3. Princípios de Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas em 31 de dezembro de 2006 e 2005 foram elaboradas de acordo com os princípios de consolidação previstos na Lei das Sociedades por Ações e disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e incluem as demonstrações contábeis da Companhia e de suas investidas relacionadas a seguir:

		Participação no capital	
		Votante (%)	Total (%)
		2006	2005
Controladas (diretamente e em conjunto)			
Liquigas Distribuidora S.A. (1)	100.000	100,000	100,000
Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII) (2)	99.000	-	99,000
Bretener Energética S.A. (3)	30.000	30,000	30,000
Brasympe Energia S.A. (3)	20.000	20,000	20,000
Brasil PCH S.A. (3)	49.000	50,000	42,329
Companhia Energética Manauara S.A. (3)	40.000	40,000	40,000

(1) Distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP)
(2) Administração de Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRIs)
(3) Geração de energia através de usinas termoeletrônicas e hidrelétricas

(Continua)

(Continuação)


PETROBRAS
DISTRIBUIDORA S.A.

CNPJ 34.274.233/0001-02


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
 (Em milhares de reais)

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado corresponde à soma horizontal dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (i) das participações no capital, reservas e resultados acumulados; (ii) dos saldos de contas correntes e outros saldos integrantes do ativo e/ou passivo, mantidos entre as empresas; (iii) das parcelas de resultados do exercício, dos ativos circulares e não circulares que correspondem aos resultados não realizados economicamente entre as referidas empresas e (iv) dos efeitos decorrentes de transações significativas realizadas entre essas empresas.

As empresas com controle compartilhado foram consolidadas proporcionalmente em função do percentual de participação.

Em 2005, a controlada em conjunto Breitenner Energética S.A. participou da constituição das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Breitenner Tambauqui S.A. e Breitenner Jarauqui S.A. (Nota 10). As informações dessas investidas passaram a ser consolidadas pela Breitenner Energética S.A. no exercício de 2006.

Em 2006, a Companhia estruturou um programa de captação de recursos através da desmobilização de imóveis de sua propriedade que resultou na emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs), lastreados em uma Cédula de Crédito Imobiliário (CCI) representativa de créditos imobiliários oriundos do instrumento particular de promessa de compra e venda celebrada entre a Companhia e o Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII), constituído para este fim (Nota 10).

A participação no FII, além das participações nas controladas em conjunto Brasil PCH S.A. e Companhia Energética Manauara, que foram constituídas no exercício de 2005, foram incluídas no processo de consolidação no exercício de 2006.

4. Disponibilidades

	2006	2005	2006	2005
Caixa e bancos	210.051	194.507	187.830	173.647
Aplicações financeiras:				
No país	327.410	195.664	-	-
No exterior	1.692	-	-	-
	539.153	380.171	187.830	173.647

5. Títulos e Valores Mobiliários

	2006	2005	2006	2005
Notas do Tesouro Nacional	2.361	1.358	2.361	1.358
Outros	205	194	-	-
Total dos títulos e valores mobiliários (não circulante) (1)	2.566	1.552	2.361	1.358

(1) Os títulos e valores mobiliários estão apresentados em outros ativos realizáveis a longo prazo.

As contas a receber têm a seguinte composição:

	2006	2005	2006	2005
Clientes:				
Terceiros (Nota 6.a)	2.229.762	2.252.633	2.054.633	2.024.211
Partes relacionadas (Nota 8)	180.929	182.184	220.151	198.585
Financiamentos a receber:				
Terceiros:	933.177	840.771	928.609	821.162
Financiamentos condicionais (Nota 6.c)	151.667	161.875	151.667	158.698
Financiamentos ressarcíveis (Nota 6.b)	781.510	678.898	776.942	662.464
Partes relacionadas (Nota 8)	1.337.622	530.109	1.337.622	530.109
Cobranças judiciais	938.728	791.430	938.728	791.430
Total das contas a receber	5.620.218	4.597.127	5.479.743	4.365.497
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 6.d)	(963.328)	(567.091)	(929.921)	(868.443)
Contas a receber - líquidas	4.656.890	3.640.036	4.549.822	3.497.054
Contas a receber (circulante), líquidas	2.890.276	2.713.077	2.785.638	2.571.904
Contas a receber (não circulante), líquidas	1.766.614	926.959	1.764.184	925.150

a. Clientes

Representam as vendas realizadas pela Companhia, inclusive para as empresas do Sistema PETROBRAS.

b. Financiamentos a receber - ressarcíveis (controladora)

Os financiamentos a receber pela Companhia, no montante de R\$776.942 (R\$662.464 em 2005), referem-se a financiamentos em espécie e em produtos concedidos a clientes, com garantias reais, avais ou fianças, com o objetivo principal de implantação ou modernização de postos de serviços, bem como o parcelamento de débitos vencidos.

Os encargos financeiros - correspondentes, principalmente, à variação do IGP-R ou Taxa Referencial, acrescidos de juros de 1% ao mês - e os prazos de amortização são estabelecidos com base em análises econômico-financeiras de cada negociação e pactuados em contratos.

c. Financiamentos a receber - condicionais (controladora)

Os financiamentos condicionais, no montante de R\$151.667 (R\$158.698 em 2005), correspondem à parcela das operações de empréstimos em espécie e em produtos realizadas sob condições estabelecidas nos instrumentos contratuais que, uma vez cumpridas pelos clientes, tornam-se inexigíveis, sendo absorvidas pela Companhia.

A Companhia reconhece em seu resultado as parcelas absorvíveis proporcionalmente aos prazos de vigência dos contratos, tendo sido registrado em despesas de vendas o montante de R\$60.097 (R\$53.337 em 2005).

d. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Para a provisão constituída sobre as contas a receber, a Companhia analisa os devedores e seus respectivos saldos vencidos, de modo a provisionar aqueles considerados de difícil recuperação.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	2006	2005	2006	2005
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				
Saldo em 1º de janeiro	957.091	828.099	868.443	750.413
Parcela criada da Liquigás e incorporada à Companhia	-	-	42.455	-
Adições	19.023	134.062	19.023	123.100
Exercícios	(12.786)	(5.070)	-	(5.070)
Saldo em 31 de dezembro	963.328	957.091	929.921	868.443
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (circulante)	963.328	952.533	929.921	863.885
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (não circulante)	-	4.558	-	4.558

7. Estoques

	2006	2005	2006	2005
Produtos para venda:				
Derivados de petróleo	1.155.153	1.047.816	1.125.121	992.285
Alcool	130.163	96.040	130.019	95.889
Outros	1.285.316	1.143.856	1.285.140	1.088.174
Baixas	(42.124)	(36.323)	(37.231)	(32.175)
Materiais e suprimentos para manutenção	1.513	6.664	-	-
Adiantamentos a fornecedores	-	-	-	-
Total	1.328.953	1.186.643	1.292.371	1.120.349

Parte dos estoques da Companhia serve como garantia em ações judiciais nas quais a Companhia figura como ré. O total de estoques dados em garantia em 31 de dezembro de 2006 é de R\$146.037 (R\$164.660 em 31 de dezembro de 2005).

8. Transações com Empresas do Sistema PETROBRAS (Consolidado)
a. Ativo

	2006		2005	
	Ativo circulante	Ativo não circulante		
Contas a receber, principalmente por vendas	160.614	1.296.644	160.614	1.296.644
Petrobras (1)	242	-	242	-
REFAP	20.673	40.378	20.673	40.378
Outras	159.922	1.296.644	159.922	1.296.644
31/12/2006				

	2006		2005	
	Ativo circulante	Ativo não circulante		
Contas a receber, principalmente por vendas	134.531	452.758	134.531	452.758
Petrobras (1)	47.504	77.351	47.504	77.351
REFAP	182.184	452.758	182.184	452.758
Outras				
31/12/2005				

(1) As operações com a Controladora referem-se às movimentações financeiras pactuadas com a PETROLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS, destinadas, principalmente, à liquidação de operações de compra e venda de produtos, que são atualizadas monetariamente, principalmente, com base na variação do CDI. Em 2005, a quase totalidade do endividamento financeiro da Companhia, no montante de R\$1.900.200, foi convertido em aumento de capital pela Controladora conforme descrito na Nota 18.a. Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia tem valores a receber da Controladora no montante de R\$1.296.644 (R\$452.758 em 2005).

c. Mutação dos investimentos e do ativo - Controladora

	Liquigás (1)	Breitenner (2)	Brasympe (3)	Brasil PCH (4)	Manauara (5)	FII (6)	Total	2005 Total
No início do exercício	252.897	70.669	34.939	1	2.000	-	360.506	352.012
Agio (Notas 10.d, 10.f.3)	590.592	-	-	12.047	-	-	602.639	590.592
Amortização do agio (Notas 10.d, 10.f.3)	(160.996)	-	-	(904)	-	-	(161.900)	(44.277)
Parcela do agio transferida para o imobilizado (Nota 10.d)	(86.821)	(12.755)	(4.145)	321	(1.608)	37	(86.821)	114.069
Resultado de equivalência (Nota 10)	158.843	-	-	62.568	-	44	221.455	7.802
Aquisição e aporte de capital (Notas 10.d, 10.f.3)	(74.052)	(14.634)	(15.037)	-	-	-	(103.723)	(112.445)
Dividendos	-	-	-	(245)	-	-	(245)	(330)
Provisão para perdas	-	-	-	-	-	-	-	-
No fim do exercício	755.708	43.280	19.792	74.033	392	81	889.006	906.731

(1) As demonstrações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da controladora.

(2) As demonstrações contábeis utilizadas para aplicação do método de equivalência patrimonial foram examinadas por outros auditores independentes.

(3) Em 2005, de acordo com o que faculta o item d do art. 248 da Lei 6.404/76, a apuração do resultado de equivalência patrimonial referente à controlada Liquigás Distribuidora S.A. foi efetuada com base em demonstrações contábeis preliminares daquela empresa, compreendendo o período de janeiro a dezembro de 2005. Desta forma, a Companhia reconheceu em 2006 uma despesa adicional de R\$15.497 no resultado de equivalência patrimonial desta investida.

(Continua)

b. Passivo

	2006		2005	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante		
Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	995.934	281.592	110.289	110.289
Petrobras	68.663	-	-	-
REFAP	18.195	-	-	-
Outras	1.062.782	281.592	110.289	110.289
31/12/2006				

	2006		2005	
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante		
Fornecedores, principalmente por compras de petróleo e derivados	614.583	280.282	119.795	119.795
Petrobras	40.644	-	-	-
REFAP	-	-	-	-
Brasil Oil Service	13.973	-	528.230	528.230
Outras	869.200	280.282	648.025	1.197.507
31/12/2005				

	2006		2005	
	Passivo não Circulante	Passivo não Circulante		
Operações de mútuo	41.227	-	-	-
Petrobras	-	7.658	-	7.658
Outras	41.227	7.658	-	48.885
31/12/2006				

	2006		2005	
	Passivo não Circulante	Passivo não Circulante		
Operações de mútuo	45.068	-	-	-
Petrobras	-	45.068	-	45.068
Outras	45.068	-	-	-
31/12/2005				

c. Resultado

	2006		2005	
	Recursos operacionais líquidos, principalmente por vendas	Recursos operacionais líquidos, principalmente por vendas		
Petrobras	592.657	-	-	-
REFAP	1.254	-	-	-
Brasil Oil Service	-	29.668	-	27.684
Outras	623.578	-	-	8.725
31/12/2006				

	2006		2005	
	Recursos operacionais líquidos, principalmente por vendas	Recursos operacionais líquidos, principalmente por vendas		
Petrobras	527.568	-	-	-
REFAP	323	-	-	-
Brasil Oil Service	16.166	-	-	-
Outras	544.057	-	-	-
31/12/2005				

As transações com as empresas do Sistema PETROBRAS foram pactuadas em condições usuais de mercado para transações semelhantes.

9. Depósitos Judiciais

	2006		2005	
	Depósitos Judiciais	Depósitos Judiciais		
Cível	64.466	59.935	64.466	59.935
Trabalhista	41.160	19.610	35.547	14.983
Tributária	171.948	162.278	165.424	155.934
Ambiental	801	850	901	850
Outras	356	783	-	-
Totais (*)	278.831	269.850	261.807	256.205

(*) Liquidação da provisão de contingências - Deliberação CVM 489/2005 - R\$53.628 em 2006 (R\$45.775 em 2005) no

10. Investimentos
a. Composição dos investimentos permanentes

	2006		2005	
	Investimentos permanentes	Investimentos permanentes		
Participações societárias consolidadas	181.331	194.995	413.023	252.897
Controladas (Nota 10.d)	-	-	590.502	590.502
Liquigás Distribuidora S.A.	-	-	(86.821)	-
Valor do patrimônio líquido	-	-	(180.996)	(44.277)
Agio pago na aquisição	-	-	(14.277)	-
Parcela transferida para o imobilizado (Notas 10.d, 11)	-	-	-	-
Amortização do agio pago	(16.695)	(13.664)	(180.996)	(44.277)
Fundos de Investimento Imobiliário FCM (FII) (Nota 10.e)	164.636	181.331	755.789	799.122
Fundos de Investimento Imobiliário FCM (FII) (Nota 10.e)	164.636	181.331	755.789	799.122

	2006		2005	
	Investimentos permanentes	Investimentos permanentes		
Participações societárias não consolidadas	102	102	102	102
Coligadas da Companhia	400	400	400	400
TEP - Termelétrica Potiguar S.A. (Nota 10.g)	100	100	100	100
CDGN - Companhia Distribuidora de Gás Natural	692	692	692	692
Coligadas da Liquigás Distribuidora S.A.	16.395	14.151	-	-
Uligas Armazenadora S.A.	-	-	-	-
Metalplus	16.377	14.280	-	-

	2006		2005	
	Investimentos permanentes	Investimentos permanentes		
Outras participações societárias não consolidadas (Nota 10.f.1)	-	15	-	-
Breitenner Tambauqui S.A.	-	15	-	-
Breitenner Jarauqui S.A.	-	15	-	-
Brasil PCH S.A. (2)	16.979	14.912	602	602

	2006		2005	
	Investimentos permanentes	Investimentos permanentes		
Outros investimentos	82.353	85.137	73.509	76.293
Incentivos fiscais (1)	(48.577)	(48.577)	(40.617)	(40.617)
Provisão para perdas - FINAM/FINOR (Nota 10.i)	4.248	4.248	4.248	4.248
Outros investimentos	38.024	40.809	37.140	39.925
Total	230.782	238.121	926.748	947.258

(1) Representam, principalmente, aplicações de recursos em projetos audiovisuais e investimentos setoriais (FINAM e FINOR). Os recursos aplicados em projetos audiovisuais são amortizados no período de comercialização da obra.

b. Informações sobre controladas e controladas em conjunto

	2006		2005	
	Informações sobre controladas e controladas em conjunto	Informações sobre controladas e controladas em conjunto		
Capital integralizado	396.142	413.023	93.832	93.832

(Continuação)



CNPJ 34.274.233/0001-02



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005
(Em milhares de reais)**

d. Líquidag Distribuidora S.A.**d.1. Cisão Parcial da Líquidag**

As Assembleias Gerais Extraordinárias dos acionistas da Companhia e da Líquidag, realizadas em 27 de outubro de 2006, aprovaram a cisão parcial da Líquidag e a consequente incorporação da parcela cindida de seu patrimônio à Companhia.

Esta operação teve por objetivo concentrar a atividade de distribuição de GLP na Líquidag e a de distribuição dos demais combustíveis na Companhia. Desta forma, os valores demonstrados a seguir foram cindidos do patrimônio da Líquidag e incorporados ao da Companhia.

Ativo ⁽¹⁾	2006	Passivo ⁽¹⁾	2006
Circulante	147.502	Circulante	338.208
Não circulante	205.797	Mutuo com a PETROBRAS	338.436
Realizável a longo prazo	15.074	Outros passivos circulantes	16.771
Realizável a curto prazo	75.190	Não circulante	54
Diferido	115.503	Patrimônio líquido	54
Total do ativo	353.269	Total do passivo	353.269

(1) Os saldos acima apresentados foram certificados por peritos independentes.

d.2. Liquidação da dívida da Líquidag no exterior

Em 22 de setembro de 2006, a Líquidag celebrou contrato de mútuo oneroso com a PETROBRAS no montante de R\$490.731. Os recursos foram utilizados pela Líquidag para quitar sua dívida de US\$221 milhões com a Brasoil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS.

Nas Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 27 de outubro de 2006, foram aprovados o aporte de capital da PETROBRAS na Companhia, no valor de R\$495.678, e o aporte de capital da Companhia na Líquidag, no total de R\$155.852, com o objetivo de extinguir os direitos e obrigações relativas ao contrato de mútuo originalmente celebrado em 22 de setembro de 2006.

d.3. Ágio pago na aquisição da Líquidag

Em 2006, a Companhia amortizou R\$116.719 referentes ao ágio apurado na aquisição da Líquidag. Com a cisão parcial, foram incorporados ao ativo imobilizado da Companhia R\$98.821 referentes à parcela do ágio pago na aquisição da Líquidag fundamentado na mais valia dos ativos imobilizados cindidos pela controlada, conforme apresentado a seguir:

	2006	2005
Ágio por expectativa de resultados futuros	181.331	384.894
Ágio por mais valia	86.821	194.595
Ágio por resultados futuros	116.719	383.265
Total	384.894	962.754
Ágio no início do exercício	-	-
Parcela do ágio transferida para o imobilizado	(16.695)	(100.024)
Amortização do ágio	164.636	178.409
Ágio a amortizar	164.636	178.409

O ágio decorrente da diferença entre o valor de mercado dos bens do ativo da controlada e o respectivo valor contábil, no montante líquido de R\$178.049, está sendo amortizado na proporção da realização daqueles ativos na Líquidag Distribuidora S.A. O ágio por expectativa de lucros futuros, no valor líquido de R\$154.636, vem sendo amortizado no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado pelos peritos independentes, não excedendo o limite de 10 anos.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, e de acordo com o artigo 26 da Instrução CVM nº 247/96, o ágio decorrente da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil de ativos e passivos deve ser adicionado na conta utilizada pela controlada para registro do respectivo ativo. Desta forma, para a apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, a parcela do ágio a amortizar relativa à mais valia de ativos, líquida da amortização correspondente (R\$178.049), foi reclassificada para o ativo imobilizado. O ágio amortizado no exercício foi reclassificado para os grupos de despesas com vendas, gerais e administrativas e para o resultado não operacional.

e. Fundo de Investimento Imobiliário FCM (FII)

O Fundo de Investimento Imobiliário FCM - FII, administrado pela Rio Bravo Investimentos S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, foi constituído em 4 de setembro de 2006, iniciando suas operações em 1º de novembro de 2006, com o objetivo de adquirir, por meio de uma promessa de compra e venda, 16 imóveis de propriedade da Companhia. Esses imóveis são representados por terminais e bases e postos de abastecimento.

Os imóveis alienados ao fundo foram alugados à Companhia pelo prazo de 10 (dez) anos, prorrogáveis por mais 2 (dois) períodos de 5 (cinco) anos, após o término do Contrato de Locação celebrado em 20 de outubro de 2006, com efeito a partir de 5 de agosto de 2006. O valor da locação é dividido em dois componentes, pagos anualmente: (i) parcela A: 10 (dez) parcelas de R\$135 a serem pagas em 5 de janeiro, referente ao uso de imóveis no segundo semestre de cada ano e (ii) parcela B: 10 (dez) parcelas de R\$227 a serem pagas em 5 de julho, referente ao uso de imóveis no primeiro semestre de cada ano; e (iii) parcela C: 10 (dez) parcelas de R\$1.602 a serem pagas em 5 de agosto de cada ano. As parcelas do valor locacional serão atualizadas monetariamente, anualmente, a partir de 5 de agosto de 2007 pela variação percentual acumulada do Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M).

Pela alienação dos imóveis do FII, cujo valor contábil era de R\$51.099, a Companhia recebeu R\$73.655 correspondentes ao produto da emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs). O ganho de capital de R\$22.556 foi reconhecido no resultado não operacional.

A obrigação do FII, decorrente da aquisição dos imóveis da Companhia, no montante atualizado de R\$77.827, está registrada em outros passivos não circulantes nas demonstrações contábeis consolidadas.

f. Participações em controladas em conjunto**f.1. Breltiner Energética S.A.**

A Breltiner tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Este incentivo, que tem prazo de 10 anos a partir de 2003, não pode ser distribuído aos sócios e deve constituir reserva de capital específica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

Por força dos contratos para suprimento de energia elétrica celebrados com a Manaus Energia S.A., na modalidade de polinícia contratada e de energia fornecida, a Breltiner transferiu suas atividades de Maracanaú - CE para Manaus - AM, onde opera, a partir de 2006, através das Sociedades de Propósito Específico (SPEs) Breltiner Tambauá S.A. e Breltiner Jaraguá S.A., controladas integralmente pela Breltiner.

A Breltiner Jaraguá e a Breltiner Tambauá geram, juntas, 120 MW. O início das operações da Breltiner Tambauá e da Breltiner Jaraguá ocorreu em 12 de janeiro e 5 de abril de 2006, respectivamente.

f.2. Brasyme Energia S.A.

A Brasyme tem direito ao incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração. Este incentivo, que tem prazo de 10 anos a partir de 2003, não pode ser distribuído aos sócios e deve constituir reserva de capital específica, que somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

As receitas da Brasyme advindas exclusivamente de contrato de fornecimento de energia empresarial firmado com a Comercializadora Brasileira de Energia Emergente (CBEE), cujo vencimento ocorreu em 31 de dezembro de 2005. A continuidade operacional da Brasyme está vinculada aos estudos de novos projetos de geração e distribuição de energia que vêm sendo desenvolvidos pela Administração da controlada.

f.3. Brasil PCH S.A.

A Brasil PCH é uma holding que exerce o controle das demais empresas que compõem a estrutura societária concebida para explorar o negócio de produção de energia elétrica a partir de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs). Tal controle é exercido através da PCHPAR - PCH Participações S.A., que, por sua vez, detém o controle acionário integral de outras 13 sociedades, também constituídas sob a forma de SPEs.

Estas PCHs foram criadas com o objetivo de explorar os empreendimentos selecionados, em meados de 2004, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), criado pelo Ministério de Minas e Energia. A energia contratada pelo PROINFA deve ser gerada através de fontes alternativas, como a biomassa e a energia eólica, ou através de pequenas centrais hidrelétricas. A energia produzida pelas PCHs será adquirida pela Eletrobrás, através de contratos com prazo de vigência de 20 anos, a partir da data de entrada em operação dos empreendimentos, prevista para 2008.

Em 16 de dezembro de 2005, a Companhia adquiriu 50% das ações ordinárias da Sociedade de Propósito Específico (SPEs) Brasil PCH S.A. Com o objetivo de fomentar a implantação das pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que serão administradas pela Brasil PCH S.A., a Administração da Companhia autorizou um adiantamento para futuro aumento de capital (ÁFA) na investida, no montante de R\$33.000. Tal adiantamento foi convertido em aumento de capital em 4 de abril de 2006, conforme aprovação da Assembleia Geral Extraordinária da investida, que também aprovou um cronograma de aportes adicionais por parte dos acionistas.

Como consequência desse cronograma de aportes, a Companhia aplicou recursos adicionais de R\$29.568 sob a forma de aumento de capital e de R\$3.047 a título de ágio.

O ágio, fundamentado na expectativa de resultados futuros, vem sendo amortizado no prazo, extensão e proporção dos resultados projetados no laudo elaborado por perito independente, não excedendo a 10 anos.

A Brasil PCH empregou R\$103.925 em recursos na construção das centrais hidrelétricas no exercício de 2006.

f.4. Companhia Energética Manauara S.A.

A Companhia Energética Manauara S.A. foi constituída em 8 de novembro de 2005 como sociedade de propósito específico, tendo como objeto social a produção de energia elétrica para fornecimento exclusivo à Companhia Manauara Energia S.A., tendo entrado em operação em 22 de setembro de 2006.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 31 de outubro de 2005, a administração da Companhia autorizou a subscrição de 2.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$2.000, integrantes do capital social da Companhia Energética Manauara S.A. A participação da Companhia neste empreendimento é de 40%, e os 60% remanescentes pertencem à Termelétrica Potiguar S.A. (TEP), coligada da Companhia.

g. Outras participações societárias**g.1. Leilões de energia**

Em 29 de junho de 2006, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL realizou licitação, na modalidade leilão, objetivando a contratação de capacidade de energia para o Sistema Interligado Nacional - SIN, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR, por um período de 15 anos, a partir de 2008, com retorno potencial de aproximadamente R\$120 milhões.

Neste leilão de energia nova, a Companhia ganhou contratos de fornecimento de energia de 695MW, através de seus empreendimentos Camargui Murici I, Camargui Murici II, Polo de Apoio I, Pecém II, TEP I e TEP III.

Acoligada TEP - Termelétrica Potiguar S.A. obteve o direito de exploração, no mesmo leilão, dos empreendimentos Potiguar I e Potiguar II.

h. Concessão para exploração e comercialização de gás natural no Estado do Espírito Santo

A Companhia é concessionária para exploração exclusiva dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado do Espírito Santo, mediante contrato de concessão assinado junto ao governo do Estado, pelo prazo de 50 anos, com vencimento em 2043.

Finda a concessão, o contrato prevê indenização à Companhia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, conforme levantamentos, avaliações e liquidações a serem realizadas objetivando determinar o valor da referida indenização.

A concessão prevê a distribuição para os segmentos industrial, residencial, comercial e veicular.

A remuneração da Companhia corresponde ao valor das tarifas cobradas pelo volume de gás consumido, com preços sujeitos a reajustes e revisões na forma do contrato.

i. Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais relativos ao Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e o Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) encontram-se registrados por seu valor original descontado de provisão integral para perdas.

11. Imobilizado**a. Por área de negócio**

	Consolidado		2005	
	2006		2005	
	Depreciação e amortização do		Líquido (a)	
	Custo		Líquido	
Gás e Energia	315.647	(37.585)	278.062	77.936
Distribuição	4.233.509	(1.634.787)	2.598.722	2.377.166
	4.549.156	(1.672.372)	2.876.784	2.455.102
	Controladora		2005	
	Depreciação acumulada		Líquido	
	Custo		Líquido	
Gás e Energia	39.302	(6.333)	32.969	26.136
Distribuição	3.352.833	(1.172.811)	2.179.022	1.938.586
	3.392.235	(1.182.014)	2.210.221	1.778.642

b. Por tipo de ativos

	Consolidado		2005	
	2006		2005	
	Depreciação e amortização do		Líquido (a)	
	Custo		Líquido	
Edificações e benfeitorias	1.057.598	(276.420)	781.176	540.920
Equipamentos e outros bens	2.669.118	(1.387.007)	1.282.111	1.202.336
Terranos	304.774	(8.945)	295.829	257.194
Adiantamentos a fornecedores	517.668	-	517.668	454.638
Projetos de expansão	4.549.156	(1.672.372)	2.876.784	2.455.102
	Controladora		2005	
	Depreciação acumulada		Líquido	
	Custo		Líquido	
Edificações e benfeitorias	866.418	(236.595)	629.823	404.899
Equipamentos e outros bens	1.895.557	(945.419)	950.138	797.067
Terranos	217.724	-	217.724	144.712
Projetos de expansão	392.536	-	392.536	432.964
	3.392.235	(1.182.014)	2.210.221	1.778.642

(a) Inclui a parcela do ágio ainda não amortizado referente à aquisição da controlada Líquidag Distribuidora S.A., atribuído à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil do ativo imobilizado, no montante de R\$178.049, líquido de amortização (Nota 10.d).

12. Por área de negócio

	Consolidado		2005	
	2006		2005	
	Amortização acumulada		Líquido	
	Custo		Líquido	
Gás e Energia	662	(60)	202	38
Distribuição	183.005	(75.960)	107.045	82.845
	183.267	(76.020)	107.247	82.883
	Controladora		2005	
	Amortização acumulada		Líquido	
	Custo		Líquido	
Distribuição	109.078	(41.740)	67.338	56.073
	109.078	(41.740)	67.338	56.073

b. Por tipo de ativos

	Consolidado		2005	
	2006		2005	
	Amortização acumulada		Líquido	
	Custo		Líquido	
Software	179.511	(75.621)	104.190	81.205
Direitos e concessões	3.456	(389)	3.067	1.678
	183.267	(76.020)	107.247	82.883
	Controladora		2005	
	Amortização acumulada		Líquido	
	Custo		Líquido	
Software	105.579	(41.471)	65.508	44.421
Direitos e concessões	2.099	(269)	1.830	1.652
	109.078	(41.740)	67.338	56.073

13. Diferido

	2006		2005	
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Ágio na aquisição de controladas:				
SPH Holding	10,29%	184.376	(154.333)	30.043
Companhia São Paulo de Petróleo	12,73%	30.601	(24.435)	6.166
PCH Distribuidora de Petróleo S.A.	10,00%	8.654	(4.760)	3.894
ELCC S.A.	10,00%	53.664	(31.304)	22.360
LESH S.A.	12,72%	105.241	(62.625)	42.416
Gastos pré-operacionais:				
Breltiner Energética S.A.	10,00%	48.858	(15.854)	33.004
Companhia Energética Manauara	10,00%	3.591	(84)	3.507
Brasil PCH S.A.	10,00%	29.757	29.757	-
		464.742	(293.595)	171.147
				157.113

O ágio na aquisição de controladas representa os ágios pagos pela Líquidag Distribuidora S.A. nas aquisições de empresas incorporadas, as quais foram incorporadas ao ativo da Companhia, em decorrência da cisão parcial da Líquidag.

14. Empréstimos e Financiamentos

	Consolidado		2005	
	2006		2005	
	Circulante		Não Circulante	
	2006		2006	
No exterior	-		-	
Brasoil Oil Service	-	528.230	-	-
No País	-		-	
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES	104.490	-	145.413	-
Banco do Brasil	512.020	-	-	-
Outros	153.281	5.365	47.442	28.298
Subtotal	769.801	5.365	192.855	28.298
	769.801	5.365	192.855	28.298
	Controladora		2005	
	Circulante		Não Circulante	
	2006		2006	

(Continuação)



PETROBRAS **DISTRIBUIDORA S.A.**

CNPJ 34.274.233/0001-02



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005** **(Em milhares de reais)**

16. Impostos e contribuições sociais **a. Impostos a recuperar - Ativo circulante**

	2006	2005	2006	2005
ICMS	387.235	363.762	348.849	321.837
PI	18.110	17.072	17.189	16.021
PASEP	19.386	19.585	18.083	19.385
COFINS	61.132	61.797	55.131	61.129
IR a recuperar	2.213	6.379	473	10
CSLL a recuperar	734	1.651	96	-
IR Diferido	96.438	67.158	82.223	54.617
CSLL Diferida	34.592	24.127	29.600	19.662
Outros	6.524	14.784	4.720	4.391
	626.364	576.315	556.364	497.052

a.1. Impostos a recuperar - Ativo não circulante

	2006	2005	2006	2005
ICMS	42.123	49.057	41.105	46.084
IR Diferido	142.770	189.177	106.806	126.937
CSLL Diferida	52.101	68.435	39.350	46.599
Outros	809	212	-	-
	237.802	307.581	187.261	219.620

b. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação do imposto de renda e contribuição social apurados, conforme aliquotas nominais, e o valor destes tributos registrados nas demonstrações dos resultados estão apresentados a seguir:

	2006	2005	2006	2005
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	978.112	1.044.533	(332.558)	(335.141)
Imposto de renda e contribuição social às aliquotas nominais (34%)				
Efeito dos ajustes para apuração aliquota efetiva:				
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão e saúde	(48.301)	(50.014)		
Resultado de equivalência patrimonial	1.327	626		
Perdas em estoques	(13.715)	(4.579)		
Outros itens	(12.328)	21.511		
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(2.511)	(1.308)		
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(408.087)	(388.903)		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(378.343)	(361.511)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.744)	(27.392)		

	2006	2005	2006	2005
Lucro do exercício antes dos impostos e após a participação dos empregados	978.112	1.044.533	(332.558)	(335.141)
Imposto de renda e contribuição social às aliquotas nominais (34%)				
Efeito dos ajustes para apuração aliquota efetiva:				
Obrigações com plano de aposentadoria e pensão e saúde	(48.301)	(50.014)		
Resultado de equivalência patrimonial	1.327	626		
Perdas em estoques	(13.715)	(4.579)		
Outros itens	(12.328)	21.511		
Outras (adições) exclusões permanentes, líquidas	(2.511)	(1.308)		
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(408.087)	(388.903)		
Imposto de renda e contribuição social correntes	(378.343)	(361.511)		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(28.744)	(27.392)		

c. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os fundamentos e as expectativas para realização dos ativos e obrigações fiscais diferidos estão apresentados a seguir.

	2006	2005	2006	2005
c.1. Ativos fiscais diferidos				
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para realização	
Prejuízos fiscais	23.784	-	Apuração de lucros futuros tributáveis, compensáveis com os prejuízos fiscais	
Apropriação de multas (Nota 6.c)	64.028	64.028	Término do contrato de financiamentos absorvíveis	
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	47.557	36.199	Realização pelo recebimento ou efetivação da perda, ou ainda pela aquisição de dedutibilidade face ao ajustamento da cobrança e vencidos há mais de 2 anos	
Provisão para contingências	60.189	46.877	Expectativa de realização conforme o julgamento das causas (ações judiciais cujas perdas são consideradas prováveis)	
Obrigação PETROS - futuros inativos	23.029	23.029	Pagamentos mensais da parcela de previdência privada da patrocinadora da PETROS	
Amortização de ágio na aquisição de participação em controlada	55.046	55.046	Realização do investimento	
Provisão para participação nos lucros	23.734	23.734	Pagamento efetivo	
Outros	28.534	9.066		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.901	257.979		
No ativo circulante	131.030	111.823		
No ativo não circulante	194.871	146.156		

c.2. Passivos fiscais diferidos

	2006	2005	2006	2005
Natureza	Consolidado	Controladora	Fundamento para liquidação	
Lucro diferido nas vendas a entidades governamentais	8.399	8.399	Liquidação financeira da venda	
Juros sobre Notas do Tesouro Nacional - Série P	12.711	116	Alienação	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.570	8.515		
No passivo circulante	8.399	8.399		
No passivo não circulante	12.711	116		

c.3. Expectativa de realização

	2006	2005	2006	2005
Expectativa de realização	Consolidado	Controladora	Imposto de renda e contribuição social diferidos	Imposto de renda e contribuição social diferidos
Imposto de renda e contribuição social diferidos	325.901	257.979		
CSLL diferidos	131.030	111.823		
Passivos	8.399	8.399		
Ativos	12.711	116		
Perdas em estoques	14.961	4.579		
Outros	59.734	21.511		
Total	325.901	257.979		

Em atendimento à Deliberação CVM nº 273/98 e à Instrução CVM nº 371/02, a Companhia reconheceu o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos apurados sobre diferenças temporárias, no valor de R\$257.979, classificados no ativo circulante (R\$111.823) e no ativo não circulante (R\$146.156), bem como os passivos fiscais diferidos no total de R\$3.515, classificados no passivo circulante (R\$8.399) e no passivo não circulante (R\$1516). A Companhia tem histórico de lucratividade nos últimos exercícios sociais e previsão, conforme o Plano de Negócios aprovado pelo Conselho de Administração para o período de 2007 a 2011, de que os lucros a serem auferidos nos próximos exercícios gerarão condição de compensação dos ativos fiscais diferidos, cuja classificação, por expectativa de realização, foi efetuada com o seguinte fundamento:

A Liquidação Distribuidora S.A., controlada da Companhia, apresentava, em 31 de dezembro de 2006, prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social acumulados nos montantes de R\$70.886 e R\$67.363, respectivamente, os quais poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros até o limite de 30% sobre o lucro anual, com base na Lei nº 9.249/95.

17. Benefícios Concedidos a Empregados

a. Plano de Pensão - Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS

A Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS é o plano de benefícios em vigor (Plano PETROS) é a Fundação PETROBRAS de Seguridade Social - PETROS, constituída pela PETROBRAS, é uma pessoa jurídica de direito privado, de fins não lucrativos, com autonomia administrativa e financeira que, na qualidade de entidade fechada de previdência complementar, tem por objetivos primários:

- instituir, administrar e executar planos de benefícios das empresas ou entidades com as quais tiver firmado convênio de adesão;
- prestar serviços de administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária;
- promover o bem-estar social dos seus participantes, especialmente no que concerne à previdência.

O Plano PETROS foi instituído pela PETROBRAS em julho de 1970 e é do tipo benefício definido, que assegura aos participantes uma suplementação do benefício concedido pela Previdência Social. Após o processo de separação de massas concluído em 2001, o Plano PETROS transformou-se em diversos planos de benefícios definidos.

Em 31 de dezembro de 2006, as seguintes empresas patrocinadoras pertenciam ao Plano PETROS no âmbito do Sistema PETROBRAS: Petrobrás Brasileira S.A. - PETROBRAS, as subsidiárias PETROBRAS Distribuidora S.A. - BR, PETROBRAS Química S.A. - PETROQUÍMICA, e a Alberto Pasqualini - REPAF S.A., controlada da Downstream Participações Ltda. Atualmente a PETROS recebe contribuições mensais das empresas patrocinadoras que compõem o Plano PETROS equivalentes a 12,93% sobre a folha de salários dos empregados participantes do plano e contribuições dos empregados e aposentados, bem como auferir rendimentos pela aplicação dessas contribuições em investimentos.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria, como também os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica, detalhado mais adiante, são provisionados no balanço da Companhia, com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada que considera cada período de serviço como fator gerador de uma unidade adicional de benefício líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos referentes ao aumento do valor presente da obrigação resultante do serviço prestado pelo empregado reconhecidos durante o período laborativo dos empregados. Os ativos garantidores do plano de pensão são apresentados reduzindo o compromisso atuarial líquido. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como estimativa da evolução dos custos com assistência médica, hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações e ativos apurados com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos da determinação do passivo atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

A avaliação do plano de custeio da PETROS é procedida por atuários independentes, em regime de capitalização. Na apuração de eventual déficit no plano de benefício definido, de acordo com o método de custeio atuarial utilizado pela PETROS, a legislação brasileira, na Emenda Constitucional nº 20 de 1998, sobre planos de previdência complementar de empresas de economia mista, prevê que o equacionamento deste déficit, via ajuste nas contribuições normais, deverá ser custeado paritariamente entre patrocinadoras e participantes.

O Plano PETROS está fechado aos empregados do Sistema PETROBRAS, admitidos a partir de setembro de 2002 e a Companhia fez um seguro de vida em grupo para cobertura de todos os empregados admitidos posteriormente. Este seguro vigorará enquanto não for implantado um novo plano de previdência privada.

Novo plano de benefícios

Em 2001, foi criado um plano misto de previdência denominado PETROBRAS VIDA, destinado aos atuais e novos empregados, o qual possui o suposto desde aquele exercício, em virtude de limitares conhecidos em mandato de segurança impetrado por entidades sindicais cujo mérito da ação teve a sentença proferida em 2004, tornando nulo o ato do Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS que aprovava o novo plano, declarando inválidas eventuais alterações promovidas no Plano PETROS, com base naquela aprovação. O processo está em recurso, em segunda instância, aguardando o julgamento do mérito em questão.

Em 2003, a PETROBRAS constituiu um grupo de trabalho do qual participaram representantes da Federação Única dos Petroleiros - FUP e sindicatos, com o objetivo de fazer avaliações técnicas sobre alternativas para o modelo de previdência complementar da Companhia, incluindo propostas negociadas para o fortalecimento de sua sustentabilidade econômico-financeira, análise da viabilidade de atendimento de pleitos específicos destas entidades representativas e do equacionamento definitivo do equilíbrio atuarial do atual Plano PETROS.

Em abril de 2006, a PETROBRAS, na busca de um entendimento a respeito de seu Plano de Previdência Complementar, apresentou aos participantes empregados e assistidos, proposta que visava propiciar uma situação de equilíbrio para o atual Plano PETROS e a implantação de um Novo Plano, denominado Plano PETROS 2, sujeita à aprovação do seu Conselho de Administração posteriormente às negociações.

A proposta apresentada pela Diretoria Executiva da Companhia tinha diversas condicionantes para sua viabilização e efetivação, entre elas a repactuação do Regulamento do Regulamento do Plano PETROS, no que se refere à forma de reajustes dos benefícios e aposentadorias e pensões, considerando a adesão individual maciça de participantes empregados e assistidos.

A meta de repactuação maciça do Plano Petros, previamente estabelecida pela Companhia, não foi alcançada, tornando sem efeito a proposta apresentada pela PETROBRAS.

Em janeiro de 2007, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou a reabertura do processo de repactuação do Plano PETROS, com o objetivo de atender às reivindicações das entidades sindicais, dado que a maioria dos participantes havia se posicionado favorável à repactuação.

A nova meta de adesão mínima à repactuação foi estabelecida em 2/3 (dois terços) dos participantes e o prazo final para opção é 28 de fevereiro de 2007. Caso a meta de repactuação não seja atingida, a proposta apresentada pela Companhia torna-se sem efeito, cabendo à Petros tomar as providências para o equacionamento do déficit do Plano PETROS conforme estabelece a legislação previdenciária do país.

Em outubro de 2006, o Conselho de Administração da PETROBRAS aprovou a implementação do novo plano de previdência complementar, denominado Plano PETROS 2, para os empregados que atualmente estão em plano. O Novo Plano de previdência complementar foi concebido na modalidade de Contribuição Variável - CV ou misto, com a capitalização de recursos através de custos individuais, aposentadorias estabelecidas em função do saldo em conta, além da cobertura para riscos previdenciários (invalidar e morte na fase ativa) e das opções de pagamento de benefícios em regime de renda vitalícia, com previsão de reversão em pensão para dependentes após morte do titular, ou pelo regime de quotas.

O Plano PETROS 2 também contempla regime de pagamento em renda vitalícia, um benefício mínimo que garante a cobertura do benefício para que o mesmo não tenha valor monetário inferior a 30% do salário de contribuição média.

Em dezembro de 2006, o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais (DEST) se posicionou favoravelmente à proposta da Companhia de implantação do Plano PETROS 2, que contém, também, com a manifestação favorável, em 05 de janeiro de 2007, do Ministério de Minas e Energia.

Em janeiro de 2007, o Conselho Deliberativo da Petros aprovou o Plano PETROS 2, que será remetido para avaliação e manifestação da Comissão de Seguridade Complementar - SPC, para a devida aprovação final, após a qual, desde que não haja oposição dos empregados, serão avaliados por atuários independentes e reconhecidos contabilmente pela PETROBRAS e demais patrocinadoras do Plano, quando da conclusão do processo de adesão.

A PETROBRAS e as demais patrocinadoras assumirão integralmente as contribuições correspondentes ao período em que os novos participantes estiverem sem plano. Este serviço passado deverá consistir o período desde a data de admissão até a abertura para inscrição no Plano PETROS 2. Os desembolsos serão realizados ao longo dos primeiros meses de contribuição até o total de meses que o participante ficou sem plano, e deverá cobrir a parte relativa aos participantes e patrocinadora. Na Companhia, o valor máximo estimado deste compromisso atuarial, em 31 de dezembro de 2006, calculado atuariamente, foi de R\$ 257.277.

Esse Novo Plano também viabiliza a manutenção da cobertura previdenciária oferecida pela Companhia, estanca os custos do modelo de benefício definido adotado e reduz consideravelmente a possibilidade de déficits futuros.

Para a Companhia, a proposição de adequação do Modelo de Previdência Complementar é fundamental para sua gestão a fim de manter o atrativo, auto-sustentável financeiramente e fortalecido como um poderoso instrumento de gestão de pessoas.

b. Plano de Saúde - Assistência Multicritério de Saúde (AMS)

A PETROBRAS e suas subsidiárias, PETROBRAS Distribuidora S.A. - BR, PETROBRAS Química S.A. - PETROQUÍMICA, e a Alberto Pasqualini - REPAF S.A., controlada da Downstream Participações Ltda., mantêm um plano de assistência médica para todos os empregados e dependentes, sob o nome de Plano de Assistência Multicritério de Saúde (AMS). Este plano é administrado pela própria Companhia e os empregados contribuem com uma parcela fixa para cobertura de grande risco e com uma parcela dos gastos incorridos referentes às demais coberturas, de acordo com tabelas e percentuais previamente estabelecidos em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais. O compromisso da Companhia relacionado aos benefícios futuros devidos aos participantes do plano é calculado anualmente por atuário independente, com base no método da Unidade de Crédito Projetada, de forma semelhante ao cálculo realizado para o plano de previdência complementar, com pensões e aposentadorias, descritos anteriormente.

O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores. O pagamento dos benefícios é efetuado pela Companhia com base nos custos incorridos pelos participantes.

Os ganhos e perdas atuariais gerados pelas diferenças entre os valores das obrigações apuradas com base em premissas atuariais estimadas e as efetivamente incorridas são, respectivamente, incluídos ou excluídos na determinação do passivo atuarial líquido. Esses ganhos e perdas são amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Em dezembro de 2006, a PETROBRAS implementou o Benefício Farmácia que prevê condições especiais na aquisição de certos medicamentos pelos beneficiários da AMS, em farmácias cadastradas, distribuídas em todo o território nacional.

Com a implementação deste Benefício, o custo do serviço passado para a Companhia, estimado por atuários independentes em 31 de dezembro de 2006, foi de R\$11.407, sendo amortizados ao longo do período médio de serviço remanescente dos empregados ativos.

Liquidação Distribuidora S.A.

O compromisso da Liquidação Distribuidora S.A. relacionado à assistência médica dos empregados ativos e aposentados administrado pela própria Companhia é calculado anualmente por atuário independente. O método adotado para calcular a despesa e os itens de aspecto atuarial é o do Crédito Unitário Projetado. Este método define o custo do benefício que será aplicado durante a carreira ativa do empregado, no período entre a data de admissão na Empresa e a primeira data de plena exigibilidade ao benefício, que é estabelecido nos Acordos Coletivos de Trabalho resultantes das negociações realizadas com os empregados da categoria GLP.

Conforme procedimento estabelecido na Deliberação CVM nº 371/00, em 31 de dezembro de 2006 a Liquidação Distribuidora S.A. tem uma provisão para Benefício de Assistência Médica aos Empregados no montante de R\$39.154 (R\$37.709 em 31 de dezembro de 2005).

c. Movimentação dos valores provisionados

	2006	2005	2006	2005
Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	
Valor presente das obrigações atuariais	1.706.375	659.862	1.533.871	659.650
Valor justo dos ativos	(1.234.289)	-	(1.072.711)	-
Valor da obrigação em excesso ao ativo	472.086	659.862	461.160	659.650
Perdas atuariais não-reconhecidas	(248.928)	(115.866)	(303.742)	(208.299)
Custo do serviço passado reconhecido	111.407	-	111.407	-
Saldos em 31 de dezembro	223.158	543.996	157.418	451.351

	2006	2005	2006	2005
Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	
Saldo em 1º de janeiro	157.418	84.157	84.157	373.192
(+) Despesa projetada, líquida de contribuições esperadas do participante	80.885	98.880	86.829	93.378
(-) Contribuições da patrocinadora	(15.149)	(17.642)	(13.568)	(15.219)
Saldo em 31 de dezembro	223.158	543.996	157.418	451.351
Passivo circulante	14.540	-	13.469	-
Passivo não circulante	208.618	532.589	143.949	451.351

A despesa líquida com o plano de benefícios de pensão e aposentadoria concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas, para o exercício de janeiro a dezembro de 2006, de acordo com cálculo atuarial realizado por atuário independente, inclui os seguintes componentes:

	2006	2005	2006	2005
Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	
Custo do serviço corrente	29.758	14.695	26.342	16.234
Custo do serviço passado	169.222	73.545	143.318	65.295
Rendimento estimado dos ativos do plano	(120.699)	-	(98.578)	-
Amortização de perdas não reconhecidas	14.028	11.240	21.691	11.888
Contribuições esperadas de participantes	(11.424)	-	(11.944)	-
Custo líquido no exercício	80.885	98.880	86.829	93.378

A atualização das provisões foi registrada no resultado de exercício, conforme discriminado:

	2006	2005	2006	2005
Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	
Relativa a empregados ativos:				
Abordada no custo dos produtos vendidos	3.087	2.336	2.970	2.259
Registrada em despesas com vendas	34.087	28.014	32.443	27.023
Registrada em despesas gerais e administrativas	12.941	10.646	12.342	10.197
Relativa aos inativos (registrada em outras despesas e receitas operacionais):	41.737	57.884	48.408	55.743
Despesa bruta reconhecida	91.852	98.880	97.161	95.222

	2006	2005	2006	2005
Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	Aposentadorias e pensões	Plano de saúde	
Gastos no atendimento a aposentados e pensionistas	-	(17.642)	-	(17.063)
Contribuições calculadas pela folha de pagamento	(28.112)	-	(23.900)	-
Atualização da provisão	65.740	81.238	73.261	78.155

(Continua)

(Continuação)



PETROBRAS **DISTRIBUIDORA S.A.**

CNPJ 34.274.233/0001-02



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E 2005** **(Em milhares de reais)**

O progressivo aumento da longevidade das pessoas tem reflexos diretos sobre o volume dos compromissos e obrigações estimados e provisionados com estes planos.

O valor referente às perdas atuariais não reconhecidas será amortizado e registrado nos resultados de exercícios subsequentes ao longo da expectativa de vida média dos participantes.

As principais premissas adotadas no cálculo atuarial foram as seguintes:

Modalidade	Premissa atuarial
Plano de benefício	Benefício definido
Método de avaliação atuarial	Unidade de crédito projetada
Tábua de mortalidade	AT 2000 *
Invalidez	ZIMMERMANN ajustada pela GLOBALPREV
Tábua de invalidos	AT 49 *
Rotatividade - Petros	0% a.a.
Rotatividade - AMS	Até 25 anos: 1,74% a.a.
	De 26 a 30 anos: 1,69% a.a.
	De 31 a 35 anos: 1,29% a.a.
	De 36 a 40 anos: 0,46% a.a.
	De 41 a 45 anos: 0,21% a.a.
	De 46 a 50 anos: 0,17% a.a.
	Mais de 50 anos: 0% a.a.
Taxa de desconto para o passivo atuarial	Juros: 6% a.a. + inflação; 4,5% a.a.
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano	Juros: 6,2% a.a. + inflação; 4,5% a.a.
Crescimento salarial	2,02% a.a. + inflação; 4,5% a.a.**

* Separada por sexo (masculino e feminino)

** Até 47 anos. Após esta idade, apenas a inflação.

d. Participação dos empregados e administradores

A participação dos empregados nos lucros e resultados, conforme disposto na legislação em vigor, pode ocorrer baseada em programas espontâneos mantidos pelas empresas ou em acordos com os empregados ou com as entidades sindicais.

Dessa forma, de acordo com o artigo 42 do Estatuto Social e com o Ofício MP/SE/DEST nº 538/05, em 31 de dezembro de 2006 a Companhia provisionou o valor de R\$69.536 (R\$68.536 em 2005) para a distribuição aos seus empregados, respeitados os limites estabelecidos pela Resolução nº 10/95, do Conselho de Coordenação e Controle das Empresas Estatais - CCE. Esses valores estão classificados em outros passivos circulantes. No Consolidado, está computada a participação dos empregados da Liquigás Distribuidora S.A. nos lucros da controlada, no montante de R\$8.455 (R\$7.053 em 2005).

A participação dos administradores nos lucros ou resultados será objeto de deliberação pela Assembleia Geral Ordinária, em 30 de março de 2007, na forma disposta pelo artigo 32 do Estatuto Social da Companhia.

18. Patrimônio Líquido

a. Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de março de 2005, foi aprovada a conversão da totalidade das ações preferenciais da Companhia em ações ordinárias. Como resultado desta operação, o capital social da Companhia passou a ser composto por 42.853.453 ações ordinárias, pertencentes à PETROBRAS, única acionista da Companhia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de outubro de 2005, foi aprovada a incorporação ao capital social do endividamento financeiro da Companhia com a PETROBRAS, no montante de R\$1.900.000.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de outubro de 2006, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$495.678, mediante transferência de créditos da PETROBRAS contra a Liquigás no montante de R\$155.852 e da conversão em capital da parcela de R\$339.826 do mútuo firmado entre a PETROBRAS e a Liquigás, incorporado ao capital da Companhia por ocasião da cisão parcial da Liquigás, já acrescido dos encargos financeiros.

O capital social em 31 de dezembro de 2006 e de 2005, totalmente subscrito e integralizado, está composto por 42.853.453 ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal e inconvertíveis.

b. Reserva de capital - Incentivos fiscais

Reserva constituída com aplicações em incentivos fiscais no Fundo de Investimento do Amazonas (FINAM) e no Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), originadas de destinações de parte do imposto de renda pago pela Companhia.

c. Reserva legal

É constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

d. Reserva estatutária

É constituída de acordo com o artigo 46 do Estatuto Social da Companhia, mediante a apropriação do lucro líquido do exercício em valor equivalente a 0,5% do capital social integralizado no fim do exercício, não podendo exceder a 5% do mesmo. Esta reserva destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico da Companhia.

e. Reserva de retenção de lucros

É destinada às aplicações previstas em orçamento de capital, principalmente nas atividades de distribuição de derivados de petróleo, álcool e infra-estrutura de apoio, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo Governo Federal e com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76.

O orçamento de capital do exercício de 2007, aprovado pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal, será encaminhado à aprovação da Assembleia Geral Ordinária em 30 de março de 2007.

Na proposta de destinação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2006 está sendo prevista uma retenção de lucros de R\$237.521.

f. Dividendos

Aos acionistas é garantido um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Em 2006, o dividendo mínimo seria de R\$135.381. A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2006, no montante de R\$281.592, será encaminhada pela Administração da Companhia à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 30 de março de 2007.

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	570.025	655.630
Apropriação:		
Reserva legal	(28.501)	(32.781)
Lucro básico para determinação dos dividendos	541.524	622.849
Dividendos propostos, equivalentes a 52% (45% em 2005) do lucro básico - R\$6,57 por lote de mil ações (R\$6,54 por lote de mil ações em 2005)	281.592	280.282
Total dos dividendos propostos	281.592	280.282

DIRETORIA EXECUTIVA E ÁREA DE CONTABILIDADE E CONTROLE

MARIA DAS GRAÇAS SILVA FOSTER

Presidente

NELSON JOSÉ GUITTI GUIMARÃES

Diretor

MARCO ANTÔNIO VAZ CAPUTE

Diretor

REINALDO JOSÉ BELOTTI VARGAS

Diretor

EDIMILSON ANTONIO DATO SANT'ANNA

Diretor

MARIA CRISTINA TEIXEIRA

Gerente de Contabilidade e Controle

PAULO CESAR PEREIRA RIBEIRO

Contador - CRC-RJ-026713/O-3

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DILMA VANA ROUSSEFF

Presidente

GLEUBER VIEIRA

Conselheiro

GUIDO MANGEGA

Conselheiro

SILAS RONDEAU CAVALCANTE SILVA

Conselheiro

ROGER AGNELLI

Conselheiro

JORGE GERDAU JOHANNPETER

Conselheiro

JOSÉ SÉRGIO GABRIELLI DE AZEVEDO

Conselheiro

FÁBIO COLLETTI BARBOSA

Conselheiro

ARTHUR ANTONIO SENDAS

Conselheiro

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da **Petrobras Distribuidora S.A.**

Rio de Janeiro - RJ

Examinamos o balanço patrimonial da **Petrobras Distribuidora S.A.**, o balanço patrimonial consolidado da **Petrobras Distribuidora S.A.** e suas controladas levantados em 31 de dezembro de 2006 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábeis e de controles internos da Companhia e suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Petrobras Distribuidora S.A.** e a posição patrimonial e financeira consolidada da **Petrobras Distribuidora S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2006, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Os dividendos serão pagos na data a ser fixada em Assembleia Geral Ordinária de Acionistas. Seu valor será atualizado monetariamente, a partir de 31 de dezembro de 2006, até a data do pagamento, de acordo com a variação da taxa SELIC.

19. Contingências

a. Processos judiciais provisionados

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia constituiu provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Em 31 de dezembro, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Consolidado		Controladora	
	2006	2005	2006	2005
Causas trabalhistas	55.117	39.335	52.092	35.913
Causas fiscais	29.872	30.512	1.956	67
Causas cíveis	33.191	65.763	31.419	64.595
Causas ambientais	97	-	27	-

Total (1) 118.277 135.610 85.494 100.575

Provisão para contingências - circulante (2) 4.472 256 256

Provisão para contingências - não circulante 113.805 135.354 85.494 100.319

(1) Líquido dos depósitos judiciais - Deliberação CVM 489/2005 - R\$53.628 em 2006 (R\$45.775 em 2005) no Consolidado.

(2) Parcela registrada em outros passivos circulantes

b. Processos judiciais não provisionados

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia figura como ré em 31 de dezembro de 2006 e 2005 e estimaram as perdas possíveis em R\$1.398.692 (R\$1.325.601 em 2005) e as perdas remotas em R\$411.472 (R\$162.137 em 2005).

20. Instrumentos Financeiros

As contas a receber e a pagar têm prazo compatível com as operações normais realizadas pela Companhia e seus valores equivalem aos de mercado.

Os riscos sobre os recebíveis da Companhia estão refletidos na provisão para créditos de liquidação duvidosa, de acordo com as Notas 2.c e 6.d. As contas a receber não apresentam significativa concentração por cliente, por segmento de mercado ou por região, estando os riscos de recebimento diluídos pela expressiva carteira de clientes da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2006, a Companhia apresenta dívidas com instituições financeiras, dentre as quais 35,0% estão compostas por compromissos de curto prazo com sua Controladora, relativos a operações financeiras e a operações de compra de produtos (Nota 14).

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

Em 2006, a Companhia contraiu operações de hedge cambial para cobertura das margens comerciais, inerentes às exportações (segmento de aviação) para clientes estrangeiros. O objetivo da operação é a necessidade de garantir que as margens comerciais pactuadas junto aos clientes estrangeiros de aviação sejam mantidas durante o prazo de vigência dos preços negociados, bem como durante o prazo comercial de pagamento. Foram realizadas operações no valor de US\$53 milhões, abrangendo as vigências de preços de novembro de 2006 a janeiro de 2007. Tais operações proporcionaram resultado positivo para a Companhia de R\$1.465 em 31 de dezembro de 2006.

As participações societárias decorrem, fundamentalmente, de investimentos em empresas nacionais de capital fechado.

No consolidado, a controlada Liquigás Distribuidora S.A. manteve, até 29 de setembro de 2006, empréstimo com a Brazil Oil Service Company, empresa do Sistema PETROBRAS, que estava representado por títulos emitidos no mercado internacional, remunerados conforme descrito nas Notas 8 e 10.

